COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RELATÓRIO

Volume II

TEXTOS TEMÁTICOS

dezembro / 2014

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RELATÓRIO

Volume II

TEXTOS TEMÁTICOS

José Carlos Dias
José Paulo Cavalcanti Filho
Maria Rita Kehl
Paulo Sérgio Pinheiro
Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
Rosa Maria Cardoso da Cunha

dezembro / 2014

ÍNDICE

Apresentação

O presente volume do Relatório da Comissão Nacional da Verdade *contém um conjunto de textos produzidos sob a responsabilidade individual de alguns dos conselheiros da Comissão. Inclusive parte desses textos foi elaborada a partir da atividade desenvolvida por grupos de trabalho constituídos no âmbito da própria Comissão, integrando vítimas, familiares, pesquisadores ou interessados na memória dos temas e das pessoas investigados.*

Os textos referem-se a violações de direitos humanos ocorridas em diferentes segmentos, grupos ou movimentos sociais, a exemplo de militares, trabalhadores urbanos e rurais, camponeses, povos indígenas, membros de igrejas cristãs, homossexuais, docentes e estudantes universitários. Também integram este volume textos que registram a reação de muitos que resistiram à ditadura militar a partir de seus ofícios, suas atividades e seu cotidiano, assim como a participação dos civis no golpe e no regime ditatorial, notadamente de empresários.

O conselheiro que redigiu ou supervisionou a produção do texto, os assessores da Comissão e os colaboradores externos que participaram de sua elaboração estão identificados no início de cada contribuição.

Brasília, 10 de dezembro de 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

TEXTO

I

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO MEIO MILITAR

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Rosa Maria Cardoso da Cunha. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas pelos pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade Paulo Ribeiro da Cunha, Wilma Antunes Maciel, Guilherme Bravo e João Vicente Nascimento Lins, como parte das atividades do Grupo de Trabalho sobre a Perseguição a Militares.

O processo político brasileiro é tradicionalmente conservador, operando com a ideia de conciliação, o que limita as possibilidades do reconhecimento político de atores que estejam situados em campo ideologicamente diverso. Mesmo nos períodos democráticos perdura certo grau de intolerância com os que exibem posições contrárias. Entre os atores historicamente não reconhecidos ou excluídos da participação política legítima estão parcelas de militares, situadas, em especial, entre os militares de baixa patente. O embrião do que se poderia chamar de perseguição a militares ou militares perseguidos localiza-se entre a proclamação da República e 1930, reunindo oficiais e praças das Forças Armadas, bem como membros das polícias militares, fossem eles republicanos históricos ou liberais, agindo como atores coletivos ou individuais que sofreram, enquanto jovens militares, influências ideológicas da esquerda, como a Revolução Russa, ou eram nacionalistas e objetivavam construir um projeto de nação.

O projeto de modernização conservadora pós 1930 foi respondido por esse grupo de militares com diferentes manifestações de rebeldia, expressas em dezenas de revoltas nos quartéis entre 1930 e 1932. A conscientização dos militares passou a ser indesejada. O elitismo dessa posição gerou, então, a Doutrina Góes Monteiro, que emergiu com inegável influência nas décadas subsequentes. Ela visava erradicar a política *no* Exército e estabelecer a política *do* Exército. O significado maior da Doutrina era que a política entre os militares só deveria receber atenção do Alto Comando.

Dois acontecimentos nessa fase teriam importância para a formação dos militares: primeiro, a derrota do Levante de 1935, que teve especial repercussão no meio militar, determinando posições anticomunistas como política de Estado para um conjunto de militares e, para outros, situados à esquerda ou nacionalistas, significando um reforço de suas concepções legalistas e avessas a golpes.

O segundo acontecimento foi a participação dos militares brasileiros na Segunda Guerra Mundial. No campo de batalha italiano, um grupo de oficiais, futuros militares perseguidos, elaborou um documento a favor da anistia e da redemocratização intitulado “A FEB: símbolo de união nacional”. O documento foi subscrito por 282 oficiais, a maioria tenentes e capitães, e teve considerável repercussão na imprensa[1]. Alguns dos signatários viriam a integrar a lista de militares perseguidos ao longo das décadas seguintes, como o brigadeiro Rui Moreira Lima, coronel Kardec Lemme, tenente-coronel Paulo Mello Bastos, brigadeiro Fortunato Câmara e coronel Paulo Eugênio Pinto Guedes, havendo os três primeiros prestado depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Entre 1946 e 1988, o grupo de militares perseguidos era composto por militares nacionalistas, socialistas e comunistas. Formado por oficiais e praças, esse grupo foi perseguido de várias formas: mediante expulsão ou reforma; sendo seus integrantes instigados a solicitar passagem para a reserva ou aposentadoria; sendo processados, presos arbitrariamente e torturados; quando inocentados, não sendo reintegrados às suas corporações; se reintegrados, sofrendo discriminação no prosseguimento de suas carreiras. Por fim, alguns foram mortos. Esse grupo apresenta um número expressivo de integrantes, sendo a categoria social que contabilizou maior número de violações de direitos ao longo do período, quando comparadas, proporcionalmente, com outras categorias. Incluem-se necessariamente

neste cálculo aqueles perseguidos por participar das lutas pelas grandes causas nacionais, entre 1946 e 1964, bem como os perseguidos no limiar do processo de redemocratização, em sua maioria praças e bombeiros das Polícias Militares.

O atual diagnóstico da CNV revela, conforme registrado, um expressivo número de militares perseguidos, o qual pode ainda ser ampliado por novas investigações. Constata-se, por esse diagnóstico, um total de 6.591 militares perseguidos (do Exército, Marinha, Aeronáutica e Forças Policiais), incluindo nomes de oficiais e praças, bem como de policiais e bombeiros, atingidos nos anos 1980.

Força	Oficiais	Praças	Total
Aeronáutica	150	3.190	3.340
Exército	354	446	800
Marinha	115	2.099	2.214
Forças Policiais estaduais	103	134	237
Total de oficiais			722
Total de praças			5.869
Total geral			6.591

Fonte: A principal fonte desse diagnóstico é o projeto Brasil: nunca mais, combinado com dados de militares perseguidos levantados por outros acervos, como o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo Nacional/Brasília, o Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, o Cedem/Unesp, Ana Lagoa/Ufscar, o Comitê Brasileiro pela Anistia/CBA e acervos particulares. Também documentos oficiais, como os Atos Institucionais, processos, IPMs, documentos desclassificados, os dados de listas de militares feitas por suas entidades na luta pela anistia, muitas delas em atividade. Também foram consideradas fontes acadêmicas e históricas. Nesse diagnóstico foram utilizadas ainda informações de depoimentos individuais e Audiências Públicas de Militares Perseguidos, realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Salvo nomes identificados como perseguidos tanto em 1964 como no período entre 1946 e 1964, não se inclui nessa contagem a maioria dos militares perseguidos durante esse primeiro período. Aproximadamente 1.000 militares foram perseguidos entre 1946 e 1964, segundo testemunhos verbais.[2] Se somarmos estes aos atingidos em 1964, teremos um número de 7.591 militares perseguidos.[3] Corroborando a grandeza dos números deste levantamento, recorde-se que os militares são a categoria com o maior número de processos encaminhados à Comissão de Anistia.[4]

A) Os militares e a democracia: 1946-1964

Os militares foram uma presença constante no processo político brasileiro em todas as eleições presidenciais até 1964. Na Constituinte de 1945, dezenas de oficiais e praças concorreram a cargos legislativos nas várias esferas parlamentares, por diferentes partidos políticos. Entre os militares que futuramente comporiam o grupo dos militares perseguidos constata-se maioria significativa concorrendo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, mais restritamente, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Por terem posição política e ideológica diversa, muitos militares vincularam-se a uma agremiação conservadora, como a União Democrática Nacional (UDN).

Para compreender-se a questão dos militares perseguidos e da democracia no período de 1945 a 1964, e mesmo depois, há três pontos decisivos: a anistia, as tentativas de investigação de crimes relacionados ao Estado Novo e do papel dos militares na criação da Constituição de 1946. Todos remetem à problemática contemporânea da construção da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Com o Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945, Getúlio Vargas procurou anistiar ativistas que participaram de crimes políticos desde 1934, podendo os militares ser beneficiados com a

reintegração após parecer favorável de comissões de militares. A anistia possibilitou a libertação de 565 presos políticos, entre eles muitos militares; o mais famoso era Luis Carlos Prestes, preso havia dez anos. Componentes ideológicos permearam essas comissões, induzindo à sua parcialidade. Militares nacionalistas e de esquerda participantes do Levante de 35 não foram contemplados com anistia. Contudo, os que participaram do *pustch* integralista de 1938 tiveram suas pretensões atendidas pelas comissões militares, criando-se uma lacuna em relação aos primeiros até a anistia da Constituição de 1988.

Quanto à investigação dos crimes atribuídos ao Estado Novo, seu adiamento preocupou parlamentares de origem militar, como o general Euclides Figueiredo (UDN), que atuou no sentido de ampliar a anistia, visando a que ela contemplasse os militares perseguidos no período, como um teste para a democracia a ser construída pós-Estado Novo. Por sua iniciativa, foi instalada em 1946 a "Comissão Encarregada de examinar os serviços do Departamento Federal de Segurança Pública", seguida da "Comissão de Inquérito sobre os atos delituosos da Ditadura", cujo conteúdo trouxe à tona denúncias sobre torturas entre militares. As denúncias, entretanto, não se traduziram em punição.

Sobre a participação dos militares no processo eleitoral, a Carta de 1946 retoma a posição contida na Constituição de 1934, que garantia maior autonomia para as Forças Armadas. Em seu artigo 176, ressalta que estas são instituições nacionais, organizadas com base na "hierarquia e disciplina". O nó górdio da questão seria o artigo 132, cuja interpretação era restritiva à ordem democrática. Oficiais podiam votar ou ser votados, porém os praças, até a graduação de cabo, estavam excluídos desse exercício de cidadania. Em aberto ficava a situação dos que estavam entre a patente dos cabos e a dos oficiais, havendo a dúvida de serem inelegíveis ou serem uma exceção à inelegibilidade dos praças.[5] A solução dessa ambiguidade ficaria a cargo dos juízes nos tribunais, gerando polêmicas nos anos 1960.

No período subsequente, a democracia brasileira foi tensionada pela polarização ideológica existente a partir da Guerra Fria. Conflitos internacionais refletiram-se internamente na política brasileira e elementos de combustão somaram-se a esse processo. A fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), com sua Doutrina de Segurança Nacional, de influência americana e, mais tarde, francesa, potencializaria exponencialmente o antagonismo entre os militares e a sociedade. Outro motivo para o antagonismo no interior das Forças Armadas foi o espectro do Levante de 1935, ao qual já nos referirmos, que passou a ser uma referência no discurso dos militares conservadores. A polêmica cassação do PCB, seguida em 1948 da perda do mandato de seus parlamentares, por outro lado, provocou uma forte rotação à esquerda, por parte dos militares comunistas. Estes passaram a pregar o assalto ao poder, expresso no *Manifesto de Janeiro de 1948* e no *Manifesto de Agosto de 1950.*

As lições de 1935 não foram esquecidas pelos militares. Nacionalistas e esquerdistas as interpretariam na década de 1960 como uma orientação para adotarem um comportamento legalista. Em contrapartida, os praças começaram a radicalizar suas posições. Enquanto isso, os militares conservadores iniciavam uma violenta repressão aos militares nacionalistas e de esquerda, em nome do combate ao comunismo.

1. O Clube Militar e o debate das causas nacionais

O Governo Eurico Gaspar Dutra, reconhecidamente conservador, não tardou em impor políticas repressivas aos militares nacionalistas, executadas com um vigor semelhante ao do Estado Novo[6]. A democracia exibia seus limites. Estavam em curso articulações golpistas de setores civis e militares, especialmente vinculados à UDN, que seriam uma constante até 1964. Essas articulações conviviam com a discussão das teses de militares de esquerda e democratas e com uma agenda de defesa das causas nacionais como a campanha "O Petróleo é Nosso", a da não participação de soldados bra-

sileiros na Guerra da Coreia e a que se opunha à internacionalização da Amazônia. Confrontavam-se, na época, duas correntes antagônicas no plano político e ideológico: uma nacionalista e de esquerda, outra adjetivada de entreguista, por advogar a tese da participação dos capitais estrangeiros no Brasil.

Um dos fóruns do debate em curso, com reflexo não somente na caserna, mas também na sociedade, passa a ser o Clube Militar, a partir da eleição de 1950. Tratava-se de um preâmbulo das eleições presidenciais que se sucederiam no Brasil e cujo epílogo se daria com o golpe de 1964. A polêmica relacionada às causas nacionais também seduzia os praças e marinheiros, que se organizavam nas várias associações de classe, como as Associações de Subtenentes da Força Aérea Brasileira e do Exército, incorporando segmentos das polícias militares pelo país. Na Marinha havia um forte grau de associativismo, pois ali as demandas corporativas por melhores condições de trabalho não tinham sido equacionadas desde a Revolta da Chibata, em 1910. Associada a essas demandas havia uma reflexão sobre o papel dos marinheiros e de sua posição na ordem democrática.

2. Perseguição aos militares no período democrático

Os dados relacionados à perseguição de militares nesse período ainda são muito precários. Oficiais e praças ainda aguardam o julgamento de seus processos de anistia. Um efetivo diagnóstico quantitativo reclama levantamento detalhado. Sabe-se que centenas de militares foram expulsos das Forças Armadas e que outros tiveram suas carreiras abortadas. Entre os que continuaram na ativa, alguns foram permanentemente perseguidos e, afinal, cassados em 1964.

Tendo em vista as divergências ideológicas existentes, veiculadas pela grande imprensa e discutidas em associações de militares, como no Clube Militar, ou a Casa dos Sargentos do Brasil, as diretorias dessas entidades passaram a ser perseguidas, sofrendo, inclusive, uma intervenção branca. Seus membros foram designados para servir em guarnições distantes. Exemplos desses casos são os majores Nelson Werneck Sodré, designado para servir em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul; Tácito Lívio de Freitas, enviado para São Luís, no Maranhão; Humberto Freire de Andrade, que foi para Aracaju; ou o capitão Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, designado para Fortaleza. Todos foram cassados em 1964.

Os *Depoimentos esclarecedores,*[7] publicados pelo Congresso Nacional, contêm o relato de dezenas de prisões de militares das Forças Armadas no período e, particularmente, em 1952, muitos deles torturados. As denúncias foram divulgadas pela imprensa e no parlamento, e perfazem um quadro revelador sobre a perseguição havida, oferecendo a possibilidade de um diagnóstico sobre a repressão a esse grupo, particularmente àqueles acusados de serem comunistas.

2.1. Prisão arbitrária de oficiais

Nos *Depoimentos Esclarecedores* constam denúncias relacionadas a oficiais que sofreram tratamento que não só violavam direitos e garantias individuais reconhecidos pela Constituição de 1946, mas também confrontavam o Estatuto dos Militares, configurando um desrespeito à sua condição de militar e às suas patentes.[8] A propósito vieram a público as precárias condições de prisão do capitão Joaquim Inácio Batista Cardoso, oficial com tradição familiar na carreira das armas, que remonta à guerra do Paraguai.

> Senhor senador Domingos Velasco – Venho à presença de vossa excelência para pedir-lhe que denuncie à nação e combata, da tribuna do Senado, a arbitrarie-

> dade que esta sendo cometida contra o capitão Joaquim Inácio Batista Cardoso, meu esposo, que no momento se encontra preso no regimento de reconhecimento mecanizado. Está preso há dois meses, esteve durante muitos dias sujeito a rigorosa incomunicabilidade, e há pouco dias foi contra ele decretada prisão preventiva, pelo auditor Abel Caminha, apesar do parecer contrário do promotor. Peço a atenção de vossa excelência para esse aspecto da questão: a prisão preventiva ter sido decretada contra o parecer da promotoria. A maneira pela qual os fatos se encadeiam – interrogatórios sucessivos, insinuações descabidas, incomunicabilidade, 60 dias de prisão, prisão preventiva contra o parecer da Promotoria – parece indicar a preocupação de arranjos e combinações que venham a colocar mal o referido oficial.[9]

Outra denúncia refere-se ao major Leandro José de Figueiredo Junior, membro da FEB, preso pela mesma acusação do capitão Joaquim Inácio, sem ter respeitadas suas garantias constitucionais. A carta que encaminha a denúncia termina afirmando que a acusação não fora referenciada por provas.

> Venho à presença de vossa excelência, na qualidade de esposa do major Leandro José de Figueiredo Júnior, para por seu intermédio denunciar à nação um fato que considero arbitrário, ofensivo à dignidade humana e uma ameaça à tranquilidade dos lares de todos os militares [...] E o que é mais doloroso: constatei que ele estava fechado a cadeado, que as janelas do compartimento estavam fechadas a prego, que no quarto não entrava ar, senão pela bandeira da porta que dá para o corredor interno, e não entrava sol. Constatei ainda que diante desta porta permanece um soldado armado e que para que seja aberta é preciso formar a guarda (três soldados) de acordo com as formalidades previstas para abrir o xadrez das praças [...] Este é fato que desejava denunciar: a prisão nas condições em que foi feita, sem qualquer atenção para com a família, a permanência da incomunicabilidade e o tratamento incompatível com o oficialato.[10]

Outra carta-denúncia, análoga quanto ao conteúdo, refere-se ao caso do capitão Joaquim Miranda P. de Andrade, fazendo um alerta para o risco de ruptura institucional, tendo em vista que aquelas violações estavam ocorrendo em um regime democrático.[11] Poucas semanas depois houve denúncias relacionadas à prisão e à incomunicabilidade de outros oficiais, como Júlio Cezar Machado de Oliveira, sequer denunciado pela promotoria, em face da ausência absoluta de provas.[12] Em outra denúncia também é exposto o caso do tenente da Aeronáutica Mauro Vinhas de Queiroz.[13]

Por fim, grave denúncia relaciona violações havidas na presença de oficiais americanos que acompanharam os processos e mesmo as prisões. Essa denúncia é corroborada por relatos de alguns marinheiros. Em discurso no Parlamento, o senador Domingo Velasco[14] afirmaria sobre o marinheiro José Pontes de Tavares, preso e barbaramente torturado:

> Preso no dia 13 de junho, por ordem do ministro da Marinha, prisão que foi efetuada por escolta constituída de soldados e oficiais da Marinha e do exército, civis da polícia política e três americanos, foi ameaçado de morte, barbaramente espancado e amarrado no ato da prisão e assim conduzido sob a mira de metralhadoras e outras armas para a Polícia do Exército (PE).[15]

Vítimas da mesma situação de prisão arbitrária e sem acusação formal são o capitão tenente Thales Godoy, o major aviador Fortunato Câmara de Oliveira, herói do Grupo Senta Pua, e o major aviador Sebastião Dantas Loureiro, combatente na Segunda Guerra.

As prisões dos majores Julio César Machado e Leandro José de Figueiredo Júnior foram afinal legalizadas pelo Superior Tribunal Militar (STM) e eles foram formalmente processados. Face ao absurdo jurídico de suas prisões e processos, vários articulistas escreveram condenando as violações de direitos ocorridas. Entre estes artigos destaca-se o do advogado Sobral Pinto:

> [...] para que alguém possa ser regularmente processado e preso como indiciado ou autor de um crime contra as instituições militares do país, é indispensável que tenha praticado ato que seja definido como crime pela legislação penal respectiva. Sem que em inquérito, legalmente instaurado, seja feita a prova de que a ação imputada a militar tenha sido declarada, previamente, crime de natureza militar, este não poderá sofrer prisão [...] Não se concebe, em regimes constitucionais, como no que predomina no Brasil, que o poder judiciário ou o poder executivo se insurjam, como acaba de fazer o Superior Tribunal Militar, contra a lei penal, declarando- a caduca, insuficiente ou perniciosa. [...] Para manter presos os oficiais do Exército, despreza o texto claro, preciso da lei, e abraça, imprudentemente, o princípio vago e genérico da periculosidade das ideias e dos atos. [16]

2.2. Prisões e torturas de marinheiros e praças

No volume II dos *Depoimentos esclarecedores*[17] vê-se oito cartas, sendo seis coletivas, assinadas por 113 praças da Aeronáutica, Exército, marinheiros e fuzileiros navais, alguns civis – ex-funcionários da Base Aérea de Natal – e duas individuais, uma assinada por um oficial do Exército e outra por um civil, endereçadas à presidência da Associação Brasileira de Defesa de Direitos do Homem (ABDDH).[18] Entre elas há uma carta com denúncias detalhadas sobre a perseguição a militares de baixa patente. Nessas cartas há o relato das terríveis torturas físicas a que foram submetidos em unidades das Forças Armadas, bem como torturas psicológicas, com ameaças de serem transferidos para as Polícias Militares ou ainda ameaças de submeter suas esposas e seus filhos a igual tratamento.

Os locais das prisões e torturas citados pelos mencionados militares são unidades das Forças Armadas do Rio de Janeiro, Natal, Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre e, em alguns casos, prisões que ocorreram com a presença de americanos. Citam-se também os torturadores e responsáveis. Há relatos de toda ordem: humilhações, agressões, insultos, que se estendiam, inclusive, a familiares dos presos em tentativas de visita ou na oportunidade da prisão, ainda em suas residências. Em protesto, não foram poucos os praças que entraram em greve de fome como protesto. A brutalidade do ocorrido chama a atenção e o depoimento do marinheiro José Pontes de Tavares, barbaramente torturado, é revelador:

> Na mesma noite, foi entregue à Polícia Civil (DOPS), onde foi espancado barbaramente por mais de uma hora, levado nu para uma cela cheia fezes e coberta com pó de serra. Esfregado nesses dejetos, é forçado, em seguida, a ingerir uma dose cavalar de óleo de rícino. Permaneceu nesse local sob espancamentos constantes e purgativos em número de seis, até o dia 18 sem comer e sem beber absolutamente nada. No dia 23 redobram-se os espancamentos e sevícias, sendo praticado consigo à força atos de pederastia, introdução

> no reto de cassetete, untado de pimenta, e de dedos; foi- lhe esfregado pimenta nos olhos; cuspiram-lhe dentro da boca; com um alicate puxaram-lhe o pênis; com um cano de borracha esmagaram lhe os testículos. Durante tais sevícias de mais de três horas caiu em estado de coma. Para recobrar os sentidos jogavam-lhe baldes de água fria no corpo. Assim, sob esse regime, permaneceu até o dia 30 de junho, sem comer, sem beber. No dia 1º de julho baixou ao Hospital Central do Exército, com o ouvido purgando, sem poder andar, quase morto. Esteve também preso em uma cela do Batalhão de Guardas (BG), onde foi espancado pelo capitão Adriano Freire, acompanhado de outro oficial. Conduzido no dia 10 de agosto para o Presídio da Marinha, foi arrastado violentamente para uma solitária pelo sargento carcereiro Pedro Guanabara de Miranda, que comandava 16 soldados, todos de baioneta calada. Na solitária, permaneceu até o dia 26 de setembro de onde foi tirado para um túnel (prisão 4). Durante esse período (de 13 de junho a 26 de setembro) esteve debaixo de completa incomunicabilidade.[19]

Em outros casos, os presos ficaram incomunicáveis por semanas ou meses e, sem exceção, foram torturados, como se pode ver nos autos dos processos de 21 marinheiros e fuzileiros navais. Comum eram o espancamento, a detenção em cela cheia de fezes, onde muitos permaneciam nus, sem comer e beber, além de muitas vezes serem obrigados a tomar óleo de rícino. São casos como o do ex-cabo fuzileiro Israel Militino de Oliveira, onde se registra:

> Preso no dia 20 de maio, por ordem do ministro da Marinha, foi levado para o 1º Batalhão de Carros de Combate, onde passou dez dias incomunicável. No dia 30 de maio foi conduzido para a PE, onde foi espancado, humilhado, ameaçado de morte, de ser lançado de uma janela, como aconteceu ao taifeiro Clarindo Pereira Serpa. Depois foi conduzido para o 1º R.C.G., onde foi espancado a socos, pontapés, e murros, onde lhe arrancaram a barba já crescida, a unha, ficando nesse estado de padecimento 29 dias. Levado depois para o Presídio da Marinha, continuou incomunicável, sendo torturado e para evitar maus-tratos, procedeu como os demais, entrando em rigorosa greve de fome.[20]

Não só o depoente anterior, mas vários militares tiveram seus testículos esmagados com alicate e a barba arrancada. Mesmo quando foram levados ao hospital, denunciaram a precariedade do tratamento recebido e sessões de tortura após o atendimento médico. Os presos também eram levados a lugares ermos e ameaçados de serem empurrados despenhadeiro abaixo. Eram ameaçados de serem jogados de janelas nos locais em que estavam detidos. O desespero em face das torturas determinou que muitos fizessem greve de fome por mais de 18 dias. Noutros casos, situações de torturas eram agravadas quando os seviciados recusavam-se a assinar um documento forjado ou quando a denúncia pública não poupava os torturadores, muitos dos quais foram citados e identificados. Dentre estes, encontram-se oficiais generais e aspirantes, além de grande quantidade de policiais civis[21].

Denúncias de torturas e sevícias praticadas na Base Aérea de Natal, contra sargentos e um civil não foge à regra imposta aos marinheiros e fuzileiros navais.[22] Ilegalmente presos, desrespeitados em seus direitos e suas garantias individuais, tendo inobservada a sua condição de militar, incomunicáveis por semanas ou meses, os praças descrevem um quadro de brutalidade e agressões como tapas, pontapés, reclusão em armários, permanência nus por vários dias, privados de alimentação e sono, queimaduras de cigarro pelo corpo, inclusive no ânus. O relato do terceiro-sargento Antonio Paulo Andreazzi, é esclarecedor:

> Novamente preso a 2-VI-52 em Natal, no hangar onde trabalhava, é conduzido com outros para o 16º RI, sob ameaças do major Roberto Hipólito da Costa, que gritou para a escolta "a ordem é massacrar; qualquer coisa responda com cassetete; se for preciso, chumbo na testa". Nessa unidade, fica incomunicável, em pequena cela, de onde é retirado para "interrogatório" no próprio quartel. Sob ameaça, procuram impor-lhe que assine documentos pré-fabricados. Entre os inquisidores está o major Hipólito que tenta estrangulá-lo, não conseguindo levar até o fim seu intento porque houve intervenção de outros torturadores, inclusive do "tira" presente. Entre os presentes estava o coronel comandante do 16º R.I.A 4; é transferido para a base, prosseguem os "interrogatórios", acompanhados de espancamentos, ameaças de morte, palavrões de toda ordem. As mais várias torturas têm lugar, praticadas pelos majores Hipólito e Souza Mendes, capitão R.I.M Pereira, tenente C.A.B. Câmara e aspirante Magalhães. Entre as torturas, sofre socos, pontapés, espancamentos com cassetetes. Nos intervalos, era jogado num armário calafetado, saturado de fumaça. Nesses dias conheceu as celas que formariam mais tarde um agrupamento, construído, segundo o major Hipólito, conforme modelo aperfeiçoado dos campos de concentração nazista; celas pequenas – 1,90 x 0,90 x 1,90, toda de concreto, com portas metálicas, abafadas, úmidas e praticamente sem renovação de ar. Apenas com dois furos de cinco cm de diâmetro no teto. Daí só saía para as torturas. A 6-VI volta ao 16º R.I. A 23-VI, novamente conduzido à base, raspam-lhe a cabeça e a sobrancelhas e jogam-no nas citadas celas individuais. Diariamente é retirado para "interrogatórios", acompanhados de toda sorte de espancamentos e sevicias. Entre as torturas, uma caracteriza bem o e espírito sádico dos torturadores. Mantido sentado, ritmicamente o major Hipólito dá na cabeça com uma caixa; o aspirante Magalhães bate com uma régua nas orelhas; o capitão Ivan dá nas mãos; e o tenente Câmara nos joelhos, por mais de 40 minutos. Depois há um apagar de luzes, seguido de pescoções e pontapés etc. Tudo isso ao mesmo tempo que é rasgada a farda e são arrancadas as divisas, numa antecipação do ato ilegal do senhor ministro. Tais foram as torturas, que as pernas ficaram totalmente retesadas. Também foi posto frente a uma forte lâmpada. Após 11 dias volta ao 16º R.I A 28-VII é definitivamente transferido para o campo de concentração da base aérea.[23]

Em algumas ocasiões, a prisão foi em cela úmida, com alto-falantes ligados, ao que se somava um agravante: o não pagamento dos vencimentos aos familiares. Os presos denunciavam que a base aérea tornara-se um campo de concentração, com requintados métodos de tortura física e moral, sendo igualmente citados os oficiais envolvidos na tortura. Segundo os presos, esses oficiais eram indignos de vestirem a farda das Forças Armadas. Ao final, os presos denunciaram o ato ilegal de sua expulsão da corporação.[24]

Nos *Depoimentos esclarecedores*, há denúncias correlatas de prisões e torturas na 6ª Região Militar, que inclui os estados da Bahia e Sergipe, impostas a 30 militares, incluindo oficiais e civis. O major João Teles de Menezes denunciou que foi arbitrariamente preso e mantido incomunicável por 49 dias, tendo se deteriorado seu estado de saúde, sem atenção médica. Nessa ocasião, foram presos seus filhos e genros e ameaçadas sua esposa e filha.

> Major João Teles de Menezes: preso no dia 15 de agosto de 1952 foi conduzido à Bahia e recolhido ao 19º BC, donde era levado ao Forte do Barbalho para depor passando de cada vez 3 a 4 dias no forte, jogado numa cova infecta, antigo depósito de lenha com

> um balde onde deviam ser satisfeitas as necessidades fisiológicas o qual não era despejado. Acometido de forte infecção intestinal, em consequência da alimentação que lhe era dada, não teve tratamento adequado, o que fez agravar tanto seu estado e saúde que, chamado para depor, debaixo de insultos de baixo calão, perdeu por duas vezes os sentidos. Certa vez foi levado de madrugada, em uma camionete, a uma praia, numa nova forma de coação. Seus filhos e genros foram espancados, tendo um dos filhos fugido por ter sido ameaçado de morte. Levaram as ameaças a sua esposa e filha. Passou 49 dias incomunicável durante os quais sua debilidade orgânica chegou a um grau tal que, quando sua família pode vê-lo, tinha que ser ajudado a se levantar da cama. Ao ser levado para assinar os ‘ depoimentos’ disse lhe o coronel Freitas: ‘cheguei a não dar nada pela sua vida’. Já comunicável, ao ser levado para acareações, as mesmas eram precedidas da ameaça de que se não confirmasse tudo quanto lhe fosse perguntado seria posto em situação pior do que a anteriormente. [25]

Situação semelhante está referida na denúncia sobre os praças da 6ª Região Militar, todos em péssimas condições de prisão, celas úmidas e incomunicabilidade por semanas, até meses. Além de encarcerados em condições degradantes, sofrendo tortura psicológica e incomunicabilidade, eram ameaçados de serem entregues à polícia ou presos com ladrões e loucos. Juntando-se a esses procedimentos, sofriam ameaças de fuzilamento. Também é citada na denúncia a falta de assistência aos praças quando ficavam doentes e eram transferidos para hospitais. Ali eram constantemente ameaçados de serem seviciados na presença de suas famílias.[26]

Em outros casos, militares presos foram ameaçados para assinarem folhas em branco. Em um desses casos, há denúncias de torturas de crianças e mulheres, familiares dos presos. Noutra oportunidade um preso foi assistido por um padre, a quem informou que as torturas haviam levado um companheiro a tentar o suicídio. Entre os citados, um civil narra que. ao invocar a Constituição, ouviu o torturador determinar que não se falasse nessa “prostituta derrotada”.[27] Outras denúncias remetem a 17 civis torturados na Base Aérea de Natal, servida por uma maioria de funcionários civis.

Dezenove sargentos da Aeronáutica, membros da Casa do Sargento do Brasil,[28] foram vítimas de prisões ilegais e ficaram incomunicáveis. Eles denunciaram brutalidades, identificaram torturadores e também as péssimas condições em que ficaram presos: celas infectas, sendo constantemente molhados, interrogados sob tortura e muitos entregues à Polícia Política. Em Porto Alegre, 12 militares, que responderam a processos no Rio de Janeiro,[29] denunciaram torturas semelhantes. Outra denúncia remete a processo movido contra diretores da Casa do Sargento do Brasil.[30] Os casos de militares torturados reproduzem, portanto, o padrão identificado.

Em 1953, algumas sentenças foram proferidas na Justiça, mas os casos de expulsão da corporação, particularmente os dos praças da Marinha, são mais numerosos que os dados disponibilizados. Nesse período, por exemplo, um processo não relacionado nos *Depoimentos esclarecedores* indica 30 marinheiros expulsos da Armada.[31] O coronel Olímpio Ferraz, que estava sendo processado, teve o caso encerrado por sentença do Supremo Tribunal Federal. Noutra decisão, vê-se um pedido de absolvição de vários policiais militares do Distrito Federal.

A despeito de os 30 militares da Força Aérea terem sido absolvidos por unanimidade na primeira instância, houve recurso da Auditoria da Aeronáutica ao Superior Tribunal Militar. Em decorrência, 12 militares foram condenados e cinco excluídos do processo. Entre os excluídos e absolvidos, havia sargentos expulsos antes de qualquer julgamento, que ainda não haviam sido anistiados. Houve também oficiais que cumpriram sentença, mas, dada a dimensão de suas penas, não perderam a patente. Esses,

contudo, não conseguiram a reintegração completa e suas promoções foram pautadas por antiguidade. Uma legislação específica então aprovada, a Lei nº 1.507 e a Lei da Reforma de Oficiais, permitia transferir para a reserva elementos suspeitos, sem qualquer processo judicial. Quase uma década depois, muitos daqueles militares, já na reserva, seriam incluídos na lista de militares cassados pelo golpe de 1964.[32]

3. Os militares perseguidos na defesa da legalidade democrática

O país caminhava para um turbulento processo sucessório, pautado pelo debate sobre temas nacionalistas, cujo epílogo foram as várias tentativas de golpe capitaneadas por setores civis e militares. Em nova eleição para o Clube Militar, surgiu a Cruzada Democrática, expressão militar dos civis partidários da UDN. A luta política entre as várias tendências teria continuidade com o *Manifesto dos Coronéis*, cujo conteúdo atentava abertamente contra o governo de Getúlio Vargas, legalmente constituído. Entre os 80 oficiais signatários do *Manifesto* destacava-se, em primeiro lugar, o coronel Amaury Kruel, encarregado dos Inquéritos Policiais Militares em 1952 e que também estaria na linha de frente do golpe militar de 1964.

O clima de rebelião contra Getúlio Vargas seguiu seu curso com o atentado a Carlos Lacerda e o falecimento de um oficial da Aeronáutica, o major Rubens Vaz, que o escoltava. A crise política refletiu-se nos quartéis e em vários comandos navais e redundou na constituição da comissão de investigação conhecida como República do Galeão. Seguiu-se um último ato sedicioso, o manifesto assinado por 32 generais. A renúncia exigida do presidente teve como resposta o suicídio de Vargas, adiando, por dez anos, o golpe de 1964.

A democracia brasileira estaria sob a Espada de Dâmocles. Em sua defesa, observa-se a intervenção dos militares perseguidos no processo sucessório, os quais defendiam a legalidade democrática. Um dos expoentes dessa posição foi o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, oficial nacionalista, disciplinado e disciplinador, que atuara com determinação ao assegurar a posse do presidente recém-eleito Juscelino Kubistchek, em 1955. À frente do Ministério da Guerra, Lott teve atuação democrática, fosse com a recusa em discriminar oficiais por suspeitas ou aleivosia, fosse reconhecendo direitos até então negados aos praças, como a estabilidade dos sargentos após dez anos de serviço.

Não vale a pena rememorar em detalhes os fatos políticos desse momento histórico, pois são bem-conhecidos. Pouco antes da posse de Juscelino Kubistchek aconteceria o episódio que resultou na deposição do presidente em exercício, Carlos Luz, mais conhecido como "o 11 de novembro".[33] Registre-se, somente, a atuação de militares e praças das Forças Armadas em defesa da legalidade democrática, e a pouco conhecida intervenção de policiais da força pública de São Paulo, tendo à frente o general Miguel Costa.

Pouco tempo depois, eclodiriam duas revoltas capitaneadas por oficiais da extrema direita da Aeronáutica, a de Jacareacanga, em 10 de fevereiro de 1956, e a de Aragarças, em 2 de dezembro de 1959. A articulação contrária a esses golpistas teve a presença de muitos oficiais legalistas, como o então coronel Francisco Teixeira, cassado em 1964, ativo militante na causa dos militares perseguidos à frente da Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM).

Com a renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares assumiram posição política caracterizada como *sedição*, de impedir a posse do vice-presidente, confrontando o próprio código militar. O golpe foi abortado frente à ampla mobilização popular, impulsionada pela Campanha da Legalidade, liderada no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola. Teve a adesão de unidades militares das três forças e de algumas corporações estaduais, como a Brigada Militar do Rio Grande do Sul e a

Polícia Militar de Goiás, ambas contrárias à posição dos ministros. Por fim, teve a adesão do Comando do III Exército. João Goulart assumiu o governo após um acordo político que implementou o parlamentarismo, sistema de governo que alcançou curta duração.

Nessa ocasião a democracia brasileira expressou com maior clareza seus limites e suas possibilidades; inicialmente, repelindo as posições de uma maioria de militares contrária ao posicionamento político, anticonstitucional e golpista de um grupo, pretendendo vetar a posse de um presidente eleito. A Doutrina Góes Monteiro foi, então, posta em xeque, já que a revolta advinda de setores civis, articulados com militares, incluía a presença dos subalternos como ator político. Os sargentos mobilizaram-se em algumas bases aéreas para impedir que aviões de caça decolassem e bombardeassem o Palácio Piratini no Rio Grande do Sul, esvaziando pneus ou retirando peças dos aviões, e vindo a se constituir no comando mais ativo de resistência ao golpe. A politização, vista como indesejada por setores da oficialidade, ganhava impulso no amplo debate sobre as reformas nacionalistas. Esses militares iriam compor, em grande medida, os cassados e expulsos a partir do golpe de 1964. O tenente Wilson da Silva, que posteriormente foi exilado, preso e anistiado, descreveu assim a situação:

> Aquele movimento pela defesa do cumprimento da Constituição foi como um rastilho de pólvora nos quartéis, fazendo aflorar o sentimento de democracia, pátria, defesa das riquezas brasileiras e aprofundamento da Petrobras como símbolo da nacionalidade. Por outro lado, cheirava um visível rancor com todos que haviam participado das lutas pelo petróleo. Nós, talvez envoltos na ignorância dos tempos, apenas pretendíamos fazer os ensinamentos aprendidos na escola e nos quartéis na defesa intransigente dos bens da pátria e da soberania de seu povo. [...] Daí todos quantos haviam tomado posição em 1961 ficaram marcados dentro e fora dos quartéis. Éramos olhados como malditos, perigosos. Mas não nós amedrontávamos, passamos a ter cada vez mais atitudes políticas.[34]

Vários oficiais da Marinha, da Aeronáutica e do Exército que se mobilizaram em defesa da Constituição foram presos e depois liberados. Posteriormente, em 1964, foram cassados. Outros militares no Rio de Janeiro, por não concordarem com o golpe e não admitirem ser presos, entraram na clandestinidade. Entre os presos por defender a legalidade democrática estava o marechal Lott, já na reserva, que lançou um manifesto à nação repudiando a atitude golpista dos ministros militares. Pilotos de caça recusaram-se a levantar voo para bombardear o Palácio Piratini e outros foram presos por recusar cumprir ordens para abater o avião presidencial, conforme dispunha a Operação Mosquito. Um destes, o tenente Roberto Baere, disse ao seu comandante: "[...] a missão por nós assumida ao entrar para a Força Aérea foi defender a Constituição, e não denegri-la".[35] Preso, incomunicável por 50 dias, foi expulso da Força Aérea. Retornaria, entretanto, com (a) anistia de 1961, somando-se à lista dos cassados no golpe de 1964.

A anistia promulgada em 1961 incorporaria oficiais presos em favor da legalidade democrática, mas muitos a recusaram, vendo a punição imposta como uma comenda a ser valorizada. Um deles, o coronel e historiador Nelson Werneck Sodré, afirmou:

> Essa punição foi apagada, depois, por uma das mais monstruosas anomalias a que as Forças Armadas brasileiras já assistiram: a anistia, decretada pelo Congresso, em outubro. Nessa medida, nós, os que batêramos em defesa da lei, éramos anistiados; os subversivos, os amotinados continuavam como sendo aqueles que esta-

> vam dentro da lei. Essa ignomínia definia a situação do país quando o presidente João Goulart assumiu o governo. Não consenti que tal punição fosse cancelada de minhas alterações. Jamais usei condecorações, nem mesmo as referentes aos decênios de serviço sem punição. Aquela punição era a condecoração que me envaidecia. Não poderia abrir mão dela.[36]

3.1. *Militares* versus *militares*

A politização da sociedade e dos militares alternaria o cenário de aparente conciliação existente no país, devendo a democracia brasileira responder a novas demandas. Melhor preparados profissionalmente face às exigências de formação exigida para a atividade militar, culturalmente mais evoluídos, os praças, despertaram politicamente a partir dos acontecimentos de 1961. Com o slogan "Sargento também é povo", muitos concorreram às eleições legislativas de 1963. Alguns tiveram a candidatura *sub judice*, outros foram empossados. Houve, ainda, casos de eleitos não reconhecidos pela justiça. A questão produziria enorme tensão na categoria. O indeferimento, em última instância, no Judiciário, do mandato do sargento Aimoré Zoch veio a ser o estopim para a Revolta dos Sargentos em Brasília. A Revolta tornou-se pouco conhecida, mas desafiaria fortemente a hierarquia militar.

A revolta significou um protesto frente ao não reconhecimento de uma cidadania que a Constituição promulgou e afiançou, mas que não era respaldada na caserna. Rapidamente debelada, com um saldo de dois mortos, conforme dados do projeto *Brasil: nunca mais,* teve 502 militares perseguidos por participação na revolta, sendo 206 da Aeronáutica e 196 da Marinha. Processados na 2ª Auditoria do Exército, em São Paulo, às vésperas do golpe de 1964, 19 sargentos foram condenados a quatro anos de prisão. Alguns chegaram a se abrigar e solicitar asilo nas embaixadas do Uruguai e da Bolívia. Um projeto de anistia foi aventado, mas não foi efetivado.

O movimento dos sargentos não teve o respaldo da maioria dos militares das Forças Armadas, a despeito de manifestações de solidariedade. Muitos oficiais nacionalistas, que viriam a ser perseguidos no pós-1964, intervieram militarmente para abafar a revolta, como o tenente Bolívar Meireles. Condecorado com a Medalha do Pacificador, nunca recebida em razão do golpe de 1964 – nem quando foi, posteriormente, anistiado –, ele pondera:

> Eu acho que aqueles sublevados tinham que ser presos mesmo. Porque o fundamental era manter o governo João Goulart. E a questão dos praças de pré, eles tinham que ser mais articulados, mais articulados politicamente, inclusive eu acho eles tinham dutos para eles discutirem com o próprio presidente da República. [...] Eu tinha cumprido uma missão e que exerci sem problema nenhum, sem problema nenhum. Em virtude disso, eu tinha garantido a tranquilidade do governo democrático João Goulart. Uma coisa é você se sublevar contra um governo antidemocrático, Castelo Branco, em seguida; outra, buscar caminho de sublevação dentro de um governo, que dentro de minha experiência, minha visão quem foi mais avançado que tivemos.[37]

Manifestações de militares, desafiadoras da ordem constituída, multiplicavam-se. O Clube Militar constituía-se em baluarte do golpismo, acompanhado, nessa posição, das manifestações dos demais clubes militares, com reflexos na disciplina das corporações castrenses. Durante a comemoração da Batalha do Riachuelo, em 1962, ocorrera a devolução de condecorações por parte de vários oficiais que

não concordavam com a sua outorga a parlamentares e militares nacionalistas, mas que se destacaram na defesa da legalidade no ano anterior. Naquele contexto vale a pena recordar o *Manifesto de Dezembro de 1963*, subscrito por 30 oficiais, condenando a nomeação do almirante Candido Aragão como comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Também se recorde o subsequente *Manifesto dos Almirantes*, em 28 de março de 1964, subscrito por 35 oficiais contrários à designação do almirante Suzano e, mais uma vez, do almirante Aragão. Por fim, a *Circular Reservada*, datada de 20 de março de 1964, emitida pelo general Castelo Branco, recomendava a preparação de um esquema para enfrentar um golpe de Estado.[38]

A polarização política em 1964 projetar-se-ia, mais uma vez, sobre os praças das Forças Armadas. O Movimento dos Marinheiros, rebelados no Sindicato dos Metalúrgicos, seria uma importante faísca para a explosão do golpe de 1964, a autodesignada revolução. Revoltados com o descompromisso da oficialidade em relação às suas reivindicações, algumas históricas, incluídas todas as reivindicações por cidadania, tiveram como resposta do Almirantado o envio de uma tropa de fuzileiros. A adesão de parte dessa tropa aos rebelados resultou numa crise dentro da Marinha, cujo desfecho foi a nomeação do almirante Paulo Mário para o cargo de ministro e a confirmação do almirante Cândido Aragão como comandante do Corpo de Fuzileiros. Uma anistia para os marinheiros chegou a ser aventada, mas não concedida, em razão do golpe de 1964.

Durante os cinco dias em que Paulo Mário foi ministro ocorreu uma insubordinação por parte da oficialidade naval e ele foi ameaçado de sequestro. Face à ameaça, o almirante precisou assumir seu posto sob a proteção armada de alguns oficiais e marinheiros leais, entre estes, militares que participaram das lutas dos anos 1950 e outros, mais novos, que atuaram em favor da posse de João Goulart, em 1961. O relato do capitão de mar e guerra Paulo Silveira Werneck ao historiador Hélio Silva é esclarecedor:

> Esse ato desesperado de indisciplina dá bem conta do nível a que haviam chegado os componentes das forças que combatiam o governo. Reconheciam os sediciosos que a presença do almirante Paulo Mário no Ministério da Marinha representaria o mesmo obstáculo às suas maquinações que o desempenhado pelo general Lott, na crise de 1955, tal o seu fervor na defesa da legalidade. [...] Que autoridade moral possuía tais oficiais, que assim maculavam suas patentes, numa ação de "gangsterismo", para criticar e reprimir indisciplina dos marinheiros? [39]

Passados 50 anos, há vasta literatura sobre o golpe civil-militar de 1964, suas influências e causas, seus autores e o papel de muitos de seus personagens no curso da história do país. Há também documentos desclassificados que revelam a conspiração realizada e a participação que nela teve o governo dos Estados Unidos. Portanto, não cabe retomar os detalhes daquela operação. Para analisar as violações e graves violações de direitos praticadas contra militares no período, também não interessa o relato circunstanciado das ações que fizeram os conspiradores antecipar o golpe. As cartas estavam marcadas e muitas manifestações de suboficiais rebelados foram, inclusive, estimuladas por agentes infiltrados no movimento popular.

Saliente-se que a presença de João Goulart numa tradicional comemoração dos sargentos veio ser a senha para a adesão ao golpe de muitos militares. Ela foi seguida pela precipitação de um general anteriormente afinado com o integralismo, Mourão Filho. A consumação do golpe civil-militar foi operacionalizada no Congresso Nacional, com a declaração de vacância da presidência da República, pelo senador Auro Moura de Andrade, em 9 de abril de 1964, sem qualquer respaldo constitucional. Tentando legitimar o novo regime, o marechal Castelo Branco foi eleito indiretamente

para a presidência da República, em votação quase unânime. A decisão do presidente Goulart de partir para o exílio desmobilizou a resistência de oficiais legalistas e praças, anulando a expectativa de reação nutrida por setores sociais organizados como sindicalistas, camponeses e estudantes. Encerra-se, assim, um ciclo histórico, outro tem início, indo até a Constituição de 1988.

B) Os militares perseguidos na ditadura: 1964–1985

Para muitos militares que participaram do processo de deposição do presidente João Goulart, e também para alguns perseguidos, o regime que se iniciava teria curta duração. Prolongar-se-ia pelo tempo necessário para uma "limpeza" e, ao final, as Forças Armadas retornariam aos quartéis, mantendo, um olhar tutelar sobre a sociedade.[40] Acordos políticos fundamentavam essa hipótese, pois estava prevista a manutenção e o respeito ao calendário eleitoral. Iniciativas para afastar os militares da política no pós-1964, no entanto, não objetivavam somente cassar todos aqueles que foram perseguidos, mas tinham o objetivo de estabelecer mecanismos para abortar iniciativas gestadas no campo da direita militar. Alguns foram operacionalizados ainda no governo Castelo Branco, como a *Lei de Inatividade.* Não foram poucos os episódios conflituosos entre facções militares – d*uros* e *moderados* – relacionados à sucessão presidencial, que emergiram após 1964. Um deles foi o caso Para-Sar, que teve como expoente o capitão Sérgio Macaco. Outro foi a crise que resultou na demissão do general Sylvio Frota, ou, ainda, o episódio do Riocentro, no limiar da redemocratização[41].

1. Os militares atingidos pelo Golpe de 1964 e a resistência inicial

A atuação dos militares perseguidos depois golpe de 1964 foi pautada por duas perspectivas de intervenção, tendo em vista o processo de redemocratização. A primeira, pela via da política e adotada pela maioria dos oficiais e praças, foi construída ao longo dos anos, até a instalação da Constituinte. A segunda, a luta armada, foi a opção de menos de 3% dos militares.[42] Segundo o *Dossiê ditadura – Mortos e desaparecidos políticos no Brasil: 1964-1985*, houve 360 mortos, além de 144 considerados desaparecidos, sendo 27 militares. Somam-se a este cômputo dez militantes de origem militar.[43] A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reveria e ampliaria estes números. Nem todos militares foram mortos porque optaram pela resistência armada, em que pese o fato de muitos oficiais e praças se mobilizarem nesse sentido, aguardando uma ordem de resistência que não veio. Contrariamente ao esperado, a recomendação foi a desmobilização. Alguns militares fugiram e se esconderam, outros foram presos. Vários partiram para o exílio. Jovens oficiais legalistas, muitos deles em início de carreira, ao se apresentarem em suas unidades, foram presos, processados e expulsos. Diferentemente do acontecera nas revoltas de 1935, ou mesmo nos processos de 1952, após o golpe de 1964 muitos oficiais nacionalistas e comunistas tiveram tratamento semelhante aos dos subalternos e marinheiros, detidos em prisões comuns e rotineiramente torturados, alguns deles de forma bárbara.

Em 1964, a política de cassação nas Forças Armadas atingiu centenas de oficiais e praças. Quanto à participação na agenda pela redemocratização, a maioria dos militares atuou discretamente nos partidos de oposição. Muitos oficiais e praças fundaram associações de militares, tendo em vista o retorno da democracia e a concessão de uma anistia ampla, geral e irrestrita, que lhes possibilitasse voltar à ativa.

A resistência inicial ao golpe aconteceu de várias formas e se estendeu por décadas. Um militar que resistiu desde o primeiro momento e sofreu as consequências correspondentes foi o tenente-coronel

Alfeu de Alcântara Monteiro, morto no Quartel Geral da 5ª Zona Aérea, em Canoas (RS). O coronel Alfeu Monteiro era um oficial nacionalista e legalista que, na condição de subcomandante, não aderiu ao golpe militar, junto com vários de seus subordinados, sargentos e soldados. Na manhã de 4 de abril de 1964 chegou ao quartel o comandante recém-designado da 5ª Zona Aérea, brigadeiro Nélson Freire Lavanere-Wanderley, que determinou a prisão de todos os rebelados. Ao resistir à ordem de prisão, o tenente-coronel Alfeu foi fuzilado, vítima de cinco tiros pelas costas, falecendo no caminho do hospital.

Caso de brutalidade semelhante, com enorme repercussão no Rio Grande do Sul, foi o assassinato, em 1966, do sargento Manoel Raimundo Soares, militante do MR-26 – Movimento Revolucionário 26 de Março. Manoel Raimundo foi preso e barbaramente torturado, tendo seu corpo sido encontrado por um pescador, boiando, no rio Jacuí. O episódio ficou conhecido como o "caso das mãos amarradas". Face à repercussão na opinião pública, o caso sensibilizou o general Mourão Filho, na ocasião ministro do Superior Tribunal Militar, que assim analisou o episódio: "trata-se de um crime terrível e de aspecto medieval, para cujo autores exige rigorosa punição". Seus autores, no entanto, permaneceram impunes e até foram promovidos.

Exemplo de conduta pessoal, profissional e de resistência ao golpe é o brigadeiro Rui Moreira Lima, na oportunidade coronel e comandante da Base Aérea de Santa Cruz. Oficial legalista e nacionalista, Moreira Lima chegou a sobrevoar a coluna golpista do general Mourão, admitindo, posteriormente, que a atacaria se recebesse ordens. Diante da opção de não resistência armada ao golpe, sua conduta motivou uma reação singular: foi o único comandante que passou o comando ao sucessor designado, de acordo com o boletim, pela ordem do dia, tropa formada, sendo, em seguida, preso, e passando a responder a Inquérito Policial Militar.

1.1. Oficiais perseguidos

No Rio de Janeiro, em razão do número de militares presos, vários navios de transporte tornaram-se locais de detenção. Entres estes destacam-se o *Raul Soares*, o *Princesa Leopoldina* e o *Ary Parreira*, ancorados na Baía da Guanabara. Nesses navios, militares permaneceram encarcerados por meses, sob condições de detenção indignas. Os relatos dos presos, em seu conjunto, revelam que naqueles locais havia infestação de baratas e ratazanas, péssima alimentação, incomunicabilidade em condições torturantes. Nas bases aéreas e dependências do Exército, utilizadas como lugares de detenção, a situação não era muito diferente. O tratamento indigno a que esses oficiais foram submetidos, por exemplo, no navio *Princesa Leopoldina*, aparece resumido no relato do coronel do Exército Waldemar Dantas Borges:

> Conto meu caso: fui escoltado por um capitão de corveta – equivalente a major –, um tenente e um sargento – os dois fuzileiros –, todos armados de metralhadora de mão. Abriram o camarote, eu entrei. O corveta me disse: "Coronel, tenho ordens para lhe revistar". Controlei a raiva, olhei para aqueles três jovens, vítimas da insensatez, da mesquinhez de seus chefes golpistas e tive pena. Disse-lhe: "Comandante, você é meu subordinado, o fato de estar preso não me tira as prerrogativas hierárquicas". "Mas coronel", disse-me, "sou obrigado e gostaria que o senhor facilitasse". Tive sorte ser aquele moço menos petulante do que seus colegas. "Pois bem", disse-lhe, "vocês fiquem aí na porta". Afastei-me para o fundo do cubículo, tirei a túnica e joguei-lhe aos pés, depois joguei a camisa e a gravata, depois as calças, os sapatos –ele já dizia basta, mas eu continuava –, joguei a

> cueca e, finalmente, as meias. Inteiramente nu, lhe disse: "Vocês, companheiros, não humilharam a mim e sim ao Exército em particular, às Forças Armadas em geral, e acima de tudo, a vocês próprios. Guardem por toda a vida este degradante quadro e a lição que ele representa. Os golpistas estão espancando a nobreza dos nossos mais caros e sagrados princípios, os quais relembro: prerrogativas do posto, hierarquia, respeito mútuo, espírito de corpo e a sã camaradagem".[44]

A perseguição conra militares incluiria até oficiais que apoiaram o golpe de 1964, por exemplo, o general Pery Bevilaqua, ministro do Superior Tribunal Militar entre 1965 e 1969. Envolveria também os generais Argemiro Assis Brasil, chefe da Casa Militar; Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra; Nelson Werneck Sodré; Euryale de Jesus Zerbine; o almirante Cândido Aragão e o brigadeiro Francisco Teixeira.

A injusta punição aos oficiais estaria estampada nas vagas acusações que lhes eram atribuídas, muitas delas, senão a maioria, pautadas genericamente pelo artigo 7º do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**.** Sem maior fundamentação, esse mecanismo gerou a expulsão ou reforma de centenas de militares, tendo o agravante de somar-se quase sempre com artigos do Código Penal Militar, além de artigos da Lei de Segurança Nacional. Dezenas de oficiais da Marinha foram, assim, indiciados e expulsos. Alguns foram excluídos de IPMs, mas em seguida demitidos *ex. ofício*, sob diferentes argumentos.

No caso do tenente José Ribamar Torreão da Costa, expõe-se no IPM que "[...] não convindo a se manter na MB um provável futuro desajustado e que se viu ligado aos que cooperaram como solapadores da disciplina". Quanto ao tenente Milton Temer "[...] a fim de afastá-lo definitivamente da vida militar, fazendo um bem a ele próprio e à própria Marinha, dada a sua conhecida condição de um desajustado no meio naval e o conceito de 'agitador', que faz dele o encarregado do CEMO*"*. Por fim, em relação aos capitães tenentes Fernando de Santa Rosa e Luiz Carlos Moreira, apresentou-se o mesmo parecer: "[...] em se tratando de um elemento politizado e com afinidades acentuadas para a esquerda, julgo não interessar a ele e nem a Marinha Brasileira a sua permanência no serviço ativo".[45]

1.2. Marinheiros e praças

Entre os grupos atingidos em 1964, mediante Atos disciplinares, estão os marinheiros e fuzileiros navais, os sargentos e os cabos da FAB. Nesses casos a punição não foi associada a motivações políticas, mas relacionada à quebra de hierarquia e disciplina. Preliminarmente, 1.509 marinheiros e fuzileiros navais foram detidos e expulsos da corporação por seus comandantes, assim como centenas de sargentos, muitos deles torturados. Nos casos de praças, a punição era entendida como expressão de normas da corporação, ou seja, sem qualquer tipo de relação com as punições revolucionárias contidas nos atos institucionais e complementares[46]. O sargento Almoré Zoch Cavalheiro, cuja eleição fora impugnada pelo Supremo Tribunal Federal, gerando a Revolta dos Sargentos em 1963, registra em depoimento à CNV:

> Após indulto, vim para Porto Alegre como civil, no início de 1965. Alguns meses em Porto Alegre tive o apartamento invadido e fui preso novamente por suspeita de participação numa tal Guerrilha de Ipanema. Fui levado para a prisão da polícia do

> Exército, a prisão das tocas, onde fiquei por mais de 80 dias, incomunicável. Foi a mais repugnante masmorra que conheci. Seu endereço era na avenida João Pessoa. esquina com Duque de Caxias. A prisão possuía uma peça grande e uma porta de ferro que acessava um corredor, onde ficavam as tocas. Era um buraco ao lado do outro, com mais ou menos 1m por 2m, todo pintado de preto por dentro, com caveiras brancas no teto e colchão sujo no chão. Alguns desses buracos, ao invés de porta de ferro, possuíam um tampão que dificultava até para respirar.[47]

O fuzileiro naval Paulo Novaes Coutinho relata:

> Com o advento do golpe fomos recolhidos ao presídio naval. No dia 9 de abril de 1964 foi publicado o Ato Institucional nº 1, nós fomos expulsos a toque de caixa. No dia 10 de abril, entregues ao camburão da polícia dentro do quartel. Tiraram nossa farda, passaram piche no peito da gente para apagar o nome de soldado, e íamos ser levados para a penitenciária Lemos de Brito. Ali no Ministério da Marinha, os oficiais do Cenimar brigaram, discutiram com os oficiais da Marinha e com os policiais. Os delegados nos tiraram de dentro da viatura policial, nós estávamos expulsos e entregues à polícia, nos jogaram dentro de uma barcaça pequena e nos jogaram no porão do navio *Ary Parreiras*, que estava adernado. Adernado é um navio que está com o casco furado totalmente, sem nenhum componente, beliche, nada, e ficamos ali 30 dias dormindo no casco do navio e comendo uma vez por dia. Viemos umas três ou quatro vezes prestar depoimento na escola naval e ficamos ali e dali fomos tirados e fomos levados para a Ilha das Flores. Lá fomos recebidos por um capitão da Marinha chamado Omar Temer, que nos considerou para a segurança mais perigosos que todos os comunistas reunidos. Fomos colocados lá com cercas eletrocutadas e na hora do almoço a comida era da pior espécie. Ele vinha andando por cima das mesas de boot só faltando pisar nos nossos pratos, execrando todos nos. Dali nós saímos e fomos para o porão do navio *Custódio de Melo*, e ficamos ali. Dali depois de sete meses de prisão saímos e íamos receber a primeira visita por que nossos familiares não sabiam que estávamos vivos e fomos receber a visita na escola naval algemados de mão e para trás [...] Dali saímos nos jogaram num depósito de presos no Alto da Boa Vista, onde hoje é o Corpo de Bombeiros lá em cima, dormindo 15 pessoas num quarto de 15 por 30 no chão, um banheiro, aquele banheiro quadrado onde você tem que ficar de cócoras fazendo coco e urinando com todo mundo vendo, dormindo no chão. Dali nós íamos para o confessionário de culpa, descíamos dentro de um camburão da polícia num calor miserável, 28 pessoas até o 2º Tribunal do Júri. Já chegávamos lá alguns vomitados com a insolação e éramos obrigados a sair, nos assear, porque o mal cheiro era grande, é coisa de soldado, é coisa da ralé, eu sou ralé, eu sou de baixa patente não sou nada, então tenho que falar o que eu sofri, tô dando um depoimento para a Comissão da Verdade. O então arcebispo do Rio de Janeiro, aquele famoso que fez a campanha com Deus, pela Pátria e Família, ele foi lá ser testemunha de acusação contra os 26 fuzileiros navais que depuseram arma. Ele falou, e propôs que os fuzileiros navais fossem fuzilados para lavar com aquele ato a honra do corpo de fuzileiros navais.[48]

O marinheiro Avelino Capitani, que participaria da Guerrilha do Caparaó, descrevendo as condições de sua prisão depois do golpe, relatou:

> Fui preso em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Já havia muitos marinheiros presos. Fui levado para o Ministério da Marinha, no quinto andar, onde funcionava o serviço secreto e a tortura. Fui preso à noite e começou o interrogatório no outro dia à tardinha. Em um dos intervalos do interrogatório eles me colocaram na cela. Logo recebi um companheiro, foi a companhia na tortura. Sentou no chão ao meu lado. No primeiro instante tentei não identificar, procurei não saber quem era. Mas me parecia muito conhecido. Tinha uma sensação de conhecê-lo. De cabeça baixa, soltava alguns gemidos esparsos. Arrisquei uma olhada. Tive dúvida, mas me pareceu que era o Geraldo (nosso querido marujo neguinho). Falei: "Quase não te conheço, te bateram muito, companheiro". E ele me respondeu: "E eu quase não consigo te reconhecer, estou muito mal. Me parece que tu também estás". Uma luz muito fraquinha clareava um pouco o ambiente. "Conseguiu aguentar?", ele falou baixinho no meu ouvido: "Já nem sei, misturei realidade com fantasia.". Com a voz baixa pareciam palavras sem volta. Seu rosto estava roxo, mas a verdadeira cor era indefinida. Ele me disse que meu rosto também estava assim. Mas concluímos que não era um bom momento para se olhar. Um violento chute nos despertou. A tortura foi estendida por 40 dias. [...] Um marinheiro não resistiu à tortura e se jogou do quinto andar, de onde funcionava então o Ministério da Marinha."[49]

Antônio Pinto de Souza, praça da Aeronáutica, apresenta também o seguinte relato:

> [...] até, então, naquela noite, 31 de março, nós estávamos dentro da lei, porque nós, [...], ainda não tínhamos sido presos e destituídos de seu salário. Aí nos prenderam, naquele dia mesmo, nos jogaram numa cela na Base Aérea de Cumbica e, depois, nos transferiram para a PM, em frente ao Anhembi. [...] ali a ordem era colocar numa B-25. Pra quem não conhece, aquela B-25 velha, da guerra de 42, [...]. Por ordem do Castelo Branco nos deixaram de jogar no mar [...]. Nos levaram para Santos, fizeram um presídio lá para nós, [...], no qual eu fiquei noventa dias na cela. [...] Inaugurei e fiquei até o final. Fiquei oito meses preso e tinha uma filha que tinha nascido, [...], que eu fui só vê-la depois de nove meses que ela tava, de idade. [...] Aí ficamos oito meses, colocaram um capitão, [...], que sabia só fumar um charuto e com duas 45 em cada lado ninguém, claro, subiria por cima dele. Ficava nos interrogando numa canoa, no mar, de madrugada, você sem camisa. Daí, [...], abriram um inquérito, [...], fomos julgados por um tribunal militar, fomos absolvidos por um tribunal militar, por unanimidade, e nos retornaram, nos voltaram ao quartel. E aí não teve outro jeito, você não arrumava emprego em hipótese nenhuma. Saiu da Aeronáutica um ofício dizendo que, [...], nós não podíamos trabalhar. [...] Eu não tinha como, tinha três filhos, felizmente minha mulher era secretária no Mackenzie. [50]

1.3. Perseguição contínua

A política repressiva imposta aos militares apresentou outras faces, já que os demitidos passaram à condição de mortos-vivos e suas viúvas mantiveram o direito de receber somente o montepio, que compunha uma pequena parte do soldo. Alguns deles procuraram recompor suas vidas profissionalmente em outras atividades, como editores, vendedores de livros, professores de cursinho etc., mas continuaram a ser constantemente vigiados e chamados a depor em vários inquéritos. Muitos foram presos nesse período, alguns fugiram diante das ameaças; e mesmo aqueles que tinham determinadas profissões e poderiam lhes dar continuidade na vida civil sofreram restrições, ou foram impedidos de assumir concursos públicos em que foram aprovados[51], como recorda o coronel Ivan Cavalcante Proença.

> [...] a Isis, minha mulher, proibida de lecionar, proibida de exercer a profissão, teve que pedir, eu também, pedir pro DOPS, o nosso atestado de ideologia. Eu transcrevi o parecer, está no livro, indeferido, [...], não podemos lecionar. À mim, meu "agente" cansou, [...] de me perseguir, disse: Olha eu vou lhe dizer quem é que entrega, [...], e, [...], citou o nome das pessoas da UERJ, dos dedos duros da UERJ, me deu os nomes deles, professor e aluno, que deduravam, que insistiam em colaborar contra nós. São coisas assim, episódios incríveis, e a perseguição foi brava, foi muito violenta [...] Meu pai estava bem doente e não, [...], como general do Exército, [...], tinha notícia minha, não sabia onde eu estava, se eu estava vivo, se eu estava morto. Mantiveram silêncio, assim, bravo, constrangedor, meu pai, muito mal, morreu algum tempo depois. [...] Prestei seis concursos, [...], os que eu consegui prestar, porque bloquearam os concursos também, não tomei posse em nenhum. [...] Tive demonstrações de diretores muito corajosos, que não aceitaram a visita do DOI-CODI. Eles visitavam os lugares onde eu estava para mandar demitir, eu tenho no livro, eu cito, rigorosamente os locais de onde eu fui demitido. No início, eu dizia onde eu estava sim, depois acabou esse prurido de dizer, [...]. Eu ia e não dizia onde estava não, eu passei a não dizer, não adiantou, [...], porque eles continuaram perseguindo a gente. Até numa vez ameaçaram uma coisa mais violenta, [...], um carro nos fechou, assim, pra nos pegar, [...], conseguimos escapar [...].[52]

Igualmente graves foram as perseguições aos aviadores cassados. Aos oficiais foi negado o direito de atuar em suas profissões por meio de duas portarias reservadas da Aeronáutica. Essa medida atingiu 51 aviadores, entre eles heróis de guerra, como o brigadeiro Rui Moreira Lima e Fortunato Câmara[53]. Com tantas prisões indignas e perseguições, o Brigadeiro Rui Moreira Lima chegou a escrever um protesto ao General Médici, sem qualquer resultado. Como salientou em depoimento à CNV: "[...] Várias vezes eu fui preso e fui ao Supremo Tribunal com *habeas corpus*, e mandaram me soltar, fiquei 200 dias preso".[54] Também na Marinha do Brasil houve casos de oficiais cassados impedidos de exercer suas profissões, como o do primeiro--tenente Carlos Heitor Schueler Reis. Esse oficial relatou à CNV as dificuldades e restrições políticas que enfrentou para conseguir a carta de piloto da Marinha Mercante, especialmente pela exigência de Certidões Nada Consta, emitidas pelo Superior Tribunal Militar e pelas Primeira e Segunda Auditorias da Marinha[55].

Praças das três Armas, marinheiros e fuzileiros expulsos sumariamente das corporações tiveram dificuldades ainda maiores, uma vez que, dispondo de formação específica em suas armas de origem, tinham dificuldade em iniciar uma nova profissão[56]. O marinheiro Joaquim Aurélio de Oliveira conta à CNV:

[...] Nesses, [...], 21 anos, nossa caminhada tem sido um rosário de perseguições, em que não faltaram prisões, demissões de emprego e vexames imorais que alcançaram até nossas famílias. Em 1974 fui tirado do meu emprego do serviço aéreo da Cruzeiro do Sul e jogado na Ilha Grande, no setor de presos políticos, depois de terem me humilhado em outros presídios, pondo-me junto com bandidos da mais alta periculosidade. Ao sair do presídio da Ilha Grande apresentei-me ao meu antigo emprego. Para minha surpresa, fui informado de que havia sido demitido por justa causa. A Cruzeiro me demitiu por justa causa. Existia, na lei trabalhista, [...], uma cláusula que diz que, se você ficar preso por mais de dois anos, a empresa tinha direito a demitir você por justa causa. [...] Em 1976 prestei concurso para a Petrobrás, o que me custou um esforço enorme, estudando 22 dias, [...], concorrendo com duzentos candidatos. Fui o nono colocado entre os 17 selecionados, [...]. No entanto, não fui admitido, nem recebi qualquer comunicação. Em 1978, prestei concurso para o Metrô, [...]. Aprovado, minha admissão passou a depender de uma última entrevista, mas meu entrevistador, um oficial, deixou claro que tinha informações sobre minha vida e lá se foi mais uma pretensão [...]. Não cheguei a ser torturado, mas a minha tortura foram essas torturas pelas quais eu passei aí, nos vexames [...].[57]

O marinheiro Wanderlei R. Silva, em relato à CNV, recorda:

Eu servia na diretoria geral da Marinha e, quando foi o dia 1º de setembro, na formatura, eu fui chamado pelo nome, Wanderlei [...] da Silva [...]. Ele disse: "Olha, o senhor está sendo despromovido por ter participado no Sindicato dos Metalúrgicos". Então me tiraram uma divisa, que é uma humilhação muito grande [...], e fiquei aguardando três meses até desembarcar pro quartel de marinheiros onde eu fui demitido. [...] Então procurei o comandante [...] e disse: "Olha, já que eu vou ser mandado embora, eu gostaria que vocês me mandassem embora logo que eu queria ir atrás de emprego, porque tem muita gente pra ser admitida e então eu queria logo sair para procurar emprego". Ele disse: "Olha, você não tem que pedir nada, você ou fica até [...] a Marinha resolver quando o manda embora ou você deserta". Foi a resposta que ele me deu. Fiquei aguardando. Quando foi [...] 31 de dezembro eu fui para o Quartel de Marinheiros e lá fui mandado embora. [...] Eu não tinha onde morar. Eu tinha 22 anos, morava a bordo. Então não tinha realmente onde morar. Saí com aquele saco [...] nas costas, que era a nossa mala, e com uma mão na frente e outra atrás, sem dinheiro, sem profissão, sem ter para onde ir [...] Essa perseguição que a Marinha fazia a todos que procuravam um emprego. [...] Ela dizia que você era subversivo, era uma pessoa que não tinha capacidade de viver em grupo, entendeu?, era mais ou menos isso aí. E jogava a pessoa para escanteio. Alguns colegas se suicidaram, eu conheço um que se suicidou, o cara não resistiu, ele se suicidou. [58]

Belmiro Demétrio, praça da Aeronáutica, também relatou à CNV as perseguições e ameaças que sofreu:

[...] Eles me falavam assim: "Você é subversivo" [...], "é melhor você morrer, matar você acabou o problema, você descansa e a gente fica livre de você [...]". Na metalúrgica Abramo Weber não pude trabalhar. Na viação [...] canoense, em Canoas, não

> pude trabalhar. Na metalúrgica Piratini, em Porto Alegre, não pude trabalhar [...]. Quando eu saí do portão pra fora, da Base Aérea, nunca me esqueço, o capitão Pinheiro, que Deus o tenha no bom lugar, pois ele merece, [...] disse: "Rapaz, cuidado, porque qualquer movimento que você fizer a coisa vai ficar preta para o teu lado." Eu entendi que ele queria dizer que eu ia apagar. [59]

Face à perseguição contínua no Rio de Janeiro, marinheiros como Luiz Cachoeira e João Barroso optaram por sair da cidade, estabelecendo-se discretamente em São Paulo e em Salvador, respectivamente.[60] Mas a perseguição também se estendia aos familiares, objeto de muitas denúncias e relatos[61]. Não foram poucos os filhos, esposas e familiares de oficiais e praças que foram presos, torturados ou violentados. O sargento da Aeronáutica Mário Mota Rodrigues, atual coronel reformado, era pai de duas filhas, uma delas adotiva, e traz o registro de que, em 1965, sua primeira filha foi proibida de realizar matrícula em colégio católico na cidade de São Paulo, em razão de seu pai ter sido acusado de ser comunista. Sob a mesma alegação, a segunda filha, então com 13 anos, perdeu a condição de adotada. Segue o relato do coronel sobre ela:

> Minha esposa pegou a guarda de uma menina chamada Anita, abandonada pelos pais, em 1965. Ela estava sozinha, vivendo em um barraco nas imediações da Via Dutra. Depois de muita luta e insistência, conseguimos adotar a garota, tudo de maneira correta, seguindo todos os procedimentos previstos pela lei. Encontramos seus pais e eles passaram a guarda da menina para nós. Matriculamos Anita na escola e passamos a criá-la como nossa filha, assim como os outros. Depois de alguns meses, os pais dela apareceram na minha casa para pedir a guarda de Anita novamente. Quis saber qual o motivo, já que eram pessoas muito pobres e não tinham condições de cuidar da garota. Então, me disseram que não iriam criá-la, e somente estavam fazendo aquilo por pressão de dois agentes do DOPS, que os haviam procurado e exigido que pegassem a menina de volta. O pai dela ficou sem jeito, mas acabou falando. Haviam dito que não poderiam dar a guarda de Anita para mim e minha esposa, pois eu era comunista e isso causaria problemas para eles. Devolvemos a menina.[62]

Há também o caso de Eugenia Zerbini, filha do general cassado Euryale de Jesus Zerbini, que foi violentada, aos 16 anos, quando visitava sua mãe, a advogada Therezinha Godoy, presa no DOI/CODI de São Paulo, em 1970.[63] No entanto, esse não foi um caso isolado entre os familiares de militares atingidos e suas mulheres. Genivalda Maria da Silva, viúva do ex-cabo da Marinha, José Manoel da Silva – que foi assassinado sob tortura pela equipe do delegado Fleury, em 8 de janeiro de 1973, e enterrado como indigente –, foi presa pouco depois, sendo torturada e estuprada por soldados do Exército.[64]

2. Perseguição nas instituições militares de ensino

Alguns analistas militares, bem como acadêmicos, entendem que persistem nas instituições militares de ensino os mesmos modelo e doutrina "quase oficial", apresentado pelas Forças Armadas, sobre o movimento de 1935, acompanhados da ideologia anticomunista resultante. Essa insistente leitura dos fatos constitui um obstáculo à formação democrática dos militares, da mesma forma que se deu com aqueles que já estão formados.[65]

Em 1964, pouco tempo depois do golpe, uma política persecutória atingiu o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Recentemente, foi desclassificada considerável documentação[66] acerca da intensa vigilância que se fazia sobre alunos e professores da instituição. Sob a alegação de prática de atividades consideradas subversivas, como a distribuição de jornais e panfletos ou supostas ligações com grupos políticos e personalidades, o ITA foi monitorado e investigado. Assim, foi aberto o Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado na 4ª Zona Aérea, para averiguar possíveis atividades "extremistas", nas dependências das instituições da Aeronáutica.[67]

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) foi umas das primeiras unidades a aderir ao golpe de 1964, antes mesmo de consumada a vitória dos golpistas. Ao que tudo indica, as instituições militares passaram a ter um acompanhamento especial, com o objetivo de inibir qualquer reflexão crítica, política ou cultural do novo regime, alcançando alunos e docentes. A partir de 1967, teve início na AMAN a instrução de ações de combate à guerra revolucionária e de conferências, ministradas por oficiais da Escola de Estado Maior do Exército (Esceme), com a colaboração de expoentes da extrema direita, a exemplo do deputado Clóvis Stenzel e do bispo Geraldo Sigaud. Na instituição, fatos históricos como a Coluna Prestes e os movimentos de Canudos e do Contestado passaram a ser ignorados. Para o coronel Geraldo Cavagnari, fundador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, essas experiências, se devidamente estudadas, poderiam constituir uma significativa contribuição para a formação dos nossos oficiais.[68]

O conjunto de medidas de monitoramento e perseguição atingiu intelectuais de origem militar, como o general de brigada e historiador Nelson Werneck Sodré, cujas teses e obras sobre a formação democrática dos militares ainda encontram pouca receptividade na corporação. Segundo o coronel Geraldo Cavagnari, a leitura dos trabalhos de Sodré é uma iniciativa individual dos militares. Para o general Octávio Costa, "finda a era militar, como expressão de poder político, quisera que o Exército também o descobrisse e o acolhesse como um de seus maiores pensadores, o grande pensador de História Militar do Brasil e Memórias de um Soldado".[69]

Na formação da Academia da Força Aérea (AFA), alguns dados ilustram o objetivo de alienar os cadetes. Pouco antes da decretação do AI-5, em 1968, os cadetes aviadores Artur Vieira dos Santos, Carlos Alberto Medeiros e Edmundo de Souza Vieira Júnior organizaram um círculo de leitura e debates na Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos. Desligados sumariamente da FAB, sob a acusação de *inaptidão para o oficialato*, foram anistiados em 2005, com fundamento em informações contidas em documento reservado do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). O conteúdo do documento expôs a real motivação política que norteou o desligamento do grupo: o Círculo do Livro que implementaram foi considerado "*uma espécie de grupo de estudos de teses marxistas, para cujas hostes tentaram aliciar os cadetes*".

Um quarto cadete, Sued Lima, sofreu sucessivas restrições em sua carreira, e foi constantemente monitorado até solicitar passagem para reserva, na patente de coronel,[70] porque tivera contato com oficiais cassados. Narrando a perseguição de que foi vítima, Sued Lima recorda:

> Em um dia do final de abril de 1983, o Coronel Souza me convocou ao seu gabinete e me perguntou se eu mantinha algum tipo de contato com oficiais cassados. Respondi que sim, que frequentava socialmente a casa do então coronel Fortunato Câmara de Oliveira, amigo de meu pai e que eu conhecia desde criança. Através dele ficara conhecendo o também coronel Rui Moreira Lima e o Brigadeiro Francisco Teixeira. Meu comandante me informou, então, que por conta dessas relações eu fora transferido para Brasília, para onde deveria seguir de imediato. [...] Em Brasília, fui servir no Sexto Comando Aéreo Regional, sob o comando do Major-Brigadeiro Max Alvim,

> confesso simpatizante de Adolf Hitler, e sob a chefia de um coronel de nome Ary Pereira Barbosa, agente do CISA e figura detestada por diversos oficiais que com ele serviram. Passei a ser alvo de uma série atos discricionários, como designação para funções irrelevantes, censuras públicas e injustificadas a trabalhos por mim realizados, emissão de ficha de conceito desabonadora e impedimento para fazer o curso de Estado-Maior da Aeronáutica. Em meados de 1984, depois de meses servindo no Comar, fui convidado por um brigadeiro conhecido para servir no Estado Maior das Forças Armadas. Pedi audiência ao coronel Ary e solicitei a ele que me liberasse para seguir para a outra unidade. Ele me qualificou de ingênuo por não perceber que não sairia da subordinação funcional a ele enquanto ele não cumprisse a tarefa que tinha, qual seja a de me destruir profissionalmente. Ato contínuo, abriu uma gaveta de sua escrivaninha onde guardava um revólver. Manteve a mão na gaveta e, indignado, retirei-me da sala. Para a promoção a tenente-coronel, repetiu-se o que já ocorrera quando da promoção a major: fui colocado no critério de antiguidade. [...] Em 1998 fui informado de que não seria promovido a brigadeiro e solicitei passagem para a reserva.

Na Escola Naval, assim como na AFA, também se nota a tentativa de ocultar a história da Marinha do conhecimento dos alunos. A Revolta da Chibata, clássico livro de Edmar Morel, gerou desconfiança dos oficiais quanto aos seus leitores militares no âmbito da armada, na oportunidade em que apareceu a primeira edição (1959). Há relatos de oficiais e marinheiros que, por terem sido vistos com o livro, adquirido normalmente nas livrarias, foram estigmatizados como suspeitos.[71] Coincidentemente, esses militares foram cassados e expulsos a partir do golpe de 1964. Ainda hoje o estudo dessa revolta, do tenentismo na Marinha ou da recente Revolta dos Marinheiros de 1964 não encontrou espaço na grade curricular da instituição naval.

3. Perseguição aos cabos da FAB

Atualmente, os cabos da Aeronáutica compõem um grupo de militares cuja causa desperta controvérsia. Os encaminhamentos políticos feitos pela Comissão de Anistia e pelo Ministério da Defesa resultaram em um imbróglio jurídico que se encontra *sub judice* no Supremo Tribunal Federal. Mesmo entre os militares perseguidos, de diversas categorias, não há entendimento sobre essa questão: há associações de militares que defendem os direitos dos cabos, relacionando-os aos dos grupos militares vitimados por perseguição política, e outras que acreditam tratar-se de um grupo específico, cujos direitos devem ser reconhecidos apenas na esfera administrativa.

O número de cabos na corporação sempre foi significativo. Com a fundação da Associação de Cabos da Força Aérea Brasileira (Acafab), no pré-1964, a entidade passou a expressar os anseios da categoria por melhor formação profissionalizante e reconhecimento dos direitos de cidadania, como os de casar e votar.

O depoimento concedido à CNV e à CV/SP, em Audiência Pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo cabo da Aeronáutica Carlos Eduardo Moreira, cujo processo na Comissão de Anistia ainda não fora julgado em 2014, e que veio a falecer pouco depois, é esclarecedor desta situação:

> Tudo com a finalidade de, conseguirmos aquilo que nos era negado como homens. O direito de ter família: não podíamos dizer que éramos casados. Não podíamos ter filhos.

> Isto era degradante, por quê? Votar, nem se falava, era proibido por lei. Nós sabíamos quando entramos que era proibido por lei, mas constitucionalmente nunca foi negado o direito de um homem ter uma esposa e ter filhos. Isto a FAB nos negava. Durante a época do golpe em 1961 criamos essa sociedade no dia 19 de novembro de 1961, no dia da Bandeira, para que nós tivéssemos como norma seguir a Constituição do Brasil. Pois éramos todos brasileiros, todos filhos de pais brasileiros, todos cientes que iríamos defender a nossa pátria dentro de uma Força Armada legalmente constituída e instituída para defender nosso país. [...] Essa era a principal, me emociona, porque vi que muitas dessas coisas eram negadas como se nós fossemos animais, que você prende, castra ou mata e joga no lixo [...]. Nós éramos gente, queríamos progredir, aprender as profissões na Aeronáutica. Queríamos ter o direito de ser sargentos e até oficiais dentro daquela força armada. [...] Quantos oficiais se formavam, quantos sargentos saíam das escolas e iam aprender conosco, os cabos, [...] como voar, como consertar um avião, como dirigir um veículo. Mas nós éramos simplesmente, [...], escravos. Os voos eram feitos no Brasil por aeronaves militares e aeronaves civis. Em todo o território, havia cabos[...], telegrafistas que controlavam os céus do Brasil, para que as naves não caíssem. Não podiam ter família, viviam nos sertões de todo o território nacional, nos núcleos de proteção ao voo, como se fossem animais. Mas eram responsáveis pelos voos que passavam por todo o nosso território. E aí fazíamos a pergunta: brigadeiro, por que nós não podemos estudar,[...], um pouquinho mais, ser pelo menos sargentos? Vocês não têm direito. Se não estiverem satisfeitos, vocês podem pedir licenciamento e cair fora. [...] Essa era a triste realidade. Um homem que não pode dizer que é homem, não pode dizer que é pai, que não pode dizer que tem esposa. [...] E tem um hospital, [...], na Aeronáutica, mas não podia levar minha esposa, não podia levar meus filhos para ser tratado [...]. Passou-se algum tempo, a minha anistia até hoje não foi julgada, mas me expulsaram da Aeronáutica. Acharam algum crime em mim? Não. Me prenderam? Me prenderam, em Santos [...]. Fiquei preso, fiquei sem poder trocar de roupa sequer. Sem que minha família soubesse onde eu estava, porque eu não tinha família [...]. Eu era solteiro, não podia dizer que era casado. Não podia dizer que tinha um filho me esperando. Esta é a situação em que muitos de nós sofremos por uma ditadura. Muitos, muitos sofreram [...]. [72]

Um decreto suspensivo baixado em 1964 atingiu a recém-formada Acafab e, em seguida, o Ofício Reservado nº 04, do comando da Força Aérea, determinou o fechamento sumário da entidade, sob a alegação de supostas atividades subversivas. Outras medidas administrativas, de caráter preventivo, seguiram-se, como a Exposição de Motivos nº 138, de agosto de 1964. A principal medida promulgada pela Força Aérea, a Portaria 1.104/GM – cujo objetivo seria, em tese, disciplinar administrativamente o quadro de pessoal – pretendia de fato abortar futuras manifestações políticas ou corporativas, particularmente no momento de exceção em que fora editada. [73]

Em 2002, com a da Súmula Administrativa nº 2002.07.0003, a Comissão da Anistia teve o mesmo entendimento, assim exposto: "A Portaria nº 1.104, de 12 de outubro de 1964, expedida pelo senhor ministro de estado da Aeronáutica, é ato de exceção de natureza exclusivamente política." Com a promulgação da Lei nº 10.559/2002, os cabos começaram a ser anistiados – geralmente com sentenças julgadas em bloco –, pautados nessa interpretação. Um documento do Comando da Aeronáutica, de 2006, indicava que havia 2.182 praças anistiados.[74] Após essa data, outros praças da FAB obtiveram deferimento em seus processos.

Posterior questionamento jurídico, referente à natureza política da portaria, com Parecer AGU-JD-3, concluiu pela afirmação da inexistência de um ato de exceção relacionado à Portaria 1.104/GM. A polêmica jurídica teve seu curso com outros pareceres –um dos quais entendia que tinham direito a anistia somente os cabos que tivessem ingressado na corporação até 1964, ou seja, antes da promulgação da Portaria 1.104/GM. O Ministério da Justiça, em seguida, elaborou portaria com o objetivo de rever a primeira anistia, a Portaria 134/2011, que resultou na revogação da anistia de 2.530 cabos. Portarias semelhantes em seu conteúdo seriam promulgadas, como a 2.245/2011, desanistiando, em bloco, outros praças da FAB. Da aprovação e revogação em bloco, bem como arguindo questões relacionadas a prazos, seguiram-se ações reparatórias na Justiça movidas por esses praças.

Dadas a polêmica e a impossibilidade de avaliar e distinguir caso a caso, entre os cabos, aqueles que, de fato, haviam sido objeto de perseguição por razões políticas e aqueles que buscam direitos reparatórios sob tal alegação, optamos por incluir os cabos no cômputo total de militares perseguidos pelo levantamento da CNV. É importante ressaltar que esse número poderá ser reavaliado quando a questão for decidida no Supremo Tribunal Federal.

4. Perseguição nas Polícias Militares

Após o golpe civil-militar de 1964, oficiais e praças das forças policiais estaduais foram perseguidos e, assim como diversos quadros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, postos sob vigilância, fosse em seus ambientes de trabalho, fosse em seus lares e círculos de amizade ou parentesco. Nessa situação temos o registro de mais de 200 nomes.[75] Um número significativo de policiais militares foi vítima de expulsão ou transferência para a reserva, sob a alegação de estarem praticando atos de subversão da ordem política e social. É possível perceber que as ações dessa ordem, empreendidas pelos militares das referidas forças, foram meticulosamente observadas, na maioria das vezes, por agentes infiltrados e formalizadas para averiguação. Documentos e processos selecionados[76] fazem referência a greves, manifestações, disputas políticas em torno de campanhas eleitorais e atividades das associações de oficiais e de praças. O depoimento do capitão da Polícia Militar José de Menezes Cabral à CNV reflete o quadro exposto:

> [...] O regulamento draconiano da polícia militar, [...] simplesmente proibia o homem de pensar, era mais rígido que o regulamento disciplinar das Forças Armadas. Nós tínhamos como costume fazer denúncias sobre a arbitrariedade dos nossos companheiros [...]. Transferências cruéis, o cidadão ficava distante da família, com duplicidade de despesa. Então havia as denúncias. E as denúncias nós não poderíamos fazer porque seríamos presos. [...] naquela época o sargento só podia votar, mas não poderia ser eleito. Nós tivemos um diretor da Associação dos subtenentes e sargentos, o subtenente Herotildes, foi eleito vereador, tomou posse e exerceu o mandato. Depois, foi eleito deputado estadual, não tomou posse, porque os sargentos só podiam votar, mas não poderiam ser eleitos. [...] em 1975, foram presos, de uma só vez, cento e quatro militares, na nossa área lá, pela famigerada operação Radar. Estima-se que seriam presos em torno de quatrocentos companheiros. Então observem os companheiros nosso estado psicológico em que a gente se encontrava. Via companheiro preso [...], companheiros mortos e presos, [...]. A gente não conseguia esconder este estado psicológico, torpor

total e terror às nossas famílias. Mesmo porque mulher é considerado o animal mais inteligente do planeta [...]. Ela capta, sem você falar, o que está ocorrendo com você. E transmite aos filhos o que está ocorrendo com você. [...] As nossas famílias eram submetidas, também, a humilhações. Postavam os veículos ao lado das nossas casas, ou em frente, os famosos fusquinhas brancos e azuis, [...]. De lá saíam pessoas e começavam a manusear a arma. Isso ocorreu na minha casa várias vezes. Além disso, eles recolhiam o nosso lixo, o lixo das nossas casas, para observações, análises [...].[77]

Há dois grandes grupos de policiais militares atingidos no pós-1964, um no Rio Grande do Sul e outro, em São Paulo. Há, também, referências à perseguição de um grupo de policiais em Minas Gerais, no fim dos anos 1970. No Rio de Janeiro, já na redemocratização, nos anos 1980, policiais militares foram perseguidos. Em São Paulo, a atividade de policiais militares vinculados a organizações socialistas ou comunistas constituía a principal preocupação dos agentes da ordem. Essa preocupação explica o grande número de informes sobre a atuação do PCB junto aos militares e, também, o registro de oficiais e praças identificados como membros ou simpatizantes do partido. Um exemplo desses registros é o da atuação de um "grupo de esquerda" no centro social dos guardas civis de São Paulo e da Polícia Militar, liderado pelo tenente-coronel Vicente Silvestre.[78] O depoimento do tenente Paz ilustra a continuada perseguição na corporação:

> [...] Eu soube de três planos para me matar [...]. Eu tomei conhecimento de três planos. O primeiro foi em 86. O segundo [...] eu já estava trabalhando, no segundo batalhão lá na Zona Oeste. O primeiro eu trabalhava no COE, o COE é o Comando de Operações Especiais, a Tropa de Choque. Depois eu tava lá [...], no segundo batalhão, na rádio patrulha. Eu comandava o policiamento de rádio patrulha. Aí [...], tinha um plano do serviço reservado, conseguiram descobrir. Eu denunciei na Assembleia Legislativa. Foi pedido, inclusive, informações para o Comando Geral, via Governador, a respeito disso aí. Essa segunda foi, [...], em oitenta, já foi na redemocratização [...]. Na ativa, eu era tenente, era na época 2º Tenente. Daí depois tivemos um outro, me puseram para comandar o tático móvel da Zona Leste, os quatro Batalhões aqui da Zona Leste. [...] Eu já era 1º Tenente e tinha um plano para me matar em um tiroteio. Um tiroteio. Uma armação [...]. Daí um pessoal que trabalhava comigo [...], um pessoal do grupo, eram 26 viaturas do tático móvel, um deles me avisou que tinha um plano para me matar em um tiroteio. Que eram matadores [...], pessoas que tinham 40 assassinatos conhecidos. Era um negócio assim, dantesco [...] Daí eu tomei conhecimento, tomei precaução. Então, eu não largava a metralhadora, revólver, a pistola, coisa maluca. Dormia com a pistola debaixo do travesseiro. Mas, tinha um grupo que me dava segurança, um grupo do tático mesmo, que me dava segurança plena até na minha casa.
>
> [...] Reivindicações sindicais, aumento de salário, pedir promoção [...], éramos tachados de comunista, terrorista. Eu era chamado de comunista, terrorista, por conta disso. O pessoal evitava me ver. Você chegava no quartel [...], se tinha lá oficiais[...], o pessoal de forma nenhuma dirigia palavra a mim. Isso durante anos. Na rua[...], o pessoal mudava de calçada para não [...] encontrar comigo e se comprometer. Era um negócio doentio, um terror [...].[79]

Em outro documento, estão relacionadas as funções ocupadas por militares identificados como comunistas, como os policiais Oirasil Werneck, Carlos Gomes Machado, João Evangelista da Costa e Frutuoso Luiz Martins, os quais ocupavam cargos políticos nas associações representativas de classe. A partir desse monitoramento vários quadros da Polícia Militar paulista seriam atingidos pelo Ato Institucional nº 5, muitos demitidos ou reformados sob a alegação de "incompatibilidade para a função". Entre os meses de janeiro e abril de 1974, foram excluídos, "a bem da disciplina", 146 policiais militares em São Paulo. Em 1975, mais de 50 PMs, entre oficiais e praças, foram indiciados por envolvimento com células do setor militar do PCB.

Em relação aos outros estados foram encontrados, nos registros mencionados, nomes de policiais vinculados à Polícia Militar do Paraná,[80] do Pará[81] e de Goiás[82] que haviam sido demitidos ou colocados na reserva. Houve casos em que policiais participaram de organizações de esquerda, como, por exemplo, a Ação Libertadora Nacional (ALN).[83] Outras fontes documentais também relacionam militares indiciados em inquéritos policiais, como, por exemplo, um documento da Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que menciona integrantes da Brigada Militar, alvos de vigilância, por atitudes consideradas subversivas. Nesse documento consta que foram investigados 39 oficiais.[84] Na lista encontrada aparecem 37 nomes de oficiais denunciados pelo Ministério Público.[85] No Pará,[86] houve uma tentativa de instauração de guerrilha, na região de Conceição do Araguaia, pela ALN, da qual participaram dois policiais militares. No estado da Guanabara foram instaurados dois processos[87] contra o sargento Severino Viana Colou, assassinado após sofrer torturas atrozes. Ele integrava o Comando de Libertação Nacional (Colina).

Entre os policiais militares de Minas Gerais perseguidos, encontram-se nomes que fizeram parte de um grupo intitulado Serpentes Negras, cuja militância ocorreu entre os anos de 1976 e 1986, sob a liderança do cabo Paulo Geraldo Ferreira. [88]Por fim, relacionada a polícias militares, emergiu, em 1980, a questão dos Bombeiros de Nilópolis. O caso está *sub judice* e, entre dezenas de perseguidos e punidos, 18 foram anistiados pela Comissão de Anistia.

A investigação sobre o conteúdo e número de todos esses casos permite apresentar o seguinte quadro:

Forças Policiais Estaduais	Oficiais	Praças	Total
Guanabara	0	03	03
Rio Grande do Sul	47	20	67
Minas Gerais	04	07	11
São Paulo	31	65	96
Sergipe	0	01	01
Ceará	01	0	01
Pará	03	02	05
Paraná	10	01	11
Santa Catarina	02	0	02
Rio de Janeiro	03	29	32
Policiais Militares cujo estado não pôde ser identificado	02	06	08
Total de oficiais			103
Total de praças			134
Total			237

Fonte CNV: A principal referência deste diagnóstico é o projeto Brasil: Nunca mais; combinado com dados de militares perseguidos levantados por outros acervos como o Arquivo Público do Estado de São Paulo; o Arquivo Nacional de Brasília; o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp; o Cedem da Unesp; Ana Lagoa, da Ufscar; o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA); e acervos particulares. Também foram consultados documentos oficiais, como os Atos Institucionais, processos, IPMs, documentos desclassificados e dados de listas de militares de suas entidades na luta pela anistia, muitas delas em atividade. Consideram-se ainda fontes acadêmicas e históricas. Nesse diagnóstico, estão somadas informações de depoimentos individuais em Audiências Públicas de Militares Perseguidos realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

5. A resistência armada ao regime militar e a tortura de oficiais e praças

Entre os militares perseguidos, poucos foram os oficiais, praças e marinheiros que optaram por se juntar aos grupos civis na resistência armada à ditadura. De todo modo, essa participação foi mais ostensiva a partir de 1968, por influência das ideias nacionalistas e de esquerda no meio militar, a militares dissidentes do PCB ou vinculados a grupos menores, cujo funcionamento não se encontra esclarecido. Comparativamente ao conjunto de militares perseguidos, dados do projeto *Brasil: nunca mais* demonstram que menos de 3% optaram pela luta armada, com uma variação pequena: entre os praças, 3,2%, e entre os oficiais, 0,8%. Ressalta-se que, nesse conjunto, incluem-se ainda 97 membros das Polícias Militares.[89]

A intervenção armada desses grupos aparecia na imprensa e muitas de suas ações foram percebidas por setores do governo como uma efetiva ameaça comunista ao regime militar. Em seu conjunto, entretanto, não tiveram maior significado nem provocaram um abalo na estrutura de poder. Ao que tudo indica, tanto em número de militares como pela postura militarista a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com muitos quadros militares advindos do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) e da VAR – Palmares, foi a organização que mais se notabilizou pelas ações armadas, tendo à frente vários oficiais e praças, como o capitão Carlos Lamarca. Uma das ações mais divulgadas da VPR foi a intitulada Guerrilha no Vale do Ribeira. Segundo o *Brasil: nunca mais*, integraram a organização 20 militares. Vários denunciaram torturas após terem sido presos[90], como se vê no relato do Sargento Carlos Roberto Pitolli:

> Quando eu fui preso na quarta feira, já tinha um pessoal estranho na sala, junto com o meu comando [...], um pessoal que não era militar, entendeu? Que depois eu vim saber que eram do DOPS. Nesse domingo, já fazia um mês que eu tava preso, a gente viu o Onofre [...]. Nós fomos embora, e no dia seguinte, na segunda feira, o Onofre, no pau, acabou falando de mim. Daí foram me buscar era umas [...], seis horas da tarde, seis e pouco. E aí foi um grupo de combate, nove soldados, com um sargento e tal, armados [...], metralhadora, e meteram algema: "Mão pra trás". Me algemaram e me levaram. O pessoal, quando viu aquilo, todos sentiram [...]. E aí me levaram para a escolinha. Cheguei lá, o Onofre tava num banco, num banco de madeira, deitado [...], de comprido, e a cabeça caída pra trás do banco, no fim do banco. O fio da eletricidade no pênis, outro na orelha. Aí me puseram olhando pra ele, assim, de comprido, ele não me via. Aí deram o choque nele, e: "Fala do Pitoli", ele gemia e tal, "Fala do Pitoli". Aí ele começou a falar, quando conheceu, como que era, que eu tava com eles a tanto tempo [...], que eu era da organização, o que eu tinha que fazer, porque a gente ia tirar os presos, os companheiros. Daí pegaram a cabeça dele, assim [...], levantaram e: "Olha quem tá aí". Pegaram por trás, que ele era careca, juntaram nos pelos aqui atrás, nos cabelos, e levantaram. Daí ele falou: "Desculpa Pitoli". [...] Cara eu tive vontade de matar o pessoal, porque era uma coisa[...] horrível. [...] Algemado [...], eu já levei um murro no fígado, porretada na cabeça, no corpo. Quando [...] me dei por mim já tava pelado, amarrado, de ponta cabeça e [...] dando afogamento [...].[91]

Além da VPR, houve outras organizações de esquerda que optaram pela luta armada e contaram com a presença de militares. Algumas apresentavam um número considerável de membros, embora tenham sido pequenas e tido curta duração. Uma delas, o Movimento Nacional Revolucionário

(MNR), esteve envolvida na primeira ação militar no-pós 1964, a Guerrilha de Três Passos, tendo entre seus quadros 15 militares, oficiais e praças, sob a liderança do coronel Jefferson Cardim. A organização foi destruída e seus militares barbaramente torturados:

> Na fuga, os 21 "guerrilheiros" se embrenharam nas matas e só mais tarde foram capturados, através de operações de cerco desencadeadas pelos paraquedistas. Ainda no dia 27, Jefferson foi conduzido de jipe para Foz do Iguaçu e, em Medianeira, foi retirado do veículo por ordem do capitão Dorival Suamiani, que o jogou no chão e, após desferir diversos pontapés, colocou o coturno sobre o rosto do coronel e ordenou aos seus soldados: "Escarrem na cara deste filho-da-puta, comunista, assassino que traiu a pátria brasileira". Completamente possesso, o capitão o espetou com um garfo de campanha desde os pés até o pescoço. Todo esfolado, fizeram com que ele rolasse de volta até a viatura. Antes de chegarem a Foz do Iguaçu, o major Hugo Coelho, assessor do general Justino Alves Bastos, então comandante do III Exército, interceptou o comboio e disse que tinha ordem de fuzilar o prisioneiro. Fizeram Jefferson andar aos pulos, algemado, por cerca de cem metros e mandaram-no encostar-se a uma árvore e simularam um fuzilamento. À uma hora da madrugada do dia 28 de março, chegaram a Foz do Iguaçu e o amarraram nas grades da cela, com os braços erguidos e os pés suspensos. Ficou nessa posição até o dia amanhecer. De meia em meia hora o sargento Elísio apertava as cordas criando maiores aflições pela falta de circula*ção nas mãos e nos pés. Quando o soltaram, às nove horas da manhã, ele foi engatinhando até o vaso imundo do san*itário*, pegou daquela água, pas*sou no rosto e bebeu um pouco. Dali foi arrastado até a presença do comandante do 1º Batalhão de Fronteiras, tenente-coronel Auro Marques Curvo, que, diante da tropa e familiares dos militares reunidos no pátio, disse apontando para o grupo: "Estes são comunistas, traidores da pátria que querem entregar o Brasil à Rússia". Terminada a cerimônia, foi levado até a sala da 2ª Seção e espancado pelo capitão Rui Monteiro e pelo major Ari Moutinho. Na manhã do dia 29, foi fotografado pela imprensa e à tarde, após nova sessão de tortura, levado para a sala do comandante, que ao ver algumas gotas de sangue caírem sobre uns papéis disse exaltado, para o oficial de dia: "Levem esse filho-da-puta daqui, ele está sujando a minha mesa". [...] Todos os presos foram levados para o batalhão foram torturados, com maior ou menor intensidade, de acordo com o grau de importância dado pelos militares. Naqueles dias, as celas e o corredor que as ligava à escada, que leva à escada de comando, ficaram banhados de sangue.[92]

O Movimento de Ação Revolucionária (MAR), formado majoritariamente por marinheiros presos no interior da Penitenciária Lemos de Brito, organizou a Guerrilha de Angra dos Reis, tendo à frente dez militares. Na mesma linha de contestação armada, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) ganhou certa notoriedade com a Guerrilha do Caparaó, formada por praças do Exército. Consta que havia 15 militares na referida organização. Uma pequena organização, sob o comando do major Joaquim Pires Cerveira, foi a Frente de Libertação Nacional (FLN), sediada em São Paulo e desarticulada no início de sua constituição. Outro pequeno grupo que contou com a participação de subalternos das Forças Armadas foi a Organização Política Marxista – Política Operária (Polop). Antes de iniciar o projeto de instalação de um foco guerrilheiro em Minas Gerais, teve seus membros presos no Rio de Janeiro. O grupo, contudo, conquistou alguma notoriedade por um projeto fracassado conhecido por Guerrilha de Copacabana.[93]

6. Militares no exílio e os perseguidos pela Operação Condor

Preliminarmente, há o registro de 2.692 exilados em 1979 e, entre eles, 278 militares, assim divididos:

FORÇA	OFICIAIS	PRAÇAS	TOTAL
Aeronáutica	3	35	38
Exército	10	20	30
Marinha	3	204	207
Forças Policiais	1	2	3
Total		Praças	261
		Oficiais	17
		Total	278

Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI), SNI/1979/Arquivo Nacional.

Esse dado, porém, não reflete a realidade. Centenas foram para o exílio no pós-1964 e outros tantos após 1968, em razão do AI-5. Muitos militares morreram ao retornar clandestinamente ao Brasil, outros retornaram somente anos depois, e há aqueles que nunca mais voltaram ou morreram no exílio. Cuba foi o destino de muitos exilados militares que optaram pela luta armada; enquanto outros foram trocados por embaixadores. Vários retornaram ao Brasil na continuidade da resistência à ditadura; embora haja aqueles que se exilaram no primeiro momento e retornaram ao Brasil somente em 1979, como o capitão de corveta Thales de Fleury Godoy ou o marinheiro Paulo Conserva, entre outros. Documento do Serviço Nacional de Informação (SNI) registra 2.692 exilados em 1979 e, entre eles, 278 militares.[94]

O primeiro país que recebeu grande número de exilados brasileiros e, entre eles, os militares, foi o Uruguai, à época uma democracia. Após o progressivo engessamento das liberdades democráticas, o Uruguai sofreu, em 1973, um golpe de estado. Milhares de exilados brasileiros partiram, então, em busca de um novo refúgio, instalando-se especialmente no Chile.

Com o golpe no Chile, em 1973, aconteceria nova diáspora de exilados brasileiros. Muitos militares seguiram para outros países, e tudo indica que a maioria acabou indo para a Suécia. Há, ainda, relatos de migração para Cuba, Alemanha Oriental, Hungria, França e Portugal. Em 1974, com o advento da Revolução dos Cravos, Portugal foi o destino de alguns militares que estavam exilados em Cuba. Outros auxiliariam o processo de reconstrução de Moçambique, Angola e Guiné, ex-colônias portuguesas. Em 1979, com a anistia, houve o retorno dos militares exilados, mas não de maneira imediata. Ao avaliar o caráter restritivo da abertura, alguns decidiram aguardar um tempo. Um deles voltou ao Brasil somente em 2012.

Nos anos 1970, estava em curso entretanto, um mecanismo repressivo que ampliou a perseguição aos exilados brasileiros na América Latina: a Operação Condor. Operação clandestina de conexão repressiva entre Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia – com adesão também do Peru em meados dos anos 1980 – seu objetivo era monitorar, capturar, ou eliminar perseguidos políticos e exilados, atingindo centenas de refugiados, entre os quais os militares, alguns assassinados. O almirante Cândido Aragão, exilado no Uruguai após o golpe, foi constantemente monitorado pelos órgãos de segurança locais em conexão com o Brasil. Documentação recentemente desclassificada comprova o fato. Entre os militares atingidos estava o coronel do Exército Jefferson Cardim, já mencionado anteriormente. No exílio, em 1970 foi alvo de uma das primeiras missões de captura da referida Operação Condor. Raptado na Argentina e extraditado para o Brasil junto de seu filho, Cardim foi submetido novamente a tortura, permanecendo preso até a anistia.

O major do Exército Joaquim Pires Cerveira é reconhecido como desaparecido no âmbito da Operação Condor. Filho de tradicional família de militares, foi membro do PCB e participou ativamente das lutas nacionalistas dos anos 1950 e 1960. Cassado pelo AI-1 em 1964, foi absolvido, mas posteriormente fundou a Frente Nacional de Libertação (FNL) e entrou na clandestinidade. Em 1970 foi preso e muito torturado. Banido em troca do embaixador Alemão, após transitar por alguns países, foi sequestrado em uma articulação dos órgãos de segurança do cone sul, na Argentina, em 1973, e morto.

Outro militar assassinado no exílio foi o capitão Wânio José de Mattos, da Força Pública de São Paulo. Membro da VPR, foi expulso da Força Pública de São Paulo, em 1971, e banido para o Chile em troca do embaixador alemão, vivendo no país como professor universitário. Após o golpe ocorrido naquele país, em 1973, teria sido morto no Estádio Nacional do Chile, em outubro do mesmo ano. O fato foi acompanhado pelas autoridades brasileiras, que, inclusive, participaram de sua morte.

Por fim, na lista de militares mortos no âmbito da Operação Condor, deve-se incluir o sargento do Exército Onofre Pinto. Dirigente da VPR, com militância no movimento dos sargentos em 1963, foi indiciado, preso e torturado em 1969. Banido do Brasil em troca do embaixador americano, ele era monitorado pelos órgãos de repressão do cone sul. Apesar de advertido por companheiros, como Pedro Lobo, sobre os riscos de retornar ao Brasil, adotou esse caminho. Está desaparecido desde 1974.

7. Militares perseguidos e a resistência democrática

A maioria dos militares perseguidos atuou no campo da resistência democrática objetivando a restauração da democracia e a anistia. Houve, entretanto, iniciativas de resistência mais fortes, como a que sucedeu o golpe.

Logo após a tomada do poder pelos militares houve um entendimento entre diversos setores civis e militares sobre a existência de condições para um contragolpe. Tratava-se de uma articulação construída no exílio e que deveria incorporar, internamente, militares cassados, como o general Ladário Telles, o brigadeiro Francisco Teixeira e o coronel Ciro Labarth, além de vários políticos como João Goulart e Leonel Brizola. Havia também a expectativa de adesão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Esse projeto não teve condições de se concretizar.

Uma segunda tentativa de resistência que, no limite, poderia levar a um confronto armado estava relacionada à sucessão do marechal Castelo Branco. A articulação envolvia correntes militares da ativa e da reserva que eram favoráveis à redemocratização; elites civis golpistas de 1964, entre os quais o governador Adhemar de Barros; e militares ainda na ativa, aliados do antigo governo João Goulart. Mais à esquerda, a articulação incorporava o PCB e militares cassados, como o brigadeiro Francisco Teixeira, o capitão Eduardo Chuay e o general Euryale de Jesus Zerbini. A iniciativa não prosperou – entre as muitas razões, devido à cassação do governador Adhemar de Barros, em 1966.

Uma iniciativa dos militares perseguidos com o objetivo de construir uma resistência democrática à ditadura e apoiar os que haviam sido perseguidos foi tomada pouco depois de 1964, com militares cassados ou demitidos das Forças Armadas formando comissões para a defesa de seus interesses e direitos. Alguns se associariam novamente nos anos 1980, na fundação da primeira entidade de luta dos militares cassados: a Associação dos Militares Cassados (Amic), que, posteriormente, transformar-se-ia na Associação Democrática Nacionalista dos Militares (Adnam).[95]

A Frente Ampla constituiu outra iniciativa de resistência que contou com a participação de muitos políticos e militares perseguidos — entre eles, o brigadeiro Francisco Teixeira. Também dispôs

do apoio dos ex-presidentes Juscelino Kubistchek, João Goulart e Carlos Lacerda. A frente congregava setores de esquerda do PTB e o PCB. Com o advento do AI-5 e a cassação de muitos políticos, inclusive de Carlos Lacerda, a iniciativa não prosperou.

A partir da promulgação do AI -5, o regime ostentou sua face mais truculenta, e muitos oficiais, já perseguidos, foram presos. Uma das consequências do AI-5 foi caso Para-Sar, uma lista de 40 perseguidos a serem jogados no mar, inclusive vários militares, alguns deles cassados em 1964. Militares sofreram no momento severa vigilância e mesmo atentados, como foi o caso do brigadeiro Teixeira.

> O incêndio da minha casa foi em 1969, fins de 1969, novembro de 1969. Nós morávamos no Posto Seis, eram umas casas que pertenciam ao Correio da Manhã. A casa era parede e meia, as casas eram duas a duas, parede e meia, e puseram fogo através do teto. Na casa vizinha que estava vazia, casa vizinha nossa, tava desabitada e eles puseram fogo no teto de madeira, passou para minha casa, [...], o fogo. Nós acordamos de madrugada, já com fumaça dentro de casa, e saímos dali. Eu botei um hobby por cima, meu marido também, por cima do pijama, porque a casa era de dois pavimentos e nós estávamos em cima e com medo até de que não pudéssemos descer, [...]. Meu filho, que nessa época tinha uns dezesseis anos, [...], ele primeiro quis pegar as roupas todas dele, mas, assim mesmo, [...], saiu de casa, conseguimos sair. Pra Francisco também, enfim, foi um momento difícil, mas de muita solidariedade por parte de amigos e de pessoas que nos conheciam. [...] Infelizmente não se pegou quem, o autor desse atentado, não se pegou, mas saiu no jornal, [...], alguns jornais até ainda do nosso lado, ainda puseram que seria um atentado contra o brigadeiro, mas sem detalhes [...].[96]

Nesse período, a repressão aos militares intensificou-se em alguns estados, inclusive, com laivos de sofisticação, tendo os torturadores utilizado contribuições externas como o "método inglês". Um dos militares atingidos por este tipo de tortura foi o capitão--tenente José Miguel Camolez, chefe do Departamento de Obras da Base Naval de Aratu, na Bahia. Em razão da sua militância na Resistência Armada Nacionalista (RAN), Camolez foi preso na presença de sua esposa, que estava grávida, e de seu filho de cinco anos, em sua residência, no dia 17 de abril de 1973. Foi, então, encaminhado ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Ele descreveu o local da prisão como sendo um cubículo de 1.5 m x 1.5 m, pé direito de 2 m, paredes revestidas de fórmica na cor laranja brilhante e o teto coberto por placas de plástico branco fosco, no qual havia luzes fluorescentes fortíssimas. Havia ainda quatro alto-falantes e um painel de vidro temperado na cor marrom. Segundo seu relato:

> Quando eu entrei na câmara de tortura me mandaram tirar a roupa e ficar só de cueca, é a tortura inglesa, não toca em você, quem bolou é um filho de uma puta. Não sei se você viu isso em descrições minhas ou em filmes, isso tremia e não era eu nervoso, era de reverberação das ondas de som, tão alto era frequência ou o som, eu olhava e tudo tremia, minha pele, e eu gritava e não ouvia minha voz, e isso ó [...] foram 29 horas seguidas, para ser mais exato de tortura, foram umas 26 horas, sempre aquela técnica, fechada a porta um negócio menor que isso aqui, tinha um vidro fumê muito escuro. Eu via quando o cara tragava, a brasa do cigarro, as vezes ele injetava um calor, era mais uma sensação de falta de ar por causa do calor, mas a maioria do tempo era muito frio, e o som mudando, ora era sons humanos, ora sons apavorantes ou era sons eletrônicos. Naquela época nem existia muitos, mas eles já

> tinham, depois de 26 horas eles vieram com a última, eu já tinha conseguido bolar então vou te contar, eles: nós sabemos onde sua mulher está, já tinha se passado 24 horas, ela está na praia do Flamengo 62, que era a casa da mãe dela, ó não temos mais tempo, em 15 minutos nós vamos pegar ela e colocar aqui, você vai sair e ver ela se fodendo aqui. Daí eu falei: o que vocês querem que eu assine? Daí me deram um papel, não esse que você viu aqui, vai escrevendo aí, daí eu fui escrevendo, daí eu não recusei que era da RAN, mas recusei que era da luta armada.[97]

O caso desse oficial chama a atenção por haver conseguido, nos anos 1980, a reintegração por meio de mandado de segurança no Tribunal Federal de Recursos (TFR), sendo revertido à ativa. Embora seu pedido administrativo fosse rejeitado pelo ministro da Marinha, Maximiano Fonseca, sob a alegação de "falta de interesse da administração", ao final ele conseguiu sua readmissão na Armada e, reassumindo suas funções por um único dia, solicitou passagem em seguida para reserva. Arguido sobre as razões de sua atitude, após tanto esforço na conquista de um direito, disse que entrara na Marinha pela porta da frente e queria sair pela mesma porta.[98]

Pouco tempo depois, entre 1974 e 1975, estourou a Operação Radar, com vistas ao aniquilamento do PCB, cujos membros, entre eles militares da Polícia Militar de São Paulo, atuavam politicamente no MDB. Após dezenas de prisões, esses militares foram barbaramente torturados e, em seguida, expulsos de suas corporações. Um deles, o coronel Vicente Sylvestre, foi brutalizado de tal forma depois de preso, em 9 de julho de 1975, que admitiu em depoimento à CNV que sua morte fora evitada por intervenção direta do então ministro do Exército Sylvio Frota. Alias, o seu é o único caso de um militar torturado que constou como assunto de pauta em reunião do Alto Comando do Exército.

> Me tiraram toda a roupa e me deram um macacão do Exército. Dois indivíduos, altamente agressivos no linguajar deles me colocaram um capuz e me levaram para o famigerado DOI-CODI. Até aí eu estava a dialogar, conversar, vamos conversar, mas ninguém queria conversar. Aí começou no DOI-CODI ...me apresentaram de pronto, cheguei, um companheiro meu, coronel reformado Carlos Gomes Machado. Machado estava um farrapo humano, um trapo. Ele me disse: Sylvestre, não procura esconder nada, porque eles estão sabendo de toda nossa atividade política. Não esconda porque se você esconder, ou tentar esconder, eles vão te matar aqui dentro. Aí já sabia que José Pereira de Almeida estava preso, Gerumim estava preso e tantos outros, quase que uma média de 20 pessoas. Aí então eu comecei a conversar. Quando comecei a conversar, sempre encapuzado. Por que o capitalismo... e, quando falei em capitalismo me deram o chamado telefone. Um tapão assim, toda a força. Aí eu vi, aqui não tem diálogo. O que o Machado falou, pode ter certeza que ele falou toda a verdade... Você vai repetir e aí eu repeti o que o Machado falou, que em síntese foi essa história que acabei de contar. Quando eu estou achando tudo resolvido, me fizeram tirar toda a roupa, fiquei completamente nu, me penduraram no pau de arara. Então disseram, agora vamos fazer o que vocês fazem com vagabundo na delegacia. E foi uma pancadaria... Eu sei que, tinha um rádio ligado muito alto e em dado momento o locutor anunciou o horário, eram 18h15, 18h30. E, pendurado no pau de arara, depois na cadeira do dragão, sempre nu. Amarrado numa cadeira metálica e com conjunto das mãos... choque com aquela maquininha que davam descarga de choque. Nessa altura, já prestei atenção

> naquele desespero, naquela coisa, prestei atenção no horário e deu meia noite e dez. Então estava mais de 6 horas nessa sala de tortura. E contei o que tinha que contar. Eu vejo, e aí me levaram para uma sala. Essa foi a primeira recepção que eu tive. Depois essa história se repete quase toda noite. Isso foi até outubro.... Setembro, dia 02 de outubro eu já estava no quartel da polícia Militar. Então três meses de torturas, as mais absurdas, como um ser humano pode fazer isso com uma pessoa indefesa. [...] Quando eu estava na Polícia Militar de volta, chega a notícia que o tenente José Ferreira de Almeida havia se suicidado dentro do DOI-CODI. Um choque tremendo, não havia condições de se suicidar no DOI-CODI. [...] Era humanamente impossível, não tinha instrumento para isso. [...] Mais tarde ficamos sabemos que ele foi vítima de tortura dentro DOI-CODI e introduziram no ânus um cabo de vassoura, quebrando na ponta e perfuraram todo o intestino dele. Ele morreu sem o corpo deixar nenhum vestígio, nenhum hematoma, nada. [...] E esse caso ficou praticamente desconhecido da história dos presos políticos.

Há casos de militares mortos ainda poucos conhecidos. Um deles, mencionado no depoimento acima, foi o do tenente da Reserva da Polícia Militar de São Paulo, José Ferreira de Almeida, militante do PCB. Ele foi preso em julho de 1975, ficando incomunicável por um mês e sofrendo vários tipos de tortura. Chegou a se entrevistar com seu advogado, mas, pouco depois, foi encontrado morto. As autoridades do DOI-CODI alegaram suicídio. O fato ocorreu na mesma cela em que Wladimir Herzog seria encontrado morto dois meses depois. Outro oficial atingido pela Operação Radar foi o coronel da Força Pública de São Paulo, José Maximiano de Andrade Neto, membro do PCB. Em 1964 ele foi afastado da PM por não aderir ao golpe. Preso em 1975, foi barbaramente torturado no DOI-CODI do II Exército. Libertado em 18 de agosto, foi abandonado quase morto em frente à sua casa. No dia seguinte, faleceu em um hospital de Campinas, vítima de um ataque do coração fulminante.

Nos anos 1980, esse grupo de policiais seria anistiado pelo Governo do Estado de São Paulo – Governo Franco Montoro e reintegrado à Polícia Militar, permanecendo pouco tempo na ativa. No limiar da redemocratização, consta que muitos praças e bombeiros da Polícia Militar de Minas Gerais foram presos e torturados. A esse propósito há relatos de alguns soldados do Exército, como Luiz Cláudio Monteiro da Silva, preso entre 1986-1987:

> Eu nunca esperava passar por aquela situação tendo em vista que eu escutava: "A Ditadura acabou". Mas não tinha acabado não. Eu continuei ali dentro daquela situação só por ser amante de um grande professor: Darcy Ribeiro. Por estar lendo, eu não podia ler, eu fui, dentro do alojamento [...] pego de surpresa porque eu estava lendo um artigo num jornal, falando sobre Darcy Ribeiro. Obviamente que o Brizola também era citado e, de repente, eu tava sendo acusado de pertencer a partido político, sendo acusado de ser um subversivo. Um cara que se dedicou à pátria, à bandeira. Ouvia muito daqueles coronéis: "a ordem pública não pode ser violada". Eu jurando bandeira para dar minha vida por esse país e [...] eles me deram foi o quê? Todo mundo sabe o que eles deram na gente. [...] Eu fui preso, fui interrogado de forma totalmente desumana, não entendia o que estava acontecendo comigo. Se fosse hoje eu pensava que era uma pegadinha [...] mas não era. As bordoadas eram verdadeiras. Hoje eu tenho minha mão um pouco dolorida. Parte direita do corpo meia complicada; meu joelho não é mais como antes. Eu tomei cassetete no joelho. Fiquei preso num redondão, parecia

uma gaiola. [...] Lá na Brigada, às margens da Baía de Guanabara, [...] existia o 24º Batalhão de Infantaria Blindado. A água ficava no peito e eu ficava pensando comigo: "Como é que vai ser?". Ninguém sabe, ninguém está vendo, e eu não sabia quem falava comigo, eu não sabia quem poderia me ajudar. E toda hora vinha alguém e dizia pra mim: "Hoje você não vai passar", "de hoje você não passa". [...] Eu tenho um problema de audição, parte da audição do ouvido direito [...], às vezes não escuto direito, tenho uma perda, mas com o tratamento eu fui melhorando, e eu não esperava passar por isso. Eu aqui, perto dos senhores, eu sou jovem, jovem que eu digo, em vistas daquilo que aconteceu em 64. Mas eu pensava que 64 fosse um fantasma que tinha acabado, mas não acabou. A ditadura até hoje continua. Até hoje ela continua. [...] Isso vai acabar, até quando? Eu sou sobrevivente, mas libertado não o fui. Porque a situação que está aqui, eu tentei por diversas vezes, buscar explicações. Por que que interromperam a minha carreira, de tanto que eu gosto da vida militar? E eu fui interrompido, por eu ser amante de Darcy Ribeiro [...] não poder ler, não poder escutar, não poder nada mais do que somente isso.[99]

C) Os militares perseguidos, a agenda da anistia e da democracia

Com o crescente movimento pela anistia na virada dos anos 1980, colocou-se na agenda desse amplo grupo de militares perseguidos a luta pela restauração da democracia, cujos adeptos ora atuavam em entidades constituídas com esse objetivo, ora militavam discretamente nos partidos de oposição.[100] O início da redemocratização não significou o fim da perseguição aos militares. Nos depoimentos tomados pela CNV, a maioria admitiu que foi vigiada, ou, acompanhada, até mesmo após voltar do exílio. Houve denúncias de tentativas de assassinato. O tenente da Polícia Militar de São Paulo, Francisco Jesus da Paz, e o capitão José Menezes Cabral sofreram tentativas de assassinato por sua militância. Nessa perspectiva, insere-se a denúncia de um atentado sofrido pelo sargento do Exército Jacques D'Ornelas.[101]

Sob a égide do Regime Militar, a primeira anistia foi concedida em 1979, com a Lei nº 6.683/79, mas apresentava várias restrições aos militares perseguidos e dispositivos polêmicos, que conferiram reciprocidade aos torturadores, estabelecendo que seus crimes eram "conexos". Em nome da reconciliação nacional, a anistia equiparou os perseguidos políticos aos torturadores. A Lei implicou avanços, permitindo a volta dos exilados e a libertação dos presos políticos. Em tese, ela continha um dispositivo que possibilitaria o retorno dos militares perseguidos ao serviço ativo. Mas havia uma ressalva: desde que estivesse de acordo com os interesses da administração. Nada diferente de anistias anteriores, cujo resultado discriminatório e excludente é conhecido. A Lei refletiu também uma política dos comandos militares, contrários à reintegração. No limite, a conquista para os militares está no dispositivo que permite sua transferência para reserva, apesar de não permitir o pagamento de qualquer indenização e tampouco as promoções a que teriam direito.

A luta por uma efetiva anistia determinou a mobilização de militares e setores da sociedade civil, superando-se aos poucos os limites impostos pela transição conciliatória. A Emenda nº 26, de 27 de novembro de 1985, é vista por muitos militares perseguidos como uma segunda anistia, mas não absolveria os militares cassados. Mediante a Emenda esses oficiais conquistariam o direito de retornar aos postos em que estavam no momento da cassação, contando o tempo de serviço para aposentadoria. Mais uma vez, entretanto, foi excluída, face às pressões dos comandos militares, a possibilidade de reintegração ao serviço ativo.

A Assembleia Constituinte de 1988 possibilitou a ampliação da anistia promulgada pelo regime militar em 1979. Na Constituição resultante há um capítulo que concede reparação econômica aos aeronautas atingidos por Portarias Secretas do Ministério da Aeronáutica, em 1964, com direito à indenização por terem sido proibidos de atuar na aviação civil. Estabeleceu-se ainda a ampliação do período de abrangência da anistia, que passou a contemplar o período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição. Foram anistiados os atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, os participantes da Revolução Comunista de 1935 e os da campanha "O Petróleo é Nosso!", que pela primeira vez desde as suas punições foram beneficiados com anistia. O posicionamento dos comandos militares abortou os esforços de reintegração dos militares perseguidos no serviço ativo. Um importante avanço foram, também, as promoções na reserva à patente que teriam direito, por antiguidade ou merecimento. A Constituição manteve, entretanto, o dispositivo "crimes conexos", que favorece os torturadores.[102]

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso a Justiça de Transição teve avanços expressivos com o reconhecimento dos direitos à verdade, à justiça e à reparação econômica. Refletindo a pressão dos grupos e setores anistiados, o governo, por meio da Medida Provisória nº 2.151, anistiou 2500 militares, concedendo a declaração de anistiado político, bem como indenização. A intenção era concluir o processo de anistia, iniciado em 1979 – porém, a medida não teve a dimensão ampla, geral e irrestrita desejada. Por um lado, ela viabilizou o esquecimento e a impunidade. Por outro, incorporou uma proposta de liberdade e reparação. Apesar dos limites intrínsecos a um pacto conciliatório, a anistia foi um passo na construção da ordem democrática.

A problemática relacionada aos militares perseguidos, entendida como continuidade de uma política persecutória ou de uma anistia inconclusa recoloca-se contemporaneamente. A polêmica iniciou-se com a promulgação da Constituição de 1988 e o estabelecimento do Estado Democrático de Direito, particularmente com a Lei nº 10.559 de 2002, que regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Sua inconstitucionalidade está sendo arguida pela Organização dos Advogados do Brasil (OAB), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo vários militares, ela reflete um processo de desanistia, como se verifica na fala do comandante Fernando de Santa Rosa:

> Hoje estamos em pleno processo de desanistia em face das ilegalidades praticadas pelos militares do Ministério da Defesa, através da AGU, via CONJU MD, MD de Ministério da Defesa. [...] Ninguém é anistiado mais de uma vez sobre os mesmos fatos jurídicos, o que pode um anistiado fazer ante nova anistia progressiva, concedendo melhorias que a anterior não concedeu é valer-se da nova para alcançar tais melhorias, tudo segundo o mandado de segurança 144 do ministro Vicente Cernichiaro, que diz na sua ementa: "a anistia confere direito público subjetivo a quem beneficiar, nada impede de outro lado leis sucessivas contemplar o que antes não fora objeto de modificação, de outro lado o favorecido poderá valer-se de outra lei afetando progressivamente a relação jurídica." É por isso que nós fomos promovidos em 1985, porque a anistia de 1979 não nos concedeu promoção. Ninguém é anistiado então só uma vez, se algum militar anistiado ou familiar requer as melhorias, como isenção do imposto de renda, contagem de tempo de serviço, ou uma outra qualquer, a AGU entende que o requerente anistiado vivo, ou parente de anistiado falecido provoca a mudança do regime jurídico do anistiado, entende a AGU e alguns julgadores que isso é correto, quando na realidade estão aplicando a retroatividade da lei, uma lei de 2002 eles estão aplicando nos militares cassados e anistiados antes, e isso é uma ilegalidade em termos processuais e jurídicos.[103]

Fundamentalmente, há um questionamento relacionado à interpretação da lei que trata do Regime Jurídico do Anistiado Político Militar. Os militares perseguidos defendem a tese de que há um único Regime Jurídico regulando a situação de todos os militares ativos e inativos. Como bem expressa o comandante Luiz Carlos Moreira.

> Quando a gente fala no Regime Jurídico, é o Nó Górdio da questão. Resolvido isso, todos os problemas serão resolvidos. Eles vão ter que assegurar todos os direitos que são assegurados normalmente aos militares em atividade. Tem que resolver isso, porque eles querem no Regime de Anistiado político e criaram uma armadilha. Se você for a Comissão de Anistia pleitear um benefício da Lei 10.559: 'Ah! Você não recebe mais proventos, agora você recebe reparação econômica, logo você não recebe mais pensão militar, o seu dependente vai receber reparação'. Veja o absurdo que é isso. Os nossos vínculos permanecem até hoje. O imposto de renda, que eles querem negar hoje, sabe desde quando nós descontamos o Imposto de Renda, que eles querem negar hoje, sabe desde quando nós descontamos o Imposto de Renda? Recua uns 10 anos para trás de 1964 a gente já estava descontando Imposto de Renda. E pra quem fica esse dinheiro que já se acumulou até obtermos isenção do IR em 2003, 2004, esse fundo de pensão vai ficar para quem? Vai ficar para eles? Eu tenho direito a esse fundo de pensão, a minha família tem direito a esse fundo de pensão, não pode ser negado. [104]

Segundo essa interpretação, há o entendimento de que, mesmo depois de os militares terem sido reformados, eles permaneceram nos cargos de quando foram cassados, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, compreendendo o período entre o seu ingresso nas instituições e a data de suas punições. As famílias dos demitidos auferiam uma pensão correspondente aos postos e cargos que eles então exerciam. A despeito de sua condição de perseguidos, eram militares, cujo regime jurídico era o Estatuto dos Militares,[105] com sua condição funcional reconhecida nesse Estatuto e reafirmada nos artigos 3º e 8º da Emenda Constitucional nº 26 (EC 26/85).[106]

Nesse sentido, os militares perseguidos chamam a atenção para o artigo 8 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Nele está exposto que deveriam ser "respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos".[107] A regulamentação subsequente dessa disposição transitória, expressa na Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, confere aos perseguidos o Regime do Anistiado Político. Continua valendo, entretanto, o que é afirmado no artigo 6: "respeitadas as características e peculiaridades dos regimes jurídicos dos servidores públicos civis e dos militares, e, se necessário, considerando-se os seus paradigmas" e reafirmada no artigo 16: "Os direitos expressos nesta Lei não excluem os conferidos por outras normas legais ou constitucionais".[108]

A interpretação dada pela Advocacia Geral da União tem resultado, contudo, em discriminações de vários tipos em relação aos militares perseguidos. Por um lado, ela desconsidera os artigos mencionados, tomando o regime do anistiado político como um novo Estatuto. Ao negar o espírito da anistia de 1988, propõe-se o entendimento de que, optando por serem anistiados políticos, os militares passam a ser regulados por um novo regime, perdendo a condição de inativos. Segundo Eduardo Chuay:

> Então eles perseguiram e perseguem ainda hoje, ainda hoje a perseguição é a mesma. Só quem não foi [d]à repartição militar é que não sabe disso. [...] Nós estávamos

> em 1964, fomos demitidos em 1964. Estatuto dos Militares paá gente. E isso está preso no Supremo Tribunal Federal. [...] A questão que eu peço à Comissão: que se preocupe com o tratamento igualitário. [...] Eles tiraram a gente do Estatuto dos Militares. Eu não sei o que sou. Eu não sei o que sou. Estatuto do Anistiado. Isso nunca existiu no Brasil. O nosso amigo Burnier roubou avião, matou, morreu com extrema unção. Esse continua, foi pró céu, a família dele sabe direitinho, qualquer assistência [...]. A gente não podia trabalhar, a gente arranjava emprego, iam lá e pediam a demissão. Quem é que vai indenizar isso? Não adianta achar que esses generais, desculpa falar, eu falo porque sou superior a eles em termos intelectuais, eles não vão fazer, o que eles vão fazer é punir, nos discriminar. Nós somos discriminados. [...] O que eu venho expor é a realidade da gente. Você vai ao Ministério: "chegou o leproso ali", te tratam como leproso, só faltam botar o sininho no peito pra receberem você. E não dão nada. [109]

Uma questão fundamental e polêmica, ainda *sub judice* no Superior Tribunal Federal (STF), é a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 158, de 17 de dezembro de 2012, proposta pela OAB, a pedido da Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (Adnam). A Associação, na oportunidade, era presidida pelo brigadeiro Rui Moreira Lima. Seu objetivo era que os artigos 1º, 16 e 17 da Lei nº 10.559/2002 fossem interpretados em conformidade à Constituição, impondo um tratamento isonômico para os membros de uma mesma carreira, no caso para anistiados e não anistiados. As Associações e os militares perseguidos também chamam a atenção da sociedade e dos parlamentares para a dubiedade da interpretação proposta pela Advocacia Geral da União (AGU), que gerou contestações e ações de centenas de oficiais e praças na Justiça, fosse para exigir uma correta aplicação da lei de anistia, fosse para determinar o cumprimento de sentenças promulgadas.

Há casos de marinheiros com ações ganhas na justiça, cujo cumprimento está condicionado à apresentação de petições de desistências de outros processos. Aviadores cassados, proibidos de voar por portarias secretas, embora tenham sido anistiados, ganhando o direito à reparação econômica, em sua maioria não foram contemplados em suas demandas. Dos 51 aviadores cassados que aguardavam o cumprimento desse dispositivo em 2014, apenas nove estão vivos. O caráter discriminatório dessa interpretação, além de levar à perda de direitos, remete em alguns casos, à revisão de promoções, com militares anistiados sendo rebaixados de patente e a não extensão dos direitos de pensão aos seus familiares, ou mesmo à anulação de uma demanda legítima de alguns oficiais, como promoções, inclusive ao generalato, revogadas.[110]

O longo capítulo da história das anistias no Brasil e da história recente dos militares perseguidos parece inconcluso. Perdura a expectativa da justiça a ser feita.

1 – PENNA, Lincoln (org.). *Manifestos políticos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

2 – Depoimentos dos sargentos Luis Carrion e Gerson Danelli a João Quartim de Moraes; depoimento do brigadeiro Fortunato Câmara e do comandante Hector Aráujo (Santos, 139, 236.); depoimento do brigadeiro Francisco Teixeira ao CPDOC.

3 – Nessa relação o Exército aparece com: 446 praças; 354 oficiais; total – 800. Na Marinha: 115 oficiais; 2.099 praças; total – 2.214. Por fim, na Aeronáutica foram: 150 oficiais; 3.190 praças; total – 3.340. Nesta relação incluem-se os números das Forças Policiais Estaduais, um total de 237. A entidade mais atingida, com 96 integrantes, foi a PM/SP, seguida da Brigada Militar/RS: 67. Alguns documentos apresentam lacunas de ordem cronológica, outros estão incompletos ou parcialmente danificados, o que impôs a cotejá-los com outras fontes, de forma que os dados contidos pudessem confirmar ou, até mesmo, acrescentar novas informações. Assim foi feito, após organização em listas específicas para cada Força, nas

quais os militares foram colocados em ordem alfabética e identificados pela patente. Deu-se, então, início a uma análise meticulosa de todos os nomes para localizar possíveis repetições e também os casos em que oficiais e praças foram punidos mais de uma vez, mediante transferência para a reserva, expulsão ou banimento, em anos diferentes. Além disso as diferenças quanto à grafia do nome, pertencimento a uma determinada Força e, também, patente, que vários documentos apresentaram a respeito de uma mesma pessoa foram identificadas e mantidas. Estão assim sinalizadas: "terceiro-sargento ou cabo", "Agnaldo ou Aguinaldo". Em algumas ocasiões não foi possível encontrar informações mais detalhadas acerca de um militar – como, por exemplo, a Força a que pertencia ou o posto que ocupava na cadeia hierárquica. É importante ressaltar que as imperfeições e os danos existentes em diversas fontes dificultaram, quando não impediram, uma identificação precisa dos atingidos. Há casos emblemáticos, como o do "cabo Anselmo", notório por ter colaborado com a repressão, mas visto por muitos marinheiros como tendo direito na condição de perseguido político até 1964. Há casos como o governador deposto de Miguel Arraes, que serviu o Exército, e do Líder Estudantil de 1968, Jean Marc Van der Weid, listados como militares perseguidos, na medida que assim estão punidos pelos Atos Institucionais. Nessa lista, personagens que foram cassados como militares por atos institucionais de 1964, ou mesmo afastados da caserna desde 1935, como Gregório Bezerra e Apolônio de Carvalho, são reconhecidos como perseguidos políticos.

4 – De um total de 72.221 processos relacionados ao período 1946 a 1988, 11.262 (15%) referem-se a militares, sendo que 7.849 (69,9%) estão finalizados e 3.413 (30,3%) estão em andamento. Porém, foram deferidos somente 2.269 (20,1%) e indeferidos 7.959 (70,6%), estando em classificação 1.401 (12,4%). Forças Armadas: 1.306 (11, 59% – refere-se a militares da FAB; 413 (3,66%) da Marinha; e 439 (3.89%) do Exército. Porém, em processo de classificação, estão 9.104 (80,8%). Nesse cômputo de indeferidos, há centenas de praças da FAB, com recurso no Supremo Tribunal Federal, relacionado a uma legislação editada em 1965, e com casos individuais. Outros 574 processos são relativos a militares contabilizados na Comissão de Anistia, mas referem-se a Forças Auxiliares, como policiais militares, bombeiros, delegados, policiais civis. Neste caso temos 140 (24,3%) deferidos e 407 (70,9%) indeferidos. 146 casos estão em processo de classificação.

5 – Em seu parágrafo único: "Também não podem se alistar eleitores os praças de pré, salvo aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior". No artigo 138, está posto que "são inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do artigo 132".

6 – Quase no limiar do governo Eurico Dutra, o Congresso Nacional aprovou uma legislação específica relacionada aos militares que atuaram no Levante de 1935, o Decreto-Lei nº 1.267, de 9/12/1950, afirmando a inadmissibilidade de seus pleitos. Ao mesmo tempo o Decreto favorecia seus algozes com uma política de promoção.

7 – Essas denúncias foram veiculadas por parlamentares, e estão publicadas nos Anais do Congresso Nacional. Os *Depoimentos* contêm cartas, documentos, notas publicadas pela imprensa, manifestações de entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a reprodução de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal (STF), relacionados à libertação de militares. Contêm também informações relacionadas ao arquivamento de processos de militares, alguns por falta absoluta de provas. Depoimentos Esclarecedores sobre os processos dos militares. V. I e II.Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

8 – O documento reproduz artigos relacionados aos direitos de Militares: artigo 24 do Regulamento Disciplinar do Exército.

9 – Senador Domingo Velasco em discurso à Câmara em 6/6/1952.

10 – Senador Domingo Velasco em discurso à Câmara em 6/6/1952.

11 – Nessa ocasião, a denúncia foi lida no Senado Federal em 10/6/1952 pelo Doutor Atílio Vivacqua. *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. I. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, p. 18.

12 – Denúncia do deputado Orlando Dantas na data de 23/6/1952, p. 29.

13 – Denúncia do deputado Orlando Dantas na data de 23/6/1952, p. 23.

14 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. I. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, p. 25. Essa referência é corroborada por Lúcia Hipólito no depoimento do brigadeiro Teixeira ao CPDOC.

15 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, p. 9.

16 – PINTO, Sobral. "Pelos domínios do direito: a bolchevização da Justiça Militar". *Jornal do Comércio*, 22/7/1952. In: *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. I. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, pp. 63-71.

17 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

18 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

19 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, p. 9.

20 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, p. 12.

21 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, pp. 7-16.

22 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

23 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, p. 20.

24 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, pp. 17-28.

25 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, p. 31.

26 – Depoimento do sargento Pedro Zularte da Silva. *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares.* v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, p. 34.

27 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, pp. 29- 40.

28 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, pp. 62- 66.

29 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, pp. 67-72.

30 – *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*. v. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953, pp. 73-80.

31 – Entrevista concedido por Geraldo Campos em Brasília ao autor, na data de 4/12/2012.

32 – SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: São Paulo: Ed. Civilização Brasileira/Expressão Popular, 1965, 2010, p. 417.

33 – O estopim para a nova crise foram as declarações políticas de um coronel do Exército comissionado na Escola Superior de Guerra por ocasião do falecimento de um oficial. O então ministro da guerra manobrou militarmente para a deposição de Luz e a posse do presidente da Câmara, Nereu Ramos.

34 – Depoimento do capitão J. Wilson da Silva à CNV/CV-RGS em 15/9/2014.

35 – Depoimento em Audiência Pública da CNV na ABI/RJ em 4/5/2013.

36 – SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967, p. 549.

37 – Depoimento do coronel Bolívar Meirelles em 5/2/2014 no Rio de Janeiro.

38 – Citado em *EME e a Revolução de 1964*. Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército.

39 – SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos: militares x militares*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 125.

40 – D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe*: *a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994. *Os anos de chumbo: a repressão*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994. *A volta aos quartéis*: *a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1995. CONTREIRAS, Hélio. *Militares*: *confissões*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

41 – Esses conflitos refletiriam em algumas mudanças no papel dos militares, com a edição do Ato Institucional nº 17, de 14/10/1969, que facultava ao presidente transferir temporariamente para a reserva "os militares que hajam atentado ou venham a atentar, comprovadamente contra a coesão das Forças Amadas" (art. 1º); e tal transferência poderia se tornar definitiva se assim decidisse o Alto Comando Militar (art. 3º).

42 – RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp/Fapesp, 1993, p. 211.

43 – A) Militares mortos ou desaparecidos no período 1964–1985: Alfeu de Alcântara Monteiro – tenente-coronel.; Manuel Alves de Oliveira – segundo-sargento do Exército; Edu Barreto Leite – terceiro-sargento do Exército; Divo Fernandes de Oliveira – taifeiro da Marinha; Darcy José dos Santos – capitão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul; Manoel Raimundo Soares – sargento do Exército; João Lucas Alves – sargento da Aeronáutica; Severino Viana Colou – sargento da PM/Rio de Janeiro; Carlos Roberto Zanirato – soldado do Exército; Marco Antônio da Silva – sargento da Marinha; José Maria Ferreira

de Araújo – Marinha (marinheiro/fuzileiro) Eduardo Collen Leite – Exército; José Raimundo da Costa – sargento da Marinha; Carlos Lamarca – capitão do Exército; José Milton Barbosa – sargento do Exército; Paulo Guerra Tavares – terceiro-sargento paraquedista do Exército; Grenaldo de Jesus da Silva – Marinha (marinheiro); Evaldo Luiz Ferreira de Souza– Marinha (marinheiro); José Manoel da Silva – Marinha (cabo/marinheiro); Arnaldo Cardoso Rocha – soldado do Exército (há dúvida se estava ou não no Exército quando optou pela clandestinidade); Edgard de Aquino Duarte – Marinha (cabo/fuzileiro); Wânio José Mattos – capitão da Polícia Militar de São Paulo (morto no Chile em 1973); Joaquim Pires Cerveira – major do Exército; Onofre Pinto – sargento do Exército; José Ferreira de Almeida – tenente da reserva da Polícia Militar de São Paulo; José Maximiano de Andrade Netto – coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo; Edson Neves Quaresma – Marinha (marinheiro). Militares mortos ou desaparecidos no período 1964–1985; e militantes com origem militar em algum momento de suas trajetórias, mas também mortos ou desaparecidos entre 1964–1985.

44 – SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos: militares X militares*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 158.

45 – IPM – Inquérito Policial da Marinha, Portaria nº 542, 3/4/1964.

46 – Houve o decreto que suspendeu por seis meses as atividades da Associação dos Cabos e Soldados das Polícias Militares do Brasil em 1965, seguido de outro decreto em 1967, que resultou na criação da Inspetoria Geral das Polícias Militares – IGPM, vinculada ao Ministério do Exército.

47 – Depoimento do sargento Almoré Zoch Cavalheiro à CNV/CV-RGS em 15/9/2014.

48 – Depoimento do fuzileiro naval Paulo Novaes Coutinho à CNV, em Audiência Pública em 4/5/2013.

49 – Depoimento do marinheiro Avelino Capitani à CNV/CV-RGS em 15/9/2014.

50 – Depoimento de Antônio Pinto de Souza à CNV em 7/4/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HCce2he__as>.

51 – Depoimento do capitão Eduardo Chuay (Exército) à CNV em 18/6/2013. Depoimento do comandante José de Ribamar Torreão à CNV em 3/2/2014. Depoimento do coronel Ivan Cavalcante Proença à CNV em 4/2/2014.

52 – Depoimento de Ivan Cavalcanti Proença à CNV em 18/6/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nKCgYvEzwEY>.

53 – Depoimento do tenente-coronel da Aeronáutica Paulo Mello Bastos à CNV em 18/6/2013. Depoimento do coronel Roberto Baere em Audiência Pública à CNV na ABI/RJ, em 4/5/2013.

54 – Depoimento do brigadeiro Rui Moreira Lima à CNV em 11/10/2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=FuY1K7_hIZA>.

55 – Depoimento do tenente-capitão Carlos Heitor Schueler Reis à CNV em 23/3/2014. Arquivo CNV, 00092.000734/2014-11.

56 – Depoimento do fuzileiro naval Paulo Novaes Coutinho à CNV em 5/2/2014. Arquivo CNV, 00092.000287/2014-08.

57 – Depoimento do marinheiro Joaquim Aurélio de Oliveira à CNV em 13/8/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8PR5jGTrzcI>.

58 – Depoimento de Wanderlei R. Silva à CNV em 13/8/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=N-1-nz0xTIOo>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

59 – Depoimento de Belmiro Demétrio à CNV em 12/8/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=tgOWfxKc9bA>.

60 – Depoimento do marinheiro João Gomes Barroso no dia 17/9/2014; e do marinheiro Luiz Cachoeira da Silvano dia 10/3/2014 à CNV.

61 – Depoimento de Pedro Moreira Lima à CNV em 15/10/2013. Depoimento de Claudia Gerpe à CNV em 15/10/2013. Depoimento de Carlos Augusto da Costa à CNV em 15/10/2013.

62 – Depoimento do sargento da Aeronáutica Mário Mota Rodrigues ao jornalista Emílio Sant'Anna Neto (2005).

63 – Depoimento de Eugenia Zerbini à CNV/CV/SP na Audiência Pública sobre Militares Perseguidos na Assembleia Legislativa de São Paulo na data de 9/4/2014.

64 – ALMEIDA, Crimeia Alice Schmidt de (coord.). *Dossiê ditadura*: *mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Imprensa Oficial/ IEVE, 2009, p. 412.

65 – Essa postura se reflete nas edições da Biblioteca do Exército Editora (Bibliex) e também em publicações sobre o golpe de 1964. Atualmente, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o golpe de 1964 ainda é ensinado como "revolução democrática", bem como são expostas de forma apologética as realizações da ditadura. Outro aspecto constatado é que a direção do estabelecimento divulgava notícias de *sites* que enalteciam o golpe de 1964, criticavam a criação da Comissão da Verdade e condenavam as indenizações determinadas pela Comissão de Anistia. Não seria coincidência como resposta corporativa a ree-

dição, pela Bibliex, de *Camaradas*, livro de Wilian Wacck que sustenta a tese da determinação da Internacional no movimento de 1935; e nessa linha, uma coleção de 15 volumes de depoimentos sobre o golpe de 1964, com o sugestivo título *31 de março*.

66 – As informações referentes à militância política de professores e alunos do ITA, como também as que relatam a ação repressiva dos agentes da ditadura nas dependências do Instituto foram extraídas de vários documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI) coletados no Arquivo Nacional, em Brasília.

67 – Vários alunos e docentes dessa instituição foram alvos de vigilância por parte dos agentes da repressão, sob a alegação de prática de atividades consideradas subversivas como leitura de semanários e livros de cunho marxista, redação ou distribuição de matérias jornalísticas de conteúdo "nacionalista" e "de esquerda", convivência com lideranças dos movimentos sindicais e estudantis, partidos ou, até mesmo, com certos professores da instituição. A prisão de Frederico Birchal de Magalhães Gomes, ex-aluno do ITA, na Companhia de Polícia da Aeronáutica, foi motivada, também, segundo as informações do IPM, pelo fato de que o estudante frequentava a casa de Szmul Jakob Goldberg, assistente de ensino superior do Ministério da Aeronáutica demitido em outubro de 1964.

68 – CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. "Prestes, os militares e o PCB". *Cadernos Cedem*, Marília, nº 1, janeiro de 2008.

69 – COSTA, Octávio. "Vida e obra de Nelson Werneck Sodré". In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs.). *Sodré entre o sabre e a pena: Nelson Werneck Sodré*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 2006) pp. 17-30.

70 – Depoimento do coronel Sued Lima à CNV em 8/10/2013. Depoimento de Carlos Alberto Medeiros à CNV em 8/10/2013. Depoimento de Arthur Vieira dos Santos à CNV em 8/10/2013.

71 – Depoimento do tenente Carlos Heitor Schueler Reis à CNV em 23/3/2014. Depoimento do marinheiro José Pinheiro à CNV em 18/2/2014.

72 – Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HCce2he__as>.

73 – A motivação política nesse documento pode ser apreendida na interpretação do artigo VI – denominado "Problema dos cabos". O ponto central, objeto de várias polêmicas, está assim exposto: "quando o número destes tende a aumentar, ou quando não há renovação contínua desses graduados, é que surgem pretensões descabidas".

74 – Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica – Relação de anistiados Políticos por OM. 20/10/2006.

75 – Foram identificados 237 quadros das forças policiais estaduais (Polícia Militar e Guarda Civil) perseguidos durante a ditadura civil-militar. Os nomes foram divididos por estado e posição hierárquica (praças/oficiais) e apresentados em uma tabela. É importante ressaltar o fato de que não foi possível, devido à existência de lacunas e imperfeições nos documentos analisados, identificar o estado de origem de alguns policiais presentes em nossa lista. Nomes cuja patente não pôde ser localizada foram contabilizados junto aos praças.

76 – No tocante às forças policiais estaduais, a maior parte dos documentos analisados foi coletada no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no projeto *Brasil: nunca mais*.

77 – Depoimento do atual capitão da PM José de Menezes Cabral à CNV em 22/11/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=XmqS5nK4vpA>.

78 – As informações sobre a Força Pública Paulista (FP) e a Polícia Militar de São Paulo (PMSP) foram extraídas, dentre outros, das 21 pastas disponíveis em microfilme que compõem o prontuário do DOPS no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

79 – Depoimento do tenente Francisco Jesus da Paz à CNV em 11/11/2013.

80 – Ministério do Exército. Decreto Oficial nº 77 de abril de 1970, fl. 3.049 (Reforma).

81 – Ministério do Exército. Decreto Oficial nº 159 de 21/8/1969, fls. 7.100-7.101 (Demissão).

82 – Ministério do Exército. Decreto Oficial nº 177 de 15/9/1969, fl. 7.815 (Reforma).

83 – Foram analisados processos que dizem respeito às ações armadas da ALN na cidade de Belo Horizonte.

84 – Esse documento refere-se ao processo BNM 284/1964, no qual são investigados 39 oficiais.

85 – Os militares são acusados de apoiar o governo de João Goulart, as Reformas de Base, a formação do Grupo dos Onze, o presidente Goulart já deposto em 2 de abril e de tentar resistir em defesa da legalidade. Em 1969, cinco são condenados e os demais absolvidos. Somente em 1972 com a extinção da Lei 1802 (substituída pela nova Lei de Segurança Nacional), na qual haviam sido condenados, todos foram absolvidos, mas até então já haviam sido expulsos da Brigada Militar ou reformados compulsoriamente. Também no Rio Grande do Sul foi instaurado um processo contra um policial militar acusado de panfletagem. Da mesma maneira foi processado o seu superior, um tenente, por não tomar qualquer medida contra a atitude do policial. Os processos que tramitaram na esfera da Justiça Militar encontram-se no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

86 – Processo BNM 153/1970.

87 – Processos BNM 233 e 158.

88 – São eles: João Martins Gualberto, Jackson Viana, Nilton de Lima Machado, Raymundo Liberato Inácio, Milton de Souza Lima, João Batista, Eurle Geraldo Martins, Dalmir Braga e Antônio de Lima Moreira. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Minas Gerais, encaminhou pedido, em 2013, para que a CNV averiguasse as informações, muitas delas colhidas em depoimentos fornecidos por alguns militantes do "Serpentes Negras" como, também, por uma parcela de seus perseguidores, acerca da violenta repressão, à que foram vítimas, durante o regime ditatorial instaurado em 1964, os policiais militares que integraram o referido grupo.

89 – RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp/Fapesp, 1993; p. 69.

90 – Depoimento do sargento Darcy Rodrigues (Exército) à CNV em 19/3/2013. Arquivo CNV, 00092.000437/2013-94. Depoimento do sargento Pedro Lobo (Polícia Militar de São Paulo) em 19/3/2013.

91 – Depoimento do sargento Carlos Roberto Pitolli à CNV em 24/2/2014. Arquivo CNV, 00092.001398/2014-23.

92 – PALMAR, Aluísio. *Onde foi que enterraram nossos mortos*?. Curitiba: Travessa dos Editores, 2007, pp. 248, 249.

93 – Por fim, houve outras organizações que congregaram militares, ainda que em número bem reduzidos. São elas: Resistência Armada Nacionalista (RAN); Partido Operário Revolucionário-Trotskista (PORT); Comandos de Libertação Nacional (Colina); Ação Libertadora Nacional (ALN); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Partido Comunista do Brasil (PC do B); Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente); Movimento Estudantil Libertário (MEL); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26); Partido Comunista Brasileiro-Revolucionário (PCBR).

94 – Documento recentemente desclassificado do Serviço Nacional de Informações (SNI), SNI/1979. Nele consta um número maior, mas há muitos nomes repetidos.

95 – Constituíram comissões de auxílio aos militares cassados, tendo à frente o comandante Paulo Werneck pela Marinha, o tenente-coronel Paulo Malta pela Aeronáutica e, pelo Exército, o tenente Bolívar Meirelles e o coronel Kardec Lemme. Posteriormente somaram-se ao grupo o general Alvin Duarte, tendo como personagem proeminente o advogado Raul Lins e Silva. Ele distribuía os processos daqueles militares que necessitavam de apoio jurídico a diversos escritórios, como os dos advogados Marcelo Alencar, Evaristo de Moraes, George Tavares, Sobral Pinto, Modesto da Silveira. Entre os militares cassados desse grupo constam o capitão Eduardo Chuay, o brigadeiro Francisco Teixeira, o general e historiador Nelson Werneck Sodré.

96 – Depoimento de Iracema Teixeira, viúva do brigadeiro Francisco Teixeira, colhido por Pedro Luiz Moreira Lima e cedido à CNV. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Kl9-4BxBeb8>.

97 – Depoimento do capitão-tenente José Miguel Camolez à CNV em 26/8/2014. Arquivo CNV, 00092.002071/2014-79.

98 – Também lhe foi negada a determinação para que passasse para a reserva remunerada, com direito a proventos a partir de 30 de abril de 1980. Inconformado com a negativa, José Miguel Camolez recorreu mais uma vez, sob o argumento da ilegalidade do ato do ministro, e o TFR acolheu o seu pedido, excluindo, no entanto, as vantagens requeridas, como recebimento de atrasados, cômputo dobrado de férias e licenças especiais. Depoimento do capitão-tenente José Miguel Camolez à CNV em 26/8/2014.

99 – Depoimento de Luiz Cláudio Monteiro da Silva à CNV em 4/5/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7B2IFo8n0G0>.

100 – Vale destacar no Rio de Janeiro a Amic – Associação dos Militares Cassados, Adnam – Associação Democrática e Nacionalista dos Militares, a UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia; a Modac – Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania; em São Paulo, a Amafabra – Associação de Militares Anistiados e Anistiandos das Forças Armadas do Brasil e a Acimar – Entidade Nacional dos Civis e Militares Aposentados da Reserva, entre outras correlatas espalhadas pelos estados, como a Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia "AMPLA" dos Atingidos por Atos Institucionais/AMPLA – Rio Grande do Sul, entre outras pelo país.

101 – Depoimento do sargento Jacques D'Ornelas à CNV em audiência pública, no dia 4/5/2013.

102 – Avanços subsequentes como a regulamentação de um dispositivo em 1992 possibilitaram a concessão de uma pensão excepcional ao anistiado por perseguição política, permitindo promoções como se estivesse na ativa e a transferência dos benefícios aos dependentes.

103 – Depoimento do comandante Fernando de Santa Rosa à CNV em Audiência Pública em 4/5/2013.

104 – Depoimento do comandante Luiz Carlos de Souza Moreira à CNV em Audiência Pública em 4/5/2013.

105 – Lei nº 6.880 de 9/12/1980.

106 – Emenda Constitucional nº 26, de 27/11/1985.

107 – TÍTULO X – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.

108 – Lei nº 10.559 de 13/11/2002.

109 – Depoimento do capitão do Exército Eduardo Chuay à CNV em Audiência Pública em 4/5/2013.

110 – Na ação do marinheiro João Barroso Neto, o "Termo de Adesão da Reparação Econômica da declaração de anistiado político" recebido em 12/12/2011 diz, no item 02: "Ocorre, entretanto, que para vossa senhoria receber o valor dos efeitos financeiros na citada Portaria nº 1.934/2011, deverá apresentar petições de desistência das ações dos processos n° 2001.51.01.002147-6 e processo nº 2005.51.01.005579-0, ambos me trâmite no juízo da 20 Vara Federal do Rio de Janeiro, bem como apresentar as respectiva sentenças homologatórias dos pedidos de desistências das ações, de acordo com o preconizado no artigo 4º, parágrafo 4º, da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006". Um caso de promoção ao generalato, revogada e que se encontrava *sub judice*, com expectativa de solução em 2014, é o do coronel Bolívar Meirelles. Ele foi promovido ao posto de general de brigada, com o provento desse posto e as devidas vantagens, pela Portaria nº 1.179 de 21 de junho de 2005, após julgamento da Comissão de Anistia, em sessão realizada no dia 24/9/2004, requerimento nº 2003.01.23697. A Portaria nº 1.555 de 3/8/2005 tornou a primeira sem efeito, atendendo à imposição das Forças Armadas, principalmente do Exército, anulando, assim, os efeitos da Portaria anteriormente aprovada pela Comissão de Anistia. Ambas as portarias foram assinadas pelo então ministro da Justiça, Márcio Tomás Bastos. Após a decisão julgada de um mandado de segurança de nº 11.249/df (2005/0203708-5) ao STJ, o oficial foi promovido a general de brigada. Ele não foi o único militar perseguido com demandas correlatas na justiça e, somente para registro, há uma ação do brigadeiro Rui Moreira Lima pleiteando a promoção ao último posto da carreira.

TEXTO

2

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DOS TRABALHADORES

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Rosa Maria Cardoso da Cunha. Os dados que o subsidiam e são apresentados foram reunidos e sistematizados pelo Grupo de Trabalho nº 13 da Comissão Nacional da Verdade, sobre Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical (GT-13). Baseia-se em trabalho coletivo produzido por representantes de dez centrais sindicais brasileiras, comissões e comitês estaduais e municipais da verdade, entidades, associações, centros de memória de trabalhadores e organizações de trabalhadores ex-presos políticos. O GT-13 estabeleceu como linhas de investigação 11 temas, contando com o trabalho de pesquisadores. [1]

A) Antes de 1964: os projetos político-econômicos contrapostos

Os trabalhadores e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura militar.[2] Essa afirmação evidencia-se pela violência anterior ao golpe, praticada nos estados em que os governadores, forças militares e policiais, articulados com o governo norte-americano, já estavam conspirando contra o governo federal, bem como pelos duros ataques, desde as primeiras horas, impostos aos trabalhadores e a seus órgãos representativos de classe. Evidencia-se, também, pelas políticas econômicas e sociais desenvolvidas pela ditadura militar e pelo número de vítimas das graves violações sofridas, na comparação com vítimas de outras classes sociais.

Antes de 1964, contrapunham-se no país diferentes projetos sobre a organização do Estado e da sociedade brasileira. Essas visões contrapostas projetavam-se na construção de dois blocos fundamentais: o primeiro lutava pelas denominadas reformas de base (agrária, urbana, educacional, eleitoral, administrativa, tributária) e, entre outras questões, pela regulamentação da remessa de lucros ao exterior, pela nacionalização de empresas estrangeiras estratégicas para o desenvolvimento nacional e por conquistas trabalhistas. De forma geral, os trabalhadores apoiavam essas reformas. Estavam especialmente interessados na reforma agrária, na reforma urbana (que lhe garantiria melhores condições de moradia e acesso ao espaço nas cidades), na nacionalização e criação de empresas, inclusive estatais, e na ampliação das conquistas e direitos trabalhistas, com particular destaque para o aumento dos salários.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organismo criado em 1962 para unificar e coordenar nacionalmente as lutas dos trabalhadores brasileiros, mobilizava-se, especialmente, por reivindicações como o aumento de 100% do salário mínimo, o novo rezoneamento desse salário, com a aproximação dos níveis salariais em todo o país, a aplicação efetiva do já instituído salário-família, o direito de greve, sem as restrições legais e práticas em curso, a redução do custo de vida, as lutas camponesas e o pagamento do 13º salário. O CGT apoiava, também, a elegibilidade para analfabetos e suboficiais das Forças Armadas e as reformas de base. Antes do golpe, o CGT – ele mesmo uma entidade não reconhecida pela estrutura sindical oficial – estava articulando uma proposta de reforma da estrutura sindical e defendia a autonomia e a liberdade dos sindicatos, o que seria discutido em seu congresso, que não chegou a ocorrer.

O segundo bloco organizava-se em torno do projeto de modernização conservadora proposto pela classe empresarial urbana. Do ponto de vista do campo, desde o início da década de 1950,

a reivindicação mais vocalizada era a mecanização da agricultura. Em 1955, a Confederação Rural Brasileira – CRB, na III Conferência que realizou em São Paulo, qualificava como baixo o nível técnico da lavoura e da pecuária existente no país e enfatizava a "indiscutível conveniência de elevar-se a produtividade de nossa agricultura, seja em termos de área cultivada ou de força de trabalho empregada".[3] Os proprietários de terra reclamavam, então, para eles próprios, créditos e assistência técnica, opondo-se radicalmente à extensão da legislação trabalhista ao campo, à associação dos trabalhadores em sindicatos e às reformas, em geral.

Os blocos mencionados tratavam os problemas econômicos e políticos em curso de forma completamente diferente. Consideremos como exemplo a greve de outubro de 1963, conhecida como Greve dos 700 mil, realizada em São Paulo. Nessa ocasião, a postura repressiva adotada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, contrastava fortemente com o comportamento negociador do governo federal e de seu ministro do Trabalho, Amaury Silva, senador pelo PTB.

Em pronunciamento feito pela televisão, o governador Ademar de Barros (militar e economicamente engajado na conspiração contra Goulart) interveio diretamente contra a greve, afirmando que o movimento havia subvertido a ordem pública e conclamava o operariado a não aderir. Apelou a Deus e às mães, esposas e noivas, exortando-as a não deixarem seus filhos, maridos e noivos fazerem greve. Seu secretário de Segurança, general Aldevio Barbosa de Lemos, repetiu os argumentos do governador, declarando à imprensa que a greve era política e subversiva.

De outra parte, assumindo postura inteiramente distinta, o ministro do Trabalho do governo João Goulart transferiu-se para São Paulo na sexta-feira, 25 de outubro, e permaneceu na cidade por cinco dias tentando construir um acordo, afinal descartado, o que impôs o julgamento da greve pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

No decorrer do movimento, no dia 1º de novembro, João Goulart declarou ao jornal *Última Hora*, órgão de imprensa que apoiava seu governo:

> O governo tem o maior interesse em que a greve de São Paulo, que tantos prejuízos causa ao país, termine, mas com o atendimento das justas reivindicações dos trabalhadores paulistas. Esta a razão por que o governo acompanha tão de perto os entendimentos nesse sentido.[4]

Na perspectiva dos projetos político-econômicos contrapostos, várias medidas, anunciadas ou adotadas pelo governo nos primeiros meses de 1964, buscavam conciliar os interesses dessas elites econômicas com um modelo de desenvolvimento nacional-popular que pudesse atender, parcialmente e sob o controle do Estado, as demandas da classe trabalhadora. Visando aproximar-se desta última, junto com a decretação do novo salário mínimo, em 22 de fevereiro de 1964, Goulart anunciou que o preço do açúcar não seria majorado, como vinha sendo anunciado, e que a exportação de carne na entressafra seria proibida, enquanto o abastecimento interno não estivesse garantido, contrariando os interesses de parcela dos latifundiários e empresários. Medida semelhante foi adotada em relação ao feijão e ao arroz. Anunciou, ainda, que o governo formaria grupos executivos para pôr fim à exploração de livros escolares, remédios, vestuário e calçados.

Quanto aos livros didáticos, o Ministério da Educação (MEC) devia começar a produzi-los, vendendo-os a preço de custo. Com relação aos remédios, recomendava que os preços fossem exibidos de maneira clara nas embalagens e fossem equiparados em todas as capitais de estados e territórios. Finalmente, cabia à indústria têxtil e calçadista produzir itens populares de acordo com instruções a serem baixadas pelos mencionados grupos executivos. Nesse último caso, aproveitava-se um modelo de

montagem de grupos executivos, que havia dado certo no Governo JK, agora visando ao atendimento de demandas populares em vez de reivindicações do empresariado.

A polarização de projetos político-econômicos foi, portanto, um dos fatores determinantes da dinâmica que levou ao golpe de 1964. Essa polarização ocorreu no contexto de um Estado restritamente democratizado, como o estruturado entre 1946 e 1964, especialmente no que diz respeito às classes trabalhadoras. Nesse período não se pode ignorar o legado do Estado Novo ditatorial, nem a forma como o governo Dutra foi extremamente violento em relação à classe trabalhadora urbana, tanto quanto foi extremada a violência praticada pelos proprietários de terra, ou por agentes públicos a seu serviço, no campo, contra os trabalhadores em sentido amplo.

Com relação ao Estado Novo, é importante observar que seu controle corporativo sobre a classe trabalhadora não foi revogado durante a frágil e instável democracia de 1946-1964. Simplesmente foi abrandado, em alguns momentos, nesse período.

O controle do Estado sobre os trabalhadores e sobre as organizações e partidos que pretendiam representá-la manteve-se por intermédio da legislação existente, inclusive a trabalhista, e de estruturas e órgãos de repressão, criados ou reordenados desde a década de 1950. Em vários estados da Federação, foram firmados acordos internacionais para treinar no país e no exterior agentes públicos, militares ou da polícia civil para o exercício da repressão. Um dos acordos estabelecidos foi o Ponto IV. Tratava-se de um programa de "cooperação técnica" proposto para os países latino-americanos pelo presidente dos EUA, Harry Truman, em seu discurso de posse em 1949. Recebeu esse nome por ser o quarto ponto do discurso presidencial. No Brasil, o Ponto IV foi estabelecido mediante a assinatura de dois acordos com o governo norte-americano: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950, e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953.

Utilizando esse programa, o governo norte-americano buscava treinar e aparelhar os órgãos de vigilância dos estados para combater as atividades da "esquerda". Hoje se sabe que o acordo foi firmado com os estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Em Pernambuco, o acordo começou a vigorar desde 1960. Em 1961, um relatório apresentado à Assembleia Legislativa do estado revela como os funcionários da Secretaria de Segurança Pública participaram do convênio, com treinamento no exterior. Quanto ao treinamento dos militares, este aparece como "cooperação técnica". Como salienta o pesquisador pernambucano Araújo Silva, "quando os militares e os civis derrubaram o governo democrático [de Pernambuco] através de um golpe de Estado em 1964, toda estrutura já estava montada, cabendo a estes apenas uma adaptação das instituições para atender à necessidade imposta pelo momento".[5]

Intervenções em direções sindicais, depredação de sedes de entidades, prisões, torturas, execuções foram acontecimentos reiterados e sistemáticos. A ditadura começou efetivamente no dia 1º de abril, no meio sindical. Suas ações visavam a um só tempo quebrar a espinha dorsal do pujante movimento organizacional dos trabalhadores, em ascensão desde os anos 1950, e impedir que nas organizações sindicais se estruturasse qualquer possibilidade de resistência contra o golpe. A intervenção da ditadura nos sindicatos, entre março e abril de 1964, contou com a nomeação de 235 interventores.[6]

A repressão militar sobre a classe trabalhadora começou, assim, com a prisão ou fuga forçada de líderes sindicais, e com o empenho do Estado de retomar o controle sobre os trabalhadores. Somente em 1964, 409 sindicatos e 43 federações sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. Entre 1964 e 1970, foram efetuadas 536 intervenções sindicais – das quais 483 em sindicatos, 49 em federações e em quatro confederações.[7] Do total de intervenções realizadas pelo Ministério do Trabalho durante esse período, 19% foram efetuadas em 1964 e 61% em 1965 (80,6% do total), isto é, uma marca de 433 intervenções em apenas dois anos, aliada à cassação de 63 dirigentes sindicais, à intervenção em

quatro confederações e 45 federações, de acordo com levantamento realizado por Celso Frederico.[8] Os sindicatos maiores e politicamente mais ativos foram os mais afetados.

A tentativa de resistência dos trabalhadores organizados no dia do golpe, em diversas regiões do Brasil, foi enfrentada por parte das Forças Armadas e das direções das empresas com mãos de ferro. As principais lideranças sindicais já estavam identificadas, facilitando o posterior trabalho de perseguição e prisão dos trabalhadores.

Em Volta Redonda, por exemplo, Lima Neto, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, organizou um piquete em uma das entradas da siderúrgica, enquanto os trabalhadores chegavam para o novo turno. Em resposta, o diretor industrial, Mauro Mariano, deu ordens para se interromper os sinais de rádio, TV e telefone, impedindo-se até mesmo a entrada de conhecidos líderes sindicais na usina, tudo para evitar a comunicação do movimento grevista com os trabalhadores. As tropas do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) e da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) invadiram a passarela, dispersando os líderes grevistas. Mais tarde, Lima Neto foi preso no interior da usina e levado ao 1º BIB.[9] Concomitante à iniciativa de Lima Neto, o trabalhista Othon Reis, liderança histórica do sindicato, decidiu ocupar a Rádio Siderúrgica para informar à classe a necessidade de resistência à ameaça de golpe contra o governo Goulart. Pouco mais tarde, a rádio foi igualmente posta sob total controle militar.[10]

Além da resistência na usina e na rádio, outro grupo de trabalhadores reuniu-se na sede do sindicato e na avenida Amaral Peixoto (em frente à entidade). Na saída do turno de 17h15, os trabalhadores encheram o caminhão da usina e se dirigiram para o sindicato, onde as tropas militares encontravam-se concentradas no entorno. Os trabalhadores haviam feito um cordão de isolamento, mas a certa altura os soldados o forçaram e invadiram a sede. Alguns líderes conseguiram fugir, outros foram presos ali mesmo. Com a invasão da sede, a documentação do sindicato desapareceu e este teve o patrimônio depredado pela ação do BIB.[11]

Sofreram intervenção cerca de 70% dos sindicatos com cinco mil filiados ou mais; portanto, os mais poderosos. Ao todo, 536 entidades foram atingidas entre 1964 e 1970. Estima-se em dez mil o número de dirigentes sindicais cassados.[12] Note-se, no entanto, que há divergência entre os números relativos a essas práticas. Segundo Celso Frederico,[13] por exemplo, entre 1964 e 1965, 63 dirigentes sindicais tiveram seus direitos cassados, houve intervenção em quatro confederações, 45 federações e 383 sindicatos. Até 1970, foram atingidas 49 federações e 483 sindicatos.

Nessa sanha de intervenções, as regiões mais prejudicadas foram o Nordeste, com 42%, e o Sudeste, com 39,55%. Quanto aos estados, os mais prejudicados foram Pernambuco, com 23,25%, e São Paulo, com 22,99%. De outra parte, o maior número de intervenções ocorreu entre 1964 e 1965, embora a prática haja perdurado ao longo de toda a ditadura.

As organizações de trabalhadores nos locais de trabalho, quando objeto de denúncia pelos antigos opositores, ou por novos interventores, foram, também, fortemente atacadas. Embora mais difícil de quantificar, pesquisas qualitativas indicam o desmantelamento das comissões de fábrica e a continuada demissão de delegados sindicais. Na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, foi estimado em 1.800 o número de delegados denunciados pelos interventores após o golpe. Já no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, à época do golpe, estavam cadastrados cerca de 140 conselhos sindicais de empresa.[14] Eles eram a mola mestra de sustentação das atividades sindicais e da luta dos trabalhadores por direitos, a partir das empresas. Todos foram fechados, a estrutura foi desmantelada e seus representantes cassados e impedidos de atuar, sob o impacto das ações repressivas.

Ainda no imediato pós-golpe, o Sindicato Nacional dos Aeronautas foi invadido pela Aeronáutica, que sequestrou seus arquivos e os utilizou para acusar dirigentes, alegando uso impróprio

do orçamento. O comandante Paulo Mello Bastos, um dos dirigentes nacionais do CGT, foi demitido da Varig, ao lado de outros aeronautas, todos com estabilidade sindical.[15] A empresa repassou os nomes de seus dirigentes ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Ministério da Aeronáutica emitiu duas portarias destinadas a suspender a licença de voo desses pilotos sindicalistas.[16]

B) A lógica da aliança civil-militar no golpe de 1964

A despeito de defenderem interesses próprios, civis e militares que planejaram e executaram o golpe e, posteriormente, construíram a ditadura, perceberam as vantagens de um projeto político-econômico comum e de uma ação articulada para a realização de seus objetivos específicos.

Pode-se dizer que a declaração da vacância da presidência da República pelo presidente do Senado, o pessedista Auro de Moura Andrade, com João Goulart ainda no Brasil e em pleno exercício do cargo, e a posse dada pelo STF, na madrugada do dia 2 de abril, ao presidente do Congresso Nacional, deputado Ranieri Mazzilli, como presidente da República, sintetizam e simbolizam politicamente o pacto golpista civil-militar.

Relativamente às motivações que conduziram a 1964 é certo que as elites civis urbanas identificaram no golpe e na ditadura o caminho para implantar um novo regime econômico que privilegiasse o capital nacional associado ao multinacional. No campo, os senhores de terra visualizaram o golpe e a ditadura como a solução para evitar a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas à área rural.

Na cidade e no campo, as elites civis entendiam que era preciso reprimir, disciplinar, submeter e tornar os trabalhadores mais produtivos, com o fim de possibilitar uma maior acumulação de riqueza, bem como manter os privilégios existentes.

Quanto às elites militares, desde os anos 1950, elas pretendiam situar-se como um Quarto Poder no âmbito da República e desejavam desenvolver uma hegemonia militar no hemisfério sul, fundada em seu alinhamento ao poderio econômico-militar norte-americano. Essas elites tinham, sobretudo, interesses corporativos no sentido de continuar desenvolvendo atividades como a promoção da guerra. De fato, é a atuação bélica que dá às Forças Armadas sua especificidade no exercício da violência do Estado.

Entendiam essas elites militares que, para se fazerem necessárias na arena política nacional, deviam enfatizar, naquela oportunidade, a recorrência e a inevitabilidade da guerra, que constituía atribuição fundamental e intransferível da corporação castrense. Fizeram-no divulgando e se engajando na designada "guerra revolucionária", gestada a partir da "guerra fria". Paralelamente, buscaram expandir seu poder material lutando pela criação de uma potente indústria bélica no país, conforme deixa explícito o documento emitido pelo Estado Maior das Forças Armadas, em 1970.

O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) estabeleceu como sua principal finalidade a colaboração com as Forças Armadas e Forças Auxiliares "na solução de problemas em tempo de paz e de facilitar o cumprimento das missões atribuídas às fábricas que forem mobilizadas em tempo de guerra".[17] Sendo assim, a doutrina que pautava as ações do GPMI da Fiesp estava totalmente atrelada à lógica da Segurança Nacional e buscou estabelecer "um assessoramento às Forças Armadas e uma estreita colaboração no setor técnico e no setor econômico",[18] mediante a formação de nove comissões: de Veículos e Viaturas; de Autopeças e Sobressalentes; de Artigos de Couro e Calçados; de Artigos Têxteis; de Material e Equipamentos Aeronáuticos; de Víveres e Alimentação; de Medicamentos e Equipamentos Hospitalares; de Munição e Armamento; e, finalmente, de Equipamento Elétrico e Eletrônico.[19]

Essa relação fica ainda mais evidente no discurso do presidente da Fiesp em 1972, Theobaldo de Nigris, em palestra proferida na Escola Superior de Guerra (ESG), em que afirma que "toda mo-

bilização militar tem que ser fundamentada na indústria civil, que suprirá as necessidades das Forças Armadas em condições de menores custos e de padrões da melhor qualidade".[20]

Segundo o ponto de vista dessas elites, os militares precisavam do desenvolvimento econômico capitalista que o projeto das elites civis poderia viabilizar, tanto como os civis precisavam da força que os militares podiam agregar para a imposição de seus interesses. O lema "segurança nacional e desenvolvimento" daria então um novo sentido à insígnia "Ordem e Progresso", inscrita na bandeira brasileira. Contudo, havia um obstáculo à realização desse projeto comum: a existência de uma classe trabalhadora reivindicativa, como ocorria no pré-1964.

Tanto as elites civis, em especial as empresariais, como as militares, veem, sempre, a classe trabalhadora como potencialmente perigosa. Consideram-na assim as elites civis porque a classe trabalhadora, em princípio, resiste à exploração de sua força de trabalho e à apropriação do que gera de riqueza.

Relativamente às elites militares, o entendimento é que a classe trabalhadora é, por sua constituição social, insatisfeita e indisciplinada. Quando a classe trabalhadora exerce a sua (pre) disposição reivindicativa, como aconteceu no pré-1964 e, posteriormente, durante a ditadura, as elites civis e militares consideraram-na subversiva e inimiga. Por isso, ela seria o alvo estratégico primordial da repressão, da política econômica, da dominação imposta e das graves violações de direitos praticados por civis e militares.

O golpe de 1964, a despeito de mascarar seu propósito ditatorial, mediante uma intensa agitação e propaganda em torno da manutenção do regime democrático, com o que obteve significativo apoio civil, foi um golpe das elites, das classes mais abastadas, das oligarquias rurais, senhoriais, das elites militares, da classe empresarial. Não se tratou de uma quartelada com apoio civil, mas de uma ação organicamente articulada por civis e militares, que resultou em enorme fortalecimento do poder econômico, social e político do empresariado, dentro e fora das fábricas e na transformação da questão operária em questão "de segurança nacional".

A evidência de um projeto comum das elites civis e militares não tem, entretanto, prevalecido na análise sobre as causas e significados do golpe de 1964. Desde a segunda metade da década de 1980, há uma elaborada tentativa de ocultar ou reduzir o peso determinante dos interesses das elites civis no movimento de preparação, organização e apoio ao golpe de 1964, bem como na ditadura subsequente. Assim, subtrai-se de nosso olhar problemas e conflitos que desencadearam o golpe, absolvendo-se de responsabilidade aquelas elites, posteriormente convertidas à democracia. Confere-se, também, desse modo, legitimidade política à nossa transição, encaminhada entre 1978-1988, e a um pacto democrático em que os problemas e conflitos, presentes em 1964, foram excluídos da agenda nacional.

C) O impacto da ditadura de 1964 nas fábricas: a instituição de um novo regime fabril

O golpe de 1964 constituiu uma situação inédita. Na Primeira República, a fábrica era domínio privado do patronato e o Estado permanecia ausente. Com a criação da legislação trabalhista, a partir do Estado Novo, o espaço fabril tornou-se terreno de disputa, mediada pela virtual presença do Estado, e os conflitos se fizeram públicos. Sob a ditadura militar, o Estado estará presente nas fábricas, não como árbitro, mas como "agente patronal". Por meio dos sindicalistas "pelegos", nomeados interventores nos sindicatos, dos espiões e dos chefes militares (em alguns casos militares reformados ou civis respaldados por uma doutrina de controle militarizado da classe operária), o Estado e o empresariado, unidos, conferirão à resistência operária o estatuto de subversão política e à força bruta patronal a legitimidade de defesa da segurança e do desenvolvimento nacional. Portanto, nesse período,

as empresas e o Estado ditatorial se irmanavam, dentro e fora das fábricas, visando impedir a organização e luta dos trabalhadores para a conquista e a defesa de seus direitos.

O depoimento de uma ex-fiandeira da Companhia Têxtil Paulista, localizada em Pernambuco, é representativo do que ocorria em todo o país:

> Em 64, entraram uns chefes, aliás, quase tudo militar reformado. Então, entrou um tal de seu Custódio, um velho, ele quando entrou na fábrica disse: "Eu agora posso pegar vocês, quando falarem em greve, a gente pode pegar vocês, sair puxando pela orelha, chegar no portão e dar um chute na bunda" (risos). Um compadre meu, vizinho e compadre, que trabalhava nos bancos, tinha sido acidentado, cortou um dedo. Esse seu Custódio disse que era porque ele (o compadre operário) queria, que a gente se acidentava porque queria, era preguiça, era pra vadiar, pra ficar em casa.[21]

A aliança empresarial-policial, estabelecida durante o período anterior, transformou-se em aliança empresarial-policial-militar e definiu um novo regime fabril. Por um lado, havia a presença de agentes da repressão infiltrados entre os operários, a estreita colaboração entre a nova burocracia sindical e os órgãos de repressão, a instituição das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) no interior das empresas estatais e dos setores de RH das empresas privadas e o fornecimento de "listas negras" para o DOPS e Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Por outro lado, o financiamento e o apoio material, logístico e ideológico do empresariado à organização da repressão e de órgãos como a Operação Bandeirante (OBAN) e o DOI-CODI materializaram a solidariedade política da aliança empresarial-policial-militar, constituindo a sua face operativa e a configuração de um novo poder disciplinador, que rendeu os dividendos do crescimento econômico com segurança e concentração de renda.

A partir do golpe de 1964, estabelecer-se-á uma nova articulação entre a violência típica do sistema capitalista contra os trabalhadores das cidades e a violência estatal, governamental ou a ela adstrita, praticada em larga escala ou sistematicamente, animada por facciosismo político ou ideológico, no âmbito de um ataque contra um segmento da população, como aconteceu no golpe e em nossa última ditadura. As diversas formas de articulação entre o arcaico e o moderno estão no coração do projeto de modernização conservadora implementado com a ditadura militar.

1. As graves violações e seus atos preparatórios

Algumas vezes, as graves violações ocorreram fora do contexto mais amplo em que aconteceram outras violações, que atingiram direitos civis, políticos, econômicos e trabalhistas da classe trabalhadora. A maior parte das graves violações vinculou-se, entretanto, a esse contexto. Ainda que normas, doutrina e jurisprudência do Direito Internacional dos Direitos Humanos não considerem "grave violação" a intervenção promovida, com motivação política, por agentes estatais, em entidade sindical, as intervenções realizadas em sindicatos promovidas durante a ditadura de 1964 funcionaram como contexto e preparação para prisões ilegais e arbitrárias, as quais constituíram graves violações.

A continuada negação de direitos da classe trabalhadora, mesmo não podendo ser caracterizada como grave violação, de acordo com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Humanitário, foi relevante em si mesma, provocando riscos à sua vida e saúde e correspondendo a crimes até hoje previstos em nossa legislação comum, como os de ameaça, constrangimento ilegal, dano, violência arbitrária, abuso de poder, crimes contra a organização de trabalho, assédio moral etc.

Violações cotidianas quase sempre funcionaram como atos preparatórios para ações mais graves. Recorrentemente, a classe trabalhadora sofreu invasões, apreensão e destruição de documentos, intervenções nos sindicatos, cassações de lideranças, demissões de trabalhadores e repressão às greves.

Durante a invasão de sindicatos, foram apropriados documentos que serviram de instrumento para que o governo instaurasse Inquéritos Policiais Militares (IPMs) contra sindicalistas, fundamentando-os em várias acusações, inclusive corrupção. É o que comprova o relatório emitido pela Comissão Geral de Investigações (CGI) da Petrobras, no qual o coronel David Rodolpho Navegantes refere-se a buscas e apreensões desencadeadas em Duque de Caxias, região da Baixada Fluminense (RJ): "em diligências realizadas foi apreendido arquivo do Sindicato; todo o material apreendido estava sendo arrolado, mediante representantes da própria Refinaria e foi entregue ao Superintendente agora nomeado".[22] Essa documentação, apreendida nos sindicatos por forças policiais, serviu posteriormente para fundamentar a prisão de várias lideranças sindicais. A invasão de sedes sindicais e a apreensão de documentação, acompanhadas, em muitos casos, da depredação do patrimônio da entidade, representaram não apenas um ataque ao direito de organização coletiva da classe trabalhadora, como provocam atualmente sérias dificuldades para a reconstrução e consolidação da memória histórica dessas categorias profissionais.

A vinculação a um IPM era muito penosa para os trabalhadores, que passavam a ser perseguidos, ainda sem julgamento e sem prazo para que se finalizasse a investigação. Essa prática inviabilizou a vida normal de centenas de sindicalistas e trabalhadores. Prova da duração da perseguição gerada por esse tipo de prática é o "IPM do Campo", aberto em Pernambuco em 1964 e concluído apenas em 1985.[23]

Como se afirmou anteriormente, antes de 1964, as forças políticas que articularam o golpe e a ditadura, já detendo o controle do governo em alguns estados, com o apoio de setores das Forças Armadas e das Polícias Civil e Militar golpistas, reprimiram greves por melhores salários e mais direitos. Nessas greves ocorreram prisões ilegais e arbitrárias, tortura e assassinato por facciosismo político.

A prática ditatorial, entretanto, que forneceu aos agentes da repressão as informações mais seguras e reiteradas para a perseguição, a prisão ilegal e arbitrária, a tortura, o desaparecimento forçado e o assassinato de trabalhadores foi a intervenção nos sindicatos, acompanhada de invasões, apreensões e destruição de documentos e do patrimônio físico das entidades sindicais. Mediante as intervenções, os interventores de plantão, designados pelo governo, podiam identificar e denunciar o passado de militantes, o presente de trabalhadores inconformados e o futuro dos ativistas e das lideranças que planejavam a resistência e a luta.

D) Tipologia da violência e repressão contra os trabalhadores praticadas mediante a articulação público-privada

A colaboração entre empresas e agentes públicos, militares, policiais ou civis, adotou diferentes formas e estruturas mediante as quais se dava uma atuação conjunta no plano político, financeiro e operacional.

Caracterizando a perspectiva ditatorial dessa colaboração, ela reprimiu, sempre, preventiva ou reativamente, toda forma de organização e manifestação coletiva. Ela atacou, ininterruptamente, todo e qualquer mecanismo de resistência à exploração. A filiação ao sindicato, a participação em assembleias, a organização de chapas de oposição para concorrer em eleições para a diretoria dos sindicatos eram proibidas, dificultando a articulação e a retomada dos sindicatos por setores progressistas.

As panfletagens, as greves, a organização de comissões de fábrica, a participação nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), muitas vezes utilizadas como o único espaço possível de organização e ação política dentro das empresas, todas essas ações tornaram-se muito

arriscadas, trazendo, frequentemente, como consequência a demissão por justa causa, o desemprego por meses e anos, a prisão. Essas consequências acarretavam profundos prejuízos não apenas para os trabalhadores perseguidos politicamente mas para suas famílias. São reiterados os casos de filhos de trabalhadores que viram seus pais serem espancados e arrancados de casa, de esposas que foram submetidas a torturas físicas e psicológicas para delatarem seus companheiros, de famílias que tiveram seus lares invadidos, seus bens materiais vistoriados, seus utensílios quebrados.

Muitos trabalhadores também denunciaram a ocorrência de demissões por participação em assembleias durante campanhas salariais, demissões por filiação ao sindicato, perseguição policial no caminho de volta para casa, após participação em assembleia, invasão de subsedes do sindicato, prisões por participação em greves ou panfletagens.[24]

Entre as ações de colaboração mais danosas à luta dos trabalhadores por seus direitos, promovidas pelo Estado ditatorial, em conluio com empresas privadas ou públicas, destacam-se a organização de um poderoso sistema de controle e vigilância e a militarização das fábricas.

Relativamente ao sistema de controle e vigilância, formou-se uma rede de delatores, que contou, frequentemente, com a participação de diretores dos sindicatos que haviam sofrido intervenção do Ministério do Trabalho, conforme comprovam as fichas de sindicatos do Rio de Janeiro e São Paulo produzidas pela Delegacia Nacional do Trabalho.[25] Policiais federais foram incorporados à segurança privada empresarial e há notícias de infiltração de policiais na produção, disfarçados de operários. Agentes patronais eram infiltrados nas comissões de fábrica e até nos ônibus das empresas.[26]

As "listas negras" (listas com nomes de trabalhadores demitidos por razões políticas e cuja admissão em outras empresas se queria evitar), recurso empregado desde sempre pelos patrões, tornaram-se mais eficazes, integrando-se a um sistema maior de repressão. Os nomes dos funcionários eram repassados diretamente ao DOPS e outros órgãos da repressão política. As fábricas da zona sul de São Paulo, por exemplo, organizaram uma Associação dos Departamentos de Recursos Humanos, que fazia circular as informações das "listas negras", conforme depoimento de ex-representante da empresa Sulzer:

> Eu trabalhei com uma entidade chamada AAPSA, Associação dos Administradores do Pessoal de Santo Amaro, e lá se partilhava os conhecimentos da área de recursos humanos e também vinham informações sobre listas de pessoas que a gente teria que ter cuidado para contratar, porque eram pessoas ditas "ativistas", pessoas que iriam articular dentro das fábricas.[27]

No Vale do Paraíba, São Paulo, em 1983, foi organizado um Centro Comunitário de Segurança (CECOSE). Esse centro operava no compartilhamento de informações sobre as atividades dos trabalhadores, sobretudo, dos dirigentes sindicais, por meio de reuniões mensais nas dependências das fábricas, hotéis ou pousadas da região, com a presença de representantes empresariais. O CECOSE contribuiu para aprofundar a colaboração entre o empresariado da região, o da capital de São Paulo e o regime militar, visando manter a segurança patrimonial e política dentro das fábricas. Era composto por chefes de segurança, normalmente de extração militar, de 25 grandes empresas transnacionais, nacionais e estatais, e membros do Exército, Aeronáutica, Centro Técnico Aeroespacial (CTA), e das Polícias Militar, Civil e Federal. Nos documentos obtidos a respeito do funcionamento do centro, localizou-se um, datado de 18 de julho de 1983, no qual se registra, textualmente, que o representante da empresa Volkswagen expôs os assuntos mais importantes em reunião, apresentando anotações, em forma de "lembretes", ao CECOSE.[28]

Sobre a Volkswagen do Brasil, existe, ainda, uma profusão de documentos que comprovam a cooperação da empresa com órgãos policiais de segurança do DOPS, identificada, por exemplo, a partir de relatório proveniente do Setor de Análise, Operações e Informações do mencionado órgão policial. O relatório fala a respeito do "Comício realizado na Portaria da VW, no dia 26-03-80 pela Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema". Esse ofício da polícia política registra "um resumo feito pela Volkswagen referente à atuação do Sindicato (...) elaborado pela Segurança da Volkswagen".

O sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva,[29] como anotado na oportunidade pelo aparato repressivo militar-empresarial, alertava os metalúrgicos sobre o monitoramento que estavam sofrendo no interior da fábrica, chamando-lhes a atenção para o coronel Rudge, um dos gerentes da Divisão de Segurança Industrial e Transporte da Volkswagen. O coronel Rudge foi entronizado na chefia dessa divisão pela Volkswagen em junho de 1969, dois anos depois da prisão do funcionário da Volkswagen do Brasil responsável pela montagem do setor de vigilância e monitoramento da unidade de São Bernardo do Campo (SP), Franz Paul Stangl, conhecido criminoso nazista que, embora procurado internacionalmente desde o fim da Segunda Guerra, sequer alterara o nome quando se refugiou no país. Em 1967, o criminoso nazista foi preso,[30] enquanto trabalhava na Volkswagen do Brasil, unidade São Bernardo do Campo,[31] sendo posteriormente extraditado e condenado na Alemanha.[32]

Destaque-se nesse contexto a evidência de um padrão de monitoramento, controle e repressão fabril altamente complexo: divisões de recursos humanos, de segurança patrimonial e outras, sob o comando do Estado, articulando-se regionalmente e compondo uma rede estatal-privada destinada a conter, disciplinar e reprimir, para obter maior rendimento no trabalho, operários e operárias. Outra concreção do lema "desenvolvimento com segurança", adotado pela ditadura, nesse caso sendo interpretado por cada gerente de produção ou chefe de RH como justificativa para que as questões de segurança patrimonial e recursos humanos, da ordem privada, fossem tratadas como próprias à manutenção da ordem pública, social e política no país.

No setor público, o papel de monitoramento assumido pelas ASI das empresas foi responsável por centenas de demissões e prisões. Esse órgão a serviço do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) era responsável pela elaboração de fichas em que a atuação política dos trabalhadores estaria registrada. Em muitos casos, verificou-se que trabalhadores de base que tiveram suas carreiras paralisadas por anos, sem obterem promoções, possuíam em suas fichas algum fato "incriminador", como a participação em uma assembleia ou a leitura de um periódico considerado suspeito. O que antes era entendido como perseguição de um chefe de setor, ou mesmo incapacidade pessoal em galgar melhores postos, revela-se como mais um mecanismo da repressão.

A verificação de bons antecedentes, procedimento disciplinar rotineiro, passou a incorporar cada vez mais critérios político-ideológicos. Generalizou-se a exigência, além do atestado de bons antecedentes, de um atestado ideológico. Utilizava-se, também, verificação menos formal: por telefonema ou carta, pedia-se ao Departamento de Recursos Humanos da empresa onde trabalhara o candidato suas "referências". Caso este houvesse participado de greve ou sido demitido por "justa causa", seria preterido. Por isso, muitos trabalhadores adotaram a prática de fazer nova carteira de trabalho, o que seria um empecilho no momento de sua aposentadoria.

O próprio processo seletivo das empresas incluía critérios não apenas políticos, mas ideológicos/comportamentais. O ativista sindical Anízio Batista relatou que todas as empresas tinham "uma entrevista muito severa. Por exemplo: 'que jornal você lê? Você é sócio do Sindicato? Qual é a sua religião?'". E acrescenta: "Eu, na época, mentia: leio *Notícias Populares*". O operário que entrasse com um jornal considerado "estranho" debaixo do braço era imediatamente posto sob vigilância. Algumas

empresas não contratavam trabalhadores que tivessem iniciado processos trabalhistas contra qualquer firma, qualquer que fosse o motivo.[33]

Quanto ao processo de militarização das fábricas, "fábricas-modelo" de controle militarizado eram aquelas consideradas "de interesse da Segurança Nacional", fornecedoras de equipamentos para as Forças Armadas. A Engesa, a DF Vasconcellos e a Ford do Ipiranga, por exemplo, eram fábricas militarizadas. Na Engesa, só eram contratados operários que tivessem servido ao Exército. Todas proibiam fazer panfletagens em suas proximidades. Na DF Vasconcellos, em 1976, foram instaladas câmeras de segurança, ampliando as formas de vigilância sobre os trabalhadores.

O monitoramento empreendido pela Divisão de Informações (DSI) da Petróleo Brasileiro SA – Petrobras, braço do SNI, demonstra que grandes empresas estatais tornaram-se verdadeiros "laboratórios" de implantação de sistema de controle e repressão fabril. Em 8 de abril de 1964, constituiu-se e passou a atuar de forma sistemática na estatal uma CGI, organismo semelhante ao que seria instituído pelo Decreto nº 53.897/1964, visando centralizar investigações e demissões de servidores públicos em nível nacional.[34]

A Petrobras ofereceu ambiente propício para a implantação de um sistema de monitoramento e repressão exemplar, considerado peça fundamental para a segurança nacional. A militarização da empresa era uma consequência lógica. A possibilidade de participação direta do SNI, por intermédio do Conselho de Segurança Nacional (CSN), na estruturação de um sofisticado esquema de investigação e perseguição de reais e supostos adversários do regime ditatorial, conferiu à experiência da Petrobras uma sistematicidade, eficiência e duração que funcionaram como modelo para outras grandes empresas. O trabalho da CGI resultaria no levantamento de cerca de três mil trabalhadores suspeitos de subversão, dos quais 712 passaram a integrar a lista dos indiciados, em IPM instalado. Entre abril e outubro de 1964, foram instaurados cerca de 1.500 processos de investigação de funcionários, parte deles convertidos em IPMs, sendo demitidos 516 trabalhadores.[35]

Ainda na Petrobras, nada menos do que 131.277 fichas de controle político-social foram elaboradas, desencadeando-se numerosos processos de auditoria, sindicância e inquéritos administrativos. Alguns desses procedimentos de controle alcançaram trabalhadores contratados por subsidiárias e prestadoras de serviço da Petrobras. Constituiu, ainda, parte do sistema repressivo estabelecido na estatal a imediata intervenção nos sindicatos dos petroleiros – até outubro de 1964, todos os sindicatos da Petrobras sofreram intervenção – e a infiltração de alunos da Escola do Comando e do Estado Maior do Exército (ESC/EME) nas unidades da empresa, incumbidos de investigar os trabalhadores relacionados pelo Serviço Federal de Informação e Contra Informações (SFICI). Há, portanto, evidências de que a Petrobras organizou, já nos primeiros dias após o golpe, um novo sistema repressivo, possivelmente reproduzido em outras grandes empresas.[36]

Aliada à implantação desse sistema de monitoramento instalado no interior da empresa, constatou-se outra estratégia para a militarização das fábricas, que consistiu na sistemática substituição dos civis que ocupavam cargos de chefias e diretorias, por militares, no imediato pós-golpe.

Pode-se concluir, então, que, embora a aliança entre empresários e forças de segurança fossem estratégias pré-existentes à ditadura militar, sua articulação, capilarização e militarização produziram um fenômeno novo: um novo regime fabril, baseado na vigilância e controle militarizados para a obtenção da maior taxa de exploração da força de trabalho, articulado a um novo regime de acumulação.

O despotismo fabril foi levado ao paroxismo. Quebrou-se, assim, a rede da organização operária construída passo a passo, dia a dia, no período democrático de 1946-1964, o qual assegurara os níveis mais elevados do salário mínimo real em toda a história, ainda que módicos. Alteraram-se os coeficientes de Gini de desigualdade social, que haviam alcançado seus níveis mais baixos. Cumpriu-

se, enfim, a meta socioeconômica mais importante da ditadura militar: destruir o lastro efetivamente popular do regime anterior.

É importante ter em vista que as práticas colaborativas mencionadas constituíram caminhos cotidianos para as graves violações. Foi a partir do controle, vigilância, monitoramento, das listas sujas e das delações que trabalhadores foram presos, torturados, assassinados e vítimas de desaparecimentos forçados.

E) A legislação que viabilizou a superexploração do trabalho e a prática de graves violações de direitos humanos

Especialistas na legislação trabalhista têm chamado a atenção para o fato de que a ditadura imposta em 1964 manteve, aprimorou e ampliou o que havia de mais repressivo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sendo assim, foi mantida a estrutura corporativa dos governos Vargas, acrescida de decretos que visavam aumentar o controle estatal sobre as organizações sindicais.

A autonomia e a pluralidade das organizações sindicais, alcançadas na prática, foram destruídas pelo governo ditatorial, ao mesmo tempo em que se tentava fazer do sindicato um órgão de colaboração de classe. Buscou-se criar no país um sindicalismo assistencialista, burocrático, gerencial.

Além das intervenções sindicais contemporâneas ao golpe e de outras numerosas que o sucederam, recorrendo a dispositivos legais do Estado Novo, ainda em julho de 1964, o direito de greve foi regulado mediante a Lei nº 4.330. A nova Lei de Greve, praticamente, cassou esse direito dos trabalhadores: os funcionários públicos federais, estaduais e municipais ou de empresas estatais estavam proibidos de deflagrarem greve, bem como aqueles trabalhadores de serviços “essenciais”. Igualmente ilegais tornaram-se as greves de solidariedade e aquelas consideradas de “natureza política, social ou religiosa”. Conforme registrou Maria Helena Moreira Alves,[37] as greves tornaram-se virtualmente impossíveis, uma vez que as exigências burocráticas para sua legalização eram altamente dispendiosas e, muitas vezes, impossíveis de serem atendidas pela entidade.

Sendo assim, a maioria das greves consideradas legais pelos tribunais do trabalho restringia-se a empresas que há mais de três meses não pagavam os salários de seus funcionários. A burocratização foi, portanto, mais uma arma do Estado utilizada para desmobilizar a classe trabalhadora. Observados os dispositivos da Lei nº 4.330, quase todas as greves deflagradas no país foram consideradas ilegais, implicando uma queda significativa desse tipo de estratégia reivindicativa dos trabalhadores. Segundo dados apontados por Kenneth Erickson,[38] constatou-se um declínio abrupto no número de greves nos anos 1960 e 1970: 154, em 1962; 302, em 1963; 25, em 1965; 15, em 1966; 12, em 1970; e nenhum registro em 1971. Por isso, ela foi apelidada pelos trabalhadores de Lei Anti-greve.

Em julho de 1964, o Ministério da Fazenda, por intermédio da Circular nº 10, estabeleceu, também, os primeiros critérios de uma nova política de arrocho salarial, inicialmente testada no setor público. Um ano depois, em julho de 1965, estender-se-ia o arrocho salarial a todos os trabalhadores. Essa política salarial subestimava o resíduo inflacionário e os aumentos de produtividade, forçando a queda dos níveis salariais para baixo. Em 1966, a lei salarial vigente seria substituída por decretos que passavam para as atribuições do Poder Executivo o estabelecimento dos índices de reajuste salarial, despersonalizando o processo. A determinação de tais escalas salariais afastou do horizonte a negociação entre sindicatos e empresas, transferindo tal responsabilidade ao Conselho Monetário Nacional e à Secretaria de Planejamento (Seplan). Com as intervenções e o rebaixamento dos salários, a filiação aos sindicatos caiu vertiginosamente, tanto como a frequência às assembleias.

Articulada ao arrocho salarial, o avassalamento da organização dos trabalhadores produziu rapidamente maior acumulação do capital, configurando-se como "o cerne do 'modelo brasileiro de desenvolvimento' da ditadura militar de 1964-1985", de teor excludente e conservador, "a superexploração da força de trabalho".[39] Em outra análise, o regime aparecerá como de "acumulação predatória", caracterizado pelo pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor.[40] No setor metalúrgico, que pode ser considerado o coração da indústria brasileira no período entre 1966 e 1974, o salário real médio manteve-se inalterado, enquanto a produtividade cresceu 99%.

Resumindo a legislação que garantiu o achatamento salarial, Celso Frederico recorda:

> Após o primeiro surto repressivo, a ditadura adotou algumas medidas visando enfraquecer o sindicalismo brasileiro. Entre elas, destaca-se a modificação na política salarial que transferiu para o governo o poder de fixar o índice de reajustes anual dos salários. Com isso, os sindicatos perderam as condições legais para pressionar o patronato e a Justiça do Trabalho teve o seu poder normativo suprimido. A política salarial da ditadura consolidou-se através dos decretos 54.018/84, das leis 4.725/65 e 4.903/65 e dos decretos-lei 15/66 e 17/66.[41]

Em relação ao salário, sua participação no produto industrial do país, em 1980, era de 17%, índice dos mais baixos do mundo, pois a média mundial é de 42%, e as "taxas de *mark-up*", nas quais está embutida a margem de lucro, eram 52, contrapondo-se a uma média mundial de 47.[42]

O índice do salário mínimo real caiu de 112,52 em 1961 para 68,93 em 1970. Em 1965, eram necessárias 88 horas e 16 minutos mensais para o trabalhador adquirir ração mínima, estabelecida em lei. Em 1974, eram necessárias 163 horas e 32 minutos para obter essa ração.[43] O índice de Gini de concentração de renda era de 0,50 na década de 1960, 0,56 na década de 1970 e 0,59 na década de 1980.[44]

É, portanto, assombroso o significado dessa intensificação do processo de exploração do trabalhador, relativamente aos seus custos em horas de trabalho, condições de vida e mesmo em perda de vidas humanas. As perdas salariais dos chefes de família tiveram de ser compensadas com o ingresso de mulheres e jovens no mercado de trabalho, as horas extras se multiplicaram, assim como a troca das férias por salário.

Uma das consequências mais trágicas dessa intensificação da taxa de exploração da força de trabalho nacional foi a posição de "campeão mundial de acidentes de trabalho", com 1.743.025 sinistros e 3.900 mortes, atingida pelo Brasil em 1976.[45]

Recorde-se, ainda, outra lei fundamental para o "sucesso" da política econômica e salarial da ditadura: a Lei nº 5.107, de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), destruindo a estabilidade do trabalhador e reduzindo os custos iniciais da demissão de empregados com mais tempo de serviço ou tempo de estabilidade. Por intermédio dessa lei, pretendia-se também adequar nossa legislação trabalhista ao sistema capitalista internacional.[46]

Do ponto de vista das lutas dos trabalhadores, a Lei do FGTS reduziu a participação político-sindical de trabalhadores mais velhos e experientes pelo receio da demissão, do desemprego e dos riscos de não mais serem aceitos em outras empresas, fosse pela idade ou pelo estigma político-ideológico.

Devemos registrar, por fim, nesse conjunto de instituições nocivas à classe trabalhadora, a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1966, em substituição aos Institutos de Aposentadoria e Pensões, significando a perda de representatividade dos trabalhadores frente à máquina estatal. Esse instituto destituiu os trabalhadores do direito de gerir os seus recursos financeiros de maneira autônoma, pois o governo passou a designar seu diretor.

O dinheiro arrecadado com o fundo passou a ser, então, destinado, quase exclusivamente, ao investimento em projetos de cunho assistencialista, esvaziando-se a atividade sindical de qualquer conotação política ou de crítica econômica.

F) As graves violações de direitos humanos cometidas contra os trabalhadores

Sabemos da dificuldade em reconstruir as graves violações em sua extensão e virulência porque em geral não há memória, registro ou técnica para fazê-lo. Tudo nesse campo é sempre uma amostra restrita, sem cor ou sem a dor com que efetivamente ocorreu. Em nosso país, no período focalizado, e tendo os trabalhadores como vítimas, são inumeráveis as formas como se deram a prisão ilegal e arbitrária, a tortura, as execuções, os assassinatos, os massacres, os desaparecimentos forçados, as ocultações de cadáveres, as violações sexuais de trabalhadores. Associamos a algumas personagens, imagens do desrespeito havido por meio desses atos à condição humana. Contudo, nunca é possível dizer que nossos retratos fixam o paroxismo da violência.

Será que alguns de nossos camponeses trucidados não teriam vivido um suplício mais ensanguentado que a *via crucis* de Gregório Bezerra, em sua prisão, em 1964? Espancado, queimado, esfolado e arrastado pelas ruas de Casa Forte, em Recife?[47]

Conhecemos a agonia de Herzog a partir de um conjunto de relatos verbais, escritos, de uma foto. Mas como foi a de Olavo Hanssen, desfigurado pela tortura, que morreu no hospital militar do Cambuci? E a de Manoel Fiel Filho, um trabalhador metalúrgico e militante do Partido Comunista? E a de tantos outros trabalhadores torturados e executados?

Em relação aos trabalhadores em seu conjunto, a estratégia "psicossocial", utilizada pelos defensores de um Estado mobilizado pelo imperativo da segurança nacional, em que os militares estavam impregnados das lições da "guerra revolucionária", propugnava a produção do terror como forma de intimidação. Algumas ações visavam gerar um grande impacto, um efeito de terror paralisante. É o caso de prisões efetuadas dentro das fábricas. Nestas, as empresas cooperavam com os órgãos policiais, agindo contra seus próprios trabalhadores.

No dia a dia, o terror e o controle preventivo voltavam-se para a classe trabalhadora em seu conjunto. A violência e a repressão pontuais eram não só dirigidas às lideranças, consideradas alvos centrais a serem liquidados, mas também àqueles que manifestavam maior combatividade.

Em situações de greve e enfrentamento, todos os envolvidos foram, certamente, atingidos pela mão pesada da ditadura fabril-governamental. As lideranças eram visadas tanto pela burocracia sindical quanto pela patronal, o que tornava sua atuação muito difícil. Eram frequentes os casos de militantes identificados pelos "pelegos" do sindicato em uma determinada fábrica e denunciados aos patrões, sendo demitidos em seguida. Muitos tinham presença tão destacada nas listas sujas que não conseguiam mais emprego pelo resto da vida, sendo obrigados a mudar-se de cidade e mesmo de estado. Além de presos, fichados e estigmatizados como "subversivos", os líderes, quando respondiam a inquérito policial em liberdade, eram obrigados a comparecer periodicamente ao DOPS, para controle.

Considerando o que foi a "clandestinidade" para os perseguidos pela ditadura, saliente-se que o regime militar foi muito diferente para os egressos da classe média (políticos, estudantes, profissionais liberais) e para os trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto a classe média, em geral, possuía uma rede de proteção financeira para si ou para sua família (cônjuge e filhos, se os tivessem), trabalhadores que não fossem filiados a algum partido, em especial, ao Partido Comunista

Brasileiro, não tinham como se manter e à sua família. Passavam, então, a viver às custas da solidariedade dos companheiros, eles e a família de forma muito precária, isolados, solitários.

Muitos trabalhadores esconderam-se no interior do país, em regiões às vezes remotas, sempre carregando o medo imensurável de serem presos, torturados, mortos. Sempre atemorizados pelo que podia suceder com a sua família. Na clandestinidade do trabalhador, a falta de perspectiva era, certamente, o maior problema. Eles não eram clandestinos convivendo com outros companheiros e ainda militando, discutindo, tomando decisões no âmbito de uma organização insurgente. Quase sempre eles ficavam no vácuo, sozinhos, à deriva, sem trabalho.

1. Prisões ilegais e arbitrárias e prisões coletivas (ou em massa)

No que se refere às prisões ilegais e arbitrárias, ressalte-se que a violência exercida pelo Estado ditatorial atingiu os trabalhadores não apenas individualmente, mas também de forma coletiva ou massiva. Algumas ações visavam aterrorizar e paralisar os trabalhadores, como as prisões dentro das fábricas.

Casos exemplares dessas prisões, em São Paulo, são as relatadas nos depoimentos de Vito Giannotti, da Máquinas Piratininga, em 1978;[48] de Jerônimo Alves, da Lorenzetti, em 1971;[49] de João Chile, na Bardella, em Guarulhos, em 1971;[50] e de Raimundo Moreira de Oliveira, na Metalúrgica Carmo, e posteriormente na Filizola.[51] Há, ainda, o caso de Arleide Alves, operária da Metalúrgica Colmeia eleita para sua CIPA. Ao se recusar a sair da fábrica, quando lhe comunicaram que fora demitida pelo fato de ter se tornado estável com a entrada na comissão, foi retirada à força do local pela Polícia Militar, enquanto seu chefe a puxava pelos cabelos. Arleide relatou assim a violência: “Eles me pegaram, cada um pegou de um lado, e esse chefe, oportunista, pegou por trás meu cabelo e eu caí. Fui sendo arrastada com o martelo na mão.”[52]

Outro caso de graves violações de direitos humanos aconteceu com Lúcio Bellentani, na Volkswagen de São Bernardo do Campo, em 1972.[53] Segundo seu depoimento, ele “estava trabalhando e chegaram dois indivíduos com metralhadora, encostaram nas minhas costas, já me algemaram. Na hora em que cheguei à sala de segurança da Volkswagen já começou a tortura, já comecei a apanhar ali, comecei a levar tapa, soco”. Foram presos no mesmo episódio mais de 20 metalúrgicos, a maioria da Volkswagen e o restante da Mercedes, da Perkins e da Metal Leve.

Além dos casos ocorridos em São Paulo, a prática da violência policial-militar contra a classe trabalhadora, em concurso com o empresariado, pôde ser identificada em outros estados da Federação. Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Pedro Machado Alves, conhecido como “Pedrão”, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, foi preso na fábrica de armas Taurus e sua família esteve por seis dias tentando localizá-lo.[54]

São, também, casos muito conhecidos no meio sindical os assassinatos de Santo Dias, Luiz Hirata, Olavo Hanssen e Manoel Fiel Filho. No caso de Santo Dias, participaram de seu velório milhares de pessoas, transformando-o numa grande manifestação contra a ditadura.[55] O policial militar que o assassinou foi, entretanto, absolvido. O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, compareceu ao tribunal militar, onde o PM responsável foi julgado, visando pressionar os juízes no sentido de condená-lo. Para o cardeal, a grande participação popular no processo judicial lhe pareceu, à época, “o julgamento de todos os operários e de toda a classe operária, sobretudo, o julgamento da liberdade sindical”. Santo Dias, desde 1964, sempre denunciara a sistemática intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos. Para ele, a intervenção do Ministério mostrava que este “cumpriu o seu papel de representante da classe patronal, e em prejuízo dos legítimos interesses da classe trabalhadora”.[56]

Essas prisões ilegais e arbitrárias configuram graves violações aos direitos humanos praticadas contra os trabalhadores sem o respeito às formalidades legais, sem mandado de prisão, sem comunicação a um juiz, sem a indicação do crime cometido pelo preso etc. Frequentemente, as prisões ocorriam mediante a invasão de residências, locais de trabalho, de reunião ou de manifestação política da classe trabalhadora.

As torturas eram coetâneas às prisões. Com base nos depoimentos colhidos e sistematizados pela CNV, constatou-se que o trabalhador era vítima de socos, pontapés, pancadas, corredor polonês, xingamentos, toda sorte de humilhação desde os momentos iniciais de sua detenção. Ademais, os cárceres aos quais foram encaminhados eram insalubres, fétidos, sem condições mínimas de higiene, muitas vezes superlotados. Sucessivamente, mantinha-se o preso detido e incomunicável, sem formalização da prisão, visando impedir o conhecimento e o controle da tortura a que era submetido durante os interrogatórios.

Outras vezes, as prisões ilegais ocorreram de forma coletiva. Foi o caso das prisões realizadas no contexto das intervenções sindicais, greves e manifestações políticas da classe trabalhadora, as quais se intensificaram após a decretação do AI-5.

Ilustrando casos de prisões em massa ocorridas antes de 1964, mas cuja motivação estava atrelada à lógica do golpe, recordemos as prisões ocorridas durante a Greve dos 700 mil em São Paulo, em 1963, no governo Ademar de Barros, quando foram presos aproximadamente 2.000 trabalhadores.[57] Antes dessas prisões, há um caso notável ocorrido na Mina de Ouro Morro Velho, em Nova Lima, Minas Gerais. Ali, dois trabalhadores foram mortos em 1948 e um terceiro assassinado, em 1949, durante confrontos sindicais. No mesmo ano, "para dizimar o conflito entre trabalhadores e empresa, a Mineradora confeccionou, com a ajuda do DOPS, uma lista com 51 nomes, qualificando-os como sabotadores e acusando-os pela queda na produtividade da extração do ouro".[58] O grupo ficou conhecido como "bloco dos 51" e, apesar de seus integrantes terem 10, 15, 20 anos de empresa, foram todos demitidos por justa causa. Os trabalhadores do "bloco dos 51", engajados na luta sindical do período, estigmatizados no pré-64 e perseguidos sistematicamente após o golpe de abril, foram, afinal, aprisionados com mais de duzentos trabalhadores.[59]

Por ocasião do golpe militar, as prisões em massa ocorreram em todo o país, sendo mais recorrentes onde a classe trabalhadora era mais numerosa. No Rio de Janeiro, tropas militares ocuparam os Sindicatos dos Metalúrgicos, dos Bancários e dos Trabalhadores em Estaleiros Navais, entre inúmeros outros. Em abril de 1964, o ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind decidiu intervir em pelo menos quarenta sindicatos no estado da Guanabara.[60] O objetivo era descobrir vínculos entre os sindicatos e o CGT, entidade que os militares consideravam estar vinculada ao "comunismo internacional". Nos sindicatos, houve prisões em massa e desarticulação de toda a diretoria do CGT, bem como as prisões de Clodsmith Riani e Raphael Martinelli, lideranças daquele comando.[61]

Em 31 de março de 1964, a polícia de Lacerda já invadira a sede do Sindicato dos Estivadores no Rio de Janeiro, prendendo a direção do CGT. Contudo, os sindicalistas foram libertados por um comando de militares da Aeronáutica, ainda fiéis a Jango e articulados a militares comunistas. Em seguida, com a consolidação do golpe militar, a maioria desses dirigentes do CGT, para não serem presos, optaram pela vida clandestina.

Nos primeiros dias do golpe, registre-se, ainda, que tropas militares invadiram o porto de Santos, a refinaria e a siderúrgica Cosipa de Cubatão. Houve intervenção generalizada nos sindicatos de trabalhadores e prisões em massa.[62] Os relatos das principais lideranças sindicais comprovam os expurgos realizados pelo Estado brasileiro no imediato pós-golpe e na ditadura subsequente.[63] Além das capitais em que era mais numerosa, em vários outros estados a classe trabalhadora estava também organizada e mobilizada e conseguiu documentar prisões massivas sofridas, como em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Minas Gerais.[64]

No Rio Grande do Sul, por exemplo, há documentos que comprovam prisões coletivas de dirigentes sindicais, como no Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, de Porto Alegre e Ijuí; no Sindicato do Calçado e do Comerciário em Novo Hamburgo; nos Bancários de Porto Alegre, Carazinho e Cruz Alta; nos Mineiros de Butiá, São Gerônimo e Pedreiro de Santa Rosa; nos Estivadores e Mineiros de Rio Grande; nas Telecomunicações do Rio Grande do Sul; nos Portuários de Rio Grande; nos Ferroviários da Viação Férrea de Rio Grande e de Bagé; nos Petroleiros de Rio Grande e nos Eletricitários do Rio Grande do Sul. É importante, contudo, salientar que neste estado, a despeito de se ter documentados os casos de prisões e torturas de 31 lideranças sindicais, 37 operários e trabalhadores urbanos e 12 bancários (ao lado de um número muito expressivo de trabalhadores rurais e de trabalhadores do setor público), são relatadas prisões em massa de trabalhadores urbanos e rurais no pós-64, que não estão documentadas. Houve também muitas prisões em organismos sindicais horizontais, como é o caso do Sindicato Nacional dos Aeroviários, dos Taifeiros, dos Metalúrgicos, da Federação dos Bancários, do CGT e da CNTI.[65]

Em Santa Catarina, muitos dirigentes dos sindicatos que sofreram intervenção e sindicalistas cassados foram presos. No estado catarinense ocorreu um caso extraordinário de intervenção direta do Exército no interior da empresa, quando esse acampou em uma sala especial dentro da Fundição Tupy, em Joinville, mediante acordo com a empresa, e ficou usando suas instalações por 20 anos. Segundo depoimentos de presos políticos de Joinville, a direção da empresa possuía uma clara postura de apoio à repressão política na região. Quem era demitido por participação política ou reivindicação salarial tinha a carteira de trabalho assinada com caneta vermelha e nunca mais conseguia emprego na cidade, pois esse era o código utilizado entre as empresas.[66]

Outro caso emblemático de prisão em massa de trabalhadores ocorreu na greve de 1968, em Osasco, São Paulo. De acordo com o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim, o qual foi detido na oportunidade, foram presos, aproximadamente, 600 trabalhadores. Os dirigentes da greve dentro das fábricas (Braseixos, Cobrasma, Lonaflex, Brown-Boveri, Granada), em depoimento, ressaltaram que toda a vanguarda da greve ficou maldita nas empresas da região. João Batista Cândido, secretário-geral do sindicato durante a presidência de Ibrahim, lembrou ao menos de 70 trabalhadores da Cobrasma que ficaram sem qualquer perspectiva profissional. Note-se que, desde 1965, a Cobrasma estabeleceu relações formais com o DOPS para monitoramento e vigilância dos trabalhadores considerados suspeitos. Em todas as empresas constata-se a colaboração do DOPS, da PM e/ou da Polícia Civil nas prisões dos dirigentes sindicais.[67]

Compondo o assombroso quadro de prisões em massa configurado em todo o país, não se pode deixar de lembrar o caso da greve dos metalúrgicos de Contagem, em 1968, em Minas Gerais, quando centenas de operários foram presos, a despeito de somente 64 prisões terem sido reconhecidas oficialmente, conforme pode ser comprovado nos documentos do DOPS depositados no Arquivo Público de Minas Gerais.[68]

Obedecendo à lógica repressiva, ainda em 1974 foram presos, aproximadamente, quarenta líderes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Alguns ficaram detidos até seis meses e vários narraram as torturas sofridas.[69]

Em 1975, Alcídio Boano, presidente do Sindicato dos Condutores de São Paulo, foi preso com 15 dirigentes do sindicato e 40 membros da categoria, sendo torturado durante 14 dias no DOI-CODI.[70] Posteriormente, esclareceu que o delegado regional do Trabalho, à época, Aloísio Simões de Campos, entregou-o à repressão. Em razão de uma ação combinada entre aqueles agentes e a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a qual lhe cassou definitivamente o mandato, não pôde retomar seu cargo no sindicato. Antes desse fato, em 1964, Boano já havia sido impedido de assumir a presidência do sindicato, com o restante da diretoria eleita e, em 1972, fora preso.[71]

Em 1979, também em São Paulo, ocorre outro fato de grande dimensão: na greve dos metalúrgicos da capital, agentes públicos invadiram os Comandos de Greve nas subsedes do sindicato. Na zona sul da capital, foram presos quase duas centenas de operários, entre a noite de um domingo e segunda-feira. A prisão foi feita pela ROTA (uma polícia de enfrentamento a criminosos que utiliza armamento pesado) e os trabalhadores foram levados diretamente para o DOPS, a fim de serem fichados e de se conferir se tinham passagens anteriores pela polícia. Nessa greve, há registros da prisão de 334 trabalhadores. No segundo dia, foi assassinado, pelo soldado da Polícia Militar Herculano Leonel, na porta da fábrica Sylvania, o líder sindical Santo Dias da Silva.[72]

Em 1983, oito dirigentes do Sindicato dos Bancários de São Paulo foram presos na sede da entidade e duzentos trabalhadores ficariam detidos durante a movimentação da greve.[73]

Um dos aspectos mais reveladores das prisões coletivas realizadas em 1964 pelas forças de segurança da ditadura – incluindo-se agentes militares e policiais civis e militares – diz respeito aos locais utilizados para as prisões. Ultrapassando os limites dos quartéis, das delegacias e do sistema penitenciário, os trabalhadores foram mantidos presos em estádios de futebol e navios: em Niterói (RJ), no Ginásio Caio Martins; em Macaé (RJ), no Clube Ypiranga; em Criciúma (SC), no Esporte Clube Comerciários; em Olinda (PE), na chamada "Colônia de Férias"; em Porto Alegre (RS), no Serviço Social de Menores – SESME; em Santos, no navio Raul Soares; na Guanabara, no navio Princesa Leopoldina; em Campo Grande (MS), no navio Corumbá; no Rio Grande (RS), no navio *Canopus*. Esses espaços apresentam-se como consequência lógica do que revelou a investigação de Marcelo Jasmin, realizada com base em 1.114 processos da Comissão de Reparações do Estado do Rio de Janeiro na qual 43,68% dos casos pesquisados de graves violações dos direitos humanos ocorreram nos três primeiros anos da ditadura – entre 1964 e 1966.[74]

Destaque especial deve ser dado ao primeiro estádio da América Latina, o Ginásio Caio Martins, em Niterói, que funcionou como prisão desde abril de 1964 ou, nas palavras de ex-presos políticos, um verdadeiro "campo de concentração".[75] A despeito de o DOPS do Rio de Janeiro registrar que nesse estádio de futebol estiveram detidos apenas 339 pessoas, por ali passaram mais de mil presos políticos, conforme depoimentos de vítimas e advogados. As principais categorias de vítimas de prisão naquele local foram a dos bancários, dos ferroviários, dos operários navais e de trabalhadores do campo.[76]

Quanto aos navios, o que teve o maior número de presos foi o Raul Soares. Em abril de 1964, quando já não navegava mais, foi rebocado por ordem militar até um banco de areia na Ilha do Barnabé, em Santos, para receber a primeira leva de passageiros compulsórios: 40 sargentos do Exército que se opuseram ao golpe. Outros mais, militares e civis, dirigentes sindicais, jornalistas e advogados vinculados aos sindicatos dos trabalhadores chegaram depois, totalizando 500 presos políticos, em média, sem processo legal.[77]

O Raul Soares tinha três calabouços: o "El Morocco", um salão metálico sem janelas, ventilação ou luz, ao lado da caldeira, com uma atmosfera irrespirável de mais de 50 graus; o "Night and Day", colado à geladeira, uma sala menor onde os presos ficavam com água gelada até a altura dos joelhos; e o "Casablanca", o pior deles, um depósito de fezes, onde se punha os presos, cuja resistência pretendia-se quebrar pela humilhação e pelo mau cheiro.[78] Os carcereiros eram da Polícia Marítima e o comandante da Capitania dos Portos era Júlio de Sá Bierrenbach, atualmente almirante da reserva. Waldemar Neves Guerra, à época presidente do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários, aos 45 anos de idade, ficou preso em uma cela ao lado da caldeira do navio e seria libertado apenas em outubro de 1964.[79]

O Clube Ypiranga, em Macaé, cidade do norte fluminense, cedeu suas instalações para abrigar os presos políticos, em sua maioria ferroviários. Diferente dos estádios e dos navios citados,

que tinham seus usos originais totalmente deslocados nos primeiros meses após o golpe de 1964, a parte social do Clube Ypiranga nunca deixou de funcionar, nem mesmo quando a parte esportiva recebeu os presos. O relato do ferroviário Lauro Martins denuncia justamente a conivência da sociedade macaense com a repressão: "Eu me lembro que dia de sábado tinha baile normalmente. O pessoal ficava rindo, olhando pelas frestas das portas, nós todos ali no campo de concentração, porque ali foi um verdadeiro campo de concentração".[80]

A partir do exposto é possível afirmar que as prisões de trabalhadores ocorreram de forma sistemática em todo o Brasil, sendo realizadas, individual ou coletivamente, no local de trabalho, em manifestações, ou na própria residência dos indivíduos. Como se exporá a seguir, as prisões foram, na grande maioria dos casos, acompanhadas da prática de tortura.

2. Tortura

À época do golpe de 1964 e da ditadura que o sucedeu, as Forças Armadas brasileiras incorporaram a tortura como estratégia e prática fundamental do Estado de Segurança Nacional implantado. A tortura consiste não somente em impor, intencionalmente, dor física ou moral a uma pessoa, mas também em utilizar métodos que objetivam anular sua personalidade ou diminuir-lhe a capacidade física ou mental. Segundo a Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, a configuração da tortura como grave violação de direito, ou seja, como crime de lesa-humanidade exige, ainda, que haja ação ou omissão intencional de um "agente do Estado" ou um "terceiro que atue com o consentimento estatal", ou seja, por ele instigado ou tolerado.

Os que conceberam a implantação do Estado de Segurança Nacional já sabiam que a tortura servia menos para obter informação valiosa sobre o curso de ações do inimigo do que para degradar, aterrorizar e submeter cada preso e o conjunto da população ao poder ditatorial. A tortura devia ser intimidatória, punitiva, aniquiladora. Por isso, constituíram com esmero e perspicácia seus serviços de informação (recorde-se o SISNI, cujo órgão central era o SNI e a malha nacional de agências que ia do nível federal ao local), os quais utilizavam, dominantemente, matérias-primas diversas da informação colhida sob tortura, para suas atividades, tal como o monitoramento dos suspeitos e a análise de documentos apreendidos, conforme já foi colocado.

Depoimentos obtidos sob tortura dissimulam a verdade, misturam verdade e mentira, não são confiáveis. O frequente descontrole do torturador, o sofrimento da vítima, enfim, a dinâmica do suplício destroem a objetividade da informação prestada. Não há mais a palavra de um sujeito consciente, autônomo, numa situação de alteridade e comunicação efetiva com o outro. Existe a palavra arrancada, apropriada, subvertida pelo torturador, na forma que este impõe à vítima as suas expectativas.

Sem desconsiderar efeitos pontuais da tortura, como prender parceiros de organização ou atividade, os arquitetos brasileiros do Estado de Segurança Nacional conheciam bem a experiência da Argélia e a do Vietnã: sabiam que os mais importantes efeitos da tortura eram desmoralizar e neutralizar o insurgente e levantar o moral de suas próprias tropas, conferindo-lhes um poder de vida e morte sobre os que desafiavam o sistema e eles próprios.

Além de a tortura não ser um método racional para se obter a verdade, ela não se justifica eticamente como meio para evitar um mal maior. Frente ao Direito Constitucional e Criminal vigente no país, hoje e em 1964, bem como ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, NENHUMA situação justifica a prática de tortura. Não se pode torturar para salvar uma vida, cem vidas ou mil vidas. A proibição de tortura é absoluta, não admite exceções nem flexibilizações.

Em casos de prisão, constitui tortura submeter o indivíduo preso a medidas restritivas que excedam o sofrimento próprio da prisão, como o isolamento em cela reduzida, sem ventilação ou sem luz, as restrições às visitas, as ameaças ou intimidações, a superpopulação, a incomunicabilidade coercitiva, a imposição de sofrimento e angústia aos familiares frente às condições torturantes ou a maus tratos impostos a seus filhos, maridos e parentes na prisão ou, ainda, face ao próprio desaparecimento do preso. No caso dos trabalhadores brasileiros, foi regra a ocorrência de prisões ilegais e arbitrárias, em locais impróprios e com condições vexatórias que acarretavam sofrimento físico e moral.

Ilustra, por exemplo, esse padrão de violência o caso de Clodesmidt Riani, eletricitário de Juiz de Fora, presidente da CNTI e do CGT nacional e deputado estadual do PTB mineiro em abril de 1964. Riani ficou preso em um quartel respondendo a IPM "no subsolo há quase trinta dias, doente".[81] Segundo relata, "se alguém deixasse cair um pedaço de pão no chão, apanhava e punha no bolso, porque a comida era intragável. Cumpriu pena até junho de 1968".[82] Riani ainda afirma que viu Sinval Bambirra, do Sindicato dos Tecelões de Minas Gerais sair "com o tímpano arrebentado, de apanhar, saiu ensanguentado". A prática de graves violações foi tão reiterada que seria impossível enumerar todas as suas vítimas, ao longo do país, no período enfocado. Vale a pena, contudo, considerar alguns casos paradigmáticos, envolvendo grupos de trabalhadores ou famílias inteiras de trabalhadores.

Floriano Bezerra de Araújo, por exemplo, dirigente do Sindicato dos Salineiros de Macau e deputado estadual pelo PTB do Rio Grande do Norte, preso em 15 de abril de 1964, foi torturado no 16º RI, sofrendo afogamentos e simulação de fuzilamento, entre outras violências, por uma equipe de militares cearenses deslocados para aquele estado. Ao seu lado, dezenas de outros trabalhadores e sindicalistas foram também presos e torturados.[83]

Na Bahia, quatro sindicalistas foram presos dentro da Refinaria Landulpho Alves, em abril de 1964, e transportados em viatura da Petrobras. O dirigente do Sindicato dos Petroleiros da Bahia e deputado do Partido Socialista Brasileiro, Mário Soares Lima, ficou preso com mais 100 pessoas, a maioria trabalhadores, no quartel de Barbalho, sofrendo espancamentos, torturas e simulações de fuzilamento. Quando liberados, foram ameaçados: seriam presos novamente, caso fossem vistos próximos à refinaria. Dentre os trabalhadores presos, destacam-se dois casos que tiveram graves sequelas após as sessões de tortura: o operário Milton Coelho ficou cego e o vigilante Manoel Jerônimo de Carvalho, o "Decado", suicidou-se.[84]

Em 1974, parte da coordenação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo foi presa pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury e torturada ao mesmo tempo ou em sequência. Entre esses sindicalistas estavam Waldemar Rossi, Elias Stein, Antônio Aparecido Flores de Oliveira, Antônio Salles, Raimundo Moreira de Oliveira, Vito Giannotti, Carlúcio Castanha e Adílio Roque, o "Gaúcho".[85]

Alcídio Boano, presidente do Sindicato dos Condutores de São Paulo, a quem já nos referimos, foi preso ao lado de 40 trabalhadores do transporte, sendo 16 dirigentes do sindicato. Todos foram levados ao DOI-CODI e torturados. Entre as sevícias, Boano relata ter recebido choques elétricos no pênis e 32 perfurações no pescoço.[86]

Compondo o quadro de terror sofrido pela classe trabalhadora e suas lideranças, recordem-se as torturas impostas aos seus familiares. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Manuel Dias do Nascimento, o "Neto", operário e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, cassado em 1964. Manuel foi preso por duas vezes junto com seus familiares. O primeiro episódio ocorreu após a greve de Osasco, em 1968, quando sua mãe, Tercina Dias de Oliveira, foi detida por 24 horas com mais três crianças, com o fim de se pressionar "Neto" a se apresentar no DOPS. Da segunda vez, em 1970, ele foi preso com seu irmão, Joaquim, sua esposa, Jovelina Tonello, e seu filho, Ernesto, de apenas dois anos. Sua mãe Tercina e os sobrinhos Zuleide (quatro anos), Luiz Carlos (sete anos) e Samuel (nove anos) já estavam

presos desde abril de 1970. Manuel "Neto" foi torturado no DOI-CODI na presença de seu filho Ernesto. A mãe, Tercina, e as crianças foram libertadas em junho de 1970 em troca do embaixador alemão von Holleben. Chegou-se ao absurdo de carimbar a palavra "terrorista" na documentação de banimento das crianças. A partir desse momento, sua esposa Jovelina, passou a ser torturada no DOI-CODI.[87]

Atrocidade semelhante ocorreu com o operário e dirigente do Sindicato dos Químicos de São Paulo, Virgílio Gomes da Silva. Ele foi preso e morreu em consequência das torturas sofridas no DOI-CODI, em 29 de setembro de 1969. Sua esposa, Ilda, e seus três filhos – Virgílio (nove anos), Vlademir (oito anos) e Isabel (cinco meses) – foram levados para a Oban e ali detidos. A esposa Ilda, torturada na Oban e depois no DOPS, ao ser transferida para essa delegacia, teve seus filhos encaminhados para o juizado de menores.

Outro trabalhador e militante político, Joaquim Alencar de Seixas, mecânico de aviação, foi preso em abril de 1971, juntamente com seu filho, Ivan Seixas, de 16 anos, em São Paulo, pelo II Exército-DOI--CODI/Oban. Joaquim Seixas e Ivan foram torturados conjunta e continuamente. A esposa de Joaquim, Fanny Akselrud Seixas, e suas filhas, Ieda e Lara Seixas, também foram detidas e colocadas numa sala ao lado da sua, de modo a ouvi-los sendo torturados. Joaquim foi trucidado na frente do filho Ivan. Ieda, irmã de Ivan, foi estuprada no DOI-CODI, por agentes que compunham as equipes de tortura.[88]

Os irmãos José "Zico" e Antônio Prado de Andrade, metalúrgicos em São Paulo, foram presos juntos em novembro de 1971 e conduzidos ao DOPS. Com eles foi levada a irmã Cilei e o irmão menor, João, que ficou detido na delegacia do bairro. A polícia "acampou" na casa da família Prado de Andrade, constrangendo outras quatro crianças. Em seguida, colocou-os em um carro cheio de armas e saiu pelo bairro em busca de mais familiares. Os três irmãos presos foram torturados e libertados após 28 dias. A preocupação com a família era o que mais atormentava Antônio Prado de Andrade: "Quando preso, eu estava muito triste, deprimido e preocupado com meus irmãos que também estava presos e com minha mãe, que havia ficado em casa com os meus irmãos menores."[89]

Em outubro de 1975, também o metalúrgico Newton Cândido foi preso e torturado com o irmão, passou pela "cadeira do dragão" e durante vários dias teve seu corpo queimado com cigarros. Sua esposa, Célia, presa a seguir, sofreu choques na vagina e seus dois filhos, Regina e Ronaldo, bem como sua cunhada, Bernadete, sofreram sessões conjuntas de tortura, com choques elétricos, "telefone" e espancamentos. A situação foi tão traumática que Célia, esposa do metalúrgico, posteriormente, tentou suicídio por quatro vezes, necessitando de acompanhamento psiquiátrico permanente até o final da vida.

No Rio Grande do Sul, João Valentim de Medeiros, operário e dirigente do Sindicato da Alimentação, foi preso em 1975 e submetido a diversas sessões de tortura no DOPS, que deixaram como sequelas lesões e deformação na mandíbula. Eloy Martins, metalúrgico, em 1971 foi preso e torturado na Oban, DOPS-SP e DOPS-RS, perdendo quase inteiramente a audição, a visão, sofrendo lesão na próstata e perdendo diversos dentes.[90]

A tortura foi estratégia utilizada pela ditadura militar contra a classe trabalhadora com diferentes objetivos visando, em especial, sua humilhação, subordinação e paralisia. Além dos traumas e transtornos psíquicos que gerou, impôs danos à saúde e à vida dos trabalhadores, traduzidos em perda de audição ou de visão, crises de labirintites, perda de dentes, problemas circulatórios, lesões na coluna, fraturas em membros e bacia e traumatismos de diferentes tipos.

3. Mortes e desaparecimentos forçados

O confronto de diferentes levantamentos a respeito de mortes, por diferentes causas, incluindo execuções, e desaparecimentos forçados de trabalhadores urbanos no país,[91] entre 1964 e 1988, permite

concluir a ocorrência de um total de 114 casos de trabalhadores como vítimas, sendo 35 sindicalistas. É certo que houve mortes e desaparecimentos anteriores, no período 1946-1964. Contudo, não temos registros precisos das vítimas, as quais nos referiremos apenas quando constituírem casos notórios.

Considerando a violência do golpe de 1964 e da ditadura subsequente em relação à classe trabalhadora, poderia surpreender-nos o reduzido número de vítimas que essas situações produziram, especialmente quando se compara o caso brasileiro com o argentino e o chileno, durante as suas correspondentes ditaduras. Contudo, o modo como se impôs a violência e o Estado de Segurança Nacional no país foi complexo e contraditório. Os golpistas brasileiros precisaram pagar um tributo a Washington, partícipe, avalista e beneficiário de 1964. Aos Estados Unidos interessava a versão de que a deposição de João Goulart fora para salvar a democracia e impedir a propagação e a imposição do regime comunista. A violência imposta deveria, então, ser regulada e estratégica, compatível com o que se queria informar à opinião pública internacional. O assassinato em massa não estava autorizado, pois seria associado ao fuzilamento que os golpistas afirmavam estar ocorrendo em Cuba, um dos espectros utilizados para justificar a imposição do golpe.

Neste texto, foram considerados trabalhadores urbanos aqueles que, nas cidades brasileiras, tinham ou tiveram, em sua ocupação profissional, uma relação de assalariamento, conforme a clássica disjuntiva empregado/empregador. Estamos, assim, desconsiderando a extração social da vítima, bem como o fato de haver mudado sua ocupação profissional, passando a uma situação de exclusiva militância partidária ou a outras atividades, como a vida parlamentar.

Uma das formas de construir o universo dos casos em discussão foi verificando solicitações feitas por familiares à Comissão da Anistia, criada pelo Estado brasileiro para reparações materiais a vítimas da ditadura e outras situações de violência estatal, relativamente a seus mortos e desaparecidos. Outra fonte de consulta foram os dados da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Com relação ao primeiro levantamento, entre 1964 e 1988 foram identificadas na Comissão de Anistia 437 vítimas, sendo 114 trabalhadores urbanos mortos e desaparecidos.[92] Note-se que o aparelho de repressão da ditadura de 1964 atingiu importantes categorias e setores da classe trabalhadora urbana, tais como operários (entre os quais, metalúrgicos, petroleiros, gráficos etc.), bancários, jornalistas e outras categorias assalariadas urbanas, entre as quais ferroviários, comerciários, vendedores etc.

Do conjunto de trabalhadores urbanos mortos e desaparecidos, 53 eram operários,[93] 16 eram bancários[94] e 11 eram jornalistas.[95] Outras 34 vítimas[96] por sua ocupação profissional, podem ser consideradas trabalhadores. Trata-se de auxiliares de escritório, comerciários, mecânicos, técnicos, vendedores, entre outras profissões.

Nem todos os casos computados exibem informações precisas sobre as mortes ou desaparecimentos ocorridos. Entretanto, pode-se afirmar que a maioria dos casos de mortes e desaparecimentos dos trabalhadores e sindicalistas urbanos concentrou-se na década de 1970.

Foram também levantados, a partir das investigações realizadas pela CNV em parceria com as comissões estaduais, municipais e sindicais, novos casos de mortos ou desaparecidos que não foram contemplados nem pela Comissão de Anistia nem pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), e que apenas agora começam a ganhar visibilidade. Um destes é o de Luiz Hirata, metalúrgico da Mangels, da Oposição Metalúrgica de São Paulo, preso em 25 de novembro de 1971 e assassinado no DOPS em dezembro do mesmo ano.[97]

Em sua clássica denúncia sobre torturas e torturados, no início da ditadura de 1964, Márcio Moreira Alves[98] aponta casos de "suicídios" suspeitos de constituírem efetivas situações de induzimento ao suicídio por pressão dos agentes do aparelho repressivo do Estado. Vítimas de induzimento ao suicídio seriam, então, Antogildo Pascoal Viana, ativista do Sindicato dos Portuários de Manaus e dirigente comunista, e o operário José de Souza, membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro.

Destaque-se que o questionamento dos "suicídios" começa também a ocorrer a partir de testemunhos de trabalhadores que conviveram e dividiram situações de violência e pressão com companheiros mortos. Esse é o caso, por exemplo, do presidente do Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro, Milton de Oliveira, que teria se suicidado, segundo versão oficial, jogando-se de janela da sede da entidade, bem como do suicídio de José Nobre Parente, em 1966. José Nobre esteve detido em Distrito Policial do Estado do Ceará por mais de um mês, respondendo a IPM sobre a Rede de Viação Cearense. Segundo a versão oficial, ali enlouqueceu e se enforcou com um cinturão, dependurando-se nas grades da prisão.[99]

Relativamente a massacres, o caso que envolveu o maior número de vítimas fatais foi o de Serra Pelada, no Pará, datado de 29 de dezembro de 1987, quando ocorreram violências seriais perpetradas pela Polícia Militar do Estado, atingindo homens, mulheres e crianças. O resultado foi grande número de mortes e desaparecimentos naquela região mineradora.[100]

Serra Pelada era explorada por uma associação de empresas de capital nacional e estrangeiro. Até hoje não existe consenso sobre o número de vítimas do massacre. Predomina, contudo, o entendimento de que a operação policial realizada na região provocou 79 desaparecimentos e dez mortes de trabalhadores e seus familiares.[101]

Fora do período focalizado neste tópico ocorreram, ainda, dois casos exemplares de massacre, os quais se apresentam enlaçados à lógica da ditadura de 1964, seja como antecedente ou como legado de sua violência. Queremos, assim, referir-nos ao caso da Usiminas, ocorrido em 7 de outubro de 1963, e ao de Volta Redonda, na greve que durou 17 dias em novembro de 1988.

No primeiro caso, a Polícia Militar atacou e executou trabalhadores, que se manifestavam contra as precárias condições de trabalho em frente à sede da Siderúrgica Usiminas, resultando na morte de sete trabalhadores e de um bebê. Foram estes, respectivamente, Aides Dias de Carvalho, Alvino Ferreira Felipe, Antônio José dos Reis, Gilson Miranda, Geraldo Rocha Gualberto, José Isabel do Nascimento e Eliane Martins.

No segundo caso, três operários – Carlos Augusto Barroso, Valmir Freitas Monteiro e William Fernandes Leite – foram executados pela ação do Exército no interior da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no segundo dia da conhecida Greve de 1988.[102]

G) Considerações finais

As afirmações mais significativas feitas neste texto, fundadas em documentos, depoimentos de vítimas e testemunhas, bem como em historiografia existente sobre a matéria, foram no sentido de que 1) A classe trabalhadora e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura militar. O regime político e econômico que se preparava e se impôs ao país, a partir de 1964, exigia uma classe trabalhadora despolitizada, subordinada aos patrões e autoridades, e explorada. Visando torná-la submissa e produtiva, gerando maior acumulação do capital, a ditadura lhe impôs medidas repressivas e trabalhistas que conduziram aos resultados perseguidos no período; 2) Os trabalhadores rurais e urbanos, em seu conjunto, constituíram o maior número de vítimas das graves violações, ou seja, das prisões ilegais e arbitrárias, da tortura e das execuções e desaparecimentos forçados; 3) Durante a ditadura militar, impôs-se à classe trabalhadora um despotismo fabril, que correspondeu a um novo regime dentro de fábricas e empresas, baseado na exacerbação da vigilância e de uma disciplina militarizada. A ditadura fabril se somou e reforçou a ditadura mais ampla; 4) Os trabalhadores e seu movimento sindical foram os principais destinatários da violência praticada mediante a articulação das empresas e do Estado ditatorial: foram delatados pelos patrões, vítimas de "listas negras" e entregues

à violência dos agentes estatais militares e policiais, cuja intervenção os patrões solicitavam; 5) Durante a ditadura de 1964 a classe trabalhadora sofreu enorme rebaixamento dos salários, perda da estabilidade no emprego, fim de outros direitos trabalhistas, brutal regressão em suas condições de vida. A ditadura deixou, entre outras, duas heranças malditas até hoje vigentes: depressão dos salários e rotatividade no emprego; 6) A classe trabalhadora foi vítima sistemática de prisões arbitrárias e ilegais, acompanhadas de diferentes formas de tortura, que importaram em muitas sequelas físicas e insuperáveis traumas psicológicos.

1 – **CENTRAIS SINDICAIS**

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros
CSP/Conlutas – Central Sindical e Popular
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Força Sindical
Intersindical
Intersindical/Central
NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores
UGT – União Geral dos Trabalhadores

ENTIDADES POR ESTADO

Alagoas e Sergipe
Comissão da Verdade dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe "Alan Brandão"
Amazonas
Comitê Estadual da Verdade do Amazonas
Bahia
Comitê Bahiano pela Verdade Memória e Justiça
Ceará
Comitê pela Memória e Justiça do Ceará
Minas Gerais
Associação dos Trabalhadores Anistiados de Ipatinga
Centro de Documentação e Memória Operário Popular da Região Metropolitana do Vale do Aço
Paraíba
Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba
Paraná
Comissão Estadual da Verdade do Paraná "Teresa Urban"
Pernambuco
Comissão da Verdade do Estado do Pernambuco "Dom Helder Câmara"
Rio de Janeiro
AARMA – Associação dos Anistiados do Arsenal da Marinha
ANAPAP – Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas
Comissão da Verdade do Rio de Janeiro
Comissão Municipal da Memória e da Verdade de Volta Redonda
Comissão Municipal da Verdade de Niterói
Rio Grande do Norte
Comitê Estadual pela Verdade Memória e Justiça do Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul
Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul
Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul
Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul
Santa Catarina
Comitê pela Verdade, Memória e Justiça de Santa Catarina "Paulo Stuart Wright"
São Paulo
Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo
Comissão da Verdade da Câmara Municipal de Diadema
Comissão da Verdade da Câmara Municipal de Santo André
Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo
Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São José dos Campos "Michal Gartenkraut"
Comissão da Verdade de Osasco

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"
Comissão da Verdade do Município de São Paulo "Vladimir Herzog"
Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos
Comissão da Verdade Municipal de Ribeirão Pires
Comissão Municipal da Verdade de Mauá
Comitê Paulista Verdade Memória e Justiça
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Centro de Documentação dos Químicos de São Paulo
Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região
Centro de Memória do ABC
Centro de Memória Sindical
Fundação Arquivo e Memória de Santos
Fundação Maurício Grabois
IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisa
Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
AMA A-ABC – Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC
ANAP – Associação dos Anistiados Políticos, Aposentados, Pensionistas e Idosos
Fórum de ex-presos e perseguidos políticos
Grupo Tortura Nunca Mais
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Confecção e de Vestuários de Guarulhos

ENTIDADES NACIONAIS
Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT
Comissão Camponesa da Verdade
Comissão Nacional da Verdade da CUT
Federação Nacional dos Metroferroviários

OUTROS COLABORADORES
Amazonas
José Maria F. Pimenta
Bahia
Antonio Almerico Biondi Lima
Franklin Oliveira Júnior
Nilson Santos Baía
Brasília
Elizabeth Almeida
Gilney Viana
Nair Heloisa Bicalho de Sousa
Nicinha Porto
Ceará
Franzé de Sousa
Sílvio de Albuquerque Mota
Goiás
Antônio Pinheiro Salles
Mato Grosso do Sul
Eronildo Barbosa da Silva
Minas Gerais
Betinho Duarte
Clodesmidt Riani
Maura Gerbi
Robinson Ayres Pimenta
Pará
Raimundo Nonato Brito
Paraná
Daniel Godoy
Marcio Kieller
Pernambuco
José Felipe Rangel Gallindo
Rafael Leite Ferreira
Rio de Janeiro
Alana Moraes
Alejandra Estevez

Demian Melo
Denise Assis
Jadir Batista de Araújo
Jorge José de Melo
Josué Medeiros
Larissa Rosa Corrêa
Leonilde Sérvolo de Medeiros
Marco Aurélio Santana
Nilson Venâncio
Paulo Fontes
Pedro Henrique Pedreira Campos
Rio Grande do Norte
Crispiniano Neto
Hugo Manso
Rio Grande do Sul
Cláudio Nascimento
Gabriel Dienstmann
João Marcelo Pereira dos Santos
Roraima
Antônio Fernandes Neto
Santa Catarina
Antonio Luiz Miranda
Derley Catarina de Luca
Maikon Jean Duarte
São Paulo
Alcides Ribeiro Soares
Amanda Menconi
Antonio C. M. Brunheira Júnior
Carolina Alvim de Oliveira Freitas
Claudia Costa
Daniella Cambaúva
Edgar Fogaça
Ernesto Carlos Dias
Fabíola Andrade
Iram Jácome Rodrigues
Ivan Seixas
Jean François Germain Tible
Jorge Luiz Souto Maior
José Carlos Arouca
José Carlos Quintino
Lee Flores Pires
Luci Praun
Magnus Farkatt
Milena Fonseca Fontes
Murilo Leal Pereira Neto
Pedro Maurício Garcia Dotto
Raphael Martinelli
Richard de Oliveira Martins
Rodolfo Machado
Rosângela Batistoni
Rosi Aparecida Soares
Salvador Pires
San Romanelli Assumpção
Sebastião Neto
Sofia Dias Batista
Sueli Bossam
Vanessa Miyashiro
Vicente Garcia Ruiz

2 – A Central Única dos Trabalhadores (CUT), mediante sua representação no GT-13, registrou sua preferência pela caracterização do regime que sucedeu 64 como ditadura militar, em vez de ditadura militar.

3 – *A Gleba*, dez. 1955, p. 11.

4 – Jornal *Última Hora*, 3/5/1964, p. 7.

5 – ARAÚJO SILVA, José Rodrigo de. *Colônia de férias de Olinda*: *presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964)*. Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba, 2013, p. 53.

6 – Levantamento realizado no Diário Oficial da União pela CNV identificou, entre março e abril de 1964, a nomeação de 235 interventores. Houve intervenção em sete das dez confederações. Entre elas, especialmente, aquelas que eram a espinha dorsal do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Terrestres, CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). Como justificativa para as intervenções, o Ministério do Trabalho alegava a acefalia da entidade (em muitos casos os sindicalistas escondiam-se para não serem presos ou tinham seus mandatos cassados, sendo impedidos de continuar à frente dos sindicatos) e a proteção do patrimônio físico da sede sindical. Arquivo CNV, 00092.002779/2014-20, Tabela de intervenções sindicais, abril a dezembro de 1964.

7 – RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3ª ed. v.10. t.3. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986, p. 551.

8 – FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário* – 1964-1984. São Paulo: Novos Rumos, 1987, p. 17.

9 – BEDÊ, Edgard. *A formação da classe operária em Volta Redonda*. Volta Redonda, 2010.

10 – Arquivo CNV, 00092.002822/2014-57, Boletim de Serviço nº 71, da Companhia Siderúrgica Nacional, de 16/4/1964.

11 – Arquivo CNV, 00092.002822/2014-57, Boletim de Serviço nº 71, da Companhia Siderúrgica Nacional, de 16/4/1964.

12 – GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 131.

13 – FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário* – 1964-1984. v.1. São Paulo: Novos Rumos, 1987, p. 17.

14 – SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

15 – Entre os demitidos da Varig em 1964, constam Ion Sá Weber, Lúcio Bulcão de Siqueira Torres, Jayme de Souza Teixeira, Rogério Coriolano, Roberto Covello Machado e Marcus Maravilha.

16 – Portaria S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e Portaria S-285-GM5, de 1º de setembro de 1966. O Estado brasileiro, por meio da Constituição Federal de 1988, no artigo 8º, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garantirá posteriormente a reparação econômica dos trabalhadores atingidos, assim como a Lei nº 10.550, de 2002, em seu artigo 2º, garante a anistia política das vítimas.

17 – Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_2M_0_0_0558_0002_d0001de0001, p. 336.

18 – *Ibid.*, p. 337.

19 – Arquivo CNV, 00092.002798/2014-56, Cartilha descrevendo as funções do IPES e sua composição empresarial, 1966.

20 – Arquivo CNV, 00092.002781/2014-07, *Folha de S.Paulo*, "Aproximação da Fiesp com golpistas de 64 virou negócio", 2/6/2014.

21 – LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero e Brasília: EdUnB, 1988, p. 544.

22 – Relatório CSP–Conlutas para o GT-13 da CNV.

23 – Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco "Dom Helder Câmara".

24 – Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. <https://www.youtube.com/watch?v=kY077rMwjwk>.

25 – Arquivo CNV, 00092.002819/2014-33, Fichas de Sindicatos RJ e SP 1940-1970.

26 – Sobre a recorrente e sistemática vigilância na participação em assembleias, há centenas de informes de agentes com codinomes (como Fox 1, 2) com extensos relatos de assembleias de sindicatos em todo o país. Os informes sempre citam os nomes dos mais atuantes, daqueles que faziam propostas políticas e, muitas vezes, traziam anotações que, beneficiando-se desse sistema de informações empresarial-estatal, qualificavam aqueles considerados mais ativos, informando o grupo político que integrava, eventuais prisões anteriores, processos em andamento etc.

27 – Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. <https://www.youtube.com/watch?v=kY077rMwjwk>.

28 – Arquivo CNV, 00092.002824/2014-46, Relatório da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região/CSP–Conlutas, SP, 2014.

29 – Entre os diversos monitoramentos registrados, existe um em específico acerca da seguinte fala de Lula: "Dentro da VW alguns setores que vocês trabalham, a segurança fica de olho em vocês através de um circuito de televisão e o coronel Rudge fica

o dia inteiro vendo televisão e vendo vocês trabalhando. Tomem cuidado porque o coronel Rudge e os tenentes do Exército que trabalham aí dentro, eles têm um circuito fechado de televisão onde conseguem ver vocês dentro da seção" (1980, p. 3).

30 – O delegado Bonchristiano foi responsável pela prisão do criminoso nazista na Volkswagen de São Bernardo do Campo. Conforme depoimento de 2013, afirmou que a informação sobre Stangl "veio daquele judeu que morava em Viena, o (Simon) Wiesenthal que nos informou. Então nós levantamos e fomos para a Volkswagen, encostamos o carro e o pessoal deles ficou puto e disse: 'vocês conhecem nosso pessoal mais do que a gente'. O cara ficou conosco e disse: 'Ainda bem que eu fui entregue à polícia de São Paulo, se eu fosse entregue aos judeus estava perdido'". (GODOY, Marcelo. "O DOPS sabia da presença de Mengele no Brasil. José Paulo Bonchristiano, ex-chefe da Divisão de Ordem Política do DOPS-SP, conversa com o 'Estado'". In: *O Estado de S. Paulo*, 4/5/2013). <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-dops-sabia-da-presenca-de-mengele-no-brasil,1028459>.

31 – José Casado, na matéria "Operários em greve" em *O Globo* (15/5/2005), destaca que "entre os especialistas que contribuíram na montagem do 'serviço' da Volks estava o alemão Franz Paul Stangl. Fugitivo nazista, fora privilegiado por Hitler com o comando de dois dos principais campos de extermínio do III Reich na Polônia, Sobibor e Treblinka". Na Volks, "em 1969 um dos chefes era Adhemar Rudge, coronel do Exército e engenheiro com domínio do idioma alemão. – Nunca houve terroristas nas fábricas – conta. – Nos preveníamos, eventualmente com alguma troca de informações com o DOPS. Ele nega participação no 'Grupo de Trabalho' das empresas com a polícia política, apesar dos registros na documentação do DOPS: – Nunca houve grupo, nem reunião, nada. Só tratávamos da segurança do patrimônio". < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/rede-parlamentar-nacional-de-direitos-humanos/perseguicao>.

32 – GODOY, Marcelo. "O DOPS sabia da presença de Mengele no Brasil. José Paulo Bonchristiano, ex-chefe da Divisão de Ordem Política do DOPS-SP, conversa com o 'Estado'". In: *O Estado de S. Paulo*, 4/5/2013. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-dops-sabia-da-presenca-de-mengele-no-brasil,1028459>.

33 – Arquivo CNV, 00092.002799/2014-09, Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

34 – Arquivo CNV, 00092.002804/2014-75, Relatório Parcial de Pesquisa Trabalhadores da Petrobras e Ações do Estado Brasileiro em 1964/ CSP–Conlutas, SP, 2014.

35 – *Ibid.*

36 – Arquivo CNV, 00092.002804/2014-75, Relatório Parcial de Pesquisa Trabalhadores da Petrobras e Ações do Estado Brasileiro em 1964/ CSP–Conlutas, SP, 2014.

37 – MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

38 – ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 26.

39 – Arquivo CNV, 00092.002814/2014-19, Relatório elaborado pelo economista Alcides Ribeiro Soares/CSB, SP, 2014.

40 – COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997, pp. 63-64.

41 – FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário* – 1964-1984. v.1. São Paulo: Novos Rumos, 1987, p. 17.

42 – COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 71.

43 – MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005, p. 185.

44 – GONZAGA, Gustavo; MACHADO, Danielle Carusi. Rendimentos e preços. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 480. <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/seculoxx.pdf>.

45 – "A dilapidação da força de trabalho pode, ainda, ser atestada pelos elevados percentuais de acidentes do trabalho, chegando a 18,47% ao ano o número desses com CAT registrada em relação ao total de trabalhadores, em 1972, auge do 'milagre econômico' brasileiro" (SOARES, 2014, p. 4). De fato, "o 'milagre' brasileiro teve como base a superexploração da força de trabalho, tendo como ponto de partida a desorganização da mão de obra, por intermédio de repressão a seus organismos representativos, intervenção em sindicatos, cassações políticas. Impossibilitada de se organizar ante a investida do capital mediada pelo Estado, a mão de obra perdeu muitos dos direitos sociais adquiridos através de lutas que remontam a 1930". TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1980, p. 129.

46 – Arquivo CNV, 00092.002814/2014-19, Relatório elaborado pelo economista Alcides Ribeiro Soares/CSB, SP, 2014.

47 – Conforme relato do próprio líder camponês este foi "conduzido na carroçaria de um caminhão, os pés e as mãos algemados, o pescoço e as pernas amarrados, e sob forte escolta" foi levado depois à fortaleza de Cinco Pontas. Recebido pelo coronel Darcy Villoc Viana, que o golpeou com uma "barra de ferro" e o arrastou "através das principais ruas do bairro da Casa Forte". Villoc ainda concitou seus "oficiais, alunos e soldados a me lincharem". Segundo Bezerra, o coronel Villoc "olhava para mim e gritava: – 'Eu sou ibadiano, filho da puta! E, para confirmar, golpeava-me. Os sargentos respondiam: – Nós também somos ibadianos, Gregório!". BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Segunda parte: 1946-1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. pp. 196-197.

48 – Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. <https://www.youtube.com/watch?v=kY077rMwjwk>.

49 – Arquivo CNV, 00092.002799/2014-09, Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

50 – PATARRA, Judhit. *Médicos de Cangaíba, viver é gostar de gente*. Fênix Editorial, 2012. pp. 62-66.

51 – Arquivo CNV, 00092.002799/2014-09, Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

52 – Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. <https://www.youtube.com/watch?v=kY077rMwjwk>.

53 – Arquivo CNV, 00092.000810/2013-15, Depoimento de Lúcio Bellentani. Relatório da Comissão da Verdade Vladimir Herzog, 6/5/2014.

54 – Arquivo CNV, 00092.002830/2014-01, Depoimento de Pedro Machado Alves e Arquivo CNV, 00092.002831/2014-48, Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul.

55 – Arquivo CNV, 0092.002825/2014-91, *Santo Dias: um mártir da luta dos trabalhadores* <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/santo-dias-um-martir-da-luta-dos-trabalhadores/>.

56 – Arquivo CNV, 00092.002826/2014-35, documentário *Santo e Jesus*, Metalúrgicos, 1984.

57 – Arquivo CNV, 00092.002827/2014-80, jornal *Última Hora*, ed. 4.190 e ed. 41.91, de 1963.

58 – Arquivo CNV, 00092.002815/2014-55, relatório *A repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical em Nova Lima, Raposos, CSB, MG.* 2014.

59 – Em relação aos trabalhadores em seu conjunto, a estratégia "psicossocial", utilizada pelos defensores de um Estado mobilizado pelo imperativo da segurança nacional, em que os militares estavam impregnados das lições da "guerra revolucionária", propugnava a produção do terror como forma de intimidação. Algumas ações visavam gerar um grande impacto, um efeito de terror paralisante. É o caso de prisões efetuadas dentro das fábricas. Nestas, as empresas cooperavam com os órgãos policiais, agindo contra seus próprios trabalhadores. Arquivo CNV, 00092.002815/2014-55, relatório *A repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical em Nova Lima, Raposos, CSB, MG.* 2014.

60 – Arquivo CNV, 00092.002779/2014-20, Tabela de intervenções sindicais de 1964.

61 – PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de Araujo (org.). *Clodesmidt Riani*: *trajetória*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2005, pp. 333-334. E Arquivo CNV, 00092.002829/2014-79, depoimento de Raphael Martinelli.

62 – Arquivo CNV, 00092.000129/2014-40. *Ato sindical unitário e encontro com a memória e a verdade dos trabalhadores da baixada santista*, 27 e 28/11/2013.

63 – Depoimentos do Arquivo Histórico de Santos <https://www.youtube.com/watch?v=-SAW55PmlGc#t=23>.

64 – Arquivo CNV, 00092.001909/2014-15, 00092.001014/2014-72, 00092.002625/2014-38, 00092.001724/2014-01. Relatórios das Comissões Estaduais de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Minas Gerais, 2014.

65 – Arquivo CNV, 00092.002802/2014-86, *Relatório parcial sobre a perseguição aos trabalhadores(as) e ao movimento sindical no Rio Grande do Sul*, 17/7/2014.

66 – Arquivo CNV, 00092.002625/2014-38. Relatório parcial da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina Paulo Stuart Wright, 2014.

67 – Arquivo CNV, 00092.002828/2014-24. Caderneta publicada pelo Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo para a Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" sobre a participação do empresariado e do consulado dos EUA na organização da repressão política e a relação entre as empresas e o DOPS, 2014.

68 – OLIVEIRA, Edgard Leite de. *Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010, anexo 11.

69 – Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. <https://www.youtube.com/watch?v=kY077rMwjwk>.

70 – Arquivo CNV, 00092.002806/2014-64, Vídeo Alcídio Boano.

71 – A Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) revela a reiterada e sistemática prática de cooperação empresarial-policial. Entre outras ocorrências do pré-64, registram-se em 10 de agosto de 1954, bem como ao longo de 1958 e 1959, a vigilância e produção de informes sobre as reuniões do sindicato.

72 – Arquivo CNV, 0092.002825/2014-91. *Santo Dias: um mártir da luta dos trabalhadores*. <http://www.documentos-revelados.com.br/repressao/forcas-armadas/santo-dias-um-martir-da-luta-dos-trabalhadores/>.

73 – Arquivo CNV, 00092.002813/2014-66, *Relatório especial de informações da Polícia Militar do estado de São Paulo*, agosto de 1983.

74 – Arquivo CNV, 00092.003098/2014-89. *Pesquisa auxiliar aos trabalhos do GT Golpe de 1964*, 31/1/2014.

75 – Arquivo CNV, 00092.002805/2014-10. Relatório da Comissão Municipal de Niterói/RJ, 2014.

76 – Arquivo CNV, 00092.002805/2014-10. Relatório da Comissão Municipal de Niterói/RJ, 2014.

77 – Arquivo CNV, 00092.002801/2014-31. Relatório da CNV Navios-prisões, 2013.

78 – "A 'perigosa' unidade dos trabalhadores na 'Moscou Brasileira.'" *Revista do Sindicato dos Bancários de Santos e Região* (Intersindical). 2014. <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0156w.pdf>.

79 – Arquivo CNV, 00092.000129/2014-40. Ato sindical unitário e Encontro com a memória e a verdade dos trabalhadores da Baixada Santista, 27 e 28/11/2013.

80 – Arquivo CNV, 00092.002808/2014-53. Depoimento de Lauro Martins prestado no Fórum de Participação Clube Ypiranga. Comissão Municipal da Verdade de Macaé, 11/9/2014.

81 – PAULA, Hilda Rezende, CAMPOS, Nilo de Araujo (org.). *Clodesmidt Riani*: *trajetória*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. pp. 333-334.

82 – *Ibid.*

83 – ARAÚJO, Floriano Bezerra de. *Minhas tamataranas: linhas amarelas – memórias*. Natal: Sebo Vermelho, 2009. pp. 319-337.

84 – OLIVEIRA JR., Franklin. *A usina dos sonhos*: *sindicalismo petroleiro na Bahia*: *1954-1964*. Salvador: Egba, 1996. p. 195.

85 – Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. <https://www.youtube.com/watch?v=kY077rMwjwk>.

86 – Arquivo CNV, 00092.000810/2013-15. Depoimento prestado por Alcídio Boano à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog (São Paulo).

87 – Arquivo CNV, 00092.002800/2014-97. Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

88 – Arquivo CNV, 00092.000408/2014-11. Depoimento de Ieda Akselrud de Seixas, 18/2/2014.

89 – ANDRADE, Antonio Prado de. *Um tempo para não esquecer – ditadura: anos de chumbo*. Rio de Janeiro: NPC Piratininga Cursos Livres e Editora Ltda, 2014. p. 101.

90 – Arquivo CNV, 00092.002812/2014-11.

91 – Esse levantamento foi feito pela CNV com base nos dados da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e nos processos da Comissão de Anistia.

92 – Arquivo CNV, 00092.002777/2014-31. Tabela de trabalhadores mortos e desaparecidos, 2014.

93 – Aderval Alves Coqueiro, Aides Dias de Carvalho, Alberto Aleixo, Alceri Maria Gomes da Silva, Almir Custódio de Lima, Alvino Ferreira Felipe, Amaro Luiz de Carvalho, Ângelo Arroyo, Antogildo Pascoal Viana, Antônio José dos Reis, Antônio Raymundo Lucena, Armando Teixeira Fructuoso, Benedito Gonçalves, Carlos Nicolau Danielli, Daniel José de Carvalho, Daniel Ribeiro da Costa Callado, Devanir José de Carvalho, Dimas Antônio Casemiro, Dorival Ferreira. Feliciano Eugênio Neto, Francisco Seiko Okama, Getúlio de Oliveira Cabral, Guido Leão, Hamilton Fernando da Cunha (Escoteiro), Itair José Veloso, João Domingues da Silva, João Massena Melo, Joaquim Alencar de Seixas, Joel José de Carvalho, Joelson Crispim, Jorge Aprígio de Paula, José Campos Barreto (Zequinha), José de Souza, José Roman, Líbero Giancarlo Castiglia (Joca), Luiz Ghilardini, Manoel Fiel Filho, Manoel José Nurchis (Gil), Marcos José de Lima (Zezinho, Ari), Mariano Joaquim da Silva, Milton Soares de Castro, Nelson Lima Piauhy Dourado, Newton Eduardo de Oliveira, Olavo Hanssen, Orlando Momente (Landinho), Orocílio Martins Gonçalves, Paschoal Souza Lima, Paulo Stuart Wright, Raimundo Eduardo da Silva, Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, Santo Dias da Silva, Virgílio Gomes da Silva, Vitorino Alves Moitinho.

94 – Abelardo Rausch Alcântara, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, Caiuby Alves de Castro, Eiraldo Palha Freire, Fernando Augusto da Fonseca, José Júlio de Araújo, José Toledo de Oliveira (Vitor), José Wilson Lessa Sabbag, Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, Maria Célia Corrêa (Rosinha), Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), Nilda Carvalho Cunha, Paulo Roberto Pereira Marques (Amauri), Pedro Alexandrino de Oliveira Filho (Peri), Raimundo Gonçalves Figueiredo, Roberto Macarini.

95 – Edmur Péricles Camargo (Gauchão), Elson Costa, Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa, Israel Tavares Roque, Jayme Amorim de Miranda, Joaquim Câmara Ferreira (Toledo), Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Mário Alves de Souza Vieira, Norberto Armando Habegger, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, Vladimir Herzog.

96 – Antônio Ferreira Pinto (Antônio Alfaiate), Carlos Schirmer, Celso Gilberto de Oliveira, Cloves Dias Amorim, Eduardo Collen Leite (Bacuri), Esmeraldina Carvalho Cunha, Félix Escobar Sobrinho, Fernando da Silva Lembo, Geraldo Bernardo da Silva, Gerson Theodoro de Oliveira, Hamilton Pereira Damasceno, Helber José Gomes Goulart, Íris Amaral, Ísis Dias de Oliveira, João Batista Rita, José Dalmo Guimarães Lins, José Gomes Teixeira, José Huberto Bronca, José Lavecchia, José Nobre Parente, José Soares dos Santos, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Luiz Carlos Augusto, Luiza Augusta Garlippe (Tuca), Lyda Monteiro da Silva, Marco Antônio Braz de Carvalho, Miguel Sabat Nuet, Onofre Ilha Dornelles, Ornalino Cândido da Silva, Paulo Torres Gonçalves, Pedro Domiense de Oliveira, Pedro Jerônimo de Souza, Walter Ribeiro Novaes, Yoshitane Fujimori.

97 – ANDRADE, Antônio Prado de. *Um tempo para não esquecer – ditadura, anos de chumbo*. São Paulo: IIEP, 2014. pp. 75-97.

98 – ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1996. p. 30. <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf>.

99 – ALMEIDA, Nilton Melo. *Rebeldes pelos caminhos de ferro – os ferroviários na cartografia de Fortaleza*. Fortaleza: SECULT/CE, 2012, p. 173.

100 – Ricardo Kotscho, em seu livro-reportagem *Serra Pelada – uma ferida aberta na selva* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1984), registrou depoimento do major Curió por meio do qual esse agente da ditadura fornecera as seguintes informações sobre os grupos acionários que estavam por trás do empreendimento no Pará, a empreitada AGM na mineração em Serra Pelada: "Foi constituída uma sigla chamada 'A.G.M.' O 'A' era de Atlântica Boa Vista (grupo Bradesco); e o 'G' de Globo (grupo Roberto Marinho) e o 'M' de Monteiro Aranha. Eles constituíram uma firma chamada 'Mineração e Participação'. Essa firma tinha como diretores executivos o sr. Eike Batista, que é filho do sr. Eliezer Batista (presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que detém o direito de lavra e defende a mecanização) e Antonio Dias Leite Júnior, conhecido por 'Toninho', filho do ex-ministro das Minas e Energia, Antonio Dias Leite". As firmas multinacionais que estavam por trás do empreendimento, segundo depoimento registrado por Kotscho, "eram a British Petroleum e a Anglo American Corportaion" (Kotscho, 1984, p. 85).

101 – KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada – uma ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

102 – Arquivo CNV, 00092.001005/2014-81. Relatório parcial da Comissão Municipal de Volta Redonda, 2014.

TEXTO

3

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DOS CAMPONESES

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Maria Rita Kehl. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas com a colaboração da Comissão Nacional da Verdade e da rede de pesquisadores e pesquisadoras[1] *como parte das atividades do Grupo de Trabalho Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou contra Indígenas – e também com a colaboração de pesquisadores do Projeto República (UFMG).*[2]

A Resolução nº 5/2012 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) criou o grupo de trabalho sobre camponeses e indígenas, com a competência de "esclarecer fatos, circunstâncias e autorias de casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres", relacionados às populações do campo. O objetivo deste GT é identificar e tornar públicos estruturas, locais, instituições, circunstâncias e autorias de violação de direitos humanos no campo brasileiro, entre 1946 e 1988. A citada resolução da CNV caracteriza "graves violações de direitos humanos como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres".

Em apoio ao grupo de trabalho sobre as violações no campo, foi criada, em 2012, a partir da realização em Brasília do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), constituída por entidades e movimentos sociais ligados ao campo e por uma rede nacional de professores e pesquisadores. Sua função foi a de dar suporte à CNV no resgate das violências cometidas pelo Estado e seus agentes contra camponeses entre 1946 e 1988.

A CCV foi criada a partir da Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo das Águas e das Florestas, de 22 de agosto de 2012, quando se estabeleceu o compromisso com:

> [A] luta pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão.[3]

Ao fazer investigação própria sobre casos de violação e elaborar relatório dos movimentos e entidades, o objetivo é resgatar a memória camponesa a fim de dar mais visibilidade aos sujeitos do campo duramente vitimados pelo Estado e seus agentes entre 1946 e 1988.

Desde 2013, a Comissão Camponesa da Verdade tem realizado reuniões periódicas para pensar e agregar contribuições junto à CNV. É fundamental ter claro que, apesar dos processos históricos de luta por direitos e resistência à expropriação, há um esquecimento da história dos camponeses, tanto em relação ao seu protagonismo (na luta contra a ditadura) como nos processos de reparação. Questões teórico-conceituais, jurídicas e políticas, têm sido discutidas e são consideradas fundamentais para a condução dos trabalhos junto à Comissão Nacional Verdade, de modo a acrescentar, à investigação das violações de direitos humanos como política de Estado, os anseios da população de que este mesmo Estado se disponha a transformar suas instituições, reconhecer sua responsabilidade e estabelecer novas formas de condução no campo econômico, social, político e cultural. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

A) Os problemas da concentração de terras no Brasil[4]

É no modo da ocupação de terras no interior do Brasil que se verifica com nitidez o caráter civil-militar da ditadura de 1964-1985, assim como a aliança dos governos democráticos pré-64 com o latifúndio, tanto no nível nacional quanto estadual. Aliança que se estende ao período que ainda nos cabe investigar, depois do final da ditadura, entre 1985 e 1988.

A luta pelo direito à terra no Brasil tem sido, desde a colonização, orientada pela lei do mais forte. O que nos interessa, nesta breve introdução, é oferecer uma rápida análise das formas tradicionais de resolução e/ou repressão dos conflitos agrários no interior do país, de maneira a fazer com que a compreensão das violações de direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988 alcance também as diversas práticas autoritárias que se deram no campo.

É sabido, graças às obras de historiadores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, que a concentração de grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários determinou tanto a constituição social e econômica da nação brasileira quanto as estruturas formais e informais de poder e mando, caracterizadas pelo menos até meados do século XX como semifeudais ou, no mínimo, pré-modernas. Parte desse atraso foi mantido, ativamente, pela ditadura civil-militar de 1964-1985, a revelar uma contradição no seio de seu projeto: se por um lado os governos militares investiram na modernização do país, a partir de grandes obras de infraestrutura e iniciativas de apoio à indústria nacional, por outro lado trabalharam com o objetivo evidente de impedir, com brutalidade quando necessário, a melhoria das relações de trabalho e a democratização das condições da posse da terra.

O projeto de reforma agrária do governo João Goulart foi esquecido pouco depois do golpe militar de abril de 1964, embora o presidente Castelo Branco ainda tivesse intenção de implementá-lo. Foi um projeto estimulado pelo governo norte-americano na era Kennedy, durante o mandato do presidente Jânio Quadros. O presidente Kennedy compreendeu que a reforma agrária era fundamental para neutralizar a influência da revolução cubana na América Latina. Assim foi criado, na Costa Rica – um país "neutro" –, o Instituto Interamericano de Ciências Agrárias, cuja função era formar técnicos em legislações agrárias nos países da América Central e do Sul, sustentado por dinheiro norte-americano. O grupo brasileiro que foi à Costa Rica era chefiado por José Gomes da Silva.

Depois do golpe de 1964, o ministro do Planejamento Roberto Campos encarregou José Gomes da Silva de apresentar uma proposta de lei para reforma agrária – que foi entregue ao presidente Castelo Branco em 30 de novembro do mesmo ano. Era o Estatuto da Terra, um importante projeto de reforma agrária assinado pelo primeiro presidente da ditadura de 1964-1988. O Estatuto da Terra instituiu um cadastro das propriedades de terra, criou mecanismos legais de desapropriação para fins de reforma agrária e criou o Incra, um aparato administrativo para executar a reforma agrária. Isto indica que o Estado brasileiro, que reconhecia o direito à terra e a necessidade de distribuí-la para os milhões de camponeses pobres, foi o mesmo que reprimiu com violência inusitada todas as formas de organização criadas pelo homem do campo para defender esses mesmos direitos.

Depois da morte de Castelo Branco, o marechal Costa e Silva abandonou o projeto da reforma agrária no país. Ainda houve alguns avanços, como a criação do cadastro nacional das propriedades agrícolas e a criação de impostos sobre a posse da terra, o ITR – cuja receita deveria ser destinada para que o Incra fizesse a reforma agrária.[5] A partir do Estatuto da Terra, foram criados instrumentos legais de desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária. Mas a prioridade dos projetos dos governos militares pós-1968 não era a reforma agrária, e sim os empreendimentos de colonização a serem executados por grandes grupos empresariais, muitas vezes à revelia dos posseiros que eventualmente já ocupavam as terras consideradas "disponíveis" para colonização. É preciso lembrar que

o direito do lavrador de permanecer em terras devolutas nas quais trabalha para sustento da família, assim como a destinação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, constam de todas as constituições desde 1946, incluindo tanto as promulgadas durante o governo militar (1964, 1967 e 1969) quanto a de 1988, que reinaugurou a democracia no país.

É preciso considerar também, para efeitos deste capítulo, que apenas uma parte das mortes no campo foi motivada por conflitos políticos no sentido maior da expressão. Agentes do Estado reprimiram, com violência, posseiros que se organizaram para tentar obter o direito de permanecer em terras devolutas (ainda que desconhecessem que a lei os protegia em sua condição de uso da terra para sustento das famílias), ou que se uniram a companheiros de pobreza para combater, com ou sem um projeto político mais amplo, a exploração de seu trabalho pelos fazendeiros. Foram os casos da repressão à Guerrilha de Porecatu (1950-1957), ao conflito de Trombas e Formoso, às Ligas Camponesas, em especial no Nordeste, ou aos camponeses que apoiaram direta ou indiretamente os guerrilheiros no Araguaia.

No caso do Araguaia, prisões arbitrárias, torturas sistemáticas e assassinatos foram praticados mesmo contra camponeses que desconheciam o projeto de guerrilha dos "paulistas". O terrorismo de Estado praticado contra camponeses no Bico do Papagaio prosseguiu depois do extermínio dos guerrilheiros, criminalizando a criação de sindicatos rurais, a união de pequenos lavradores que não queriam perder a terra onde trabalhavam e a ação de padres e freiras que os defendiam. O mesmo se repetiu na prelazia de São Félix, em Mato Grosso, sob responsabilidade de dom Pedro Casaldáliga.

Mas o Estado também reprimiu os trabalhadores rurais que lutaram por direitos trabalhistas recém-conquistados desde a Constituição de 1945, sempre no sentido de favorecer as práticas arcaicas – mesmo quando inconstitucionais – dos grandes proprietários de terra. Da mesma forma, o Estado brasileiro esteve quase sempre ao lado dos grandes invasores de terras e dos beneficiários de fraudes cartoriais – fossem empresas, fossem famílias tradicionais – contra os posseiros que tiravam delas sua sobrevivência. Governos estaduais e prefeituras, o exército e a polícia, o governo federal e o sistema Judiciário viraram sistematicamente as costas para as necessidades do trabalhador rural e para a luta dos pequenos agricultores no sentido de conservar o direito de cultivar um pedaço de terra. As terras do interior do Brasil eram consideradas sem dono, a contrapelo da lei e à revelia das populações que viviam nelas e as cultivavam.

Ainda que as alianças que sustentaram o projeto de ocupação do interior do país durante o governo Vargas (a chamada "marcha para o Oeste", voltada para a ocupação das terras de Mato Grosso e Goiás) não coincidissem exatamente com as dos grupos envolvidos no projeto de "integração nacional" dos governos Médici e Geisel, em ambos os casos as terras do Brasil foram distribuídas entre empresários interessados em tocar empresas agropecuárias ou projetos extrativistas como se ali não existissem moradores – o que vale tanto para os camponeses quanto para os povos indígenas.

Tal posição do Estado diante dos conflitos pela terra, sempre em apoio aos grileiros e grandes proprietários, criminalizando sistematicamente as tentativas de resistência de posseiros, estende-se até o final do período das investigações atribuídas à CNV: o ano da Constituinte Democrática de 1988. Foi quando a democracia incipiente do governo Sarney, aliado aos governos dos estados de Goiás, do Pará e do Maranhão, deu seu consentimento tácito às ações armadas comandadas pelos membros da UDR (União Democrática Ruralista), criada por fazendeiros de Goiás, mas que logo se expandiu para todo o país. A UDR foi o agente ideológico e o articulador político da violência do latifúndio que, em defesa de suas terras, passou a fomentar de forma sistemática e organizada a violência no campo, promovendo assassinatos de posseiros, sindicalistas e advogados de causas dos camponeses.

A desigualdade no plano da conquista dos direitos se manteve no que toca às relações de força na luta pela terra. Enquanto os camponeses que tentavam defender suas posses continuaram a ser

reprimidos como "terroristas", uma organização armada criada por fazendeiros recebeu uma espécie de aval não declarado do Estado para reprimir e matar, à margem dos dispositivos legais, em nome do direito de defesa da propriedade. A lei do mais forte valia mais que a constituição.

1. Casos de disputa por terra

Repressão e violência contra grupos organizados de luta por reforma agrária e justiça nas relações de poder e trabalho.

Ex.: Ligas Camponesas, Trombas e Formoso, Guerrilha de Porecatu.

Período após o golpe de 1964: criminalização das associações camponesas na luta pela terra. Politização, por parte do Estado repressivo, de todas as formas de luta por reforma agrária ou simplesmente por justiça no campo, a exemplo da politização da resistência de posseiros (considerados "terroristas" pelo exército e por polícia locais) contra a invasão de suas terras na região do Bico do Papagaio (Pará), depois da repressão à Guerrilha do Araguaia.

2. Mortos e desaparecidos em cada conflito/circunstâncias das mortes

Assassinatos/desaparecimentos/torturas de camponeses organizados ou isolados. Destaque para participação direta ou indireta (ação/omissão) de agentes do Estado.

Identificação de violadores e mandantes, quando possível. Inclusão de casos em que não há como provar culpados.

3. Disputas localizadas de posseiros *vs.* grileiros, com participação de agentes do Estado em defesa dos grileiros ou em outros conflitos localizados pela terra

Fazendeiros *vs.* posseiros/invasão de terras de posseiros pelo gado dos pecuaristas/destruição de roças e derrubadas de cercas etc. Conivência do Estado, em nível nacional e local, com relação a fraudes cartoriais que favoreceram grandes grileiros de terras. Envolvimento de agentes do Estado em apoio à ação de grandes grileiros, com uso de violência, contra posseiros que já estavam na terra e tentaram defender suas lavouras.

4. Abusos e violências contra trabalhadores autorizados a cultivar roças dentro de grandes propriedades rurais

Repressão com participação de agentes do Estado nos casos de resistência de trabalhadores de engenhos e grandes fazendas a ações de despejo sumário, sem respeito aos direitos constitucionais (rescisão de contrato) já estabelecidos desde a Constituição de 1946.

O grande problema era a falta de regulamentação sobre os contratos, o que levava a frequentes abusos e expulsões arbitrárias de camponeses – com destruição de roças, derrubada de casas etc. por parte dos fazendeiros. Seguem-se alguns exemplos das formas de cessão de terras para o trabalhador livre, sobretudo nos engenhos do Nordeste, em meados do século XX.

Pagamento de foro (aluguel de um pedaço de terra) ao fazendeiro. Uma variante desta modalidade é a cessão de dias de trabalho não remunerado ao dono da fazenda ("cambão"). Os camponeses tentavam resistir a exigências abusivas dos dias dedicados ao pagamento do "cambão" para não prejudicar o trabalho em suas roças. Casos de repressão violenta às reivindicações dos devedores do foro ou do "cambão".

Pagamento de parceria: pagamento de uma parcela da produção ao dono da terra. Como a mensuração era arbitrária, muitas vezes a produção do trabalhador era insuficiente para pagar a parceria e ele contraía uma dívida em dinheiro com o dono da fazenda que se acumulava ano após ano, até criar situações concretas de trabalho escravo ou pena de expulsão da terra.

A falta de respaldo legal para tais tipos de contrato tornava os camponeses vulneráveis a exigências abusivas, sob pena de perder o direito ao cultivo da terra – o que ocorria com frequência. A concentração de terras impedia a independência do pequeno lavrador. No ano de 1961, por exemplo, 70 mil latifúndios, entre cerca de 2 milhões de propriedades agrícolas, detinham 62,33% das terras cultiváveis no Brasil.[6]

5. Casos de violência em resposta a demandas da Justiça do Trabalho

Violência dos fazendeiros, com participação ou conivência de agentes do Estado, em resposta a reivindicações de direitos trabalhistas por parte dos camponeses – reajustes de salário, férias, 13º, assim como as já mencionadas tentativas de negociar o "cambão" e outras modalidades de exploração do trabalhador residente em grandes fazendas.

O desrespeito às normas trabalhistas já estabelecidas por lei e a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários não constituem graves violações de direitos humanos. Incluo estas informações no relatório para permitir a compreensão dos conflitos que motivaram a formação das Ligas Camponesas, de sindicatos camponeses e outras formas de organização menos conhecidas, mas igualmente legítimas – como formas de luta coletiva pelos direitos do trabalhador do campo. O entendimento da regularidade com que ocorriam contratos ilegais e abusivos de trabalho entre proprietários e camponeses sem-terra, além da omissão dos agentes da lei diante do abuso de poder dos fazendeiros – ou mesmo do uso da força armada de representantes do Estado em ações de expulsão de famílias de lavradores das roças que cultivavam para subsistência depois de muitos anos (cuja posse lhes seria garantida pelas seguidas constituições do período) –, haverão de contribuir para explicar a violência da repressão contra sindicatos e organizações de defesa dos direitos do homem do campo, incluindo a Igreja católica, especialmente após o golpe de 1964.

Há que se observar também que inúmeros assassinatos no campo ocorreram em resposta, por parte dos fazendeiros, a simples reivindicações legais de seus empregados. A impunidade dos criminosos, mesmo nos casos em que testemunhas os denunciaram, indica a conivência do poder local com os grandes proprietários de terras.

Ex.: *Diário de Pernambuco* de 9 de novembro de 1963 noticia o assassinato de cinco camponeses que recorreram ao proprietário do engenho Estreliana, senhor José Lopes da Siqueira Campos, para pedir o pagamento atrasado da diferença salarial. Argumentaram que seus filhos estariam passando fome e gostariam de lhes dar de comer ao menos "um feijãozinho". Os camponeses, desarmados, foram mortos a bala. O jornal se refere a uma "rajada de metralhadora", o que indica que o proprietário do engenho talvez usasse arma da polícia.[7]

6. Grandes projetos do governo federal que desrespeitaram direitos de camponeses já moradores das regiões ou deslocados para outros estados. Expulsão de posseiros para implantação de projetos governamentais, sem reparação nem direitos. Torturas e mortes de camponeses que resistiram às expulsões. Violação dos parágrafos 12 e 14 do Artigo 34 da Constituição de 1946.

Ainda que as alianças que sustentaram o projeto de ocupação do interior do país do governo Vargas (a chamada "marcha para o Oeste", voltada para a ocupação das terras de Mato Grosso e Goiás) diferissem dos grupos interessados no projeto de "integração nacional" dos governos Médici e Geisel, em ambos os casos as terras do interior do Brasil foram distribuídas entre empresários interessados em tocar empresas agropecuárias ou projetos extrativistas como se ali não existissem moradores – o que vale tanto para os camponeses quanto para os povos indígenas.

7. Repressão, invasão e fechamento de sindicatos de trabalhadores rurais. Assassinatos de políticos e líderes sindicais

Ex.: João Batista[8] e Paulo Fonteles.[9]

8. Agenciamento de camponeses sem-terra para trabalho escravo, com cumplicidade de autoridades locais[10]

9. Criação da União Democrática Ruralista como reação armada de proprietários de terra, alguns com mandatos políticos, contra os movimentos por reforma agrária na década de 1980. Impunidade dos crimes cometidos pelos membros da UDR a pretexto de "defesa da propriedade". Apoio de membros do Congresso a tais ações criminosas.

B) Repressão a movimentos organizados de luta pela terra

1. Guerrilha de Porecatu – Paraná, 1947-1952[11]

Reação organizada e armada de posseiros contra atos do governador Moisés Lupion, que doou as terras em que viviam e trabalhavam para aliados políticos.

Na década de 1940, migrantes de várias regiões do país foram atraídos pelo incentivo do governo Getúlio Vargas à ocupação de terras devolutas para formação de pequenas propriedades em assentamentos. O governo disponibilizava para colonização cerca de 120 mil hectares, divididos em pequenos lotes. Era a chamada "marcha para o Oeste" (1941-1945), lançada oficialmente como programa em 1º de maio de 1941 a fim de atrair "não apenas colonos envolvidos em projetos estatais [...], mas também capitais que pudessem extrair da região riquezas que se acreditava ali existirem".[12] Os trabalhadores estabeleciam os lotes de acordo com as marcações de "terras devolutas" e procuravam as instâncias governamentais para regularização das posses.

A oferta de terras atraiu muitos camponeses, mas também despertou os interesses de grandes fazendeiros. Com o apoio do governo estadual do Paraná, na gestão de Moisés Lupion esses fazendeiros apresentavam documentos falsificados por cartórios, comprovando a propriedade das terras. Prática ilegal conhecida como grilagem.

Em 1944, foram fundadas as duas primeiras associações de lavradores na região de Porecatu, a de Ribeirão Tenente, com cerca de 270 famílias, e a de Guaraci, com aproximadamente 200 famílias. Elas antecedem às Ligas Camponesas de Francisco Julião, em Pernambuco, e inauguraram um processo intenso de criação de associações de trabalhadores rurais em todo o Brasil.[13]

Após a queda de Getúlio Vargas e do interventor Manoel Ribas, em 1945, engenheiros e agrimensores do Paraná começaram a cortar e demarcar uma área em Porecatu de mais de 1.000 alqueires, em lotes de 40 alqueires cada, mas que foram concedidos a apenas cinco famílias de posseiros. O loteamento foi suspenso e retomado após a posse do governador Moisés Lupion (1946-1950 e 1956-1960), que decuplicou o tamanho das demarcações e anunciou que o governo do Paraná estava vendendo essas novas glebas. O ilícito legalizado foi viabilizado pela articulação dos grileiros com os cartórios da região e as forças do poder local: prefeituras e agentes do governo estadual. Essas novas demarcações de terras incentivavam a vinda de fazendeiros paulistas interessados em formar grandes fazendas de café.

Os posseiros sofreram ameaças e torturas, sendo forçados por jagunços, policiais, militares e delegados a assinar documentos de cessão das terras. Para resistir, eles se reuniram em associações de trabalhadores rurais e contrataram advogados para defendê-los.

Em 1946, cerca de 1.500 posseiros fecharam a rodovia entre Presidente Prudente (SP) e Londrina (PR), para sensibilizar o governo e a opinião pública acerca das demandas dos trabalhadores rurais. Com isso, além das associações de lavradores, a resistência passou a receber o apoio do comércio e de setores médios que se desenvolviam nas cidades da região. Apesar das ameaças e das violências de jagunços a mando de grileiros, a resistência começava de forma pacífica. Os posseiros reuniram provas para assegurar as comprovações jurídicas da ocupação inicial das terras. No entanto, juízes desfavoráveis aos trabalhadores definiam indenizações irrisórias, imediatamente recusadas pelos camponeses.

Segundo Angelo Priori,[14] o começo da resistência armada em Porecatu ocorreu em 28 de agosto de 1947, durante a invasão noturna a uma fazenda na cidade de Guaraci. Doze homens armados, jagunços e policiais, liderados por Antônio Barbosa, tentaram expulsar os trabalhadores da fazenda. Tal enfrentamento levou quatro posseiros à morte.[15] Francisco Bernardo dos Santos, um dos líderes dos posseiros e membro da Liga Camponesa de Jaguapitã (PR), viajou a Curitiba e ao Rio de Janeiro levando uma carta ao então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de solucionar os conflitos na região. Ao retornar, foi preso por policiais de São Paulo, teve suas pernas quebradas e foi entregue ao jagunço José Celestino, que o matou. O assassinato de Francisco Bernardo foi considerado o "estopim" da revolta.

A partir de 1947, os posseiros já tinham se aproximado dos militantes do Partido Comunista, como João Saldanha e o líder Manoel Jacinto Corrêa, que conseguiu, junto ao comitê estadual, apoio do PCB aos posseiros. Em novembro de 1948, os militantes do PCB conseguiram que os trabalhadores aderissem à luta armada no conflito com os grileiros,[16] embora o interesse do partido fosse apropriar-se da causa dos posseiros para implementar essa forma de luta e as técnicas de guerrilha, entendidas na época como um meio de alcançar o poder. Por isso a resistência em Porecatu foi marcada por aproximações e divergências entre os trabalhadores e o PCB.

Teve início, então, o projeto de Guerrilha de Porecatu, com a formação de três grupos armados e um quartel. Pelos relatos, uma estimativa de 15 a, no máximo, 20 pessoas chegaram a possuir porte de armas na região, geralmente em acampamentos na mata, montados para a defesa dos territórios; no entanto, a movimentação causava a impressão de um grupo fortemente armado. Em

23 de setembro de 1950, o jagunço José Celestino, símbolo da opressão e da violência na região, foi assassinado em Vista Alegre, próximo à cidade de Centenário. O jagunço foi executado com 22 tiros no peito, em uma tocaia montada por posseiros e lideranças do PCB.

O maior conflito entre posseiros e grileiros ocorreu em 10 de outubro de 1950, depois da decisão da Justiça de sequestrar as terras ocupadas pela família Billar, na fazenda Tabapuã, de propriedade do grileiro Jerônimo Inácio da Costa. Jagunços contratados pelo grileiro e 22 soldados, coordenados pelo tenente João André Dias Paredes, entraram em confronto armado com os trabalhadores. Morreram João Japão, Benedito Barbudo, Cassiano Coelho e os menores Pedro Vieira de Moraes, de 14 anos, e Benedito dos Santos, de 15. Depois desse confronto, os trabalhadores de Porecatu intensificaram a luta na região.

Com o insucesso na expulsão dos trabalhadores das posses por meio de decisões judiciais fraudulentas, os grileiros e as forças do Governo estadual incentivaram a intervenção do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que atuou para expulsar os trabalhadores, coordenando ações de violência. A entrada do DOPS começou pelo desmantelamento do apoio dado aos trabalhadores pela direção intelectual do PCB estadual. No dia 17 de junho de 1951, como parte da operação contra Porecatu, 11 dirigentes partidários foram sequestrados e presos em Londrina. Em 9 de agosto, os delegados do DOPS remeteram para a vara criminal do Fórum da Comarca de Porecatu o inquérito policial referente às ações armadas dos posseiros, em que foram apontados como responsáveis pelo conflito 15 pessoas, entre dirigentes do PCB e posseiros: Celso Cabral de Mello, o "Capitão Carlos"; Arildo Gajardoni, o "Strogoff"; Hilário Gonçalves Pinha, o "Itagiba"; André Rojo, o "Panchito"; "Machado"; Newton Câmara; Francisco Lourenço Figueiredo, o "Quiabo"; Francisco Lourenço Figueiredo Filho, o "Quiabinho"; Inocêncio Ferreira Belém; Lázaro Bueno de Camargo, o "Lazão"; Benedito Bueno de Camargo, o "Coreano"; Miguel Gajardoni; João Pernambuco; Orozimbo Vieira; e "Jordão de tal".

O prisioneiro Celso Cabral de Mello, principal nome do PCB à frente do conflito em Porecatu, forneceu ao DOPS informações privilegiadas sobre a organização da guerrilha, em troca de liberdade. Com elas, os agentes, apoiados por batalhões de vários estados, invadem as áreas ocupadas. João Saldanha o considerou "o cabo Anselmo da Revolta de Porecatu".[17] Mesmo preso, não teve o nome incluído na sentença final, o que reforçou a suspeita de delação.

O conflito terminou em 1952, com mortes, torturas e outras formas de violência. Ao final dos julgamentos, a maioria dos trabalhadores recebeu pena mais curta em relação aos dirigentes partidários. De acordo com Marcelo Oikawa, isso ocorreu "por serem considerados simples participantes, homens rudes e semianalfabetos, mas que se deixaram induzir pela dialética dos chefes".[18] Tal entendimento jurídico tentava tirar o protagonismo dos trabalhadores como sujeitos históricos, colocando-os na condição de "guiados" pelo PCB. Após o fim dos conflitos na região, muitos posseiros que participaram da resistência partiram para outros lugares, abandonando a terra pela qual tanto lutaram. O episódio de Porecatu propiciou desdobramentos na luta pela terra no Brasil, incluindo a presença de lideranças de Porecatu em reivindicações como a Revolta de Trombas e Formoso (1950-1957), em Goiás. A organização e a resistência dos posseiros, aliados a militantes políticos, partidários ou não, mostraram capacidade concreta de realização a partir do encontro em torno de interesses coletivos no campo, o que foi importante para os caminhos dos novos movimentos e para as ações de política agrária.

1.1. Vítimas – Assassinatos

Francisco Bernardo dos Santos, "Bernardão". Posseiro. Fuzilado próximo de Jaguapitã, em 1947, quando retornava de viagem ao Rio de Janeiro e Curitiba, para resolver os conflitos em Porecatu. Foi preso

na região de Regente Feijó por integrantes da polícia do estado de São Paulo no governo de Adhemar de Barros. Os policiais quebraram suas pernas e o entregaram aos jagunços, que o torturaram e mataram.

Executores: jagunços comandados por José Ferreira de Souza, o "Zé Celestino", com apoio da polícia do estado de São Paulo. Autoria: Comando da Polícia Paulista e grupo de grileiros, formado por Ricardo Lunardelli, Jerônimo Inácio da Costa, José Inácio da Costa, Lázaro Bueno de Camargo, Antônio Ângelo e Neccar Accorsi, principais aliados na região do então governador do Estado do Paraná, Moisés Lupion (1946-1950 e 1956-1960), também "fazendeiro-grileiro".

Salvador Ambrósio. Posseiro. Assassinado enquanto pescava às margens do Paranapanema, em 1947. Executor: José Ferreira de Souza, o "Zé Celestino". Autoria: fazendeiros-grileiros da região, liderados por Ricardo Lunardelli, Jerônimo Inácio da Costa, José Inácio da Costa, Lázaro Bueno de Camargo, Antônio Ângelo e Neccar Accorsi.

Providências jurídicas: sem dados.

Benedito dos Santos. Posseiro. Foi assassinado em 10 de outubro de 1950. Estava trabalhando nas terras dos posseiros Billar quando foi surpreendido por jagunços, apoiados pela tropa de soldados, que pretendiam expulsá-lo da posse. Conforme laudo do Instituto Médico Legal (IML), à época, foi atingido por bala de fuzil, sofrendo várias perfurações.

Executores: jagunços dos grileiros e tropa de 22 soldados militares armados, comandados pelo tenente João André Dias Paredes. Jagunços identificados: João Faustino, Antônio Abílio da Silva e o administrador da fazenda Palmeira, do grileiro Antônio Ângelo, Luiz Menezes. Autores: tenente João André Dias Paredes, juiz Carlos Bezerra Valente e o grileiro Jerônimo Inácio da Costa. Providências jurídicas: ausentes sobre o caso.

1.2. Vítimas sem dados

João Japão; Benedito Barbudo; Cassiano Coelho; Pedro Vieira de Moraes.

1.3. Casos de perseguição e tortura na Revolta de Porecatu

Valdomiro dos Santos. Posseiro. Sequestrado junto com seu filho, Benedito dos Santos, pouco antes do conflito de 10 de outubro de 1950. Para evitar que outros posseiros atirassem contra o caminhão que estava indo em direção à posse da família Billar, pai e filho foram colocados na carroceria junto com os soldados para serem usados como escudo vivo. Executores: a mesma tropa de 22 soldados militares e os mesmos jagunços dos sete assassinatos relatados acima. Providências jurídicas: ausentes sobre o caso.

1.4. Prisões

Arildo Gajardoni, "Strogoff". Posseiro e um dos líderes no comando da resistência, indiciado no processo de 9 de agosto de 1951. Condenado a sete anos de prisão em 29 de maio de 1953, pelo delegado especial do DOPS, Eduardo Louzadas da Rocha, responsável pelo inquérito policial, e o juiz Rafael Rastelli, que dirigiu o processo. Fugiu da região de Porecatu e passou a viver na clandestinidade. Participou da Revolta de Trombas e Formoso (1950-1957), em que foi morto em confronto com a polícia.

Hilário Gonçalves Pinha, "Itagiba". Posseiro e um dos líderes do comando da resistência. Condenado a 9 anos de prisão em 29 de maio de 1953. Executores: delegado especial do DOPS Eduardo Louzadas da Rocha, responsável pelo inquérito policial.

Francisco Lourenço Figueiredo, "Quiabo". Posseiro. Sequestrado pelos soldados junto com seu filho e outros trabalhadores, pouco antes do conflito de 10 de outubro de 1950. Para evitar que outros posseiros atirassem contra o caminhão que estava indo em direção à posse de família Billar, pai e filho foram colocados na carroceria junto com os soldados para serem usados como escudo vivo. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

Executores do sequestro: jagunços dos grileiros e tropa de 22 soldados militares. Jagunços identificados: João Faustino, Antônio Abílio da Silva e o administrador da fazenda Palmeira, do grileiro Antônio Ângelo, Luiz Menezes. Autores do sequestro: tenente João André Dias Paredes, juiz Carlos Bezerra Valente e o grileiro Jerônimo Inácio da Costa. Executores do inquérito: delegado especial do DOPS Eduardo Louzadas da Rocha, responsável pelo inquérito policial.

Francisco Lourenço Figueiredo Filho, "Quiabinho". Filho de Francisco Figueiredo, sequestrado com o pai nas condições acima.

Benedito Bueno de Camargo, "Coreano". Filho de "Lazão". Posseiro. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

Miguel Gajardone. Posseiro. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

João Pernambuco. Sem informação. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

"Jordão de tal". Sem informação. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

Orozimbo Vieira. Posseiro. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951. No dia 27 de agosto de 1951, apresentou-se junto com Lázaro Bueno de Camargo à delegacia de Porecatu e foram imediatamente presos. Permaneceram detidos por seis meses, sendo liberados em janeiro de 1952. Condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

Lázaro Bueno de Camargo, "Lazão". Posseiro. No dia 27 de agosto de 1951, apresentou-se junto com Lázaro Bueno de Camargo à delegacia de Porecatu e foram imediatamente presos. Permaneceram detidos por seis meses, sendo liberados em janeiro de 1952. Condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

José Billar. Posseiro. Violências: em novembro de 1947, enquanto viajava, sua família foi ameaçada e espancada por um pelotão da Polícia Militar, comandado pelo major Euzébio de Carvalho, e seus filhos foram presos. Depois foi coagido a assinar um acordo que dizia que deveria sair da posse em 30 de julho de 1948 e receberia 28 mil cruzeiros pelas benfeitorias. Esse acordo foi assinado sob ameaça de morte pelo mesmo major.

Desdobramentos: sem providências contra as violências sofridas.

José Ribeiro dos Santos, "Zé Sem Medo". Posseiro.

"Zé Sem Medo" resistiu à ordem de despejo de sua posse. Em consequência, foi humilhado pelo jagunço José Celestino. Foi despido e colocado sentado sobre um tambor quente durante horas, à vista de todas as pessoas que passavam pela rua principal de Porecatu. Foi sequestrado, junto com outros trabalhadores, pelos soldados pouco antes do conflito de 10 de outubro de 1950. Para evitar que outros posseiros atirassem contra o caminhão que estava indo em direção à posse da família Billar, pai e filho foram colocados na carroceria junto com os soldados para serem usados como escudo vivo.

Executores das torturas: jagunço José Celestino. Autores: Ricardo Lunardelli e Jerônimo Inácio da Costa (grileiros). Executores do sequestro: jagunços dos grileiros e tropa de 22 soldados militares. Jagunços identificados: João Faustino, Antônio Abílio da Silva e o administrador da fazenda Palmeira, do grileiro Antônio Ângelo, Luiz Menezes. Autores do sequestro: tenente João André Dias Paredes, juiz Carlos Bezerra Valente e o grileiro Jerônimo Inácio da Costa.

Desdobramentos: foi dado como morto, mas reapareceu em 16 de fevereiro de 1951, no Rio de Janeiro, levando um abaixo-assinado dos posseiros ao então presidente Dutra.

2. Revolta de Pato Branco – Sudoeste do Paraná, 1957

A reivindicação dos integrantes do levante pela posse da terra tem origem na disputa entre três empresas grileiras sobre as propriedades, incorporadas ao patrimônio nacional por Getúlio Vargas, em 1940: a Clevelândia Industrial (CITLA, criada em 1951), Apucarana e Comercial Ltda. (criadas em 1956). A partir desse levante, as glebas Missões e Chopim comportaram fatos até então inéditos na história do país, como a concessão de anistia para crimes comuns e a primeira declaração de que áreas de conflito seriam caracterizadas como de utilidade pública para fins de desapropriação.[19]

As glebas de Missões e Chopim estavam *sub judice* desde que Getúlio Vargas incorporara as terras, mas herdaram dívidas dos proprietários anteriores (vítimas de grilagem de terras pela Companhia Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, subsidiária da Brasil Railway Company); por isso, as negociações de títulos estariam inválidas até a resolução do processo de pagamento das dívidas, sendo que o estatuto dos habitantes das propriedades em litígio, mesmo os colonos oficializados pela Cango, era o de posseiro. A partir de 1956, não só a CITLA, mas a Cango também ameaçava cobrar por escrituras. No entanto, como ocorreu a Revolta de 57, as determinações do Relatório da Cango (transformada em núcleo colonial, com objetivo de cobrar prestações pelo usufruto da terra) não foram postas em prática.[20] Moyses Lupion, governador eleito em 1956, revogou a sanção que o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto havia feito sobre o recolhimento dos impostos de transmissão de imóveis, a Sisa. Já o anteprojeto, que negava a transação entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN) e a CITLA, não pôde, nesse momento, ser aprovado por Juscelino Kubitschek sob "ameaça de rompimento" entre o PSD estadual e nacional.[21] Acrescentadas a essas ações, duas companhias foram criadas por Lupion, o que, de acordo com Colnaghi, "teve tripla finalidade: pagar dívidas da campanha eleitoral, afastar a CITLA do centro dos acontecimentos e enganar os colonos que, cientes da ilegalidade da posse da CITLA, não queriam com ela negociar".[22]

Em março de 1957, os representantes dos posseiros Rosalino Albano da Costa e Augusto Pereira levaram à capital da República um abaixo-assinado em que mais de 2 mil pessoas em Santo Antônio do Sudoeste reivindicavam soluções para a regularização dos posseiros e para a saída dos jagunços da região.[26] Após o envio do abaixo-assinado ao presidente Juscelino Kubitschek, Rosalino Albano da Costa teve que fugir para o sertão, abandonando a mulher e 13 filhos.[23] Iria Gomes ressalta que o abaixo-assinado foi "a última tentativa coletiva de se conseguir uma solução pela via legal". O assassinato do vereador Pedrinho Barbeiro pelo jagunço "Pé de Chumbo" em maio de 1957, por ordem da Cia. Comercial,[24] fez com que uma nova figura se tornasse expressiva na luta em favor da causa dos posseiros: o advogado Edu Potiguara Publitz, vítima de ameaças de morte e preso por ordem da chefatura de polícia.

Ainda em setembro deste ano, o advogado denuncia no jornal *O Estado do Paraná*: é voz corrente na cidade de Santo Antonio que uma viúva, ao querer defender sua filha única de tentativa de violação pelos cangaceiros da Cia. Apucarana, em Capanema, foi assassinada a pauladas. Um pai de família achava-se

refugiado na Argentina, segundo é público e notório em Santo Antonio, não sabendo o fim de sua mulher. As suas duas filhas menores, com 14 e 16 anos de idade, foram violadas e carregadas pelos cangaceiros.

No dia 2 de agosto, os posseiros de Verê realizaram um protesto pela avenida principal. Diante da multidão, dois colonos foram assassinados. Um deles, o *Alemão*, "para mostrar o propósito pacífico da marcha [...] se enrolara numa bandeira do Brasil. [...] assim mesmo morreu, atravessado pelas balas dos jagunços".[25] Esse episódio foi o "primeiro movimento do levante". Outras formas de resistência, com articulação de abaixo-assinados e comissões para mediação com o governador, foram transformadas pelo agravamento da violência das três empresas. Enquanto uma comissão de prefeitos e juízes de direito foi solicitar a extinção da Cango ao presidente da República, ao ministro da Guerra, ao Conselho de Segurança Nacional e à Comissão Especial de Faixa de Fronteira, outras violações conduziriam ao ápice da revolta.[26]

Nilza Schmitz e Ariel Pires apresentam as violações que envolveram o cunhado de Pedro Santin, amarrado e castrado por jagunços na região de Verê; sua esposa e as filhas de 9 e 11 anos foram estupradas e mortas e, ainda, a filha mais velha (15 anos) levada pelos jagunços.[27] O suicídio do cunhado de Pedro Santin acirrou os ânimos dos posseiros, que no dia 6 de setembro, no distrito de Lageado Grande, mataram numa emboscada Arlindo Silva, funcionário da CITLA, bem como feriram Vilmar Pereira de Melo, seu capanga.[28] O gerente da Apucarana e o gerente da CITLA fizeram uma tentativa de acordo. Apesar de versões de que a reunião com os posseiros havia sido desmarcada por suspeita de ameaça ao gerente da Apucarana, uma caminhonete saiu com ordens de pegar os posseiros. Nesse momento, conhecido como a "tocaia do km 17", Pedro Santin, sem saber da cilada, ateou fogo no automóvel, em que morreram dois funcionários da companhia (um deles famoso jagunço na região) e cinco colonos, em 14 de setembro. Cerca de 2 mil posseiros reagiram e incendiaram o escritório de Lageado Grande. Liderados por Santin, eles tomaram Capanema, interditando o campo de aviação e a estrada que ligava a Santo Antônio. A intervenção do chefe de polícia, Pinheiro Jr., e a atuação do coronel Alcebíades (pessoa benquista na região) em coordenar o deslocamento obrigatório dos jagunços daquela região de fronteira fez com que eles evacuassem para Francisco Beltrão e Pato Branco.[29]

O recrudescimento da violência nessas cidades, com a concentração de jagunços, somado à divulgação da emenda aprovada pela Câmara dos Deputados,[30] que negava a legalidade das companhias, além da retirada de jagunços em Capanema, culminaram na "Revolta dos Posseiros", em outubro.

A Revolta dos Posseiros

O momento de maiores violações contra os posseiros ocorreu entre março e outubro de 1957.

A articulação da população em repúdio à ação dos grileiros teve a colaboração decisiva da Rádio Colmeia, inaugurada em Pato Branco em julho de 1954. Como muitos colonos eram analfabetos, a rádio era a principal fonte de informação e denúncias na região. Os informantes da rádio eram voluntários. Mas, justamente no mês do levante, a rádio foi vendida a frades franciscanos que a renomearam de Celinauta. Um dos programas apresentados por Ivo Thomazoni contra Moysés Lupion, "Não atacamos, mas comentamos", traduz a potência da rádio como instrumento de luta para a população. Em entrevista a Inelci Pedro Matiello, Pergoraro disse que "...os colonos passaram a confiar neste veículo de comunicação e no locutor que representava os colonos. [...] Contavam, choravam o que eles passavam. A maioria, que perdeu filho, perdeu filha, perdeu mulher, ou filho chorando a morte do pai, porque a comunicação era tão estreita... [...] quando o Thomazoni começou a fazer o comentário dele 'Não atacamos, comentamos', os colonos vinham a Pato Branco, e eram entrevistados pelo Ivo, contando que perderam a terra, que incendiaram a casa, que mataram o gado, que mataram filhos e tal".[31]

Outro porta-voz a favor dos posseiros foi o senador Othon Mader (UDN), que denunciava a ilegalidade dos contratos das companhias com guardas florestais introduzidos pela Cango; o deputado Antonio Anibelli (PTB) também levava informações às famílias. O levante reivindicava a retirada das companhias (em repúdio às pressões pela compra de terras e à violência por parte de jagunços) e a garantia de posse e propriedade da terra. Um dos motivos apontados para o estopim da revolta em Pato Branco e em Francisco Beltrão foi a difusão de informações, pela rádio, sobre o espancamento contra três crianças nas margens do rio Verê, com a finalidade de que elas revelassem onde estavam seus pais. As crianças foram apresentadas com vergões por todo o corpo. Uma delas era filha de Otto Zwiker, "que havia entrado com requerimento no município pedindo abertura de ação processória contra as companhias e, por isso, estava ameaçado de morte".[32]

Levante em Pato Branco

No dia 9, com forte atuação do radialista Jacomo Trento (o "Porto Alegre"), colonos se organizaram para guarnecer os principais pontos da região. Formaram uma Junta Governativa, que passaria a controlar a cidade, composta por Jaury Souza, Albino Mendes de Araújo (advogados), Natalício Fischer (médico), Lineu Dondeo e Aparício Henrique (agrimensores). Foi elaborado um relatório denunciando os assassinatos de Pedrinho Barbeiro, de dois colonos, o desaparecimento de Otto Schwarz e o espancamento de sua família, o saque e incêndio na casa de José Rodrigues, em Dois Vizinhos, que "assistiu petrificado ao que foi efetuado a sua sobrinha menor de 14 anos de idade".[33] Após a entrega do relatório, em Curitiba, a situação foi mediada pelo ministro da Guerra, Teixeira Lott, que enviou à região o major Reinaldo Machado. Porto Alegre, por ser uma das principais lideranças, foi nomeado pelo major como "inspetor de polícia" e pôde com isso efetuar a prisão do jagunço Maringá.[34] Quanto ao levante, Porto Alegre anunciaria pela rádio que, resolvida a situação dos jagunços e dos escritórios, a delegacia seria entregue ao major Machado.

No município de Francisco Beltrão, também por articulação da rádio, cerca de 4 mil colonos invadiram os escritórios, prenderam jagunços e espalharam notas pelas ruas. A cidade foi tomada por posseiros que chegavam de caminhão, a pé e a cavalo. Nesse município, onde ficavam as sedes da CITLA e Apucarana, o médico da Cango, Walter Pecóits, colocou o juiz sob prisão domiciliar e teve que esperar pela ordem da 5ª Região Militar para que os jagunços presos fossem conduzidos por uma patrulha do Exército até Clevelândia. Moysés Lupion teve de ceder às exigências dos posseiros: a nomeação de Walter Pecóits como delegado de polícia no lugar do doutor Rubens da Silva Martins e a demissão do juiz e do promotor da comarca.

De 12 a 15 de outubro, o município de Santo Antônio do Sudoeste foi palco dos últimos acontecimentos do levante. Sob a liderança de Augusto Pereira (guarda da Cango), a delegacia foi cercada e, na apreensão do delegado, doutor Licínio Barbosa, foram feridas seis pessoas quando ele reagiu, armado de metralhadora. O delegado Barbosa era impopular porque substituíra Adão Vasconcelos, deposto do cargo porque "havia se negado energicamente a perseguir os colonos". Os posseiros também invadiram o Hotel Masiero em protesto à "vinda de uma comissão de investigação para apurar apenas os fatos das emboscadas das caminhonetes [relacionada à tocaia do km 17]".[35] Foram colocados em prisão domiciliar o vigário da paróquia, padre José, e o doutor Cini, acusados de envolvimento com a CITLA. O procedimento em Santo Antônio do Sudoeste foi semelhante ao de Pato Branco, e o advogado Edu Potiguara Publitz era uma das pessoas que fazia o intercâmbio entre os dois municípios.

As condições exigidas pelos posseiros eram: "1- Confirmação do cargo de delegado do senhor Adão Vasconcelos Vargas. 2- Anistia geral aos participantes do movimento. 3- Não vinda de contingentes policiais. 4- Não desarmamento dos colonos".[36]

Segundo Gomes, não foi apenas [quanto] à ida de contingentes da Polícia Militar à região que o governo quebrou o acordo. A exigência de que participantes do movimento não fossem punidos só foi respeitada em Francisco Beltrão. Em Pato branco, Capanema e Santo Antonio foram indiciadas 20 pessoas, das quais oito foram a júri popular e absolvidas em 1958. As demais foram anistiadas posteriormente.[37]

As informações sobre agentes privados que executaram os assassinatos abrem outras possibilidades de pesquisa; encontramos informações detalhadas acerca dos casos de tortura a partir do discurso do senador Othon Mader, mas há necessidade de examinar dados oficiais e o encaminhamento jurídico dado aos agentes e mandantes dos assassinatos. Nos dados do discurso do senador Othon Mader foram citados "14 mortos, 2 desaparecidos e 47 vítimas de espancamento, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, extorsões etc.".[38] Gomes chama a atenção para o fato de que as ocorrências, entre março e outubro, são números significativos, já que os dados se restringem a um curto espaço de sete meses.[39]

Em 2 de dezembro de 1957, em seguida ao levante, os posseiros elaboraram um projeto de desapropriação e foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mas esvaziada 6 meses depois, por um boicote dos membros PSD, sendo que a condição jurídica dos colonos ainda estava indefinida. O processo de redução do contingente militar é analisado de maneira notável por Gomes, uma vez que não interessava ao governo estadual a intervenção federal,[40] porque "certamente seria aberto um inquérito para apurar responsabilidades, o que implicaria trazer a público não só as atrocidades e atos ilegais das companhias da terra, mas o próprio envolvimento pessoal do governador bem como do aparelho repressivo do Estado com as mesmas".[41]

O envolvimento da União quanto à reivindicação dos posseiros pelos títulos de propriedade das terras foi atravessado por uma série de eventos: o favorecimento, por Moysés Lupion, à instalação das companhias grileiras em áreas já incorporadas pelo patrimônio nacional; os embates com a Cia. Clevelândia Industrial Ltda. (CITLA), cujos títulos só foram cancelados com o Acórdão de 4 de dezembro de 2009. Por conta da complexidade da Revolta de 1957, nos restringimos a pesquisar o levante, que se tornou símbolo de luta pela terra na década de 1980 para o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes), comemorado até hoje pela população local.[42]

Os trechos do discurso do senador Othon Mader,[43] com os quais a historiadora Iria Gomes trabalha os detalhes de dez assassinatos ocorridos entre março e outubro de 1957, serão reproduzidos neste anexo.[44] Consideram-se tanto os pesquisadores aqui citados quanto as declarações de pessoas que viveram esse momento histórico, essenciais para se prosseguir com as pesquisas sobre o elevado número de assassinatos em fins da década de 1950 no sudoeste do Paraná. O trabalho de Gomes é reproduzido aqui a partir de análises da autora sobre os assassinatos que ela destaca no discurso de Othon Mader, realizado em dezembro de 1957.[45] A iniciativa de transcrever para este estudo os levantamentos realizados por Gomes se faz presente pela descrição dos casos.

2.1. Assassinatos[46]

Pedro José da Silva ("Pedro Barbeiro") – vereador do PTB, representante do distrito de Verê, em Pato Branco. Assassinado pelas costas, por jagunços e capangas das companhias CITLA e Comercial Paraná, mais ou menos no mês de maio deste ano. Pedro Barbeiro, líder dos colonos, dirigiu

ao governo federal um abaixo-assinado que já contava com cerca de 200 nomes, pedindo providências contra as violências e extorsões daquelas empresas, além de uma solução para a situação dos colonos e posseiros. Por esse motivo foi assassinado.[47] Sua morte causou, na época, muitas manifestações de revolta. Othon Mader cita o depoimento de um dos jagunços das companhias de terra, Lourenço José da Costa, vulgo "Maringá", tomado em Pato Branco, em 22 de janeiro de 1957 (GOMES, 1989, p. 61):

> [...] que o declarante soube por terceiros, podendo citar o nome de João Alves da Silva, vulgo "João Pé de Chumbo", chefe da turma do departamento de madeiras localizado no distrito de Verê; que o declarante afirma que "João Pé de Chumbo"... empregado da Companhia Agrícola Comercial Paraná... estava comentando num grupo de pessoas... que o doutor Iris Mário Caldart contratou duas pessoas para matarem o vereador Pedro José da Silva... que o declarante não soube se os dois elementos... eram ou não empregados das companhias Comercial e CITLA. [...][48]

Além de confirmar a morte de Pedrinho Barbeiro, Maringá aponta Iris Mário Caldart como mandante do crime. Esse cidadão era "representante sócio das companhias colonizadoras em Pato Branco... Presidente do PSD do mesmo município... homem de confiança do deputado Cândido Machado de Oliveira Neto", do PSD estadual e representante deste partido na região.[49]

Pedro Lauro Camargo – colono residente no distrito de Verê, município de Pato Branco, assassinado, naquele mesmo distrito, por capangas ou jagunços das companhias colonizadoras, pelo simples fato de ter requerido, perante o Juiz de Direito daquela comarca, uma ação possessória contra as empresas referidas. Dias depois de ter dado queixa na justiça local, Pedro Camargo era assassinado pelos jagunços, protegidos pela polícia.

Rogério Viana, Augusto da Silva e José Silvestre – colonos assassinados pelos jagunços armados a serviço da CITLA, da Comercial Paraná e da Apucarana, no município de Capanema há poucos meses passados, e cujos cadáveres foram encontrados nas proximidades da balsa do rio Iguaçu. Estavam com as mãos atadas e tinham enormes pedras nos pés.

Colonos desconhecidos – dois colonos cujos nomes até hoje não puderam ser revelados foram mortos num conflito no distrito de Verê, no município de Pato Branco, mais ou menos no dia 6 de agosto deste ano. Um bando armado das companhias colonizadoras, sob o comando do delegado de polícia José Penso, acompanhado de quatro soldados, atacou a tiros de metralhadora, Winchester e revólver um grupo de colonos desprevenidos. O grupo de jagunços comandados pelo delegado de polícia era composto de sete a oito elementos, entre os quais "Chapéu de Couro", "Quarenta e Quatro", "João Pé de Chumbo", Pedro Leodato, Ederaldoou Eraldo de Tal, "Velho Silveira" e outros.[50]

De todas as mortes, a da mulher de João Saldanha, colono que morava em Rio Ampère, município de Francisco Beltrão, e de seus dois filhos menores, foi sem dúvida a mais bárbara. A versão corrente é de que Lino Marquetti, administrador da Companhia Comercial do Paraná, teria mandado matar João Saldanha porque este não queria sujeitar-se às exigências da referida companhia. Chegando os jagunços na casa desse colono e não o encontrando, assassinaram sua mulher e dois de seus filhos. É o próprio jagunço Maringá quem relata, em seu depoimento, como os fatos aconteceram (GOMES, 1989, p. 62):

> [...] nos dias entre quatro e seis do corrente mês,[51] o declarante estava em seu rancho, cerca das 24 horas (meia-noite)... chegaram no rancho seis pessoas de

> nomes conhecidos por José Oliveira, vulgo "Chapéu de Couro", um tal de Gauchinho, um tal de Mato Grosso, um tal de Lapa, José Lucas e um tal de Walter de tal, todos dizendo serem empregados da Companhia Comercial e Agrícola Paraná, presumindo o declarante que esses elementos foram mandados pelo chefe de escritório da Companhia de Francisco Beltrão, de nome Lino Marquetti, que esses elementos solicitaram ao declarante que indicasse o caminho da casa de... Manuel Paraguay e de João Saldanha... que o declarante coagido teve de mostrar o caminho da casa (rancho) de Paraguai. Pela madrugada, encontraram o rancho vazio, sem nenhuma pessoa... atacaram fogo ao rancho e atravessaram o rio Ampère, para a propriedade de João Saldanha,... o declarante e mais seis elementos cercaram a casa de João Saldanha, ocasião em que João Saldanha fugiu pelos fundos... os elementos atiraram ao seu encalço, de tiros Winchester e de revólver... o declarante afirma que... "Chapéu de Couro" matou a mulher de João Saldanha, inclusive um menino de oito a dez anos de idade; que o tal de "Gauchinho" matou uma menina de mais ou menos cinco a seis anos e que outro rapaz conseguiu fugir... que o declarante pode afirmar que "Chapéu de Couro" jogou a criança para o ar e José Lucas a espetou com uma adaga [...]

Onze assassinatos: Pedro José da Silva (Pedrinho Barbeiro – vereador do PTB, representante do distrito do Verê), Pedro Lauro Camargo, Rogério Viana, Augusto da Silva, José Silvestre, família de João Saldanha, Eleutério Bello, Antônio Vargas, Genésio Machado, Manuel Paraguay e José Augusto Silveira.[52]

2.2. Espancamentos

Otto Schwartz, Luciano Rodrigues e a família, Manuel Filbes, Vitório de Col, Laurindo Teixeira dos Reis, João Camargo, Ernesto, Quinin de Tal, três crianças do distrito de Verê, João Pereira da Silva, José da Silva Neckel, Arsênio Gonçalves de Azevedo, Alfredo Hann, Henrique de Tal, Ernesto, José Klein, Eduardo, Arnaldo Marin, Lindolfo Muller, João Peixoto de Almeida, Pedro Alves Carneiro, José Francisco de Souza, Albino Pereira, Luiz Paiva e Ernesto Bigato.[53]

2.3. Torturados e seviciados, vítimas de incêndios em suas casas: 47 pessoas

2.4. Supostos agentes privados (jagunços, pistoleiros) e mandantes envolvidos no conflito

"Chapéu de Couro" (José de Oliveira), "João Pé de Chumbo" (João Alves da Silva), "Quarenta e quatro", Pedro Leodato, Ederaldo ou Eraldo de Tal, "Velho Silveira", "Gauchinho", "Mato Grosso", "Lapa", José Lucas, Walder de Tal, Abetino da Silveira, Lourenço da Silveira, "Marçal", Armando Rosa, João Martins, José Penso (delegado) e outros não identificados.

Delegado Celso Nicolau dos Santos e o major Alencar Guimarães Filho.

Mandantes: doutor Iris Mário Caldart (presidente do PDS e representante das cias. em Pato Branco), Lino Marquetti (administrador de Comercial), José Penso e outros não identificados.

João Teodoro Rodrigues. Parceleiro que foi morto por forças policiais, em 25 de outubro de 1971, a mando do proprietário da fazenda onde a vítima vivia e trabalhava, a terra na região de Abatiá.

João Antunes de Oliveira. Assassinado por policial militar em conflito pela terra em Castro, em 3 de fevereiro de 1977.[54]

Mathias Javorski. Lavrador assassinado quando sua casa foi atacada por 33 policiais que pretendiam executar um despejo sem mandato judicial, em agosto de 1977. Região de Araucária.[55]

Posseiro não identificado, submetido a conflitos pela terra em Marco de 1978. Já havia entrado com ação judicial pela posse de uma propriedade em que viviam catorze famílias em São Miguel do Iguaçu.[56]

3. Assentamento de Trombas e Formoso – Goiás, 1949-1964

Movimento Camponês de Trombas e Formoso que ocorreu no norte de Goiás, na década de 1950. Foi uma das poucas lutas camponesas que saíram vitoriosas no país, envolvendo lavradores sem-terra, grileiros, fazendeiros e também a polícia local e estadual. Após a vitória do movimento, que teve o apoio decisivo de membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), a comunidade desenvolveu-se e passou a ser administrada pela Associação dos Trabalhadores de Trombas e Formoso, presidida pelo líder camponês José Porfírio de Souza. Entretanto, com o golpe civil-militar de 1964, a associação foi dissolvida, os líderes de Trombas e Formoso foram perseguidos e os títulos de posse da terra já concedidos aos trabalhadores rurais, revogados.

A origem foi a campanha do presidente Getúlio Vargas para ocupação das terras de Goiás, com a organização da Colônia Agrícola Barranca, no município de Ceres, em 1949. A notícia atraiu uma leva de camponeses sem-terra do Maranhão, do Piauí, de Minas Gerais e do próprio estado. José Porfírio e seu irmão João Porfírio, vindos do município de Pedro Afonso, Goiás, atual Tocantins, chegaram à Colônia, mas ali não permaneceram, devido à burocracia para o repasse de terras e verbas para a produção agrícola. No caminho de volta para Pedro Afonso, depararam-se com uma região fértil, de nome Uruaçu, onde havia os povoados de Trombas e Formoso, com ribeirões e matos, de terras devolutas, com poucas fazendas, a 400 km de Goiânia, que o estado pretendia colonizar. Os dois irmãos, então, resolveram levar suas famílias para lá e convidar outros conterrâneos para fazerem o mesmo.

Ao chegarem construíram barracos, derrubaram matas, fizeram roças e apossaram-se das terras. Com a vinda de mais trabalhadores para o local, os fazendeiros resolveram cobrar uma porcentagem sobre o que os posseiros produziam, embora não fossem proprietários da área; os lavradores se negaram a pagar a taxa. Instalou-se um conflito entre as partes. Em fins de 1951, os fazendeiros decidiram expulsar todos os colonos de Trombas e Formoso: barracos foram queimados e roças pisoteadas pelo gado. A violência se agravava, com a conivência do Estado: policiais se uniam aos jagunços. Mas o número de migrantes aumentava. Os colonos tentaram, por diversas vezes, resolver legalmente a questão da posse da terra na capital, Goiânia. Em 1953, formaram uma comitiva de 120 posseiros para falar com o governador, mas não obtiveram êxito. A saída que encontraram foi pegar em armas, meterem-se nas matas e se organizarem em mutirões para defender as terras, plantar, impedir a queimada da roça e dificultar a entrada de policiais no local.

A partir de 1954, membros do PCB chegaram à região[57] para estabelecer contato com os camponeses, "ajudar na organização da resistência e ampliar a consciência política das mobilizações", além de ampliar a sua área de atuação e base política. Com isso o movimento de Trombas e Formoso se estruturou melhor e os posseiros se organizaram em grupos. Formaram-se os chamados Conselhos de Córrego, de acordo com o curso d'água onde cada grupo morava. Cada conselho discutia os seus problemas, encaminhava a luta e defendia a área contra a polícia e os pistoleiros.

Um fato ocorrido em abril de 1954, conhecido como Batalha da Tataíra, na qual os camponeses conseguiram que as tropas policiais recuassem da região, veio a acirrar o conflito em Trombas e Formoso e foi fundamental para que os camponeses decidissem sobre a autonomia e o controle total de seu território. Para isso, desenvolveram um serviço rápido de informação entre eles, com as notícias levadas de boca em boca por toda a região. A "República de Trombas e Formoso" começou a ser formada, sob a coordenação dos Conselhos de Córrego e direção geral da então criada Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso.

Em fins da década de 1950, o governo prometia dar apoio e assistência aos posseiros, mas continuava enviando policiais à região. A situação dos lavradores de Trombas e Formoso tornou-se assunto público, ganhando apoio da imprensa e dos parlamentares na Assembleia Legislativa, que cobrava uma intervenção do Executivo para pôr um fim à violência e resolver a situação dos posseiros. Grileiros e fazendeiros, a fim de pressionar o governo e a polícia, divulgaram que a resistência dos posseiros era uma revolta comunista a se espalhar por Goiás.

Por outro lado, a Câmara Municipal de Goiânia formou em 1957 uma Comissão de Solidariedade aos Posseiros de Formoso e Trombas, composta por políticos, lideranças sindicais, advogados, jornalistas, estudantes, pequenos comerciantes e simpatizantes, para facilitar a compra e o escoamento da safra dos lavradores. Nessa ocasião, uma comissão de mulheres do Conselho Feminino da Associação dos Camponeses de Trombas e Formoso foi a Goiânia reivindicar escolas e postos de saúde para a comunidade.

Já em 1961, a paz reinava em Trombas e Formoso: os posseiros trabalhando, a Associação em pleno funcionamento, com 21 Conselhos de Córrego. Pensava-se também na criação de uma cooperativa de produção e consumo na região. Restava resolver a questão dos títulos de propriedade e da divisão legal dos terrenos das famílias que já estavam instaladas em Trombas e Formoso. O local já tomava ares de município.

Uma grande movimentação foi feita, então, sob a liderança de José Porfírio, presidente da associação, que se candidatara a deputado estadual pela coligação PTB-PSB (já que o PCB estava na ilegalidade), para que o governador de Goiás, Mauro Borges, promovesse a legalização dos terrenos. Com a votação expressiva de José Porfírio, além da eleição do posseiro Bartolomeu Gomes da Silva, o Bartur, para prefeito de Formoso, o governador cedeu à pressão e concedeu, em 1962, 20 mil títulos de terras aos posseiros.

Essa experiência de êxito de Trombas e Formoso durou até março de 1964, quando se estabeleceu no país a ditadura civil-militar: a Associação dos Trabalhadores de Trombas e Formoso e os Conselhos de Córrego foram dissolvidos; os principais líderes, forçados a fugir e a se esconder; e dezenas de lavradores foram presos e torturados.

O deputado José Porfírio e o prefeito Bartolomeu tiveram seus mandatos cassados. Porfírio se refugiou no Maranhão, integrando-se à Ação Popular e, posteriormente, ajudou a formar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Cassimiro Luiz de Freitas. Ano de 1970. Preso em 26 de janeiro de 1970, em Pontalina (GO), junto com o filho Cornélio e mais dois trabalhadores rurais. Há registro de sua passagem pelo 10º Batalhão de Caçadores do Exército, em Goiânia. Morreu em 19 de março de 1970 em sua casa, três dias depois de ter sido solto. Foi encontrado na praça de Pontalina, onde teria sido deixado por um Jipe do Exército, em péssimo estado de saúde, apresentando marcas de tortura, escoriações e hematomas pelo corpo. Ali foi socorrido e levado para casa por um casal de amigos. Mandante: forças policiais/ Exército. Providências jurídicas: processo deferido pela CEMDP.

José Porfírio de Souza (desaparecido). Ano de 1973. Goiás. Lavrador, líder da luta de Trombas e Formoso, nascido em 1912 no município de Pedro Afonso, Goiás, atual estado de Tocantins, 61 anos, casado. Foi eleito deputado estadual em 1962 pela coligação PTB-PSB. Presidente do Congresso dos Camponeses de Goiânia e, em 1963, do Congresso de Camponeses de Belo Horizonte. Após o golpe civil-militar de 1964, teve o seu mandato cassado e foi obrigado a fugir e refugiar-se no Maranhão. Fez parte da Ação Popular, acompanhando depois a dissidência que deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Está desaparecido desde julho de 1973.

Condições do desaparecimento: José Porfírio de Souza foi preso em 1972 na repressão contra a Guerrilha do Araguaia. Era acusado de participar da Ação Popular e de ser um dos fundadores do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Solto no dia 7 de julho de 1973, do DOI-CODI, em Brasília, comprou uma passagem Brasília-Goiânia e nunca mais foi visto.

Autoria: Desconhecida.

Providências jurídicas: desaparecido político que integra os 136 nomes da lista.

Durvalino Porfírio de Souza. Ano de 1973 (desaparecido). Goiás.

Natural de Pedro Afonso, estado de Tocantins, nascido em 1947. Filho de José Porfírio de Souza, líder camponês de Trombas e Formoso, em Goiás, nos anos 1950.

Condições de desaparecimento: Durvalino, aos 17 anos, foi preso em Goiás em 1964, e torturado para revelar o paradeiro do pai, que se refugiara no Maranhão, após o Golpe Civil-Militar. Com a tortura, o rapaz enlouquece e, depois dos últimos dias internado em um hospital psiquiátrico, desapareceu de uma clínica onde estava internado para tratamento no mesmo ano do desaparecido de seu pai, 1973.

Autoria: desconhecida.

Providências jurídicas: integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

João José Rodrigues (Juca Caburé). Ano de 1977. Goiás.

João José Rodrigues nasceu em 1927, em Abaeté (MG). Participou da mobilização camponesa de Trombas e Formoso, em Goiás, na década de 1950. Perseguido pela polícia após o golpe civil-militar, foi preso e torturado em 1964. Conseguiu fugir da prisão, mas anos depois foi preso novamente, em Dourados (MT), sob a acusação de homicídio.

Condições da morte: em 10 de setembro de 1977, foi encontrado em Dourados ferido a golpes de faca, que provocaram hemorragia, seguida de morte. A investigação instaurada concluiu o caso como suicídio.

Autoria: desconhecida.

Providências jurídicas: pedido indeferido pela CEMDP, em 22 de abril de 2004.

3.2. Camponeses e membros do Partido Comunista Brasileiro perseguidos, presos e torturados[58]

Carmina Castro Marino, viúva do posseiro Nelson Pereira Marinho, que foi membro da Associação dos Trabalhadores de Trombas e Formoso. Foi vítima de torturas por policiais do DOPS de Goiânia.

João Soares, natural de Minas Gerais, era lavrador e militante do PCB. Foi um dos líderes do movimento de Formoso. Hoje está desaparecido.

José Ribeiro Silva, lavrador e militante do PCB. Em 1960, foi eleito para o comitê central do partido.

José Ribeiro, junto com a mulher Dirce Machado da Silva, sofreram torturas e foram presos em 1967, sendo levados para Formoso, Goiânia e Brasília. Falecido.[59]

Nego Carreiro – posseiro de Trombas e Formoso. Matou um sargento em uma das investidas contra os lavradores, o que veio acirrar a violência na região.

> A guerra estava declarada: soldados da Polícia Militar foram usados em uma sistemática operação de captura dos líderes posseiros; atrocidades inimagináveis passaram a ser cometidas pelos jagunços em conluio: aos amigos capturados de Porfírio, chegou-se a obrigar que comessem fezes e sapo vivo. Diante do fracasso das operações militares, os soldados usaram as mulheres e filhos dos posseiros como escudo humano, avançando em um caminhão sobre o qual os familiares gritavam em desespero. [...]

Sebastião Gabriel Baião – fazia parte da liderança do PCB. Membro da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás. Foi preso e torturado em 1964. Foi solto nos anos 1970.

3.3. Mortos e desaparecidos sem dados

Bartolomeu Gomes da Silva (Bartur); Geraldo Tibúrcio; Geraldo Marques da Silva.

3.4. Lista dos torturadores apontados no depoimento de Dirce Machado da Silva: Batalhão da PE, sede em Brasília

João Cascavel. Tenente Ribeiro, do Batalhão Presidencial. Delegado Assunção (que se dizia "o exímio espancador"). Ademar Lauerman. Vivaldo Oliveira Pinheiro Ferreira. Agente Bernardino Botelho de Carvalho. Agente Thompson, do 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia (dizia-se o maior torturador). Major Saraiva, do Batalhão da Guarda Presidencial.

3.5. Outros camponeses assassinados em Goiás, por ação direta, indireta ou em decorrência de omissão de agentes do Estado

Antonio Viana da Costa. Assassinado, em 2 de dezembro de 1974, por autor desconhecido. O posseiro, com mais dez famílias, estava submetido a conflitos pela terra com o suposto proprietário Wilson Baia Peixoto. Posteriormente, o juiz de direito de Araguaína ordenou a derrubada das casas dos posseiros.[60]

João Gonçalves Moreira. Lavrador assassinado, em 28 de abril de 1978, por forças policiais em Cachoeira de Goiás. Segundo testemunhas, o corpo de um dos lavradores foi exposto ao público. Os executores são acusados de terem enterrado vivos dois outros lavradores.[61]

Nilson Medeiros de Andrade. Lavrador assassinado, em 28 de abril de 1978, por forças policiais junto com João Gonçalves Moreira em Cachoeira de Goiás.[62]

Rufino Correia Coelho. Assassinado, em 25 de fevereiro de 1983, por policial militar Josué Amorim e outros, a mando da grileira Odíssia Conceição da Fátima em Centro dos Macacos/Nazaré. Foi executado por testemunhar o espancamento do senhor Guardiano de Souza. Após o assassinato, os policiais teriam sequestrado o pai da vítima e o torturado para obter informações sobre outros dois posseiros, João Celino e João Alexandre.[63]

Hugo Ferreira de Souza, morto em 9 de agosto de 1984. Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapoema. Submetido a conflitos com grileiros pela terra em que vivia, junto com outras famílias da região. Mandante: grileiro Gilson Santana. Executores: jagunços e policiais.[64]

James Carlos da Silva. Posseiro de Arapoema executado, em 28 de agosto de 1984, no interior de sua casa, onde estava com a esposa e os filhos. Mandante: grileiro Gilson Santana. Executores: jagunços e policiais.[65]

Divino Borges dos Santos. A vítima era cunhado do posseiro João Claudino de Souza, perseguido por jagunços e policiais na região de Nova Vida/Itaguatins. Por não encontrarem Claudino, executaram Divino Borges, em 21 de junho de 1985. Autores: Laurismar Lobo (mandante). Executores: tenente Trajano Bueno Bicalho e pistoleiros.[66]

Domingos da Silva Santarém. Posseiro de São João da Aliança executado no interior de sua casa, em 26 de outubro de 1985, na companhia da esposa e filhos. Mandante: fazendeiro Olavo Ferreira Filho ("Olavinho"). Executor: delegado Henrique dos Santos. Suspeita-se da participação do prefeito da cidade, José Firmino Dias.[67]

Nativo da Natividade de Oliveira, presidente do STR do município de Carmo do Rio Verde (GO). Foi morto com cinco tiros por pistoleiros na frente do sindicato no dia 23 de outubro de 1985.

Os associados do STR acusaram o prefeito de Carmo do Rio Verde, Roberto Pascoal Liégio, o advogado Geraldo Reis, presidente do Sindicato Rural e procurador da Usina Agro-Álcool, e o presidente da Destilaria, Anestor Clemente da Silva, por terem feito anteriormente várias ameaças de morte ao sindicalista. O pistoleiro que cometeu o crime foi preso e confirmou em depoimento que o prefeito e o advogado eram os mandantes. O fazendeiro Genésio Pereira da Silva havia sido o intermediário na ação. Assassinato, em 17 em março de 1986, de três posseiros não identificados que ocupavam, com suas famílias, uma área disputada por grileiros, em Colmeia. Uma criança teria morrido no mesmo conflito. Mandantes: fazendeiro Luiz Spíndola e Denil Junior. Executores: policiais e pistoleiros.[68]

Os exemplos antes mencionados mostram claramente a concepção a que se quer dar destaque nesse documento: a vinculação entre agentes públicos e privados na violação de direitos humanos de camponeses e seus apoiadores entre 1946 e 1988. Em geral, quando muito foram processados os executores, raramente os mandantes.

4. Ligas Camponesas: origem, expansão e repressão. Pernambuco, Paraíba e outros estados, década de 1960

Para entender a formação das Ligas Camponeses no Nordeste do Brasil na década de 1960 é fundamental que se conheça a situação de pobreza em que viviam os agricultores naquela região.

Entre os dias 22 de outubro e 1º de novembro de 1960, o jornalista norte-americano Tad Szulc escreveu duas reportagens para o *New York Times* a respeito da "ameaça comunista" encabeçada pelo líder Francisco Julião, organizador das Ligas Camponesas. Para entender as causas do perigo representado pelas Ligas, Szulc oferece ao leitor informações sobre a miséria no Nordeste, onde 20 milhões de pessoas viviam com recursos de, em média, "menos de 100 dólares por ano", e onde a desnutrição e as doenças provocadas por péssimas condições sanitárias impediam que a expectativa média de vida ultrapassasse os "30 anos".

> Em algumas regiões áridas do Nordeste a média anual de ganho é de 50 dólares. Cerca de 75% dos nordestinos são analfabetos. O consumo médio de calorias é de 1644/dia, a expectativa de vida é de 28 anos para os homens e 32 anos para as mulheres. Metade da população morre antes de completar 30 anos. [...] Quanto às crianças, a pesquisa de Szulc indica que a maioria morre no primeiro ano de vida em decorrência de diarreias e outras doenças gastrointestinais; em dois vilarejos no estado do Piauí, escolhidas aleatoriamente, nenhuma criança viveu além de um ano.

Quanto às condições de trabalho dos adultos, Tad Szulc escreve que os pequenos agricultores residentes nas terras dos engenhos muitas vezes eram forçados a trabalhar três ou quatro dias para o proprietário, sem qualquer pagamento.

Diante desse quadro desalentador, o jornalista conclui que,

> Se algo não for feito rapidamente pelo Nordeste em termos de mudanças básicas em sua estrutura econômica e social, uma irrupção revolucionária de grandes dimensões pode ser inevitável dentro de poucos anos.

O artigo é bastante representativo da posição não apenas dos Estados Unidos, mas também das autoridades brasileiras a respeito da miséria do Nordeste: diante do quadro revelado por Szulc, o importante não é reparar injustiças e minorar os efeitos da monstruosa desigualdade, e sim evitar que o sofrimento dos camponeses resulte em mobilizações "revolucionárias". "A pobreza no Nordeste do Brasil engendra ameaça de uma revolta" é o título do artigo, que declara preocupação com o governador esquerdista de Pernambuco, Miguel Arraes, assim como com a emergência da liderança do advogado Francisco Julião. Este, ao regressar de uma visita a Havana, discursou para a massa de camponeses miseráveis: "queremos uma solução pacífica para seus problemas, mas, se não a conseguirmos, voltaremos aqui para pedir a vocês que peguem em armas e façam uma revolução". Em todo caso, Szulc tranquiliza os leitores ao afirmar que "até o momento não se observam sentimentos antiamericanos em Recife".

O presidente Jânio Quadros havia destinado uma verba de 425 milhões de cruzeiros a um plano quinquenal para o desenvolvimento do Nordeste, considerado prioritário em sua administração. O economista paraibano Celso Furtado, encarregado pelo governo federal de administrar o projeto, planejava criar uma vasta rede de açudes artificiais para tentar irrigar, nos três anos seguintes, uma vasta área seca de 89 mil hectares. Além disso, cerca de 20 mil famílias seriam transferidas de regiões do sertão nordestino para as áreas "mais favoráveis" do Maranhão e do sul da Bahia, de modo a estancar o problema crônico da desnutrição, em lugares descritos por Furtado como uma das regiões com "mais precárias condições de sobrevivência no mundo".

O artigo seguinte publicado por Tad Szulc no *NYT* no dia 1º de novembro de 1960 tem como foco a organização das Ligas Camponesas: "Marxistas estão organizando camponeses no Brasil".

O repórter foi até o engenho da Galileia, que abrigava 1.093 pessoas e foi a "primeira propriedade (no NE) concedida aos camponeses, depois de uma revolta civil (organizada) pela Liga Camponesa". Embora o jornalista, presente à reunião entre associados das Ligas ocorrida na Galileia, tenha reportado a ênfase dos participantes na busca de uma "solução pacífica" para os repetidos conflitos entre agricultores e fazendeiros, e constatado que a emergência de qualquer forma de organização em defesa dos direitos dos camponeses explorados seria inevitável, a ênfase do artigo recai sobre o perigo comunista representado por Francisco Julião. Os cantadores do Nordeste, que antes cantavam os amores e divergências do orgulhoso povo daqui, então cantavam sobre a reforma agrária e outros temas políticos. Eis o refrão: "O açúcar que vendemos/ à América capitalista/ se adoça o leite da Espanha franquista/ vai servir pra adoçar o vinho do mundo socialista".

Os dois artigos publicados no *NYT* em novembro de 1960 são reveladores não apenas da posição do governo e da sociedade norte-americana diante do "perigo da reforma agrária" no Brasil, como da posição da própria elite brasileira, a começar pelos latifundiários da região. O projeto de distribuir parte da terra concentrada na mão de poucas famílias entre as legiões de agricultores sem-terra, incluído no programa de governo do João Goulart a partir do ano seguinte, ameaçou de tal forma as bases de sustentação da ordem no Brasil, e das relações do país com os Estados Unidos, a ponto de a "ameaça" de reforma agrária ter sido um dos fatores determinantes para o apoio norte-americano ao golpe militar de 1964.

Entre a criação das Ligas Camponesas e o golpe de 1964, a imprensa brasileira também publicou uma série de reportagens sobre a situação dos trabalhadores rurais do Nordeste. Montenegro reporta à série de artigos escritos por Antônio Callado para o *Diário da Manhã* (RJ) entre 10 e 23 de setembro de 1959 e, pouco depois, entre 29 de novembro e 2 de dezembro do mesmo ano. Depois de percorrer o interior do Ceará, Paraíba e Pernambuco, Callado denunciou a "indústria da seca": o uso das verbas para a prevenção da falta de água nos municípios nordestinos em benefício exclusivo dos grandes fazendeiros locais – como a privatização do acesso aos açudes criados pelo governo. As reportagens de Callado atendiam a interesses do presidente Juscelino Kubitscheck, que buscava conquistar apoio do Congresso para implementar o projeto Operação Nordeste (origem da criação da Sudene), elaborado por Celso Furtado para resolver o problema da grande seca de 1958.[69]

4.1. Os mortos e desaparecidos da liga de Sapé, PB

A repressão: em 1962, foi assassinado o líder da liga de Sapé, na Paraíba, João Pedro Teixeira. Em 1964, foram presos dois companheiros de João Pedro, que desapareceram na noite em que foram soltos: João Alfredo Dias, o "Nego Fuba", e Pedro Inácio Araújo, o "Pedro Fazendeiro" (incluídos entre os 136 desaparecidos políticos reconhecidos pelo governo brasileiro a partir de 1992).

Alfredo Nascimento. Ano de 1961. Paraíba. Líder da Liga Camponesa de Sapé que atuava no engenho Miriri. Primeiro ativista das Ligas a ser assassinado no estado da Paraíba. Assassinado em 14 de março de 1961. Alfredo já vinha sendo ameaçado de morte em função de sua atuação na organização dos trabalhadores contra o *cambão* (ver p. 92). Junto com uma comissão formada por parlamentares, líderes sindicais e estudantis, tinha ido à residência do então governador da Paraíba, Pedro Gondin, pedir garantias de vida. Obteve a garantia de que nada iria acontecer com ele. Ao retornar à fazenda, foi atingido mortalmente por um tiro disparado pelo administrador do engenho, também sargento da polícia.

Executor: administrador do engenho Miriri. Autoria: forças policiais. Providências jurídicas: sem dados.

João Pedro Teixeira. Ano de 1962. Presidente da Liga de Sapé, na Paraíba. Nascido em 1918 em Guarabira, Paraíba. Era casado com Elisabeth Teixeira e tinha 11 filhos. Líder dos camponeses rurais do Nordeste, foi um dos fundadores das Ligas Camponesas de Sapé, Paraíba, uma das mais combativas do país.

Condições da morte: morto a caminho de casa, no Sítio Sono das Antas, com cinco tiros por três homens armados de fuzil, no dia 2 de abril de 1962, em Sapé, Paraíba.

Mandantes: Aguinaldo Veloso Borges (usineiro), Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares.

Executores: cabo Antônio Alexandre da Silva, vulgo "Gago"; o soldado Francisco Pedro da Silva, vulgo "Chiquinho"; "Nobreza" ou "Chicão", ambos da Polícia Militar; e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, ou "Arnaud Claudino". Providências jurídicas: houve julgamento, em 27 de março de 1963. Conforme decisão do juiz Walter Rabelo, todos foram condenados, menos Aguinaldo Veloso Borges, dono da usina Tanques, pois, como sexto suplente de deputado estadual, ele obteve a "renúncia" de todos os outros para assumir e se beneficiar da imunidade parlamentar. Pedido indeferido em 19 de novembro de 1996 pelo CEMDP, por ter sido julgado pelo juiz Walter Rabelo.[70]

João Alfredo Dias. Ano de 1964, desaparecido. Paraíba. Conhecido como "Nego Fuba" ou "João Fuba": sapateiro, lavrador, líder das Ligas Camponesas do município de Sapé, Paraíba, antes de ela ter se transformado em sindicato, e militante do PCB. Antes de 1964, foi detido várias vezes devido a seu trabalho político com os lavradores. Foi preso e torturado pelos órgãos de segurança.

João Alfredo Dias desapareceu em 29 de agosto de 1964, quando foi solto do 15º Regime de Infantaria do Exército, em João Pessoa, Paraíba, e estava respondendo a inquérito sob a responsabilidade do major José Benedito Cordeiro.

Marina Dias, irmão de João Alfredo, foi vê-lo no quartel e lá confirmaram que ele havia sido solto no dia 27 de agosto, mas não apareceu em casa.

> Uma notícia publicada em jornal da região dava conta que João Alfredo teria sido libertado junto com outro trabalhador, Pedro Fazendeiro, foram transportados numa caminhoneta do Exército, e "no outro dia apareceu aquele corpo mutilado, morto há três dias". Ela se refere a uma foto publicada no jornal *Correio da Paraíba*, mostrando dois corpos carbonizados que haviam sido encontrados na estrada que vai para Caruaru, perto de Campina Grande. As cabeças estavam esfaceladas, mas Marina diz ter reconhecido o irmão pelo short listrado que ele usava. [...] Com o jornal nas mãos, Marina voltou ao quartel e interpelou um militar pedindo notícias sobre o paradeiro do irmão. Sugeriram que procurasse o coronel Macário. Ela foi até a casa do militar e o encontrou com o major Cordeiro. Os militares lhe asseguraram que tomariam providências para localizar seu irmão. Mas nada foi feito. (Autoria: Estado brasileiro.)

Providências jurídicas: o nome de João Alfredo Dias consta da lista dos 136 desaparecidos anexa à Lei nº 9.140/95, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes de opositores políticos no enfrentamento do regime militar.

Pedro Inácio de Araújo. Desaparecido no ano de 1964. Paraíba. "Pedro Fazendeiro" foi líder das Ligas Camponesas de Sapé. Vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé, membro da Federação das Ligas Camponesas e filiado ao PCB. Antes de 1964, recebeu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região e levou um tiro na perna. Condições do desaparecimento: encontrava-se preso no 15º RI da Paraíba; foi solto em 7 de setembro de 1964 e nunca mais foi visto. Em entrevista em 1979,

Francisco Julião denunciava: "Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região".

Responsabilidade: Pedro Inácio respondia a inquérito no Nordeste, junto com João Alfredo, sob a responsabilidade do general Ibiapina Lima.

Autoria: Estado brasileiro.

Providências jurídicas: em 1993, um relatório das Forças Armadas, divulgado pela Comissão Externa de Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte do trabalhador.

4.2. Outros camponeses assassinados na Paraíba

Margarida Alves. Presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, assassinada em 12 de agosto de 1983, com participação suposta de usineiros, proprietários rurais, *autoridades e servidores públicos* da região. A liderança de Margarida levou à abertura de cerca de 73 Reclamações Trabalhistas contra proprietários de engenhos e fábricas de produção de cana-de-açúcar. Por sua atuação, recebeu ameaças e ordens para abandonar a luta sindical. Um dos acusados na ação penal que apura o crime era soldado da Polícia Militar da Paraíba. A responsabilidade civil-administrativa de delegados, juízes e outras autoridades, por omissão na apuração do crime e/ou conluio com os criminosos, não foi apurada. Conforme denúncia levada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Petição de 20 de outubro de 2000, e reconhecida no Relatório de 8 de março de 2008,[71] a autoria das ameaças era atribuída ao "Grupo da Várzea", formado por donos de fábrica, deputados estaduais, federais e prefeitos da região, liderado pelo único industrial de Alagoa Grande, Aguinaldo Veloso Borges, com grande poder político no estado. De acordo com o bispo da Diocese de Guarabira, dom Marcelo Pinto Cavalheira, Margarida Alves teria declarado que os autores das ameaças recebidas por ela eram integrantes do referido grupo de fazendeiros e políticos, os "Potentados de Alagoa Grande" (na expressão da vítima). Aos 50 anos, esta trabalhadora rural e militante da luta por direitos trabalhistas foi assassinada em sua residência com um tiro à queima-roupa. Familiares e vizinhos testemunharam o crime, cujo autor não se deu ao trabalho de esconder o rosto, de tão seguro que se sentia de sua impunidade.

A omissão do Estado tornou infrutíferas as diligências subsequentes à abertura do inquérito IP nº 023/83, e a polícia desconsiderou a suspeita de que o crime tenha sido motivado pelo papel de Margarida em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Também foram infrutíferas a Ação Penal nº 183/83 contra os acusados Amaro José do Rego e Antônio Carlos Coutinho, assim como a Ação Penal nº 732/95, contra Betânio Carneiro dos Santos e José Buarque de Gusmão Neto, ambas promovidas pelo Ministério Público da Comarca de Alagoa Grande, apesar da repercussão nacional e internacional do crime – a exemplo da criação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.[72]

4.3. Ligas Camponesas: prisões e assassinatos em Pernambuco

Prisão e tortura de Gregório Bezerra: ex-sargento do Exército, deputado federal pelo PCB em 1946, camponês nascido no agreste pernambucano, Gregório Bezerra trabalhou para organizar trabalhadores rurais em Pernambuco, Goiás, Paraná e São Paulo. Em 2 de abril de 1964, aos 64 anos,

Gregório Bezerra foi preso e torturado, amarrado pelo pescoço a três cordas e arrastado pelas ruas do Recife, atado a um Jipe, ao mesmo tempo em que era espancado por soldados sob o comando do coronel Darci Villocq. Bezerra esteve preso por 23 anos, de 1964 a 1987.[73]

Francisco Julião, advogado das Ligas Camponesas. Francisco Julião Arruda de Paula nasceu em 1915, filho de uma família de latifundiários. Formou-se em Direito em 1939. A partir de 1940, começou a defender os camponeses, sem cobrar pelos seus serviços de advogado. Quando pegou a causa da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, em 1955, acabara de se eleger para deputado estadual pelo estado de Pernambuco, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Envolveu-se de tal forma na defesa dos direitos dos lavradores da Galileia que se tornou o líder das Ligas Camponesas. Era tido pelos latifundiários como o "Anticristo", a Besta do Apocalipse.

Em 1956, chegou a ser preso na sede da Liga pelo capitão Jesus Jardim de Sá, delegado de polícia de Vitória de Santo Antão, mas foi logo solto por ter imunidade parlamentar. Esteve à frente das marchas de camponeses em Recife, em 1957, no dia do trabalhador, que reuniu cerca de 600 lavradores, bem como no I Congresso Estadual de Camponeses de Pernambuco, em outra marcha com 3.000 foreiros pelas ruas da capital. Em 1958, Julião foi reeleito pelo PSB, chegou a visitar Cuba, acompanhado do presidente Jânio Quadros, em 1961, e a partir daí passou a adotar o *slogan*: "Reforma Agrária na lei ou na marra". Foi eleito para deputado federal por Pernambuco, em 1962, mas teve o mandato cassado por ocasião do golpe civil-militar de 1964, sofreu perseguições, foi preso e libertado em 1965.

Albertino José de Oliveira: ex-presidente das Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Ano de 1964. Foi encontrado morto, no mesmo ano, nas matas do engenho São José, estando o corpo em estado de putrefação. Mandantes: conforme informação do major Rômulo Pereira, em comunicado à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, Albertino se teria envenenado após o golpe militar de 1964. Providências jurídicas: sem dados.

Amaro Luiz de Carvalho. Ano de 1971. Recife, Pernambuco. Conhecido como "Capivara". Líder camponês e membro do Sindicato Rural de Barreiros (PE) antes de 1964. Na zona canavieira, criou Ligas Camponesas e sindicatos. Foi integrante do PCdoB. Atuou na clandestinidade depois de 1964, principalmente nos municípios de Jaboatão, São Lourenço da Mata, Moreno, Vitória e Serinhaém. Atuou como dirigente do Partido Comunista Revolucionário (PCR), cuja atuação se limitou aos estados do Nordeste – por quatro anos, até ser preso em 21 de novembro de 1969.

Condições da morte: Amaro Luiz de Carvalho foi morto quando cumpria pena na Casa de Detenção de Recife, no dia 22 de agosto de 1971, cujo diretor era o coronel da Polícia Militar Olinto Ferraz. A *causa mortis* oficial foi envenenamento pelos próprios companheiros. Foi vítima de torturas e traumatismo do tórax. Providências jurídicas: pedido deferido em 8 de fevereiro de 1996 pela CEMDP.

Manoel Aleixo da Silva. Morto em 1973. Ribeirão, PE. Conhecido como "Ventania", apelido dado pelos companheiros de militância pela sua rapidez em cumprir as tarefas. Era um veterano militante das Ligas Camponesas, responsável pelo trabalho rural do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Condições da morte: foi preso no dia 29 de agosto de 1973, em sua casa, entre Ribeirão e Joaquim Nabuco (PE), pelo Exército. Foi levado para Recife e no dia seguinte para a periferia de Ribeirão, onde foi morto com um único tiro nas costas, por Jorge Francisco Inácio, agente da repressão política. Sua morte foi tratada por José Oliveira Silvestre, torturador do DOPS de Recife, como "um ato de quem agiu no estrito cumprimento do dever legal". Versão oficial: morto durante um tiroteio, ao reagir à prisão, no município de Ribeirão, interior de Pernambuco.

Mandante: Exército.

Providências jurídicas: foi aberto inquérito pelo DOPS/PE. Auto de 29 de agosto de 1973.

O requerimento do caso foi aprovado por unanimidade na CEMDP, em 23 de abril de 1996.

Adauto Freire da Cruz. Ano de 1979. Rio de Janeiro. Começou a militar ainda nos anos 1950. Braço direito do líder Francisco Julião. Condições da morte: faleceu em 13 de maio de 1979, em decorrência de um infarto sofrido depois que foi espancado por policiais no interior de um ônibus que seguia do Rio de Janeiro para Teresópolis. Mandante: Polícia Militar.

Providências jurídicas: o pedido de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro na sua morte foi encaminhado à CEMDP por sua companheira, Delzuite da Costa Silva, mas foi indeferido.

Mariano Joaquim da Silva. Ano de 1971 [desaparecido]. Pernambuco. Era membro das Ligas Camponesas e dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Preso várias vezes por atividades consideradas "subversivas", principalmente na organização dos camponeses, nas décadas de 1950 e 1960. Condições de desaparecimento: na última vez em que foi preso, foi detido por agentes do DOI-CODI, em 1º de maio de 1971, na estação rodoviária de Recife, e levado primeiro para o Rio de Janeiro, depois para São Paulo e novamente para o Rio, onde desapareceu. Mandante: foi um dos 136 desaparecidos políticos cuja responsabilidade pela morte foi assumida pelo Estado brasileiro, desde a publicação da Lei nº 9.140/95. Providências jurídicas: sem dados.

O líder camponês Marcos Martins da Silva, um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada (PE), sobreviveu a uma série de violências, praticadas tanto por parte de agentes da repressão do Estado como por latifundiários nos anos 1960, 1970 e 1980. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências forçou-o, já no começo dos anos 1980, a empreender um exílio dentro do próprio país, em uma trajetória marcada pela defesa dos direitos dos camponeses e, paralelamente, por uma perseguição violenta por parte dos senhores de engenho, por pistoleiros e pela polícia.

Filho de camponês, nascido em Vitória de Santo Antão, Marcos trabalhou desde sete anos num engenho de açúcar em Pernambuco. Em 1962, ao ser eleito presidente do sindicato de Escada, começou uma campanha pelo direito dos camponeses a receber o 13º salário, garantido por lei, mas ignorado pelos senhores de engenho. Convocou uma assembleia e falou em nome dos trabalhadores rurais. Em seguida, recebeu uma intimação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Compareceu e denunciou que os trabalhadores rurais não tinham nem folha de pagamento. O representante da DRT propôs um acordo: as usinas teriam 30 dias para a regularização.

Ao final do prazo, Marcos convocou outra assembleia e foi ameaçado pelos usineiros. Pouco antes da decretação da greve, em 17 de janeiro de 1963, policiais à paisana foram buscá-lo em sua casa; depois de sequestrado, foi violentamente espancado. Um dos policiais o ameaçava: "Você vai renunciar ao sindicato: ou renuncia ou morre!". Os homens pretendiam levá-lo a um canavial do engenho Espinho, mas se perderam e decidiram conduzi-lo à usina Caxangá, já conhecida pelos maus-tratos aos trabalhadores. Seu relato revela a existência de cárcere privado nas usinas.

> Me botaram num quarto incomunicável. [...] Eles me dizendo: "No outro dia, nós viemos pra te levar para a mata". Toda usina tinha uma cadeia escondida chamada "Benedita" – um quartinho pequeno, bem fechado, como uma catacumba de defunto, que só tinha um buraquinho pra tomar fôlego do Espinho...

Era uma senha de que seria executado. Trabalhadores moravam perto do local. Naquele lugar, escuro como breu, viu uma garotinha passando e lhe pediu socorro. Contou a ela que estava ali preso e sentenciado à morte e pediu que levasse um bilhete ao sindicato. Escreveu uma única frase num papel de embrulho: "Marco[s] em Caxangá, sentenciado à morte à meia-noite". A menina levou a

mensagem e Marcos voltou a ter esperanças de sobreviver. Ao receber o bilhete, a direção da entidade foi procurar um militar do IV Exército. Na madrugada seguinte, havia soldados do Exército cercando a "Benedita". Marcos foi libertado. Quando se recuperou dos espancamentos, convocou outra assembleia e denunciou: "Quiseram me matar para não pagar o 13º salário!".

Seu segundo sequestro ocorreu já durante o regime militar, em 1966. Nesta época, Marcos defendia um decreto que concedia ao trabalhador rural uma área para o plantio de subsistência. Já não estava mais à frente do sindicato, que havia sofrido intervenção. Eleito, teve impedida a sua posse e passou a responder a um processo na Auditoria Militar, do qual foi absolvido dois anos depois. Nesse período, pediu a um dos diretores do sindicato que convocasse uma assembleia aproveitando uma ausência do interventor. No dia seguinte, o dirigente foi expulso do sindicato e Marcos, preso na Polícia Federal. Foi novamente sequestrado em casa por agentes à paisana. Ao protestar contra a prisão ilegal, foi espancado. Recorda-se de que foi algemado e teve os olhos vendados. Tempos depois conseguiu identificar o lugar para onde foi levado. Era um túnel embaixo da linha de ferro de Jaboatão, que servia de local para ações da polícia**.** Estavam todos sem farda, mas afirmavam ser ali um quartel. Foi interrogado se era "comunista". Respondeu: "Não, defendo o direito do trabalhador rural. Mas, se defender os direitos do trabalhador rural é ser comunista, então eu sou...". Foi solto depois de horas de interrogatórios e ameaças.

O sindicalista sofreu a terceira série de perseguições em 1980, ano em que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntes, José Francisco dos Santos, foi assassinado por dois pistoleiros. Os líderes sindicais fizeram um ofício pedindo a punição dos matadores e do mandante. As manifestações de Marcos para que houvesse justiça naquele caso o colocaram numa situação de risco.

> A ruína que veio para mim foi que eu fiquei insistindo para que os pistoleiros fossem presos. Aí começaram a me perseguir. No primeiro dia, escapei de um cerco... Aí me afastei. Tive que sair de Pernambuco. A própria polícia fazia parte do rol de pistoleiros. Era tudo embutido. Então, veio tudo para cima. Tinha muita gente na lista para morrer. O chefe dos pistoleiros era José Mendes, dono de um açougue para lavagem de dinheiro.

Antes de ser assassinado, o próprio fazendeiro teria encomendado a execução de Marcos, que passou a ser procurado por matadores de aluguel. Numa fuga incerta, o sindicalista saiu do município de Escada e foi para Garanhuns. Recordava-se de que chegou lá num domingo. Na segunda-feira, "já havia gente no canavial à minha procura". Marcos percebeu que teria que ir embora de sua terra: não podia medir forças com pistoleiros. Depois de um tempo em Carpina, onde também não estava seguro, decidiu sair de Pernambuco, em 1981, e foi viver no interior de Goiás, num exílio forçado. Além das sequelas físicas, as perseguições e torturas imprimiram-lhe profundas marcas emocionais.

5. Mortos e perseguidos no Maranhão: Pindaré-Mirim – décadas de 1960 a 1970

"Ô patrão, ô patrão prenda seu gado." (Cantiga sertaneja)

Conflitos entre posseiros e fazendeiros começaram com a participação de policiais, a pedido de fazendeiros, na repressão ao movimento dos posseiros contra o "gado solto". A prática abusiva era frequente nas regiões isoladas do Norte e Nordeste: fazendeiros cortavam cercas e soltavam gado para comer nas roças dos posseiros, de modo a enfraquecê-los e obrigá-los a deixar as terras. Na região de

Pindaré-Mirim, denúncias de posseiros à delegacia do município ocasionaram repressão, não contra os responsáveis pelo gado solto, mas contra os próprios queixosos. Agentes do Estado são responsáveis tanto por omissão na resolução do conflito quanto pelo uso de violência e assassinato de vários posseiros, inclusive de uma criança de três anos.

O Movimento Sindical Rural de Pindaré-Mirim, liderado por Manoel da Conceição, chegou a envolver cerca de 50 mil posseiros, em reação contra expulsões violentas de lavradores e posseiros do campo, a mando de latifundiários, fazendeiros e grileiros, muitas vezes com o aval da polícia e do governo. Fundado em 18 de agosto de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim foi o primeiro sindicato rural do Maranhão, que reuniu 1.000 famílias.[74]

Além de enfrentarem conflitos com os fazendeiros por causa do "gado solto", os camponeses de Pindaré-Mirim enfrentaram os grileiros que cercavam como propriedades suas os terrenos onde os lavradores plantavam. Os lavradores reagiam derrubando as cercas. Assim começou a luta pela reforma agrária na região de Pindaré-Mirim. Com o golpe civil-militar em março de 1964, a sede do sindicato foi ocupada durante 60 dias pelo Exército e mais de 200 lideranças foram presas e levadas a São Luís; os lavradores mais preparados, entretanto, conseguiam escapar e escondiam-se no mato. Em junho deste mesmo ano, o presidente do sindicato, Manoel da Conceição, foi preso cinco vezes na Cadeia Municipal de Pindaré-Mirim. O sindicato continuou realizando ações esporádicas e as reuniões prosseguiram, às escondidas, no meio do mato ou nas casas, já com o apoio da Ação Popular (AP),[75] que contribuiu para a formação política e a organização dos lavradores de Pindaré-Mirim.

Em 1966, José Sarney foi eleito governador do Maranhão pela UDN, com um discurso favorável aos lavradores, aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e à reforma agrária. Manoel da Conceição retornou a Pindaré-Mirim. Sarney e o prefeito de Pindaré, José Antônio Haikel, prometeram interferir na questão do gado solto e fixaram uma área para pastagens sem exigir que os fazendeiros a cercassem. Os lavradores reagiram, mataram reses e ocuparam as terras devolutas onde os fazendeiros punham o gado.

Latifundiários passaram a perseguir o movimento em Pindaré-Mirim. Em 1968, o sindicato possuía 4 mil filiados em vários povoados, mesmo tendo sido fechado pela ditadura. Em 13 de julho, a polícia municipal invadiu a subsede de Anajá, onde o médico João Bosco consultava doentes de malária, que vitimava a região. Os policiais atiraram e alvejaram as pessoas, Manoel da Conceição foi ferido na perna direita e novamente preso. Após seis dias na cadeia, sem ser medicado, teve que amputar a perna em São Luís. Uma campanha dos camponeses e membros da AP conseguiu que Conceição fosse levado para colocar uma perna mecânica em São Paulo.

Na volta a Pindaré-Mirim, Manoel da Conceição encontrou os sindicatos fechados, muitas pessoas perseguidas e outras presas pelo Exército e pela Polícia Política. Ainda assim, os lavradores reorganizaram os sindicatos, ocuparam as terras que os grileiros e latifundiários lhes haviam tomado e criaram cooperativas para eliminar os intermediários na venda de sua produção e na compra de bens de consumo de que necessitavam.

Em 1970, porém, já com a Lei de Segurança Nacional e a dura repressão que caracterizou o governo do General Emílio Garrastazu Médici,[76] centenas de pessoas foram presas na região de Pindaré-Mirim. Houve resistência até que, em janeiro de 1972, Manoel da Conceição foi preso novamente em Trufilândia e levado para o DEOPS de São Luís. Uma longa via sacra começava neste momento para Conceição, até o seu exílio. Sua prisão foi não só o fim do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim, mas enfraqueceu e esvaziou todo o movimento organizado dos lavradores a favor da reforma agrária e de uma vida digna para os trabalhadores do campo de várias regiões do país.[77]

5.1. Lideranças sindicais e outras vítimas assassinadas, perseguidas ou torturadas no período da repressão ao sindicato de Pindaré-Mirim

Antônio Lisboa Brito. Foi membro da diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim. Ajudou Manoel da Conceição a fundar escolas de alfabetização e o sindicato na cidade. Perseguido, teve que abandonar a família e os filhos pequenos e viver escondido até o fim do governo militar.

Jodinha, Lavrador e membro da diretoria sindical de Pindaré-Mirim. Foi muito perseguido e teve que viver na clandestinidade. Atualmente, vive no estado do Pará.

Joaquim Matias Neto (Joaquim Lavanca). Lavrador e líder camponês em Pindaré-Mirim, preso e torturado, vindo a morrer prematuramente em consequências das torturas sofridas.

José Lavanca, lavrador, também foi preso e torturado. Morreu fora da prisão, em consequência das torturas. Sua esposa, de nome Lurdes, ainda está viva e mora no município de Barra do Corda, no Maranhão.

João Palmeira Sobrinho e José Viana de Souza. Assassinados por capangas do proprietário da fazenda Pindaré. Santa Luzia (MA). Ano de 1975. Ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Imperatriz. A falta de apuração do crime indica cumplicidade, por omissão, das autoridades locais. Providências jurídicas: integrantes da lista de camponeses mortos e desaparecidos durante o período de 1961-1988, mas excluídos dos direitos da Justiça de Transição.

Amadeu Manoel de Melo e sua mulher. Santa Luzia (MA). Ano de 1978.

Posseiros em Sucuruizinho, município de Santa Luzia. Mortos em 30 de julho de 1978, devido a conflitos na região contra grileiros, desde 1974, no vale do rio Zutiua, onde mais de 600 famílias habitavam. Em 1975, a Comarco começou a retalhar a terra para grandes grupos. Grileiros espancaram e humilharam os posseiros, atearam fogo nas casas e os obrigaram a assinar recibos de venda das benfeitorias. Um dos grileiros armou um pequeno exército, que usava farda e armamentos da PM e do Exército.

Providências jurídicas: integrante da lista de camponeses mortos e desaparecidos entre 1961-1988, excluídos dos direitos da Justiça de Transição.

Elias Zi Costa Lima. Santa Luzia (MA), ano de 1982. Conhecido como "Zizi", era casado, pai de nove filhos. Lavrador e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Luzia. Apoiava a permanência de várias famílias em uma área considerada devoluta, visada pelos mandantes do crime.

Condições da morte: assassinado a tiros, à queima-roupa, no Mercado Municipal de Santa Luiza, em 21 de novembro de 1982. O crime, assistido por dezenas de testemunhas, foi praticado pelos filhos do latifundiário José Gomes Novaes, Delmi, Delmar e Leônidas, que ficaram impunes. Elias foi baleado com dois tiros de revólver calibre 38 e, já no chão, ainda foi alvejado no pescoço por um tiro de espingarda.

Mandantes: José Gomes Novaes, Delmi Novaes, Delmar Novaes e Leônidas Novaes. Autoria: agente privado. Providências jurídicas: integrante da lista de camponeses mortos e desaparecidos durante o período de 1961-1988, mas foi excluído dos direitos da Justiça de Transição.

Bebé (Apelido). Santa Luzia (MA). Líder camponês, morador no Brejo dos Ananais, município de Santa Luzia, em junho de 1982. Autoria: agente do Estado. Providências jurídicas: integrante da lista de camponeses mortos e desaparecidos durante o período de 1961-1988, mas foi excluído dos direitos da Justiça de Transição.

Raimundo Alves da Silva ("Nonatinho"). Santa Luzia (MA), ano de 1984. Era tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, e foi o primeiro presidente da entidade. O sindicalista de 50 anos, casado e pai de 12 filhos, havia sido um dos principais líderes na luta dos trabalhadores rurais na região de Pindaré.

Condições da morte: assassinado a tiros em 17 de setembro de 1984, nas proximidades de sua casa, em Santa Luzia, com quatro tiros disparados por pistoleiros, que ficaram impunes.

Providências jurídicas: integrante da lista de camponeses mortos e desaparecidos durante o período de 1961-1988, mas foi excluído dos direitos da Justiça de Transição.

Antônio Batista da Silva, ou Antônio Ferreira da Silva, delegado sindical em Santa Luzia (MA). Condições da morte: assassinado em Arapari, Santa Luzia, dia 17 de setembro de 1985. Segundo informações obtidas, foi executado pelo pistoleiro João Targino de Souza a mando de um fazendeiro de Minas Gerais. O crime não foi isolado: no mesmo dia e local foram baleadas as lavradoras Maria Lima Silva, 28 anos, e Silvana da Silva, 52 anos, que foram hospitalizadas e salvas. Antes deste ocorrido, em 16 de julho de 1985, o marido de Maria Silva foi assassinado pelo pistoleiro Luiz Chaves, a mando de referido fazendeiro mineiro. Crimes não apurados, assassino impune. Providências jurídicas: sem dados.

Raimundo de Jesus Silva. Bom Jardim (MA). Ano de 1987. Dirigente do movimento sindical no município de Bom Jardim (MA). Condições da morte: assassinado no dia 12 de março de 1987, segundo informações, por pistoleiros contratados pelo doutor Clésio Fonseca, fazendeiro. Mandante: doutor Clésio Fonseca. Impune. Providências jurídicas: integrante da lista dos 602 casos selecionados de camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos excluídos dos direitos da Justiça de Transição.

5.2. Mortos não identificados na região de Pindaré-Mirim

Não identificado. Santa Luzia (MA), ano de 1982. Liderança. Morto em junho de 1982. Autoria: agente do Estado; não identificado. Santa Luzia (MA), ano de 1982. Liderança. Morto em junho de 1982. Autoria: agente do Estado; não identificado. Santa Luzia (MA). Ano de 1988. Criança, menor. Morta em 6 de janeiro de 1988, no município de Santa Luzia. Autoria: agente do Estado.

6. Pará

6.1. Assassinatos e torturas de camponeses nas operações de repressão à Guerrilha do Araguaia

Prisões e tortura de posseiros que resistiram à perda de suas terras nos anos subsequentes à guerrilha. Expulsão de posseiros em decorrência de ações do Estado na região do Bico do Papagaio.

> Levaram minha irmã Lourdes e meu irmão Deusdete. Judiaram dela, estupraram, libertaram meses depois e ela foi para a casa de uma tia. O irmão ficou, com o serviço de cortar e molhar cipó para bater no "povo". Ficou meio "rodado da cabeça", bebeu muito, dizia que tinha uma paixão muito grande [...] e não contou prá nós o que era. Dizem que foi obrigado a cortar o pescoço do nosso pai, mandado pela polícia. O pai estava dentro de um buraco, tentou fugir e acordou o guarda. Pegaram ele e mandaram o próprio filho matar. Deusdete não matou o pai, foi o tiro de um soldado; mas mandaram cortar a cabeça. Seu Antonio Precatão viu isso. Deusdete morreu de tanto beber, mas nunca disse prá nós o que fizeram com ele. O corpo nunca apareceu.[78]

Histórico: "Dossiê Araguaia", lista de vítimas aponta 27 camponeses mortos durante a repressão à Guerrilha do Araguaia, de acordo com levantamento preliminar feito pelo jornalista Hugo

Studart. Entre 1966 e 1972, fase dos "preparativos à guerrilha", os militantes que chegavam ao Bico do Papagaio buscaram integrar-se e ganhar simpatia dos moradores. Criaram escolas, equipes de saúde, organizaram festas e torneios de futebol, em uma região de cerca de 6.500 km^2 desassistida pelo Estado, "entregue à exploração dos grandes castanheiros, a grileiros de terras e à violência dos pistoleiros de aluguel que trabalhavam para os latifundiários", onde viviam cerca de 20 mil pessoas no final da década de 1960. Destes, só 12 camponeses haviam aderido à guerrilha quando o Exército chegou, em abril de 1972.[79]A seguir, tiveram mais adesões, chegando a 30 camponeses guerrilheiros até outubro de 1973, ao longo da "segunda fase", em que os camponeses se relacionavam não apenas com os guerrilheiros, mas também, agora, com a repressão militar – que levou o grupo dos "paulistas" a assumirem sua condição de "guerrilheiros", anunciando a luta revolucionária e buscando adesões, que neste período acrescentaram mais 20 camponeses aos 12 apoiadores iniciais. A chegada do Exército, que desencadeou a "Operação Presença" ao longo do ano de 1972 (uma série de ações cívicas e de assistência social para ganhar simpatia dos moradores locais), alterou a correlação de forças entre os habitantes da região, pois os apoiadores dos "paulistas" passaram a ser apontados pelos militares como "bandidos" e "terroristas". Ainda assim, mais alguns camponeses aderiram à "guerrilha".

Studart cita um documento oficial, timbrado, do SNI (14 de março de 1986 – "Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia"), onde constam 39 nomes além dos 75 militantes do PCdoB.

Outros moradores, que já ajudavam os guerrilheiros com alimentação, abrigo provisório, transporte de barco e outros pequenos serviços, passaram então a ajudá-los de forma clandestina. Alguns não quiseram se comprometer. E houve ainda "aqueles que se alinharam de bom grado aos 'federais'", na fase em que o Exército mudou de tática e passou a tratar melhor os moradores para tentar obter o apoio deles contra os chamados "terroristas".

A partir de outubro de 1973, o Exército voltou para a terceira e última campanha de repressão: a Operação Marajoara. Começaram por prender o maior número possível de chefes de família. Documento do SNI produzido em Marabá – "Relatório Especial de Informações nº 6" – aponta o número de 161 moradores presos por serem suspeitos de apoiar os guerrilheiros, e relaciona o nome de mais 42 apoiadores a ser detidos, numa soma de 203 supostos apoiadores dos guerrilheiros.

Mas o número de vítimas da repressão chega a 500 moradores que foram arrancados de suas casas junto com suas famílias, tiveram suas roças queimadas e suas criações destruídas; muitos ficaram ilegalmente presos por cerca de três semanas. Camponeses relatam ter sido presos em valas de três metros de comprimento por dois de profundidade, sem latrinas e sem telhado, cavadas nas bases militares da Bacaba e de Xambioá: eram cobertas com grades de ferro e chamadas de "buracos do Vietnã". Muitos camponeses foram torturados, conforme relataram alguns sobreviventes à CNV. O documento "Dossiê Araguaia" justifica a tortura: "Na reeducação dessas pessoas teve que ser empregado algum rigor, uma vez que o caboclo daquela região só conhecia a lei do mais forte...". No último período (outubro de 1973 a outubro de 1974), os camponeses remanescentes foram obrigados, na maior parte dos casos sob coerção após torturas, a colaborar como guias dos militares. Poucos ofereceram-se como guias.

É difícil acusar os camponeses que falaram sob tortura, e mesmo os que colaboraram voluntariamente com o Exército, de traição aos guerrilheiros. Poucos compreenderam o que estava em jogo naquele conflito. Para os militares, todos os que tiveram qualquer contato com os "paulistas" eram considerados suspeitos – tanto por apenas venderem mantimentos e levá-los de barco pelo Araguaia quanto por beneficiarem-se de ajuda médica, das aulas na escolinha da Áurea ou do mero contato amigável com eles. Para os guerrilheiros, os "bate-paus" que, por vontade própria ou depois de forte tortura, ajudaram o Exército a localizá-los eram considerados traidores.

A partir de 1975, depois de exterminado o projeto de guerrilha que nunca chegou a ser colocado em prática, antigos guias do exército receberam glebas de terra como pagamento – espécie de "reforma agrária" executada pelos militares, que fracassou a seguir, uma vez que a consolidação dos latifúndios (pecuária, extrativismo) e a abertura do garimpo de Serra Pelada colocou a população sob o controle absoluto do representante militar da área, o tenente-coronel Sebastião de Moura, vulgo major Curió.

6.2. Lista dos camponeses assassinados[80]

Encontramos 29 camponeses recrutados: 9 mortos, 3 presos, 1 "desertor" e 16 "desaparecidos". Mas um documento (descaracterizado) do CIE indica 178 nomes de camponeses que teriam apoiado os guerrilheiros. Sugere-se cruzar estes 178 nomes citados no documento do CIE com os processos de indenização encaminhados à Comissão da Anistia. Até o momento, localizaram-se os nomes de 27 camponeses mortos pela repressão à guerrilha, 12 casos consolidados e 15 "mortos ou desaparecidos" a investigar. Entre os 29 sobreviventes citados pelo Exército como "apoio forte à guerrilha", alguns desapareceram, outros consentiram (por bem ou à força) em guiar soldados na busca de guerrilheiros e pelo menos 6 foram muito torturados (uma mulher foi estuprada).

Antonio Alfredo Lima – morto com André Grabois e mais dois guerrilheiros em 13 de outubro de 1973, em combate com um grupo militar comandado pelo major Lício Maciel.

Clovis Ribeiro dos Santos – desaparecido. Foi preso e torturado em fevereiro de 1974 pelos militares, libertado em novembro do mesmo ano, sob condição de apresentar-se ao acampamento da Bacaba de oito em oito dias. Desapareceu depois de uma dessas apresentações.

Jair Maciel (Zequinho) – morto em janeiro de 1974.

Joaquim de Souza – desaparecido. Depoimento do lavrador Valdemar Cruz Moura ao MPF em 15 de julho de 2001: "No dia 18 de junho de 1973 saiu para trabalhar e não retornou mais. [O depoente...] acredita que foi morto pelo Exército, pois o nome de Joaquim constava no cartaz das vítimas da guerrilha".

João Pereira da Silva – o pai, José Pereira da Silva, apoiava o Destacamento C da guerrilha. Em abril de 1972, um grupo de militares chega na área e manda o senhor Pereira levá-lo aos paulistas. Ele envia o filho de 17 anos. Um grupo avançado de militares ocupa as terras do senhor Pereira. Em 10 de agosto de 1972, Joãozinho foi morto com um tiro no peito. Seu companheiro Paulo, que escapou, informou à família que os guerrilheiros Rosalindo Santa Cruz e Jaime Petit teriam matado Joãozinho para servir de exemplo aos outros camponeses. A família Pereira abandonou as terras, o pai passou a ser guia do Exército e a jovem viúva (16 anos) tornou-se prostituta. Fontes: termo de declaração de Maria Creuza Rodrigues dos Santos à Comissão de Anistia do MJ, em 25 de abril de 2008 (Ref. Proc. nº 10987). Depoimento conjunto dos irmãos Jota Orlando Pereira da Silva, Jacy Santiago Pereira da Silva e Maria Bonfim Pereira de Oliveira ao Grupo de Trabalho do Araguaia (GTA) em 15 de setembro de 2012.

José Ribeiro Dourado ("José da Madalena") – desaparecido. Preso em sua roça, em Pau Preto, desapareceu em 1974 em Marabá. O filho contou à Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos que José foi obrigado a ser guia do Exército. Madalena, esposa, conta que teria sido assassinado por ter dado comida ao guerrilheiro Osvaldão.

Juarez Rodrigues Coelho – morreu na Delegacia de Polícia de Xambioá. Versão oficial: suicídio.

Lourival Moura Paulino – barqueiro e lavrador. De acordo com os militares, apoiava os

guerrilheiros. Preso em 18 de maio de 1972 e levado para a delegacia de Xambioá. Apareceu morto dia 27 de maio. Versão militar: suicídio cometido usando as cordas de uma rede que os parentes levaram para Lourival dormir. O documento do SNI "Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia" aponta sua morte em 28 de maio de 1972.[81]

Luiz Vieira de Almeida (Luizinho) – segundo documento do CIE (descaracterizado), teria pego em armas. Morto dia 30 ou 31 de dezembro de 1973.

Luiz Viola – morto em 1974.

Manoel Neres Santana (apelidado Batista) – entrou para a guerrilha antes da chegada dos militares. Preso junto com Áurea Valadão (doc./descaract. do CIE e depoimentos de quatro camponeses: Anísio Rodrigues da Silva, Cícero Pereira Gomes, Iomar Ribeiro da Silva e Josias Gonçalves) entre janeiro e fevereiro de 1974. Versão: teria sido poupado pelos militares e trocado de identidade.

"Pedro Carretel" – posseiro que aderiu à guerrilha antes da chegada dos militares, em 1972. Em documento do CIE, é citado como "maior apoio da guerrilha". Desaparecido em janeiro de 1974 (livro *Retratos da repressão política no campo*).[82]

6.3 Outros conflitos no Pará. Novas violências cometidas contra posseiros, freiras e padres após o término da guerrilha

Disputas por terras, implantação de projetos do governo federal em benefício de grandes empresas nas terras da região do Bico do Papagaio. Denúncias sobre a participação do major Curió na proteção militar a grileiros, distribuição de terras de camponeses a protegidos do governo federal e a políticos locais.

6.4. Guerra de "Perdidos"

> "Subversivos" não são os peões e posseiros do Araguaia. São... Curió, com tropas que deveriam estar a serviço da nação, no sequestro de Nicola Arpone e a prisão dos padres Aristides e Chico. É o juiz-grileiro que decide em causa própria. É o funcionário, oficial de justiça, soldado ou PM que [...] servem de força de cobertura para [...] jagunços que queimam roças, expulsam moradores... (Do livro de Ricardo Kotscho.)[83]

Evento: na região de Caianos, no Bico do Papagaio, um grupo de posseiros resistiu, com uso de armas de fogo, à tomada de suas lavouras por policiais a mando do grileiro Luis Erlandi (apelidado de "Careca"), que teve apoio do Incra para invadir terras como se fosse o proprietário legal. Na sequência da repressão ao projeto de Guerrilha no Araguaia, o GETAT (Grupo Especial de Terras do Araguaia-Tocantins) foi um instrumento do governo, criado em 1980 pelo presidente Figueiredo. Era subordinado não à Secretaria da Agricultura, mas ao Conselho de Segurança Nacional. Função: "regularização de terras devolutas". "Limpar a área" (dos posseiros ali residentes) para a execução de "novos projetos":

1º Projeto: *Serra dos Carajás – Exploração de minérios.* Executado por um conselho interministerial.

2º Projeto: Integração do Araguaia-Tocantins-Prodiat – "Produção de alimentos para 100 milhões de pessoas" – destinados à exportação. Convênio com o BIRD.

O GETAT tinha mais poderes e recursos que o Incra. Foi criado para executar uma verdadeira intervenção militar em questões de terras, em uma região em que viviam mais ou menos 500 mil

famílias – como se fossem terras desocupadas. Dados da Comissão Pastoral da Terra apontam quase 1.000 conflitos de terra no Brasil, entre os anos de 1980 e 1981, envolvendo mais de 250 mil famílias e mais de 1,5 milhão de pessoas vítimas de ameaças e violências.

6.5. Outros mortos em conflitos por terra no Pará - Povoado de Monte Santo[84] - 1987

Informações: não constam informações sobre cada um dos trabalhadores envolvidos.

Condições do crime: o povoado de Monte Santo foi foco de conflito entre trabalhadores rurais que ocuparam a região e os proprietários da terra. O mesmo grupo de policiais e pistoleiros responsáveis pelos crimes contra os posseiros do Castanhal Tabocão atuou na repressão às famílias instaladas em Monte Santo. Homens, mulheres e crianças foram torturados na "Operação Desarmamento". Pelas informações recolhidas, consta que:

> ...mais de cinquenta posseiros foram levados pela Polícia Militar à sede da fazenda Bamerindus. Entre os detidos estavam menores de idade. A caminho da fazenda, e enquanto estavam detidos naquele local, muitos foram espancados com coronhas de rifles e varas. Alguns foram golpeados no rosto, cabeça e órgãos sexuais. Consta que duas mulheres foram violentadas e o mesmo foi tentado com uma menina de 12 anos. Alguns, inclusive crianças, foram amarrados com cordas. Todos os posseiros detidos teriam sido ameaçados de execução sumária. Alguns teriam sido forçados a comer excremento humano e animal, espinhos e cigarros acesos. Consta ainda que tiveram que engatinhar ou marchar como se estivessem sob ordens militares [...]. Uma criança foi pendurada pelos cabelos em uma viga para que revelasse o paradeiro de seu pai, suposto líder da comunidade. Tiros e bombas de gás lacrimogêneo teriam sido disparados na Igreja Assembleia de Deus, onde mulheres e crianças se refugiaram, e alguns homens teriam sido detidos e espancados dentro da Igreja Católica. Camponeses dos povoados de Paraúnas e Monte Santo afirmam que, durante o ataque aos povoados, a Polícia Militar roubou dinheiro e pertences de suas casas [...]. Trinta dos camponeses detidos na fazenda foram levados à delegacia em Marabá.

Mandantes/Envolvidos: 100 policiais militares, chefiados pelo coronel Antônio Carlos da Silva Gomes e pelos próprios proprietários de Monte Santo.

Providências jurídicas: não houve punição aos acusados.

Trabalhador não identificado em Xinguara[85]: 6 de agosto de 1987. Informações: não constam informações sobre cada um dos trabalhadores envolvidos.

Condições do crime: foi preso por policiais militares, torturado e queimado vivo por não ter revelado os nomes de lideranças sindicais que haviam atacado os pistoleiros da fazenda Barreiro Preto, do empresário rural Manoel de Sá, no município de Xinguara.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: não constam.

Tortura do padre Roberto de Valicourt[86], 1º de junho de 1972, após a celebração da missa de *Corpus Christi* em São Domingos do Araguaia. Valicout foi um padre francês da congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada. Havia chegado a São João do Araguaia no início da década de 1970. Foi preso e torturado, juntamente com a irmã dominicana Maria das Graças, por serem ambos suspeitos de participação na Guerrilha do Araguaia.

Condições do crime: segundo depoimento fornecido por Valicourt:

> [...] A Igreja estava cercada por soldados armados. O delegado de polícia de nome Francisco estava feliz da vida porque queria prender a gente. Então celebramos a missa, mas os cantos saíram fraquinhos... Depois saímos, fomos para casa, deixamos as coisas da Igreja e acompanhamos os militares. Eles nos colocaram num Jipe, Maria das Graças e eu. Nós fomos [...]. Na vila Metade eles mandaram a gente se sentar e aí ficaram olhando uns retratos. Muitos retratos. Olhando e comparando. Eles tinham ali as fotografias dos guerrilheiros do Araguaia, chamados os paulistas. Então eles comparavam e diziam: "é ele mesmo". A gente não estava entendendo bem, a gente não sabia de tudo isso. Depois nós voltamos para casa, já era quase meia-noite. Maria das Graças ficou muito nervosa, eu nem tanto. Eu não estava entendo muitas coisas da guerrilha, eu não sabia disso ainda. No dia seguinte eles vieram nos buscar no Jipe deles: Maria das Graças, eu e um rapaz que morava na entrada de São Domingos, um lutador que trabalhava num circo. Fomos para Araguatins [...]. Paramos em Palestina numa casa que parece que era o Correio. Estava cheia de soldados. Lá o negócio foi feio. Começaram logo a me dar uns tapas, me jogaram no chão, me chutaram, botaram os dedos nos meus olhos e falavam: "Diga onde está o Humberto! Vocês são todos comunistas. Vocês são todos subversivos! Vocês vão morrer já, já"! Me jogaram no chão, me bateram muito. A Maria das Graças eles humilharam, dizendo: "Aqui nós não vamos torturar você não, mas em Araguatins tem especialista em tortura de mulher. Lá eles vão te estuprar, cortar os seus seios, vai ser pior do que o padre que está aqui apanhando, viu?! Esses cadernos todos aí são subversivos?". Ela tinha uns cadernos com nomes de crianças que seriam batizadas. Ela disse: "São muito novos esses subversivos, seis meses, oito meses"! Foi uma hora de taca [tortura]. Eu fiquei meio tonto, com os olhos todos inchados. Depois amarraram a gente com umas cordas. [...] O rapaz que estava conosco não apanhou. Amarraram a gente com as mãos para trás passando a corda pelo pescoço e nos jogaram, segurando pelos braços e pelos pés que nem porcos, dentro do Jipe. Eles foram conversando no Jipe: "vocês são terroristas mesmo, vocês vão morrer já já [...]". Em Araguatins passamos a tarde toda lá, depois dom Estevão interferiu e à noite eles nos trouxeram de volta para São Domingos do Araguaia.[87]

Mandantes/Envolvidos: a única pessoa citada no depoimento é o delegado de polícia de nome Francisco.

Providências jurídicas: não constam.

Tortura de Maria das Graças [88] : 1º de junho de 1972 (junto com padre Valicourt).

Informações: irmã da Ordem dos Dominicanos de origem francesa, Maria das Graças foi presa, juntamente com o padre Humberto Rialland. Ela e Rialland eram suspeitos de participar da Guerrilha do Araguaia e, por isso, foram torturados por membros do Exército.

Mandantes/Envolvidos: a única pessoa citada no depoimento é o delegado de polícia de nome Francisco.

Providências jurídicas: não constam.

Tortura de_Florentino Maboni[89]: 30 de outubro de 1976.

Informações: padre de Santo Ângelo (RS). A biografia carece de mais informações. Segundo Ricardo Resende, era capelão do Exército, mas torturadores não sabiam.

Condições do crime: Maboni foi enviado à Prelazia de São Geraldo do Araguaia pelo bispo de Conceição do Araguaia, dom Estevão Cardoso de Avelar, para interferir a favor dos trabalhadores rurais em um conflito de demarcação de terras, que envolveu a Polícia Militar e posseiros de Perdidos, distrito da Prelazia. No dia 30 de outubro de 1976, 50 policiais queimaram casas de posseiros, prenderam e torturaram cerca de 100 pessoas. O Exército interveio e 30 posseiros foram levados para Belém e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Maboni foi preso no conflito e torturado por vários dias por policiais militares.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: o padre foi inocentado em fevereiro de 1978 e os torturadores não foram responsabilizados.

Tortura de Hilário Lopes da Costa[90]: 30 de outubro a 8 de novembro de 1976.

Informações: seminarista, acompanhou o padre Maboni na contenção do conflito entre trabalhadores rurais e a Polícia Militar na Prelazia de São Geraldo do Araguaia. Hilário Lopes da Costa hoje é ex-padre, agente e agrônomo da CPT de Tucuruí.

Condições do crime: foi preso, durante conflito de demarcação de terras que envolveu a Polícia Militar e posseiros, e torturado por vários dias.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: o padre foi inocentado em fevereiro de 1978 e os torturadores não foram responsabilizados.

Antônio Bispo dos Santos[91]: 26 de fevereiro de 1987.

Informações: religioso. Biografia carece de informações.

Condições do crime: foi assassinado durante conflito que envolveu policiais civis e militares e posseiros da fazenda Agropecus, que tiveram suas casas invadidas. Antônio Bispo foi enterrado pela PM no cemitério de Redenção.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: não constam.

Giusepe Fontanella[92] – 1976

Informações: religioso. Biografia carece de informações.

Condições do crime: suspeito de incitar o conflito entre posseiros da fazenda Capaz, em Rondon, no Pará[93], o padre foi preso e espancado por militares durante interrogatórios. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional e expulso do país em 1976.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: não constam.

7. Mato Grosso: repressão à Prelazia de São Félix do Araguaia, MT, 1972-1973. Antônio Canuto, CCV

O regime militar colocou como uma de suas prioridades a ocupação da Amazônia. Este processo envolveu a abertura de estradas e a concessão de incentivos fiscais a quem se propusesse investir na região.

Empresários do Sul e Sudeste (bancos, indústrias, comércio), para terem acesso a estes incentivos, adquiriram, sobretudo no norte de Mato Grosso e sul do Pará, imensas áreas de terras, algumas de centenas de milhares de hectares, para criação de gado, sem se preocupar se lá existia alguém. Isso gerou conflitos com os povos indígenas, cujos territórios foram invadidos, e com os núcleos e povoados de posseiros que foram sistematicamente expulsos. Ao mesmo tempo, para as atividades de abertura

e formação dos pastos, foram trazidos milhares de trabalhadores de outras regiões do país, sobretudo do Nordeste, submetidos quase sempre a condições análogas às de escravos.

Neste contexto é que se multiplicaram os conflitos na região norte do Araguaia, no Mato Grosso, área de atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia, sob a direção de dom Pedro Casaldáliga.

O conflito mais emblemático da região se deu em Santa Terezinha, entre os posseiros e a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, Codeara, empresa do Banco de Crédito Nacional, BCN. A companhia tentava expulsar as pouco mais de 100 famílias de posseiros e arvorou-se proprietária do povoado existente desde a década de 1910 e que, em 1932, inaugurou igreja e convento para os padres.

Em 3 de março de 1972, o conflito chegou ao seu ponto culminante, com enfrentamento armado entre posseiros, funcionários da fazenda e a força policial que vinha embargar a obra de um ambulatório de saúde construído pela Igreja. O vigário de Santa Terezinha, padre François Jacques Jentel, foi apontado como responsável pelo conflito, junto com outros agentes da pastoral. Dois dias depois, 80 soldados da PM, comandados pelo próprio secretário de Segurança, deslocaram-se para Santa Terezinha. Prenderam sete pessoas, nenhuma das que estavam envolvidas no conflito. Duas grandes Operações Aciso, em junho e setembro, levaram para a região forças do Exército, com participação da Aeronáutica e Marinha, demonstrando cabal apoio à Codeara, que "atendia a um apelo do governo federal para desenvolver a região".

A primeira operação foi comandada pelo major do Exército, Euro Barbosa de Barros. A segunda foi comandada pelo general Jansen, comandante do quartel de Corumbá, MT. Durante essa operação, deslocaram-se para Santa Terezinha nada menos que os comandantes do II Exército e da 9ª Região Militar.

Padre Jentel foi julgado pela Justiça Militar e condenado a dez anos de prisão, em maio de 1973, ficando preso durante um ano no quartel da Polícia Militar, em Campo Grande. O Superior Tribunal Militar julgou que o conflito não se enquadrava na Lei de Segurança Nacional, e o padre viajou para a França, seu país de origem. Ao retornar, em dezembro de 1975, foi expulso pelo governo Geisel. Na esteira deste conflito e de muitos outros na região, diversas ações de inteligência e repressão se desenvolveram. Em outubro de 1972, um oficial alojou-se na casa de dom Pedro, sob a justificativa de busca vocacional. Ao ser descoberto, confessou ser capitão do Exército do Comando de Repressão da Amazônia, capitão Ailson Munhoz da Rocha Loper. Em 1973, a maior operação militar aconteceu. Tinha como foco os posseiros que resistiam à expulsão e a Prelazia de São Félix que os apoiava**.** Em 1º de junho, em torno de 100 homens das forças policiais e militares desembarcaram em São Félix do Araguaia, sob a liderança do comandante da Polícia Militar, coronel Euro Barbosa de Barros. O arquivo da Prelazia e a casa dos agentes da pastoral José Pontim e Selme, no povoado de Pontinópolis, foram invadidos e deles retirados documentos.

Na madrugada do dia 4, cerca de 60 militares ocuparam o povoado de Serra Nova, disparando armas de fogo. Invadiram casas, amedrontaram e ameaçaram. A equipe pastoral foi mantida sob vigilância e o agente da Prelazia Edgar Serra e Teresa Adão, visitante, foram levados presos. No dia 5, em Santa Terezinha, a agente da Prelazia, Thereza Salles foi sequestrada ao ir para o trabalho e levada para São Félix. Os três presos foram transferidos para Cuiabá. Deles não se teve notícia até 16 de julho.

Início de julho. Nova operação militar sob o comando do coronel Euro Barbosa de Barros. A casa do bispo foi invadida e vasculhada, bem como a casa das irmãs. Nesta nova operação foram presos os agentes da pastoral Antonio Tadeu Martin Escame, em Santa Terezinha, José Pontin e Antônio Carlos Moura Ferreira, em São Félix, o posseiro Luiz Barreira de Sousa, Lulu, em Serra Nova, e dona Adauta Luz, aluna do ginásio e amiga dos padres, em São Félix.

Todos os padres da Prelazia se encontravam em São Félix e também foram presos e levados para a sede da fazenda Agropasa, onde estava montada a sede da operação e onde estavam os demais presos.

Os padres foram liberados, os outros foram levados para Campo Grande. A eles se juntaram Thereza Braga Salles, Edgar Serra e Teresa Adão, presos em junho. Durante quatro dias todos foram submetidos a interrogatórios, acompanhados de choques elétricos. Tadeu, Moura, Pontin e Lulu foram interrogados três vezes; Terezinha, quatro; Tereza Adão, cinco; Edgar, um; e Adauta, duas vezes. No dia 16 de julho foi oficializada a prisão.

A Censura proibiu qualquer notícia sobre os conflitos na Prelazia de São Félix, e sobre o bispo Casaldáliga. O *Jornal Nacional*, da TV Globo, foi utilizado para repassar notícias falsas ou forjadas sobre a Prelazia, para justificar a repressão e a desejada expulsão do bispo. Para o controle das informações, os militares criaram a Rádio Nacional da Amazônia, a emissora mais potente da América Latina, ligada ao sistema Radiobrás, que se tornou a emissora mais ouvida na Amazônia. Por imposição dos militares, a Radiobrás criou o Projeto Cigano, uma emissora montada em furgão. Em tempo recorde, a primeira emissora teve como destino São Félix do Araguaia. Em 8 de setembro de 1981, entrava no ar a Rádio Nacional de São Félix do Araguaia. Fazia parte da estratégia para a expulsão do bispo Pedro.

Tiveram os direitos violados em torno de 200 famílias de posseiros de Serra Nova, hoje município de Serra Nova Dourada, além do bispo Pedro Casaldáliga, os padres e agentes de pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia. O caso teve repercussão mais internacional que nacional, pois a imprensa estava sob censura. O embaixador brasileiro na Inglaterra, Roberto Campos, reclamou à BBC de Londres por dar cobertura ao que acontecia na região, informou um funcionário da rádio.

7.1. Identificação da(s) vítima(s)

Presos e torturados: Edgar Serra, Tereza Adão, Thereza Salles, Antonio Carlos Moura Ferreira, José Pontin, Antônio Tadeu Martin Escame, Luiz Barreira de Sousa (Lulu), Adauta Luz.

Detidos e espancados: padre Eugênio Cônsoli, padre Pedro Mari Sola Barbarin, padre Leopoldo Belmonte, padre Antônio Canuto.

Ameaçados e agredidos: dom Pedro Casaldáliga, irmã Judite Gonçalves de Albuquerque.

Grupo econômico envolvido no caso: Frigoríficos Bordon, Agropasa Agropecuária.

Agentes do Estado envolvidos: coronel Euro Barbosa de Barros, secretário de Segurança. Capitão Monteiro, da Aeronáutica. Capitão Moacir Couto, Polícia Militar do Estado, e outros da PM. Aeronáutica, Marinha e Exército. (Em relação ao capitão Monteiro, após os acontecimentos, quando os bispos da direção da CNBB foram reclamar com o governo, foi lhes apresentada a relação de todos os oficiais da Aeronáutica, da qual não constava o nome do referido capitão. O nome dele e de outros envolvidos na operação possivelmente podem ser nomes "de guerra".)[94]

8. São Paulo - Pontal do Paranapanema

Desde a década de 1920, região de luta pela terra na área de Presidente Prudente e Presidente Bernardes. Em 1946, sob liderança de Nestor Veras, as Ligas Camponesas atuaram em Santo Anastácio, sendo neste mesmo ano duramente reprimidas pelo delegado Calabrese. Fundação, em 1961, da Associação de Trabalhadores Rurais ligada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), seguida de vários outros sindicatos e associações de trabalhadores rurais. Início da repressão em 1970.

8.1. São Paulo - Mortos e desaparecidos na região do Pontal do Paranapanema[95]

Paulo Kuraki, 11 de junho de 1967, Porto Epitácio-SP. Lavrador nas terras denominadas "Poção do Jacó", reivindicadas como posse pelo fazendeiro José da Conceição Gonçalves, conhecido por "Zé Dico", e alugadas a lavradores.

Condições da morte: discussão entre o agricultor e José Medeiros, que terminou quando Medeiros alvejou de tiros Paulo e Armando Kuraki.

Mandantes: José da Conceição Gonçalves, o Zé Dico.

Executores: José Francisco Medeiros e "Chicão".

Providências jurídicas: ausentes. Família acusa autoridades de negligência.

Armando Kuraki, 11 de junho de 1967, Porto Epitácio-SP. Filho de Paulo Kuraki. Tinha 17 anos na época do crime. Mesma condição da morte do pai, Paulo Kuraki.

Antonio Galdino Jacinto. (Contribuição de Leonilde Servolo de Medeiros.) Aparecido Galdino Jacinto liderou um movimento de caráter messiânico contra a construção de uma barragem que desalojaria diversas famílias da região de Santa Fé do Sul em São Paulo. De acordo com reportagem de Ricardo Carvalho, na *Folha de S.Paulo* em 1979, Galdino, nos anos 1950, possuía uma pequena área em uma região de intensos conflitos fundiários. José de Souza Martins aponta que era uma espécie de guarda-costas de Jofre Correia Neto, principal liderança da Revolta do Arranca Capim, no final dos anos 1950.

Posteriormente parece ter se tornado boiadeiro, viveu em Goiás e, quando voltou a sua região, tornou-se benzedor. Sua casa recebia muita gente em busca de benção e melhorias de saúde. Tornou-se, na sequência, pregador, exortando os camponeses da região a não pagar impostos, porque a terra era dom de Deus. Ficou preso por três meses em Santa Fé do Sul e, depois de liberto, voltou a benzer.

Nesse momento, circulou a notícia de que Rubineia, cidade próxima de Santa Fé, seria inundada. Galdino formou um "Exército da Salvação", composto por 16 pessoas, duas mulheres, alguns menores, alguns idosos. Segundo José de Souza Martins, passou a condenar as barragens construídas no rio que separa São Paulo de Mato Grosso, porque tiravam a liberdade dos peixes, impedindo a piracema e a sua reprodução.

Segundo matéria de Ricardo Carvalho, na *Folha de S.Paulo* de 14 de janeiro de 1979, em 1º de dezembro de 1970 um destacamento de 17 homens o prendeu na capela onde rezava, bem como os que estavam com ele. Eles foram soltos depois, mas Galdino não. Perguntado sobre o que estava fazendo, respondeu que estava rezando. Segundo as palavras de Galdino, na matéria de Carvalho, "ele então me pegou pelo cabelo e saiu arrastando e juntou uns soldados, dando pancada, então o sargento trupicou e caiu, e eu caí por cima do sargento. Depois eles me puseram algema".

Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ficou preso, segundo Martins, acusado de curandeirismo e prática ilegal da medicina. Foi defendido gratuitamente por um advogado local, doutor Alcides Silva, que apoiou sua defesa, como narra Martins, em estudos sociológicos sobre messianismo e milenarismo, em particular em casos ocorridos no Brasil. Galdino foi absolvido, mas o promotor apelou para a Justiça Militar, pois entendia que ele era subversivo. Foi transferido para São Paulo, como preso político, e aguardou a decisão da Justiça Militar. De acordo com Martins, o então delegado Fleury aconselhou os juízes a declararem Galdino louco, mandá-lo para o Manicômio Judiciário. Martins afirma que os juízes convocaram dois peritos do manicômio, que declararam Galdino esquizofrênico paranoide. Embora ele tivesse direito a uma contraperícia, isso não ocorreu.

Segundo Tavolaro, Galdino reconheceu a fotografia de vários militantes de esquerda desaparecidos como estando no manicômio junto com ele. Martins fez a denúncia do caso no final dos anos 1970, num grande ato público que tinha como tema os direitos humanos, organizado pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns. O caso foi assumido pela Comissão de Justiça e Paz.

Depois de liberto, Galdino voltou para Santa Fé do Sul, onde o prefeito, do MDB, partido de oposição ao regime militar, deu-lhe o emprego de jardineiro da Prefeitura, para que pudesse sobreviver.

8.2. Outros casos de assassinatos e torturas de militantes em São Paulo

Dênis Casemiro. Trabalhador rural preso e transferido para o DOPS/SP, onde foi torturado. Executado, em 9 de agosto de 1971, próximo a Ubatuba, e enterrado como indigente no cemitério de Perus.[96]

Nestor Veras, membro da direção da Ultab e tesoureiro da Contag. Desapareceu em abril 1975, depois de ser preso, sob responsabilidade de forças policiais, em Belo Horizonte ou São Paulo.[97]

9. Rio Grande do Sul

9.1. Encruzilhada Natalino[98]

Acampamento realizado no norte do RS (Alto Uruguai) no entroncamento das estradas para Passo Fundo e Sarandi, entre 1980 e 1983. Muitas famílias sem-terra que acamparam ali tinham ocupado, desde 1978, a reserva Caingangue de Nonoai, de onde foram expulsas. Outras vieram da ocupação das granjas Brilhante e Macali, entre 1978 e 1979. As negociações frustradas para a desocupação da Encruzilhada Natalino levaram o governo federal a buscar a intervenção do tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o "major Curió", responsável pela repressão do projeto de guerrilha no Araguaia e o extermínio de todos os guerrilheiros, mesmo depois de rendidos pelo Exército. Curió estabeleceu barreiras policiais nos acessos à encruzilhada e passou a controlar a distribuição de alimentos entre os acampados, além de proibir a entrada de padres e religiosos, ameaçados de enquadramento na Lei de Segurança Nacional e na Lei dos Estrangeiros (padre Fritzer e irmã Aurélia, europeus)**.** Para convencer os colonos, "major Curió" chegou a pagar a quem desse depoimentos positivos quanto à vida nas colônias fora do estado – no caso, o projeto de colonização Lucas de Rio Verde, no Mato Grosso, para onde 130 famílias foram transferidas contra suas vontades.[99] Laudemir Zart revela que o executor do Incra na região, José Ferreira Soares, teria agido com "métodos autoritários, espalhando entre os assentados o medo e o terror, promovendo a desesperança através de práticas corruptas e violentas".[100] Zart revela que,

> do levantamento de 203 famílias que foram à região, apenas 14 permaneceram "com a área na qual foram inicialmente assentados" [...] chegamos lá e fomos muito explorados , a começar já pelo serviço de abrir o cerrado. [...] Não havia acordo e investimento. Então onde a gente poderia estruturar, comprar máquinas, trator [?]. (Alves)[101]

> Vi coisas lá que a gente nem imagina. Muito gaúcho morrendo por causa da malária, principalmente crianças. (Zidério Biazus)[102]

Na encruzilhada Natalino, a saída da equipe federal estava prevista para agosto de 1981. Os colonos interceptaram comunicações entre o "major Curió" e o Conselho de Segurança Nacional (CSN) em Brasília (através da sintonização de rádios comuns em ondas curtas).[103] No dia 24 de agos-

to, deputados federais e estaduais de SC e RS, representantes da OAB e 137 padres e freiras dos dois estados emitiram uma nota em apoio aos acampados. Curió e sua equipe saíram no dia 31 de agosto, mas os colonos tinham outros problemas no acampamento. O *Boletim Sem-Terra* de 9 de fevereiro de 1982 noticia a falta de condições de saúde, principalmente para as crianças; as intimidações de forças policiais, como agressões da Brigada Militar, com cacetetes e bombas de gás lacrimogêneo, a homens, mulheres e crianças que esperavam ônibus na estrada.

> Izidoro dos Santos, Salvador Pinheiro e João Marino de Oliveira, integrantes da Comissão Central dos acampados [...], acusaram o governo de ter aumentado as ameaças e a repressão através de dez "agentes secretos" que chegaram recentemente ao acampamento de Natalino. Os colonos contam que, além de ameaças a bala, estes agentes têm armado os ex-acampados, que agora estão no acampamento da Cemapa, há três quilômetros dali, como é o caso de Raul Vargas, visto várias vezes no bar da esquina Natalino exibindo um portentoso revólver. Estes "ex-colonos" são instruídos pelos "agentes do governo" para fazerem todo e qualquer tipo de provocação aos colonos que permanecem na Encruzilhada Natalino. (*Boletim dos Sem-Terra*, de 9 de fevereiro de 1982)

Vitória: a persistência dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino foi bem-sucedida, afinal. O processo de assentamento das famílias se deu após as eleições de 1983, por meio do governador Jair Soares, que substituíra Amaral de Souza. No final de setembro de 1983, "o Estado adquiriu um total de 1.870 hectares para assentar as famílias, a ser pago em 15 anos com três anos de carência".[104]

9.2. Vítimas da repressão no Rio Grande do Sul

João Machado dos Santos, o João Sem-Terra (RS). O líder camponês João Machado dos Santos, conhecido como João Sem-Terra, foi um dos fundadores do Movimento de Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul (Master), no começo dos anos 1960. Por suas atividades políticas, consideradas subversivas, João Sem-Terra foi perseguido por latifundiários e pela polícia. Em 1963, ele foi sequestrado e torturado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Seu depoimento revela as violências que sofreu:

> Me prenderam, me levaram para o Dops, me botavam na cadeira elétrica, fios e agulhas elétricas nos olhos, nos órgãos genitais, no corpo todo, na garganta, nos ouvidos, nas unhas das mãos e dos pés. Pensei: "Será que sou tão bandido assim?". E tinha um médico ali dizendo para eles onde prendia as agulhas, os lugares para não atingir mortalmente. Toda a vida tive um santo muito forte comigo e pedi a Deus que desse força para sair daquilo, se tivesse certo na minha filosofia política. Se eu tivesse errado, pra me deixar morrer. [Depoimento do filme *João Sem-Terra*, reproduzido no livro *João Sem-Terra, veredas de uma luta*]

Em outro momento da tortura, durante uma tentativa de enforcamento, ele se desesperou: "Eu disse: 'Não, se vocês querem me matar, me matem logo, mas me enforcar? Eu não mereço isso, só porque sou a favor dos colonos e sou um deles também? O que é isso?'" [Idem].

Gaúcho, filho de um médio agricultor, João nunca se conformou com a exploração, fosse de trabalhadores do campo, fosse de garimpeiros. Semialfabetizado, ainda nos anos 1950 mobilizou colonos sem-terra do RS e organizou cooperativas.

No começo dos anos 1960, João comprou um pedaço de terra em São Francisco de Paula (RS) e criou um assentamento com 33 famílias de sem-terras, que logo foi alvo de pressões e violências de outro pretenso proprietário das terras em conluio com a Polícia Militar, que tentou remover as famílias do local à força. As ações praticadas por jagunços e forças policiais envolveram inclusive o incêndio criminoso das casas dos trabalhadores. Já reconhecido por sua militância, o líder camponês ingressou no Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) e passou a integrar a direção em 1962.

Sua situação já era praticamente insustentável quando, em dezembro de 1963, ele viajou ao Rio de Janeiro para a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), sabendo que não poderia voltar, pois estava sendo procurado por "atividades subversivas". João Sem-Terra despediu-se da mulher e dos sete filhos e se exilou no interior de Goiás, vivendo clandestinamente com o nome de Moisés Manoel da Silva. Ali, engajou-se em lutas políticas e nos movimentos sociais, como dirigente da CUT e do PT. Constituiu nova família e teve mais quatro filhos. No RS, sua primeira família continuou a ser intimidada, pressionada, interrogada, perseguida. Seu desaparecimento alimentou toda sorte de conjecturas: se estava vivo, morto, se havia se engajado na luta armada. João virou uma espécie de mito.

Em meados dos anos 1980 os filhos mais velhos de João Sem-Terra, depois de muito procurá-lo, buscaram ajuda no Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), em Porto Alegre. O MJDH contatou o jornalista Carlos Wagner, que fez a primeira reportagem sobre o assunto, em 1987, com o título "Por onde andará João-Sem Terra?". Em 1989, saiu o livro *A saga de João Sem-Terra*. Somente na década de 1990, ao tomar conhecimento do livro, João decidiu voltar ao Rio Grande do Sul e retomar verdadeira identidade. Reencontrou os filhos, mas o drama vivido pela família já havia deixado marcas.

Numa homenagem a João Sem-Terra, em 27 de janeiro de 2012, no lançamento do livro *Retrato da repressão política no campo*, durante o Fórum Social Temático, em Porto Alegre, João Altair, o sexto filho de João Machado dos Santos, relatou:

> Eu tinha apenas quatro anos de idade quando meu pai teve que fugir. Por causa da repressão, era proibido de falar que era filho do João Sem-Terra, mas eu não entendia bem o porquê. [...] Pior do que passar necessidades era ouvir falar mal do meu pai e não poder fazer nada. A dor emocional é uma ferida que não passa. [...] Quando cresci, comecei a pesquisar o assunto e tinha muita vontade de conhecer meu pai, de saber se estava vivo ou não, de encontrá-lo de alguma forma. Foi muito emocionante quando descobrimos que ele estava vivo e hoje posso falar com orgulho do trabalho que ele procurou fazer. Se nós sofremos, imagino que ele deve ter sofrido muito mais por ter que abandonar a família. [...]

Silvano Soares dos Santos. Agricultor que participou da guerrilha organizada pelo MSR na região. Preso e detido no Batalhão de Fronteiras em Três Passos, em março de 1965, faleceu 15 dias depois, em 1965, sob responsabilidade do Exército.

Evaristo Alves da Silva, agricultor, militante do PTB; brizolista. Morreu no quartel do 1º Regimento de Cavalaria Motorizada de Santa Rosa, em 10 de abril de 1965.

Leopoldo Chiapetti, agricultor preso acusado de participar do Grupo dos Onze. Morto, em 21 de maio de 1965, em decorrência de torturas na prisão, a mando do coronel da Brigada Militar Gonçalino Curio de Carvalho, em Mariano do Morro.

Alvemar Moreira de Barros, chacareiro. Foi preso no dia 22 de março de 1970 e ficou detido no DEOPS/RS, onde morreu em abril de 1970. A versão oficial é de que teria se matado na prisão com uma lâmina de barbear.

Zelmo Bossa, agricultor, participou do Grupo dos Onze na região de Nonoai. Desaparecido em 1976 por responsabilidade de agente de Estado não identificado.[105]

Constâncio Soares, peão, torturado até a morte por causa de conflitos trabalhistas, pelo cabo da PM Adão Xisto e outros dois Policiais Militares, a mando do fazendeiro Odacyr Denardin. Morto em 3 de junho de 1980.

Djalma Natabon, lavrador assassinado, em 1º de abril de 1987, em Sarandi/Passo Fundo, em protesto contra a política agrária no estado.

10. Rio de Janeiro: Cachoeiras de Macacu

O município de Cachoeiras de Macacu, interior do estado do Rio de Janeiro, foi palco de intensas disputas pela propriedade de terra, que remontam, pelo menos, à década de 1950 e chegam até a década de 1980. O distrito de São José da Boa Morte sobressai como cenário de três eventos que marcaram as lutas pela reforma agrária na região nos anos de 1961, 1963 e 1979. Em 1951, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INC) criou, na região, o Núcleo Colonial de Papucaia, que atraiu migrantes sem-terra. Mas, em 1961, as terras do INC foram confiscadas por pretensos proprietários, em manobras de fraudes cartoriais apoiadas pelo juiz local. Os grileiros despejaram os lavradores com violência, armados até de metralhadoras (arma que indica que contaram com a colaboração de agentes do Exército). Em 1963, os lavradores voltaram a ocupar a terra, e um juiz concedeu a eles a reintegração de posse. Depois do golpe de 1964, o governo mais uma vez despejou os colonos da terra. Em 1979 ocorreram novos conflitos, com prisões em massa, até que uma mobilização nacional pela reforma agrária conseguiu, do último governo militar, o reassentamento das famílias dos posseiros.

10.1. Mortos e desaparecidos em Cachoeira do Macacu

Sebastião Gomes da Silva. Líder camponês de Papucaia fuzilado durante a prisão em abril de 1969 no Rio de Janeiro. Autoria: Estado do Rio de Janeiro.

Providências jurídicas: não se tem notícia.

Jaime de Brito. 1976. Posseiro, morador de Lagoinha, morto em 1976 ao negar-se a vender suas benfeitorias ao novo proprietário da área. Autor desconhecido, sem notícias de providências jurídicas.

Adilson da Silva Moura. Parceleiro do Incra, morador de Vecchi, assassinado em 19 de julho, a caminho de sua casa para a igreja, depois de ter ganho uma ação na Justiça contra um fazendeiro cujo gado invadia sua lavoura. Autor desconhecido, sem notícias de providências jurídicas.

Ordiney Acácio Araújo. 1979. Trabalhador rural, morador de Japuíba. Assassinado em pleno dia na fazenda Bacaxá, onde vivia há mais de 20 anos com outros parceiros e arrendatários. Os abusos patronais vinham aumentando até culminar na morte de Ordiney, em 29 de novembro de 1979. Autoria desconhecida, sem notícias de providências jurídicas.

Júlio Rita da Silva. 1979. Trabalhador rural, morador da fazenda Piedade, 1º. Distrito, município de Cachoeiras de Macacu, onde foi assassinado quando lutava pelo direito às suas benfeitorias. Autoria desconhecida, sem providências jurídicas.

Manoel Muniz. 1979. Morador do km 23 da estrada Rui-Friburgo, assassinado por autor desconhecido, sem notícias de providências jurídicas.

Cassimiro Soares. Ano de 1980. Administrador da fazenda Castelo, morto a pedradas na fazenda no dia 30 de maio. Autoria desconhecida, sem providências jurídicas.

Alcides Gonçalves. Ano de 1980. Rio de Janeiro. Pequeno proprietário, morador de Faraó, município de Cachoeiras de Macacu. Morto por jagunços, após discussão sobre questão de terras, em sua residência, em Faraó, em dezembro de 1980. Sem providências jurídicas.

Manoel Guilherme Gonçalves. 1980. Posseiro, morador de Quizanga. Disputava o direito à posse onde morava. Seu assassinato ocorreu após ter ganhado uma ação de manutenção de posse. Autoria: não se tem notícia. Providências jurídicas: não se tem notícia.

Valci Graça. 1980. Trabalhador rural, morador de Faraó, município de Cachoeiras de Macacu. A única informação que consta da bibliografia é que foi assassinado em dezembro. Providências jurídicas: não se tem notícia.

João Lourenço. 1981. Trabalhador assalariado, morador de estrada do Carmo, km 11, município de Cachoeiras de Macacu, assassinado após testemunhar em uma ação demarcatória no município de Cachoeiras de Macacu, em 7 de janeiro de 1981. Providências jurídicas: não se tem notícia.

Ademir Pereira. 1981. Trabalhador rural, morador de Areia Branca. Assassinado na fazenda Areia Branca, onde trabalhava, em 9 de junho de 1981, após uma reclamação trabalhista. Autoria: capangas (executores). Providências jurídicas: não se tem notícia.

Manoel Alexandre dos Santos. 1981. Trabalhador rural do km 14 da estrada do Carmo, município de Cachoeiras de Macacu. A única informação que consta da bibliografia é que foi assassinado em 1º de agosto. Sem notícia de providências jurídicas.

Félix Resende. 1981. Trabalhador assalariado há mais de 30 anos em Patis, morto em outubro, quando regressava do serviço para casa. Sem notícia de providências jurídicas.

Docilina Correa. 1981. Posseira, moradora de Boca do Mato. Era posseira há 40 anos e tinha uma ação de manutenção de posse contra a pretensa proprietária. Foi estrangulada antes do julgamento de uma ação de manutenção de posse. Autor desconhecido, sem notícias de providências jurídicas.

João Ouverney. 1981. Posseiro, residente na fazenda Granja Carijó. Assassinado em 1981, em Boca do Mato. A fazenda movia uma ação de despejo contra 16 posseiros. Morreu em razão dessa disputa. Autor desconhecido, sem notícia de providências jurídicas.

Jairo Passos Ferreira. 1981. Tratorista da fazenda São Barnabé assassinado por capangas de propriedade limítrofe, em conflito por questões de cerca. Autoria: capangas (executores). Providências jurídicas: não se tem notícia.

Juvenal do Espírito Santo. 1982. Trabalhador rural da localidade de Faraó. Foi morto em uma disputa entre herdeiros pela propriedade da terra em 6 de fevereiro. Autoria: não se tem notícia. Providências jurídicas: não se tem notícia.

Agostinho Rodrigues de Souza. 1982. Trabalhador rural de Cachoeiras do Macacu. Foi morto na Gleba Soarinho, fazenda São José da Boa Morte. Teve sua casa invadida pelo grileiro que queria vender sua posse no Soarinho, no dia 18 de fevereiro. Os jagunços o retiraram, então, de sua residência e o mataram com 18 facadas e 6 tiros. Autoria: pistoleiros (executores). Providências jurídicas: não se tem notícia.

Manoel Cunha Ferraz. 1978. Trabalhador assalariado, da fazenda Funchal, município de Cachoeiras de Macacu. Foi sequestrado em junho de 1978, na época de sua aposentadoria, e encontra-se desaparecido. Autoria: não se tem notícia. Providências jurídicas: não se tem notícia.

10.2. Outros casos de mortes e torturas de militantes no Rio de janeiro

José Pureza da Silva. Líder sindical perseguido, preso e torturado após o fechamento dos sindicatos de trabalhadores rurais que se seguiu ao golpe de 1964. Alagoano, chegou a Xerém, na Baixada Fluminense, em 1947; em 1949, criou o primeiro embrião da ALF (Associação dos Lavradores Fluminenses), que em 1959 resultou na Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj); integrou a luta pela terra na Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960. Com a prisão de lideranças ligadas a ele, como Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira Lima, Pureza foi integrar o movimento camponês no Nordeste, onde foi capturado por agentes do regime militar, preso e torturado entre 1973 e 1975. No mesmo ano foi capturada sua companheira, Josefa Paulino da Silva Pureza. Zé Pureza morreu em 1983 em decorrência de problemas cardíacos agravados pela tortura.

11. Acre e Amazônia: "Os povos da floresta"

A expressão "povos da floresta" designa os habitantes tradicionais da Floresta Amazônica, cujo sustento se baseia na extração de produtos como a borracha, a castanha, a batata, óleos vegetais etc., e que enfrentaram conflitos diversos em função dos projetos de ocupação da Amazônia dos governos federais ao longo do século XX, de Getúlio Vargas até os militares – como o caso do Plano de Valorização da Amazônia. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi criada em 1966, dois anos após o golpe civil-militar de 1964, para incentivar atividades lucrativas como a pecuária, além de promover com incentivos fiscais os investimentos de capital nacional, estrangeiro e de ação.[106] O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que foi fundado em 1969, agiu em parceria com a Sudam na supervisão da execução de projetos, nos programas de infraestrutura, na liberação de recursos por meio do Banco da Amazônia S.A. (Basa), no estímulo à pecuária, entre outros. Por fim, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) foi criado em 1980, com

> a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, nas áreas de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantis.[107]

A despeito de suas atribuições, o grupo executivo foi acusado de privilegiar a posse de grandes fazendeiros militares e civis na região.

O Plano de Integração Nacional (PIN), anunciado em 1970 pelo general Emílio Garrastazu Médici, previa a abertura de estradas ligando as regiões centrais do Brasil à região amazônica, e esta ao Nordeste – o projeto de "terra sem homens para homens sem-terra" –, tentativa também de reduzir a tensão no campo em áreas marcadas pelo conflito por terras. A Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a BR 364, porém, trouxeram mudanças irreparáveis aos povos já instalados naquela região. Os anos da ditadura militar testemunharam consequências arrasadoras aos povos da floresta, que sofreram a violência e o desmatamento como a outra face do modelo de desenvolvimento e integração levado a cabo pelos militares. A reação dos "povos da floresta" foi duramente reprimida pelos militares, e enfrentada com extrema violência pelos capangas dos novos empresários e fazendeiros ocupantes daquelas terras.

11.1. "Povos da floresta" – Mortos e desaparecidos (1994-1988)

Wilson de Souza Pinheiro (Acre – 1980). "Primeiro líder dos povos da floresta", assassinado aos 47 anos, deixando esposa e oito órfãos. Organizou e por duas vezes presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Basileia, com forte apoio das Comunidades Eclesiais de Base e da CPT. Foi um dos grandes articuladores da prática de resistência política chamada Empate, em que seringueiros e suas famílias se colocavam entre as árvores e as máquinas para impedir a ação de motosserras e tratores. Comandou o "mutirão contra a jagunçada", quando cerca de 300 sindicalistas de Boca do Acre enfrentaram jagunços que ameaçavam posseiros locais, tomaram suas armas e as entregaram ao Exército, despertando o ódio de setores próximos ao latifúndio. Ameaças de morte foram feitas contra Wilson, como a do seringalista Guilherme Lopes perante uma plateia de fazendeiros, representantes do Incra, da Emater e do Banco da Amazônia. Ou o capataz da fazenda Nova Promissão, Nilo Sérgio de Oliveira, que disse haver comprado um revólver para matar o líder sindical. Pouco antes de ser assassinado, Wilson comentou com alguns companheiros: "Se me acontecer alguma coisa, podem estar certos de que partiu do Nilão". Nilo Sérgio e "Narciso", de Boca do Acre, pagaram cerca de $600 mil para os pistoleiros José Antônio Prado e Manoel Pereira dos Santos executarem o sindicalista na noite de 21 de junho de 1980, na sede do sindicato. Seu assassinato gerou uma onda de protestos e seu enterro reuniu cerca de 1.500 pessoas. Uma semana depois da morte de Wilson, no dia 27 de julho, Nilo Sérgio de Oliveira foi morto por um grupo de trabalhadores. Os outros executores, Manoel Pereira dos Santos e José Antonio do Prado, que receberam $600 mil do capataz da fazenda Promissão e de um fazendeiro da Boca do Acre (Narciso) para matá-lo, foram identificados em 1984.

Condições da morte: Wilson foi assassinado a tiros, às 20h30 do 21 de julho de 1980. Autoria: José Antônio Prado (Paraguaio) e Manoel Pereira dos Santos (Manoelzinho). Mandante: Nilo Sérgio de Oliveira (Nilão) e Narciso. Não há notícia de providências pelo Estado, nem para proteger Wilson das ameaças nem para apurar o crime.

Jesus Matias de Araújo. 1983. Dirigente sindical, assassinado em Brasileia em 2 de dezembro de 1983 por Manoel Pereira dos Santos, um dos assassinos de Wilson Pinheiro, a mando supostamente de fazendeiros que planejavam um grande desmatamento de seringueiras e castanheiras na região, ação que a entidade sindical vinha impedindo. Um irmão da vítima passou três vezes na Delegacia para registrar queixas de ameaças de morte contra Jesus; o delegado não lhe dera atenção. O assassino primeiro o distraiu, depois lhe disparou um tiro na nuca e mais dois no rosto. A polícia foi acionada para perseguir Manoelzinho, mas não conseguiu prendê-lo.

Providências jurídicas: o então governador do Acre, Nabor Júnior, acionou seu secretário de Segurança do Estado, Antônio Guedes, para que tomasse as providências cabíveis. A Secretaria destacou o bacharel Fausto Costa e Silva como delegado especial, para presidir o inquérito. O secretário afirmou ter ouvido três pessoas ligadas ao Sindicato Rural de Brasileia e o fazendeiro Crispim dos Santos, que nada revelou sobre o paradeiro de Manoelzinho.

Raimundo Paulino de Souza. 1984. Seringueiro. Assassinado em 19 de julho de 1984. Trabalhava na colocação Mangueira, seringal Água Preta, em Rio Branco. Tinha 42 anos e era pai de seis filhos. Morto por policiais em uma emboscada em sua casa. Depois os policiais ameaçaram colocar fogo na casa onde estavam sua esposa e filhos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco enviara dois ofícios para a Secretaria de Segurança, pedindo providências contra as arbitrariedades já cometidas pela polícia.

Autoria: policiais da Delegacia de Rio Branco. Mandante: André José de Oliveira. Sem notícia de providências jurídicas.

Messias Gomes da Silva. 1985. Seringueiro, pai de seis filhos. Assassinado em 9 de dezembro de 1985. Trabalhava no seringal São João, em Cruzeiro do Sul. Pode ter sido morto em Cruzeiro do Sul (Acre) ou na vizinha Ipixuna (Amazonas). Causa do crime: recusa a vender sua produção de borracha pelo preço estipulado pelo patrão, entre $6.000,00 e $8.000,00/quilo, enquanto a Superintendência da Borracha – Sudhevea tabelava o produto a $12.000,00/quilo. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul, Pedro Correa, e José Saraiva, da Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre, denunciaram, por meio de ofício enviado ao então ministro, Fernando Lyra, que havia uma lista de seringueiros a serem executados. Em 3 de janeiro de 1986, o capataz do seringal, Demétrio Jorge Assis, foi morto. Forte repressão policial abateu-se sobre os seringueiros. Plínio Tavares e José Soares, acusados de executar o capataz, foram brutalmente torturados. Messias foi assassinado pelo capataz do seringal, Demétrio Jorge de Assis. Não há notícia de providências jurídicas, fora o ofício enviado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acre.

Francisco Alves Barroso, "Chico Barroso". 1986. Seringueiro. Assassinado em 28 de agosto de 1986, aos 33 anos. Trabalhava na colocação Grutinha, seringal Nova Empresa, no município de Rio Branco. Era acusado por Carlos Alberto Lopes, o "Carlito", de haver roubado "um burro bravo com uma carga de borracha". O conflito no seringal Nova Empresa teve início em dezembro de 1984, quando agentes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Polícia Florestal obrigaram os posseiros a assinarem multas sob pretexto de desmatamento. O conflito prosseguiu e o capataz da fazenda, Milton Inácio Camargo, foi morto em uma emboscada no dia 21 de junho de 1985. Em 1986, os posseiros continuaram sendo ameaçados por pistoleiros que, a mando de "Carlito", foram aos locais do seringal fazer ameaças e proibir desmatamentos, que ocorriam por necessidade dos posseiros de fazer seus roçados. Condições da morte: Francisco foi morto após ter sido preso, arbitrariamente, pelo policial Albion Gomes de Almeida. O policial alegou que Francisco faleceu de mal súbito, mas o laudo médico indicou sinais de tortura, nuca deslocada e afogamento. O policial também ameaçou a família de morte, caso insistissem em esclarecer o caso. Mandante: Carlos Alberto Lopes, "Carlito". Não há notícia de providências jurídicas.

Francisco Alves Mendes Filho, "Chico Mendes". 1988. Seringalista, líder sindical, ambientalista, casado, dois filhos. Participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia em 1975, ao lado de Wilson Pinheiro. Em 1977, foi eleito vereador em Xapuri pelo MDB e ajudou a criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Passou a receber ameaças de morte. Em 1979, foi interrogado pela polícia por incitar o debate entre lideranças sindicais, populares e religiosas. Ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores no Acre e saiu candidato a deputado estadual e prefeito de Xapuri pelo PT. Em 1985 organizou o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, no qual se formula a ideia das reservas extrativistas, para resguardar os direitos dos seringueiros sobre a floresta. No final da década de 1980, a luta pela preservação da Amazônia e pelos direitos dos "povos da floresta" ganha destaque nacional e internacional. Chico Mendes torna-se símbolo da causa. Em 1987 recebe o prêmio Global 500 da ONU. Após a desapropriação do seringal Cachoeira, em Xapuri, pertencente à Darly Alves da Silva, as ameaças a Chico Mendes tornam-se constantes e, na noite de 22 de dezembro de 1988, o líder dos seringueiros *é* assassinado com um tiro no peito em frente a sua casa. Autoria: o fazendeiro Darly Alves da Silva e seu filho, Darci Alves Pereira. Em 1990 os assassinos de Chico Mendes foram julgados e condenados a 19 anos de prisão. Em 2008, por decisão do Ministério da Justiça, Chico Mendes foi anistiado em todos os processos de subversão, e sua esposa, Ilzamar Mendes, indenizada.

12. Ceará – O conflito da fazenda Japuara (CE)

A violência sofrida pelos moradores da fazenda Japuara, no município de Canindé, no Ceará, revela o endurecimento da repressão do regime militar no meio rural, com apoio das Polícias Estaduais em aliança com latifundiários locais. As violências praticadas pelo novo proprietário da fazenda contra os moradores começaram no final dos anos 1960 e se intensificaram no início dos anos 1970. Os principais confrontos, conhecidos como a Chacina de Japuara, ocorreram em dois momentos no dia 2 de janeiro de 1971, conforme testemunho do camponês Francisco Blaudes de Sousa Barros, em seu livro *Japuara, um relato das entranhas do conflito*.

O conflito começou com a venda da propriedade, em 1968, a Julio Cesar Campos. O primeiro dono da área, Anastácio Braga Barroso, havia arrendado a terra a seu sócio, Firmino da Silva Amorim, que deixou-a sob a administração de Pio Nogueira. Ao colocar a propriedade à venda, a herdeira, Hebe Braga Barroso, assumiu o compromisso de dar prioridade ao antigo ocupante. Mas descumpriu o acordo verbal, vendendo a área a outro interessado. O ocupante entrou na Justiça com uma ação preferencial de compra e outra exigindo indenização pelas benfeitorias. O novo proprietário solicitou imissão de posse e ganhou a questão. Em 1969, foi expedido o mandado contra o ocupante e contra os moradores-parceiros. A ação atingiu 59 trabalhadores rurais e suas famílias. O mandado judicial concedia 24 horas para que deixassem a área. Um advogado designado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) dedicou-se à causa dos moradores, obtendo uma decisão favorável que sustou a ação de despejo.

Em 2 de janeiro de 1971 ocorreram os dois confrontos mais graves. No primeiro, houve uma tentativa de despejar os moradores à força. O latifundiário Júlio Cesar Campos contratou homens que trabalhavam nas frentes de emergência da seca para destelhar as casas e destruir as benfeitorias. No mesmo dia, um subdelegado acompanhado de policiais militares invadiu a fazenda, havendo resistência dos moradores, que se defendiam com foices, facões e outros instrumentos de trabalho.

O confronto deixou quatro mortos e vários feridos. Os líderes camponeses se esconderam na mata. As mulheres e filhos enfrentaram espancamentos, humilhações e perseguições. Um dos casos foram os maus-tratos sofridos pelo menino Francisco de Souza Barros, de nove anos, registrados no livro *Brasil: nunca mais* (1985, p. 43): interrogado pela polícia sobre onde estava seu pai, ele foi sequestrado e obrigado a carregar armas pesadas mata adentro, ficando com graves sequelas emocionais. O grupo formado por Francisco Nogueira Barros, o Pio; seu filho, Francisco Blaudes de Sousa Barros; Joaquim Abreu; Alfredo Ramos Fernandes, o Alfredo 21; Antônio Soares Mariano, o Antônio Mundoca; e Luís Mariano da Silva, o Luís Mundoca, ficou vários dias na mata. Ao ser resgatado, ficou preso por cerca de um mês em uma unidade do Corpo de Bombeiros, quando se iniciou o Inquérito Policial Militar (IPM). Depois, o caso foi remetido à Justiça comum. Dez trabalhadores foram indiciados como implicados nas mortes de um carreteiro, de um soldado e do subdelegado. Ninguém foi indiciado pela morte de um morador da fazenda.

Dias depois, a Fetraece encaminhou pedido de desapropriação da fazenda ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Temendo que o episódio estimulasse novas ações de resistência na região, o presidente da República assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias. Entretanto, em 1978, o próprio assessor jurídico da Fetraece, Lindolfo Cordeiro, foi preso pelo governo militar e assassinado ao sair da prisão, a mando de latifundiários.

12.1. Outras vítimas no Ceará

Vicente Pompeu da Silva (CE), ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) e militante do PCB no Ceará, esteve à frente de importantes lutas dos trabalhadores rurais do estado, foi preso várias vezes, torturado e, como disse, "seviciado" durante o regime militar. Entre 1954 e 1963 fundou, com outros companheiros, 29 associações de trabalhadores rurais no Ceará, foi presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, mais tarde transformada em sindicato, do qual foi o primeiro presidente, em 1962. Depois, foi eleito presidente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará.

Em 3 de abril de 1964, Vicente Pompeu ocupava a presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará, quando foi preso ao voltar do roçado com um saco de milho nas costas para alimentar seus oito filhos. Nesta primeira prisão, Pompeu foi mantido incomunicável durante 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal. Depois, foi conduzido ao 23º Batalhão de Caçadores.

Em entrevistas ao livro *Retrato da repressão política no campo*, Pompeu contou que, depois de uma de suas prisões, ao ganhar a liberdade, já não encontrou mais nada da sede da federação dos trabalhadores rurais que ficava no bairro Padre Andrade, hoje Jardim Iracema. O prédio havia sido demolido nos primeiros dias do novo regime. Os documentos que estavam na sede da entidade só não foram extraviados ou apreendidos porque ele, por precaução, tinha enterrado 18 cartas sindicais no pátio da casa de um vizinho. Ao deixar a prisão, desenterrou o material e encaminhou essa documentação à DRT. Pompeu ainda foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, mas seria obrigado a renunciar pela DRT. Um interventor assumiu o comando do sindicato por três meses, e a sede, que ficava na Granja Portugal, também foi derrubada.

Militante histórico do PCB, Pompeu foi convidado a ir à União Soviética pelo partido entre 1967 e 1968, onde fez cursos de formação política. Uma palestra na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza foi o pretexto para uma nova prisão em abril de 1974, quando foi levado para a Polícia Federal, sob a acusação de ser "comunista". Dali em diante, viveria a mais dura experiência de sua vida. Foi colocado num avião da base aérea, "algemado, com um capuz na cabeça e amarrado numa das poltronas". Depois de três horas de voo, o avião aterrissou na mata. Ele e outros quatro presos – dois homens e duas mulheres – desceram do avião, ainda encapuzados. Foram jogados na parte traseira de uma caminhoneta e cobertos por uma lona. Foram levados ao quartel do Exército, em Pernambuco. Ali, foram colocados nus numa pequena cela, no chão frio.

> Às duas e meia da manhã aparecia um "fardado" para nos levar para a tortura. A primeira atitude que tomava era colocar um capuz na cabeça dos prisioneiros e algemar as mãos destes para trás. Em seguida – isso na sala de interrogatório –, tirava a roupa do detento e colocava um fio de choque nas orelhas e nos testículos. Quando ligavam o instrumento de tortura, a gente sabia: descia e rolava pelo chão, os dentes cortavam a língua, o sangue escorria dos joelhos e dos cotovelos.

Quando já estavam ensanguentados, eram pendurados em paus de arara. Mas as formas de martírio eram diversas. Numa noite de chuva, foi posto com as mãos erguidas e atadas pelas algemas debaixo de um pé de manga. Ficou ali dependurado durante dez dias – quatro deles sem comer nem beber. O terrorismo psicológico ainda envolvia comentários sobre outro preso que teria sido enterrado ali mesmo.

Condenado a dois anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, foi libertado do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde cumpriu a pena, em 24 de novembro de 1976. Do lado de fora da prisão, passaria ainda por outras formas de sofrimento. Sem emprego e sem fonte de renda, com a saúde maltratada, teve de enfrentar outras humilhações e dificuldades para retomar o curso da vida. Nos seus últimos anos, pôde ser beneficiado com a Lei da Anistia.

C) Terrorismo patronal na redemocratização: a União Democrática Ruralista

No período de 1985 a 1988, houve um aumento do número de mortes no campo em alguns estados. Ostentação da violência dos proprietários durante votação da reforma agrária na Constituinte de 1988. Agentes civis armados, protegidos ou "autorizados" pelo Estado: criação da UDR. Importante apontar que o governo federal, no processo de reconquista da democracia no Brasil, autorizou ou no mínimo consentiu com a formação de um grupo armado, com o objetivo explícito de extermínio de trabalhadores rurais, composto por fazendeiros de Goiás, sul do Pará e Bahia (verificar este último).

Ao final da ditadura militar, as entidades patronais rurais voltaram a disputar a hegemonia sobre a representação dos interesses das elites agrárias. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em 1985, ano inicial do mandato do presidente José Sarney, primeiro civil a ocupar o cargo após 20 anos de ditadura civil-militar, catalisou as disputas entre essas entidades. Como consequência, uma nova organização das elites agrárias tomou a frente no cenário nacional: a União Democrática Ruralista (UDR).

Liderada pelo médico Ronaldo Caiado, de tradicional família de fazendeiros e políticos de Goiás, e pelo pecuarista Plínio Junqueira Júnior, a UDR foi criada nesse estado a partir da movimentação dos grandes proprietários da região em oposição ao PNRA. Tinham como objetivo inicial prestar auxílio legal a seus associados para evitar a desapropriação de seus imóveis, pela nova legislação. No entanto, a versão divulgada pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais dá conta de atividades muito distintas. Eles denunciam o envolvimento de seus sócios com "compra de armas e a formação de milícias privadas para enfrentar, violentamente, as 'invasões' de terra",[108] estratégia adotada pelos trabalhadores rurais após a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Rapidamente a UDR espalhou-se por diversas regiões do país. Contava com uma aguerrida militância que, sob a liderança de Ronaldo Caiado, organizou manifestações como marchas e ocupações de fazendas visadas por trabalhadores sem- terra. Seus quadros atuaram firmemente durante a Assembleia Nacional Constituinte. Todas essas ações atraíram a atenção da mídia. Em 1989, Ronaldo Caiado chegou a disputar com candidatos de extensa participação política, como Mário Covas e Ulysses Guimarães, as primeiras eleições diretas para a presidência da República. Entre esses candidatos, estava Leonel Brizola, um dos mais radicais defensores da reforma agrária, durante o governo João Goulart. Passados 25 anos, a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e a efetivação de uma justiça social permaneciam como promessa irrealizada na pauta política do dia.

D) Assassinatos de advogados de camponeses, sindicalistas e membros da Igreja

Paulo Roberto Pinto, o Jeremias. Nascido em Minas Gerais em 22 de setembro de 1940, filho de uma família que tinha profunda simpatia pelo socialismo e cujo patriarca era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desde jovem Jeremias demonstrou pendor para a defesa dos trabalhadores.

Em 1952 filiou-se ao pequeno Partido Operário Revolucionário. A partir do início dos anos 1960, o POR-T procurou posicionar-se em apoio aos trabalhadores rurais e deslocou seus militantes para atuarem no Nordeste, sobretudo em Pernambuco. Em 1961, aos 21 anos, Jeremias foi eleito para o Comitê Central do POR-T e depois para integrar seu *bureau* político. Em novembro de 1961, Jeremias participou, a convite da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais, em Belo Horizonte, onde fez contato com Francisco Julião, Joel Câmara e outros militantes das Ligas Camponesas. Deslocou-se então para Itambé, município estratégico entre Recife e João Pessoa, para ajudar na organização sindical dos trabalhadores rurais da região. Ali também trabalhou para consolidar os "Conselhos Camponeses", inspirados nas "comissões de fábrica" de São Paulo, para impedir que a militância fosse cooptada. Segundo o relato de um militante do POR-T, Aybirê Ferreira de Sá, deslocado para Itambé após o assassinato de Jeremias.

Jeremias aplicou métodos de luta revolucionários e mudou toda a concepção da organização sindical onde atuou. Não só impediu a formação de uma burocracia na região, como deu ao sindicato um caráter revolucionário. Desse modo, no lugar dos delegados sindicais, ele organizava Conselhos Camponeses, eleitos diretamente pelos trabalhadores. Os integrantes desses conselhos não tinham salários especiais nem se afastavam da produção, e eram proporcionais à quantidade de camponeses de cada engenho.[109]

Nas greves que organizou, Jeremias conseguiu que todos os trabalhadores dos engenhos do município paralisassem o trabalho ao mesmo tempo. Sua atuação despertou a admiração entre os trabalhadores rurais e o ódio entre os latifundiários da região. Nesta situação de pressão e violência agravada no campo, Jeremias foi preso em Itambé, em 1963, e levado para a Delegacia Auxiliar, em Recife, a pedido de políticos e latifundiários locais, sem acusações formais. Foi libertado após quatro dias, mas sua prisão inaugurou a contagem regressiva para sua morte e para o fim da presença do POR-T em Itambé.

A aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em junho de 1963, encontrou resistência no interior de Pernambuco. Em agosto a situação social no campo do estado se agravou. As greves se alastraram em todos os engenhos da Mata Sul e as lideranças sindicais rurais se tornaram alvos dos descontentes.

Em 8 de agosto de 1963, próximo ao engenho Oriente, na Mata Norte, Jeremias reivindicava o cumprimento e o pagamento do 13º salário, previsto pelo novo Estatuto, junto a um grupo de trabalhadores rurais. O dono do engenho, José Borba, diante da manifestação, convidou todos os agricultores a receberem seus pagamentos em sua propriedade. Era uma emboscada. Ao chegar ao local, Jeremias foi assassinado, a tiros de rifle, por José Borba e outros comparsas fortemente armados. Outros 15 trabalhadores rurais ficaram feridos na chacina.

João Carlos Batista. Nasceu em Votuporanga, interior de São Paulo, em 19 de novembro de 1952, filho de pequenos agricultores paulistas que decidiram mudar-se para a Paragominas, no Pará, atraídos por promessas de terra farta para plantio e criação. Seus irmãos eram Vera Lúcia e Pedro César. Em dezembro de 1965, a família se instalou no Norte do país.

João Batista parou de estudar aos 13 anos para ajudar o pai no serviço braçal. Trabalhou como vaqueiro em fazendas do interior paraense até a família comprar sua própria propriedade, a 20 km de Paragominas, nas margens da Rodovia Belém–Brasília, cujo crescimento acelerado desencadeou diversos conflitos entre grandes e pequenos proprietários de terras. Desde cedo, João Batista conviveu com a violência agrária, com a força e a impunidade do latifúndio.

Em 1975, já vivendo em Belém e encorajado pela trajetória da irmã, João Batista ingressou no curso de Direito do Centro de Ensino Superior do Pará (Cesep). Casou-se com Elisenda Libonatti, com quem teve dois filhos, Márcia Maria e João Leonardo. Dois anos depois divorciou-se e foi viver com Sandra Caminha, militante do Movimento Estudantil (ME), que adotou o sobrenome Batista após a morte dele, em 1988. O casal teve três filhos, Renata Maria, Dina Maria e João Carlos.

Na universidade, João Batista foi representante de classe durante toda a graduação e participou de grupos de estudos baseados em livros proibidos pelos governos militares. Em 1977, organizou o Diretório Acadêmico do Cesep e foi eleito seu primeiro presidente. Já nesse período de estudante, João Batista recebia visitas periódicas de polícias em sua casa em busca de material "subversivo".

A partir do Movimento Estudantil, Batista ingressou na juventude do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1978, e participou do III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), quando eleito para integrar a Comissão Nacional Pró-UNE. Integrou também a direção estadual do MR-8 no Pará, do qual divergiu na década de 1980. Em 1981, deixou o ME e assumiu a primeira secretaria da Comissão Executiva Estadual do PMDB, consolidando sua liderança no estado. Ainda nesse ano, Batista fundou a Vanguarda Revolucionária 12 de Outubro (VR-12), organização de caráter leninista, que atuou contra militares e latifundiários e a favor da redemocratização do país.

Candidatou-se a deputado estadual nas eleições de 1982, com apoio de lideranças populares rurais, urbanas e também estudantis, mas não foi eleito. Nessa ocasião, envolveu-se com oposições sindicais de trabalhadores rurais e posseiros da Rodovia Belém–Brasília e passou a defender a reforma agrária.

Por sua atuação política, Batista foi nomeado para a coordenadoria da Defensoria Pública do Pará, feita pelo procurador-geral do Estado, senhor Benedito Monteiro, em 1984. Nesse cargo, Batista pôde alargar sua rede de influência no meio sindical camponês e proclamar sua luta contra o poder dos latifundiários. A pressão contra Batista era tamanha que o prefeito de Paragominas, Evandro Couto Moreira, enviou pedido formal ao secretário de Agricultura do Pará para que ele tomasse "as devidas providências com referência aos abusos do doutor João Carlos Batista, que está insuflando e incentivando os trabalhadores rurais à invasão de terras particulares".[110] Batista foi exonerado do cargo por pressão dos latifundiários no fim de 1985. Neste ano e no ano seguinte, sofreu duas tentativas de homicídio. A família crê que ambos os atentados tenham sido provocados pelo fazendeiro Antônio Manoel Piqueira, com a conivência de autoridades do Executivo.

Em 1986, Batista voltou a candidatar-se para deputado estadual do Pará pelo PMDB. Sua campanha em defesa da reforma agrária foi repleta de dificuldades. O financiamento era difícil e o candidato sofria constantes ameaças de morte, mas tinha apoio dos trabalhadores rurais sem-terra, dos posseiros, dos pequenos proprietários rurais, dos estudantes de escolas públicas e de outros segmentos populares. Dessa vez, Batista elegeu-se deputado estadual com 8.311 votos. No ato da diplomação, defendeu a reforma agrária no Pará e denunciou as irregularidades eleitorais no estado.

Em sua gestão, Batista enfrentou o conservadorismo dos membros do PMDB e as constantes ameaças da União Democrática Ruralista (UDR). Fez vários discursos denunciando a violência no campo contra os posseiros, a falta de assistência técnica aos menos favorecidos e a escassez de financiamentos para o campo. Fez várias acusações de subserviência do governo do Estado aos latifundiários. Em seu mandato, Batista exerceu a presidência da Comissão de Terras e foi membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos. Os sucessivos embates com o PMDB obrigaram Batista a sair do partido e filiar-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) em outubro de 1987.

Na nova sigla, Batista enfrentou conflitos políticos e ideológicos, e a direção do partido chegou a publicar notas contra o deputado. No fim de 1988, o descontentamento da elite paraense era alarmante e as ameaças cada vez mais assíduas. Em discurso no dia 6 de dezembro deste mesmo ano, em tribuna, Batista denunciou ameaças contra sua vida:

> Recentemente, em Paragominas, fui ameaçado de morte, abertamente, por dois oficiais da PM, se não me engano capitão Lameira e major Magela. Este major Magela disse [...], no meio de centenas de pessoas, que queria fuzilar o deputado João Carlos Batista por

ser terrorista, por ser agitador, por ser comunista e subversivo. [...] Este é um apelo que quero fazer ao ilustre relator, deputado Wandenkolk Gonçalves; inclusive quero acreditar que também poderia reconsiderar democraticamente o seu parecer, considerando que o nosso estado é um estado violento, é um estado cheio de agressões, cheio de injustiças. [...] O deputado sabe em Itaituba o quanto fui ameaçado. [...] É lógico que os deputados do governo não vão ser agredidos por PM, mas somos deputados de oposição, [...] minoritários neste estado e, principalmente, um deputado socialista, porque também sou um deputado socialista e considerado de esquerda – e sou de esquerda realmente –, consequentemente ficamos numa situação de insegurança, de intranquilidade.

Três horas após deixar o Prédio da Cabanagem, onde havia feito este discurso, Batista foi assassinado com um tiro na cabeça, na frente de sua esposa e de três de seus cinco filhos, no centro de Belém. Um dos pistoleiros acusados de matar Batista, Roberto Cirino, foi morto antes de ir a julgamento, em 1989. O outro, Péricles Moreira, cumpriu pena e estava em liberdade condicional, em 2010, quando também foi executado. Os mandantes do crime foram identificados como sendo Josiel Rodrigues Martins, Jeová Campos e Oscar Ferreira, mas muitos outros permanecem não identificados como financiadores da morte de Batista. Os mandantes permanecem sem julgamento e a família acusa o governo do Estado de descaso e conivência com o assassinato do parlamentar.[111]

No dia 9 de novembro de 1988 João Batista mandou um telex ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, pedindo segurança. Nada foi feito, embora Batista fosse deputado. O major Majela e o capitão Lameira o ameaçaram de morte dois dias antes, ele fez um discurso de denúncia na Assembleia Legislativa do Pará, que na época elaborava um regimento para a Constituinte Estadual. Batista falou do risco que sofriam os parlamentares comprometidos com o povo. Falou às 17h e foi morto às 20h.

Além do Rubens Paiva, só João Batista foi um deputado assassinado. E foi ameaçado antes, houve atentados, denúncias – sem que nada tivesse sido feito.

O relator da CPI da violência no campo, do início da década de 1990, é o deputado federal (hoje) Arnaldo Jordi.

Havia uma lista de 20 homens marcados para morrer, feita em 1984. Incluía o João Batista, o Paulo Fonteles, o Canuto etc. (Obs.: todos estes foram mortos).

Há um discurso de Paulo Fonteles (pai), na Assembleia Legislativa do Pará em novembro de 1984, e também uma denúncia dessa lista no jornal *O Liberal*, do Pará, de 14 de novembro de 1984. Foram 123 assassinatos no Pará em 1984. Em 1985, depois da criação da UDR, o número pulou para 222, sendo 70 pessoas só em Paragominas.

A UDR só não matou, dessa lista, 3 pessoas: Reni Moura, de Paragominas; Ademir Andrade, de Belém, que foi senador; e Socorro Gomes, do PCdoB, que foi deputada federal, presidente da Comissão Brasileira pela Paz em Genebra.

Eu saí do Pará para não morrer. A CPI da Violência no Campo do Congresso Nacional, de 1996 (ano aproximado), listou os mortos no campo. Dezoito deles são meus amigos. Entre 1964 e 2007 foram 2.187 assassinatos no campo, e menos de 20 julgamentos. Entre 1964 e 1990 foram 1.603 assassinatos. Não tem nem dez pistoleiros presos. E nenhum mandante. No caso do João Batista, os mandantes nem foram citados no processo.
Os pistoleiros vinham do Piauí e de Goiás.

Em Goiânia os contatos aconteciam no Café Central, um ponto de encontro conhecido. Em Imperatriz, um português de nome João Manoel tinha ligação com um quartel do Exército que passava armas para ele. João Manoel e o irmão eram ex-agentes da PID em Portugal, fugiram da Revolução dos Cravos e vieram para cá ser comerciantes de armas.

Ronaldo Caiado conseguia armas no Paraguai, na época do Alfredo Stroesser.

Em Itaituba, no Pará, houve assassinatos de garimpeiros. Wirlandi Freire, dono do Garimpo, tinha apoio do Exército.

Josiel Martim, em Capanema (perto de Belém), era um assaltante de caminhões ligado a Jáder Barbalho.

Em Imperatriz, Davi Alves de Lima era ligado ao Sarney.

Paulo César Fonteles**.** Nasceu em Belém do Pará, em 11 de fevereiro de 1949. Recebeu da família as primeiras lições de sua formação política. Seus pais, Benedito Osvaldo R. de Lima e Cordolina Fonteles de Lima, foram filiados ao Partido Comunista (PCB). Incutiram no jovem Paulo o senso de justiça e liberdade. Seus primeiros contatos com a militância ocorreram quando, ainda estudante, ligou-se à Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Seu ingresso na vida pública ocorreu ao liderar manifestações estudantis contra a ditadura civil-militar, em 1968. Em 1969 foi eleito diretor da União Nacional dos Estudantes do Pará. Mudou-se para Brasília, em 1970, com a tarefa de auxiliar na reorganização do Movimento Estudantil da capital federal. Em razão da sua imersão nas lutas estudantis, foi preso pelo DOI-CODI, em 6 de outubro de 1971.

Permaneceu cativo durante 1 ano e 8 meses. Ao sair da prisão, passou a integrar os quadros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e se engajou nos embates pela anistia. Participou da criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), em agosto de 1977. Fundou o periódico *Alternativo Resistência*.

No final dos anos 1970, já formado advogado, começou a trabalhar para a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Tornou-se militante da causa da terra e defensor dos posseiros da região sul do Pará. Protegeu os direitos legais de pequenos proprietários da hostilidade de latifundiários, grileiros e pistoleiros que expulsavam, assassinavam e tomavam as terras dos camponeses na região dos municípios de Santana do Araguaia, Marabá, Xínguara, Rio Maria, Conceição do Araguaia, São Geraldo, Itupiranga e Goianésia.

Esforçou-se para inserir na pauta da opinião pública nacional a exploração dos lavradores do Pará pelo latifúndio e atuou como mediador dos conflitos, atacando grileiros na Justiça ao obstruir ordens de despejo que atingiam famílias inteiras. Prestou assessoria a diversos sindicatos, promovendo cursos de Educação Política e Sindical.

Na década de 1980 começaram os debates em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). As reações contrárias a ele partiram, especialmente, da União Democrática Ruralista (UDR), que organizou os latifundiários em partido político. A sólida organização sindical dos camponeses da região sul do Pará não tardou a incomodar a ditadura militar. A reação dos grandes proprietários veio, com infiltrações nas eleições dos sindicatos rurais, prisões de militantes e posseiros e mortes. O governo militar organizou o Grupo Executivo Araguaia-Tocantins (Getat), que foi responsável pela militarização da questão agrária na região.

Fonteles optou, naquele momento, pela participação na luta política institucional. Incentivado pelas principais lideranças dos trabalhadores rurais do sul do Pará, resolveu sair candidato a deputado estadual pelo PMDB. Foi eleito em 1982. Entrou para a história parlamentar do Pará como "Deputado dos Posseiros". Usou a tribuna para denunciar as listas de marcados para morrer, nas quais estava incluído. Em 1984, auxiliou na fundação do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Rural (Ceatru), cujo intuito era proporcionar ao lavrador oportunidades de desenvolvimento cultural.

Paulo Fonteles saiu de Belém do Pará, às 10h30 do dia 11 de junho de 1987, com destino a Capanema. Na saída de Belém pararam para abastecer no posto Marechal. Paulo permaneceu sentado no banco do passageiro. Nesse momento, um Fusca cinza, sem placa, estacionou atrás do veículo de Fonteles e dele saiu um homem armado com um revólver que assassinou o advogado com três tiros. Seu velório se transformou em um ato político. O enterro se tornou uma passeata seguida por sete mil cidadãos pelas ruas de Belém em protesto contra o latifúndio, a UDR, a impunidade, e pela reforma agrária. Seus algozes continuam impunes.

João Batista Alves. Conhecido pelo apelido de João Caolho, nasceu no estado do Maranhão. Pai de três filhos, morava em Terra Nova, município de Xinguara, no interior do Pará, desde 1984. Esse terreno se situava no castanhal reivindicado como propriedade por Guido Mutran, e o conflito pela posse desta terra foi a razão do crime que matou três posseiros, entre eles João Batista Alves, em agosto de 1988.

Segundo o testemunho de sua esposa, Maria Rosário dos Santos, à Comissão Pastoral da Terra (CPT), a família foi surpreendida em casa, no dia 8 de agosto de 1988, por 17 homens armados liderados por "Sebastião da Teresona", gerente na propriedade de Aziz Mutran e acusado como autor do assassinato. Segundo Maria Rosário, os homens deram quatro tiros à queima-roupa em Batista Alves, que não teve chances de defesa.

Todas as três famílias que moravam em Terra Nova foram ameaçadas de morte pelos pistoleiros, caso não abandonassem o lugar, e suas casas foram incendiadas no dia seguinte. Os policiais, mesmo após as denúncias, não compareceram ao local e nenhum pistoleiro foi preso. A família Mutran é acusada pelas testemunhas como mandante do crime. Os três posseiros, Cícero, Joaquim e João Batista Alves, assassinados na chacina Terra Nova, foram enterrados por outros posseiros da região.

Raimundo Ferreira Lima ("Gringo"). Lavrador e líder sindicalista, destacou-se por seu trabalho a favor dos trabalhadores rurais e posseiros em Itaipavas, zona rural do município de Conceição do Araguaia, no Pará, região marcada por conflitos de terra envolvendo lavradores, grileiros, fazendeiros e peões. Além da militância sindical, Gringo também era membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), recebendo com isso o apoio de alguns religiosos em sua luta pela reforma agrária.

Justamente na ocasião em que se candidatara à chapa de oposição para presidir o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, Raimundo Ferreira Lima foi assassinado na cidade de Araguaína, hoje pertencente ao estado de Tocantins, em 29 de maio de 1980. Gringo retornava de um encontro de sindicalistas realizado em São Paulo e pernoitara em Araguaína, onde foi encontrado na entrada da cidade, à beira da estrada, baleado e agonizante, com sinais de espancamento.

A polícia de Araguaína somente abriu inquérito para apurar o crime dois dias após o ocorrido, assim mesmo porque foi pressionada pela CPT. Inclusive, dias depois, em reportagem publicada no jornal *Movimento* (9 a 15 de junho de 1980), representantes da CPT afirmaram existir duas listas, elaboradas provavelmente por uma madeireira paraense, com nomes de pessoas destinadas a morrer, que incluíam Raimundo Ferreira Lima, o padre Aristide, dois agentes pastorais e três posseiros.[112]

Outras fontes, no entanto, afirmam ter sido o pistoleiro José Antônio o assassino de Gringo, contratado pela família do fazendeiro Fernando Leitão Diniz.[113] O fato é que, alguns dias antes do crime, houve um conflito entre fazendeiros e posseiros em Xinguara, cidade vizinha a Conceição do Araguaia, e um capataz de um fazendeiro anunciou em público que mataria Gringo. Coincidência ou não, este mesmo capataz esteve hospedado, na noite do crime, em um hotel próximo de onde Gringo pernoitara em Araguaína. O próprio delegado local chegou a declarar, posteriormente, ao advogado da CPT, Paulo Fonteles, que a morte de Raimundo Ferreira Lima era esperada, pois ele era "um agitador".

Raimundo, natural de Marabá, nasceu em 1937, estudou por conta própria e chegou a tomar aulas de prática veterinária com um médico, também na cidade natal. Era casado com Maria Oneide e

tinha 43 anos quando foi morto. Ainda jovem, viveu sua primeira experiência de despejo na época em que morava com a família de sua mulher em Itaipavas, fato que o levou a se engajar em lutas coletivas pela terra.

O crime cometido contra Raimundo Ferreira Lima permanece impune e sem julgamento, assim como tantos outros cometidos nesse período na região. Em 1984, por exemplo, segundo levantamento feito pela ação eclesial do sul do Pará, houve,

> em apenas um ano, 130 ameaças de morte; 26 pessoas espancadas, feridas e torturadas pela polícia ou por pistoleiros; 321 famílias despejadas; 2.772 ameaças de despejo; e 133 despejos nos quais as casas foram queimadas, os pertences, benfeitorias e roças destruídos.[114]

Apesar da luta desses líderes rurais, que pagaram com a vida para defender seus direitos, lamentavelmente ainda hoje, no Brasil, principalmente no Pará, perseguições e assassinatos de pessoas ligadas à terra continuam ocorrendo, seja por madeireiras, mineradoras, seja por empresas nacionais e internacionais do agronegócio, em função da impunidade e corrupção reinantes em nosso país.

Gabriel Sales Pimenta.[115] Informações: advogado da CPT de Marabá, atuava junto aos posseiros do Pará na reivindicação dos direitos de posse da terra. Conseguiu a libertação de alguns posseiros presos durante o conflito no Castanhal Pau Seco e conseguiu, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a reintegração dos posseiros na área do castanhal.

Condições do crime: foi assassinado por pistoleiro em Marabá, em 19 de julho de 1982, dia da convenção do MDB em Marabá, dentro do restaurante em que jantava com Benedito Monteiro.

Mandantes/Envolvidos: Manoel Cardoso Neto, proprietário do Castanhal Pau Seco. Pedro Cezar Batista, em depoimento à CNV, aponta como provável mandante o irmão do ex-governador Newton Cardoso (MG).[116]

Providências jurídicas: Manoel (Nelito) foi preso no dia 2 de abril de 2006, mas o crime foi prescrito em 8 de maio do mesmo ano. Em outubro de 2011, a juíza Maria Aldecy de Sousa, da 3ª. Vara Cível da Comarca de Marabá, condenou o Estado do Pará a pagar uma indenização de R$ 700 mil à família do advogado. O processo foi arquivado sem que o mandante e o assassino tenham sido punidos.

1 – Alessandra da Costa Lunas (Contag), Alessandra Gasparotto, Alexandre Conceição (MST), Ana Paula Romão de Souza Ferreira (UFPB/Pronera), Anderson Amaro Silma dos Santos (MPA), Angelo Priori (UEM/Maringá), Aton Fon Filho (MST), Antônio Canuto (CPT), Antonio Escrivão Filho (Terra de Direitos), Claudio Lopes Maia (UFG), Cleia Anice da Mota Porto (Contag), Cléria Botelho Costa (UnB), Clerismar A. Longo (UnB), Clifford Andrew Welch (UNIFR-SP), Diana Melo (Instituto de Pesquisa, Diretos e Movimentos Sociais), Edemir Henrique Batista (MST), Edgard Afonso Malagodi (UFCG), Eduardo Fernandes de Araújo (CNDH/Universidade Federal da Paraíba), Enaile Iadanza (Secretaria Geral/PR), Érika Medeiros (Terra de Direitos), Fabricio Teló (CPDA/UFRRJ), Gabriel Pereira (Unicamp), Gilney Viana (Secretaria de Direitos Humanos/PR), Girolamo Domenico Treccani (UFPA/DCHA), Helciane de Fátima Abreu Araujo (Uema/PNCSA), Hugo Belarmino de Morais (CRDH/UFPB/DIGNITATIS), Hugo Studart (UnB/UCB), Iby Nontenegro de Silva (CPDA/UFRRJ), Igor Benício (CRDH/UFPB), Ivaldo Gehlen (UFRGS), Iridiani Seibert (MMC), José Carlos Leite (UFMT), José Paulo Pietrafesa (Universidade Federal de Goiás), Jovelino Strozake (MST), Juçara Martins Ramos (MMC), Jucimara Almeida Santos (MPA), Juliana Amoretti (Secretaria de Direitos Humanos/PR), Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Lucas Amaral (Plataforma DHESCA), Luciana Carvalho e Souza (USP/ABRA), Luis Antônio Barone (UNICAMP), Luiz Augusto Passos (UFMT), Maria José Costa Arruda (CONTAG), Marco Antonio dos Santos Teixeira (IES/UERJ), Marta Regina Cioccari (Museu Nacional-UFRJ), Manoel Pereira Andrade (Universidade de Brasília), Moacir Gracindo Soares Palmeira (Museu Nacional/UFRJ), Pablo Francisco de Andrade Porfirio (Universidade Federal de Pernambuco), Paola Pereira (MST), Rafael Aroni, Regina Coelly Fernandes Saraiva (Universidade de Brasília), Reginaldo Nunes Chaves (CRDH/UERJ), Rosângela Piovizani Cordeiro (MMC), Rosmeri Witcel (MST), Sabrina Steinke (Universidade de Brasília), Sérgio Sauer (Universidade de Brasília), Tânia Chantel Freire (MMC), Valter Israel da Silva (MPA), Willian Clementino da Silva Matias (Contag) e Zenildo Pereira Xavier (Contag).

2 – Ana Emília de Carvalho, Arthur Navarro, Danilo Patrício, Leonardo Araújo de Souza Miranda, Marcela Telles Elian de Lima, Márcio dos Santos Rodrigues, Mariele Cristina Conceição, Pauliane Carvalho Braga, Pedro de Castro Lüscher, Taciana Almeida Garrido de Resende, Thiago Lenine Tito Tolentino e Wilkie Buzatti.

3 – Disponível em: <http://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/>. Acesso em: 22/11/2014.

4 – Texto de Maria Rita Khel. Arquivo CNV, 00092.003207/2014-68.

5 – "Hoje o valor do ITR é irrisório. A arrecadação nacional de 2012, por exemplo, foi de 400 milhões, valor equivalente ao do IPTU pago por um único bairro de classe média em São Paulo." (Entrevista com João Pedro Stédile.)

6 – BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 62.

7 – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Camponeses mortos e desaparecidos*: *excluídos da Justiça de Transição*. Coord. Gilney Amorin Viana. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, 2013.

8 – Ver depoimento de seu irmão, Pedro Cesar Batista, à CNV (Arquivo CNV, 00092002068/2013-74).

9 – Ver depoimento de Paulo Fonteles Filho à CNV (Arquivo CNV, 00092.00.2309/2013-85).

10 – Essa pesquisa, feita por alunos do Projeto República, da UFMG, se encontra no relatório extenso.

11 – Pesquisa de Pesquisa: Marcela Telles, UFMG.

12 – MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 286.

13 – PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011, pp. 123-125.

14 – PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011, p. 161.

15 – A reportagem "Guerra do Quebra Milho", do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 19 de dezembro de 2010, apresenta dados divergentes dos livros de Angelo Priori (2011, p. 161) e Marcelo Oikawa (2011, p. 137). Na matéria veiculada pelo jornal, foram informados os nomes dos posseiros mortos neste conflito, porém os livros indicam que essas mesmas pessoas faleceram durante outro confronto, em 1950. Desta forma, preferimos optar pelas informações contidas nos livros.

16 – Somente em 1950, em manifesto, o partido defenderia nacionalmente a "violência revolucionária das massas".

17 – PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011, p. 221.

18 – OIKAWA, 2001, p. 304.

19 – COLNAGHI, 1984, p. 2.

20 – GOMES,1989, p. 18.

21 – GOMES, 1989, pp. 49-50.

22 – COLNAGHI, 1984, p. 101.

23 – BATTISTI, 2006. Nota 11, p. 88.

24 – PEGORARO, 2007, p. 120.

25 – PÉCOITS. W.A. *Entrevista concedida a Roberto Gomes. Francisco Beltrão, 1977.* In: PEGORARO, 2007*,* p. 71.

26 – PEGORARO, 2007, p. 75. (Gomes ressalta que o prefeito de Pato Branco, José Meger, foi uma exceção, pois esteve a favor dos posseiros.)

27 – O cunhado de Santin se enforcou em uma ponte. Schmitz & Pires (2007, p. 7); Gomes (1989, p. 75). Fonte usada por Gomes: WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, sudoeste*: *ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero Técnica, 1985, p. 219.

28 – O Estado do Paraná, Curitiba, 4/10/1957. In: GOMES, 1989, p. 76.

29 – Segundo Schmitz & Pires (2007, p. 8), "de Santo Antônio foram retiradas 115 pessoas, em caminhões porqueiros, escoltados por Jipes e levados para Francisco Beltrão e Verê, ao passo que, em Capanema, funcionários e jagunços eram reunidos e enviados em pequenos grupos para Foz do Iguaçu, escoltados por colonos da Guarda Civil. O Tenente Alcebíades, o Coronel do CSN Nelson Carvalho e o Tenente-Coronel Breno Berutta, do Ministério da Guerra foram à Província de Missiones, onde cerca de 1.200 brasileiros haviam se refugiado, tentar trazê-los de volta. Apesar dos esforços cerca de 90 famílias não retornaram e essa situação gerava um desdobramento de caráter diplomático".

30 – Um movimento regional já estava sendo articulado, sendo precipitado pelo espancamento de três crianças nas margens do rio Verê (GOMES, 1989, p. 94). [...] "No dia 10 de outubro" [depois da aprovação que transitava por 6 anos no

Congresso Nacional para comprovar a ilegalidade da CITLA], o major Reinaldo Machado "chegava a Pato Branco para fechar os escritórios das companhias". Relatório do chefe de polícia, Pinheiro Jr. ao governador do Estado (16 de outubro de 1957). In: GOMES (1989), p. 90 (Nota 203) e 91 (Nota 204).

31 – Entrevista a Inelci Pedro Matielo. In: PEGORARO, 2008, p. 9.

32 – Ruy Wachowicz: Eu gostaria de saber como evoluíram os acontecimentos? Jácomo Trento (Porto Alegre): Os acontecimentos evoluíram exatamente no dia 9 de outubro de 1957 pela manhã, quando apareceu três crianças da localidade Baixo Verê, Águas do Verê, de lá das águas do Verê, chegou uma filha do Oto Zwicker, uma menina com uns 10 para 11 anos, e mais dois garotinhos da mesma idade também, que eram vizinhos, filhos de vizinhos, de Oto Zwicker, ih, e estes, estas crianças, apareceram em Pato Branco em um estado desesperador trazida pelos vizinhos, porque eles não quiseram, não quiseram não, eles achavam que as crianças sabiam onde os pais estavam, eles chegaram nas casas deles e perguntaram pelos pais, os pais estavam escondidos no mato, estavam semanas no mato, o pai destas crianças". Entrevista a Jácomo Trento (realizada em 1978), transcrita do livro de WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, sudoeste*: *ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero Técnica, 1985. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/anexoIII_transcricoes_entrevistas_wachowicz.doc.>. Jaci Poli (2009, p. 112) também aborda a questão do espancamento das crianças como estopim para o levante, uma vez que a polícia e o juiz se manifestaram impossibilitados de agir, e os colonos foram chamados pela rádio e, aos poucos, foram tomando as ruas.

33 – GOMES, 1989, p. 89.

34 – Segundo Gomes, Maringá foi solto após o depoimento e assassinado por um policial em 1961, quando atuava como inspetor de quarteirão da polícia em Medianeira, oeste do Paraná.

35 – GOMES, 1989, p. 108.

36 – GOMES, 1989, p.109.

37 – GOMES, 1989, nota 262, p. 112.

38 – GOMES, 1989, nota 125, p. 60.

39 – GOMES, 1989, nota 125, p. 60.

40 – GOMES, 1989, pp. 112-113.

41 – GOMES, 1989, pp. 109-110.

42 – De acordo com levantamento do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), realizado em 1989, mais de 50% dos assentados do Paraná eram da região Sudoeste, filhos ou netos de agricultores que participaram do movimento de 1957, ficando evidente a marca da resistência, herança de gerações que lutaram contra a expropriação, mesmo que em condições distintas. Nessa nova luta por terra e dignidade, a experiência dos pais e avôs foi importante. PRANDO, 2010, p.4.

43 – Othon Mader foi senador de 1950 a 1959; após esse período, foi deputado federal de 1959 a 1963.

44 – Foram reproduzidos trechos do livro *1957: A Revolta dos Posseiros*, pp. 61-65 (*vide* Referências Bibliográficas). As marcações e as notas da autora foram conservadas.

45 – MADER, Othon. *A rebelião agrária no sudoeste do Paraná*; separata de dois discursos no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958. (In: GOMES, 1989, p. 119.)

46 – Esta lista é elaborada a partir de trechos do discurso do senador Othon Mader, com os quais a historiadora Iria Gomes trabalha os detalhes de dez assassinatos, ocorridos entre março e outubro de 1957. Consideram-se tanto os pesquisadores aqui citados quanto as declarações de pessoas que viveram esse momento histórico, essenciais para se prosseguir com as pesquisas sobre o elevado número de assassinatos em fins da década de 1950 no sudoeste do Paraná. O trabalho de Gomes é aqui reproduzido a partir de análises da autora sobre os assassinatos que ela destaca do discurso de Othon Mader, realizado em dezembro de 1957. A iniciativa de transcrever para este estudo os levantamentos realizados por Gomes se faz presente pela descrição dos casos.

47 – MADER, pp. 16-17.

48 – MADER, p. 17.

49 – MADER, pp. 17 e 20.

50 – Outubro de 1957.

51 – MADER, pp. 18-19.

52 – SCHMITZ; PIRES, 2007, p. 10.

53 – SCHMITZ; PIRES, 2007, p. 10.

54 – Fonte: CPT/MST, p. 150. RRPC, p. 321.

55 – Fontes: CPT/MST, pp. 151-152. RRPC, p. 321.

56 – Fonte: CPT/MST, p. 16

57 – Segundo consta do livro de Paulo Ribeiro Cunha, *Aconteceu longe demais...* (2007), o dirigente do PCB, Ângelo Arroyo, chegou a levar armas à região em 1954 e, também, em 1957, Antonio Ribeiro Granja, assistente do Diretório Nacional do Partido Comunista, foi enviado a Trombas e Formoso, bem como chegaram os militantes Dirce Machado, seu marido José Ribeiro, João Soares, Geraldo Marques e Geraldo Tibúrcio.

58 – Ver depoimentos de Dirce Machado da Silva, do pesquisador Paulo Cunha e dos netos de Epaminondas dos Santos, companheiro de José Porfírio desaparecido em 9/8/1971, cujo corpo foi localizado no cemitério de Brasília. A exumação foi feita pela CNV, e o exame de DNA, comparado com o dos netos, confirmou sua identidade. (Arquivo CNV, Depoimento de familiares de Epaminondas dos Santos, 00092.001665/2014-62).

59 – Ver depoimento de Dirce Machado (Arquivo CNV, 00092.002035/2013-24).

60 – Fonte: MST/CPT, pp. 99-100. RRPC, p. 235.

61 – Fonte: RRPC, p. 235.

62 – Fonte: RRPC, p. 235

63 – Fontes: MST/CPT, pp. 291-292 e RRPC, p. 236.

64 – Fonte: MST/CPR, p. 328. RRPC, p. 237.

65 – Fonte: MST/CPT, p. 238. RRPC, p. 237.

66 – Fonte: MST/CPT, p. 373.

67 – Fontes: MST/CPT, p. 380. RRPC, p. 238.

68 – Fonte: MST/CPT, pp. 438-440.

69 – Ver o relatório da Comissão Camponesa da Verdade para uma análise da repressão aos camponeses no pós-golpe de 1964 (Arquivo CNV, 00092.003108/2014-86, p. 18).

70 – Ver depoimentos da audiência pública sobre a liga de Sapé, com participação da CNV, ocorrida em julho de 2013 (Arquivo CNV, Audiência pública sobre a liga de Sapé, 00092.002035/2013-24).

71 – Disponível em: <http://cidh.oas.org/annualrep/2008port/Brasil2332port.html>.

72 – Desde 2000, a Contag e mais 27 Fetags, além de 4 mil sindicatos de trabalhadores/as rurais, organizam a chamada "Marcha das Margaridas", que, além de homenagear Margarida Alves, chama a atenção para a continuação da impunidade dos crimes cometidos contra camponeses na luta pela terra e por direitos dos trabalhadores rurais.

73 – Fonte: Retrato da Repressão Política no Campo; SEDH/MDA, p. 37.

74 – Requerimento feito por Manoel Conceição Santos à Comissão Especial da Lei Estadual 10.726/200. Pedido do reconhecimento oficial e da reparação indenizatória. São Paulo, 2/7/2002. Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.torturanuncamaisrj.org.br/medalhaDetalhe.asp?CodMedalha=84. Conferir também: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

75 – Manoel da Conceição contou, em depoimento (Arquivo CNV, 00092.002450/2013-88), que teve contato com a AP quando militantes do Rio Grande do Sul e de São Paulo foram procurar os lavradores em Pindaré-Mirim. Entre os militantes e lideranças de Pindaré-Mirim, citou: Antônio Lisboa Brito, Raimundo Orlando, Raimundo, Eurides, José Alavanca, Lurdes, Joaquim Martins Neto, Ostásio, Manoel Antônio, Manoel Arruda, Antônio Santos, Raimundo Pega Voando, Bernardo Pega Voando, João Batista, Luzia e seu pai Manoel Dourado, Campos, Socorro, Rui Frazão Soares, Elza Lobo, Duarte Pereira Pacheco, Osvaldo Rocha, Otto Siqueira, entre vários outros. In: SANTOS, Manoel da Conceição. "Reforma Agrária: utopia revisitada". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela. *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 348.

76 – No Maranhão, no período entre 1964 e 1988, há registro de 180 casos de lavradores e lideranças mortos e/ou desaparecidos, estado que ocupa o segundo lugar em violência no campo, perdendo somente para o Pará. Fonte: Relatório elaborado pelo Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória/UFMG, 2012 para a Comissão Nacional da Verdade.

77 – Ver depoimentos de vítimas da repressão em Pindaré-Mirim à CVN: Manoel da Conceição (Depoimento de Manoel da Conceição. Arquivo CNV, 00092.002450/2013-88); Maria de Lurdes Clementina de Souza (Depoimento de Maria de Lurdes Clementina de Souza. Arquivo CNV, 00092.002265/2013-93); Antonia Palmeira (Depoimento de

Antônia Palmeira. Arquivo CNV, 00092.001130/2014-12); e o filho, João Palmeira Jr., o "Palmeirinha" (Depoimento de João Palmeira Jr. Arquivo CNV, 00092.002185/2013-17); Pedro Capixaba.

78 – Ver depoimentos de camponeses do Araguaia à CNV (Arquivo CNV, Audiência pública de Marabá, 17/11/2012, 00092.001164/2012-14).

79 – Dados do pesquisado Hugo Studart de abril de 2013: "Camponeses na Guerrilha do Araguaia" e documento militar: "Dossiê Araguaia: ultrapassando a Guerrilha".

80 – Fontes: Documento do SNI: "Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia"; "Diário do Velho Mário"; relação dos desaparecidos de autoria dos militares, no "Dossiê Araguaia"; Livro *A lei da selva*, de Hugo Studart; documento (descaracterizado) do CIE; "Dossiê Araguaia". Ver depoimentos de 14 camponeses torturados na repressão à Guerrilha do Araguaia à CNV, em outubro de 2012, e registro de audiência pública em Marabá, em 7/11/2012, com camponeses e indígenas vitimados pela repressão à guerrilha (Arquivo CNV: Audiência pública de Marabá, 17/11/2012, 00092.001164/2012-14).

81 – Fundo SNI: ACE 54730/86.

82 – Documentos encontrados pelo pesquisador Hugo Studart citam ainda mais 20 nomes de camponeses mortos e desaparecidos. Aluisio Nunes Ferreira ("Beto"), morto em 13/5/1974. Pode ser o guerrilheiro Lucio Petit da Silva; Amaury de Azevedo Siqueira, morto em 27/2/1974; Ferreira Pinto (Antonio), morto em 30/4/1974; Célia Sanches Cristie ("Cristina"), morta em 8/2/1974. Pode ser a guerrilheira Jana Moroni Barroso; Chico - Morto em dezembro de 1973; Edith ou Edite (tropeiro de burros). CIE: "Morreu em 1972 junto com Helenira" (guerrilheira); Hermógenes (auxiliava a guerrilha desde 1972). Preso em 4/10/1974, torturado na Base de Xambioá, preso por três dias no "Buraco do Vietnã" e desaparecido; Joaquim de Souza Moura ("Joaquinzão"), paradeiro desconhecido; João Aquino Jaime ("João Goiano"), morto em 17/1/1974; João Moacir Santiago Mendonça (Santiago), morto em 18/8/1972; João Amaurílio Patriarca ("Mané"), morto em setembro de 1974.; José Antonio Botelho ("Antonio"), morto em 30/4/1974; José Machado da Silva, desaparecido em 1974 em Marabá. O irmão, Luiz Machado da Silva, informou que "José era obrigado a se apresentar todas as semanas na Base do Exército em Bacaba. Numa dessas ocasiões, esperava uma carona e foi atingido por um carro, socorrido por um informante do Exército, levado para Marabá onde faleceu no hospital"; Landinho, morto em 25/1/1974; Levy, morto; Miguel Tavares ("Cazuza"), morto em 20/9/1974; Manoel, morto em 12/1/1974; Paulo Mauro Rodrigues, morto em 25/12/1975; Quincas, morto em 1974; Waldir da Costa Lima, morto em 29/4/1974; Zé Luís, morto em 13/10/1974.

83 – KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada, uma ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

84 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 120. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

85 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 151. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

86 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 66. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

87 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, pp. 66-67. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

88 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 66. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

89 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, pp. 75-76. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

90 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 76. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

91 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 104. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

92 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 111. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

93 – Este conflito resultou na morte do norte-americano John Davis, proprietário da fazenda.

94 – Fontes: Arquivo da Prelazia de São Felix; jornal *Alvorada*, da Prelazia de São Félix do Araguaia, p. 12, "Retalhos de nossa história", edições de setembro/outubro 1992; novembro/dezembro 1992; janeiro/fevereiro 1993; março/abril 1993; novembro/dezembro 1993; setembro/outubro 1998.

95 – Foram consultadas as obras *Assassinatos no campo*: *crime e impunidade*, *Retrato da repressão política no campo*, os periódicos *Folha de S.Paulo*, jornal *Correio da Manhã*, jornal *Terra Livre* e revista *Veja*. Somente foram encontrados dados sobre a morte do lavrador Paulo Kuraki e de seu filho, Armando Kuraki.

96 – Centro de Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. "Reforma Agrária e Violência no Campo". In: *Direitos Humanos no Brasil 2000. Justiça Global*. Rio de Janeiro: 2001; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 163; IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. *Dossiê ditadura*: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 249-252.

97 – Centro de Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. "Reforma Agrária e Violência no Campo". In: *Direitos Humanos no Brasil 2000. Justiça Global*. Rio de Janeiro: 2001; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 163; IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. *Dossiê ditadura*: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 249-252.

98 – Colaboração de João Pedro Stédile.

99 – Idem, *Ibid.*, p. 117.

100 – O Projeto Lucas Rio Verde ganhou força após a suspensão de viagens à Serra do Ramalho (BA) (por pressões da Comissão que visitou o local e pelo dossiê da Comissão Pastoral da Terra baiana), o que fez com que os interventores intensificassem a repressão "com vistas a convencer os acampados a aceitarem a proposta de emprego ou de deslocamento" para o projeto no Mato Grosso. *Idem*, *Ibid.,* p. 123.

101 – Idem, *Ibid.*, p. 170.

102 – MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003, p. 78.

103 – MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003, p. 143.

104 – MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003, p. 198.

105 – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Camponeses mortos e desaparecidos*: *Excluídos da Justiça de Transição*. Coord. Gilney Amorin Viana. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, 2013.

106 – Cf. COSTA, p. 161.

107 – Decreto-Lei nº 1. 767, de 1º/2/1980. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=212865>.

108 – MENDONÇA, S. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1985).* Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 61.

109 – SÀ, Ayberê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, p. 43.

110 – Ofício nº 395/83, de 23/11/1983, constante no livro de atas de reuniões da Câmara Municipal de Paragominas. *Apud* BATISTA, Pedro César. *João Batista*: *mártir da luta pela reforma agrária*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 99.

111 – Ver trechos do depoimento do irmão Pedro Cezar Batista à CNV, em 18/2/2013 (Arquivo CNV, 00092.002068/2013-74).

112 – Conferir BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

113 – Conferir OLIVEIRA, Jelson. *Raízes – Memorial dos m*ártires da *terra*. São Paulo: ed. Loyola, 2001. Ainda segundo informações do Grupo Tortura Nunca Mais, o nome de Gringo constava de uma lista feita pelos fazendeiros da região após a morte de um grileiro, que havia iniciado a "demarcação das terras de sua fazenda, sem entrar em acordo com os posseiros, ameaçando expulsá-los". O capataz José Antônio, que provavelmente cometeu o crime, era filho adotivo do fazendeiro Fernando Leitão Diniz.

114 – BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

115 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: *migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, pp. 182, 189, 227. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Recife.

116 – Depoimento de Pedro Cezar Batista. Arquivo CNV, 00092.002068/2013-74.

TEXTO

4

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NAS IGREJAS CRISTÃS

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade do conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas com a colaboração de Anivaldo Padilha, formado em Ciências Sociais, líder ecumênico e ativista dos direitos humanos; Maria Luci Buff Migliori, consultora da Comissão Nacional da Verdade, doutora em Filosofia, procuradora do Estado de São Paulo; Magali do Nascimento Cunha, doutora em Ciências da Comunicação, jornalista, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo; Jorge Atilio Silva Iulianelli, pesquisador da Comissão Nacional da Verdade, doutor em Filosofia, pesquisador de Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, professor-adjunto do PPG Educação da Universidade Estácio de Sá; e Maria Luiza Nunes Rodrigues, administradora de empresas, assistente executiva da Comissão Nacional da Verdade.

> Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão. Nem as feras do Apocalipse hão de cantar vitórias diante de um Deus que confiou aos homens sua própria obra de amor. A liberdade – repito – a liberdade humana nos foi confiada como tarefa fundamental, para preservarmos, todos juntos, a vida do nosso irmão, pela qual somos responsáveis, tanto individual quanto coletivamente.
>
> (Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, no ato fúnebre ecumênico, antes do sepultamento do jornalista Vladimir Herzog, 1975.)

Considera-se aqui o lugar das religiões na dinâmica social brasileira. Elas representam elemento significativo, ordenador da vida e de seus modos, formador da matriz cultural moldada pela convergência de expressões advindas das experiências indígena, europeia-portuguesa e africana. Como tal, as religiões se fazem presentes nas diferentes dimensões sociais: na vivência cotidiana, na história, na língua, na arte, na educação, no trabalho, na política, entre tantas outras.

Sem desconsiderar o mosaico religioso que contribuiu com o caráter plural da vida em sociedade no Brasil, concentramo-nos no lugar das igrejas cristãs no processo da ditadura militar. Isso pode ser explicado por dois aspectos: primeiro, as limitações estruturais para se levantarem as circunstâncias que tenham envolvido a relação entre as religiões diversas e o regime militar; segundo, o destacado papel das igrejas cristãs como componente histórico, social e político da realidade brasileira e, particularmente, da ditadura. Partiu-se da ideia de que não se pode compreender o contexto em que a ditadura foi estabelecida e consolidada sem se levar em conta o lugar das igrejas cristãs na vida do país, já destacado numericamente e pela presença em todo o território nacional. Mas não só: há vários outros fatores e nuances que justificam esse papel ressaltado. Não se pode prescindir nem do reconhecimento da complexidade e da diversificação do próprio campo religioso cristão brasileiro, nem do contexto histórico determinante do modo de ser desse segmento religioso e da forma com que ele se posiciona na relação com a sociedade.

Este texto necessariamente se apresenta em duas partes. A primeira versa sobre a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), primeiro grupo cristão a se estabelecer em terras brasileiras, com lugar proeminente nas dinâmicas sociopolítica, histórica, econômica e cultural do país. A segunda trata das igrejas protestantes, com presença mais recente na vida do país (desde o século XIX), marcadas por uma composição complexa e diversificada, e que, por isso, assumiram diferentes posturas na relação com a sociedade ao longo dos anos, ora com distanciamentos, ora com aproximações das perspectivas sociopolítica e cultural.

Os contextos teológico e pastoral das ICAR e protestantes dos anos 1950 e 1960 foram determinantes para que esses grupos se destacassem nos processos que envolveram o estabelecimento e a consolidação do regime militar no Brasil. Pelo lado católico, a emergência de ações de promoção dos direitos humanos, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a expansão de projetos sociais e educacionais e a realização do Concílio Vaticano II foram base para a atuação de indivíduos e grupos, de lideranças clérigas e leigas, nas áreas rurais e nas cidades, em contraposição ao modelo desenvolvimentista conservador assumido pelo Estado, negligente quanto às políticas públicas de superação das desigualdades socioeconômicas e culturais. Pelo lado protestante, a Confederação Evangélica do Brasil, expressão mais intensa do movimento ecumênico no país até 1964, e os movimentos de juventude das igrejas avançavam na promoção de projetos educativos e em ações sociais que desafiavam o segmento a uma responsabilidade sociopolítica com base em valores como a justiça e o direito, com uma teologia e um chamado à atuação que se contrapunham de igual forma ao desenvolvimentismo conservador. Vale destacar que o ecumenismo, que colocava os diferentes grupos protestantes e católicos em diálogo e em práticas conjuntas, com sua ênfase na dimensão do cristianismo prático, teve papel expressivo na construção dessas posturas de engajamento sociopolítico dos dois grupos cristãos.

Por outro lado, foi a diversidade de compreensões teológicas e pastorais e, consequentemente, sócio-históricas e políticas, presentes tanto no campo católico como no protestante, que forneceu bases para apoio e colaboração das igrejas com a ditadura militar estabelecida em 1964. O anticomunismo e a subserviência aos chefes no poder estão entre as razões para as atitudes de silêncio, omissão e colaboração explícita com o regime, tanto na reprodução da propaganda ideológica de respaldo ao estado de exceção quanto com denúncias e delações contra membros de seu próprio corpo.

Entre os membros das igrejas cristãs perseguidos pelo sistema repressivo do Estado, estudantes e trabalhadores camponeses e operários foram os mais atingidos por conta do engajamento nos movimentos correspondentes a esses grupos, fruto da compreensão religiosa que os impulsionava a relacionar sua fé a ações concretas pela justiça e pelos direitos humanos. Destaca-se, ainda, na extensa lista de vítimas das graves violações no meio das igrejas cristãs, um significativo grupo de mulheres, o que ressalta a dimensão da violência de gênero também vivenciada nesse segmento.

A) A Igreja Católica Apostólica Romana e as graves violações de direitos humanos

A história das relações entre o Estado brasileiro e a ICAR é elemento fundamental para a compreensão da sociedade brasileira e suas transformações. No que diz respeito ao golpe de Estado que estabeleceu a ditadura militar, a ICAR cumpriu papel insigne para a legitimação ideológica do processo, bem como, e contraditoriamente, atuou em favor da promoção dos direitos humanos, em situações adversas. O papel legitimador da ICAR estava vinculado à perspectiva anticomunista, muito fortalecida durante as décadas de 1930-1950. Entre 1950-1965, emergiu um conjunto de bispos, sacerdotes e leigos que foram arautos desse anticomunismo, e que terminaram por servir a manobras ideológicas, até mesmo conduzidas com apoio da Central Intelligence Agency (CIA), do governo dos Estados Unidos, como foi

a Cruzada do Rosário em Família, com a presença do padre Patrick Peyton. Essa cruzada, o movimento Sociedade Tradição Família e Propriedade, a presença de bispos integralistas, como o arcebispo de Diamantina (MG) Dom Geraldo de Proença Sigaud, o bispo de Campos (RJ) Dom Antonio Castro Meyer, intelectuais católicos, como Gustavo Corção e Leonildo Tabosa, explicam o apoio que antecedeu imediatamente o golpe, bem como o colaboracionismo que existiu após a instalação da ditadura militar.[1]

Por outro lado, no mesmo período, ocorreu uma série de renovações de práticas pastorais, concepções teológicas e iniciativas litúrgicas que explicam, também, o comprometimento institucional da ICAR com a promoção dos direitos humanos. Tal concepção explica a promoção de uma resistência civil à ditadura e a busca pelo estabelecimento de legítimos processos de democratização. Nesse contexto, foi implantada no Brasil a *nouvelle theologie* [nova teologia], a partir da obra de pensadores católicos, como os padres Yves Congar e Louis-Joseph Lebret, e do filósofo Emmanuel Mounier, que se mesclavam ao diálogo com as descobertas científicas, o humanismo e a perspectiva socializante. Ao mesmo tempo, internacionalmente, se desenvolvia uma teologia conciliar. Um dos seus primeiros impactos foi o estabelecimento das Conferências Episcopais. No Brasil, em 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo seu primeiro secretário-geral o então bispo-auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara. Houve, ainda, um momento de expansão de projetos educacionais, com o Movimento de Educação de Base (MEB), que disseminava, sobretudo nas áreas rurais, processos de alfabetização de adultos e de conscientização e organização dos camponeses, em uma reinvenção do sindicalismo rural. Esse "catolicismo radical" apoiou os processos que, na década de 1970, estiveram na origem da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação.[2]

Nos primeiros anos de 1960, após a eleição do Papa João XXIII, a ICAR realizou o Concílio do Vaticano II (1962-1965). Os bispos brasileiros participaram, desde o início, nas sessões plenárias e em grupos de trabalho. O Estado brasileiro, que subvencionava ações eclesiais, como as ações do Serviço de Animação pelo Rádio, que promovia, pelo MEB, as ações educativas nas áreas rurais, também subvencionou a participação do episcopado nas sessões do Concílio. A posição oficial da ICAR, imediatamente após o golpe, foi descrita pelo embaixador brasileiro na Santa Sé Henrique de Souza Gomes. Ele recebeu telegrama, em 2 de abril de 1964, para ouvir a paternal posição do Papa Paulo VI em relação à situação política no Brasil, pelo porta-voz cardeal Angelo Dell'Acqua. O Papa expressou, nas orações daquele dia, que os eventos se desdobrassem sem violência e derramamento de sangue. Posteriormente, o Papa, em visita ao Colégio Pio Brasileiro, elogiou que o movimento tivesse transcorrido sem violência e com civismo, conforme telegrama do embaixador Gomes, de 29 de abril de 1964.[3]

A CNBB, no entanto, teve dificuldade em elaborar uma declaração oficial, imediatamente após o golpe. Uma dos elementos para essa dificuldade foi a repressão que se abateu sobre os agentes pastorais, com detenções arbitrárias e tortura, sobretudo dos agentes de pastoral da Ação Católica (as juventudes católicas agrária, estudantil, independente, operária e universitária) e do MEB. Além disso, algumas congregações, como a dos dominicanos, em Belo Horizonte, tiveram seus conventos invadidos.[4] Apareceram declarações regionais, no Nordeste e no Centro Oeste, reivindicando o respeito aos direitos humanos para todos, em particular para os agentes de pastoral. A declaração oficial, datada de 29 de maio de 1964, fruto de debate interno entre bispos integralistas anticomunistas, como Dom Sigaud e Dom Castro Mayer, e os que se pronunciavam preocupados com a garantia dos direitos humanos, como Dom Helder Câmara, era híbrida. Falava em favor do golpe incruento contra o comunismo e se declarava preocupada com a defesa dos direitos humanos.[5]

De certa forma, a ditadura militar cindiu o episcopado brasileiro. Uma parcela, que foi hegemônica, pôde protagonizar a defesa, promoção e garantia dos direitos humanos, um projeto de desenvolvimento social inclusivo e o respeito aos povos tradicionais, em especial os indígenas e camponeses.

Essa postura foi fortalecida na década de 1970, com a emergência da Teologia da Libertação e com a formação da rede de CEB. Isso permitiu que a sociedade tivesse na ICAR a esfera apropriada para a organização e mobilização das classes subalternas em suas lutas por direitos (moradia, trabalho, salário digno, entre outros). Essa forma de organização tinha o contraponto de outro conjunto de bispos, que entendiam que as ações repressivas, que violavam os direitos humanos, poderiam ser justificadas. Esse setor se aproximou de forma colaboracionista ao regime, até mesmo delatando agentes de pastoral, clérigos e leigos, como o fez Dom Sigaud, em palestra para o Estado Maior do Exército, no ano de 1970.[6] Ao mesmo tempo, a partir de 1968, iniciou-se o processo de constituição da seção brasileira da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), que começou suas atividades em 1971. A partir daí, foram criadas as comissões estaduais, entre elas a CBJP de São Paulo.[7]

1. Aspectos gerais da perseguição estatal

Desde o início do golpe, houve perseguições a agentes de pastoral, clérigos e leigos da ICAR. Decerto havia uma "concordata moral", que incluía subvenções a atividades de serviço público que a Igreja prestava à sociedade brasileira (o MEB, por exemplo), e a representações internacionais (a participação dos bispos no Vaticano II, por exemplo). O *modus operandi* do Estado era de caráter persecutório. O acompanhamento diligente foi seguido de perseguição a muitos membros do clero, como a invasão do convento dos dominicanos, em Belo Horizonte, em abril de 1964, e também a leigos. A vigilância e perseguição se deram de forma continuada, houve períodos de aumento da tensão, envolvendo, também, elementos de acomodação e colaboração.

O Estado de segurança nacional do regime militar entendeu que a ICAR era um dos seus inimigos públicos. A Igreja era entendida como um aparato moral da sociedade, que poderia ser instrumento do poder ou do contrapoder. Há uma análise desse contrapoder em documento de 30 de agosto de 1966, do Centro de Informações do Exército (CIEX), com avaliação A-1, com índice: "Frente religiosa. Infiltração esquerdista no Episcopado brasileiro".[8] Esse documento faz uma análise da atuação de 60 bispos, dos quais 30 "oferecem indício de simpatias esquerdistas, e revelam hostilidade à revolução", 16 "são francamente esquerdistas", e os outros 14 são menos radicais "e recuperáveis". O conjunto de dossiês sobre os bispos, os acompanhamentos a atividades litúrgicas, enfim, o uso do aparato da comunidade de inteligência para acompanhar pessoas e atividades da ICAR era parte do pânico que a ditadura militar tinha em relação a setores da sociedade considerados inimigos do Estado.

As listas e as avaliações denotam a preocupação da comunidade de informações em qualificar as tendências políticas do episcopado, quer pela capacidade de organização no interior do país, quer pela repercussão internacional de sua capacidade de interação. Isso resultou em diferentes modalidades de atuação do Estado ditador contra a ICAR. O dossiê elaborado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), de 1988, traz uma lista de 12 formas de ataque:

1. ataques difamatórios: ataques verbais ou feitos através da imprensa, à Igreja, a pessoas de igreja;

2. invasões: cercos, devassas, busca e apreensões, espionagem na intimidade de residências e reuniões de Igreja;

3. prisões: todo tipo de detenção, por horas, dias, meses ou anos;

4. tortura: atentou-se, sobretudo, para a referência explícita a maus tratos físicos e/ou psicológicos;

5. mortes: por assassinato, por “suicídio” em consequência de tortura, em tiroteio de rua; ameaças de morte, em diversas circunstâncias;

6. sequestros: casos de desaparecimento forçado de bispos, sacerdotes e cristãos engajados na pastoral, que ficaram sem explicação, mesmo quando as pessoas em questão reapareceram;

7. processos: contra bispos, sacerdotes, religiosos e grupos de cristãos;

8. intimações: pessoas foram obrigadas a comparecer para apenas prestar depoimento, havendo implicações jurídicas ou não;

9. expulsões: do país, dos locais de trabalho, por decreto, processo ou pressão; ameaças de expulsão e banimentos de sacerdotes e religiosos;

10. censura: a jornais, revistas, emissoras, correspondência explicitamente da Igreja e as violações de bagagem;

11. proibições: impedimento de publicações, de trabalhos de base, a convites a autoridades da Igreja, e das funções pastorais;

12. falsificações: de publicações, de cartas, ou da identificação de pessoas.[9]

2. Censura e usurpação de meios de comunicação

Assim como a ditadura militar exerceu fortemente a censura à imprensa e a todos os meios de comunicação, ela o fez também com os meios de comunicação da ICAR. Esta pesquisa não se deteve nas modalidades de censura aplicadas, nem nos conteúdos censurados. A abordagem é qualitativa, em relação aos meios perseguidos. Dada a extensão das dioceses no Brasil não é uma análise exaustiva. Procura-se, entretanto, oferecer uma visão abrangente de como se operou a censura e a eliminação de meios de comunicação de uma rede de imprensa católica que produzia boletins das dioceses, revistas de grupos e congregações católicas, folhetos e impressos, documentos oficiais das dioceses, arquidioceses e prelazias, além da rede nacional de rádios católicas (que tinha função educativa). Com toda essa extensão, a atenção da pesquisa recaiu sobre alguns casos específicos: os jornais *Brasil Urgente* e *O São Paulo*, além da *Rádio 9 de Julho*, e da *Rede Nacional de Emissoras de Rádio Católicas* (RENEC).

O *Brasil Urgente* circulou de 17 de março de 1963 a 31 de março de 1964, sendo uma das primeiras vítimas da saga censorial.[10] Circularam 55 números, em formato tabloide, de 20 páginas cada um, como um semanário. Entre seus colaboradores, havia intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Fabio Konder Comparato, cartunistas como Claudius Ceccon. O jornal foi uma iniciativa do frei dominicano Carlos Josaphat que, a partir da greve dos operários da fábrica de cimento Portland, de Perus (SP), percebeu a necessidade de um veículo que noticiasse e refletisse os interesses dos trabalhadores. O jornal chegou a circular com 60 mil exemplares, com a venda de 80% de sua circulação.

Frei Josaphat foi expurgado pelas forças conservadoras do catolicismo nacional, sendo enviado para a França, "pois a sua ausência do Brasil era desejada pelos 'preparadores do golpe de 64'"[11]. Em fevereiro, no exemplar de nº 47, o jornal denunciou o apoio dos Estados Unidos ao golpe que se prenunciava no Brasil. O último número estampou na capa: "Fascistas preparam golpe contra Jango". Os militares determinaram o fechamento do *Brasil Urgente*.

O São Paulo não foi fechado, mas é o caso mais grave de censura a um semanário católico e diocesano. O jornal foi fundado em 1956, pelo bispo Dom Carlos Carmelo Cardeal de Vasconcelos Motta. Durante o regime militar, 89 artigos e partes de artigos foram censurados. Uma parcela dos artigos censurados fazia referência à tortura e à causa operária. As colunas em que esses artigos apareceriam eram publicadas em branco. O governo avaliou que isso seria motivo de reflexão e exigiu que algo se publicasse no lugar, como anúncios, salmos e receitas de bolo. O semanário destinava-se a analisar os acontecimentos à luz da doutrina social da Igreja. Sob a condução do arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, *O São Paulo* chegou a ter 50 mil exemplares.

O semanário também estava a serviço da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Esses elementos deixavam o jornal sob a mira dos órgãos de repressão. Para atingir *O São Paulo*, não era suficiente, para a ditadura, apenas a censura, por isso, em agosto de 1982, o jornal foi falsificado em uma gráfica de Minas Gerais.[12] Para esse trabalho, a gráfica havia recebido 10 mil cruzeiros e houve uma encenação entre os DOPS para que os solicitantes do serviço fossem ouvidos. Nada foi feito. Todo tipo de estratégia em torno da política da censura e deturpação da comunicação desenvolvida pelos católicos que defendiam a justiça social parecia ser válida.

A Arquidiocese de São Paulo teve ainda outro golpe em relação aos seus meios de comunicação, *a Rádio 9 de Julho*. Ela fora criada em 1953, passando a operar oficialmente, sob a liderança de Dom Agnelo Rossi, em março de 1956. Durante a década de 1970, sob a coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns, e cumprindo o papel de estar a serviço da sociedade e da Igreja, a rádio transmitia informações nos mesmos moldes das noticiadas pelo jornal *O São Paulo*. Um dos programas impactantes era o "Encontro com o Pastor", no qual Dom Paulo difundia a luta em favor dos direitos humanos. Uma das campanhas que gerou furor do regime de repressão foi a "Operação Periferia", que coincidia com o movimento de moradia da cidade de São Paulo. Em 1973, sob o governo de Médici, os transmissores da rádio foram lacrados e o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) cassou a concessão. Somente a partir de 1985 foi possível o processo de reabertura da rádio.

Caso especial é o da Rede Nacional de Emissoras Católica (Renec) e a execução do MEB. A Renec foi criada em 1958, reunindo 32 emissoras de rádio católicas, na maioria do Sul do país. O papel educacional dessas emissoras foi destacado desde o início. A partir de 1964, após o golpe militar, inicia-se um esgotamento financeiro do MEB, que tem o sistema reduzido. Entre dezembro de 1963 e dezembro de 1964, as escolas radiofônicas foram restringidas em quase um quinto, com diminuição crescente. Depois do golpe, os camponeses perderam o interesse pela escola, porque ela acontecia antes ou depois de *A Voz do Brasil*, programa radiofônico dos três poderes da República, de difusão obrigatória. Isso significava que a participação dos estudantes era impossibilitada pelo horário.

3. Perseguição e morte de agentes de pastoral solidários com a população rural e indígenas

A ICAR se tornou praticamente o único espaço de solidariedade com camponeses e indígenas. A situação descrita em Pernambuco era refletida em todo o país, como relata o padre Antonio Canuto:

> Em 1963, era a grande campanha pela Reforma Agrária. Então, para barrar a Reforma Agrária o golpe foi dado. E a repressão contra as Ligas Camponesas, de Trombas e Formoso, de vastos movimentos camponeses foi muito grande. Aí, a partir de 1966, o grande projeto do governo era a ocupação da Amazônia, e, para a ocupação da Amazônia, foram dados incentivos fiscais a todos os empresários brasileiros que quisessem investir na Amazônia, 50% do imposto de renda devido poderia ser aplicado na Amazônia, por isso a Amazônia, sobretudo, aquela região entre o Araguaia e o Xingu, foi ocupada: bancos, empresas, indústrias e tal... foram ocupando grandes áreas, em cima de áreas indígenas, em cima de pequenos povoados de posseiros. Para fazer o trabalho de derrubada, dessas fazendas todas, que iam criar gado, tinham que trazer gente de fora. Foram trazidos os peões, que foram submetidos a situações semelhantes à escravidão.
>
> Em 1968, Pedro Casaldáliga chega para iniciar o trabalho naquela região, onde está a Prelazia de S. Félix do Araguaia, e, em 1971, ele é ordenado bispo. E nessa ocasião da ordenação de bispo, ele publica a Carta Pastoral Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. Essa carta que denuncia, dando nome aos bois, dizendo quem é que estava ocupando terras indígenas, expulsando as famílias de posseiros e escravizando aos peões que vinham de outros lugares para a região. Foi a primeira voz da Igreja que se fez forte nessa denúncia, e que provocou, também, todo um processo de repressão. Com esse grito se descobriu que essa mesma realidade se repetia no Pará, no restante do Mato Grosso e em outros lugares do país. E por isso que, em 1975, convocados pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, foi feita uma reunião dos bispos e prelados da Amazônia, em Goiânia, e nessa reunião uma das decisões foi a criação de uma Comissão de Terras, que se tornou a Comissão Pastoral da Terra, para acompanhar esses conflitos que havia na Amazônia toda e que se estendeu para o resto do Brasil.
>
> Esse trabalho teve consequências muito sérias, lá na Prelazia de São Félix, em 1972, 1973, teve uma repressão muito grande, teve a prisão de dois líderes camponeses e cinco agentes de pastoral, foram levados e torturados. [...] A gente vê que os problemas estavam pipocando para todo lado.[13]

Esse relato oferece um retrato de como essa solidariedade eclesial aos camponeses teve um alto custo à ICAR. Recorde-se que, simultaneamente, o movimento religioso católico Sociedade Brasileira Tradição, Família e Propriedade organizou campanhas contra a Reforma Agrária. Emergiram ações de defesa de direitos de populações ribeirinhas, afetadas pelas construções de barragens. Foi concretizada, a partir da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no final dos anos de 1970, em função das barragens de Balbina, no Sul, e de Sobradinho, no Nordeste. Esses enfrentamentos se deram em função de um projeto de desenvolvimento que não era conciliado com o respeito pelos povos tradicionais e pelo direito das populações camponesas. Nesse contrapé estava o setor eclesial em favor dessas populações, e essa atuação se tornou uma ação institucional da CNBB.[14]

As questões da terra e indígenas eram pontos nevrálgicos para a ditadura militar, tanto pela expansão da fronteira agrícola, como pela afirmação do domínio territorial da Amazônia pelas Forças

Armadas. A defesa das populações indígenas era outro elemento da atividade pastoral da ICAR. Destacam-se, portanto, alguns dos elementos dessa atuação e seus efeitos sobre religiosas, religiosos, sacerdotes e indígenas. Há relatos de assassinatos de missionárias/(os) e de extermínio de povos indígenas. Nem os nomes das/(os) missionárias/(os) constam da lista oficial de mortos e desaparecidos, nem os indígenas que sofreram genocídio estão ainda tratados como desaparecidos políticos.[15]

Houve invasões a áreas de missões, como as ocorridas, em 1976, na aldeia Meruri, do povo Bororo, atendida por uma missão da ordem dos Salesianos, por ocasião de uma disputa fundiária. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os salesianos vinham experimentando boa circulação com o governo militar, tendo recebido doações do governo estadual do Amazonas, em 1965. O padre Rodolfo Lukenbein e o índio Simão foram assassinados em 15 de julho de 1976.

A Irmã Cleusa Rody Coelho, da Ordem dos Agostinianos Recoletos, foi assassinada, às margens do rio Paciá, Prelazia de Lábreas, em 28 de abril de 1985, por conta de sua atividade com os indígenas Apurinãs. Morte brutal, segundo a perícia:

> Os exames médicos realizados no hospital revelaram a brutalidade com que tinha sido assassinada: muitas costelas quebradas, o crânio fraturado, o braço direito parcialmente separado do corpo, por instrumento cortante (talvez um terçado); havia fratura na coluna vertebral; pedaços de chumbo no tórax e, especialmente, na região lombar, indicavam que tinha levado um tiro de espingarda. A sua mão direita não foi encontrada.[16]

Em 24 de julho de 1985, o padre Ezequiel Ramin, de origem italiana, ligado aos Missionários Combonianos, foi assassinado por latifundiários apoiados pelo regime militar, devido ao trabalho que realizava com camponeses e indígenas em Rondônia.

O padre Vicente Cañas, da ordem dos Jesuítas, que trabalhava com o povo Enauenê-Nauê, foi assassinado em 6 de abril de 1987. O corpo foi deixado em sua casa, onde foi encontrado 40 dias após sua morte. Entre os assassinos, conforme os autos, está indiciado o delegado da cidade de Juína, Ronaldo Antonio Osmar. Houve julgamento sem condenações ou detenções dos executores do crime.

Um dos casos mais trágicos foi o genocídio perpetrado na missão com o povo Waimiri-Atroari. O ex-secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Egydio Schwade fez a denúncia. Ele afirma que "os índios Waimiri-Atroari são desaparecidos políticos, como os demais que desapareceram no rio Araguaia" e que o processo de construção da BR-174 os dizimou.[17] O bispo da Diocese de Goiás Dom Tomas Balduíno relata:

> Primeiro era o SPI [Serviço de Proteção ao Índio], depois foi mudado, corrupção, e tal, entrou a Funai. O nosso relacionamento com os índios, em geral era através disso ou passava necessariamente por esse caminho. A ordem que vinha de cima era impedir a presença de missionários entre os índios. Isso aconteceu em várias aldeias, inclusive em São Félix. Dom Pedro estava proibido de ir visitar os Tapirapé. Desci lá uma vez, de forma clandestina, o avião reduzido, o motor bem silencioso, um índio Tapirapé descobriu e disse para a mãe dele, ó, é Dom Tomás. Fui levando Dom Pedro, para então entrar em contato... Isso não impediu, a Funai não tinha a mesma força que o Exército. O padre Antonio Iazzi, missionário jesuíta, até hoje tem um arquivo que fala sobre ele, no Brasil de Fato, o Egydio fala... é um dos fundadores do CIMI, foi primeiro secretário do CIMI, está atualmente com 94 anos. Ele simplesmente chegava na aldeia e falava, olha eu aqui [...] Havia uma

> tensão interna, briga, entre os dois posicionamentos de igreja, desde a fundação do CIMI. O padre Angelo Viturelli foi o primeiro presidente do CIMI, salesiano. Acabou abandonando o cargo por não concordar com a nova linha da missão, o Egydio e o padre Antonio Iazzi. [...] Rodolfo [Lukenbein] era membro do CIMI e mesmo salesiano havia recebido toda informação e uma nova linha de pastoral indigenista, onde o índio não é objeto da ação caritativa dos padres, mas tem sua própria linha, ação. [...]. O padre Rodolfo foi assassinado porque estava cooperando com a demarcação da terra dos Bororo [...][18]

As questões camponesa e indígena tinham relação direta com o projeto de desenvolvimento que era ensejado pelos governos militares. Como a ICAR desenvolvia uma pastoral em favor da promoção humana e da justiça social, entendia que o desenvolvimento precisava estar apoiado no desenvolvimento das comunidades e dos seres humanos, como preconiza a Carta Encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, e se ateve à defesa dos direitos das populações. Com isso, tornou-se um elemento destoante para os planos do regime.

4. Detenções arbitrárias, sequestro e tortura de agentes de pastoral, leigos e clérigos

Os enfrentamentos do Estado contra a ICAR se intensificam a tal ponto que até os bispos ficaram sob a mira da ditadura. Essa tensão se acirrou na década de 1970.

O caso da detenção do bispo da Diocese de Santo Ângelo (RS) Dom Aloísio Lorscheider é ilustrativo dos limites que a tensão entre Estado e ICAR alcançou, já que ele era, à época (1970), o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).[19] O bispo estava no Rio de Janeiro quando forças do Exército invadiram o Centro de Estudos dos Jesuítas, então coordenado pelo padre Bastos Ávila. Ocorria, naquela ocasião, um encontro de integrantes da Juventude Operária Católica (JOC), no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), para onde Dom Aloysio deveria ir. O bispo ficou incomunicável, detido pelo comandante da operação, por quatro horas. Na operação foram detidos também, arbitrariamente, entre outros, os integrantes da JOC, padre Agostinho Pretto, padre Mario Pringol (missionário da ordem Salentina), casal Ferreirinha e Irony (grávida de seis meses). Os bispos da CNBB percorreram vários corredores da ditadura para obter informações sobre o destino dos detidos. A situação foi considerada de alto constrangimento, e se resolveu somente por intervenção das autoridades militares do I Exército no Rio de Janeiro.

Dom Pedro Casaldáliga foi detido juntamente com a equipe de clérigos na igreja catedral da Prelazia de São Félix do Araguaia, em 1973. Isso ocorreu logo após o acirramento da situação com a fazenda da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara), que será relatada adiante. Enquanto militares faziam busca e apreensão de posseiros de Santa Terezinha e de agentes de pastoral, toda a equipe de clérigos da diocese, que era composta de uma dezena de padres, mais o bispo foram detidos na catedral para interrogatório. Dom Pedro chegou a receber um soco no estômago desferido por um dos soldados. As tensões em São Félix aumentaram com o passar dos anos, levando, em 1976, à detenção de três mulheres, da quais duas eram companheiras de posseiros (Yolanda Eloiza dos Santos e Santana Rodrigues Barbosa) e uma, irmã e tia de posseiro (Margarida Barbosa dos Santos). Elas sofreram torturas e sevícias na delegacia de Ribeirão Cascalheira, para onde Dom Pedro Casaldáliga e o padre João Bosco Penido Burnier se dirigiram. Nesse episódio ocorreu o homicídio do padre João Bosco, que será relatado adiante.[20]

De igual forma, foram constrangedoras as detenções do bispo da Prelazia de Marabá (PA), Dom Alano Pena, e do bispo de Conceição do Araguaia, Dom Estevão Avelar, em 1976. Os dois foram detidos e interrogados por terem defendido posseiros da região, a mesma onde ocorrera a Guerrilha do Araguaia. Dom Estevão havia denunciado o uso de Napalm em ataques, que afetou a vida dos camponeses e ribeirinhos da região diretamente. Anteriormente, naquele ano, devido a conflitos agrários, vários posseiros na região haviam sido presos e torturados. Em um dos confrontos, dois policiais militares foram mortos. A repressão se acentuou. Os padres Florentino Maboni e Hilário Costa procuraram tranquilizar os posseiros e, em 24 de outubro de 1976, também foram presos e torturados. Hilário foi libertado em 8 de novembro de 1976, porém Maboni foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e foi transferido para uma prisão em Belém (PA), em 12 de novembro, onde ficou 27 dias incomunicável. Foi diante desses fatos que detiveram e interrogaram os bispos. Dom Estevão Avelar foi indiciado pelo assassinato dos policiais militares.[21]

Em 1967, ocorreu a detenção do bispo da Diocese de Volta Redonda (RJ), Dom Waldir Calheiros, como consequência da prisão de quatro agentes de pastoral que distribuíam panfletos sobre a carestia. Na noite e madrugada de 5 para 6 de novembro de 1967, ocorreu o fato, conhecido como "Caso Judica" (Juventude Diocesana Católica). Natanael José da Silva e Jorge Gonzaga, dirigentes da Judica, o diácono francês Guy Thibault e o seminarista Carlos Rosa saíram com a Kombi da diocese distribuindo folhetos sobre o tema da carestia. Um folheto caiu sobre o para-brisa do jipe da Polícia do Exército que fazia a guarda – a Companhia Siderúrgica Nacional e sua região eram consideradas áreas de segurança nacional, tendo sido criado o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), na cidade de Barra Mansa (RJ), para manter a região sob vigilância. Os quatro jovens e a Kombi foram detidos (Thibault foi expulso do país, como será relatado adiante). Em seguida, ocorreu a invasão do bispado, para retirar livros considerados subversivos dos quartos dos jovens detidos, entre os quais uma cópia da *Doutrina Social da Igreja*. Dom Waldir Calheiros escreveu uma carta ao comandante do 1º BIB, publicada no *Jornal do Brasil,* em 14 de novembro de 1967. Além da carta, o bispo procurou o coronel Armênio Pereira. O militar manteve Dom Waldir no quartel por várias horas, sem permitir que o bispo falasse com os jovens. Nada disso intimidou o bispo de Volta Redonda em sua luta pela justiça, como ele mesmo relata:

> O coronel me recebeu muito bem, fez questão de me mostrar todo o quartel, me convidou para almoçar, mas ainda não tinha respondido à pergunta que me fez ir até lá: se tinha alguém preso ali. Eu disse que, se essas pessoas tivessem sido detidas porque trabalhavam comigo, que eu também ficaria por lá. O coronel, muito contrariado, chamou o procurador de Barra Mansa, na tentativa de me fazer mudar de ideia.[22]

O relato do sequestro do bispo da Diocese de Nova Iguaçu (RJ), Dom Adriano Hipólito, oferece uma visão de como a ditadura militar operava por meio de agentes oficiais e oficiosos. Dom Adriano atuava, desde 1966, como bispo dos pobres na região da Baixada Fluminense. Suas ações pela organização operária e pelo movimento de bairros explica a perseguição imposta pela ditadura contra ele e a diocese.[23] Em 1978, o bispo iniciou a Comissão de Justiça e Paz, da Diocese de Nova Iguaçu.

Dom Adriano foi sequestrado por homens encapuzados e deixado no mesmo dia, no bairro de Jacarepaguá (Rio de Janeiro), nu, com pés e mãos amarrados, banhado de mercúrio cromo, seviciado. O carro do bispo foi explodido em frente à sede da CNBB, no bairro da Glória (Rio de Janeiro), horas depois. Eis o depoimento de Dom Adriano sobre o sequestro:

A primeira [coisa] que fizeram foi tirar toda a minha roupa, deixando-me inteiramente nu. Aí então tentaram enfiar-me na boca o gargalo de uma garrafa de cachaça. Senti nos lábios o gosto e resisti. Não insistiram, mas um derramou a cachaça no capuz. Senti-me asfixiar e cai no chão estrebuchando. Pensei que ia perder completamente os sentidos, mas aos poucos me recuperei. Eu estava deitado, no lado esquerdo, num chão irregular de pedras e gravetos. E uma distância de 50-100 metros ouvia-se passar algum carro, devíamos estar assim perto de uma estrada. Começaram os insultos e provocações. Outro me disse: "Chegou tua hora, miserável, traidor vermelho. Nós somos da Ação (não me recordo se disseram Ação, Aliança ou Comando) anticomunista brasileira e vamos tirar vingança. Você é um comunista traidor. Chegou a hora da vingança para você, depois é a hora do bispo Calheiros de Volta Redonda, e de outros traidores. Temos a lista dos traidores". Depois acrescentou: "Diga que é comunista, miserável". Ao que respondi: "Nunca fui, não sou, nem serei comunista. O que fiz foi sempre defender o povo". De vez em quando me davam pontapés. A certa altura ouvi, numa distância que calculo de 20 metros aproximadamente, a voz de Fernando [o motorista do carro do bispo] que gritava: "Não façam isso comigo, eu não fiz nada". Tive a impressão de que estavam batendo nele. Resolvi então falar: "Deixem o rapaz, ele não tem culpa de nada. O que foi que ele fez?". Repeti ainda outra vez estas ou palavras semelhantes. Alguém retrucou: "Que nada! Quem ajuda comunista é comunista". Começaram a lançar spray no meu corpo. Eu sentia o borrifar e o frio do spray. Tinha um cheiro acre. Pensei que iam me queimar. Depois me disseram duas vezes: "O chefe deu ordem para não matar. Você não vai morrer, não. É só para aprender a deixar de ser comunista". Houve um silêncio mais prolongado e deram ordem de entrar novamente no carro. A cena tinha durado entre 30 a 40 minutos. Empurraram-me, todo nu, para dentro do carro, novamente no banco traseiro. Sempre encapuzado e algemado. Fizeram-me acachapar ao máximo no banco, sempre às custas de pancadas, depois colocaram por cima de mim umas tiras do que acho que tinha sido minha batina. O carro arrancou. [...] Nu e atado fiquei na calçada. Era uma rua ajeitada, com pouca luz, lembrando alguns bairros de Nova Iguaçu. Na casa defronte, uma luz fraca saia da janela. Tentei desamarrar a corda, mas os nós estavam muito apertados. [...] Eram cerca de 21h45. Juntaram-se alguns homens que me perguntaram o que aconteceu. Tento explicar. Não entendem os nomes das ruas e dos bairros. Pergunto então: "Em que bairro de Nova Iguaçu a gente está?". Acham certa graça e respondem: "O senhor está em Jacarepaguá". Perguntam ainda se estou ferido. Eu descubro que o spray me deixou todo vermelho [...].[24]

Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro o torturador confesso, que integrou o CIEX, coronel Reformado do Exército Paulo Malhães, declarou que o também coronel reformado do Exército, na época capitão, José de Ribamar Zamith fora o responsável pelo sequestro:

CEV-RJ – O Zamith é acusado de ter sido quem sequestrou o bispo de Nova Iguaçu.

Malhães – Pode ter sido mesmo, ele era pirado mesmo.

CEV-RJ – Depois o pintou todo de vermelho...

Malhães – É isto mesmo. Foi ele mesmo (ri).[25]

Importa registrar que o movimento Tradição Família e Propriedade emitiu nota repudiando o sequestro do bispo, como ato sacrílego. A CNBB emitiu nota semelhante, no que tange ao ato sacrílego, porém os bispos de São Paulo chamaram a atenção para o fato de os cristãos sofrerem injúrias quando seguem a Cristo. Afirmaram, ainda, os prelados de São Paulo, que a solicitude dos cristãos, bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, está dirigida à defesa da pessoa humana e de sua dignidade, e que ameaças não apagariam essa perspectiva.

As violências contra a diocese e o bispo permaneceram. De 8 para 9 de novembro de 1980, foram feitas pichações na Catedral de Nova Iguaçu, também na Igreja de Santa Rita, que diziam ser ali sede do partido comunista. Na reunião do clero, no mês de dezembro, vários sacerdotes declararam ter recebido ameaças de atentados, por telefone. Finalmente, em 20 de dezembro, o sacrário da Catedral de Santo Antônio, o padroeiro de Nova Iguaçu, foi explodido. Apesar das perícias do DOPS e da DGIE do RJ, nenhuma providência foi tomada. O atentado feria o sentimento religioso, porque, na interpretação dos cristãos romano-católicos, o atentado era contra Jesus Cristo.[26] As igrejas da diocese ficaram fechadas em 23 de dezembro, primeiro domingo após o atentado ao bispo. Ao mesmo tempo, houve uma passeata de desagravo, que reuniu 10 mil pessoas e contou com a presença de representante da CNBB, OAB, ABI e várias outras instituições solidárias com as lutas populares e da diocese de Nova Iguaçu.

Havia registros, por parte do Exército, sobre "atividades subversivas" de padres, com registro de detenções. Um relatório, datado de 28 de março de 1969, apresentou um balanço sobre os inquéritos policiais militares contra padres e leigos, no qual se pode ler o seguinte balanço estatístico[27]:

RELATÓRIO Nº 2 (SITUAÇÃO ATÉ 28 de abril de 1969)

(...)

2. DADOS GERAIS

a. Estatística de pessoal

- Pessoas interrogadas:

Padres = 16 ; leigos = 22

- Pessoas indiciadas

Padres = 10; leigos = 7

b. Testemunhas:

Padres = 5; leigos = 7

Interrogatórios feitos = 66

c. Estatística de documentos

Apreendidos = 733

Dom Diligências

Buscas =21

- Prisões para averiguações = 3

Prisões preventivas = 4

Pe. MICHEL. MARIE LE VEN

Pe. FRANÇOIS MARIE XAVIER BERIOU

Pe. HERVÉ GROGUENEC

Diácono JOSÉ GERALDO DA CRUZ

Com a inexistência de elementos estatísticos consubstanciados, apresentamos os dados parciais do dossiê do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) sobre prisões de leigos e clérigos entre 1968-1978[28]:

Tabela 1: Prisões de cristãos engajados no trabalho pastoral

ANO	Total de Detenções
1968	57
1969	25
1970	49
1971	11
1972	6
1973	11
1974	16
1975	3
1976	85
1977	6
1978	4
Total	273

Fonte: Dossiê CEDI, 1978.

Os registros de Márcio Moreira Alves oferecem uma visão geral de como o regime procedeu em relação à ICAR, em seus primeiros atos nos anos de 1964-1966[29]. A obra relata casos como a prisão e tortura do padre Francisco Lage, assessor da Juventude Estudantil Católica (JEC), em Belo Horizonte, na Paróquia da Floresta (entre seus discípulos, conta-se Herbert de Souza, o Betinho). O padre Lage foi preso em Brasília, em 14 de maio de 1964, sofreu tortura e, sob pena de banimento em processo da justiça ditatorial, foi exilado no México. Houve vários outros casos em Minas Gerais, no Rio de Janeiro

e em Recife, em que agentes de pastoral da ICAR eram alvos de ações repressivas. O padre Michel Le Ven, por exemplo, foi preso em 22 de agosto de 1968, na paróquia em que atuava com o diácono José Geraldo da Cruz, em Belo Horizonte. A acusação era que ele dirigia grupos de guerrilha. Preso pela 4ª Região Militar, foi posto em liberdade quase sete meses depois, em 6 de fevereiro de 1969. Em 1971, foi instaurado processo de expulsão do padre Le Ven.[30] O período inicial, portanto, já era de repressão e perseguição a agentes de pastoral que eram considerados disseminadores do comunismo.

O caso dos dominicanos: em 4 de novembro de 1969, houve a detenção dos frades dominicanos em São Paulo, em ação dos agentes da repressão que resultou: no assassinato do líder da Aliança de Libertação Nacional (ALN), Carlos Marighela; nas prisões por quatro anos, permeada por torturas, dos frades Carlos Alberto Libaneo Christo (o frei Betto), Fernando Brito, Ives Lesbaupin e Roberto Romano; na prisão com torturas, por período menor, do frei Maurício (João Valença); na expulsão do padre Giorgio Callegari; na prisão com torturas, em 1971, que resultaram em traumas que levaram o frei Tito de Alencar Lima ao suicídio, quando exilado (1974).

O processo de participação dos frades no apoio à ALN foi o que provocou a prisão. Essa relação foi identificada pelas forças da repressão, devido ao fato de os religiosos dominicanos (mais diretamente frei Tito) terem intermediado a cessão de um sítio em Ibiúna, para realização de assembleia da União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa reunião de estudantes foi fortemente reprimida e resultou na prisão e tortura de muitos deles. O caso da prisão, tortura e morte de frei Tito se revelou mais dramático, pois tendo sido barbaramente torturado na prisão, junto com os outros dominicanos aqui citados, chegou a tentar o suicídio ainda nas dependências do DOI-CODI. Foi deportado para o Chile e mais tarde se exilou na França, onde morreu.

O padre Antonio Canuto registrou em depoimento à CNV, o caso de Laercio Bastos dos Santos, um ex-seminarista da ordem dos Claretianos, que dava aulas de religião no Colégio Claretiano, em Guarulhos (SP):

> Um coronel que tinha os filhos estudando no colégio denunciou que ele estava fazendo subversão nas aulas de religião. Ficou preso por um ano. No período que ficou preso, eu [como padre claretiano] fui visitá-lo. Até o padre Giorgio Callegari me pediu para divulgar a greve de fome que eles iam fazer...[31]

Na Prelazia de São Félix do Araguaia várias prisões e torturas ocorreram na década de 1970. Os fatos chegaram ao extremo do assassinato do padre João Bosco Penido Burnier.[32]

O agente de pastoral na Prelazia José Pontim, eleito prefeito de São Félix do Araguaia em 1982, relata a situação de conflito na região, em 1973, provocadora de ações repressivas contra agentes da ICAR:

> Acontece que chegando aqui, a situação já estava em um clima bastante tenso, em janeiro de 1971. A situação de conflito era mais tensa em Santa Terezinha, relação entre posseiros e a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara). Fui para lá com o padre Jentel. (...) Jentel foi preso antes do que nós, só que ele ficou na Polícia Militar e nós ficamos na Polícia do Exército, 14ª RM em Campo Grande (MT). (...) A fazenda (Codeara) invadiu a primeira vez, em 10 de fevereiro, e destruiu (a escolinha, o ambulatório). Aí, novamente, os posseiros resolveram se entrincheirar e fazer as obras de reconstrução. Ficaram lá com espingardas, essas espingardinhas de carregar pela boca, sem nenhuma arma pesada. Aí, no dia 3 de março, pelas 15 horas, desceram vários carros da fazenda, com o capitão Euro – esta-

> va lotado em Barra do Garças, mais o gerente da fazenda... o pessoal desceu lá e deu ordem de prisão. Quando deu ordem de prisão, os posseiros recuaram e partiram para o tiroteio... o gerente-geral da Codeara foi ferido na cabeça, perdeu a vista. E eles fugiram. Deixaram o jipe lá, com rádio, uma bereta... e já pediram, pelo rádio, a prisão de alguns membros da prelazia: Jentel, Francisco, Rosa, Altair, lá estava também a Terezinha, Tadeu, Scami, padre Antonio Canuto e tinha mais uma moça que trabalhava na missão. Eles cercaram uma casa, com metralhadora para todo lado – dois dias depois. [...] Ficamos na casa da prelazia, que fica num morro. Os posseiros foram se esconder perto da missão. No outro dia, a gente teve notícia que vinham forças do Exército para prender os posseiros. [...] [33]

O caso resultou na expulsão sumária do país do padre francês François Jentel, depois de julgado e condenado pela prática de crime contra a segurança nacional, pela Justiça Militar, em primeira instância, e examinado pelo Supremo Tribunal Militar, que se considerou incompetente para julgar o recurso do religioso, por entender inexistir crime contra a segurança nacional, como será relatado a seguir.

Em 27 de janeiro de 1970, ocorreu a detenção do padre Giulio Vicini e da assistente social Yara Spadini, auxiliares de Dom Paulo Evaristo Arns, na Arquidiocese de São Paulo. Policiais invadiram a sede da arquidiocese e encontraram, de posse dos dois agentes de pastoral, um estêncil com denúncias de detenções arbitrárias de operários na cidade paulista de Mauá. Os dois foram levados ao DOPS-SP. Dom Paulo Arns foi visitar seus auxiliares na prisão e constatou que eles haviam sido torturados. Imediatamente denunciou ao governador do estado, Roberto Costa de Abreu. O governador recomendou que se levassem médicos para examinar os presos, mas eles tiveram acesso impedido. Diante disso, Dom Paulo decidiu denunciar publicamente o caso por meio do editorial do jornal *O São Paulo*. Diz a nota:

> Como arcebispo de São Paulo tenho o direito e o dever de informar:
>
> 1. Nem o padre Giulio Vicini, nem a senhora Yara Spadini podem ser considerados subversivos antes de serem julgados por um tribunal competente que lhes garanta amplamente o seu direito de defesa.
>
> 2. O padre Vicini, como a senhora Yara Spadini, goza de maior estima na região episcopal sul do nosso arcebispado, a que pertencem.
>
> 3. Infelizmente o padre Vicini e a senhora Spadini foram torturados de forma ignominiosa pela polícia política (DEOPS da nossa capital), como o vigário episcopal da região sul e nós mesmos pudemos verificar pessoalmente.
>
> 4. Segundo uma sugestão dos diretores do DEOPS, pedimos-lhes que nos relatassem as torturas que sofreram e requeremos um inquérito às autoridades competentes.
>
> 5. Sua Excelência, o governador, ofereceu-nos, espontaneamente, a possibilidade de mandar fazer um exame por um médico da nossa escolha. Apesar desta oferta e até o presente, não nos autorizaram a realizar esta diligência.

> 6. O arcebispado de São Paulo espera que as autoridades não faltam ao dever de fazer um inquérito sobre estes fatos deprimentes e de aplicar enérgicas medidas de punição.
>
> 7. Esperamos que essas medidas sejam tornadas públicas porque só assim se poderá dar à Igreja de Deus em São Paulo o ambiente e confiança necessários a um bom entendimento.
>
> 8. Fizemos o possível para travar um diálogo sereno e firme com o DEOPS, o governador e o comandante do II Exército.
>
> 9. Este aviso deve ser afixado este domingo na porta das igrejas paroquiais e dos lugares de oração do nosso arcebispado sem que seja lido ou comentado durante os atos religiosos.[34]

Movimento Popular de Libertação e o caso de Lectícia Cotrim. A leiga católica Maria Lectícia Ligneul Cotrim, do Rio de Janeiro, relatou à CNV o caso referente à sua prisão e tortura.

> A prisão aconteceu em janeiro de 1974. Fui levada do RJ para SP. Tive que escrever uma lista de nomes de militares da família. De Fernando, que era nascido em Resende, e das mulheres da família casadas com militares. Eu era irmã de outro militar que se negara a prender o bispo de Crateús. O depoimento incluiu uma lista de 20 ou 30 militares. No RJ, fiquei 14 dias, no DOI-CODI, na Barão de Mesquita (Tijuca). Ali fui submetida à tortura. Fernando ficou três dias e foi liberado. De lá fui transferida para o Quartel da Polícia, no Centro, Batalhão da PM, próximo à Central do Brasil. Depois fui transferida para Petrópolis, no Quartel do Exército, onde foram tomados depoimentos por um chamado coronel Macelli – fiquei aí por 30 dias. Durante os 14 dias no DOI-CODI, sofri torturas psicológicas, também física, frio, geladeira, calor insano nas câmaras quentes. Ameaça de bichos (cobras, lagartos), sujeira, fome, sede, nudez. Ameaças verbais de estupro, agressão aos familiares, detenção aos filhos, indicação de prejuízo ao marido. Levei uns safanões, foram poucos... Não cheguei a ficar machucada fisicamente devido aos safanões. Fui colocada numa roda de homens, dos quais via os pés, porque estava nua, e eles me atiravam de uns para os outros, com gritos... Você pensa que vai morrer. Você se sente demolida, eles dizem que você sairá de lá demolida, como mulher, é algo de uma violência sutil – poderia dizer, mas é imensa. Imagino que algumas pessoas como Herzog ou Stuart deveriam ter passado coisas assim. Via numa cela, na qual me colocaram, coisas escritas, como socorro, Deus me ajude... [...] Depois de algum tempo, assinando ponto no Ministério da Guerra, durante meses, aquilo ali, o cara dizia: "Aquilo era brincadeirinha, você não foi torturada". [...] Tem risco de contaminação. Tiram tua roupa e mandam vestir um macacão imundo, que estava lá não se sabe quanto tempo. Fiquei com corrimento. A menstruação me escorria pelas pernas, eles se vangloriavam disso e caçoavam. [...] Eles atiravam a gente num cubículo, fedorento, viscoso, havia dúvida se havia cobras, lagartos, jacarés. Perdi 14 quilos. Era uma moça magra. Saí dali em 14 dias. Era uma base de um quilo por dia. Houve uma coisa bastante desagradável.

> O comandante do quartel da PM no RJ era uma pessoa doente. Ele ia receber o preso quando chegava. Fui colocada numa imensa cela, que poderia ser um dormitório de soldados, bem sujo. Era um lugar que tinha banheiro. No DOI-CODI não tinha banheiro, você fazia as coisas no chão. Esse cara se apresentava e dizia: "Já passei por coisas difíceis na vida". Tirava a roupa, abaixava as calças, era uma ameaça sexual – encoberta por discurso de cicatrizes de operações. [...]
>
> A ida para SP foi dentro de um carro, no qual hoje não sei se era imaginação ou tortura. Quando entrei nele, o medo que eles fossem me matar era enorme. Não asseguro minha lucidez (desse relato). Tinha vivido muita coisa ruim, estava com fome. Foram colocados óculos escuros, com algodão. Estava sentada entre dois homens, durante uma viagem de 6 horas. [...] O cara se masturbou com a minha cabeça no colo – percebi que se passou alguma coisa ali. Sei que era uma preparação para chegar em São Paulo quebrada para o Fleury. Chegava exausta, desesperada. São Paulo era um terror. [...] Ali fui acareada com Pilar e Sonia, que estavam bastante machucadas. Caí numa besteira horrível de me espantar com uma fotografia de Cosme Alves Neto sob tortura... Me colocaram com um álbum de pessoas da Ação Popular (AP), me dei conta que não poderia falar que conhecia as pessoas... (nomes que eram da Juventude Estudantil Católica [JEC] ou Juventude Universitária Católica [JUC], pessoas que estavam bem machucadas, o álbum era um horror). [...]
>
> Havia um sujeito [em Petrópolis] que causava arrepios quando se falava o nome dele. Se dizia que ele chegaria em Petrópolis para me ver e falar comigo. Entrou um dia um oficial à paisana que deu aquele nome para mim. Minha memória bloqueou esse nome. Me lembro do rosto, mas não sei se sou capaz de reconhecer. Ele me ameaçava e me dizia que tinha que responder ao coronel Macelli. Lá ouvia gritos, chatices, berros... eram tentativas de comunicação. Joaquim Arnaldo esteve preso lá e dizia: "Letícia, fala não..." ou dizia "Letícia fala tudo, está escrito".[35]

Pedro Wilson Guimarães foi presidente da Comissão de Justiça e Paz, da Diocese de Goiânia. Ele sofreu detenções arbitrárias e torturas por estar encarregado de promover ações para o relaxamento de prisões arbitrárias e busca de companheiras e companheiros que estavam desaparecidos. Pedro Wilson foi preso, pelo menos por duas vezes, uma no quartel de Goiânia e outra no DOI-CODI, em São Paulo, em 1971. Nessa segunda ocasião, sofreu torturas, das quais ainda hoje não fala abertamente. Atuou na Ação Popular (AP) e relata sobre seu engajamento e a solidariedade internacional que se elaborava:

> Então, o dado é o seguinte [...] qual era o papel nosso? Era fazer celebrações, fazer reuniões de carta de denúncia, de articulação com entidades internacionais, de procurando denunciar, formação de comitês de direitos humanos. Nós fizemos encontros em todo o Brasil em Salvador, nós fizemos em Recife, em Olinda, fizemos em São Paulo, fizemos em Belo Horizonte, fizemos aqui em Goiânia, esses encontros animavam a luta dos direitos humanos que eu assumi depois não só como Comissão de Justiça e Paz e direitos humanos, que era a bandeira, que era uma bandeira que a população passou a aceitar. Porque havia aquele medo muito forte das pessoas de

> se engajarem politicamente. E o que foi importante pra nós como cristão de movimento de Igreja é que a gente fazia o movimento sem saber se era cristão ou não, quer dizer, o próprio Dom Fernando me pediu, não é? Pra olhar. Teve um preso, que era do partidão, recentemente falecido Sebastião Bailão. Que estava saindo, as pessoas não tinham condições, eu ficava com medo então a gente dava todo o apoio material, apoio moral, tentava recolocar as pessoas, aquele ato de solidariedade antes escondendo as pessoas, depois quando a pessoa estava presa e também depois, quando a pessoa voltava [...]. Eu, por exemplo, fui pra São Paulo em grande parte porque eu não podia [...] eu dava aula. Eu estava dando aula na Católica, não podia ter emprego público, estava público que tinha o atestado de ideologia que eliminava você de qualquer emprego público. E como eu continuei a militância tanto na AP tinha uma vida legal em todo lugar e a minha clandestinidade era na ligação e no apoio, por exemplo, o movimento como o da UNE, como Honestino ou movimento de solidariedade de pessoas que nós ajudamos a sair do Brasil e às vezes a gente viajava para o Uruguai ou para a Argentina. Chegou a manter um caso quando a gente estava na Argentina, teve o golpe no Chile, então, a gente não pôde voltar. Eu voltei pelo Paraguai e os outros [...] nós tivemos as pessoas que estavam fugindo do Brasil e tiveram que retornar ao Brasil. Mas aí, havia um outro fato positivo em certo sentido que era o retorno do Perón à Argentina, bem que a ação dele, principalmente a influência da mulher dele que acabou sucedendo ele, foi uma ação muito de direita, diferentemente de quando ele tinha uma posição política maior, principalmente depois da morte dele, tento conciliar isso e a gente pode ver nos documentos, tantos dos motoneros, como do ERP, mostrando, assim, o pessoal chamado peronista, até hoje tem essas divisões, o pessoal mais político que sofreu muito. Então, nesse período, como movimento de direitos humanos, e aí também nos anos 1970 pra 1980, começou a gestar a ideia de partido político; foi quando também eu me engajei na organização do Partido dos Trabalhadores. [36]

O caso da irmã Maurina Borges da Silveira foi um dos mais dramáticos, no qual a condição de mulher e religiosa foi vilipendiada barbaramente. Em meados de outubro de 1969, quando a religiosa dirigia o Lar Santana, na Diocese de Ribeirão Preto (SP), depois de ter cedido uma sala da instituição para reuniões de um grupo de jovens do MEJ (Movimento Ecumênico de Jovens ou Movimento Estudantil Jovem), sofreu graves violações de direito. O jornal *Folha de São Paulo*, de 14 de novembro de 1969, afirmou que a irmã Maurina consentira que Mário Lorenzato, das Forças Armadas de Libertação Nacional, utilizasse o Lar Santana como um aparelho. Na verdade, Maurina nada sabia sobre as atividades de Lorenzato. Tendo a religiosa tomado conhecimento de notícias que o acusavam de terrorismo, por cuidado, resolveu eliminar todos os documentos que os jovens deixaram na sala que lhes tinha emprestado, queimando-os. Passados alguns dias, a polícia vasculhou as salas do MEJ e todas as outras dependências do Lar. Algum tempo depois, a polícia impediu a entrada de irmã Maurina no orfanato, enviando-a a uma delegacia de polícia de Ribeirão Preto. Constatou irmã Maurina, ali, que funcionários do Lar Santana estavam sendo torturados e ela mesma passou a ser submetida a severas torturas e humilhações. Teve prisão preventiva expedida naquele mesmo mês, que lhe foi comunicada pelo delegado Ribeiro Soares. As sevícias a que foi submetida encontram-se registradas em carta da própria irmã Maurina, dirigida ao juiz militar, datada de 17 de dezembro de 1969[37], em que descreve os abusos e a violência sofridos.[38]

5. Mortes e desaparecimentos forçados de leigos e clérigos

A ditadura militar, como prática coordenada da ação do Estado, assassinou pessoas que havia sequestrado, prendido ou detido para interrogatório, tendo sido muitos dos cadáveres ocultados pelos próprios agentes da repressão. O elenco indicado neste relatório é incompleto, quer em relação à atual lista de 362 mortos e desaparecidos, do Ministério da Justiça, quer em relação às investigações em curso pela CNV.

A parcialidade se justifica pela necessidade de rever as listas atualmente existentes, referentes à participação de muitos militantes de esquerda em organizações da Ação Católica, ou em inserções paroquiais, ainda que a militância católica não fosse sua principal inserção de esquerda. O elenco das 18 personalidades da ICAR assassinadas durante o período da ditadura militar, apresentado a seguir, está ordenado cronologicamente. Estão incluídos: (a) os que foram mortos por agentes públicos; (b) os que foram assassinados com o apoio dos agentes públicos – em especial com impunidade –, como aqueles religiosos, religiosas, agentes de pastoral, que assumiram a causa camponesa e indígena e que foram assassinados por estarem na defesa dos direitos desses grupos.[39, 40]

Tabela 2 – Personalidades da Igreja Católica mortas ou desaparecidas[41]

1969	**Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto**, auxiliar direto do arcebispo Dom Hélder Câmara, sequestrado, torturado e morto em Recife, na madrugada de 27 de maio.
1970	**Santo Dias da Silva**, líder da Pastoral Operária da ICAR e representante dos leigos na CNBB, foi morto durante manifestação de operários em greve, com um tiro nas costas disparado pelo policial militar Herculano Leonel Morto, no dia 30 de outubro.
1972	**Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão,** militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) em 1969. Integrava a ALN. Foi assassinada aos 22 de janeiro de 1972, por arma de fogo, com lesão na região mamária, nas dependências do DOI-CODI, em SP, onde fora submetida à tortura pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. O cadáver apresentava 34 lesões. **Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo,** integrante da JEC e da JUC. Educadora do Movimento de Educação de Base (MEB), com ação educativa no Maranhão e em Recife, onde teve contato com a Ação Popular (AP). Casou-se com Raimundo Figueiredo, liderança da AP. Trabalharam juntos na Funai, em um projeto de educação com índios Paraná. Após a morte de Raimundo, retornou ao Rio de Janeiro. Foi assassinada naquela cidade, no Batalhão do Exército, na Barão de Mesquita, após ter sido alvejada na perna e torturada, aos 29 de março de 1972. (O Exército a identificava como responsável do setor de comunicação da VAR-Palmares). **Antonio Marcos Pinto de Oliveira,** ex-seminarista, atuou com o padre Daniel de Castro, em Brás de Pina. Militou na Ala Vermelha e na VAR-Palmares. Foi morto após tortura, depois de ter sido capturado. Sua morte está relacionada à "Chacina de Quintino".[42]
1973	**Alexandre Vanucchi Leme**, leigo, estudante da Universidade de São Paulo, assassinado em 16 de março de 1973, aos 22 anos; morto por lesões provocadas por tortura, nas dependências do II Exército, DOI-CODI-SP. **Honestino Guimarães da Silva,** líder estudantil, membro da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), assassinado em 10 de outubro de 1973, preso e torturado nas dependências do Cenimar, na Ilha das Flores. Está desaparecido.
1974	**Frei Tito de Alencar Lima**, preso e torturado aos 24 anos, em 1970, depois deportado para o Chile. Em decorrência das torturas sofridas pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, cometeu suicídio, quando exilado na França, em 10 de agosto de 1974.
1976	**Padre João Bosco Penido Burnier**, morto em 12 de outubro de 1976, em Ribeirão Cascalheira (MT), após ter sido baleado por um policial no dia anterior, por ter defendido mulheres camponesas que estavam sob tortura, na delegacia policial de Ribeirão. A tese sustentada pela Prelazia de São Félix do Araguaia (GO) foi morte por engano: o alvo seria o bispo Dom Pedro Casaldáliga. Dom Pedro relatou que o tenente-coronel aviador João Paulo Burnier lhe disse: "Mataram Dom Bosco porque não lhe mataram". [43] Em 2010, a Comissão Especial da Secretaria de direitos humanos reconheceu a morte do padre Burnier como provocada pelo regime militar.[44] **Padre Rodolfo Lukenbein e índio Simão Okóge Ekudugódu Bororo,** assassinados em 15 de julho de 1976, na aldeia Bororo de Barra dos Garças, aldeia Sagrado Coração, pelo fazendeiro João Marques de Oliveira, vulgo, João Mineiro, que feriu outras vítimas. A partir de 1975, a Funai iniciou a demarcação Meruri, território Bororo. No dia do assassinato, 60 homens armados, liderados pelo fazendeiro, invadiram a aldeia. O crime só foi possível devido ao acobertamento dos agentes da ditadura. Em Barra das Garças, os assassinos foram absolvidos. O fato, as investigações e o processo judicial constituem, com a chacina intentada, grave violação de direito. Sem a conexão com o poder público a ação do fazendeiro não poderia ocorrer e permanecer impune.

1980	**Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo",** lavrador sindicalista, agente da Comissão Pastoral da Terra, foi assassinado, em 29 de maio de 1980, em Conceição do Araguaia (PA), pelo pistoleiro José Antônio, contratado pela família do fazendeiro Fernando Leitão Diniz. Até o momento em que este texto foi produzido, sem julgamento. Os fatos ocorriam sob a proteção da Polícia Federal. **Wilson de Souza Pinheiro,** sindicalista e defensor de lavradores pobres, assassinado em Basileia (AC), aos 21 de julho de 1980.
1981	**Margarida Maria Alves,** presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, em Alagoa Grande (PB), assassinada em abril de 1981. **Índio Marçal de Souza,** que falara com o Papa em 1980, durante a visita pontifícia a São Paulo, assassinado em Manaus.
1985	**Irmã Adelaide Molinari,** militante da Comissão Pastoral da Terra, assassinada em Eldorado dos Carajás (PA). **Padre Ezequiel Ramin,** assassinado aos 24 de julho, Cacoal (RO). **Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho,** 1985, assassinada por questão fundiária, às margens do rio Paciá (AM).

6. *Expulsões e exílio de agentes de pastoral, leigos e clérigos*

Uma das formas da violência do estado ditatorial contra a ICAR foi restringir o acesso de missionários estrangeiros para atender os serviços religiosos no país e expulsar aqueles que desenvolviam ações em favor dos direitos de indígenas, camponeses e operários – em oposição ao modelo de desenvolvimento econômico e político proposto pela ditadura militar.[45]

Soma-se a essa ação arbitrária o banimento de clérigos brasileiros com base na Lei de Segurança Nacional, em especial os Decretos-Lei nº 314, de 13 de março de 1967 e nº 898, de 29 de setembro de 1969. Os missionários e os agentes de pastoral eram tomados como inimigos do Estado. Vários missionários estrangeiros foram expulsos exclusivamente pela solidariedade que prestaram ao povo brasileiro. Uma carta escrita, ainda em 1969, publicada em livro na década de 1970, traz o seguinte relato do que ocorreu ao padre belga Jean Talpe, que expressa o que se deu com vários dos religiosos expulsos:

> Em 19 de fevereiro de 1969 fui sequestrado brutalmente por militares e levado à prisão. Aí já se encontrava o padre que morava comigo, preso uns dias antes e cruelmente torturado. Agora era minha vez de enfrentar a fúria dos carrascos. [...] Um amigo meu, professor da Universidade de São Paulo, foi pendurado de cabeça para baixo e assim, durante horas, batido com porrete e submetido a choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo. Uma moça, que ele não conhecia, teve de presenciar a cena e sofreu depois o mesmo tratamento vergonhoso na presença do meu amigo.[46]

O quadro a seguir, com dados parciais coletados, é uma amostra do que se presume ser lista muito mais ampla.

Tabela 3: Clérigos e leigos expulsos e banidos

Nome	Atividade desenvolvida e ação arbitrária sofrida	Data
Pe. Francisco Lage	Assistente da Juventude Estudantil Católica (JEC). O padre foi detido em Belo Horizonte (MG). Banido.	1964
Pe. Almery Bezerra de Melo	Assessor da Juventude Universitária Católica (JUC), na diocese de Olinda e Recife. Banido. Foi para França, Itália e Argélia.	1965
Diácono Guy Thibault	O diácono distribuiu panfletos sobre a situação operária, Volta Redonda (RJ). Expulso.	1967
Pe. James Murray	Celebrou vestido de preto, leu na homilia a Declaração dos direitos humanos. Expulso.	1968
Pe. Pierre Wauthier	Atuava com os operários em Osasco (SP), participou de greve. Expulso.	1968
Pe. Jean Honoré Talpe	Atuava com os operários em Osasco (SP), participou de greve. Expulso.	1969
Ir. Friederich Schlage	Atuava com os operários em Osasco (SP), participou de greve. Expulso.	1969

Nome	Atividade desenvolvida e ação arbitrária sofrida	Data
Pe. Jules Vitae	Atuava na Prelazia de Acre, Purus (AC). Condenado pelo conteúdo do programa de rádio "Ave Maria". Expulso.	1969
Ir. Maurina Borges da Silveira	Atuava no Colégio da Congregação, Ribeirão Preto (SP). Presa e torturada. Banida.	1969
Pe. Giusepe Pedandola	Atuava em Crateús, (CE). Expulso.	1971
Frei Tito de Alencar Lima	Preso com outros frades dominicanos, apoio à ALN, caso Marighela (SP). Banido.	1971
Pe. Joseph Comblin	Teólogo engajado, impedido de aportar no país. Expulso.	1972
Pe. François Jentel	Atuava com os camponeses, caso Codeara, Prelazia S. Félix do Araguaia (MT/TO). Expulso.	1975
Pe. Giuseppe Fontanella	Atuava no Pará. Alegou-se falta de documentos. Expulso.	1977
Pe. Alípio de Freitas	Era português. Atuou no Maranhão, como sacerdote, na Arquidiocese de São Luiz (MA). Participou do Congresso Mundial da Paz, em Moscou, 1962. No regresso, apoiou a candidatura de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco. Participou da Ação Popular (AP) e foi dirigente da dissidência da organização, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Foi preso em 1970, e expulso como apátrida em 1979.	1979
Pe. Vito Miracapillo	Recusou-se a celebrar missa pela independência classificando o Brasil como nação dependente, em Pernambuco. Expulso.	1980
Pe. Aristides Camiou	Luta pela justiça agrária (PA). Expulso.	1981
Pe. François Gouriou	Luta pela justiça agrária (PA). Expulso.	1981

Fontes: Dossiê CEDI, Dhnet On-Line, depoimento do Pe. José Ernanne Pinheiro à CNV, informação de Anivaldo Padilha.

Este registro apresenta 16 casos. Os casos de frei Tito de Alencar Lima e do Pe. Alípio de Freitas se vinculam a apoio a, ou participação direta em, alguma organização de resistência (ALN e PRT, respectivamente). Todos os demais casos se caracterizam como atuação exclusivamente pastoral. Em todos houve detenções arbitrárias e todos sofreram torturas (os dois brasileiros banidos e a brasileira banida foram barbaramente torturados).

B) As igrejas protestantes e as graves violações de direitos humanos

Quando se trata do tema "protestantes" no Brasil (ou "evangélicos", termo mais popularmente utilizado), a referência, em geral, é feita ao conjunto de cristãos não católicos presentes no país. A consciência de que este conjunto é formado por uma diversidade muito ampla de grupos não é largamente partilhada: está presente na academia, entre os estudiosos da teologia e das religiões, e entre alguns poucos segmentos de mídia preocupados em informar o mais correta e objetivamente possível quando o noticiário envolve tal segmento. Daí as diferentes tipologias que foram e vêm sendo criadas e recriadas para dar conta de tal diversidade. No entanto, correntemente, fala-se de "protestantes" ou "evangélicos" englobando todos os não católicos num só grupo quando se leva em conta a presença desses grupos religiosos na esfera pública, marcadamente no que diz respeito ao crescimento numérico, à presença na política, a movimentos culturais.

É possível sintetizar as tentativas de criar tipologias agrupando os protestantes fundamentalmente em dois grupos: (1) os históricos, aqueles de diferentes confissões que chegaram ao Brasil por conta de imigração ou por meio de missões dos Estados Unidos (presbiterianos, metodistas, batistas, luteranos, anglicanos) a partir da segunda metade do século XIX; (2) os pentecostais, que aportaram em terras brasileiras na primeira década do século XX, vindos também dos Estados Unidos, e têm raízes no protestantismo histórico, mas baseiam sua doutrina e prática religiosa na chamada "experiência com o Espírito Santo", marcada pelo "dom de falar em línguas estranhas" (Assembleia

de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular). Entre os pentecostais se encontra a maior diversidade de grupos, com crescimento intenso, a partir dos anos 1950, de igrejas autóctones, estabelecidas por líderes brasileiros originados do pentecostalismo missionário (Brasil para Cristo, Deus é Amor, Nova Vida, Universal do Reino de Deus e muitas outras).

A formação desse segmento cristão no século XIX foi predominantemente baseada no fundamentalismo bíblico, no puritanismo e no sectarismo, base de uma visão de "afastamento das coisas deste mundo", inclusive da política. Muito se transformou nestas bases ao longo do século XX: emergiram grupos abertos à atuação social, alimentados por teologias como a do Evangelho Social e a do Cristianismo Prático. O movimento ecumênico e os movimentos de juventude evangélica tiveram forte papel nesta mudança. No entanto, o conservadorismo, que sempre foi a tônica entre os evangélicos, provocou a omissão das igrejas frente à imposição da ditadura militar no Brasil e também tornou possível o alinhamento de boa parte das lideranças evangélicas com o governo de exceção.[47]

> A postura oficial das igrejas protestantes diante do golpe militar de 1964, por meio de suas lideranças, pode ser classificada, de modo geral, como de apoio, sendo este imediato, da parte de presbiterianos e batistas, ou cauteloso, da parte de metodistas, episcopais e luteranos. A oposição com resistência existiu entre protestantes, mas não de forma oficial; foi assumida por lideranças clérigas e leigas, indivíduos e grupos vinculados ao movimento ecumênico e/ou que tinham, no seu histórico, uma formação teológica que levava a uma prática de engajamento social e de compromisso com a justiça. Muitos ingressaram em organizações de oposição à ditadura, atuaram até mesmo na clandestinidade e pagaram o preço por esse compromisso.[48]

1. Aspectos gerais da perseguição estatal

Os protestantes com engajamento social, especialmente, aqueles vinculados ao movimento ecumênico, eram identificados pelos agentes do sistema como inimigos da nação. Protestantes e o movimento ecumênico estiveram sob constante investigação das agências de inteligência, com base na compreensão de que tinham poder de disseminação de ideias contrárias à Doutrina de Segurança Nacional.

Um exemplo de tal compreensão e ação pode ser tomado do documento do SNI, produzido pela Agência Rio de Janeiro (ARJ), contendo 29 páginas, datado de 30 de outubro de 1980: "Genericamente, pode-se concluir que esses grupos religiosos procuram influir na política governamental nos diversos campos do poder nacional, através de educação e doutrinação das massas, visando a consecução de seus objetivos políticos". [49]

Os agentes da repressão denominavam "progressistas" tanto católicos quanto protestantes, por conta de ações consideradas "contestação ao regime vigente e às autoridades constituídas". Com relação ao segmento protestante o documento do SNI afirma que:

> [As igrejas] presbiterianas, metodistas e luteranas — têm sua ação orientada na linha semelhante a do clero [católico] progressista, através de diversos pastores e colaboradores tendo como ponto principal de apoio financeiro e de diretivas o Conselho Mundial de Igrejas – Cmi, Genebra/Suiça, de instituições de ensino como o Instituto Bennet no Rio e a Universidade Mackenzie em São Paulo.[50]

> Estes religiosos têm sua ação política de contestação ao regime, de apoio aos movimentos reivindicatórios e grevistas baseados em pontos semelhantes aos grupos progressistas da Igreja Católica acrescidos de:
>
> - fiel programação de eventos;
>
> - seus pronunciamentos são ressaltados através do Boletim "Tempo e presença" com vinculação ao CMI;
>
> - desenvolvimento e manutenção do Ecumenismo;
>
> - ênfase na doutrinação dos jovens.[51]

O apoio protestante internacional ao movimento ecumênico brasileiro, sobretudo do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), foi também alvo dos agentes estatais e consta em vários de seus documentos.[52]

2. Perseguição à Confederação Evangélica do Brasil

A Confederação Evangélica do Brasil (CEB), forte expressão do movimento ecumênico brasileiro, foi um dos grupos que mais sofreu as ações da repressão. Era uma organização das principais igrejas protestantes brasileiras, fundada em 1934, com diversas frentes de atuação entre educação cristã, ação social e juventude. O Departamento de Estudos da CEB realizou séries de marcantes conferências, com a ênfase "Igreja e Sociedade", entre elas a destacada Conferência do Nordeste (Recife, 1962) com o tema "Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro".[53]

Logo após o golpe de 1964, a CEB foi invadida e teve seus arquivos apreendidos por agentes das forças de repressão militar. Diversos integrantes do movimento ecumênico protestante passaram pela experiência do enquadramento em inquéritos policiais militares, como será relatado adiante: foram presos, outros torturados ou tiveram de fugir do Brasil. Os depoimentos a seguir refletem a crise.

> Em 1960, o golpe já estava chegando. Eu estava em São Paulo, na reunião da [Confederação Evangélica do Brasil] e me avisaram: "Tem um senhor querendo falar com você". Eu perguntei: "Quem é?". Responderam: "Não sei; não quis dar o nome". Fui lá. Um cavalheiro muito bem-vestido, de paletó, gravata, que perguntou: "O senhor é Waldo César?". Eu disse: "Sim". Respondeu: "Eu queria conversar com o senhor particularmente". Fui para outra sala. Ele apresentou a carteira do DOPS. Eu perguntei: "O que houve?". Ele respondeu: "Nós estamos aqui preocupados com o que estão discutindo. Que negócio é esse de nacionalidade? Que é isso?". Aí me deu um estalo e eu perguntei: "O senhor tem tempo?". Ele disse: "Como assim?". Respondi: "O senhor tem tempo? Porque eu tenho que começar com o Profeta Amós". O cara me olhou e repetiu: "Como assim?". Respondi: "É que essa história vem desde o século VIII, antes de Cristo". Ele me olhou espantado. Repeti: "Porque o Profeta Amós defendia uma sociedade nova, de justiça, e nós estamos tentando encontrar um caminho que nós queremos: um Brasil novo, uma nova nacionalidade de justiça". O cara disse: "Tá, tá, chega, chega. Já entendi. Eu vou assistir a sua reunião hoje

à tarde. O senhor não me apresente e não diga que eu estive aqui. Caso contrário, eu vou desmentir em público". Sentou, ouviu, foi embora e nunca mais apareceu. O golpe foi em 1964 e eles em 60 já estavam se articulando [Waldo César, leigo presbiteriano e diretor do Setor de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil].[54]

No dia 1º de abril de 1964, o movimento militar derrubou o presidente João Goulart. A junta de diretores da CEB realizou uma reunião extraordinária, quando a exoneração de Jether, Waldo, Francisco e Domício foi proposta. Ao mesmo tempo um oficial do governo que se dizia investido de tal autoridade visitou a CEB para examinar os seus arquivos e documentos e para descobrir possíveis atividades políticas subversivas da entidade. (...) Foi precisamente neste momento que a diretoria decidiu demitir tais pessoas, e estas receberam ordem de não irem mais à sede. [...] a Conferência do Nordeste tornou esta ruptura ainda mais aguda, e tudo culminou com a expulsão do grupo progressista. [...] em quase todas as igrejas, as medidas extremas tomadas pela diretoria tiveram repercussões desfavoráveis. [Domício Mattos, pastor presbiteriano e funcionário do quadro da CEB].[55]

3. Detenções arbitrárias e tortura de agentes eclesiásticos

As pesquisas da Comissão Nacional da Verdade não dão conta do exato número de detenções arbitrárias entre protestantes e de situações de tortura sofridas por homens e mulheres vinculados a este segmento religioso, nos porões das prisões do aparelho repressivo da ditadura militar, acusados de subversão e de representarem ameaças à segurança nacional. Alguns casos chegaram ao extremo de morte e desaparecimento forçado, como será relatado adiante. É lamentável reconhecer que as limitações de pesquisa da CNV se devem ao grande número de ocorrências, sua dispersão pelos estados do Brasil e ao silêncio de muitos dos que sofreram essas violações dos direitos humanos que, diante dos traumas e do desejo de apagamento das ultrajantes memórias, não se dão a conhecer. Os casos aqui listados dizem respeito a sobreviventes das prisões, e resultam de registros em bibliografia e documentação aos quais a CNV teve acesso e dos depoimentos coletados nas audiências públicas e privadas, realizadas em 2012 e 2013. Como pode ser verificado, várias dessas vítimas foram perseguidas duplamente: pelo regime e por suas igrejas.

Principiando pelas detenções que recaíram sobre religiosos metodistas:

Dourival Beulke, pastor metodista, atuou em Recife/PE como missionário enviado pela Conferência Metodista de São Paulo para a frente missionária metodista do Nordeste. Preso por crime contra a segurança nacional em 1964, por vários meses.[56]

Adahyr Cruz e Onésimo de Oliveira, estudantes de Teologia da Igreja Metodista, presos por um dia, pelo DOPS, em São Paulo, em 1966, depois de participarem de uma passeata de estudantes universitários em protesto contra a proposta de reforma universitária pela ditadura militar.[57]

Derly José de Carvalho, líder da juventude metodista em Muriaé (MG), migrou com a família para o ABC paulista e passou a integrar o movimento sindical (1959), quando se tornou membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mais tarde do "Grupo dos 11 do Brizola", em

1963, e do PCdoB. Em 1964, foi eleito para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em 1966, foi enviado pelo partido à China, mas não conseguiu retornar ao Brasil devido à ameaça de prisão, e teve que buscar abrigo na Albânia. Conseguiu retornar ao país na clandestinidade e aderiu à luta armada (que classifica, em depoimentos, como "defesa armada"). Foi preso em maio de 1969, quando sofreu tortura. Após dois anos na prisão, foi trocado pelo embaixador da Suíça Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela VPR quando fora deportado para o Chile, em 13 de janeiro de 1971.

> Eu tinha reunião, mas não fui, então o pessoal foi até minha casa e, quando chegaram, eles estavam lá. E como o pessoal já estava preparado houve um enfrentamento, quando morreram um ou outro. Com isso, eles não me executaram naquele momento porque a CIA queria falar comigo. (...) Morreu uma pessoa da equipe do Sergio Paranhos. Tivemos certeza absoluta de que ele morreu dentro da minha casa. E eu já estava preso, no pau de arara. Nessa hora eles queriam saber quem tinha ido à minha casa. (...) Eu fiquei 90 dias completamente incomunicável, minha mulher e ninguém sabiam onde eu estava. Passei quase 90 dias sem conseguir levantar do chão e sentar numa cadeira. Fui duas vezes para fazer massagem cardíaca no Hospital das Clínicas.[58]

Renato Godinho Navarro, jovem metodista de Belo Horizonte ligado à AP. Preso no DEOPS, Belo Horizonte/MG, em 1969, depois preso arbitrariamente em Santo Amaro da Purificação, quando vivia na clandestinidade. Levado para o quartel do Exército no Forte Barbalho, Salvador/BA, em maio de 1971 (a ordem de prisão só foi emitida em novembro) até dezembro de 1973. Foi condenado em 1972 a três anos e seis meses de prisão. Na fase indiciária sofreu tortura:[59]

> No Forte Barbalho passei por sessões de tortura física e psicológica — pau de arara, choques elétricos, principalmente na cabeça e nos órgãos genitais, e sempre com os olhos vendados. Após várias sessões, desmaiei. Quando acordei estava na cela e não conseguia me levantar. Acredito que devido aos choques elétricos. O processo de colocar-me de pé se deu de forma progressiva. Dependo na fase inicial de apoiar-me nas paredes da cela. A cela era um porão com grades na entrada e sem nenhuma janela. Sem nenhum tipo de instalação sanitária. As necessidades eram feitas numa lata e depois, acompanhado por metralhadoras ou fuzil, eu era obrigado a despejá-las todas em outro lugar.[60]

Anivaldo Pereira Padilha atuava no movimento de juventude da Igreja Metodista e ecumênico nos anos 1960. Membro da Igreja Metodista na Luz, cidade de São Paulo, exerceu várias funções de liderança na igreja em nível nacional: diretor do Departamento de Mocidade da Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista, redator da revista da juventude metodista "Cruz de Malta", secretário-executivo da União Brasileira de Juventude Ecumênica (Ubraje), e secretário regional para o Brasil da União Latino-Americana de Juventude Evangélica (ULAJE). Era estudante de Ciências Sociais da USP, o que tinha relação com a formação cristã que recebera, baseada na teologia da responsabilidade sociopolítica da Igreja. Era vinculado à organização de esquerda formada por cristãos brasileiros Ação Popular (AP).

Anivaldo Padilha foi preso pela Operação Bandeirantes (Oban) em 28 de fevereiro de 1970 (...). A prisão ocorreu alguns meses depois de um exemplar do jornal Unidade III da Federação dos Jovens Metodistas de São Paulo, editado por Anivaldo Padilha, ter sido encaminhado ao DOPS pelos informantes pastor metodista José Sucasas Jr. e bispo metodista Isaías Sucasas (28 de agosto de 1969).[61] O jornal continha críticas à direção da Igreja Metodista e artigos avaliativos da situação da Igreja e dos jovens.[62]

Um mês depois da delação dos líderes da Igreja Metodista, foi iniciado um inquérito policial pelo DOPS (29 de setembro de 1969) "para apurar atividades de militantes da Ação Popular (AP). Foi apurado que o requerente [Anivaldo Padilha] participou de reuniões de caráter político, realizadas na Igreja Metodista em São Paulo". A prisão aconteceu, então, em fevereiro do ano seguinte.[63]

Fernando e Celso Cardoso da Silva, irmãos, membros da Igreja Metodista Central em São Paulo, ligados à Ação Popular, presos em 28 de fevereiro de 1970. Testemunha da prisão e das torturas: Anivaldo Padilha.

Os irmãos Fernando e Celso Cardoso foram presos em casa no mesmo dia. Uma reunião de jovens na Igreja Metodista Central de São Paulo foi invadida por agentes da Oban para procurar outros metodistas participantes da Ação Popular, como Domingos Alves de Lima e Clara Amélia Evangelista. "Quando a polícia chegou, quando o DOI-CODI chegou à Igreja Central para prendê-los, prender todo mundo, o pessoal fugiu. Eles fugiram pelos fundos, lá na Igreja Central. Dali, depois foram para o Chile".[64] O depoimento do pai de Domingos ao DOPS confirma a narrativa: "(...) 4 - Declarou o seguinte: (...) que soube, no domingo, ter seu filho fugido da Igreja quando percebeu a chegada da polícia, que depois disso não soube do seu paradeiro (...)".[65]

Ao chegar à prisão da Oban, Anivaldo Padilha recebeu tortura imediata:

Ao chegarmos à Oban (...) assim que a porta se fechou, recebi um soco no estômago, com tal violência, que caí e fiquei alguns segundos sem poder respirar. Começaram, então, a aplicar em mim o "telefone", método de tortura que consiste em golpear os ouvidos da vítima com as duas mãos ao mesmo tempo, em formato côncavo. Os golpes foram repetidos várias vezes, seguidos de gritos para que eu confessasse ser membro de uma organização clandestina e que revelasse os nomes e endereços de todos os meus amigos. Descobri que estava diante do chefe da equipe de plantão naquele dia, o conhecido capitão Albernáz. Não consegui saber o nome do seu assistente naquele momento. Após esse interrogatório fui levado a uma das celas.

Na parte da tarde, fui levado novamente para interrogatório. A partir desse momento, as torturas se intensificaram. Trouxeram Eliana, Celso e Fernando Cardoso da Silva, dois jovens metodistas como eu, que tinham sido presos também, e nos aplicaram golpes de "palmatória", novamente o "telefone" e choques elétricos. Nessa sessão de torturas havia mais dois homens que, posteriormente, descobri tratarem-se do capitão Coutinho, da Polícia Militar/Corpo de Bombeiros, e de um torturador de apelido "Paulo Bexiguento", provavelmente devido às marcas de cicatrizes de catapora em seu rosto.

> Depois de muito tempo de torturas, nos separaram e fui levado de volta à cela, já ao escurecer. Eu não havia ingerido nenhum alimento desde o café da manhã. Minha boca estava extremamente seca. Tinha a impressão de que minha língua ia rachar ou que minhas mucosas estavam se esfacelando. Pedi água e o carcereiro me respondeu: "Não tenho autorização para dar água a presos que voltam do interrogatório. Beber água logo depois de levar choques pode matar". Trouxeram a janta: sobras da comida do quartel trazidas em grandes caldeirões. Tive dificuldade para comer. Além da boca seca, minhas mãos estavam inchadas e eu mal conseguia segurar a colher. Ademais, eu tinha grande dificuldade para deglutir a comida composta de arroz, feijão e tomate picado. Meu companheiro de cela insistiu para que eu comesse porque aquela era a única refeição diária. Às vezes, serviam o café da manhã, que consistia em uma pequena caneca de café com leite e um pãozinho. Conheci, naquele instante, uma outra forma de tortura: a fome. Não consegui dormir.
>
> Tarde da noite, vieram me buscar novamente. Achavam que eu devia ser um comunista importante porque tinha relações internacionais, especialmente com o mundo ecumênico. E, segundo eles, esse era um movimento subversivo. Forçaram-me a tirar minha roupa e me colocaram na "cadeira do dragão". Uma cadeira revestida com folhas de metal conectadas por um fio a um rádio militar de campanha. Fui colocado nu no assento com minhas mãos e pés amarrados. Exigiram que eu desse todas as informações que eu possuía. A cada negativa, o torturador girava a manivela do telefone para aumentar a intensidade dos choques. Para tornar os efeitos mais fortes, colocaram uma toalha úmida sob minhas nádegas. Os choques me provocavam convulsões e gritos. A sensação era de perda total de controle sobre minha capacidade mental, racional, e sobre os meus movimentos. Era insuportável! Posteriormente descobri que o torturador se chamava Baeta, mas não consegui saber se era militar ou civil. (...)
>
> Os interrogatórios diários, acompanhados de torturas físicas (choques, cadeira do dragão, socos, palmatória) e morais (simulação de execução, saída de carro com ameaças de jogarem meu corpo na Serra do Mar, insultos, ser qualificado com palavras de baixíssimo calão, ameaças de torturarem meus pais etc.) continuaram por muitos dias e depois diminuíram, até que, finalmente, fomos enviados ao DOPS para as formalidades policiais. Foram 20 dias diretos de "interrogatórios" na Oban.[66]

Ana Maria Ramos Estevão, membro da Igreja Metodista em Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo, ex-aluna de Teologia do Instituto Metodista, líder de jovens metodistas, tornou-se integrante da Aliança de Libertação Nacional (ALN). Presa por três vezes (junho de 1970, junho de 1972 e agosto de 1973; encaminhada para o Presídio Tiradentes, num total de nove meses). Julgada e absolvida. Na primeira prisão, pela Oban, foi torturada por 15 dias:

> Fiquei nua no pau de arara, levei choque na vagina. Recebi muita ameaça de que iriam me estuprar, não chegaram a cumprir. Os primeiros três dias foram mais fortes. Nos outros dias, a gente ouvia os gritos, as ameaças... você vê o chão todo sujo de sangue... nos amordaçavam para não gritarmos quando levávamos o choque.

> Levei vários tapas no rosto. O capitão Gaeta depois foi lá embaixo na minha cela dizer que tinha batido na gente porque a gente estava tendo ataque histérico. Ainda vinha se justificar. "Vocês não eram tão quentes assim na esquerda? Mesmo assim a gente teve que ser violento, porque vocês estavam tendo ataque histérico, começava a gritar". E isso foi o que mais me ofendeu... claro... ser pendurada, ser obrigada a ficar nua, levar choque na vagina, tudo isto é muito humilhante, mas dizer que foi porque a gente tinha uma crise histérica, é uma coisa para te ofender como mulher.[67]

Idinaura Aparecida Marques, jovem da Igreja Metodista, ligada à ALN, presa em 12 de julho de 1970 pela Oban. Indiciada em inquérito policial por atividades subversivas em 10 de agosto de 1971. Condenada a seis meses de prisão em 1971.[68] Testemunha da prisão e das torturas: Ana Maria Ramos.

Claudius Ceccon, jovem metodista, arquiteto e cartunista que participava do Centro Ecumênico de Informação, foi preso em novembro de 1970 juntamente com toda a equipe de redação do jornal alternativo *Pasquim*, onde trabalhava como cartunista. O grupo ficou preso até fevereiro de 1971, momento em que Claudius Ceccon foi para o exílio em Genebra, passando a atuar no Conselho Mundial de Igrejas, na área de educação popular, junto com o educador Paulo Freire, que também estava no exílio.[69]

A violência do regime militar também se abateu sobre religiosos presbiterianos. Apolo Heringer Lisboa, líder jovem da Igreja Presbiteriana do Brasil, vice-presidente e depois presidente do Diretório Acadêmico Alfredo Balena, em 1964, da Universidade Federal de Minas Gerais, como aluno da Faculdade de Medicina; vice-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1966. Preso pela primeira vez em maio de 1964, pela segunda vez em 1966, coordenou uma manifestação da UNE contra a posse do presidente Costa e Silva. Declara não ter sofrido tortura, tendo sido interrogado pelo general Otávio Medeiros de Aguiar, ex-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação). Depois de contatos na prisão em 1964, tornou-se integrante da Polop (Organização Política Marxista – "Política Operária") da qual foi diretor estadual. Na divisão da Polop, ajudou a criar a Colina (Comando de Libertação Nacional), terminou o curso de Medicina e, em 1968, entrou para a clandestinidade. Teve que fugir do país em 1973 e se exilou no Chile.[70]

Waldo César, leigo da Igreja Presbiteriana do Brasil, diretor da Comissão Igreja e Sociedade-Brasil (ligada ao Conselho Mundial de Igrejas – CMI), um dos fundadores do Centro Ecumênico de Informação, editor da Revista *Paz e Terra*. Em fevereiro de 1967, Waldo César teve sua casa invadida pelo DOPS e foi preso. Esteve incomunicável por uma semana. Sofreu tortura psicológica. Seus livros e documentos foram apreendidos, entre eles todos os documentos preparatórios da Conferência Mundial de Igreja e Sociedade (do CMI, 1966).

> [Fui preso] em fevereiro de 1967 por agentes do DOPS em operação conjunta com o SNI e o DFSP, por ordem da Casa Militar da Presidência da República, permanecendo incomunicável no quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar, com todos os constrangimentos decorrentes de uma situação arbitrária, o que foi relatado pelos mais importantes órgãos de imprensa da época. (...) À prisão seguiu-se a instauração do processo na 2ª Auditoria da 1ª Região Militar, [Inquérito nº 135/67, instaurado pelo Departamento de Polícia Federal (DPF/DR/G8)], que se estendeu de 1967 a 1970, tornando praticamente impossível exercer minhas atividades profissionais, com todas as consequências previsíveis para a minha sobrevivência pessoal e familiar. Uma nova ordem de prisão, em dezembro de 1968, imediatamente após a decretação do AI-5, só não se confirmou por eu haver me ausentado do Rio.[71]

Eber Fernandes Ferrer, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, líder do movimento ecumênico, denunciado ao DOPS de Curitiba por um padre e preso em São Paulo, em 1968. Foi solto após a intervenção de um parente que era militar. Em 1970, quando era Secretário Geral da União Latino-Americana de Juventude Evangélica (ULAJE), após a prisão do Anivaldo Padilha, seu companheiro de atuação na União Brasileira de Juventude Evangélica (Ubraje), decidiu fugir do Brasil.[72]

Leonildo Silveira Campos, seminarista da Igreja Presbiteriana Independente, foi preso por 15 dias nas dependências da Oban e no DOPS, em São Paulo, em 1969. Solto por falta de provas, foi tachado de subversivo e perdeu o emprego em um banco.

> "Quando eu fui preso, havia escrito uma carta para um colega de outra cidade e ele tinha envolvimento com pessoas que assaltavam bancos, mas não era gente ligada à subversão. Ele morava numa pensão quando prenderam seus colegas e, então, acharam minha carta, na qual eu falava que participava de passeatas e era seminarista. Por isso fiquei cerca de 15 dias preso. No quartel do Exército permaneci dez dias e fiquei alguns dias no DOPS." [73]

> [Leonildo] Tem uma marca de queimadura no polegar e no indicador da mão esquerda produzida por descargas elétricas em sessões de tortura: "Enrolavam fios na nossa mão e descarregavam eletricidade" (...) Não esquece o modus operandi do pastor batista Roberto Pontuschka, capelão do Exército que à noite torturava os presos e de dia visitava celas distribuindo o "Novo Testamento". (...) "Um dia bateram na cela: 'Quem é o seminarista que está aqui?'", conta ele, 21 anos à época. "De terno e gravata, ele se apresentou como capelão e disse que trazia uma Bíblia para eu ler para os comunistas f.d.p. e tentar converter alguém." (...) O pastor batista afirmou, apontando para uma pistola debaixo do paletó: "Para os que desejam se converter, eu tenho a palavra de Deus. Para quem não quiser, há outras alternativas." [74]

Zwinglio Mota Dias, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, integrante do movimento ecumênico, preso no DOI-CODI no Rio de Janeiro em 1º de julho de 1970, foi indiciado no inquérito nº 10/70/DPS, aforado à 2ª Auditoria da Aeronáutica.[75] Sofreu tortura psicológica para denunciar o irmão Ivan Mota Dias (preso e desaparecido em 1971 como relatado adiante). Enquanto estava no DOI-CODI, militares enviaram observadores para a sua igreja, para analisar o comportamento dos fiéis. Foi, exilado, para o Uruguai.[76]

Rubem César Fernandes, jovem da Igreja Presbiteriana do Brasil, preso em 1962, antes do golpe, por participar de movimentos estudantis. "Pastores fizeram uma lista com 40 nomes e entregaram aos militares. Um almirante que vivia na igreja achava que tinha o dever de me prender. Não me encontrou porque eu estava escondido e, depois, fui para o exílio."[77]

> Zenaide Machado de Oliveira, jovem da Igreja Presbiteriana Independente, estudante de Ciências Sociais, ligada à UCEB, militante desde 1964 no Partido Comunista. Vivia na clandestinidade desde 1969, quando já tinha prisão decretada. Presa em 1971, foi levada para o quartel da Polícia do Exército, à rua Barão de Mesquita (Rio de Janeiro). Ficou incomunicável por 60 dias e sofreu tortura da parte de agentes de nome Doutor Bruno, Nagib, Cardeal, Bugre e Cururu. Foi transferida para o quartel da Vila Militar, onde sofreu com tortura

psicológica e constrangimento sexual da parte do capitão Guimarães e do capitão Ailton. Foi enviada para o Presídio Talavera Bruce, onde ficou até 1974, quando foi solta.

Caso de grande repercussão foi o da prisão e tortura do pentecostal Manoel da Conceição, membro da Assembleia de Deus, líder camponês do Maranhão, integrou a Ação Popular (AP)[78]. Em 13 de julho de 1968, durante uma reunião na sub-sede do sindicato, em Anajá, região de Pindaré-Mirim, policiais chegaram atirando. Conceição foi ferido na perna direita e novamente preso. Depois de seis dias na prisão, sem tratamento médico, parte da perna gangrenou e teve que ser amputada. Na época, o governador do Maranhão pela UDN José Sarney lhe ofereceu vantagens materiais para que silenciasse, mas Conceição se recusou e respondeu ao político com uma frase que ficou famosa: "Minha perna é minha classe". Para reiniciar a caminhada, Manoel Conceição contou com o apoio dos camponeses e dos seus companheiros da AP, que angariarou recursos que garantiram o tratamento da perna e a colocação de uma prótese mecânica em São Paulo, o que tornou possível que retornasse a Pindaré. No início da década de 1970, o governo militar intensificou a repressão contra os trabalhadores na região de Pindaré-Mirim, centenas de pessoas foram presas, e no dia 2 de janeiro de 1972 Manoel Conceição foi novamente preso, em Trufilândia, região de Pindaré e levado para o DEOPS de São Luís (MA).

Em 24 de fevereiro, foi sequestrado por agentes do DOI-CODI e movido para o Rio de Janeiro. Foi entregue ao Comando do I Exército e levado para o quartel da PE no bairro da Tijuca. Logo que chegou à "antessala do inferno", nome que os próprios agentes davam ao lugar, a perna mecânica foi arrancada e, nu, foi colocado na "geladeira", a solitária, onde era tratado literalmente a pão e água, entre sessões de interrogatório e torturas. Depois de ser levado a hospital para ser medicado com antibióticos e tomar banho de gelo para espalhar o sangue coagulado no corpo, Conceição foi conduzido de volta ao quartel da PE, onde as torturas continuavam com a mesma brutalidade e prosseguiram no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), onde o "Dr. Cláudio" (codinome usado pelo inspetor Solemar de Moura Carneiro, especialista em interrogar militantes da AP) comandava as atrocidades.

Além das torturas convencionais com choque elétrico, pau de arara e espancamento, Conceição relata: "Levantaram meus braços com cordas amarradas ao teto, colocaram meu pênis e os testículos em cima da mesa e com uma sovela fina de agulhas de costurar pano deram mais de trinta furadas. Depois bateram um prego no meu pênis e o deixaram durante horas pregado na mesa". Após sete meses de tortura, incomunicável e desaparecido, o agricultor teve os cabelos e barbas cortadas e foi levado para Fortaleza e deixado numa cela do quartel do Exército 5º BIS, durante 15 dias, até ser apresentado à Auditoria Militar, em setembro de 1972.

Em maio de 1975, Conceição foi julgado na Auditoria Militar, em Fortaleza, e condenado a três anos de prisão. Depois de libertado, Manoel foi acolhido pelo arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que providenciou sua viagem para São Paulo, onde o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright o internaram no Hospital Santa Catarina.[79] Devido à tortura, o agricultor urinava através de sonda e ficou impotente por anos. Depois de um mês de tratamento no hospital, ele foi para a casa do padre Domingos Barbé, em Osasco. Na manhã de 28 de outubro de 1975, a casa foi invadida por policiais, que levaram Manoel para o DEOPS paulista, onde o jogaram nu numa fossa cúbica, não muito longe da sala de torturas, de onde escutava os gritos de outros presos e também ouvia nos pesadelos o eco dos seus próprios gritos. Além do espancamento e choques elétricos, Conceição era ameaçado por policiais do DOI-CODI, que avisavam: "Sua prisão não tem nada a ver com a Justiça, que foi incapaz de julgá-lo. O problema é nosso".

As torturas só foram interrompidas quando Conceição recebeu a visita do advogado Mário Carvalho de Jesus, da Frente Nacional do Trabalho. Na ocasião, o Papa Paulo VI enviou um telegrama ao general Ernesto Geisel, pedindo por sua vida e exigindo libertação. Em 11 de dezembro de 1975, Manoel foi finalmente solto e ficou sob a proteção da Anistia Internacional, que providenciou seu exílio em Genebra, na Suíça, para onde partiu em março de 1976.

4. Mortes e desaparecimentos forçados de agentes de pastoral, leigos e clérigos

São sete os protestantes contados entre os mortos ou desaparecidos por conta das ações dos órgãos de repressão do regime militar. Os nomes apresentados a seguir foram identificados por meio de pesquisa no *Acervo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*[80] e nos registros da *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos – Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985).*[81] Sobre os irmãos Daniel, Devanir e Joel José de Carvalho, foram ainda consultados o *Acervo do Centro de Memória Sindical* [82] e o *Acervo do Núcleo de Preservação da Memória Política*.[83] Vários deles foram perseguidos duplamente: pelo regime e por suas igrejas.

Juarez Guimarães de Brito. Nascido em Belo Horizonte, foi morto aos 32 anos. Era membro da Igreja Presbiteriana. Passou parte da infância no Maranhão, onde seu pai, engenheiro, foi Secretário de Agricultura. Na capital mineira, estudou no Colégio Batista e se formou, em 1962, nos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi integrante da Juventude Trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e atuou nos sindicatos de trabalhadores, assessorando e organizando cursos de história e oratória. Participou de várias mobilizações da época, como a greve dos mineiros de Nova Lima, contra a Hanna Corporation, e dos trabalhadores da Liga Camponesa de Três Marias.

Em 1963, foi trabalhar em Goiás, como assessor e professor da Universidade Federal. Em 1964, mudou-se para Recife, onde exerceu funções na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Era casado com Maria do Carmo Brito, também militante de esquerda.

Após a deposição do presidente João Goulart, Juarez foi preso e ficou cinco meses detido. Ao ser libertado, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar como sociólogo e pesquisador. Liderou o grupo dissidente da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) que, em julho de 1968, constituiu o Comando de Libertação Nacional (Colina), responsável por inúmeras ações armadas, em Belo Horizonte e no Rio. Após a fusão entre Colina e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Juarez foi um dos dirigentes da nova organização, acompanhado da esposa. Comandou a maior operação armada para obtenção de recursos financeiros ocorrida em todo o ciclo da guerrilha urbana: o roubo do cofre de uma amante do ex-governador paulista Adhemar de Barros, contendo 2,8 milhões de dólares.

Juarez Guimarães de Brito recorreu ao suicídio para não ser preso quando foi vítima de emboscada no Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1970. Juarez estava acompanhado da esposa, Maria do Carmo, para um encontro com um militante na Lagoa Rodrigues de Freitas, no Rio de Janeiro. Chegando à área, na esquina das ruas General Tasso Fragoso com Jardim Botânico, o carro em que estava foi fechado por um Volkswagen grená. Juarez seguiu dirigindo o veículo enquanto Maria do Carmo manejava uma pequena pistola. Os ocupantes do Volkswagen saíram do carro atirando contra os dois militantes. Quando se percebeu completamente cercado, Juarez, já baleado no braço e no abdômen, tirou a arma da mão de Maria do Carmo e desferiu um tiro contra o próprio ouvido direito, cumprindo um pacto que tinha firmado com ela, de não serem presos vivos. Maria do Carmo, porém, foi presa.[84]

Os irmãos Daniel José de Carvalho e Joel José de Carvalho. Daniel José de Carvalho, desaparecido aos 28 anos, e Joel José de Carvalho, desaparecido aos 26 anos, eram membros da Igreja Metodista, integrantes de uma família que, na década de 1950, migrou de Minas Gerais para São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho, deixando para trás a vida camponesa. A família chegou ao ABCD paulista no início da instalação da indústria automobilística e transformou-se em operária. Daniel, Joel e outros três irmãos participaram ativamente como militantes políticos no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e se engajaram em organizações de esquerda que lutaram contra a ditadura militar. Só dois deles sobreviveram; um foi morto sob tortura, e Daniel e Joel constam na lista dos desaparecidos políticos.

Daniel e Joel foram presos em 1969, processados por militância na Ala Vermelha. Foram banidos do país em janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em 7 de dezembro de 1970. Depois de se vincularem à VPR, os irmãos foram para a Argentina e tentaram entrar clandestinamente no Brasil pela fronteira sul, no dia 11 de julho de 1974, juntamente com quatro outros militantes da organização: o sapateiro José Lavechia (55 anos); o argentino Enrique Ernesto Ruggia, estudante de Veterinária em Buenos Aires (18 anos); Onofre Pinto, ex-sargento do Exército brasileiro (37 anos); e Vitor Carlos Ramos, escultor (30 anos). A operação tratava-se de uma armadilha preparada por “cachorros” (militantes que haviam passado a trabalhar para a repressão). Na armadilha, uma operação preparada pelo CIEX no Parque Nacional do Iguaçu, o “cachorro” Alberi Vieira dos Santos, ex-sargento da Brigada do Rio Grande do Sul e liderança da Guerrilha de Três Passos, foi usado como isca, com apoio de outro agente, para que os exilados entrassem no Brasil. Um dos comandantes da operação, o então capitão de cavalaria Paulo Malhães, era o controlador de Alberi. Naquele mesmo local ocorreram as execuções de cinco componentes daquele grupo de militantes (Onofre Pinto foi morto em Foz do Iguaçu). O Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos *Direito à memória e à verdade* (2007) já trazia registro sobre este caso, a partir de declarações do sargento da Oban Marival Chaves, o que foi aprofundado pelo trabalho da CNV.

A Comissão Especial sobre Mortos de Desaparecidos valeu-se de relatório do Ministério do Exército, de 1993, que apresenta os dados referentes a Daniel, e comprova que realmente existia uma ligação direta entre os órgãos de repressão dos diversos países do Cone Sul, ainda antes de iniciada a chamada Operação Condor: “O Ministério das Relações Exteriores retransmitiu informações enviadas pelo governo argentino, confirmando o seu ingresso naquele país em 3/10/1973, procedente do Chile, e radicando-se em 31/10/1973 na Província de Corrientes”. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa a respeito de Daniel que “em 12/10/1973 seu nome constou de uma relação de brasileiros que se encontravam no Chile e solicitaram asilo político na Embaixada da Argentina, viajando para aquele país onde passaram a residir”. Relatório da Marinha não cita o nome de Daniel e o da Aeronáutica menciona que é dado como desaparecido na Argentina em 1973, não havendo dados que confirmem.

Devanir José de Carvalho. Morto aos 28 anos, era membro da Igreja Metodista, originário de Muriaé (MG). Um dos irmãos da família José de Carvalho, como descrito acima, que na década de 1950 migrou de Minas Gerais para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Devanir encontrou trabalho no ABCD paulista quando a indústria automobilística se implantava naquela região. Ainda adolescente, tinha aprendido com o irmão mais velho o ofício de torneiro mecânico e, desde então, passou a trabalhar em empresas metalúrgicas de grande porte, como a Villares e a Toyota, em São Bernardo do Campo.

Em 1963, casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos. No mesmo ano, começou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando de greves, período de sua vinculação ao PCdoB. Após a deposição do presidente João Goulart, fugiu da repressão política mudando-se com a família para o Rio de Janeiro, onde traba-

lhou como motorista de táxi. Em 1967, rompeu com o PCdoB, acompanhando o grupo dissidente que deu origem à Ala Vermelha. Em 1969, liderou nova dissidência nesse grupo para constituir o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Consta em documento do DOPS, na certidão de óbito e no laudo do exame do IML/SP que ele morreu em 5 de abril de 1971 após ter sido atingido por uma rajada de metralhadora quando chegou a uma residência da rua Cruzeiro, no bairro Tremembé, em São Paulo. Segundo depoimentos de presos políticos que se encontravam detidos no mesmo período, Devanir foi preso na casa da rua Cruzeiro e levado ao DOPS, onde teria permanecido por dois dias, torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, chegando a falecer.

Em processo judicial a que Devanir respondeu perante a Justiça Militar, advogados teriam visto uma foto do cadáver, não localizada posteriormente, com marca de perfuração de bala na altura do coração e inúmeros ferimentos, em várias partes do corpo, principalmente na cabeça. O laudo da necropsia, assinado pelos médicos legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, manteve a versão de que o metalúrgico foi morto em tiroteio. Em seu voto na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, aprovado por unanimidade, o relator Nilmário Miranda se apoiou no depoimento prestado por Ivan Seixas:

> Quando fui preso, em 16/4/1971, ouvi vários torturadores do DOI-CODI do II Exército contarem detalhes sobre a morte de "Henrique", codinome de Devanir. Esses torturadores diziam que fariam comigo "o que Fleury fez com teu chefe, o Henrique". Quando fui transferido para o DOPS/SP, ouvi de vários carcereiros e policiais que "teu chefe aguentou três dias de tortura e não falou nada" ... quando fui levado para interrogatório pelo torturador "Carlinhos Metralha" (Carlos Alberto Augusto), ouvi dele que Devanir tinha sido preso, ferido e torturado até a morte pelo delegado Fleury.

Heleny Telles Ferreira Guariba. Desaparecida aos 30 anos de idade, era membro da Igreja Metodista Central de São Paulo. Formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização em cultura grega. Recebeu bolsa de estudos do Consulado da França em São Paulo, e especializou-se na Europa de 1965 a 1967. Fez inúmeros cursos, inclusive em Berlim, onde estudou sobre o teatrólogo Bertold Brecht e estagiou como assistente de direção. Ao voltar ao Brasil, trabalhou em teatro e deu aulas na Escola de Arte Dramática de São Paulo – EAD. Foi contratada pela Prefeitura de Santo André para dirigir o grupo de teatro da cidade, onde desenvolveu inúmeros trabalhos culturais, montando uma peça de Molière com alunos das escolas municipais. Com o AI-5, seu trabalho foi interrompido, tendo ingressado na Aliança Francesa, em São Paulo, onde também montou e dirigiu peça de teatro, em francês. Foi casada com um colega da Faculdade de Filosofia, Ulisses Telles Guariba, que se tornou professor de História na USP, com quem teve dois filhos.

Tornou-se militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e foi presa em março de 1970, em Poços de Caldas (MG). Sofreu tortura na Oban (DOI-CODI/SP), pelos capitães Albernaz e Homero. Ficou internada no Hospital Militar durante dois dias, em função de hemorragia provocada pelos espancamentos. Foi transferida para o DOPS/SP e, depois, para o Presídio Tiradentes. Foi assistida pelo advogado José Carlos Dias e solta em abril de 1971. Preparava-se para deixar o país quando foi novamente presa em julho de 1971 e desapareceu.

Apesar do silêncio e da negativa sistemática das autoridades, as provas acerca da prisão e desaparecimento forçado de Heleny Guariba foram coletadas. Inês Etienne Romeu, em seu relató-

rio de prisão, testemunhou que, durante o período em que esteve sequestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), conhecido como "Casa da Morte", entre outros desaparecidos, estiveram ali, no mês de julho de 1971, Walter Ribeiro Novaes, Paulo de Tarso e uma moça, que acredita ser Heleny Guariba. Na casa clandestina em Petrópolis, Heleny foi torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina.

Ivan Mota Dias. Desaparecido aos 29 anos de idade, era membro da Igreja Presbiteriana do Brasil. Cursou História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e militava no movimento estudantil. Deu aulas no curso pré-vestibular da universidade. Terminaria sua graduação em dezembro de 1968, mas dois meses antes foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Recebeu *habeas corpus,* mas depois foi acusado de ligação com organizações revolucionárias e de envolvimento no roubo de um caminhão, foi condenado a oito anos de prisão por ser integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e teve a prisão preventiva decretada. Passou a viver na clandestinidade. Durante esse período, fazia traduções e morava num quarto alugado em uma pensão próxima à Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Nessa época havia deixado o PCB e aderido à Vanguarda Popular Revolucionária.

A segunda prisão ocorreu no dia 15 de maio de 1971, no bairro de Laranjeiras, cidade do Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), depois disso desapareceu. Alex Polari de Alverga, que estava preso na Base Aérea do Galeão, declarou ter ouvido o serviço de alto-falante da base anunciar a prisão de Ivan, conhecido como "Comandante Cabanos". Inês Ettiene Romeu, em seu relatório sobre o período em que ficou sequestrada no sítio clandestino conhecido como "Casa da Morte", em Petrópolis (RJ), declara que o carcereiro a quem conhecia como "Dr. Guilherme" lhe afirmou que Ivan iria ser preso e, posteriormente, o mesmo agente lhe disse que Ivan tinha sido morto.

Informados, no mesmo dia, por telefonema anônimo, a respeito da prisão do filho, seus pais foram ao Rio de Janeiro para buscar localizá-lo em alguma dependência dos órgãos de segurança. Foram ao DOI-CODI, ao I Exército, à Aeronáutica, ao DOPS, ao Exército em São Paulo e Belo Horizonte. Um *habeas corpus* requerido em 22 de junho foi negado. Recorreram à Igreja Presbiteriana, à ICAR, ao Conselho Mundial de Igrejas. Tiveram ajuda do deputado Lysâneas Maciel e também do advogado Marcelo Cerqueira, que seria mais tarde deputado federal pelo Rio de Janeiro. Ivan Mota Dias nunca foi localizado.

Paulo Stuart Wright. Desaparecido aos 40 anos de idade, era evangélico, da Igreja Presbiteriana, filho de missionários norte-americanos. Nascido em Joaçaba (SC), foi para os Estados Unidos cursar a universidade em Sociologia e Política. Tinha preocupações com as condições de trabalho dos operários, o que o levou a trabalhar na construção civil em Los Angeles, nas férias. Lá também fundou um grupo contrário à discriminação racial. Cursava o doutorado em Sociologia quando, como cidadão americano, foi convocado para a guerra da Coreia. Não se alistou e resolveu deixar os Estados Unidos, quando passou a ser procurado pelo FBI.

De volta ao Brasil, em 1956, trabalhou como torneiro mecânico em São Paulo e em Santa Catarina. Em 1960, tornou-se secretário-regional da União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) e no mesmo ano assumiu uma secretaria municipal em Joaçaba, terra natal. Foi o primeiro candidato protestante à prefeitura da cidade, em 1960, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); perdeu por 11 votos. Foi chamado para dirigir a Imprensa Oficial do Estado. Mudou-se para Florianópolis, onde se dedicou a organizar os pescadores numa rede de cooperativas, para se livrarem dos atravessadores. Em 1962, é fundada a Fecopesca, com 27 cooperativas associadas. Em 1962, foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP). Em 1963, participou da criação da Ação Popular (AP), formada por militantes jovens oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), União Cristã de Estudantes do Brasil e Associação Cristã dos Acadêmicos.

Paulo Stuart Wright passou a lidar com forte oposição na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tendo chegado a sofrer um atentado planejado pelo seu suplente. Depois de abril de 1964, a Assembleia Legislativa catarinense acabou cassando o seu mandato por "falta de decoro parlamentar" (já que não usava gravata e paletó).

Asilou-se no México, de onde voltou, clandestinamente, um ano depois. Começou então a sua militância como dirigente da Ação Popular. Foi submetido a vários processos na Justiça Militar, recebendo algumas condenações.

De acordo com documentos dos órgãos de segurança, Paulo Stuart Wright foi o representante oficial da AP na reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana em agosto de 1967. Teria recebido treinamento militar tanto naquele país quanto em Pequim e retornou ao Brasil para viver na clandestinidade. Foi submetido a vários processos na Justiça Militar, recebendo condenações.

Nos primeiros dias de setembro de 1973, Paulo Stuart Wright foi sequestrado e levado ao DOI-CODI/SP. Segundo informações de Osvaldo Rocha, dentista, militante da APML na ocasião do desaparecimento forçado de Paulo, ambos estavam juntos num trem que ia de São Paulo a Mauá, na Grande São Paulo. Nessa ocasião, ao terem percebido que eram seguidos por agentes da repressão política, Osvaldo desceu do trem em primeiro lugar e Paulo combinou que desceria em outro ponto.

Ao chegar à sua residência, localizada em São Paulo, Osvaldo foi preso por policiais, sendo, em seguida, conduzido às dependências do DOI-CODI, onde foi despido e passou a ser torturado violentamente. Nessa oportunidade, viu no chão a mesma blusa que Paulo usava há pouco, quando estavam no trem. Foram impetrados *habeas corpus* pelo advogado José Carlos Dias em favor de Paulo Stuart Wright e de Pedro João Tinn, nome falso usado por ele nos documentos pessoais. Inúmeras iniciativas foram tomadas visando à sua localização. A primeira providência foi a ida do seu irmão, Jaime Wright, acompanhado do coronel Teodoro Pupo, ao DOI-CODI, onde falaram com um sargento que demonstrava muito nervosismo. Após essa conversa, o sargento foi ver alguma coisa lá dentro, voltando meia hora depois e informando que não havia ninguém com o nome de Paulo Stuart Wright. O advogado José Carlos Dias, que pertenceu à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, também apresentou declarações de uma testemunha que esteve com Paulo Wright na sala de identificação do DOI-CODI/SP, Maria Diva de Farias.

Documentos que integram o *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985),* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, registram: a) depoimento prestado, em 15/10/1990, por Delora Jan Wright, sobrinha de Paulo Stuart, à Comissão Justiça e Paz de São Paulo, com informações prestadas por outras pessoas que afirmam que Paulo esteve preso no DOI-CODI e foi torturado; b) parte do Complemento do Boletim Informativo nº 1/78, do Serviço de Polícia do III Exército que traz lista de pessoas que constam em processos, e nela o nome de Paulo Stuart Wright e a informação de que é falecido; c) documento do arquivo do DOPS/PR/Certidão da Divisão de Segurança e Informações, da Polícia Civil do Paraná, para a Comissão Especial de Investigação das Ossadas encontradas no Cemitério de Perus, de 24 de setembro de 1991, certifica que a ficha de Paulo Stuart Wright foi encontrada no arquivo do DOPS, em gaveta com a identificação "Falecidos".

5. Expulsões e exílio de agentes de missionários protestantes

O caso Frederick Birten Morris: prisão, tortura e expulsão. O pastor da Igreja Metodista Unida nos Estados Unidos Frederick Birten Morris chegou ao Brasil para atuar como missionário

na Igreja Metodista no Brasil em 12 de janeiro de 1964, acompanhado de esposa e filha. Por quatro anos atuou no pastoreio em paróquias no estado do Rio de Janeiro (Teresópolis, Petrópolis e capital), quando nasceu seu segundo filho, no ano de 1966. Em 1968, regressou aos Estados Unidos para estudos e retornou ao Brasil dois anos depois, a convite da Igreja Metodista no Brasil, para atuar nas cidades de Recife e Olinda a fim de organizar e dirigir o Centro Comunitário Metodista, no bairro de Caixa d'Água, em Olinda, e colaborar com o arcebispo católico Dom Hélder Câmara em atividades ecumênicas. Morris foi ainda contratado, em 1972, pela Universidade Federal de Pernambuco para oferecer um curso no programa de mestrado sobre Urbanização no Brasil. Após viver um processo de divórcio, Frederick Morris decidiu permanecer no Brasil e licenciar-se do pastorado em 1973, para evitar incompatibilidades com a igreja brasileira. Buscou trabalho secular como gerente da empresa Concretos Blocos do Nordeste S/A, além de colaborar como correspondente da revista *Time* e da agência de notícias *Associated Press*. Ainda assim, mantinha vínculos com o trabalho do centro comunitário em Olinda e com as atividades ecumênicas.

O envolvimento com causas comunitárias e com o movimento ecumênico levou o missionário a um engajamento político, apoiando segmentos da luta clandestina, entre eles o PCdoB. Por volta das 10h da manhã de 30 de setembro de 1974, Frederick Morris, acompanhado do militante Alanir Cardoso, saiu de sua residência quando um carro Belina de cor verde, placa BP 0650, parou e o missionário foi surpreendido e cercado por cerca de 12 homens, ostensivamente armados, que se diziam da polícia e em movimento rápido algemaram os dois homens e os levaram à sede do 4º Exército no centro de Recife, onde Frederick Morris foi colocado em uma cela. Depois de 20 a 30 minutos, o missionário foi levado a uma sala para interrogatório sobre o qual declarou:

> Fui jogado de um lado a outro por uns três a cinco homens que gritavam insultos e começaram a golpear-me. [...] Daí, eu disse, "Eu sou cidadão dos EUA. Que quero ver meu cônsul". A resposta a esta foi o primeiro chute nos testículos, que me colocou no chão. Logo me levantaram e continuaram a gritar até que recebi outro chute, que produziu o mesmo resultado do primeiro.
>
> Este baile continuou por uns 15 minutos ou mais e, de repente, parou. [...] Logo escutei água enchendo um balde. Aí, tive um grande susto de medo, pois pensei que ia me afogar, pois sabia que eles gostavam (*sic*) de fazer isto. Mas não era isto. Ele simplesmente chegou a mim com a água e a jogou nas minhas pernas e pés, molhando todo o chão em volta. Logo ele chegou com uns eletrodos. [...] Logo ele começou a repetir as mesmas perguntas de antes, mas agora minhas respostas produziram choques elétricos. [...] Mais choques, cada vez aumentando a intensidade. A dor era insuportável. Pensei que ia desmaiar. Depois de talvez 20 minutos, eu estava quase paralisado (*sic*) de dor e medo e susto. Senti que não estava mais aí, quase como se fosse fora do meu corpo observando. Para minha grande surpresa, assim a dor não me afetava tanto. Quando eles perceberam isto, pararam tudo, me levaram de volta a minha cela e me penduram com as algemas na própria porta. Aí fiquei por 15 a 20 minutos até estar mais ou menos recuperado. Vieram por mim de novo e repetimos tudo (*sic*). Assim foi o dia. Choque elétrico e golpes até que não estava mais aí, recuperar um pouco e repetir. Umas vezes colocaram o eletrodo no meu pênis em vez do peito.

> Na tardinha, me levaram a outra sala de tortura e me colocaram numa cadeira com braços. Amarraram meus braços e pernas na cadeira com faixas de coro, colocaram os eletrodos de novo, esta vez um no pé e outro na orelha. Estes choques foram os piores. Minha cabeça ficou cheia de luz, quase como relâmpago, e pelo menos uma vez desmaiei.[85]

Numa segunda sessão de tortura, o torturador Luis Miranda Filho, agente policial da SSP-PE, levantou o capuz de Frederick Morris e revelou seu rosto.[86] Após as seguidas sessões de tortura Frederick Morris foi levado para uma cela onde foi pendurado na porta pelas algemas. O missionário relata:

> Assim passei a noite, sem poder dormir, pois cada vez que cochilei, as algemas cortaram meus pulsos e a dor me despertou [...] no terceiro dia, na quarta-feira de noite, o major Maia, chefe da sala de tortura, chegou na minha cela e disse que eles estavam pensando que talvez eu não era tão mal como pensavam e que talvez eu era agente da CIA. Se eu confessasse ser agente da CIA, eles poderiam me "reabilitar" e eu poderia resumir minha vida como antes. [...] Este processo continuou por quatro dias e noites.[87]

Essas declarações são confirmadas por testemunho de Alanir Cardoso, por meio de declaração assinada, de 17 de maio de 2001, que compõe o conjunto de documentos do requerimento de anistia de Frederick Morris encaminhado ao Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, em 2002. Nessa declaração, Alanir Cardoso registra o nome completo de três dos torturadores: o coronel Ney Armando Meziat, chefe da II Seção do IV Exército; o major Augusto Fernandes Maia, chefe do DOI-CODI, que teria recebido treinamento para tortura do Exército dos Estados Unidos; o agente policial Luis Miranda, que não hesitou em mostrar o rosto numa das sessões de agressão física.[88]

Na tarde do quarto dia, 3 de outubro de 1974, Frederick Morris recebeu a visita do cônsul dos Estados Unidos em Recife. O missionário relata:

> Depois de banhar-me (a primeiro [*sic*] vez em quatro dias), eles me colocaram num [*sic*] Kombi com as janelas blindadas e me levaram a um quartel de comunicações em Jaboatão. Obviamente não queriam que o cônsul soubesse que estava no próprio Quartel Geral do Quarto Exército. [...] O cônsul Richard Brown entrou acompanhado pelo coronel chefe do quartel de Jaboatão. [...] Eu tirei a camisa para mostrar as escoriações nas costas, e nos pulsos onde as algemas me cortaram. O pulso esquerda (*sic*) estava bem inflamado e não tinha sentido em nenhuma das mãos. Depois, baixei as calças para mostrar os enormes hematomas roxos nas nádegas causados pelas muitas caídas provocadas pelos choques. Até o coronel estava impressionado.[89]

Frederick Morris foi levado de volta à sede do IV Exército, onde ficou preso até o dia 14 de outubro, quando foi transferido para um quartel de Olinda, onde ficou por 24 horas. Depois da visita do cônsul não houve mais torturas. Em 15 de outubro, ele foi levado para o seu apartamento para arrumar uma mala e depois para a Polícia Federal no Recife onde dormiu no chão. Às 8h da manhã do dia seguinte, Morris foi levado ao Aeroporto dos Guararapes para um voo para o Rio de Janeiro, acompanhado por um agente armado da Polícia Federal que tinha cópia de documento assinado pelo

presidente da República general Ernesto Geisel que expulsava o missionário do país como "uma pessoa nociva aos interesses nacionais". O missionário passou o 16 de outubro em uma cela da Polícia Federal e às 21h30 foi levado ao Aeroporto do Galeão para embarcar num voo para Nova Iorque. Frederick Morris estava expulso do Brasil.[90]

Frederick Morris não foi julgado, não lhe foi concedido o direito de defesa, sofreu agressões físicas e foi expulso do país mesmo sendo pai de filho brasileiro dependente, Jonathan Blake Morris, nascido em Teresópolis, em 18 de fevereiro de 1966, o que arbitrariamente contrariava o Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, sobre a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, que no artigo 74, inciso II garantia: "Art. 74. Não será expulso o estrangeiro que tiver: ... II – Filho brasileiro dependente da economia paterna".

Uma nota oficial do Ministério da Justiça distribuída à imprensa no dia seguinte, 10 de outubro, e publicada nos principais jornais do País, desmentia as denúncias de tortura sofridas por Frederick Morris em Recife, feitas pelo cônsul Richard Brown, por meio do laudo de uma equipe de cinco médicos, e apresentava o perfil subversivo do missionário.[91]

A Igreja Metodista no Brasil silenciou sobre o caso e não se manifestou publicamente interna ou externamente. Somente em 2008, quando do julgamento do caso pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a igreja se pronunciou. Em carta remetida àquela Comissão, o bispo presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista registrou o pedido de perdão ao Rev. Frederick Birten Morris pela injustiça cometida contra ele como Igreja e como país.

O caso Brady Tyson: expulsão sumária.[92] O pastor Brady Tyson foi designado como missionário da Igreja Metodista para o Brasil em 1962, acompanhado da esposa e de cinco filhos. Trabalhou como pastor em três pequenas congregações e foi também capelão metodista da Comunidade Universitária em São Paulo. Em pouco tempo, ele se envolveu com o movimento ecumênico estudantil, a União Cristã de Estudantes do Brasil, e procurou estabelecer pontes entre organizações progressistas católicas e protestantes no Brasil.

Além das atividades no ministério da Igreja Metodista para jovens, lecionou na Escola de Sociologia e Política em São Paulo, o que o fez frequentar o cerne da vida intelectual e política da cidade. A casa onde morava se tornou ponto de encontro de jovens acadêmicos norte-americanos que vinham estudar no Brasil, assim como de jovens ativistas religiosos progressistas.

Em 1965, o Diretório Acadêmico da Escola de Filosofia, Ciências Sociais e Literatura de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, convidou Brady Tyson para fazer uma conferência sobre a situação política na América Latina. Os organizadores estudantis pediram que ele focalizasse especialmente a invasão da República Dominicana pelos Estados Unidos e as relações de Washington com Cuba. Embora a conferência de Tyson criticasse certos aspectos da política externa norte-americana, ele continuou a pautar seus argumentos no contexto da ala liberal do Partido Democrata, assim como faziam os latino-americanistas que haviam assinado a declaração publicada no *The New York Times* sobre a intervenção de Johnson na ilha do Caribe. Ao mesmo tempo, Tyson não hesitou em identificar-se como esquerdista que acreditava em ação direta não violenta — reflexo de seu envolvimento com a organização pacifista *Fellowship of Reconciliation* [Confraria da Reconciliação] e de seu apoio ao movimento pelos direitos civis, liderado por Martin Luther King Jr.

Em 29 de dezembro de 1965, o Ministério da Justiça convocou Brady Tyson a comparecer em sua repartição em São Paulo e informou-o de que deveria sair do país imediatamente, ou seria expulso pelo governo brasileiro. Os documentos nos arquivos da polícia política (DOPS) não fornecem detalhes dos "delitos políticos" que lhe valeram a partida forçada do Brasil, mas a polícia registrou a "natureza extremista" de sua conferência em São José do Rio Preto. Temendo permanecer

no Brasil para ser julgado e que a mulher e cinco filhos viessem a passar graves dificuldades, Tyson conseguiu obter uma prorrogação de três meses, a fim de colocar suas coisas em ordem, e partiu em março de 1966. Em carta a amigos, parentes e membros da Igreja, ele e Jean, sua mulher, explicaram a decisão de sair do Brasil:

> No clima de suspeita e traição decorrente da sistemática repressão por parte do governo, era inevitável que nós, assim como muitos de nossos amigos, acabássemos sendo vítimas de intimidação. A estreita relação de Brady com professores e estudantes universitários brasileiros inevitavelmente o tornou alvo de suspeita pelo atual governo militar.

Tyson encontrou trabalho como professor de ciência política no Colégio Southampton da Universidade de Long Island. No ano seguinte, entrou como docente na American University, em Washington. Sua posição na universidade e suas credenciais acadêmicas lhe permitiram utilizar contra o regime militar os conhecimentos especializados que tinha sobre o Brasil em campanha de denúncias das torturas e contra o apoio político, econômico e militar do governo dos Estados Unidos à ditadura brasileira desenvolvida por exilados brasileiros e por ativistas de direitos humanos naquele país.

6. Expulsão, banimento e fuga de protestantes

Entre os protestantes perseguidos e presos pela ditadura militar, há três casos de banimento: os irmãos Derly, Daniel e Joel José de Carvalho foram banidos em janeiro de 1971, depois de saírem da prisão em troca do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, sequestrado em 7/12/1970 pela VPR. Daniel e Joel tentaram retornar ao Brasil, mas foram presos e desapareceram. Estes casos estão relatados anteriormente.

Um extenso número de casos diz respeito a exilados, pessoas ligadas às igrejas protestantes no Brasil que, por conta da perseguição e da experiência de prisão e tortura, em muitas situações, foram forçadas a deixar o país. Estava em questão a preservação da vida, mas, como afirma Anivaldo Padilha, um dos exilados da Igreja Metodista, à Comissão Nacional da Verdade: “Era uma mudança de frente de luta. Quem se exilou estava mudando de campo de batalha”.

Foram exilados os seguintes protestantes:

1. Ana Maria Ramos Estevão, leiga metodista, 1973, França

2. Anivaldo Pereira Padilha, leigo metodista, 1971, Chile, EUA e Suíça

3. Apolo Heringer Lisboa, leigo presbiteriano, 1973, Chile

4. Clara Amélia Evangelista, 1970, Chile e Canadá

5. Claudius Ceccon, leigo metodista, 1970, Suíça

6. Domingos Alves de Lima, leigo metodista, 1970, Chile e Canadá

7. Eber Fernandes Ferrer, pastor presbiteriano, 1970, Suíça

8. Jovelino Ramos, pastor presbiteriano, 1968, EUA

9. Manoel da Conceição, leigo Assembleia de Deus, Suíça

10. Noracy Ruiz de Souza, 1968, EUA

11. Paulo José Krischke, leigo Episcopal Anglicano, 1970, Chile e Canadá

12. Paulo Stuart Wright, leigo presbiteriano, 1964, México – voltou ao Brasil, foi preso e desapareceu

13. Rubem César Fernandes, leigo presbiteriano, 1963, EUA e Polônia

14. Zwinglio Mota Dias, pastor presbiteriano, 1971, Uruguai

C) Indicações conclusivas

As igrejas cristãs deixaram marcas na memória da ditadura militar brasileira. Seja pelo apoio das cúpulas e de algumas lideranças, clérigas e leigas, por meio de apoio explícito, cauteloso, pelo silêncio e pela omissão, seja pela resistência de lideranças, clérigas e leigas, na oposição ao regime, na defesa dos direitos humanos e na solidariedade com vítimas e suas famílias. Entre os católicos-romanos, a participação na Ação Católica, a formulação da Teologia da Libertação, a criação das pastorais sociais e emergência das Comunidades Eclesiais de Base foram fundamentais para respaldar e motivar todo o engajamento em prol da justiça e do direito. Os protestantes, motivados predominantemente pela inserção no movimento ecumênico no Brasil e no exterior também construíram uma base teológica e prática que tornou possível a militância contra o regime de exceção. O Estado brasileiro esteve atento a esta postura e não isentou esses cristãos de perseguições, pelo contrário, considerava-os inimigos da segurança nacional. Daí as graves violações dos direitos humanos que lhes foram impostas, na forma de prisão arbitrária, tortura, expulsões e banimentos, que levaram vários deles ao desaparecimento forçado e à morte.

Destacam-se entre as vítimas cristãs, estudantes e trabalhadores do campo e operários das cidades por conta do engajamento em movimentos relacionados a esses segmentos, como relatado em item específico anteriormente. Importa ressaltar uma constatação das(os) pesquisadoras(es): o significativo grupo de mulheres entre as vítimas, tanto no lado da ICAR como no lado protestante, que experimentaram as atrocidades impostas de forma potencializada. Sofriam como seres humanos, como os demais cristãos comprometidos com a justiça e o direito, mas padeceram também como mulheres, afetadas de maneira singular pelo regime repressivo.

Quem eram essas mulheres? Uma leitura atenta do documento-referência deste texto, o Relatório *As igrejas e as graves violações,* revela que eram católicas e protestantes das cidades, do campo e das aldeias indígenas, leigas e religiosas, atuantes com a juventude e com adultos como educadoras, agentes de saúde, missionárias, trabalhadoras, sindicalistas, que desejavam ser tratadas com dignidade. Ou estavam, também, simplesmente na pobreza e nas dificuldades da periferia das cidades, do campo com seus conflitos sobre a terra, das aldeias indígenas onde estavam as missões, muitas vezes sem preocupação com disputas políticas ou com a implantação do "comunismo". Por isso podem ser

vistas também apenas como cristãs que procuravam responder de forma concreta à sua compreensão de fé como um sentido da vida que deveria dar uma resposta à realidade. Tornaram-se protagonistas de igrejas abertas à vida e suas demandas, com consciência sociopolítica.

O tratamento que recebiam nas prisões para onde eram enviadas, sem condições de higiene, saúde, muitas delas grávidas ou carregando seus bebês era degradante. Mais ainda o eram os abusos sexuais infringidos da parte de agentes da repressão e seus superiores. As religiosas católicas, particularmente, foram duplamente violadas, por sua condição de mulheres e de cristãs comprometidas com a castidade. Muitas de todas essas mulheres perseguidas não constam neste relatório, pois são anônimas: a vergonha e os traumas da violência sofrida as impediram de denunciar, de se evidenciar.

À medida que se tenta tirar conclusões dos dados apresentados neste texto gera-se a noção de que parece um processo sem fim. Os relatos, seus desdobramentos e nuances revelam que o sofrimento provocado pelas ações da ditadura militar, em nome da "segurança nacional", é muito maior do que se pode expressar em palavras. Por isso também se reconhece que os dados sobre as graves violações de direitos perpetradas contra as pessoas das igrejas, clérigas e leigas, lideranças ou simples fiéis, não estão aqui esgotados e carecem de mais investigação.

Importa reafirmar que o que este texto procura deixar nítido é que qualquer processo que intente reconstruir a memória e a verdade sobre esse momento da história do Brasil, em busca de justiça, não pode deixar de atentar para o papel das igrejas e das tantas cristãs e cristãos que empenharam suas vidas em favor da justiça e do direito no período.

1 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Seção A, 1.2.2.

2 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Seção A, 1.2.1.

3 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Seção A, 1.3.2.

4 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, seção A, parte 1.4.1.

5 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, seção A, parte 1.4.1.

6 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, seção A, 1.5.

7 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Seção A, 1.4.6.

8 – BR AN, BSB IE 001 004, pp. 95-99; SECRETO CIEX 1/315 DATA: 30 ago. 66, Avaliação A-1; Distribuição SNI/ARJ, 2ª Sec/EME, 2ªSec/EMA, Presidência da República. SNI/ARJ, 2ª Sec/EME, 2ª Sec/EMA, Presidência da República.

9 – CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Repressão na Igreja do Brasil – reflexo de uma situação de opressão* (1968/1978) (mimeo.). Distribuição por Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Thomás Balduíno, dez. 1978.

10 – Cf. BOTAS, Paulo Cesar Loureiro. *A bênção de abril – Brasil Urgente: memória e engajamento católico no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1983; VV.AA. *Utopia Urgente*, São Paulo: Educ/PUC, 2002.

11 – CONTREIRA, Lilian. Frei Carlos Josaphat. *Quando as vidas se cruzam*. Espaço do autor. Editora Paulinas. www.paulinas.org.br/editora/pt-br/?system=paginas&action=read&id=4864.

12 – Reportagem da revista *Isto É*, de 22 de setembro de 1982, pp. 18-20, identifica a obra de sabotagem realizada. O texto revela que a falsificação foi identificada por um candidato do PMDB, que passou a informação a um agente da Pastoral Operária de Belo Horizonte, Durval Ângelo de Andrade, que informou à Arquidiocese de São Paulo. A reportagem indica que essa não foi a única falsificação realizada, mas que muitos boletins e publicações de diversas regiões do país estavam sofrendo o mesmo. Acervo do Arquivo de Política Militar Ana Lagoa (UFSCAR). http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03650.pdf.

13 – CANUTO, Antonio. Depoimento à Comissão Brasileira de Justiça e Paz. *Seminário Memória e Compromisso*. 28/9/2013. Gravado pelos pesquisadores da CNV, em Brasília/DF.

14 – Ver CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Documento aprovado na 18ª Assembleia Geral da CNBB. Itaici, 14 fev. 1980. http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb/doc_download/79-17-igreja-e-problemas-da-terra. Acesso em 17/9/2014.

15 – Para os casos relatados a seguir ver PREZIA, Benedito (org.). *Caminhando na luta e na esperança: retrospectiva dos*

últimos 60 anos da pastoral indigenista e dos 30 anos do CIMI. Textos e documentos. São Paulo: Loyola, 2003.

16 – PREZIA, Benedito (org.). *Caminhando na luta e na esperança: retrospectiva dos últimos 60 anos da pastoral indigenista e dos 30 anos do CIMI*. Textos e documentos. São Paulo: Loyola, 2003.

17 – SCHWADE, Egydio. Entrevista. IHU-UNISINOS. http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508652 waimiri atroari desaparecidos politicos entrevista-especial-com-egydio-schwade.

18 – BALDUÍNO, Tomás. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

19 – SERBIN, Kenneth P. *Diálogo nas sombras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

20 – CASALDÁLIGA, Pedro. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014; CANUTO, Antonio. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014; SOUZA, José Coelho. *O sangue pela justiça: Pe. João Bosco Penido Burnier,* S. J. São Paulo: Loyola, 1978.

21 – FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

22 – CALHEIROS, Waldyr. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2013.

23 – Cf. MAINWARING, Scott. "A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu 1974/1985" In: MAINWARING, Scott (org.). *Igreja católica e política no Brasil. São Paulo: Brasiliense*, 1989.

24 – HYPÓLITO, Adriano. *Nas mãos de Deus. Notícias do Almeida*. http://noticiasdoalmeida.blogspot.com.br/2008/01/d-adriano.html. Texto oferecido em entrevista coletiva. 29/9/1976.

25 – COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. *A memória do terror (Conversa com Paulo Malhães*, 18/2/2014), p. 51. http://www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/05/depoimentomalhaes.pdf.

26 – PRETTO, Agostinho. Depoimento. *50 anos da diocese de Nova Iguaçu*. Vídeo. Apresentado na Audiência Pública da CNV, no Rio de Janeiro, 2013. https://www.youtube.com/watch?v=ZbAAqxrNt2c.

27 – Informação 1453 S 102/CIE. Arquivo Nacional, Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar: BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0322_D.

28 – CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Repressão na Igreja do Brasil – reflexo de uma situação de opressão* (1968/1978) (mimeo). Distribuição por Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Tomás Balduíno. Dez. 1978.

29 – ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. s.e., 1996, p. 29. http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf.

30 – DOPS-MG, Pasta com antecedentes políticos do Pe. Le Ven. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0261&imagem=2103.

31 – CANUTO, Antonio. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

32 – Como relatado adiante e cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 1, Anexo 1.

33 – PONTIM, José. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

34 – *O São Paulo*, 6/2/1971, p. 5.

35 – COTRIM, Lectícia. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2013.

36 – GUIMARÃES, Pedro Wilson. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

37 – Coordenação de Documentos Escritos. Documentos do Executivo e do Legislativo. Arquivo Nacional, BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_194, Processo Secom nº 56.773, de 20/7/1971.

38 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, parte 1, seção A, 1.5.

39 – Descrições mais detalhadas dos casos são encontradas no Relatório As igrejas e as graves violações de direito, parte 1, seção A, 2.

40 – Inclui a lista de sacerdotes católicos identificados pela CNBB como mortos pela ditadura. Cf. Carta de Dom Leonardo Ulrich Steiner à Comissão Nacional da Verdade, 15 jul. 2014.

41 – COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Dossiê Mortos e Desaparecidos;* DHNET On-Line. http://dhnet.org.br/redebrasil/index.htm.

42 – A Chacina de Quintino foi uma farsa para acobertar a morte por tortura dos três militantes. Não consta que Ligia Maria Salgado Nóbrega, a outra militante assassinada naquela ação de 30 de março de 1972, tenha passado de envolvimento com organizações religiosas.

43 – CASALDÁLIGA, Pedro. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2014.

44 – Diário Oficial da União, 19/4/2010, seção 1, p. 3. http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2409209/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-04-2010.

45 – O regime de oferta de vistos permanentes para os missionários foi dificultado. Em 1978, por exemplo, de 250 vistos solicitados para missionários católicos apenas 80 foram atendidos. Cf. CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Repressão na Igreja do Brasil – reflexo de uma situação de opressão* (1968/1978) (mimeo). Distribuição por Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Thomás Balduíno, dezembro de 1978.

46 – KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Italo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil.* São Paulo: Perseu Abramo, 2014. p. 45.

47 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito,* Parte 2, Seção A, 1 e 2.

48 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito,* Parte 2, Seção A, itens 3, 4, 5, 6.

49 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ ACE_3842_1980, fl. 29. Arquivo Nacional *apud* BRITO, André de Souza. "Cristianismo ateu". *O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil,* 1964-1985. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2014, p. 71.

50 – Documentos como este revelam como os órgãos de repressão tinham dificuldade de entender a complexidade do universo protestante. O Instituto Metodista Bennett era espaço de apoio à oposição apesar de alguns de seus diretores terem colaborado com a ditadura; o Instituto Mackenzie, ao contrário, sempre foi um dos centros de apoio ao regime militar (cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito*, Parte 2 seção A, 4.5.4).

51 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ ACE_3842_1980, fl. 29. Arquivo Nacional *apud* BRITO, André de Souza. "Cristianismo ateu". *O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil,* 1964-1985. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2014, p. 72.

52 – Idem.

53 – Cf. Relatório *As igrejas e as graves violações de direito,* Parte 2, Seção A, item 2.

54 – CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. Depoimento. Projeto Trajetórias Ecumênicas. Rio de Janeiro: Koinonia, 2007.

55 – MATTOS, Domício Pereira. *Posição social da Igreja*. 2. ed. Rio de Janeiro: Praia, 1965, p. 125-127.

56 – MANDADO de Prisão. Justiça Militar, Auditoria da 7ª RM, Recife, 3/9/1964; Inquérito Policial Militar, IV Exército, 18/10/1964. Brasil Nunca Mais Digital, Pasta 266. http://bnmdigital.mpf.mp.br. Acesso em 29/7/2014.

57 – OLIVEIRA, Onésimo de. *Violências policiais compungiram metodistas.* Expositor Cristão. 15/10/1966, p. 12. *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese. (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 1999.

58 – CARVALHO, Derly José. Depoimento a Carolina Maria Ruy. Centro de Memória Sindical. Diadema, 12/7/2012. http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=398&friurl=_-Depoimento-de-Derly-Jose-de-Carvalho---parte-1-_#.U9fZj_ldV0q.

59 – AUDITORIA da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, Processo 50/71, Sentença. Brasil Nunca Mais, pasta 310. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br.

60 – NAVARRO, Renato Godinho. Testemunho escrito em 2001 para o Conselho de direitos humanos da Secretaria de Estado de Justiça e direitos humanos de Minas Gerais. Lido pela esposa Maria Helena de Lacerda Godinho na 3ª Audiência Pública da CNV em Belo Horizonte, em 30 de novembro de 2013.

61 – Os irmãos pastor José Sucasas Jr. e bispo Isaías Sucasas da Igreja Metodista eram formalmente registrados como informantes do DOPS. No arquivo do DOPS-SP encontra-se o Termo de Declarações, de 23 de agosto de 1969, cujo declarante é José Sucasas Jr., tendo como testemunha Isaías Sucasas. A declaração é uma denúncia formal contra jovens da Igreja Metodista que atuariam para "subverter e doutrinar para a esquerda". Como prova é apresentado exemplar do jornal *Unidade III*, ano I, nov. 1968 para fins de avaliação por parte das autoridades, por "linha subversiva e de completa irreverência". Na declaração são citados os nomes dos irmãos Celso Cardoso da Silva e Fernando Cardoso da Silva, do pai deles Abiezer Cardoso da Silva, como lideranças da Federação de Jovens da Igreja Metodista, responsável pela publicação, de Flávio Fróes, como articulista, e do pastor João Daronch Paraíba da Silva, como incentivador. Cf. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento de Ordem Pública e Social. Termo de Declarações. 23/8/1969. Fl. 144. Arquivo DOPS São Paulo, Família 50-z-9, pasta 76, documentos 13688 a 13669.

62 – *Unidade III*, ano I, nº I, nov. 1968. Arquivo DOPS São Paulo, Família 50-z-9, pasta 76, documentos 13688 a 13669. No exemplar entregue ao DOPS pelos informantes há anotações à mão como: "É preciso 'apertar' os jovens que respondem por este jornal de seu registro por que é de âmbito nacional e subversivo". Na cópia entregue aos agentes da repressão os nomes dos articulistas mencionados na capa, Anivaldo Padilha e Flávio Fróes, estão grifados e em outra página há a anotação à mão "tome nota!" acompanhada do texto do jornal grifado, que traz denúncia de que "Anivaldo Padilha, diretor do Departamento da Mocidade da Jugec [Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista] foi 'cassado' sem consulta à Mocidade que o indicou porque falava a linguagem dos jovens e não da 'Jugec".

63 – ASSIS, David Bernardes. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. Agência Brasileira de Inteligência, Brasília, 10/1/2001. Cópia do Arquivo Pessoal de Anivaldo Padilha *apud* SCHMIDT, Daniel. *Herdeiros de uma tradição: uma investigação dos fundamentos teológico-ideológicos do conservadorismo metodista na crise da década de sessenta.* Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 123.

64 – PADILHA, Anivaldo. Depoimento. Projeto Trajetórias Ecumênicas. Rio de Janeiro: Koinonia, 2007.

65 – Arquivo do DOPS de São Paulo. Família 50-z-9, pasta 76, doc. nº 13.753 *apud* SCHMIDT, Daniel. *Herdeiros de uma tradição: uma investigação dos fundamentos teológico-ideológicos do conservadorismo metodista na crise da década de sessenta.* Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 124.

66 – PADILHA, Anivaldo. Depoimento no Ato Público de Repatriação dos Documentos do Projeto *Brasil: Nunca Mais*, São Paulo: Auditório da Procuradoria Regional da República - 3ª Região. São Paulo - SP, 14 jun 2011. http://portal.metodista.br/fateo/noticias/Anivaldo_Padilha_Depoimento.pdf.

67 – ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 2013.

68 – JUSTIÇA Militar Federal, 2ª Auditoria da 2ª CJM, Processo 6/71, 6/2/1973. Brasil Nunca Mais, Pasta 392. http://bnmdigital.mpf.mp.br.

69 – SOUZA, Francisco de Paula Pereira. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade do Rio de Janeiro, 1997.

70 – LISBOA, Apolo Heringer. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, 3ª Audiência Pública, Belo Horizonte, 2013; LISBOA, Apolo Heringer, Depoimento escrito a Otávio Luiz Machado. Projeto "A Corrente Revolucionária de Minas Gerais". Laboratório de Pesquisa Histórica do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Ouro Preto, mar 2003. Disponível em http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/apolo-heringer-lisboa; LISBOA, Apolo Heringer. Entrevista à Rede Sustentabilidade, 3/4/2014. Disponível em http://redesustentabilidade.org.br/apolo-heringer. Acesso em 29/7/2014.

71 – CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. Requerimento de Anistia. Carta ao Presidente da Comissão da Lei 9.140, 9/9/2004. Arquivo pessoal de Waldo Aranha Lenz César.

72 – DIAS, Agemir de Carvalho. *O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994). A serviço da igreja e dos movimentos populares.* Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2007.

73 – CAMPOS, Leonildo S. Entrevista a Cíntia Tavares, Diário do Grande ABC, 26/11/2012. http://www.dgabc.com.br/Noticia/73671/professor-analisa-religiosos-na-ditadura?referencia=buscas-lista.

74 – CARDOSO, Rodrigo. *Os Evangélicos e a Ditadura Militar.* IstoÉ Independente, nº 2.170, 10/6/2011. http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR.

75 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo das Polícias Políticas. Setor DGIE, pasta 306, cx. 1297, fl. 489 *apud* BRITO, André de Souza. *"Cristianismo Ateu". O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985.* Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2014, pp. 125-126.

76 – CARDOSO, Rodrigo. *Os Evangélicos e a Ditadura Militar, IstoÉ Independente*, nº 2.170, 10/6/2011. http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR.

77 – Idem.

78 – Este item toma por base o relato produzido por Otto Filgueiras para o *site* Repórter Brasil. FILGUEIRAS, Otto. "Minha perna é a minha classe". Repórter Brasil, 31/7/2005. http://reporterbrasil.org.br/imprimir.php?id=397&escravo=0.

79 – O Cardeal de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor da Igreja Presbiteriana Jaime Wright são destacados líderes religiosos, respectivamente católico e protestante, na trajetória de resistência e oposição de cristãos à ditadura militar no Brasil. Suas ações marcaram o papel do movimento ecumênico no Brasil e no exterior no apoio à resistência à ditadura, em especial às violações de direitos humanos por ela perpetradas. Por meio das articulações e liderança do cardeal e do pastor o importante Projeto Brasil Nunca Mais foi realizado. Somou-se a eles o Rabino Henry Sobel na realização do importante culto ecumênico, realizado em 31 de outubro de 1975, na Catedral da Sé (São Paulo), em memória do jornalista Vladimir Herzog assassinado nas dependências do DOI-CODI.

80 – http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/258.

81 – Políticos. http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=313&m=3.

82 – http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=533#.U4fDNXLxqGc.

83 – http://www.nucleomemoria.org.br/textos/integra/id/3.

84 – A reportagem "Os infiltrados da ditadura" relata a atuação de informantes do Cenimar no combate às organizações políticas opositoras ao regime. Ao descrever a história do agente Manoel Antonio Mendes Rodrigues, codinome Luciano, que se infiltrou em várias organizações, um dos exemplos é o caso do cerco a Juarez Guimarães de Brito na Lagoa Rodrigo de Freitas. A ação foi resultante de informações sobre as ações de Juarez, espionado pelo Cenimar, transmitidas pelo agente Luciano ao Cenimar. ROCHA, Leonel. *Os infiltrados da ditadura*, Revista Época, 706, 28 nov. 2011. http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/11/os-infiltrados-da-ditadura.html.

85 – MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26/9/2008; Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Requerimento de Anistia 2002.01.12443, autuado em 20/11/2002.

86 – Idem.

87 – MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26/9/2008.

88 – Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Requerimento de Anistia 2002.01.12443, autuado em 20/11/2002.

89 – MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26/9/2008.

90 – O ministro da Justiça Armando Falcão submeteu ao presidente Geisel o projeto de decreto de expulsão do missionário, por meio do documento GM/0442. O Decreto de Expulsão assinado pelo presidente da República Ernesto Geisel foi publicado no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 1974. Cf. Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Requerimento de Anistia 2002.01.12443, autuado em 20/11/2002.

91 – *O Globo*, 11/10/1974; *Correio Brasiliense*, 15/10/1974.

92 – Este item se baseia no relato do caso produzido por James Green: GREEN, James. *Apesar de vocês. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos*, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 44, 106-108.

TEXTO

5

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Maria Rita Kehl. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas com a colaboração da Comissão da Verdade Indígena, como parte das atividades do Grupo de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade sobre Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou contra Indígenas. O resultado não teria sido o mesmo, não fosse o amplo processo de interlocução e colaboração com a sociedade civil na coleta, tratamento e sistematização dos dados analisados. Foi essencial o apoio dos pesquisadores Beto Ricardo, Cleber Buzzato, Clovis Brighenti, Daniel Pierri, Egon Heck, Egydio Schwade, Fany Ricardo, Gilberto Azanha, Ian Packer, Iara Ferraz, Inimá Simões, Isabel Harari, Laura Faerman, Levi Marques Pereira, Luis Francisco de Carvalho Dias, Luiz Henrique Eloy Amado, Manuela Carneiro da Cunha, Marcelo de Souza Romão, Marcelo Zelic, Marco Antonio Delfino de Almeida, Maria Inês Ladeira, Neimar Machado de Sousa, Orlando Calheiros, Patrícia de Mendonça Rodrigues, Porfírio Carvalho, Rafael Pacheco Marinho, Rogerio Duarte do Pateo, Spensy Pimentel, Tatiane Klein e Vincent Carelli. Agradecemos especialmente a todos os indígenas que prestaram depoimentos para esta pesquisa e que lutam pela busca da memória, da verdade e da justiça em relação às graves violações promovidas pelo Estado contra os seus povos, que é mácula para toda a sociedade brasileira.

A) Resumo executivo

1. Uma política de Estado de ação e omissão

Os povos indígenas no Brasil sofreram graves violações de seus direitos humanos no período entre 1946 e 1988. O que se apresenta neste capítulo é o resultado de casos documentados, uma pequena parcela do que se perpetrou contra os índios. Por eles, é possível apenas entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e a necessidade de se continuar as investigações. [1]

Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões.

Omissão e violência direta do Estado sempre conviveram na política indigenista, mas seus pesos respectivos sofreram variações. Poder-se-ia assim distinguir dois períodos entre 1946 e 1988, o primeiro em que a União estabeleceu condições propícias ao esbulho de terras indígenas e se caracterizou majoritariamente (mas não exclusivamente) pela omissão, acobertando o poder local, interesses privados e deixando de fiscalizar a corrupção em seus quadros; no segundo período, o protagonismo da União nas graves violações de direitos dos índios fica patente, sem que omissões letais, particularmente na área de saúde e no controle da corrupção, deixem de existir. Na esteira do Plano de Integração Nacional, grandes interesses privados são favorecidos diretamente pela União,

atropelando direitos dos índios. A transição entre os dois períodos pode ser datada: é aquela que se inicia em dezembro de 1968, com o AI-5.

Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa.[2] O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas.[3]

2. Direitos indígenas são subordinados a planos governamentais

A subordinação do órgão tutor dos índios, encarregado de defender seus direitos, em relação às políticas governamentais fica evidente quando se nota que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) era órgão do Ministério da Agricultura e que a Fundação Nacional do Índio (Funai), que substituiu o SPI em 1967, foi criada como órgão do Ministério do Interior, o mesmo ministério a cargo do qual estavam a abertura de estradas e a política desenvolvimentista em geral. Acrescente-se a esse quadro a anomalia jurídica de não haver um órgão curador a quem o órgão tutor dos índios devesse prestar contas de suas ações. Assim, é estrutural o fato de os órgãos governamentais explicitamente encarregados da proteção aos índios, o SPI e posteriormente a Funai, não desempenharem suas funções e se submeterem ou até se colocarem a serviço de políticas estatais, quando não de interesses de grupos particulares e de seus próprios dirigentes.

Nos estudos deste grupo de trabalho a responsabilidade do Estado é evidenciada pela ação de vários diretores do SPI e da Funai. Nas gestões do major aviador Luis Vinhas Neves, do general Bandeira de Mello e de Romero Jucá, por exemplo, há casos de graves violações de direitos humanos associados à extração de madeira e minérios, à colonização e a obras de infraestrutura.

A apropriação de terras indígenas e seus recursos foi favorecida, a corrupção de funcionários não foi controlada e a violência extrema de grupos privados contra os índios não foi punida. Com exceção de alguns casos esparsos, justiça não foi feita.

3. Um reconhecimento de responsabilidade incipiente

Algumas das graves violações contra os povos indígenas no Brasil foram reconhecidas pelos tribunais e a responsabilidade do Estado ficou estabelecida. Em 1998, os Panará, que na década de 1970 haviam sofrido remoções forçadas e um contato sem cuidados sanitários que dizimou metade de sua população, obtiveram em juízo reparações da União e da Funai. Os Akrãtikatejê (Gavião da Montanha), do estado do Pará, removidos de suas terras pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, obtiveram em 2002 a condenação da Eletronorte.

Por sua vez, algumas autoridades brasileiras reconheceram um genocídio contra os índios: é o caso do procurador Jader Figueiredo, em seu relatório oficial de 1967, e do ex-ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ao falar das políticas para com os Yanomami. O Ministério Público do estado do Paraná, baseando-se na definição de genocídio da Lei nº 2.889/1956, não hesita em falar de genocídio no caso dos índios Xetá. Recentemente também, em julgamento histórico – do caso dos Aikewara –, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça reconheceu a ação de repressão e exceção por parte do Estado brasileiro contra "o conjunto de uma comunidade indígena", e pediu

oficialmente perdão, sendo esta a primeira conquista do movimento indígena rumo a um novo marco no conceito de Justiça de Transição.

4. O papel da Comissão Nacional da Verdade

Cabe agora à Comissão Nacional da Verdade pronunciar-se.

A apuração de violações contra os povos indígenas foi incluída nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade visando ampliar o entendimento da sociedade sobre a abrangência da ação de um Estado repressor na vida dos cidadãos. Prisões, torturas, maus-tratos, assassinatos e desaparecimentos forçados aconteceram contra todos os segmentos atingidos pela violência do Estado no período entre 1946 e 1988, mesmo aqueles em que os enfrentamentos se deram por motivações políticas, contextos e formas de resistência distintos das situações vividas pelas organizações de esquerda urbanas e rurais.

Denúncias surgiram nos depoimentos prestados em audiências públicas e visitas da CNV aos povos indígenas atingidos, bem como em documentos produzidos pelo próprio Estado nos períodos do SPI e da Funai, e também nos relatórios de casos sistematizados e enviados ao grupo de trabalho pela sociedade civil.

Devido à pouca sistematização sobre esse tipo de violações contra indígenas no Brasil, coube à Comissão Nacional da Verdade trazer o assunto à luz do dia e apontar à sociedade que os índios no Brasil também foram atingidos pela violência do Estado: esta investigação precisa de continuidade para que esses povos participem e sejam beneficiados pelo processo de justiça transicional em desenvolvimento no Brasil.

B) Introdução

1. Política fundiária e esbulho de terras indígenas

São os planos governamentais que sistematicamente desencadeiam esbulho das terras indígenas.

Na década de 1940, Getúlio Vargas inicia uma política federal de exploração e ocupação do Centro-Oeste por colonos – a chamada “Marcha para o Oeste” – contatando populações indígenas isoladas e favorecendo a invasão e titulação de terras indígenas a terceiros. Essa política de “colonização dirigida” já vinha sendo adotada por vários governos estaduais e se encontra desse modo reforçada.

Entre 1930 e 1960, o governo do estado do Paraná titula terras indígenas para empresas de colonização e particulares no oeste do estado. O governo de Moysés Lupion, em particular, notabiliza-se por práticas de espoliação de terras indígenas. Os interesses econômicos de proprietários se faziam representar nas instâncias de poder local para pressionar o avanço da fronteira agrícola sobre áreas indígenas. Em 1958, deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovaram o Projeto de Lei nº 1.077,[4] que tornava devolutas as terras dos índios Kadiweu. Em 1961, o Supremo Tribunal Federal decide pela inconstitucionalidade da lei,[5] mas, a essa altura, estava estabelecida a invasão, uma vez que as terras já tinham sido loteadas (Ribeiro, 1962, pp. 108-112).[6] Além das invasões propriamente ditas, eram comuns arrendamentos de terras que não obedeciam às condições do contrato – quando este havia – ocupando enormes extensões de terras indígenas; constituindo, em alguns casos, situação de acomodação das irregularidades (invasões praticadas e posteriormente legalizadas pelo SPI por meio de contratos de arrendamento).[7]

O relatório da Comissão de Investigação do Ministério do Interior de 1967,[8] presidida pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, constata a existência de problemas desse tipo em quase todo o território nacional e, no caso do esbulho ocorrido no sul do antigo estado do Mato Grosso, traz anexa lista de nomes de beneficiados com terras indígenas e suas vinculações com políticos, juízes, militares e funcionários públicos.[9]

A articulação dessas políticas regionais com um projeto nacional é explicitada, por exemplo, nas resoluções e recomendações aprovadas pela I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, realizada entre abril e maio de 1949, em Goiânia, pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Segundo elas (BRASIL, 1949a, p:4),[10] a "delimitação das terras habitadas pelos índios" deveria ser acompanhada pelo estabelecimento de colonizações em moldes técnicos nas proximidades: "Facilitar-se-ia, assim, não só a penetração e o desbravamento do *hinterland* brasileiro, como também a assimilação desses nossos patrícios por um processo de aculturação" (*Idem*). Imediatamente após a Conferência de Goiânia, em maio do mesmo ano, o estado do Paraná[11] e o Ministério da Agricultura firmam um acordo (BRASIL, 1949b) para a "reestruturação" das terras dos povos Guarani e Kaingang, convertendo terras indígenas ocupadas e tituladas no estado em terras devolutas.

Essas violações dos direitos territoriais indígenas que, note-se, estavam garantidos aos índios na Constituição de 1934 (art. 129) e em todas as Constituições subsequentes[12], estão na origem das graves violações de direitos humanos – como a tentativa de extinção dos Xetá no Paraná, o genocídio dos Avá-Canoeiro no Araguaia e os sucessivos massacres dos Cinta Larga no Mato Grosso, relatados neste texto.

Foram emitidas amiúde declarações oficiais fraudulentas que atestavam a inexistência de índios nas áreas cobiçadas por particulares. Para tomar posse dessas áreas e tornar real essa extinção de índios no papel, empresas e particulares moveram tentativas de extinção física de povos indígenas inteiros – o que configura um genocídio terceirizado – que chegaram a se valer de oferta de alimentos envenenados, contágios propositais, sequestros de crianças, assim como de massacres com armas de fogo. Em 1967, o Relatório Figueiredo, encomendado pelo Ministério do Interior, de mais de 7.000 páginas e 30 volumes, redescoberto em novembro de 2012, denuncia a introdução deliberada de varíola, gripe, tuberculose e sarampo entre os índios.[13]

2. Usurpação de trabalho indígena, confinamento e abusos de poder

As terras indígenas demarcadas pelo SPI no Mato Grosso caracterizaram-se por suas extensões diminutas. Jogados com violência em caminhões e vendo suas casas sendo queimadas, índios Guarani e Kaiowá foram relocados à força nessas áreas, em uma concentração que provocou muitos conflitos internos. Esse confinamento foi um método de "liberação" de terras indígenas para a colonização.

Os chefes de posto exerciam um poder abusivo, impedindo o livre trânsito dos índios, impondo-lhes detenções em celas ilegais, castigos e até tortura no tronco. Enriqueciam com o arrendamento do trabalho dos índios em estabelecimentos agrícolas, vendendo madeira e arrendando terras. O Relatório Figueiredo evidenciou essas torturas, maus tratos, prisões abusivas, apropriação forçada de trabalho indígena e apropriação indébita das riquezas de territórios indígenas por funcionários de diversos níveis do órgão de proteção aos índios, o SPI, fundado em 1910. Atestou não só a corrupção generalizada, também nos altos escalões dos governos estaduais, como a omissão do sistema judiciário. [14]

Depoimentos de funcionários do SPI constantes nos autos do processo do Relatório ajudam a evidenciar um esquema espoliativo, capitaneado pelo Ministério da Agricultura, por meio

do seu Departamento de Terras e Colonização – envolvendo governadores e agentes do SPI, além de órgãos, personalidades políticas e atores econômicos locais. Segundo Helio Jorge Bucker, chefe da 5ª Inspetoria Regional (IR) do SPI:

> dos esbulhos de terras indígenas de que tenho conhecimento (…), nenhum foi mais estranho e chocante do que o procedido diretamente pelo Ministério da Agricultura, através do seu Departamento de Terras e Colonização. (…) O próprio órgão responsável pela garantia da terra do índio, é o primeiro a despojá-lo. Penso que fica bem claro com esse exemplo que a espoliação tem a chancela oficial das cúpulas administrativas, maiores responsáveis pelas desditas dos índios e do Serviço de Proteção aos Índios, o bufão da grande comédia (…).” (Relatório Figueiredo, pp. 3.952-3.953) [15]

Alguns anos mais tarde, a CPI instaurada em 1977 faria um diagnóstico muito semelhante sobre a Funai:

> A Fundação Nacional do Índio segue, de certa maneira, a prática do órgão antecessor, o Serviço de Proteção ao Índio. Mas “moderniza”’esta prática e a justifica em termos de “desenvolvimento nacional”, no intuito de acelerar a “integração” gradativa: absorve e dinamiza aquelas práticas, imprimindo-lhes – a nível administrativo – uma gerência empresarial (Renda Indígena, Programa Financeiro do Desenvolvimento de Comunidades, etc.). Assim, a própria posição administrativa da Funai na estrutura nacional reflete a assimetria de relacionamento existente entre a sociedade nacional e as sociedades indígenas. Ao mesmo tempo em que a subordinação da Funai a um determinado ministério, o do Interior, resulta numa hierarquização de prioridade, que dificulta sua ação, ao nível da prática levada a efeito pelos dois órgãos não existe qualquer descontinuidade, ou seja, com vistas a aceleração de uma “integração-evolução” – meta da política oficial – a Funai vincula-se ao ministério “dinâmico” responsável pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico-financeiro-regional.[16]

3. CPIs e condenações no Tribunal Russell

As denúncias de violações cometidas contra povos indígenas e de corrupção no órgão indigenista provocaram quatro Comissões Parlamentares de Inquérito – no Senado, a CPI de 1955, e, na Câmara, as de 1963, 1968 e 1977. Em 1967, houve uma CPI na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul e, no mesmo ano, uma comissão de investigação do Ministério do Interior produziu o Relatório Figueiredo, motivo da extinção do SPI e criação da Funai. Três missões internacionais foram realizadas no Brasil entre 1970 e 1971, sendo uma delas da Cruz Vermelha Internacional. Denúncias de violações de direitos humanos contra indígenas foram enviadas ao Tribunal Russell II,[17] realizado entre 1974-1976, e também à quarta sessão desse tribunal internacional, realizado em 1980 em Roterdã. Nessa sessão foram julgados os casos Waimiri Atroari, Yanomami, Nambikwara e Kaingang de Manguerinha, tendo o Brasil sido condenado.

4. O endurecimento da política indigenista

O ano de 1968, na esteira do endurecimento da ditadura militar com o AI-5, marca o início de uma política indigenista mais agressiva – inclusive com a criação de presídios para indígenas. O Plano de Integração Nacional (PIN), editado em 1970, preconiza o estímulo à ocupação da Amazônia. A Amazônia é representada como um vazio populacional, ignorando assim a existência de povos indígenas na região. A ideia de integração se apoia em abertura de estradas, particularmente a Transamazônica e a BR 163, de Cuiabá a Santarém, além das BR 174, 210 e 374. A meta era assentar umas 100 mil famílias ao longo das estradas, em mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de terras expropriadas. Na época, o ministro do Interior era o militar e político José Costa Cavalcanti, um dos signatários do AI-5, que ficaria no cargo de 1969 até 1974, apoiado por Costa e Silva (a quem ajudara a ascender a presidente) e por Médici.[18] Costa Cavalcanti ele próprio declara que a Transamazônica cortaria terras de 29 etnias indígenas, sendo 11 grupos isolados e nove de contato intermitente – acarretando em remoções forçadas. Para a consecução de tal programa, a Funai, então dirigida pelo general Bandeira de Mello, firmou um convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para a "pacificação de 30 grupos indígenas arredios" e se tornou a executora de uma política de contato, atração e remoção de índios de seus territórios em benefício das estradas e da colonização pretendida.

5. Contatos e remoções forçadas

Esse foi um período atroz para muitos povos indígenas amazônidas. Atrações e contatos com povos isolados feitos sem as devidas precauções e vacinas levaram a quedas populacionais que chegaram, entre os Panará, no Mato Grosso e Pará, por exemplo, a quase dois terços da população. Mortandades, remoções forçadas, transferências para junto de inimigos tradicionais, foram moeda corrente nessa época. Vários casos serão relatados em detalhe neste texto. Segundo Nádia Farage (1999, p. 5):

> o desenvolvimentismo da era militar veio a recortar territórios indígenas, desalojar vários povos e os levar mesmo à beira do extermínio, conforme denunciaram intelectuais brasileiros e, sobretudo, organismos internacionais como a associação inglesa Aboriginal Protection Society ou o Working Group for Indigenous Affairs, da Dinamarca, entre outros (S. DAVIS, 1977, p. 105ss). Face à pesada censura em que viviam os meios de comunicação no país, a sociedade civil, praticamente, desconhecia o que se passava na Amazônia, em particular, seu ônus social.

Denúncias de que as transferências forçadas não serviam apenas para viabilizar obras de infraestrutura, mas também para liberar terras indígenas para a implantação de projetos agroindustriais são frequentes na CPI da Funai de 1977. O sertanista Cotrim Neto reforça esse ponto, afirmando que "seu trabalho na Funai tem se limitado a simples administrador de interesses de grupos econômicos e segmentos nacionais, dada a política de concessão de áreas indígenas pela Funai [...]" (*Folha de S. Paulo* de 20/5/1972). É particularmente eloquente o documento em que o então presidente da Funai, Bandeira de Mello, ao negar, em 1970, à empresa Vila Bela Agropastoril S/A uma certidão negativa de existência de índios Nambikwara, acrescenta: "Logo que atraídos e pacificados e transferidos para a reserva definitiva, esta presidência poderá atender ao pedido de V.Sa". [CPI (01) 77 GT 7/79 cx. 02: v.2, fl. 849, pp. 247-250]".[19]

No mesmo ano de 1970, começa no sul do Pará a exploração de minério no que viria a ser, em 1980, o Projeto Grande Carajás. Como infraestrutura de apoio, iniciam-se a Hidrelétrica de Tucuruí e a estrada de Ferro Carajás. Todas essas obras impactam diretamente vários povos indígenas da região. Os Parakanã, por exemplo, contatados e removidos para possibilitar a estrada Transamazônica, seriam removidos novamente para dar lugar ao lago de Tucuruí. Seriam deslocados cinco vezes entre 1971 e 1977. [20]

Muitos povos indígenas removidos à força – e isso durante todo o período coberto por este estudo – empreenderam uma longa volta a pé a seus territórios tradicionais. Os Krenak, por exemplo, foram transferidos – com o aval do SPI – de seu território, no município de Resplendor (MG) para a região de Águas Formosas em 1957. A decisão, que respondia à última etapa da ação do órgão para liberar as terras para colonização, foi tomada de forma atropelada e sem nenhum início do planejamento da direção acerca da transferência dos Krenak. Frente às péssimas condições de vida no posto de Águas Formosas, os indígenas retornam à pé, de carro e de trem em uma viagem de três meses e cinco dias.

Sobre a violência na região do Pará, casos importantes foram mapeados e necessitam ser aprofundados como desdobramento das apurações deste grupo de trabalho da CNV. Ainda se encontram em estágios iniciais de investigação, por exemplo, massacres como o dos Kayapó, na década de 1950, denunciado na imprensa[21] – em que o próprio governador do estado aparece envolvido nas denúncias de expedições armadas organizadas pela empresa Alto Tapajós S.A. – e as declarações do agente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), Cláudio Guerra, sobre expedição realizada por agentes do estado para matar índios no sul do Pará e da Bahia, nos anos 1970.

O Projeto Radam da Amazônia, de 1970, posteriormente Radam Brasil, permitiu mapear áreas promissoras de recursos minerais e dá início às corridas minerais na Amazônia. A propósito dos Yanomami, o ex-ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, reconheceu em 1993:

> Logo que o Projeto Radam evidenciou a presença de ouro no subsolo, e a Perimetral Norte levou o acesso até a terra milenarmente ocupada pelos Yanomami, que aconteceu? A morte de mais de 50% da tribo de Catrimani, causada por gripe e doenças, que não são mortais para nós, mas o são para índios não-aculturados.[22] Não foi só nessa tribo, mas em várias outras, onde que se deu a presença dos garimpeiros. Eles poluíram os rios com mercúrio, afastaram a caça pelo barulho, provocaram a fome e a desnutrição dos índios, enquanto contra nós avolumava-se a acusação de que praticávamos o genocídio. Não era exagerada a denúncia. (PASSARINHO, 1993, pp. 15-17)

A Bacia Platina, como a Amazônia, também foi alvo do PIN e de obras de infraestrutura. Em particular, o caso da construção da usina de Itaipu, concluída em 1982, que provocou o alagamento de áreas Guarani do oeste do Paraná e levou a uma nova onda de esbulho territorial, conforme abordado adiante.

6. O Estatuto do Índio

Em dezembro de 1973, após quatro anos de gestação, e em época de muitas críticas internacionais à política indigenista do Brasil, promulga-se o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973). Vários dos seus artigos tornam legais, sob condições restritivas (que não serão respeitadas), práticas correntes e denunciadas desde o SPI. O artigo 43 estabelece a “renda indígena”, legalizando assim a exploração de madeira e outras riquezas das áreas indígenas. Ostensivamente destinada aos índios na lei, a renda indígena acaba por ser fonte de 80% do orçamento da Funai[23] e continuou, como nos tempos do SPI,

promovendo o enriquecimento ilícito de vários de seus funcionários.[24] O artigo 20 introduz a possibilidade de remoção de populações indígenas por imposição da segurança nacional, para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional, e inclui a mineração. O que se pode entender por segurança nacional e por desenvolvimento é deixado vago, mas será usado na tentativa de proibir, na década de 1980, a demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira.

A possibilidade de remoção é prevista apenas em caráter excepcional, mediante decreto do presidente da República, uma vez provada a inexistência de alternativas, e prevê realocação em áreas ecologicamente adequadas, retorno quando possível e ressarcimentos. Essas condições e ressarcimentos não serão observados na prática, como ocorreu com os Tapayuna e os Panará, por exemplo.

7. Virtuais inimigos internos: índios como questão de segurança nacional

O regime militar opera uma inversão na tradição histórica brasileira: os índios, que na Colônia, no Império e na República foram vistos e empregados na conquista e na defesa do território brasileiro, são agora entendidos como um risco à segurança e à nacionalidade. De defensores das fronteiras do Brasil, eles passam a suspeitos, a virtuais inimigos internos, sob a alegação de serem influenciados por interesses estrangeiros ou simplesmente por seu território ter riquezas minerais, estar situado nas fronteiras ou se encontrar no caminho de algum projeto de desenvolvimento.[25] A plasticidade na caracterização do "inimigo interno", tal como propalada em 1973 pelo general Breno Borges Fortes na 10ª Conferência dos Exércitos Americanos, em Caracas, é eloquente:

> O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos e ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se e disfarça-se de sacerdote ou professor, de aluno ou de camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado, [...]; vai ao campo e às escolas, às fábricas e às igrejas, à cátedra e à magistratura [...].[26]

Em 1970, a Funai passa a ter não só uma assessoria influente de informação e segurança (ASI), com militares egressos de órgãos de informação, mas alguns de seus presidentes provêm diretamente de altos quadros desses serviços: o general Bandeira de Mello, por exemplo, antes de assumir a presidência da Funai, era Diretor da Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior. A questão indígena se torna assim, de forma patente, questão de segurança nacional. Enquanto no final da década de 1970, as ASI são desmobilizadas em outros órgãos, na Funai, elas são, ao contrário, reforçadas (E. HECK 1996, p. 63) e se capilarizam nas unidades regionais descentralizadas. A repercussão internacional das denúncias de violações de direitos humanos dos índios incomodam o regime. Como demonstraremos na seção G, o movimento indígena e indigenista passa a ser monitorado e lideranças indígenas e seus apoiadores são taxados de "comunistas" e muitas vezes perseguidos.

Essa atitude de suspeita sobre os índios e seus apoiadores é duradoura: em 1985, em plena redemocratização do Brasil, é elaborado o projeto Calha Norte, que só vem a público em 1986. Nos Yanomami de Roraima, é esse projeto de "vivificação das fronteiras" que abre e logo abandona uma pista de pouso em Paapiu, pista que servirá para a invasão maciça de garimpeiros logo a seguir (RAMOS, 1993). Em documento do Conselho de Segurança Nacional, datado de 1986, uma série de organizações não governamentais que defendem direitos indígenas são colocadas sob suspeita, ao lado dos bispos e padres estrangeiros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que já vinham sendo

assim considerados.[27] No mesmo documento, os autores queixam-se de que a proposta de impedir qualquer demarcação de terra indígena (TI) em uma faixa de 150km ao longo das fronteiras tenha sido desqualificada como inconstitucional por sua própria assessoria jurídica.

8. A Guarda Rural Indígena

Em 1969, é criada a Guarda Rural Indígena (GRIN), que recruta índios ao longo, sobretudo, do Araguaia e do Tocantins, além de Minas Gerais, para atuarem como força de polícia nas áreas indígenas. A princípio festejada, a GRIN foi acusada em um inquérito proveniente da Chefia da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior de arbitrariedades, espancamentos, e abusos de toda a sorte (*Jornal do Brasil* de 6/6/1970, *Jornal do Brasil* e *Estado de São Paulo* de 7/6/1970 *apud* FREITAS, 2011, p. 14). O escândalo derrubou o presidente da Funai, mas a GRIN permaneceu ativa, ainda que de forma discreta, até o final dos anos 1970. A GRIN precisa ter suas investigações aprofundadas, para se apurarem responsabilidades dos militares envolvidos em sua criação e manutenção, bem como a necessidade de reparação aos indígenas atingidos.

9. Política de saúde: omissão a partir de 1969

É notório que o primeiro contato com populações indígenas é particularmente perigoso para os índios, que não têm imunidade a doenças dos não indígenas. Essa barreira epidemiológica desfavorável é recorrentemente a explicação dada para depopulações de indígenas – mesmo aquelas que, nos tempos da Colônia, abateram os ameríndios. Esse conhecido discurso, contudo, encobre o fato de que outros fatores, como as políticas de contato, atração e concentração de grupos, empregadas pelos órgãos indigenistas no período em questão, foram capazes de intensificar – ou mesmo propiciar – as condições para tais mortandades.[28] No Brasil, as políticas de atenção à saúde dos povos indígenas e as vacinações preventivas só foram sistematizadas nos anos 1950, por iniciativa de Noel Nutels, médico e indigenista, que, tendo participado da expedição Roncador-Xingu, de exploração do Brasil Central, nos anos 40, percebeu a importância de um cordão sanitário. Em 1956, dá-se a criação do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA), que conta com apoio do Correio Aéreo Sanitário da Força Aérea Brasileira (FAB) até 1964. Em 1965, a Escola Paulista de Medicina inicia seu atendimento no Parque Nacional do Xingu, criado em 1961. O serviço de saúde melhora até 1968 com as Equipes Volantes de Saúde (EVS) ou Unidades de Atendimento Especial (UAE), complementando o trabalho do SUSA. Em 1968, o SUSA e as UAE saem da Funai para o Ministério da Saúde e cessam as contratações e renovação de pessoal.

Os recursos para as UAE diminuem justamente quando se inicia uma política generalizada de atração e contato e se extinguem ao longo da década. Na divisão de saúde da Funai, as equipes só realizavam viagens esporádicas às áreas indígenas e "a maior parte dos recursos... era gasta com salários, transportes e diárias e com a remoção de doentes e pagamentos de serviços médicos em hospitais das cidades" (COSTA, 1987, p. 396). Um dos exemplos mais bem documentados de omissão de vacinação preventiva ocorre com os Yanomami, entre os quais estava sendo construída a rodovia Perimetral Norte. Em 1975, uma campanha de vacinação de três semanas é reduzida a dois dias e meio. A Divisão de Saúde da Funai é acusada de se negar a vacinar os índios da região de Surucucus. Ao todo, apenas 230 índios da área da Perimetral e da missão Mucajaí foram vacinados.

A história se repete 12 anos mais tarde. Em 1987, em plena epidemia de malária e gripe, trazida pela invasão de garimpeiros, o então presidente da Funai, Romero Jucá, alegando razões de segurança nacional, retira as equipes de saúde da área Yanomami.

10. Tentativa de abolir sujeitos de direitos: o projeto de emancipação

A política indigenista a partir de 1969 inova também ao querer apressar o que entende como uma *desindianização*. Incomodada pela tradição jurídica do Brasil de respeito às terras indígenas, a tentativa de solução que ela adota é de abolir por canetada os detentores desses direitos à terra. Desde o Código Civil de 1916, os índios eram protegidos em seus negócios pelo instituto da capacidade relativa (assim como menores de idade entre 16 e 21 anos). O Estatuto do Índio de 1973 coloca a integração dos índios, entendida como assimilação cultural, como o propósito da política indigenista.[29] O Ministro do Interior, Rangel Reis, declarara à CPI da Funai em 1977 que o "objetivo permanente da política indigenista é a atração, o convívio, a integração e a futura emancipação".[30] É esse mesmo ministro quem, em 1978, tentará decretar a emancipação da tutela de boa parte dos índios, a pretexto de que eles já estão "integrados".

Vários dirigentes da Funai nessa época insistem em aplicar "critérios de indianidade" para descaracterizar os sujeitos de direitos. O protesto maciço da sociedade civil em 1978 acaba por retirar esse expediente da pauta do governo. Mas não há dúvida de que a política de assimilação cultural preconizada pelo desenvolvimentismo do Estado se caracteriza como um programa de etnocídio.

O Estatuto do Índio de 1973 consagra na lei uma orientação muito diversa daquela que havia presidido à criação do SPI em 1910. O movimento positivista que está na origem do SPI acreditava em uma "evolução" inevitável de índios (fetichistas) a civilizados liberados de qualquer crença obscurantista em Deus. Mas essa transição, defendiam os positivistas, se faria em ritmo próprio, sem imposição externa, e não descaracterizava o fato de serem índios. Cheia de contradições, a lei de 1973 preconiza ao contrário uma política afirmativa de "integração", ao cabo da qual os índios deixariam de ser entendidos legalmente como tais. Eliminando-se legalmente os sujeitos dos direitos territoriais, eliminava-se o que, no discurso oficial da época, costumava-se chamar de empecilhos ao desenvolvimento, a saber, os índios.

11. Certidões negativas fraudulentas de existência de índios

Com o estímulo do governo para investimentos na Amazônia, em 1969, a Sudam estipulou como pré-requisito para a concessão de incentivos fiscais para empreendimentos na Amazônia Legal que os interessados solicitassem à Funai uma "certidão negativa" para a existência de grupos indígenas na área pleiteada. A CPI de 1977 constatou que várias certidões negativas foram concedidas para áreas habitadas por populações indígenas. O próprio presidente da Funai, General Ismarth Araújo de Oliveira, admitiu em depoimento à CPI que o órgão não tinha total conhecimento das áreas habitadas por populações indígenas e que, portanto, não havia condições de determinar com exatidão se havia ou não habitantes nas áreas pleiteadas por investidores.[31]

C) Expulsão, remoção e intrusão de territórios indígenas

A política de expulsão dos índios de seus territórios executada pelo Estado brasileiro no período de 1946-1988 pode ser exemplificada, inicialmente, por meio do que ocorreu no Mato Grosso do Sul e no oeste do Paraná com os índios Guarani-Kaiowá e Ava-Guarani.

Em grande parte concedido em arrendamento à Cia. Matte Laranjeira no fim do século XIX, o sul de MS, antigo sul de Mato Grosso, historicamente ocupado pelos grupos de língua guarani, permaneceu pouco povoado por não indígenas nas primeiras décadas do século XX, sendo palco de disputas armadas entre os colonos e de um banditismo que foi uma das justificativas para o governo Vargas buscar povoar a região nos anos 40, em sua Marcha para o Oeste.

Entre 1915 e 1928, o SPI demarcou, na região, oito reservas, com áreas entre 700 e 3,6 mil hectares.[32] Num primeiro momento, dezenas de grupos Kaiowá e Guarani permaneceram vivendo nas abundantes matas da região, sem se mudar para essas áreas. Boa parte da população recolhida nessas reservas, inicialmente, eram indígenas que trabalhavam para a Cia. Matte, em regime de escravidão por dívida.

Entre 1948 e 1949, a região de Dourados foi palco de uma espécie de "corrida da terra" em função das notícias sobre a distribuição de lotes da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).[33] A ação do governo de Mato Grosso reforçou os problemas, ao dar margem à ação de especuladores e a barganhas eleitorais (VIETTA, 2007, pp. 100-102).

Documentos do SPI (1946-1947)[34] mostram que os Kaiowá da região entre Dourados e Rio Brilhante comunicaram-se reiteradamente com o SPI para pedir auxílio diante do avanço dos colonos, sem obter sucesso.

Os Kaiowá dessa região tinham fornecido um contingente de trabalhadores para a abertura da linha telegráfica na região, efetuada na década de 1920 sob o comando do Marechal Rondon. Apesar de não existirem registros escritos a respeito, é corrente entre os indígenas idosos a menção a um compromisso que o militar teria assumido de demarcar para eles 50 mil hectares de terra (cf. VIETTA, 2007, p. 92). Líder dos indígenas da região, o capitão Pedro Henrique escreveu diretamente para Rondon na época:

> Aqui venho pedir-vos ao Sr. General para mandar dividir as terras que toca para os índios Caiuás, porque os outros estão só fazendo intrigas para ver se tomam as nossas terras.[35]

O referido líder Kaiowá chegou a ser preso após conflito em que um colono foi baleado (VIETTA, *2007,* pp. 107-113). Em 1947, há notícia, também, de um ataque da Polícia Indígena da TI Dourados, por ordem do SPI. Os indígenas acusam o representante local do SPI de vender-se ao administrador da Colônia Agrícola (VIETTA, 2007*,* p. 110).

Em 1948, inicia-se a negociação para a demarcação de uma área mínima para garantir a sobrevivência dos Kaiowá da região. Nos anos 1950, restaram aos indígenas sete lotes da CAND, nos quais eles resistiriam pelas décadas seguintes. Ainda assim, entre 1961 e 1963, há vários registros de reclamações dos indígenas em função da invasão de suas terras por fazendeiros que diziam ter títulos dados pelo Estado (VIETTA, 2007, p. 123).[36]

O que os grupos de Panambi e Panambizinho lograram foi quase uma exceção. O mais comum no processo de expropriação territorial que atingiu os indígenas do sul de MS foi a transferência compulsória dos grupos para dentro das oito pequenas reservas previamente criadas ou a simples expulsão desses grupos das áreas colonizadas, em ações violentas, envolvendo práticas como queima de casas, espancamentos e mesmo assassinatos.

Já na passagem entre os anos 1940 e 1950, há depoimentos de indígenas e correspondências do SPI sobre expulsões de grupos de Kaiowá e Guarani em regiões como Amambai, Bela Vista[37] e Juti (BRAND, 1997, p. 98). Em alguns casos, como na região de Paranhos, atuam no processo missionários evangélicos, oferecendo vantagens aos grupos que aceitem deixar suas terras (BRAND, 1997, p. 101). É frequente a menção de que muitos indígenas se refugiaram no Paraguai nesse período, em função do assédio e ameaças dos colonos. O regresso ao Brasil, nas últimas décadas, é visto pelos Guarani e Kaiowá como a volta de um exílio forçado.

Na comunidade de Taquara, em Juti, a remoção de quase 80 pessoas para a reserva de Caarapó acontece em 1953, com apoio explícito do SPI, que produz farta documentação sobre o episódio (BRAND, 1997, p. 99); PEREIRA, 2005). Sabe-se que a ação custou 200 cruzeiros, pagos pelo posto indígena José Bonifácio (hoje, TI Caarapó) a partir do dinheiro arrecadado com a venda de erva-mate extraída pelos próprios indígenas:

> Os relatos dos Kaiowá mais velhos que presenciaram o despejo [...] são enfáticos sobre a ocorrência de violência, muita confusão e correria; [...] casas foram queimadas, pessoas amarradas e colocadas à força na carroceria do caminhão que realizou o transporte das pessoas e dos poucos pertences recolhidos às pressas. [...] Os índios afirmam que dias depois da retirada das famílias, índios procedentes de Jarará encontraram dois corpos carbonizados em uma casa queimada pelos agentes que perpetraram a expulsão, o de uma anciã e o de uma criança. Outra criança teria caído no rio Taquara na tentativa desesperada de fugir para a aldeia Lechucha e se afogado nas águas, sendo encontrada pelos mesmos índios presa às ramagens da margem (PEREIRA, 2005, pp. 147-148).

Na região de Laguna Carapã, acontece, entre 1977 e 1979, um dos dois primeiros casos em que uma dessas remoções teve visibilidade nacional, por conta de denúncias de indigenistas e lideranças indígenas à imprensa de São Paulo e Rio.[38] A comunidade de Rancho Jakare, que se encontrava instalada em antigas terras da Matte Laranjeira, é, por duas vezes, removida. Na segunda delas, em 1978, a Funai, em diálogo com os fazendeiros, toma a iniciativa de levar os indígenas para a reserva Kadiweu, a mais de 400km dali, no Pantanal. No local onde foram despejados, enfrentaram as ameaças de posseiros que pleiteavam aquelas terras (SILVA, 2005, p. 125).

Meses depois, os indígenas retornam a pé para sua terra. Devido às más condições na jornada, eclode uma epidemia de sarampo, e três crianças morrem.[39] Silva registrou o testemunho da idosa Livrada Rodrigues, de Rancho Jakare, sobre o episódio:

> Daqui eles nos levaram em gaiola, gaiola mesmo, vieram três gaiolas, na gaiola que nós fomos. [...] Pelo caminho, dormimos, nos alimentaram, nos davam pãozinho para não morrermos de fome, tampavam da gente a gaiola para não vermos nosso rastro. (SILVA, 2005, p. 125).

Após o escândalo e depois de muita pressão, a Funai estabelece acordo com os detentores de títulos da terra para que, em 1984, sejam doadas aos indígenas duas porções de terra, as TIs Rancho Jakare e Guaimbé.

O episódio não foi uma exceção. Desde os anos 1940, o SPI realizava ações similares. Os Kinikinau[40] foram levados para a reserva Kadiweu no início dos anos 1940, lá residindo até hoje.

Vivem situação de conflito com parte dos Kadiweu. Os Ofaié, por sua vez, também foram transferidos para a reserva Kadiweu em 1978 e passaram oito anos ali, em meio às ameaças dos posseiros. Hoje, vivem na TI Ofaié-Xavante, em Brasilândia.

A própria presença de posseiros na reserva Kadiweu, sabe-se, era fruto das ações e omissões do SPI e da Funai, que agiram para "legalizar" o arrendamento de áreas dentro da terra indígena. A Lei Estadual nº 1.077/1958 buscava reduzir para 100 mil hectares a extensão da reserva, estabelecida em 1 milhão de hectares após doação feita por Dom Pedro II, como gratidão pela participação desses indígenas na Guerra do Paraguai.

Posteriormente, a própria Funai terminou por endossar uma redução de quase 50%, homologando a TI com 538.535 hectares em 1981. Até hoje, os Kadiweu ainda lutam para retirar invasores que criam gado em cerca de 150 mil hectares na área deles.[41]

Entre 1976 e 1979, a comunidade Kaiowá residente na área conhecida como Paraguassu, em Paranhos, também enfrentou tentativas de expulsão violenta, em outro processo bastante divulgado na imprensa brasileira. Em 1980, o grupo foi efetivamente retirado da área, retornando em 1984.[42] Nos anos 1990, a terra do grupo foi homologada.

Documentos de 1981 comprovam que a Funai atuava decisivamente no processo de remoção dos grupos Kaiowá e Guarani, disponibilizando veículos, motoristas e gêneros alimentícios para viabilizar as mudanças das famílias que eram buscadas nas fazendas (BRAND, 1997, p. 104). Foi a partir da denúncia de outro desses casos, na área conhecida como Pirakuá, em Bela Vista, que o líder guarani Marçal de Souza passou a se expor a ameaças de fazendeiros. Em 25 de novembro de 1983, ele foi assassinado por pistoleiros, na aldeia de Campestre, em Antonio João. Os acusados pelo crime foram absolvidos pelo júri, em dois julgamentos realizados nos anos 1990.

Desde os anos 1970, Marçal e seus familiares já sofriam ameaças e agressões por se oporem ao regime estabelecido pela Funai no interior das reservas.[43] Em Dourados, o domínio da chamada Polícia Indígena era criticado por Marçal e por ele relacionado à onda de suicídios, principalmente de jovens, que assola a aldeia desde o início dos anos 1980.[44]

Em março de 1985, um despejo na área conhecida como Jaguapiré expôs a vinculação direta de agentes da segurança pública com esses processos. Cerca de 30 homens atacaram os indígenas – incluindo se vários policiais militares, que teriam sido convocados pelo prefeito de Tacuru.[45] Uma das vítimas desse ataque, Silvio Benites, assim descreveu o episódio em depoimento ao antropólogo Kaiowá Tonico Benites:

> Ao cercar as nossas casas, [...] os policiais já dominaram e amarraram crianças, mulheres, homens, e carregaram na carroceria do caminhão. Além disso, começaram a lançar tiros sobre nós, chutaram nas pernas dos homens. A minha perna foi fraturada pelos jagunços, costela de meu irmão Amilto foi fraturado e desmaiado (*sic*) [...]. Enquanto isso, os dois tratores já começaram a destruir as nossas casas e nossas roças. Os homens karai [brancos] já queimaram as nossas coisas (apud Benites, 2014, p. 12)

Semelhante situação de envolvimento de autoridades locais em despejos deu-se na TI Sucuriy, em 1986. O então prefeito de Maracaju, Jair do Couto, segundo notícias da época, envolveu-se pessoalmente na ação e também disponibilizou caminhões da prefeitura, que chegaram a ser apreendidos pelos indígenas.[46]

Outro caso desse período demonstra como se dava a ação direta do governo militar contra os direitos indígenas na região. Em julho de 1986, o grupo Kaiowá da TI Jarará retornou à área da qual fora anteriormente removido, então transformada em fazenda.[47] Para negociar a identificação

dessa área, bem como a de outras quatro terras reivindicadas à época, lideranças do movimento Kaiowá e Guarani foram a Brasília conversar com a Funai e o Conselho de Segurança Nacional. Segundo as notícias, o órgão se negava a permitir a demarcação de terras indígenas na chamada "faixa de fronteira"[48] e propunha, em substituição, criar colônias agrícolas indígenas nessas regiões – a primeira das quais seria instalada no Alto Rio Negro.[49] O objetivo dessa inovação, baseada no Estatuto do Índio, de 1973, seria permitir a integração entre a ocupação indígena e projetos econômicos – no caso do Pari Cachoeira, no Rio Negro, visava-se a um acordo com a empresa Paranapanema, que atua principalmente na mineração de cobre.

Essa restrição se aplicava às áreas de Pirakuá, Jaguapiré e Takuaraty/Yvykuarusu (também chamada de Paraguassu), e era efetivada por meio do chamado Grupo de Trabalho Interministerial, conhecido como Grupão. Até 1990, pelo menos, essas decisões do "Grupão" ainda eram utilizadas para embasar medidas que restringiam os direitos indígenas, como decisões judiciais de despejo, baseadas no fato de que não seria permitido demarcar terras indígenas em faixa de fronteira.[50]

A exemplo do MS, o processo de colonização do oeste do Paraná[51] ocorreu com ampla participação de agentes de segurança pública. Como aponta Myskiw (2009, p. 73), nas décadas de 1950 e 1960,

> as intervenções militares em levantes, revoltas e conflitos agrários, em território paranaense, costumavam ser cercadas de muita violência e mortes (…). Na revolta de posseiros de 1961 (…), no município de Medianeira, a Polícia Militar, auxiliada por jagunços, dava cobertura à colonizadora Alto Paraná no Sudoeste do Paraná, a Polícia Civil dava cobertura à atuação das empresas colonizadoras Companhia Alto Paraná, pertencente a Lauro Camargo.

Após o golpe de 1964, segundo ele (2009, p. 73), "qualquer manifestação, revolta ou levante de posseiros era considerado pelo Regime Militar, como subversão". A violência desse período e a maneira como ela se abateu sobre os Guarani e marcou suas vidas é expressa em depoimento do ancião guarani Damásio Martinez. Ele se recorda de quando seu pai foi morto por colonos que buscavam tomar-lhes as terras:

> Até 1959, a gente ficou em Sanga-Funda, perto de Guabiroba, perto do rio Paraná [atual município de Foz do Iguaçu] [...] Foi ali que meu pai foi morto. Quando deram os tiros eu já vi o meu pai deitado no chão [...]. Os Brancos já tinham vindo pedir para meu pai as terras e o meu pai não quis dar. Ele era tipo um cacique [...]. Foram os Brancos que mandaram o jagunço. Depois que o meu pai morreu as pessoas começaram a sair. Uns foram para Mato Grosso, outros para Paraguai, outros para o centro. De manhã eu segui e depois eu fui depor, para contar o que é que aconteceu com meu pai. Quando eu estava perto da Bela Vista eu cruzei com os policiais. [...] E me levaram na delegacia. E falaram para mim que eu é que tinha matado meu pai. [...] E me prenderam. E eu falei que não tinha sido eu, e o policial disse que ouviu falar que tinha sido eu. Eu jamais faria isso com meu pai. Depois de seis meses eu saí. Quando eu voltei todo mundo já tinha ido embora.[52]

O depoimento demonstra com clareza a forma como a expropriação territorial sofrida pelos Guarani no oeste do Paraná contou com amplo acobertamento e apoio de forças públicas de repressão, valendo-se inclusive da execução e do encarceramento de lideranças.

No Mato Grosso, com os Xavante de Marãiwatséde, não foi diferente.[53] Eles passaram por diversos processos de remoções forçadas entre os anos de 1946 e 1966, realizadas por missões de "pacificação" levadas a cabo pelo SPI para a ocupação de terceiros na área e, posteriormente, por empreendimentos financiados por instâncias governamentais.

Ainda na primeira metade do século XX, chegaram ao leste mato-grossense colonos vindos principalmente da região Nordeste, formando povoados que deram origem a cidades como São Félix do Araguaia. Dali partiram não indígenas que avançaram sobre o território de Marãiwatsédé, provocando a reação dos Xavante que ali viviam e, consequentemente, desencadeando um período de agressões recíprocas, segundo se pode averiguar nos documentos produzidos por Ismael da Silva Leitão, encarregado do posto indígena Pimentel Barbosa.

Em vários momentos durante a década de 1950, Leitão informou a seus superiores sobre a "difícil situação" em que se encontravam os Xavante de Marãiwatsédé e solicitou, em vão, providências a esse respeito, como a criação de um posto para atendê-los e a reserva de terras para o grupo.[54] Essa "difícil situação" incluía: 1) a invasão sistemática do território; 2) assassinatos, inclusive com requintes de crueldade, como a execução de crianças e a cremação de índios ainda vivos, ocasionados por expedições punitivas de extermínio dos Xavante, verdadeiras caçadas organizadas por não-índios; 3) requerimentos de titulação das terras de Marãiwatsédé[55].

Em 1962, é constituída a Agropecuária Suiá-Missu Limitada, fazenda criada com benefícios fiscais concedidos pelo Estado brasileiro em pleno território tradicional de Marãiwatsédé.[56] Nesse período, os Xavante já se encontravam fragilizados e tinham abandonado boa parte de suas aldeias tradicionais, devido aos confrontos com os não indígenas. Nesse contexto, os remanescentes do grupo de Marãiwatsédé aceitaram transferir-se para uma aldeia próxima à sede da fazenda, onde trabalharam na derrubada da vegetação nativa para a formação de pistas de pouso de avião, de roças e de pastos para a criação de gado, recebendo apenas comida por esse pesado serviço, o que pode ser caracterizado como um regime de trabalho análogo à escravidão. Damião Paridzané, atual cacique da TI Marãiwatsédé, relembra em depoimento: "Foi trabalhando como [...] escravo, morreu muita gente. Trabalhando sem receber dinheiro, sem ganhar nada, sem assistência de saúde nenhuma".

Quando os proprietários da fazenda não precisavam mais dos Xavante, mandaram-nos para uma região fora dos limites da fazenda, imprópria para a sobrevivência do grupo por localizar-se em uma área alagadiça. Lá, ficaram expostos à fome e a doenças.

Em agosto de 1966, o grupo foi obrigado a abandonar essa aldeia e a se deslocar para a sede da fazenda Suiá-Missú, de onde foram transportados compulsoriamente para a Missão Salesiana de São Marcos, localizada a mais de 400km ao sul dali e onde se encontravam outros grupos xavante.

Da transferência dos 263 remanescentes, realizada a pedido da Suiá-Missu, participaram o SPI, a FAB e a Missão Salesiana.[57] Lá chegando, os Xavante de Marãiwatsédé foram recepcionados por uma epidemia de sarampo que matou 83 de seus membros (1.977). Além das mortes por sarampo, quatro crianças xavante sumiram na missão. Após sofrerem mais esse duro golpe, ocorreu, ainda, a fragmentação do grupo por outras reservas xavante. Logo, inicia-se um movimento de reorganização para a retomada de seu antigo território. Tal movimento concretizou seu objetivo maior em janeiro de 2013, 46 anos após sua deportação, com a devolução da TI para os remanescentes de Marãiwatsédé e seus descendentes.

As remoções também foram prática corrente quando se tratava de realizar empreendimentos em áreas com presença indígena. Tomaremos, inicialmente, o caso da construção da usina hidroelétrica de Itaipu como ilustração dessa política, para depois demonstrar como o mesmo ocorreu em outras regiões do país.

O aproveitamento do potencial energético do rio Paraná e a possibilidade de se construir a hidroelétrica de Sete Quedas estava na agenda do Estado brasileiro desde os anos 1950, quando também se cogitou criar

ali o Parque Nacional das Sete Quedas para abrigar o grupo indígena Xetá (cf. seção sobre desagregação social e extermínio). O empreendimento logo se tornou um assunto de grande interesse geopolítico e de segurança nacional quando o Paraguai, na época sob a ditadura de Alfredo Stroessner, também passou a fazer estudos na região. O acordo de parceria entre os dois países foi construído na Ata das Cataratas (1967) e no Tratado de Itaipu (1973). O projeto da usina previu a inundação de uma área de 1.350 km^2 (cerca de 135 mil hectares), sendo 770 km^2 do lado brasileiro, incidindo sobre os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Guaíra. As sucessivas fraudes cometidas pelos órgãos responsáveis pela situação dos índios e pela questão fundiária estão bem registradas para os territórios guarani de Foz do Iguaçu conhecidos como Ocoí-Jakutinga e Colônia Guarani, conforme documentação reunida no Setor de Documentação da Funai (processo 1.053/76). Esses territórios eram os últimos que haviam restado aos Guarani do oeste do Paraná como consequência do violento processo de esbulho sofrido nas décadas anteriores.

Ao longo de todo o processo, a Funai subordinou-se aos interesses do Incra e do IBDF sobre as terras ocupadas pelos índios, não aplicando a legislação indigenista em vigor num claro alinhamento à orientação do regime militar, aludida na introdução desse relatório, de não demarcar terras indígenas dentro da Faixa de Fronteira. A Funai permitiu assim que o Incra desenvolvesse dois projetos de colonização (PIC-Ocoí I e II) dentro do território guarani visando (i) assentar colonos que a partir de 1967 passaram a ser removidos do interior do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) e (ii) definir a área que seria inundada pelo reservatório de Itaipu.[58]

Em 1976, foi formado um primeiro GT entre Incra e Funai, em cujo relatório afirmava-se que na área do PIC-OCOI I, já totalmente invadida pelos colonos, não havia "qualquer resquício de elementos indígenas", e na área do PIC-OCOI II, existiam apenas 11 famílias guarani "em processo de aculturação".[59] Na sequência do processo, formou-se novo GT, dessa vez entre a Funai e Itaipu, quando se procedeu à titulação individual da terra ocupada pelas famílias guarani, descaracterizando o direito indígena à terra e violando a legislação em vigor. Não bastou ao Estado, contudo, expulsar os Guarani de sua terra: buscou também negar sua identidade. Em 1981, Célio Horst, filho de criação de Ernesto Geisel, empunhando os "critérios de indianidade" que haviam sido elaborados pelo coronel Ivan Zanoni Hausen e introduzidos nos procedimentos fraudulentos da Funai a partir de 1979, produziu laudo em que reduziu o número de famílias guarani que teriam direito à terra de 11 para cinco.

A situação se encaminhou em 1982 para a remoção e confinamento dos Guarani numa exígua faixa de terra à beira do lago de Itaipu, sem qualquer paridade em tamanho e condições ambientais com o território ocupado anteriormente, o que também violava a legislação indigenista vigente. Nesse local, a população guarani foi acometida por surtos de malária e doenças decorrentes do uso de agrotóxico pelos colonos vizinhos, surtos esses que dizimaram parte da população.[60]

Ao longo desse processo, a população guarani lutou intensamente contra essa supressão de direitos, recorrendo a advogados, antropólogos e ao próprio Banco Mundial (financiador da UHE Itaipu) para denunciar as sucessivas fraudes de que foi vítima e cobrar uma reparação justa ao prejuízo sofrido.

Em um documento confidencial de Itaipu datado de 1987, Clóvis Ferro Costa, então diretor jurídico de Itaipu, afirmava:

> No dia 27 de março, promovi contato com representantes da comunidade Ava-Guarani a fim de encaminhar uma solução possível para a pendência que instaurara contra nós. Temos conversado sobre o assunto e evoluí da antiga posição de contestação pura e simples para um exame mais aprofundado do tema. A minha convicção pessoal, hoje, é de que o pleito dos índios não é desarrazoado, de um lado; de outro, é evidente que o relatório sobre o qual se baseou Itaipu não é veraz.

> Digo isso em caráter confidencial, para evitar explorações judiciais e políticas.
>
> Com efeito, os Ava-Guarani foram apresentados como tendo anteriormente apenas área em torno de 34 ha. E como Itaipu transferiu-lhes cerca de 250, a nossa postura teria sido generosa. Ocorre que o dado inicial é manifestamente incorreto, já pelos antecedentes de ocupação da área, já pelas informações coligidas. O próprio alegado nomadismo dos índios, contraposto com elementos em seu desfavor, induz à evidência de que não se reuniriam eles numa área tão pequena.
>
> Dessa maneira, ao invés de Itaipu ter sido generosa, provavelmente terá subtraído muita área aos indígenas.
>
> É claro que não digo isso publicamente, mas, em correspondência reservada, não tenho dúvidas em suscitar o problema.[61]

Prevaleceu, contudo, a versão oficial dos "índios inexistentes" e da "generosidade de Itaipu", conforme pode ser verificado em documento oficial publicado por Itaipu em 1988.[62] Para além das ilegalidades e fraudes cometidas contra os Guarani hoje em Ocoy, estão em jogo os procedimentos de Itaipu em relação a grupos da etnia que habitavam a margem do Paraná nos outros municípios da região (Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra), de onde também foram expulsos num processo ainda hoje pouco conhecido. Como testemunha o ancião Lourenço Figueiredo[63] a respeito do território guarani Dois Irmãos, em Santa Helena:

> Aqui mesmo, em Dois Irmãos, tinha 70 famílias indígenas [...]. Eu era cacique também. Depois veio Itaipu e mandou tudo embora [...]. Falou que ia vir a água e que pode se mandar. E o que que nós ia fazer?! Naquele tempo o exército manda. Fazer o que né?! [...] Choremo tudo, vai pra Paraguai, vai pra não sei aonde.... [...] Foi em 1983 (*sic*).

Processos como esses não são exclusivos de Mato Grosso do Sul e do Paraná. Em Santa Catarina, no Vale do Itajaí, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) iniciou a construção de uma barragem para contenção de cheias em março de 1976. A barragem, cuja construção foi autorizada pela Funai sem qualquer estudo de impacto ambiental e sem consulta às comunidades indígenas, ficava a menos de 500 metros a jusante do limite da TI Ibirama Laklãnõ do povo Xokleng. Por conta das obras, na primeira grande enchente, em 1983, esta aldeia xokleng foi totalmente destruída e a comunidade foi forçada a dividir-se em pequenas aldeias. Pelo menos 900 hectares da TI ficaram "à disposição" do lago.

A comunidade xokleng nunca foi indenizada e as consequências persistem até os dias atuais. Quando o lago enche, de três a quatro vezes ao ano, as escolas ficam sem aula, o atendimento médico é suspenso e aldeias ficam isoladas. Desde 1991, foram ao menos cinco ocupações no canteiro de obras e nas comportas para exigir indenizações e reparações. Atualmente, duas aldeias estão condenadas por conta da oscilação do terreno influenciado pelas águas (PEREIRA, 1998).

Já na região de Itabuna, no sul da Bahia, destaca-se o caso dos Pataxó-Hãhãhãe da reserva Caramuru-Paraguaçu. O Relatório Figueiredo, em sua síntese, caracteriza como "genocídio" os episódios ocorridos na região entre os anos 1950 e 1960. "Jamais foram apuradas as denúncias de que foi inoculado o vírus da varíola nos infelizes indígenas para que se pudessem distribuir suas terras entre figurões do governo", destaca o procurador.

Arrendamentos praticados com chancela do SPI terminavam por consolidar-se como esbulho – havendo pagamento de propina aos funcionários, para que fizessem vista grossa em relação à situação. Em 1967, o depoimento de Helio Jorge Bucker, funcionário do SPI que atuou como chefe de postos indígenas em vários estados, apontou que era generalizado, país afora, esse tipo de dinâmica.[64] Com relação às terras dos Pataxó-Hãhãhãe, especificamente, Bucker citava o governador Juracy Magalhães,[65] apontando como beneficiários do esbulho o então chefe de polícia da Bahia, general Liberato de Carvalho, e o ex-ministro Manuel Novaes, entre outros "prepostos" de Juracy. Outros depoimentos anteriores já denunciavam esse esquema. Em depoimento à CPI de 1963, Cildo Meirelles, irmão do indigenista Francisco Meirelles, ligado ao SPI, também apontava o deputado Azziz Maron como "um dos grandes invasores da área", bem como "o filho do senador Juracy Magalhães".[66]

Após essas denúncias, o sertanista Cildo Meirelles foi demitido do SPI.

O que se notará ao longo das próximas seções é que os processos de expulsão e remoção dos indígenas de seus territórios foram, ao longo do período em exame, a força motriz para todas as graves violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas. Em quase todos os casos, não apenas uma, mas múltiplas violações ocorreram contra um mesmo povo.

A emissão de certidões negativas foi um dos mecanismos utilizados pelos órgãos de Estado para legitimar esse processo de expropriação. Essa política foi exigência instituída por resolução da Sudam, em 1969, para acesso aos programas de financiamento na Amazônia Legal.

A falsificação de tais certidões implica responsabilidade direta do Estado nas violações de direitos ocorridas por conta desses projetos desenvolvimentistas e de colonização em áreas indígenas.

A necessidade de investigar a emissão das certidões negativas foi notada por vários observadores e envolvidos com a questão indígena já em 1977, por ocasião da CPI da Funai, destinada a apurar denúncias relativas à invasão de reservas indígenas. Os depoentes, diversas vezes, abordam o tema das certidões negativas e sua suscetibilidade a erros e fraudes.

Quanto à sistemática de sua expedição, é necessário ressaltar a grande possibilidade de erro ou de fraude a que ela dá margem que foi admitida inclusive pelo próprio presidente da Funai ao depor nesta CPI:

> [...] em sã consciência, eu não posso afirmar que uma certidão negativa fornecida pela Funai, corresponda à realidade. A base de apreciação é o mapa cadastral com a lotação da área (fornecida pelo interessado). Se essa lotação for errada, será dada a certidão negativa para uma área e na realidade a sua localização é outra, podendo inclusive [...] se localizar dentro da área indígena. Juridicamente, a certidão está perfeita, mas não corresponde à realidade. Mais cedo ou mais tarde, esse erro será descoberto e a Funai procederá à anulação da certidão fornecida.[67]

Os elementos e conclusões do relatório da CPI de 1977 demonstram que, em muitos casos, a Funai emitiu certidões negativas mesmo sem ter conhecimento e informações suficientes para afirmar com certeza que um dado território não era de ocupação indígena. Em outros casos, emitiu certidão negativa, mesmo municiada de conhecimento e informações que indicavam ocupação de um ou mais povos na região.

A sistemática emissão de certidões negativas sobre o território dos Nambikwara do Vale do Guaporé (MT), a partir de 1969, ilustra essa política de expropriação territorial, instituída por instâncias do governo associadas a empreendimentos privados. No período de 1946-1988, o povo nambikwara sofreu graves violações aos seus direitos fundamentais em consequência de políticas im-

plementadas pelo governo federal ou apoiados por ele no Vale do Guaporé, região fronteiriça entre o Brasil e a Bolívia. O território nambikwara no Vale do Guaporé foi aberto à invasão não indígena em 1963, quando, sob o governo de Juscelino Kubitschek, a rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 364) rasgou o noroeste do Mato Grosso.

Em 1968, com a Funai recém-criada, o diretor do então Departamento do Patrimônio Indígena do órgão promoveu estudos para a criação de três pequenas reservas indígenas no Vale do Guaporé, nos territórios tradicionais de fixação dos Nambikwara, mas que não foram aprovadas pela presidência da Funai à época. O decreto de criação da reserva indígena Nambikwara (nº 63.368), publicado em outubro de 1968, foi feito com base em informações inadequadas – mencionando até mesmo acidentes geográficos inexistentes –,[68] cobrindo uma região de terras áridas e pouco habitada pelos Nambikwara, na Chapada dos Parecis, e excluindo as terras férteis de ocupação tradicional desse povo no Vale do Guaporé.

Logo após a demarcação, a Funai iniciou a emissão de certidões negativas, atestando que não havia índios no Vale do Guaporé e autorizando, dessa forma, que empresas particulares se beneficiassem dos recursos federais da Sudam para implementarem seus projetos agropecuários.[69] O processo marchou a toque de caixa quando o coronel Costa Cavalcanti assumiu o Ministério do Interior, e o general Bandeira de Mello, a presidência da Funai. Entre 1970 e 1971, o vale inteiro já estava tomado pela pecuária.

Os grupos mais atingidos pela ocupação das empresas agropastoris foram os índios que permaneceram no Vale por não terem suas terras asseguradas. O resultado foi uma epidemia de sarampo que matou toda a população nambikwara menor de 15 anos. No final de 1971, a Força Aérea Brasileira e a Funai realizam operação de emergência – a Operação Sararé — para resgatar os índios que ali ficaram.

Para tentar solucionar o problema, a Funai promove a ampliação da reserva Nambikwara, levando o seu limite oeste até o Rio 12 de Outubro[70] e realiza inúmeras tentativas de transferência desses grupos para a reserva – todas malsucedidas. Em um mesmo ano, ela transfere os Mamaindê, Negarotê, Alantesu e Wasusu, mas muitos se negam à mudança. Eles não conseguem adaptar-se à nova terra, de solo infértil, e passam a caminhar de volta a suas terras no Vale do Guaporé – que, no entanto, já haviam sido ocupadas por pecuaristas que desmataram grande parte da floresta para a criação de pastos. Alguns grupos são obrigados pela própria Funai a permanecer na reserva, mas, para sobreviverem voltam a pescar, caçar e cultivar no vale fértil de que haviam sido expropriados.

> Desorientados e com fome, os índios começam a procurar por conta própria o caminho de suas antigas moradas. Até fins de 1974, todos os Alantesus e Wasusus estão de volta ao Vale do Guaporé. Os Mamaindês e Nagarotês, por pressão da Funai, continuam na reserva. Mas vão caçar, pescar e cultivar seus roçados no Vale, em terras que a lei branca lhes tirou por interesse 'nacional'. (CARELLI & SEVERIANO, 1980, p. 14)

Além de sofrerem com a contaminação por doenças como malária e gripe, os Nambikwara tiveram suas roças destruídas pelo desfolhante químico Tordon 155-BR, mais conhecido como Agente Laranja, e passam a sofrer sistematicamente de disenteria causada pela contaminação dos rios em consequência do uso do produto. Os grupos que conseguiram voltar a viver no Vale do Guaporé tiveram suas malocas cercadas por arames e suas roças destruídas pelo gado.

Na década de 1980, o traçado da BR-364 é alterado e o Banco Mundial decide financiar a pavimentação da rodovia, que agora atravessa a região habitada por quatro grupos nambikwara, cujas terras ainda não haviam sido demarcadas, e passa pelas proximidades das pequenas áreas demarcadas para outros três grupos. Dá-se início, aí, a uma intensa exploração madeireira e garimpeira na região.

Nesse conjunto de casos, temos uma ilustração clara do *modus operandi* do Estado brasileiro quando seu objetivo foi liberar terras indígenas para a colonização e para a realização de grandes empreendimentos. Vemos também como diversos povos indígenas foram atingidos por atos de exceção que caracterizaram a atuação do Estado brasileiro no período 1946-1988 e por ele punidos com a transferência e a remoção forçada para lugares distantes de seu local de ocupação tradicional.

Além dos casos analisados, que demonstram o caráter sistemático e deliberado da atuação ilegal do Estado diante dos povos indígenas, esse tipo de violação forma um eixo que articula as demais violações – descritas nas próximas seções –, por meio das quais as remoções forçadas, expulsões, intrusões de territórios indígenas foram perpetradas. Essa violações incidiram também sobre os povos: Akuntsu, Aparai, Apinajé, Canela, Enawewê-Nawê, Jamamadi, Juma, Kanoê, Makuxi, Oro Win, Pankararu, Potiguara, Surui Paiter, Tenharim, Uru-Eu-Wau-Wau, Wajãpi, Xocleng, Xicrin Kayapó e muitos outros.

D) Desagregação social e extermínio

Outra característica sistemática das violações cometidas contra indígenas no período em questão reside no fato de que, ainda que tenham se dirigido a indivíduos, tiveram como alvos povos como um todo e enquanto tais. Liberar terras para fins de colonização ou para a construção de obras de infraestrutura levou não só a tentativas de negação formal da existência de certos povos indígenas, em determinadas regiões, mas também a meios de tornar esse apagamento realidade.

Nessa seção, apresentando casos de violações contra indígenas cuja tônica esteve na desagregação social e nas tentativas de extermínio, trazemos à luz formas de produção de vazios demográficos – as quais se efetivavam por meio da separação de famílias e/ou subgrupos; as transferências compulsórias para áreas habitadas por povos inimigos; os casamentos forçados com povos inimigos; o sequestro de crianças; a contaminação proposital por doenças infectocontagiosas; as perseguições, humilhações e prisões; entre outras.

Um dos casos em que tais práticas foram conjugadas é o dos Xetá de Serra dos Dourados, habitantes da margem esquerda do Rio Ivaí, no atual noroeste paranaense, processo caracterizado como *genocídio* pelo Ministério Público do Paraná, em documento elaborado no âmbito da Comissão Estadual da Verdade "Teresa Urban".

1. O extermínio dos Xetá

Sob a égide político-econômica do movimento deflagrado pela Marcha para o Oeste varguista, o governo do Paraná empreendeu, a partir da década de 1940, uma política de colonização: a ocupação das áreas ao longo da fronteira com o Paraguai, ao norte e noroeste paranaenses, consideradas como um imenso "vazio demográfico",[71] e a expansão da fronteira agrícola, notadamente a cafeicultura. A Serra dos Dourados, território Xetá, é incluída na área de incidência do plano oficial de colonização dirigida do governo do Paraná, enunciado pelo governador Moyses Lupion (PARANÁ, 1949), e aquelas terras foram cedidas à companhia colonizadora Suemitsu Miyamura & Cia. Ltda em 1949, substituída em 1951 pela Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (Cobrinco), empresa do grupo Bradesco.

Conforme relatório do inspetor Deocleciano de Souza Nenê (1952), a existência dos Xetá em Serra dos Dourados foi constatada pelo SPI em 1949 e reiterada em 1951, em expedições realizadas por ele e pelo auxiliar de sertanista Wismar da Costa Filho, que solicitaram à 7ª Inspetoria Regional

medidas de proteção física dos índios e de seus territórios. Essas medidas foram negadas pelo chefe da 7ª Inspetoria Regional, Lourival da Mota Cabral, sob a alegação de não mais haver índios sem contato no estado do Paraná. Mota Cabral foi apontado pelo procurador Jáder de Figueiredo Correia como um dos funcionários do SPI envolvidos com empresas madeireiras e que se favoreciam da exploração madeireira ilegal em terras indígenas no sul do país.

À revelia das notícias da presença dos Xetá em Serra dos Dourados, em 1951 o estado do Paraná cedeu, por permuta, um terreno de 1.400 alqueires na área ao fazendeiro e deputado estadual Antonio Lustosa de Oliveira, amigo pessoal e apoiador político do governador Moyses Lupion. A fazenda Santa Rosa, instalada no ano seguinte, e cujo administrador era o sobrinho do deputado, Antonio Lustosa de Freitas, se estendeu sobre um dos campos de caça de um dos grupos Xetá.

A Associação Nacional de Apoio ao Índio no Paraná (ANAÍ, 1983, p. 14) e o antropólogo José Loureiro Fernandes (1959, p. 29) indicaram que as expedições do SPI a Serra dos Dourados foram realizadas após "vários entendimentos" entre o deputado Lustosa de Oliveira e a 7ª IR/SPI, com vistas à remoção dos Xetá de seu território, pois o deputado Lustosa de Oliveira pretendia alienar "suas" terras a uma colonizadora paulista – o que de fato ocorreu em 1951, quando, por um ato súbito, a concessão de Suemitsu Miyamura é anulada e transferida à Cobrinco.

Em entrevista ao jornal *Folha de Londrina*, em 1994, o ex-corretor de terras na região de Serra dos Dourados à época, sr. Frans Licha, revelou um pacto entre o governo do Paraná à Cobrinco e ao SPI:

> Segundo ele, até a década de 1950, época do governo de Moisés Lupion, as terras de Serra Dourada [*sic*] estavam sendo colonizadas pela Suemitsu Miyamura Cia. Ltda que já tinha demarcado uma área de 50 mil alqueires para os índios. Com Munhoz Neto substituindo Lupion no Governo do Paraná, "armou-se um jogo político nebuloso que até hoje não foi explicado". [...] "Contando com o apoio do governador Munhoz da Rocha e do SPI, a primeira coisa que a Cobrinco fez ao assumir a colonização foi transferir os índios para a reserva", revelou Licha. No local ainda sobraram alguns xetás porque faltou caminhão [...]

A década de 1950 é marcada por uma sistemática de sequestros de crianças Xetá por fazendeiros e funcionários das colonizadoras, prática que passa a ser adotada pelo próprio SPI. Entre as décadas de 1950-1960, diversas crianças Xetá são retiradas de suas famílias à força e "distribuídas" entre famílias não indígenas, renomeadas e igualmente forçadas a assumir novos hábitos.

Em 1952, duas crianças Xetá, Tikuein Ueió ("Kaiuá") e Anhambu Guaká ("Tuca"), foram capturadas por agrimensores e entregues ao inspetor do SPI, Deocleciano de Sousa Nenê, que as conduziu e manteve em Curitiba. Sousa Nenê justificava a posse dos meninos por sua "utilidade" como intérpretes nas futuras expedições de busca, o que de fato ocorreu até meados dos anos 1960.[72]

Belarmina Paraná, viúva de Anhambu Guaká (Tucanambá José Paraná), no filme *O último guerreiro dos Xetá*, de Bruno Xetá, relatou as condições do sequestro de Tuca, desmentindo a versão frequentemente informada de que as crianças eram encontradas "perdidas" na floresta:

> O homem branco chegou na terra deles [...], pegaram eles, depois que eles [os brancos] tiveram contato com eles [os Xetá] mesmo, ele [Tuca] tava trepado numa madeira, aí eles derrubaram e pegaram ele, ele e mais o outro, que é falecido, o Antonio Guairá Paraná, era o nome dele, do outro Xetá. Daí trouxeram eles, amarraram e trouxeram de avião para Curitiba. (3'15'' – 4'52'')[73]

Durante os trabalhos de "atração", entre 1955-1956, os funcionários do SPI promoveram outra onda de sequestros de crianças, que eram retiradas de suas famílias, uma a uma, e mantidas em Curitiba. O próprio Lustosa de Freitas, designado pelo SPI responsável[74] pelos Xetá, sequestrou duas crianças ao longo desse período: Guayrakã (que renomeou Geraldo Brasil) e Tiguá (renomeada Ana Maria). Às tentativas dos pais de retomar as crianças, Lustosa de Freitas respondia com violência:

> A mãe dele ficou uns três ou quatro dias em redor para roubá-lo [*sic*]. Quando foi um belo dia, ela ameaçou pegá-lo. Foi quando eu peguei uma vara de bater em vaca e a ameacei. Depois disso, ela nunca mais tentou. O Mã tentou, chegou a pegá-lo, mas eu fiz a mesma coisa. (ANTONIO LUSTOSA DE FREITAS, 1989 apud SILVA, 1998, p. 80)

A partir da instalação do posto de atração na fazenda Santa Rosa em 1957, o SPI inicia um processo de dispersão dos Xetá, ao promover transferências deles para áreas indígenas Guarani e Kaingang em outras regiões do Paraná.

Os sobreviventes relataram também que os Xetá que se aproximaram da fazenda Santa Rosa, inclusive as crianças, foram condicionados ao trabalho na roça da propriedade, convergindo com apontamentos de Loureiro Fernandes (1957).

> Trabalhávamos duro na lavoura. A minha vida toda, desde quando eu saí do mato, o branco me ensinou a trabalhar na enxada, na foice e no machado. [...] Ajudei a formar muito café, quando eu já era maior [...] Eu devia ter uns sete anos, quando conheci branco mais de perto, daí me formei mais um pouco, e já comecei a trabalhar. Esse Senhor Antonio Lustosa me ensinou a andar a cavalo. Quando menino, comecei a trabalhar com ele, como diz, lidar com gado (TIKUEIN apud SILVA, 1998, pp. 81-82)

Os sobreviventes Xetá reconhecem o efeito das ações do SPI na desagregação de seu povo. Não apenas a separação física, mas também o processo de esfacelamento cultural forçado pela mudança abrupta, a retirada de adornos, a perda da língua e a imposição de hábitos da sociedade não indígena às crianças, agora em poder de famílias urbanas. Moko, levada ainda menina para Curitiba pelo inspetor Dival de Souza em 1955, diz:

> Podíamos estar juntos se não tivessem nos separado. Todos quiseram nos ajudar e nos atrapalharam, nos separaram, tiraram a gente do nosso lugar. Perdemos tudo, alguns de nós perderam até as lembranças de nossa gente, fomos levados igual bicho, cada um para um lado e com um dono (…). Estou cansada de morar na terra dos outros [...] Não tinha como praticar as coisas de meu povo, porque fiquei sozinha e não tenho como praticar [...]" (Ã apud SILVA, 1998, p. 73)

Além dos sequestros e das remoções forçadas realizadas pelo SPI, a Cobrinco também é acusada de ter feito desaparecerem índios e de ter contratado jagunços para atacá-los, bem como às famílias de pequenos posseiros na região. Em *Memorial sobre os Xetá*, feito a pedido do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) em 1958, o antropólogo José Loureiro Fernandes levou ao conhecimento do governo federal as violências cometidas contra os Xetá com a intenção de

"destruir provas" dos direitos constitucionais desses índios às suas terras. O jornal *Gazeta do Povo* publicou, em 1959, uma matéria reproduzindo denúncia feita pelo antropólogo José Loureiro Fernandes em *Memorial sobre os Xetá*:

> [...] seus caminhões teriam sido vistos pelo menos duas vezes conduzindo os índios para fora da Serra dos Dourados. Qual o destino? Não se sabe. Ninguém, ao que parece, até agora procurou averiguar. Pessoas temem fazer denúncias.

Apesar de denúncias terem sido levadas por funcionários do órgão e acadêmicos à chefia da 7ª IR/SPI, ao CNPI e mesmo ao Congresso Nacional,[75] e tornadas públicas sobretudo pela imprensa local, não foram adotadas pelo Estado quaisquer medidas de proteção. Mais tarde, a *Revista Panorama* (1978)[76] revelou que a Cobrinco acobertava suas ações no território Xetá com o silêncio imposto à força por meio de técnicas de tortura.

Um dos elementos do processo de extermínio dos Xetá foi a negação sistemática de seus direitos territoriais. O ano de 1956 marca o início da luta pela criação de uma reserva como possível território para os Xetá. Uma proposta do deputado Lustosa de Oliveira para criar de um parque estadual, apesar de aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná, é vetada pelo governador Bento Munhoz sob a alegação de que para a área indicada no projeto já haviam sido deferidos muitos títulos de compra. De fato, conforme registra Sousa Nenê, o SPI, enquanto aguardava soluções por parte do governo estadual quanto à questão da terra Xetá, teria sido "surpreendido" com a venda de todas as suas terras (SPI, 1957). E, em 1961, por meio do Decreto nº 50665, do presidente Jânio Quadros, é instituído o Parque Nacional de Sete Quedas, em Guaíra. Sete Quedas, no entanto, constituiu-se em simples ato administrativo, uma vez que nenhum procedimento de estudo e demarcação foi realizado.

A partir da década de 1960, o Estado consolida o processo de esbulho territorial dos Xetá, ao promover a remoção dos últimos índios ainda em contato na fazenda Santa Rosa. Durante a ditadura, os Xetá, separados, são jogados no esquecimento – é a partir de quando são considerados "extintos"; os Xetá foram mantidos em separação e desterritorialização forçadas, e mesmo sem o conhecimento da existência de outros parentes vivos. Segundo os relatos dos sobreviventes, bem como registros feitos por etnólogos (Vladimir Kosák e Aryon Rodrigues, por exemplo) e documentos do próprio SPI, os Xetá foram abandonados em diversos postos indígenas, adoentados de tuberculose e famintos. Kosák (1969 *apud* Silva, 1998:82) registrou em uma de suas viagens que encontrou os Xetá "doentes com varíola [...] [e] não tinham o que comer".

Aos Xetá seria negado, novamente, o direito de se reunirem e viverem juntos: em 1981, também por decreto presidencial, é extinto o Parque Nacional de Sete Quedas, e toda a área é inundada para receber a lagoa da usina hidrelétrica de Itaipu.

Os Xetá vivos, sobreviventes, então separados em diversas reservas indígenas, foram considerados pelo Estado brasileiro oficialmente como povo "extinto" até o final da década de 1980, quando, em virtude da realização do Projeto Memória Indígena do Paraná,[77] seus depoimentos foram colhidos e sua história começou a ser recontada. Removidos de seu território e separados de seus familiares, os Xetá se entendem como "inquilinos" dos Guarani e Kaingang, que os "acolheram". Paradoxalmente, os então sobreviventes Xetá foram as crianças, hoje adultas, retiradas de Serra dos Dourados. Quanto aos outros subgrupos Xetá que resistiram ao contato com os brancos, não se teve mais notícias, e o SPI não se empenhou em procurá-los. Mesmo aqueles que eram encontrados, eram posteriormente "espalhados" pelo SPI.

Os Xetá "retornariam" ao cenário e à geopolítica paranaense a partir da década de 1990, quando os sobreviventes realizaram encontros e deflagraram uma luta pelo seu reconhecimento pelo Estado, pela valorização de sua língua e cultura e pela retomada de sua terra tradicional, da qual foram expulsos.

2. O caso dos Tapayuna (Beiço-de-Pau)

Os Tapayuna (conhecidos como "Beiço-de-Pau"), no oeste Mato Grosso, também sofreram tentativas de extermínio no período entre 1953 a 1971, aproximadamente, no processo de reocupação de seu território, durante o ciclo de expansão da fronteira agrícola que vitimou os Xetá e outros povos. Sua população, calculada pela Funai na década de 1960, era de cerca de 1.220 pessoas. Dizimados por envenenamento, armas de fogo, gripe e remoções forçadas, restaram, 20 anos após o contato, cerca de 40 indivíduos da etnia. A morte da maior parte dos indígenas ocorreu por negligência do órgão indigenista oficial, que, em 1969, permitiu a participação de um jornalista gripado na expedição conduzida pelo sertanista João Américo Peret, não havendo a vacinação prévia necessária para situações de contato. Além da epidemia, a concessão de terras indígenas à Brasul e à colonizadora Conamali por parte do governo de Mato Grosso resultou em uma série de conflitos e assassinatos.

Principalmente a partir de 1951, após a concessão das terras indígenas pelo estado do Mato Grosso, uma série de empreendimentos na região do antigo município de Diamantino foram consolidando um sentimento de insegurança nos índios que ali viviam, incluindo os Tapayuna. Com a omissão dos órgãos responsáveis pela garantia dos direitos indígenas, a aproximação dos não indígenas através de inúmeros projetos – por exemplo, as linhas telegráficas de Rondon, a abertura de estradas, a construção de fazendas e o aumento da navegação na região dos rios Miguel de Castro e Tomé de França (afluentes do rio Arinos) – acabaram fornecendo base para futuros conflitos através deste súbito contato.

Tentando impedir o extermínio completo dos Tapayuna, após cinco tentativas de "pacificação", a Funai realizou a transferência dos sobreviventes de seu território tradicional para o Parque Indígena do Xingu (PIX), em 1971, junto ao povo Ksêdjê. No entanto, essa ação tardia não só não evitou a continuidade do genocídio como contribuiu com o seu agravamento, pois a remoção, feita sem estudos prévios, realocou os indígenas em um território ocupado por povos rivais, aumentando a sua situação de vulnerabilidade social – que caracteriza etnocídio. Após a morte de lideranças Tapayuna, muitos fugiram do parque e os que ficaram entre inimigos estavam impedidos de viver sua cultura.

> É impossível escutar as histórias dos Suyá Ocidentais [Tapayuna] sobre o ato de matar e serem mortos sem atribuir o horror de sua dizimação a uma combinação de proteção inadequada por parte do órgão indigenista, à avidez/voracidade dos fazendeiros locais e à fraqueza da equipe de pacificação. Em poucos anos, mais de 90% da população morreu ou foi morta (SEEGER, 1981, p. 55).

O processo de remoção em si acarretou a morte de ao menos dez indígenas durante o percurso por questões de saúde; para além disso, muitos dos Tapayuna que não tinham condições de sair ou que se recusaram a peregrinar até o PIX acabaram falecendo nas aldeias de origem. Em 1971, o sertanista Antônio de Souza Campinas, com um Tapayuna do Xingu, foi enviado para buscar sobreviventes na antiga região onde se localizavam os Tapayuna; lá foram encontrados somente ossos revirados por porcos selvagens. Entre os mortos, estava a noiva do cacique Tariri:

> Tariri disse que esses índios que ficaram para trás naquela época foram convidados pelos seus patrícios a viverem, digo a virem se integrarem junto ao branco, ou seja, padre Tomaz, com finalidade de tomar remédios, mais eles não quiseram aceitar a proposta, então precisava de uma pessoa ir na aldeia medicá-los, justamente para quem conhece o trabalho é o que seria certo, mais isto não aconteceu, resultado,

> morreram. Eu vi coisas desagradáveis nesta viagem, é pela segunda vez que vejo índios desesperados, em uma das vezes em que eu insistia com o índio Tariri para irmos mais para frente, ele olhou para mim, sentou-se, pôs as duas mãos na cabeça, depois bateu com a mão direita em cima do coração e nesta altura já estava chorando olhando para os ossos todos fuçados pelos porcos da mata, lembrando que no meio daqueles ossos, estavam os ossos da moça que ia ser sua esposa e falou as seguintes palavras: "Karaí-tán-aitinnvaine Kre, Kêtt Kue n, que significa: vocês civilizados mataram todos, tudo acabado, estas palavras falou quando estava em choro". (CAMPINAS, 1971, p. 3)

3. A captura e o cativeiro dos Avá-Canoeiro do Araguaia

Outro caso de desagregação social e tentativa de extermínio ocorreu com os Avá-Canoeiro, no estado de Tocantins.[78] Em meados dos anos 1960, os Avá-Canoeiro do Araguaia se refugiaram na região de Mata Azul, área que fazia parte do território maior compartilhado pelos Avá-Canoeiro e Javaé, localizado dentro da fazenda Canuanã, de propriedade dos irmãos Pazzanese, família abastada de São Paulo.

Os fazendeiros da região costumavam organizar expedições de caça aos índios, como ofensiva ao roubo ocasional de bois e cavalos pelos Avá. Frente a esse quadro de violência por parte dos proprietários, a Funai instalou uma Frente de Atração no ano de 1972, chefiada por Israel Praxedes, substituído no fim de 1973 pelo sertanista Apoena Meirelles. A Frente realizou a "atração" de seis Avá-Canoeiro ainda em 1973. O restante do grupo – totalizando dez pessoas – foi contatado no ano seguinte.

A ativação da Frente ocorreu exatamente na mesma época em que o grupo Bradesco manifestou a intenção de iniciar uma parceria econômica com os Pazzanese, visando à criação de gado na região. O resultado prático da precipitada ação do órgão indigenista beneficiou unicamente os interesses privados do grupo Bradesco e dos proprietários da fazenda Canuanã e a forma como o contato foi realizado pela equipe da Funai, que se dirigia a superiores militares em documentos produzidos à época, foi mais brutal e violenta do que aparece nos boletins oficiais da época.

Nesse contexto, dez Avá-Canoeiro do Araguaia que estavam encurralados pelas frentes de colonização na fazenda Canuanã foram capturados por agentes do Estado (Funai) em 1973 e 1974, depois das décadas de massacres perpetrados por fazendeiros. A Frente de Atração agiu de forma especialmente violenta em 1973, ao entrar atirando no acampamento indígena, de supetão, o que resultou na morte de uma menina, na fuga desesperada de quatro pessoas e na prisão de outras seis.

Esses primeiros Avá-Canoeiro capturados foram amarrados em fila indiana, sob a mira das armas de fogo e levados à força para a sede da fazenda Canuanã, onde foram expostos à visitação pública dos moradores da região durante semanas – colocados dentro de um quintal cercado de uma das casas da fazenda, como que em um zoológico, fato testemunhado pelos Javaé e por moradores da região. Foram ainda levados a um povoado vizinho para serem novamente colocados às vistas de curiosos.

Os testemunhos avá[79] dão conta de que suas mulheres sofreram abusos sexuais, intimidação e, ao fim de dois anos, foram sumariamente transferidas para a aldeia dos seus inimigos históricos, os Javaé, que eram cerca de 300 pessoas na época, passando a viver, até hoje – com uma população de 23 pessoas –, em condições graves de submissão, marginalização social, econômica e política, sofrendo assédio moral nas situações de conflito e grandes restrições alimentares. O Estado forçou a subordinação cotidiana dos Avá aos seus adversários históricos, de modo que os primeiros foram assimilados culturalmente pelos Javaé como cativos de guerra.

Por fim, a terra indígena ficou livre para a colonização e a Fundação Bradesco, nos anos 1990, passou a fornecer pão, leite e cabeças de animais destinadas ao lixo em troca de os índios não mais abaterem o gado da fazenda. Desde o fim dos anos 1980, a Funai, em parceria com Furnas, insistiu continuamente na tentativa de transferência dos Avá-Canoeiro do Parque Indígena do Araguaia para a TI Avá-Canoeiro, no Tocantins, a despeito da vontade contrária do grupo, estimulando casamentos com parceiros previamente escolhidos pelo órgão, como se faz com animais em cativeiro.

O fato de esses casos de desagregação social não serem isolados – também tendo sido impostos aos Panará (Krenakore), no Mato Grosso e no Pará; aos Arara, no Pará; aos Parakanã e Araweté, no sudeste do Pará –, tornam patente tanto a sua sistematicidade quanto a sua conexão com as políticas contato e remoções forçadas operadas pelo órgão indigenista oficial.

E) Mortandades e massacres

> Estou cansado de ser um coveiro de índios... Não pretendo contribuir para o enriquecimento de grupos econômicos à custa da extinção de culturas primitivas – Antonio Cotrim, sertanista da Funai, ao se demitir (1972).[80]

A mortandade a que se refere Cotrim, que se desligou da Funai em 1972, é tudo menos fortuita – é resultado da articulação entre as políticas de desenvolvimento do regime e da política indigenista gestada especialmente para realizá-las. Na reportagem "Índios no caminho", de agosto de 1970, a revista *Veja* afirmava, tendo como fonte o governo e seu órgão indigenista, que o objetivo principal na construção da Transamazônica não era a "integração" dos povos indígenas: "O mais importante é afastar, e rapidamente, os possíveis obstáculos à passagem das máquinas de terraplenagem". De fato, na esteira desse objetivo é que o órgão indigenista constituiu um grupo de trabalho, sob a responsabilidade de Cotrim, para apressar o contato de sertanistas com os povos no caminho da estrada.[81] A determinação geral era "atrair e pacificar" – e o mais rápido possível.

Em outra peça da revista *Veja*, de setembro de 1970, o repórter Raimundo Pereira, que viajou por cinquenta dias pelas regiões onde eram construídas as rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, testemunha a "simplificação" dos métodos normalmente empregados para o contato com povos em isolamento e apresenta, inclusive, a preocupação de um general com as falhas no plano da Funai para a construção da estrada. Segundo Pereira, tal plano previa "a pacificação ou afastamento de índios de suas terras no curto espaço de tempo dos poucos meses restantes até as equipes de desmatadores terem aberto centenas e centenas de quilômetros na selva".

A atração, o contato e as tentativas de "pacificação" patrocinados pela Funai legaram ao povo Parakanã, por exemplo, cinco transferências compulsórias entre 1971 e 1977, além da morte de 118 indígenas, o equivalente a 59% da população original, por epidemias de gripe, contaminação por poliomielite, malária e doenças venéreas como a blenorragia – doenças essas trazidas pelas próprias frentes da Funai. Esse povo tupi amazônico já havia sido vitimado por uma epidemia de gripe após a primeira tentativa de contato, do SPI, durante a construção da rodovia do Tocantins, em 1950.

Em 1970, cerca de 700 Parakanã foram transferidos de seu território tradicional, entre os rios Tocantins e Xingu para a aldeia Pucuruí e para a reserva indígena Parakanã. Ainda em 1970, outros 40 Parakanã morreram – novamente por infecção gripal. O presidente Emílio G. Médici assinou então o decreto (Decreto nº 68.913, de 13 de julho de 1971) de demarcação da reserva indígena Parakanã. Os trabalhadores da Transamazônica começaram a invadir a reserva e, durante esses contatos iniciais,

tem-se notícia de que trabalhadores da estrada presenteavam os homens Parakanã e violentavam várias mulheres. Os relatos também dão conta de que os próprios agentes da Funai praticaram violências sexuais contra as mulheres. O relato do médico Antônio Madeiros, em 1971, é eloquente ao relatar esse "quadro de promiscuidade": 35 mulheres indígenas e dois agentes da Funai foram acometidos por doenças venéreas, oito crianças nasceram cegas e cerca de seis crianças morreram de disenteria (DAVIS, 1978, p. 94). Em 1979, a imprensa divulgou denúncias do antropólogo Antônio Carlos Magalhães, que na época trabalhava na Funai como coordenador do Projeto Parakanã, referentes a problemas na Frente de Atração durante a construção da Transamazônica em 1971. Segundo ele, 58 indígenas Parakanã teriam morrido de blenorragia ou pneumonia durante aquele período.[82] As doenças teriam sido contraídas não somente pelo contato com trabalhadores da rodovia, como também, pelo contato com funcionários da Funai infectados. Ele denuncia ainda que, em 1972, teria sido aberta sindicância para apurar o caso. O inquérito teria responsabilizado pelas mortes o sertanista João Carvalho, encarregado da Frente de Atração. Porém, a mando da 2ª Delegacia Regional, o processo teria sido interrompido. Ainda segundo ele, em 1976 houve outra sindicância, também fora abafada pela Funai.[83] Em resposta a essas denúncias, a Funai reconhece parte das acusações:

> É do conhecimento geral que, após os primeiros contatos com os servidores da Funai, os indígenas passaram, durante os primeiros anos, a frequentar as frentes de abertura da Transamazônica e a chegarem inclusive a Marabá. Contraíram doenças venéreas e, certamente por um relaxamento inconcebível na época e cujas responsabilidades jamais conseguiram ser firmadas, esta lamentável primeira denúncia é verdadeira e suas consequências podem ser observadas até hoje, na cegueira parcial de algumas índias e na depopulação brutal de que foram vítimas os indígenas.[84]

As estradas do PIN não impactaram somente os Parakanã. Também motivados pela política de atração e "pacificação" dos povos do médio Xingu, no contexto da Transamazônica, o contato e tentativa de atração dos Araweté – também falantes de tupi e principais inimigos dos Parakanã – determinou a morte de pelo menos 36% de sua população original.[85]

Outro povo da região também sofreu as consequências dessa política: os Arara tiveram seu território cortado ao meio em 1970 pelo traçado da Transamazônica, o que os levou a viver em fuga constante[86] e a ter seu território crescentemente invadido. Tal situação de insegurança resultou na desestabilização de sua vida produtiva – os Arara não podiam fazer roças ou casas, por exemplo – , na desagregação social e no seu isolamento em pequenos grupos. A partir de 1971, quando é instalada a Frente de Atração, a Funai passa ainda a apoiar frentes colonizadoras, por meio da emissão de certidões negativas. Entre 1974 e 1977, o Incra negocia a cessão da área à Cooperativa Cotrijuí, o que aumenta a pressão sobre o trabalho da Frente de Atração e desta sobre os índios. O território arara seria interditado apenas em 1978, impondo aos Arara um longo período de ataques, conflitos e mortes. Em 1969, doze Arara haviam sido mortos a tiros por caçadores de onça (gateiros), que também distribuíram comida envenenada aos demais; um novo ataque de gateiros, em 1973, levou a novas mortes. Os impactos da frente de colonização sobre os Arara e suas terras motivaram o filme de Andrea Tonacci, *Arara* (1980-1983, 75'). Em depoimento,[87] o sertanista Afonso Alves Cruz testemunha a situação após o contato com os Arara:

> A sensação era de desespero. Na hora, não dava para pensar, só agir: trazer índio nas costas, identificar grupo que estava lá e não podia trazer, medicar. Era cons-

tante, 24 horas por dia. A gripe foi mortal. Esse foi um grande aprendizado: não se deve fazer nenhum tipo de aproximação com índios isolados sem que se esteja preparado. E, se não estiver preparado, quem vai sofrer as consequências são os índios. Porque eles vão morrer.

Em meados da década de 1970, com a definição da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, outro grupo Parakanã – de cerca de 40 pessoas – foi contatado às margens do rio Anapu, e, sofrendo com uma epidemia de malária e gripe, transferido à reserva Pucuruí. Entre 1975 e 1980, a construção dessa hidroelétrica impactou tanto Pucuruí quanto a TI Parakanã, forçando os Parakanã a novas transferências.

A construção da UHE Tucuruí no estado do Pará provocou também a transferência forçada do povo Akrãtikatêjê – aproximadamente 45 pessoas, à época – de seu território para outra terra indígena, habitada por outros grupos gavião, outrora rivais. Isso se deu por meio de violência psicológica e física, manipulação de lideranças indígenas e desagregação social do povo akrãtikatêjê por parte da Eletronorte e Funai, causando perdas materiais e culturais irreparáveis. Até 2014, 40 anos depois, o povo Akrãtikatêjê ainda não conquistou seu próprio território.[88]

Ainda em 1973, para viabilizar a construção da rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163), também os Panará, conhecidos como Krenakore, foram contatados pela Funai e removidos forçosamente para o Parque Nacional do Xingu. O processo de contato e remoção ocasionou a morte de 176[89] indígenas Panará, aproximadamente 66% da população original, por conta de epidemias, fome, convivência com antigos povos inimigos e dificuldades de adaptação às condições naturais do Parque do Xingu.[90] Depois de 20 anos exilados e passando por um processo de profunda desagregação social, os Panará reconquistaram o que ainda havia de preservado em seu território, onde construíram uma nova aldeia. Esse processo chegou aos tribunais, e, em 2003, a União e a Funai – que não buscaram soluções alternativas à remoção dos Panará – foram condenadas em uma ação indenizatória pelos danos materiais e morais causados pelo contato. A indenização, que soma mais de 1,2 milhão de reais, diz respeito aos danos sofridos pelos Panará em razão do contato e da remoção forçada de suas terras tradicionais.

*O desmonte das políticas de assistência à saúde indígena, com a saída do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA) e Unidades de Atendimento Especial (UAE) do âmbito institucional da Funai, em 1968, e a diminuição dos recursos destinados a elas, ocorreram justamente no contexto descrito acima, de políticas de atração e contato intensivas. A abertura de outra estrada, a Perimetral Norte (BR 210), a partir do início da década de 1970, foi a "tarefa mais difícil", e de grande impacto na saúde indígena, da história da Funai como órgão indigenista. Segundo os cálculos do próprio órgão, ela envolveu o contato com 52 povos diferentes; não contou, no entanto, com qualquer cuidado sanitário que evitasse a repetição de tragédias como as da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém.

Assim como as demais, a construção da Perimetral não foi acompanhada de procedimentos voltados a garantir a integridade sanitária das populações indígenas e/ou mesmo de seus trabalhadores, como atesta um depoimento prestado à CNV por um indígena do povo Yanomami – identificado como Santarém – , em viagem realizada em 2013:

> Depois da estrada, a doença não saiu. A doença ficou no lugar da Camargo Corrêa. Até hoje o governo federal não assumiu a responsabilidade de cuidar da saúde que ele estragou, deixou espalhar doença nas aldeias. As doenças mais frequentes são pneumonia, malária, tuberculose. Não tinha nada disso aqui antes da estrada.

A abertura do trecho entre Caracaraí e o limite entre os estados de Roraima e Amazonas impactou diretamente cerca de 250 Yanomami no rio Ajarani e afluentes e outros 450 no rio Catrimani (Prelazia de RR, 15/4/1974). O trecho São Gabriel da Cachoeira-rio Padauiri (AM), por sua vez, atingiu os cerca de 400 habitantes da região (Funai-EIT, 2/1975). Segundo relatos testemunhais e documentos, a Funai, responsável à época pela saúde indígena, não realizou satisfatoriamente campanhas de vacinação prévias, não controlou a situação sanitária dos trabalhadores que entravam em contato com os índios, não controlou a contento o acesso de pessoas não autorizadas à área de ocupação indígena, não deu apoio às missões religiosas que atuavam na região, no sentido de aparelhá-las e prepará-las para a tarefa, tampouco deu o suporte necessário nos momentos de crise. Em 1974, a primeira epidemia vitimou 20 índios, e a dinâmica do contato descontrolado produziu a desestruturação social e sanitária das aldeias da região (*Veja*, 10/8/1977, RAMOS & TAYLOR, 1979, ZACQUINI, 2013; TAYLOR, 1976a e 1976b).

O coordenador do Plano Yanoama[91] protestou formalmente sobre o fato de que tiveram apenas dois dias e meio para realizar a vacinação devido à redução de um planejamento anterior no qual estavam programadas três semanas para essa atividade e que os oito atendentes de enfermagem previstos na portaria 215/E da Funai também não foram contratados, privando a equipe de meios para realizar a imunização prevista (BIGIO, 2007:186, TAYLOR,1976a, pp. 7-8; TAYLOR, 1976c). Nos mesmos documentos, a equipe denuncia que a Divisão de Saúde da Funai se negou a vacinar os índios da região de Surucucus. Ao todo, apenas 230 índios da área da Perimetral e da missão Mucajaí foram vacinados.

Como consequência dessa situação de omissão do órgão indigenista, diversas epidemias de alta letalidade, como sarampo, gripe e, malária, caxumba, tuberculose, além da contaminação por DSTs, eclodiram entre os Yanomami, vitimando, já no primeiro ano da construção da estrada, cerca de 22% da população de quatro aldeias. Dois anos depois, mais 50% dos habitantes de outras quatro comunidades na área de influência da estrada sucumbiram a uma epidemia de sarampo. No rio Apiaú, no extremo leste do território Yanomami, estima-se que cerca de 80% da população tenha morrido em meados da década de 1970 (RAMOS, 1993). Apenas no vale do rio Ajarani a população foi reduzida de cerca de 400 nos anos 1960 a 79 indivíduos em 1975.

1) Invasões, garimpo, desassistência e morte[92]

Iniciada em grande escala em 1975, na Serra das Surucucus, a exploração da cassiterita no início das invasões logo deu lugar ao ouro. Levas de milhares de garimpeiros se espalharam por toda a região de ocupação indígena, com destaque para os rios Mucajaí, Couto de Magalhães, Ericó e Uraricoera, impactando uma área de 21 mil km^2 (Le Tourneau, 2010). Além de balsas atuando no leito dos rios, mais de cem pistas de pouso clandestinas foram abertas no interior da floresta, por onde foram contrabandeadas de duas a três toneladas de ouro por mês. Além da demora da demarcação das terras Yanomami, os documentos examinados mostram a omissão da Funai no controle das invasões, além da conivência e, por vezes, o apoio explícito de diferentes instâncias do poder público aos invasores. O caso mais flagrante de apoio do poder público à invasão garimpeira se deu na gestão de Romero Jucá à frente da Funai, na região do Paapiu/Couto de Magalhães, onde o garimpo se iniciou a partir da ampliação de uma antiga pista de pouso pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), em 1986. A Funai e os demais agentes públicos abandonaram a região, deixando a área livre para a ação dos garimpeiros. Não havia justificativas para a expansão dessa pista, uma vez que não havia pelotões de fronteira planejados para a região.[93]

O impacto dos garimpeiros, que chegaram a cerca de 40 mil no final da década de 1980, foi devastador. Não há um número oficial de mortos em decorrência dessas invasões, mas se estima que chegue aos milhares. Comunidades inteiras desapareceram em decorrência das epidemias, dos conflitos com garimpeiros, ou assoladas pela fome. Os garimpeiros aliciaram indígenas, que largaram seus modos de vida e passaram a viver nos garimpos. A prostituição e o sequestro de crianças agravaram a situação de desagregação social.

Em meio às pressões nacionais e internacionais para a retirada dos garimpeiros e demarcação da TI Yanomami, o então presidente da Funai, Romero Jucá, optou, em 1987, por expulsar todas as equipes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e missões religiosas estrangeiras que atuavam no atendimento à saúde dos Yanomami.[94] Alegando reagir a denúncias que afirmavam que os religiosos estavam insuflando os índios contra os garimpeiros, Jucá determinou, sem averiguação, a retirada das equipes de saúde em meio a uma série de epidemias, sobretudo de gripe e malária, agravando ainda mais a situação.[95] A expulsão dos profissionais de saúde, religiosos ou não, abarcou brasileiros atuando legalmente no interior da área indígena e se estendeu a regiões onde não havia presença de religiosos, contradizendo as acusações em que se basearam as decisões do presidente da Funai. Em decorrência dessa ação, a terra Yanomami permaneceu fechada por cerca de um ano e meio.

A expulsão das equipes de saúde repercutiu internacionalmente devido à verdadeira crise humanitária que se instalou na TI Yanomami. Por meio de uma denúncia formal da Indian Law Resource Center, a Comissão dos Direitos Humanos do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou esclarecimentos ao governo brasileiro. Dois anos depois, a comissão Ação Pela Cidadania, liderada pelo senador Severo Gomes e com a presença de procuradores do Ministério Público Federal (MPF), conseguiu adentrar a Terra Indígena e verificar a situação de total abandono em que se encontravam os Yanomami, em meio à mais grave situação sanitária vivida por eles (FSP, 18/6/1989 e Cedi, 1991; Ação pela Cidadania. 1989a, 1989b e 1990).

A inoperância da Funai na retirada dos garimpeiros, agravada pela expulsão dos profissionais de saúde, teve como consequência direta as mortes decorrentes de conflitos, que vinham sendo anunciados por telegramas enviados à sede do órgão indigenista pelos sertanistas locados na TI e que foram sistematicamente ignorados pelas instâncias responsáveis. As epidemias de gripe, malária, sarampo e coqueluche, somadas às doenças venéreas, ceifaram milhares de vidas, aniquilando aldeias inteiras. Segundo dados levantados por Pitham, Confalonieri e Morgado, a partir da Casa do Índio, em Boa Vista, no período de 1987 a 1989, vemos que:

> No levantamento de atendimento por sub-regiões [...] verifica-se uma crescente concentração de casos procedentes da sub-região do Mucajaí, atingindo 42% de sua população hospitalizada de 1987 a 1989, seguida da sub-região do Paapiu, com 40% neste mesmo período (PITHAM; CONFALONIERI; MORGADO, 1991, p. 566).

Adiante, os mesmos pesquisadores escrevem:

> A infecção malárica, de grande relevância epidemiológica pelo número de casos e abrangência de sua dispersão, teve um aumento de cerca de 500% na sua ocorrência entre 1987 e 1989. [...] Cumpre ressaltar ainda que, analisando-se a procedência dos Yanomami que foram tratados de malária em 1989, constatamos que 50% dos casos eram da região do Paapiu, onde, até 1987, não havia registro de transmissão local dessa parasitose [...]. Ao se analisar a região de procedên-

> cia dos pacientes acometidos pelos principais processos mórbidos identificados – malária, pneumonia e doenças sexualmente transmissíveis (DST), verifica-se também uma maior concentração de casos em áreas de maior atividade garimpeira. (Idem, pp. 569-570)

Ao falar das epidemias de malária que abateram os Yanomami, o xamã e líder Davi Kopenawa, em seu depoimento à CNV, sintetiza o quanto trazer à luz essas histórias é determinante, ainda hoje, para o seu povo:

> Eu não sabia que o governo ia fazer estradas aqui. Autoridade não avisou antes de destruir nosso meio ambiente, antes de matar nosso povo. [...] A Funai, que era pra nos proteger, não nos ajudou nem avisou dos perigos. Hoje estamos reclamando. Só agora está acontecendo, em 2013, que vocês vieram aqui pedir pra gente contar a história. Quero dizer: eu não quero mais morrer outra vez.

1.1. O massacre dos Waimiri-Atroari[96]

Os grupos Waimiri-Atroari foram massacrados, entre os anos 1960 e 1980, para abrir espaço em suas terras para a abertura da BR-174, a construção da hidroelétrica de Balbina e a atuação de mineradoras e garimpeiros interessados em explorar as jazidas que existiam em seu território. Recenseados pela Funai em 1972 com uma população de cerca de 3 mil pessoas, em 1987 eram somente 420, tendo chegado a 350 em 1983.

A partir de 1968, foi criado entre a Funai, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Instituto de Terras (ITERAM), o Ministério da Aeronáutica e o Grupamento Especial de Fronteiras do Exército um plano de ação para possibilitar a invasão do território Waimiri-Atroari e a execução dos projetos econômicos do governo militar para aquela região. A criação dos Postos Indígenas de Atração (PIA) nos rios Camanaú, em 1969, Alalaú, em 1970, e Santo Antônio do Abanari, em 1972, ocorreu como consequência desse plano e visava a remoção dos índios e de suas malocas do traçado da rodovia. Em relatório da Frente de Atração Waimiri-Atroari lê-se que o PIA:

> tem como principal objetivo realizar a atração dos grupos indígenas Waimiri-Atroari acelerando seu processo de integração na sociedade nacional, assim como realizar trabalhos de apoio aos serviços da estrada BR-174.[97]

O contato com os Waimiri-Atroari já havia sido tentado desde o início do século, mas não havia tido sucesso em razão da abundância de malocas indígenas em diferentes rios e da resistência dos índios à invasão de seu território. Assim, sabia-se que a abertura da BR-174 não seria uma tarefa fácil e deveria ter amplo apoio militar.[98] Essa orientação, em que a Funai agia a reboque do Exército, fica clara no ofício nº 42-E2-CONF, assinado pelo general de brigada Gentil Paes, em 1974, em que se lê:

> Esse Cmdo., caso haja visitas dos índios, realiza pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite.[99]

Em 1975, o Coronel Arruda, comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, declarou que:

> A estrada é irreversível como é a integração da Amazônia ao país. A estrada é importante e terá que ser construída, custe o que custar. Não vamos mudar o seu traçado, que seria oneroso para o Batalhão apenas para pacificarmos primeiro os índios [...] Não vamos parar os trabalhos apenas para que a Funai complete a atração dos índios.[100]

Os depoimentos dos Waimiri-Atroari coletados por Egydio Schwade descrevem com clareza a repressão do Exército sobre os índios e as circunstâncias em que ela ocorreu:

> Kramna Mudî era uma aldeia Kiña que se localizava na margem oeste da BR-174, no baixo rio Alalaú [...]. No segundo semestre de 1974, Kramna Mudî acolhia o povo Kiña para sua festa tradicional. Já tinham chegado os visitantes do Camanaú e do Baixo Alalaú. O pessoal das aldeias do Norte ainda estava a caminho. A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio-dia, um ronco de avião ou helicóptero se aproximou. O pessoal saiu da maloca pra ver. A criançada estava toda no pátio para ver. O avião derramou um pó. Todos, menos um, foram atingidos e morreram [...] Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre.[101]

Tome-se ainda, como mais um exemplo da lógica militar de guerra que marcou a relação do Estado brasileiro com os Waimiri-Atroari, o depoimento do sertanista Sebastião Amâncio da Costa[102] que, em 1974, foi deslocado do posto indígena Yanomami para conduzir o processo de atração/pacificação dos Waimiri-Atroari:

> Irei com uma patrulha do Exército até a aldeia dos índios [...]. Despejaremos rajadas de metralhadoras nas árvores, explodiremos granadas e faremos muito barulho, sem ferir ninguém, até que se convençam de que nós temos mais força do que eles.[103]

Esse tipo de visão e procedimento esteve presente ao longo de todo o processo de abertura da BR-174 e dos demais empreendimentos criados no território Waimiri-Atroari. Raimundo Pereira da Silva, ex-mateiro da Funai que trabalhou na abertura da BR-174, testemunhou a atuação do Batalhão de Infantaria na Selva (BIS) e informa como o desaparecimento de muitos índios se relacionava diretamente com a atuação do batalhão:

> Eu fiquei impressionado porque, antes do Exército entrar, a gente viu muito índio, muito índio. E eles saíam no barraco da gente, muito, muito, muito [...]. Depois que o BIS entrou, nós não vimos mais índios [...]. Antes cansou de chegar 300, 400 índios no barraco da gente.[104]

A BR-174 foi concluída em 1979. Em 1981, o governo federal iniciou a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina e, para tanto, o general Figueiredo desmembrou a parte leste da TI Waimiri-Atroari por meio do Decreto nº 86.630. Esse processo está bem documentado e teve ampla repercussão internacional, tendo sido denunciado ao IV Tribunal Russell (1982),[105] juntamente com

outros casos de violações dos direitos indígenas cometidas pelo Estado brasileiro durante o período militar. A Usina Hidrelétrica de Balbina inundou cerca de 30 mil hectares do território Waimiri-Atroari, e implicando na remoção de pelo menos duas aldeias.

O desmembramento da terra indígena Waimiri-Atroari visava também ceder vastas porções do território a companhias mineradoras que, desde a década de 1970, pediam autorização para prospecção mineral na área.[106] Com o decreto de Figueiredo, as mineradoras Timbó/Parapanema e Taboca puderam se estabelecer numa área de 526.800 hectares dentro da reserva Waimiri-Atroari.[107] Em 9 de julho de 1982, a Funai celebrou contrato com a mineradora, permitindo a construção de outra estrada dentro das terras Waimiri-Atroari. Com extensão de 38 quilômetros, a estrada fez a ligação entre a Mina do Pitinga, de propriedade da empresa, e o km 250 da BR-174.[108] Para sua atuação na área, a mineradora Paranapanema contratou uma empresa paramilitar chamada Sacopã, especializada em "limpar a selva".[109] Os responsáveis pela empresa tinham autorização do Comando Militar da Amazônia para "manter ao seu serviço 400 homens equipados com cartucheiras 20 milímetros, rifle 38, revólveres de variado calibre e cães amestrados".[110]

Além da atividade mineradora, as terras dos Waimiri-Atroari foram ainda invadidas por posseiros e fazendeiros que se instalavam às margens da BR-174 e ao sul da reserva. Segundo estudo da Funai, em 1981 o governo do Estado do Amazonas já havia emitido 338 títulos de propriedade incidentes sobre a área da reserva Waimiri-Atroari.[111] O esquema ficou conhecido como "grilagem paulista".[112] No bojo desse processo, o governo militar apoiou ainda iniciativas de colonização do território Waimiri-Atroari, com financiamentos de atividades agropecuárias por meio dos programas Polo Amazônia e Proálcool, que beneficiaram, entre outras empresas, a Agropecuária Jayoro.

2. A invasão do território Sateré-Mawé

Outro caso emblemático de invasão de território que acarretou mortes foi o que ocorreu com o povo Sateré-Mawé.[113] Em agosto de 1981, resguardada por um contrato de risco firmado com a Petrobras, a empresa estatal francesa Elf Aquitaine invadiu o território Sateré-Mawé, efetuando um levantamento sismográfico que visava descobrir lençóis petrolíferos. Para tanto, abriu 300 quilômetros de picadas e clareiras para possibilitar o pouso de helicópteros na região do rio Andira, derrubando indiscriminadamente a mata.

Em setembro de 1982, após um convênio ilegalmente firmado entre a Funai e a Petrobras, a mesma empresa voltou a invadir o território Sateré-Mawé. Dessa vez, a Braselfa, subsidiária da Elf-Aquitaine no Brasil, e a Companhia Brasileira de Geofísica (CBG), operaram nas áreas da cabeceira do Marau e no Andirá, efetuando novo levantamento sismográfico. Nesta segunda invasão, foram abertos mais 144km de picadas e 82 clareiras, destruindo roças de mandioca, guaranazais e uma infinidade de madeiras de lei.

Os prejuízos foram avaliados pelos Sateré-Mawé, dessa vez, em 80 milhões de cruzeiros, sendo que a Elf pagou-lhes apenas 8,6 milhões. Em 1984, a Elf Aquitaine chegou a um acordo com os Sataré-Mawé quanto ao valor da indenização. Contudo, as perdas para os Sateré-Mawé prosseguiram, mesmo após a retirada da empresa da área, já que a mesma deixou enterradas nas picadas inúmeras cargas de dinamite, levando à morte Maria Faustina Batista, Calvino Batista, Dacinto Miquiles e Lauro Freitas.

A Elf-Aquitaine também teve atuação criminosa no extremo oeste da Amazônia, na terra indígena hoje conhecida como Vale do Javari, onde também operou por meio de convênio ilegal

entre a Petrobras e a Funai, que visava à prospecção de gás natural e petróleo em terras indígenas. A empresa francesa, por meio de sua subsidiária CBG, realizou pesquisas nos rios Itacoaí, Jandiatuba, Jutaí e afluentes, onde abriu picadas e clareiras na mata, com dinamite, para instalar sondas de prospecção. A área desses rios era reconhecidamente habitada pelos povos Kanamari, Tsuhum Djapá e Korubo (os dois últimos em isolamento voluntário) e poços de petróleo foram perfurados a cerca de 30 quilômetros de suas malocas.

Houve conflitos mortais entre cerca de 400 trabalhadores levados ao rio Itacoaí de helicóptero e os índios isolados incomodados com a invasão de seu território, a ponto de a própria equipe de prospecção exigir ser imediatamente retirada da área e os índios Kanamari, antes instados a servirem de guias na mata, recusarem-se a continuar trabalhando.

Insistindo na posição de não alterar as programações preestabelecidas, e contando com a anuência da Funai, que não tomava nenhuma providência para proteger os índios e seu território, a Petrobras chegou a afirmar que

> serão tomadas medidas para que se evite qualquer incidente com os índios, mas, caso ocorra, se minimize ao máximo seus efeitos de modo que as atividades de exploração da Petrobras possam ter prosseguimento.[114]

Uma das medidas tomadas foi a distribuição de grande quantidade de armamento aos trabalhadores e, depois de novos conflitos com os índios, a frente de trabalho foi removida para o rio Jandiatuba, onde novas sondas foram instaladas e novos conflitos ocorreram.

3. O caso Cinta Larga

No noroeste do Mato Grosso e sudeste de Rondônia, outros graves massacres ocorreram. A partir da década de 1950, os conflitos entre o povo Cinta Larga e seringalistas, empresas de mineração e de colonização na região do noroeste do Mato Grosso e sudeste de Rondônia, se intensificaram. Estima-se que uma população de 5 mil Cinta Larga morreu por diversos motivos: envenenamento por alimentos misturados com arsênico; aviões que atiravam brinquedos contaminados com vírus da gripe, sarampo e varíola; e assassinatos em emboscadas, nas quais suas aldeias eram dinamitadas ou por pistoleiros.

Muitas dessas violações de direitos humanos sofridas pelo povo Cinta Larga foram cometidas com a conivência do governo federal, por meio do SPI, e depois da Funai, o que permitiu a atuação de seringalistas, empresas de mineração, madeireiros e garimpeiros na busca de ouro, cassiterita e diamante no território dos Cinta Larga, omitindo-se a tomar providências diante dos diversos massacres que ocorreram na área indígena. As violações também foram consequência da atuação direta do governo do estado do Mato Grosso, que fez concessões de terras para empresas de colonização e para construção de hidrelétrica em áreas habitadas pelo povo Cinta Larga.

A mais dramática das violações cometidas contra os Cinta Larga ficou conhecida como Massacre do Paralelo 11. Em outubro de 1963, foi organizada uma expedição, planejada por Francisco Amorim de Brito, encarregado da empresa Arruda, Junqueira e Cia. Ltda., a fim de verificar a existência de minerais preciosos na região do rio Juruena. A expedição era comandada por Francisco Luís de Souza, pistoleiro mais conhecido como Chico Luís. O massacre teve início quando um grupo Cinta Larga estava construindo sua maloca e Ataíde Pereira dos Santos, pistoleiro profissional, atirou em um indígena. Em seguida, Chico Luís metralhou os índios que tentavam fugir. Os pistoleiros ainda

encontraram uma mulher e uma criança Cinta Larga vivas. Chico Luís atirou na cabeça da criança, amarrou a mulher pelas pernas de cabeça para baixo e, com um facão, cortou-a do púbis em direção à cabeça, quase partindo a mulher ao meio.[115] Segundo Ramis Bucair:

> Um bando de celerados chefiados pelo facínora alcunhado de CHICO LUIS, a soldo da poderosa firma de seringalista ARRUDA JUNQUEIRA & CIA. metralhou um grupo de índios CINTAS LARGAS. [...] Foram feitas outras expedições de extermínio dos CINTAS LARGAS por asseclas da firma ARRUDA JUNQUEIRA & CIA. chegando mesmo a utilizar até bombardeio aéreo com dinamite.[116]

Outros depoimentos da CPI salientaram que os Cinta Larga foram exterminados também por meio da adição de estricnina ao açúcar.[117] Segundo o indigenista Ulisses Capozzoli, o assassinato em massa dos Cinta Larga, apesar de cometido por pistoleiros, contou com apoio de funcionários oficiais, entre eles o próprio diretor do SPI e major da Aeronáutica, Luis Vinhas Neves. O envolvimento de Neves nesse processo ocasionou uma investigação que afastou 200 funcionários do SPI e indiciou 134, incluindo dois ex-ministros, dois generais, um tenente-coronel e dois majores.

Hélio Jorge Bucker denunciou, por meio de um memorando enviado à diretoria do SPI, em 1966, que a ofensiva contra os índios seria fruto de concessões feitas pelo governo do Estado das terras habitadas pelos Cinta Larga:

> Tribos inteiras, tais como os Cinta Larga e Beiço de Pau (Tapaiuna), encontram-se completamente ilhadas e acossadas pelas frentes de expansão que não lhes dão tréguas na conquista de seu território. Responsabilizo como autores indiretos, por omissão, os governos cedentes de áreas ocupadas por hordas indígenas e já, diretamente, todos os seringalistas da região e pretensos colonos.[118]

As ofensivas contra os Cinta Larga continuaram ao longo das décadas, levadas a cabo com o aval de empresas de mineração e colonização que invadiram a área com a autorização da Funai. Em agosto de 1968, ocorreu um conflito com garimpeiros no nordeste do Mato Grosso, em que dez indígenas foram mortos.[119] Em 1972, o Parque Indígena Apurinã foi invadido por colonos, causando choques sangrentos com os índios e levando doenças infecciosas. A Funai, no entanto, foi omissa frente à situação de calamidade enfrentada pelos Cinta Larga da região. Técnicos indigenistas revelaram que mulheres Cinta Larga da Aldeia Serra Morena, em Rondônia, estavam sendo prostituídas com a conivência dos funcionários da Funai do posto indígena da aldeia. Os denunciantes afirmaram que os próprios funcionários da Funai mantiveram relações com as índias e que a aldeia passou para um estágio de total dependência e abandono.[120] Dezenove anos após o Massacre do Paralelo 11, em 1982, índios foram atacados a tiro no município de Apurinã.

Em 1983, a empresa estatal Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat) invadiu a área reservada pela União ao uso exclusivo pelos Cinta Larga de Serra Morena, com o objetivo de construir uma hidrelétrica nas cabeceiras do rio Aripuanã. Uma menina Cinta Larga de 11 anos teria sido estuprada por um dos trabalhadores [da usina], e outras, prostituídas. Junto com a barragem, multiplicaram as invasões na terra indígena.[121]

O traço marcante das violações descritas até aqui está na implicação dos órgãos indigenistas não apenas em políticas generalizadas de “atração e pacificação” de incontáveis povos em isolamento – desenvolvidas sob o paradigma da tutela –, mas também na omissão quanto aos cuidados que deveriam ser tomados para evitar o morticínio.

Os casos de violações contra indígenas que tiveram massacres e mortandades como seus meios de perpetuação não ocorreram apenas contra os povos atingidos pela abertura de estradas e da construção de hidrelétricas, como os Parakanã, Arara, Araweté, Yanomami, Waimiri-Atroari, Sateré-Mawé e Cinta Larga. Há indícios de ocorrências de massacres – efetivados pela ação ou omissão de agentes estatais – entre os Kanoê (RO), Akuntsu (RO)[122] e Avá-Canoeiro (TO), por exemplo, e de mortandades entre os Wajãpi (AP), Asurini do Tocantins (TO), Gavião Parkatejê (PA), Ikpeng (MT), Karipuna de Rondônia (RO), Karo (RO), entre outros.

F) Prisões, torturas, maus-tratos e desaparecimentos forçados

Para lidar com a insatisfação dos povos indígenas, durante o período estudado pela CNV o estado recorreu, ano após ano, à privação de liberdade de índios que resistiram às ordens do chefe do posto, à invasão e exploração das riquezas de suas terras, bem como aos projetos de integração nacional e desenvolvimento.

Em 1958, o parecer nº 280, assinado por Benjamin de Campos, consultor jurídico do Ministério da Agricultura, e publicado no Boletim Interno do SPI para instrução de todos os seus funcionários, apontou uma mudança significativa na "situação do silvícola perante a nossa legislação penal". O parecer sustentava, "salvo melhor juízo", a mudança do regime especial para o índio, com a aprovação do artigo 360 do Código Penal de 1940, por omissão do legislador, que, como fizera com relação a outras leis especiais, não ressalvou a vigência da Lei nº 5.484/1928, que "excluía os indígenas do regime da lei penal comum, para sujeitá-lo a um sistema punitivo especial". Segundo o parecer, foi determinado que:

> não poderá o fato a ele imputado deixar de ser levado ao conhecimento da autoridade policial competente, para a instauração do Inquérito Policial e ulteriores tramitações legais, até final do julgamento por quem de direito.[123]

A interpretação da legislação e as admoestações do consultor jurídico não prevaleceram a uma prática de aprisionamento arraigada por décadas no órgão indigenista do estado. Muito pelo contrário, vários tipos de estruturas ilegais serviram para o encarceramento e a aplicação de tortura e maus-tratos aos indígenas brasileiros, com incidência tanto no período do SPI, como no da Funai.

A violência contra índios tutelados era praticada de forma brutal e pública nos postos e delegacias dos municípios, com o objetivo de humilhar o preso e também de atingir os demais indígenas da localidade, intimidando tanto os que presenciavam os fatos, como os que ouviam falar das agressões. Inúmeros relatos apontam que essa violência do Estado está longe de ser difusa e casual, pois, com sua aplicação sistemática, molda-se uma cultura de repressão para subjugar os índios atingidos e silenciar a luta por seus direitos frente à política desenvolvimentista do Estado brasileiro à época.

Com relação ao aprisionamento de índios, o Ato Institucional Número 5 (AI-5) foi um marco da oficialização desse sistema punitivo especial, integrando a repressão ao índio aos órgãos de controle exercidos por parte do Estado brasileiro, como o SNI e seus braços. A repressão estendeu-se de forma coordenada contra indígenas de várias regiões do país, atingindo também funcionários da Funai, antropólogos, indigenistas, religiosos e suas entidades.

O Estado brasileiro criou, no final dos anos 1960, uma cadeia oficial em território Krenak, exclusiva para a detenção de indígenas, sobre a qual colhemos denúncias de casos de morte por tor-

tura no tronco, trabalho forçado e desaparecimento de prisioneiros. É recomendável a continuidade da investigação – tanto sobre as cadeias para índios, como sobre a Guarda Rural Indígena –, que não se esgota com esse trabalho.

1. SPI e a organização informal do sistema punitivo especial

Um estudo de José Gabriel Silveira Correia apresenta uma tabela dos anos 1942-1967, que sistematiza os documentos do SPI recolhidos ao Museu do Índio, apontando a transferência de "índios infratores" para vários lugares de detenção.[124]

Destacamos, do período do SPI, a cadeia ilegal de abrangência nacional que existiu no posto indígena de Icatu, em terra Kaingang, no interior de São Paulo, atendendo a situações em que o Estado decidia que os presos deveriam ser afastados de sua região e de seu povo. O documento de dezembro de 1948 que mostra o histórico do preso João Umbelino, índio do PI Guido Molieré, em Minas Gerais, que ficou preso em Icatu de 1937 a 1945, e o registro de 14 de agosto de 1967 sobre o índio Terena Walmir Andrade, do PI Lalima, condenado a pena de seis meses a um ano por tentativa de agressão armada ao capitão da aldeia, demonstram que a cadeia de Icatu recebeu presos de forma ilegal por pelo menos 30 anos.[125]

No Boletim Interno do SPI nº 22, de julho de 1943, no aviso do PIN Queimadas pertencente ao IR 7 no Paraná, no item sobre o afastamento de índios, é relatada a viagem do chefe do posto, conforme determinação da diretoria, para transferir dois índios para Icatu, local "onde índios rebeldes de diversos toldos vivem em amplexo fraternal, trabalhando proficuamente para o engrandencimento do SPI".[126]

Sobre essa cadeia, há documentos[127] relatando tentativas de fuga desse "amplexo fraternal", como a do índio Antônio Felix, registrada em setembro de 1942. O caso dos índios Guajajaras do Maranhão, que fugiram em agosto de 1950, mostra a abrangência territorial e o papel de Icatu na estrutura do SPI, tendo sido um local de detenção nacional organizado no município de Braúna e localizado próximo à cidade de Bauru, em São Paulo. Recebeu presos enviados por chefes de postos do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país, tendo passado por Icatu indígenas de várias etnias.

Em maio de 1951, Érico Sampaio, funcionário do SPI lotado no PI Icatu, responde ao chefe da 5ª Inspetoria Regional (IR5) que o SPI ainda não criou oficialmente uma Colônia Correcional Indígena e, portanto, que as instalações são inadequadas para atender ao pedido de prisão de três índios Kaiowás. Porém, as condições inadequadas não impediram o seu funcionamento. Há, inclusive, registros de "transferências" de familiares junto com os presos, confinando também os parentes na pena a cumprir, tanto em Icatu como no PI Buriti, no Mato Grosso do Sul, que recebeu presos como o índio Rufino, que em 1958 se atritou com a Polícia Indígena, sendo registrado, em 1956, também o caso de Marcelino Silva, transferido ao mesmo local com sua família.

Para resolver casos do dia a dia em âmbito local, quando a persuasão ou a sanção[128] não haviam logrado êxito, eram utilizadas pequenas celas, também ilegais, montadas nas sedes dos postos indígenas em PI Alves Barros, PI Cachoeirinha, PI Nalique, no Mato Grosso do Sul, citados no Índice de Anexos.[129] O preso era, às vezes, também levado às cadeias públicas de delegacias de municípios próximos ao posto indígena e às aldeias, havendo relatos de detenções, por exemplo, em Palmeiras dos Índios, Amambai[130] e Cuiabá.[131] No Relatório Figueiredo é citada a existência dessas celas nos postos indígenas de Nonoai, Cacique Doble, Fraternidade Indígena e Guarita, no Rio Grande do Sul, e Dr. Selistre dos Campos, município de Xanxerê, em Santa Catarina.

Em Cacique Doble, por exemplo, havia, além de uma cela, uma câmara escura, onde o índio era colocado como parte da punição. Em Nonoai, a cela construída pelo chefe do posto em 1967, em

substituição à que existia há décadas no estábulo, foi classificada em seu depoimento à CPI de 1963 como muito pior do que a nova construída por ele. Retrata a desumanidade da situação vivida pelo índio do sul do país quando preso pelos chefes do posto, tendo a cela em Nonoai "a dimensão de 2,00x1,30m (dois metros x um metro e trinta), sem iluminação, sem areação, sofrendo o mau cheiro da podridão dos estábulos e cavalariça".[132]

Cabe ressaltar parte do depoimento de Honório Benites, índio Guarani, a respeito das violências, arbitrariedades e maus-tratos de que foram vítimas os Guarani nas reservas indígenas de Mangueirinha e Rio das Cobras, para onde foram levados.[133]

> - E lá em Rio das Cobras tinha cadeia?
>
> Tinha. A cadeia era tudo fechado assim, ficava lá fechado assim. Outro dia tirava, dava uma xicrinha de café, e voltava de novo lá pro quarto. Dois dias tinha que estar lá. E quando cumpria dois dias você saia dali, você tinha que trabalhar pra roça dele [...]. Quem não foi trabalhar, quem não fazia o serviço ia tudo pra cadeia [...]. Tinha uma comidinha assim, mas preso você sabe como é que é né. Dava qualquer coisinha pra comer e ficava ali...
>
> - O senhor foi preso nessa cadeia?
>
> Fui, fiquei dois dias fechado lá, depois eu saí, me tiraram, e eu tinha que trabalhar ainda três dias pra ele lá quebrando milho, ou roçando, então era tudo isso que acontecia [...] No posto tinha o tronco. Mas era funcionário índio mesmo, o chefe mesmo não mandava fazer, só mandava que tinha que fazer, que tinha que ser castigado, você tem que ser castigado...Então o próprio índio colocava no tronco. Então depois que saiu o cacique lá da aldeia do Guarani, daí me colocaram eu. Dai eu trabalhei de cacique, daí começaram a fazer aquilo... tinha o tronco. Daí eu dizia: "Chefe, você veio pra cuidar dos índios, você tá ganhando do governo pra ajudar o índio, fazer alguma coisa, conhecer algumas coisas, explicar as coisas como é que é...O tronco é uma coisa terrível. Aquela vez, quando estava o outro cacique ali, morreu dois índios por causa que botava no tronco...Eu não permito isso. Eu posso sair daqui, eu posso ser preso por causa disso, mas eu não vou mandar fazer. Você tem que cortar isso". Daí terminou. Sempre teve cadeia, mas o tronco mesmo terminou. Cortaram o tronco.
>
> - Você foi pro tronco alguma vez?
>
> Não, eu não fui. Quem foi pro tronco foi meu irmão, e outro sobrinho [...]. O tronco era duas madeiras assim [mostra com os dedos]. Dois pedaços. Ele abre aqui e fecha aqui, então você punha cinco minutos e a veia do sangue ficava tudo estufado. Então por isso morreu dois índios que eu sei. Então tudo isso a gente viu, de perto...

O espancamento do menor, Umutina, de nome Lalico, pelo agente João Batista Corrêa, encarregado do PI Fraternidade Indígena, ilustra a violência e a banalização da tortura com que conviviam os indígenas junto aos postos do SPI.

> Presenciei o espancamento do menor índio, que, segundo o referido agente, foi pelo motivo de ter roubado um pouco de Poaia, tirada em sua ausência, e vendida na Barra dos Bugres. O agente João Batista Corrêa, ao chegar a Barra dos Bugres, verificou onde tinha sido vendida a Poaia, chegando ao posto chamou a mãe do índio (que é uma viúva) que acompanhada do índio, perguntado disse o menor ter vendido a poaia e que com o dinheiro comprou cereais para sua mãe, foi quando o referido encarregado, perguntou se o índio queria ser homem ou morrer, o índio respondeu quero ser homem, aí o encarregado Sr. João Batista Corêa, botou em uma prisão, que é um quarto feito para motor, a noite o menor evadiu-se, foi quando o João Batista Corrêa, me chamou e também os trabalhadores de nomes Anatalino e Tomaz Xerente, para irmos até a casa do referido índio, chegando lá ele perguntou a mãe do índio se este se achava em casa, ela respondeu que não, não se conformando com a resposta da índia, entrou na casa e foi encontrar o menor índio em baixo de uma cama, foi quando pegou o menor pelos cabelos e sai puxando porta afóra até o posto, quando a índia irmã menor pediu que não fizesse isto com seu irmão, foi quando eu peguei o índio, e o João voltando-se para a índia, perguntou, voce esta apoiando ladrão ! Ao chegarmos no posto, vi que ele apanhou o freio com redea e começou a espancar o menor índio.[134]

O depoimento de Nilo Oliveira Veloso de 22 de maio de 1963, à CPI do SPI, ilustra o contexto em que se desenvolve esse sistema punitivo ilegal com pontos de detenção local, regional e nacional, além da ação da polícia do Estado. Diz ele:

> Não é crível que dentro de um Serviço de Proteção aos Índios tenhamos mais ou menos 80 mil almas sob nossa tutela. Se se pode chamar isto tutela, e não tenhamos lá um médico, um técnico, um agrimensor para medir terras, um agrônomo formado e não tenhamos sequer um veterinário. Não é crível que para se fazer um posto de experimentação agrícola se construam casa de alvenaria e para se fundar um posto de índios se construam barracos de palha e se dê a isto o nome de posto. Isto vem se arrastando. Com os vencimentos miseráveis do encarregado de pôsto(*sic*), era sempre o encarregado do mesmo, um caboclo da região, incapaz de gerir a propria família quanto mais uma tribo indígena que requer tato e compreensão. Viajei em julho do ano passado pelos xerentes. Chegando ao posto na margem do Tocantins – ele fica entre o Tocantins e o rio do Sono – encontrei uma tapera coberta de palha, quase aos pedaços, com o encarregado. Os índios, sabiamente, espalharam suas palhoças em toda a sua antiga área, para não perderem direito às terras. Suas terras foram totalmente invadidas. Para legalizar essa invasão a Prefeitura de Tocantínia dá um recibo. Por 40 alqueires de terra 98 cruzeiros por ano. Pagando o arrendamento de 40 alqueires de terra ficam tais indivíduos protegidos na invasão da terra dos índios, tornando-se impunes. De posse daquele documento oficial, julgam-se donos da terra e a petulância vai a tanto que eles põem sua cêrca de arame farpado a 20 metros da casa do índio, proibindo-o de plantar e de ter sua criação doméstica. Quando esta cerca é retirada propositalmente, o gado invade a terra do índio e destrói sua plantação. Para esta situação, Srs Deputados, não tenho visto nada que se possa fazer no sentido de melhorar a situação dêsses índios. Esta situação é, no entanto, generalizada quase que no Brasil inteiro.[135]

E mais adiante denuncia:

> Não podemos compreender que um delegado de Tocantínia meta na cadeia um índio e mande nele largar pancada. Somente porque leva um arco e uma flecha, quando é comum no interior do Brasil todo mundo andar bem armado e quando não houve caso algum em que um índio atacasse um civilizado.

Essa prática abusiva e arbitrária vem de longa data. Como exemplo, citamos os fatos ocorridos em Barra do Corda, no Maranhão de 1944, onde o chefe do posto indígena Manoel Rabelo conta sobre a prisão de um índio. Diz ele:

> ao chegar àquela cidade fui informado e, por conseguinte, sabedor, que o major Aurélio Nogueira, atual Delegado de Polícia deste município, prendeu o índio Francisco Narú, da aldeia do Mundo Novo, esmurrando-o em plena rua, recolhendo-o à cadeia, em prisão comum, donde poucas horas depois foi posto em liberdade. A prisão foi injustíssima, motivada por ter dito índio montado em cavalo seu.[136]

Alguns anos depois, índios transferidos do Maranhão empreenderiam fuga de Icatu, em São Paulo. O procurador Jáder de Figueiredo Correia afirma, em seu relatório ao Ministro Albuquerque Lima, que "sem ironia pode-se afirmar que os castigos de trabalho forçado, de prisão em cárcere privado representam a humanização das relações *índio-SPI."*

Apesar dos últimos registros de movimentação de presos transferidos para Icatu serem de agosto de 1967, no jornal *Luta Indígena*, nº 6, de agosto de 1978, é registrada a presença de índios Kaingang, originários daquela terra, convivendo com indígenas Terena, Guarani, Krenak, Fulni-ô e Pankararu, que vieram "transferidos" na década anterior, quando a cadeia funcionava em Icatu, e permaneceram desterrados de suas raízes, no interior de São Paulo.[137]

Durante o período do SPI estudado pela CNV, ou seja, de 1946 a 1967, o aprisionamento cumpriu o papel de amansar o índio rebelde e controlar a resistência de seu povo frente aos conflitos gerados pela política de desenvolvimento da sociedade aplicada pelos órgãos indigenistas criados pelo Estado, que se sustentou em um sistema ilegal de detenção que, ao longo de décadas, foi se estruturando e operou de forma coordenada, porém sem ser oficial, pela participação de inspetores de índio, chefes de posto, chefes de inspetoria, funcionários da direção do SPI, se relacionando às vezes com os delegados de polícia de municípios próximos às aldeias.[138]

2. O Reformatório Krenak e o sistema punitivo na Funai

Depois do AI-5 e sob o comando direto dos generais Costa Cavalcanti e Bandeira de Melo, que controlavam a política indigenista em 1969, o primeiro como ministro do Interior e o segundo como presidente da Funai, uma cadeia oficial substituindo a cadeia ilegal existente em São Paulo é organizada sob a responsabilidade da Ajudância Minas-Bahia, sob o comando do capitão Manoel Pinheiro, militar ligado à Polícia Militar de Minas Gerais.

Transcrevemos abaixo parte da denúncia contida em documento enviado ao Tribunal Russell II, em 1974, que retrata essa cadeia indígena:

> Com relação aos índios, o clima é de terror. Contrariando seus Estatutos e atentando contra os direitos humanos, a Funai criou uma prisão para os índios em Crenaque, no município de Governador Valadares, Minas Gerais. Na gestão de Bandeira de Melo a prisão tem sido muito usada. Segundo palavras do sertanista Antonio Cotrim Soares, jamais contestadas pela Funai, Crenaque "é um campo de concentração" para onde são enviados os índios revoltados com o sistema explorador e opressivo da Funai. A prisão é dirigida por um oficial da PM de Minas Gerais, comandando um destacamento de seis soldados. Os índios presos são obrigados a um regime de trabalho forçado de oito horas diárias. São colocados em prisões celulares, isolados uns dos outros. E recebem espancamentos e torturas. Cotrim conta o caso do índio Oscar Guarani, de Mato Grosso, que ao entrar na prisão pesava 90 quilos e de lá saiu pesando 60, além de apresentar marcas de sevícias no corpo.[139]

O crime de Oscar Guarani foi ter ido a Brasília apresentar reivindicações à direção da Funai, sendo preso após se desentender, nos corredores da instituição, com um militar que não permitiu seu encontro com o presidente da instituição. Ficou detido por três anos.

Em *A ordem a se preservar*, José Gabriel Silveira Correa compilou, no Índice de Anexos,[140] uma lista com 121 índios presos entre 1969 e 1979. Foram identificados pelo nome: 22 Karajá, 17 Terena, 13 Maxacali, 11 Pataxó, nove Krenak, oito Kadiweu, oito Xerente, seis Kaiowá, quatro Bororo, três Krahô, três Guarani, dois Pankararu, dois Guajajara, dois Canela, dois Fulniô e um Kaingang, Urubu, Campa, Xavante, Xakriabá, Tupinikim, Sateré-Mawé, Javaé, além de um não identificado, porém, o número de índios presos na ditadura militar pode ser maior.[141]

João Geraldo Itatuitim Ruas, que assumiu em 1973 a chefia dessa ajudância no lugar do capitão Pinheiro, em depoimento ao jornalista André Campos, fala como encontrou a situação legal do Reformatório Krenak:

> Eu comecei a fazer um levantamento das pessoas que estavam presas ali dentro e para meu espanto, entre 100 presos, na primeira leva que eu estudei eram 150 (e poucos), 80% deles não tinham nenhum documento, nem a causa!"[142]

A CNV ouviu, durante a segunda audiência realizada no Mato Grosso do Sul, o depoimento de Bonifácio R. Duarte, índio Guarani-Kaiowá, também detido no Krenak. Seu relato vai ao encontro das denúncias feitas acima por Antonio Cotrim e produzidas ainda sob a censura dos anos 1970. Emocionado, Bonifácio nos contou, mais de 40 anos depois, suas memórias do tempo da prisão:

> Amarravam a gente no tronco, muito apertado. Quando eu caía no sorteio prá ir apanhar, passava uma erva no corpo, prá aguentar mais. Tinha outros que eles amarravam com corda de cabeça prá baixo. A gente acordava e via aquela pessoa morta que não aguentava ficar amarrada daquele jeito. (Prá não receber o castigo...) a gente tinha que fazer o serviço bem rápido. Depois de seis meses lá, chegou o Teodoro, o pai e a mãe dele presos. A gente tinha medo. Os outros apanharam mais pesado que eu. Derrubavam no chão.

Bonifácio relatou também o desaparecimento de parente e a referência a uma ilha onde os presos eram levados e não voltavam mais (Ilha das Cobras).[143] Na visita à terra indígena dos

Krenak e às ruínas do reformatório, a CNV ouviu várias pessoas.[144] Destacamos, do depoimento do ancião Oredes Krenak, lembranças que reforçam as denúncias apresentadas no Tribunal Russell II, quando nos contou que eles eram

> punidos por coisas pequenas, por desobediências de não querer fazer trabalho obrigatório, ou quando nos pediam coisas que nós não sabia fazer. Também era proibido fazer nosso artesanato. Meu pai e minha tia Bastiana iam vender flechas em Valadares, mas a guarda é que decidia quanto tempo podiam ficar fora! Se passavam desse tempo eram punidos na volta. A punição era: ficar presos, passar dois dias sem comer, mais dois dias só com duas refeições, e só eram soltos no quinto dia. Na cadeia, muitos passavam fome, ficavam sem comer nem beber.

A memória sobre o desaparecimento de presos no Krenak expõe violências praticadas pelo Estado brasileiro que devem ser reparadas.

> Bater era normal para eles. Se o índio tentava se justificar por alguma acusação, batiam com cassetete grande, depois jogavam na prisão. Não podiam nem perguntar por que estavam sendo punidos. Também batiam de chicote. Algemavam o preso dentro da cadeia e ele não podia falar, argumentar. Ameaçavam com arma. Os mais antigos contam que quando matavam um índio, jogavam no rio Doce e diziam pros parentes que tinha ido viajar.
>
> Quando estavam muito debilitados, jogavam no hospital. A gente não sabia se estavam mesmo no hospital ou se foram massacrados ou morreram de fome, sede. A gente não via morrer aqui, era quando estavam no hospital. Até a década de 1980 nosso povo sofreu bastante com os militares.[145]

Quais serão as memórias dos 121 presos indígenas listados? Quantos indígenas foram presos sem registros? De quais etnias seriam esses presos sem documentação? Quais foram torturados e quantos desapareceram? Quem são os responsáveis pelas violências, torturas e desaparecimentos de índios na cadeia do Krenak? Qual a estrutura de comando acima do capitão Pinheiro?

A CNV, mesmo que ainda não tenha as respostas para as questões acima, com base na documentação reunida reconhece, no Reformatório Krenak e na Fazenda Guarani (que o sucedeu), a sua abrangência nacional quanto à função de prisão de índios rebeldes, encarcerando indígenas de 23 etnias. Ademais, especificamente para a população Krenak, obrigada a viver sob as mesmas condições de índios presos em suas terras, o reformatório assume um caráter de "campo de concentração", conforme denunciado no Tribunal Russell II, ou "prisão domiciliar", como descrito no caso Aikewara. Os indícios levantados relacionam esse reformatório aos centros de torturas e, portanto, as investigações deverão ser aprofundadas pelo Estado brasileiro.

3. O caso Aikewara

No contexto da repressão da Guerrilha do Araguaia, graves violações de direitos humanos foram cometidas pelo Exército brasileiro contra o povo Aikewara[146] (também conhecidos

como Suruí do Pará). Uma delas se relaciona diretamente com o tema deste texto, ilustrando uma forma peculiar de prisão "domiciliar", semelhante à vivida pelo povo Krenak, quando foi montada uma cadeia em suas terras.

De 1972 a 1974, durante as três operações que resultaram no desmantelamento da resistência guerrilheira que havia se instalado em pleno território Aikewara, todos os homens adultos desse povo foram forçados a guiar os militares nas expedições de captura dos guerrilheiros, por seu conhecimento das florestas da região, e as mulheres e crianças foram mantidas reféns em suas próprias casas, sendo impedidas de sair para colher alimentos nas roças (que também foram queimadas), para caçar, ou até mesmo para a satisfazer necessidades fisiológicas básicas.[147]

Em seus depoimentos prestados para o estudo entregue à CNV, mulheres e adultos que eram crianças à época relatam como o confinamento forçado resultou em todo tipo de privações, na fome generalizada e no terror psicológico de não saber o paradeiro dos homens adultos recrutados forçosamente. Nascimentos prematuros e mortes de recém-nascidos por desnutrição ou outras causas relacionadas foram relatados. Destacamos parte do depoimento de Teriweri, ex-mulher de um dos índios que foram obrigados a guiar os militares nas matas:

> Não sei o quê que foi que aconteceu? Eu num sei. Mas eu acho que tanto susto aí que nós pegava, né? Porque toda hora era tiro!! Toda hora!! Vento num podia balançar um matinho que eles atiravam! É!.. E a gente num podia ir pra roça mais também... porque eles [os militares] proibia! Porque às vezes, os "pessoal da mata"... [os guerrilheiros]... eles [os militares] falava que os "pessoal da mata" podia matar nós lá no mato né? Nós num podia caçar também... E aí nós falamo assim: Como é que nós vamo então sobreviver agora? Porque naquele tempo índio num fazia roçona grande, né? Era pouca... assim era só um pedacinho que eles fazia roça.., roçava e plantava mandioca. E aí num podia sair! Porque eu acho que por conta de tudo isso que aconteceu que eu tive assim... quase aborto, né? As crianças num viveram porque tanto medo que a gente passava, dos tiros, né? Então aconteceu isso com a gente, eu num gosto de me lembrar, sabe? Eu estou contando aqui pra vocês porque as pessoas assim... pode ser assim os povos do Brasil, do mundo todo, pra saber direito que aconteceu mesmo esse horrível acontecimento. É "guerra" né? No tempo da guerrilha, né? É por isso que eu estou contando aqui um pouco...[148]

O relatório entregue à CNV aponta que

> o período foi marcado pela desorganização social e cultural profundas, fome intensa e, sobretudo, medo da morte impostos pelas forças repressivas que se revelaram traumáticos, com sequelas físicas e psicológicas como abortos [espontâneos], tuberculose pulmonar, surdez, pesadelos recorrentes, insônia, entre outros.

É possível afirmar que as duas aldeias Aikewara foram transformadas em campos de prisioneiros de guerra, que nem sabiam que "guerra" era aquela, e muito menos qual sua participação ou eventual culpa pelas ações dos "terroristas" que, de acordo com as intimidações feitas pelos militares, seriam elementos de grande periculosidade. Os efeitos de tal guerra para os Aikewara podem ser depreendidos dos próprios depoimentos colhidos pela CNV junto aos indígenas. O velho Marahy,

que ficou surdo e tuberculoso em consequência tanto das rajadas de metralhadoras quanto das condições desumanas de quando permaneceu na mata por tempo prolongado, guiando os militares sem saber exatamente o que eles queriam, afirma:

> A gente não comia não, só biscoito, não tinha caça não. Nós-outros também não dormia, nós-outros ficava no chão, que nem bicho pela mata. Ele não nos deixava dormir em rede. "Mas a gente não é bicho!", eu dizia pro capitão. (...) A gente andava junto prá todo lado (...) Eles atiravam bem aqui no meu ouvido... doía de verdade para mim. [Depois] ... eu só ficava escutando aquele zunido, [como...] bicho lá dentro do meu ouvido, não escutava mais nada, não![149]

Os depoimentos colhidos entre abril e setembro de 2013 consistem em provas testemunhais dos fatos ocorridos tanto para a CNV quanto para a Comissão de Anistia, que recentemente reconheceu o status de "anistiado político" a 13 dos 15 indígenas do povo Aikewara que tiveram seus processos deferidos no julgamento, figurando como um importante precedente na inclusão das violências contra indígenas no âmbito do processo transicional brasileiro.

A CNV, com este texto, estimula a sociedade a compreender a necessidade da apuração das graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas e, pelo exposto, entendemos que o povo Krenak atingido por violência similar à dos Aikewara, bem como os 121 presos no reformatório já identificados em lista, são hoje casos aptos à constituição de processos de reparação.

G) Perseguição ao movimento indígena

Tanto o endurecimento da política indigenista como a repressão ao movimento político-indigenista que se gestava para fazer frente ao contexto da ditadura militar intensificam-se sobremaneira após o AI-5. A partir de 1970, com a edição do Decreto nº 66.882, a Funai incorpora formalmente atividades de assessoramento de segurança e informações à sua estrutura organizacional, por meio de uma "Seção de Segurança e Informações", vinculada à Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério do Interior. Em 1975, é publicado, através da portaria nº 239, o regimento interno da Assessoria de Segurança e Informações (ASI-Funai), tal como passa a ser chamada, que regulamenta suas finalidades, intrinsecamente ligadas à adequação da Fundação à Doutrina da Segurança Nacional. Através da portaria, todas as unidades descentralizadas da Funai passam a compor a "comunidade de informações" da ASI, o que se reverte na instauração de um clima constante de perseguição dentro do órgão. Dois artigos do regimento chamam especial atenção:

> Art. 19 – A Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da Fundação Nacional do Índio é órgão subordinado diretamente ao Presidente da FUNAI e encarregado de assessorá-lo em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional e às Informações Setoriais da sua área de atuação, sem prejuízo da condição de órgão sob a supervisão e coordenação da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/Minter).
>
> Parágrafo único: O ASI é o elemento através do qual a Funai integra a comunidade setorial de informações do Ministério do Interior (CSI-MINTER).

(...)Art. 89 – Ao Setor de Segurança compete:

(...)IV – propor as medidas de Contra-informação e de Segurança Orgânica;

Lideranças indígenas e seus apoiadores passam a ser monitorados através desse serviço de inteligência, que mapeava e descrevia as atividades que julgava "subversivas" ou "agitadoras", com especial atenção para o CIMI, cujos membros eram frequentemente taxados de "comunistas"[150] e tinham sua permanência ou ingresso nas terras indígenas negadas pelo órgão tutor. Pesquisadores que pleiteavam o ingresso em terras indígenas passaram a ter suas solicitações avaliadas com base na análise de suas orientações políticas. Funcionários da Funai que fomentavam ou participavam de reuniões sobre direitos indígenas ou que eram tidos como suspeitos por suas orientações políticas também passaram a ser monitorados e perseguidos.[151] Em todos esses casos, a preocupação constante com o encobrimento de críticas à política gestada pelo órgão era a tônica principal.[152]

As CPIs de 1963 e 1968, bem como o Relatório Figueiredo, mobilizaram a opinião pública nacional e internacional. Grupos na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA) mobilizaram-se em função das notícias de que povos indígenas encontravam-se sob ameaça no Brasil. Como já se mencionou, até mesmo uma missão da Cruz Vermelha internacional foi realizada, em 1970. O movimento indígena passa por um momento de efervescência com a promoção de diversas reuniões de mobilização política entre as lideranças de várias partes do país, que buscavam organização para superar a situação de isolamento que viviam em suas comunidades, muitas vezes com o apoio do CIMI, de antropólogos, e de outros personagens.[153] A atuação da ASI-Funai, além de incidir sobre essa rede de apoiadores dos índios e sobre os servidores do órgão, também recai sobre as lideranças indígenas. Há um monitoramento explícito da circulação das lideranças pelo território nacional e do conteúdo político das reuniões de que participavam, visando a coibição da organização do movimento indígena.

Um exemplo desse ambiente de repressão pode ser visto na área de atuação da 4ª Delegacia Regional da Funai, sediada em Curitiba, e que atendia os indígenas dos três estados da região Sul. Diversas lideranças indígenas Kaingang e Guarani de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul participavam das chamadas "Assembleias de Chefes Indígenas", organizadas com o apoio do CIMI desde 1974.

O historiador Clovis Brighenti localizou telegramas que mostram como se davam, nessa região, o cerceamento do livre direito de ir e vir dos povos indígenas e as violências praticadas pela ASI/Funai. A documentação nos serve como exemplo regional dessa repressão às organizações indígenas, que ocorreu nacionalmente.

Em 1977, há registros de reclamações públicas de lideranças indígenas, por conta da proibição de participarem das assembleias.[154] Para qualquer deslocamento entre aldeias os indígenas necessitavam de "portaria", documento de responsabilidade do chefe de posto que autorizava o afastamento mediante exposição de motivos e tempo de permanência em viagem. Também deveriam apresentar-se ao mesmo quando do retorno. A "portaria" era um dos abusos legais da má interpretação do regime tutelar.

Ao responder a críticas que denunciavam esse problema durante a CPI de 1977, o general Ismarth de Araujo Oliveira, presidente da Funai, deixa claro o monitoramento do conteúdo das assembleias indígenas e a atuação do órgão em impedir seu funcionamento. Na ocasião, o militar defendia que a tutela não implicava redução dos direitos indígenas, que eles podiam praticar "todos os atos como qualquer cidadão", do título de eleitor à conta bancária:

> Os senhores poderão perguntar: e a liberdade de reunião? Esta também tem, e os mesmos vêm participando de várias. A Funai coíbe a participação em determinadas reuniões que nada trazem em benefício para o mesmo. (*apud* BRIGHENTI, 2012, p. 451)

Lideranças e missionários eram ameaçados, e alguns chegaram a sofrer sanções diretas, como relata o pesquisador:

> O kaingang João Maria Ferreira (Modesto) foi demitido do seu emprego na serraria do Posto Xapecó por ter participado da assembleia dos chefes indígenas que ocorreu de 16 a 19 de abril de 1977, em São Miguel das Missões/RS.[155] Ao regressar da assembleia, além de demitido, conclui-se, pelo contexto de perseguição, que foi obrigado a assinar uma declaração afirmando ter abandonado o trabalho e ter ido participar da assembleia contra sua vontade. (BRIGHENTI, 2012, p. 453)

Esse caso, especificamente, chegou a ser analisado na CPI de 1977, sendo que o general Ismarth leu carta de Modesto responsabilizando o padre Egon Dionisio Heck, ligado ao CIMI, por supostamente ter provocado sua ausência da aldeia por semanas, quando de fato a assembleia ocorreu durante um fim de semana.

No posto indígena de Xapecó, o chefe de posto Franklin Mäder controlava a movimentação das lideranças e se comunicava com os superiores para informar sobre o tema. Por exemplo, o líder Kaingang Vicente Focãe Fernandes, em 1978, participou de assembleia organizada na aldeia Xavante de São Marcos (MT).

Mäder informa ao delegado regional da Funai que Vicente havia ido à reunião "à revelia desta chefia" (cf. Brighenti, 2012, p. 455), dando a entender que dependeria de autorização para fazê-lo. Além disso, em seus telegramas, informa a seus superiores sobre outras reuniões das quais o indígena e seus companheiros haviam participado, frisando que eram organizadas pelo CIMI:

> Referidos índios, apezar de advertidos e conscientizados por esta chefia por diversas vezes sobre a atuação do CIMI, veem participando de quasi todas as reuniões realizadas nesta zona. Informo mais, que as passagens de ônibus para a viagem a São Marcos foram adquiridas na rodoviária de Xanxerê pelo padre Egom Dionisio Hach (*sic*), e referidos índios em companhia de outros quatro índios residentes na localidade de Rio da Vargem dentro da reserva florestal proxima ao PI. Nonoai, foram acompanhados pelo indivíduo tambem do CIMI Vilmar da Rocha Dangeles, elemento este atuante nas lavouras da Diocese, no núcleo Pinhalzinho. Informo ainda que por duas vezes adverti o bispo Dom José Gomes, sobre Egom, Vilmar e outros elementos do CIMI, que constantemente visitam as lavouras da Diocese e procuram contato com os índios (telegrama de 29/5/1978, *apud* BRIGHENTI, 2012, p. 455)

Essas comunicações, como mostra o autor, eram encaminhadas à ASI, que, por sua vez, as levava à Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério do Interior, órgão ao qual se vinculava a Funai à época. Tratava-se, portanto, de vigilância e perseguição diretas, como demonstram outros documentos encontrados por Brighenti:

> Consta no Arquivo Nacional um telegrama do Gabinete do Presidente da Funai, de abril de 1978, endereçado às doze DRs, determinando que "essa DR deverá impedir comparecimento índios reunião CIMI prevista 11 a 14 abr em Xapecó et 27 abr em ruínas São Miguel PT – PRES. Em seguida foi expedido telegrama ao DSI/MINTER dando ciência das providências adotadas pela Funai (BRIGHENTI, 2012, p. 456).

Durante a 13ª Assembleia dos Chefes Indígenas, em outubro de 1979, na Ilha São Pedro, dos Xocó, em Sergipe, há outro episódio – a Funai, segundo reportagem publicada em boletim do CIMI, tenta infiltrar agentes e "grampear" o evento, em ação coordenada pelo coronel Hércio Gomes, da DSI/Minter. Finalmente autorizado a acompanhar a assembleia, o militar teria consigo um transmissor que era monitorado por agentes da Polícia Federal:

> Em Pão de Açúcar – AL, a 12km do local e, uma Veraneio de placa AO-0844 Aracaju, com quatro agentes da polícia federal, captava as mensagens do 'gravador' do coronel e as gravava. Tudo pronto para uma intervenção na ilha, diziam eles. [156]

Além de proibir os indígenas de irem às assembleias ou de punir os que houvessem delas participado, ou mesmo de espioná-las, a ASI/Funai também agiu para impedir que as reuniões acontecessem. Foi o caso da 7ª Assembleia dos Chefes Indígenas, que ocorria em Roraima, na aldeia Surumu, em janeiro de 1977. A Polícia Federal, a pedido da Funai, interrompeu a realização do evento. À imprensa, o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, dizia que a reunião era "ilegal" e que a presença de visitantes como o então presidente do CIMI, Dom Tomás Balduíno, não tinha sido autorizada. "Guerra é guerra", declarou o general Ismarth à imprensa sobre o episódio.[157]

Um telegrama de 14 de agosto de 1979 mostra que a vigilância em torno da participação das lideranças indígenas nas assembleias tinha motivação francamente política. Temia-se que os indígenas se voltassem contra as medidas arbitrárias práticas pela Funai em reservas como a de Nonoai:

> Líderes indígenas Nonoai João Canilenoroh e Adelso Moreira após terem participação reunião Cimi ocorrida recentemente essa capital, compareceram ontem sede PI comunicando chefe PI que partir aquela data tocariam sozinhos projeto DEC. Alegaram que sempre são lesados Funai e se apoderaram máquinas Prodec, dizendo não precisaram mais órgão. Desloquei local Engenheiro Agrônomo e assist/social. Índios vem mantendo reuniões constantes com elementos do Cimi na cidade de Xapecó, Nonoai e Planalto. Dei ciência primeiro agrupamento Fronteira Santo Ângelo pedindo observações. Temendo atos semelhantes outras comunidades do sul (*apud* BRIGHENTI, 2012, p. 460)

Ameaças e assassinatos de lideranças indígenas e indigenistas foram comuns nesse período, como o assassinato do líder kaingang Angelo Kretã,[158] morto em 1980, e do Guarani Marçal de Souza, fundador da União das Nações Indígenas assassinado em 1983. Ambos eram lideranças indígenas com projeção nacional e internacional no período e denunciaram com grande veemência o esbulho de suas terras no Paraná e no Mato Grosso.

Brighenti também lembra que outros líderes Kaingang envolvidos nas desintrusões e na oposição à exploração da madeira nas TIs sofreram ameaças, inclusive de funcionários da Funai. Ele destaca trecho de reportagem do jornal *Porantim*, de junho/julho de 1980 (ano III, nº 20, p. 9):

> O cacique Nelson Xangrê, após liderar a expulsão dos intrusos da TI Nonoai, passou a sofrer ameaças, segundo ele, de um funcionário da Funai. Após três meses escondido, concedeu entrevista ao Jornal Porantim, informando que a ameaça de morte foi por um funcionário da Funai. É que eu não deixava a Funai torcer meu braço. Ultimamente mataram o Ângelo Kretã e o Ângelo Pankararé (BRIGHENTI, 2012, p. 461).

Todos esses elementos demonstram que ainda há muito a ser pesquisado a respeito não só do caso Kretã, mas de diversas outras mortes e atentados contra lideranças. Em casos como o de Ângelo Pankararé – morto no norte da Bahia em dezembro de 1979, em conflito com um agricultor – aparecem, ainda, as numerosas denúncias, na época, a respeito da omissão da Funai quanto à segurança dos indígenas expostos às disputas de terra.

H) Conclusão

> Os índios não podem impedir a passagem do progresso (...) dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil.
> – Ministro Rangel Reis, janeiro de 1976

Ao início deste texto, dizíamos que as graves violações de direitos humanos promovidas pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas durante o período de investigação da CNV eram sistêmicas. Ao final, pretendemos ter demonstrado que elas se articulavam em torno de um objetivo comum. Claro está que os indígenas foram vistos pelo Estado como seus opositores, pecha que se estendeu também a diversos defensores dos direitos indígenas. Documentos oficiais de diversos períodos demonstram isso: desde correspondências do SPI que testemunham a caracterização de índios enquanto "comunistas" em disputa pelo poder local nos postos[159] até as "fichas" da ASI da Funai, que retratam com o mesmo epíteto uma série de lideranças indígenas e indigenistas. Não é fortuito, ainda, que tenha sido exatamente nessa época, mais especialmente no período conhecido como "milagre econômico", que tenha se consolidado a imagem dos povos indígenas enquanto "empecilho para o desenvolvimento do país".

Afirmações como a do ministro Rangel Reis permitem concluir que, do ponto de vista dos governos militares e também de uma parcela do empresariado brasileiro, os índios estavam explicitamente excluídos tanto da condição de cidadãos brasileiros que deveriam ser levados em conta nos projetos governamentais, em sua diferença, quanto de eventuais benefícios que o "desenvolvimento do país" poderia trazer às suas populações. Eram correntes na imprensa as declarações explícitas dos agentes do Estado caracterizando os índios como obstáculos ao desenvolvimento do país, como se vê, por exemplo, na reportagem "Índios no Caminho", citada na seção 5 deste texto.

Em síntese, pode-se dizer que os diversos tipos de violações dos direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas no período aqui descrito se articularam em torno do objetivo central de forçar ou acelerar a "integração" dos povos indígenas e colonizar seus territórios sempre que isso foi considerado estratégico para a implementação do seu projeto político e econômico.

É exatamente nesse período, através da promulgação da Lei nº 6.001/1973 ("Estatuto do Índio") que a "integração" dos indígenas à "comunhão nacional" passa a ser consignada na legislação enquanto principal objetivo da política indigenista do país, ao lado da proteção da cultura indígena. A contradição patente entre as políticas voltadas à "integração" e aquelas voltadas à proteção da cultura

e dos territórios indígenas, além de se manifestar na prática da política indigenista, também transparece no "Estatuto do Índio", quando em seu artigo 3º, parágrafo 2º, exclui-se da definição de "comunidades indígenas" ou "grupos tribais" aqueles que estivessem integrados à comunhão nacional. Essa incongruência da lei foi o que motivou posteriormente a tentativa do governo, através da Funai, de "emancipar" boa parte dos povos indígenas, visando considerá-los "aculturados" e, com isso, argumentar que perderiam seus direitos territoriais assegurados pelas constituições de 1946 e 1967, episódio já abordado na Introdução.

Assim, se estabelece na prática uma política que, ao invés de proteger os "usos, costumes e tradições" indígenas, atua diretamente para alterá-los sempre que se julga que se apresentam como um "empecilho" ao projeto político do governo. É gestada uma política de exceção, a partir da qual o "modo de ser" de cada um dos povos indígenas permanece sempre sob suspeita e a proteção dos seus territórios, assegurada pela Constituição, torna-se arbitrariamente passível de relativização ao sabor de interesses políticos. Esse eixo comum, que transforma o "modo de ser" de cada um dos povos indígenas em alvo político da perseguição de Estado visando à apropriação de seus territórios, é que articula os cinco tipos de graves violações aqui analisadas e as torna complementares entre si.

Mais uma vez, o caso de Itaipu é emblemático. Após identificar os Guarani do oeste do Paraná enquanto "empecilho" para o projeto de construção da hidrelétrica binacional, que implicava no alagamento de suas áreas de ocupação tradicional, o Estado se esforça para removê-los e expulsá-los de suas terras, utilizando-se de uma série de artifícios, inclusive a negação de sua identidade étnica por meio da emissão de "laudos de aculturação". A mortandade daí resultante decorre diretamente desse processo de esbulho e opera tanto pela omissão como pela ação deliberada do Estado. Se não se pode falar em desagregação social ou extermínio, pois mesmo com as baixas proporcionalmente altíssimas os Guarani puderam manter uma demografia suficiente para oferecer uma resistência considerável a esse processo, por outro lado os efeitos de Itaipu se estendem para o caso dos Xetá, que foram quase completamente exterminados. Quanto aos Guarani, boa parte deles foi removida para os postos oficiais instalados nas terras Kaingang no interior do Paraná, especialmente em Rio das Cobras e Mangueirinha, onde se noticiou logo na sequência a prática sistemática do encarceramento e das torturas no tronco, associada à proibição explícita de mudança das reservas sem a autorização do governo, que se subordinava ao interesse de impedir o retorno às terras esbulhadas. Em todos os demais casos, observa-se uma articulação análoga entre os vários distintos tipos de graves violações aqui abordados.

Tais violações perduraram até a promulgação da Constituição de 1988 e muitos dos seus efeitos permanecem até os dias atuais, apontando para a necessidade de completar o processo de justiça transicional aos povos indígenas, ainda em curso no Brasil. Ao superar juridicamente o paradigma do integracionismo, que concebia os "modos de ser" indígenas como condição a ser superada, a Constituição de 1988 se apresenta como principal marco de anistia aos povos indígenas. A ação direta e deliberada do Estado visando impedir os povos indígenas de exercerem seus "modos de ser" fere os direitos mais fundamentais da democracia, tais como os de liberdade de pensamento e liberdade de culto, para citar apenas dois. Constitui-se, em verdade, em negação de direitos humanos básicos, porquanto representa a tentativa de extinção de povos enquanto coletividades autônomas.

É notório ainda, e reconhecido no texto constitucional atual, que o "modo de ser" de cada povo indígena depende da garantia de suas terras, de forma a promover as condições para a proteção e o desenvolvimento de seus "usos, costumes e tradições". Desse modo, enquanto não houver a reparação por todas as terras indígenas esbulhadas durante o período de estudo da CNV, não se pode considerar que se tenha completado a transição de um regime integracionista e persecutório para com os povos originários desta nação, para um regime plenamente democrático e pluriétnico.

Por todos os fatos apurados e analisados neste texto, o Estado brasileiro, por meio da CNV, reconhece a sua responsabilidade, por ação direta ou omissão, no esbulho das terras indígenas ocupadas ilegalmente no período investigado e nas demais graves violações de direitos humanos que se operaram contra os povos indígenas articuladas em torno desse eixo comum. Diante disso, são apresentadas algumas recomendações.

I) Recomendações

- Pedido público de desculpas do Estado brasileiro aos povos indígenas pelo esbulho das terras indígenas e pelas demais graves violações de direitos humanos ocorridas sob sua responsabilidade direta ou indireta no período investigado, visando a instauração de um marco inicial de um processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos.

- Reconhecimento, pelos demais mecanismos e instâncias de justiça transicional do Estado brasileiro, de que a perseguição aos povos indígenas visando a colonização de suas terras durante o período investigado constituiu-se como crime de motivação política, por incidir sobre o próprio modo de ser indígena.

- Instalação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, exclusiva para o estudo das graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas, visando aprofundar os casos não detalhados no presente estudo.

- Promoção de campanhas nacionais de informação à população sobre a importância do respeito aos direitos dos povos indígenas garantidos pela Constituição e sobre as graves violações de direitos ocorridas no período de investigação da CNV, considerando que a desinformação da população brasileira facilita a perpetuação das violações descritas no presente relatório.

- Inclusão da temática das "graves violações de direitos humanos ocorridas contra os povos indígenas entre 1946-1988" no currículo oficial da rede de ensino, conforme o que determina a Lei nº 11.645/2008.

- Criação de fundos específicos de fomento à pesquisa e difusão amplas das graves violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas, por órgãos públicos e privados de apoio à pesquisa ou difusão cultural e educativa, incluindo-se investigações acadêmicas e obras de caráter cultural, como documentários, livros etc.

- Reunião e sistematização, no Arquivo Nacional, de toda a documentação pertinente à apuração das graves violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas no período investigado pela CNV, visando ampla divulgação ao público.

- Reconhecimento pela Comissão de Anistia, enquanto "atos de exceção" e/ou enquanto "punição por transferência de localidade", motivados por fins exclusivamente

políticos, nos termos do artigo 2º, itens 1 e 2, da Lei nº 10.559/2002, da perseguição a grupos indígenas para colonização de seus territórios durante o período de abrangência da referida lei, visando abrir espaço para a apuração detalhada de cada um dos casos no âmbito da Comissão, a exemplo do julgamento que anistiou 14 Aikewara-Suruí.

- Criação de grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Justiça para organizar a instrução de processos de anistia e reparação aos indígenas atingidos por atos de exceção, com especial atenção para os casos do Reformatório Krenak e da Guarda Rural Indígena, bem como aos demais casos citados neste relatório.

- Proposição de medidas legislativas para alteração da Lei nº 10.559/2002, de modo a contemplar formas de anistia e reparação coletiva aos povos indígenas.

- Fortalecimento das políticas públicas de atenção à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (Sasi-SUS), enquanto um mecanismo de reparação coletiva.

- Regularização e desintrusão das terras indígenas como a mais fundamental forma de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pelos povos indígenas no período investigado pela CNV, sobretudo considerando-se os casos de esbulho e subtração territorial aqui relatados, assim como o determinado na Constituição de 1988.

- Recuperação ambiental das terras indígenas esbulhadas e degradadas como forma de reparação coletiva pelas graves violações decorrentes da não observação dos direitos indígenas na implementação de projetos de colonização e grandes empreendimentos realizados entre 1946 e 1988.

1 – A pesquisa que embasa este texto estendeu-se pelo período de dois anos, por meio de interlocuções com povos indígenas afetados, organizações indígenas e indigenistas, acadêmicos e pesquisadores. Foram realizadas 11 viagens e quatro audiências públicas. Realizamos incursões e pesquisas de documentação em arquivos públicos; recebemos e sistematizamos ainda relatórios de pesquisa independentes produzidos por antropólogos e indígenas que descrevem com acurácia as violações aqui relatadas. (Arquivo CNV, Depoimentos de Indígenas, 00092.003063/2014-40).

2 – Cerca de 1.180 Tapayuna, 118 Parakanã, 72 Araweté, mais de 14 Arara, 176 Panará, 2.650 Waimiri-Atroari, 3.500 Cinta-Larga, 192 Xetá, no mínimo 354 Yanomami e 85 Xavante de Marãiwatsédé.

3 – Não ousamos apresentar estimativas para os Guarani e Kaiowá mortos no Mato Grosso do Sul e Paraná, por exemplo, embora tenhamos abordado esses casos aqui.

4 – Processo que correu no Supremo Tribunal Federal até o ano de 2013.

5 – Recurso Extraordinário nº 44.585, julgado a 30/8/1961.

6 – Curiosamente, o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, na época da promulgação da lei, era o Sr. Rachid Mamed (PSD/MT), que em 1963 era deputado federal e compôs, como membro, a CPI do SPI.

7 – Para ilustrar, cita-se ofício do então diretor do SPI, Moacyr Ribeiro Coelho, que relata a celebração ilegal de 61 contratos de arrendamento para cultivo de terras indígenas. Funcionários do SPI – não citados – estariam em associação com fazendeiros locais na exploração das terras [CPI (01) 63, cx.2 Índice de Anexos (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14), Ofício reservado nº 1 do dir. SPI ao M. Agricultura (23/8/1962)]. Outro documento aponta a existência de contratos de arrendamento ilegalmente celebrados pela 5ª IR na reserva dos índios Kadiweu em Mato Grosso [doc. nº 4, Boletim Interno do SPI nº 5. CPI (01) 63, cx. 1 v.3].

8 – Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=1>.

9 Telegrama nº 298 – 25/10/1967, de Helio Jorge Bucker ao chefe do SPI. Disponível em <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=3898>.

10 – As recomendações sobre terras indígenas foram aprovadas pelo Grupo de Trabalho de Colonização da Conferência.

11 – No estado do Paraná, que vinha enfrentando já por muito tempo conflitos decorrentes de sua política de terras, notadamente pela "insuficiência" (inexistência) de terras devolutas disponíveis à colonização que empreendia, o próprio governador, Moisés Lupion assumiria que os "serviços de demarcação não supriam a procura de lotes" (Paraná, 1949:72). Entretanto, suas gestões (1947-1951; 1956-1960) foram as que mais titularam terras no Paraná em todo o período republicano, conforme dados do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, disponíveis em <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2.pdf>.

12 – 1934 (art. 129), 1937 (art. 154), 1946 (art. 216), 1967 (art. 186), 1969 (art. 198).

13 – O conteúdo do referido relatório, após ser reencontrado pelo pesquisador Marcelo Zelic, veio a público em abril de 2013, por meio de reportagens de Felipe Canedo publicadas pelo jornal *Estado de Minas*, como "A história que o Brasil escondeu", disponível em <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=7770>.

14 – Em relatório aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) na sessão de 12/12/1969, consta a relação fornecida pela Funai dos 13 funcionários do SPI demitidos e indiciados em consequência do Relatório Figueiredo. Depois disso, não se encontraram rastros de processos ou punições.

15 – Ofício nº 216/67, de 30/10/1967 – "Denuncia os implantadores de corrupção no SPI e responsáveis pelo cáos [*sic*] administrativo dessa instituição" (Figueiredo, pp. 3.944-3.953) <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=3900>.

16 – CPI Funai, pp. 14-15.

17 – Cf. Le Tribunal Bertrand Russell. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 67, 1980, pp. 424-426.

18 – Desse cargo, passaria a primeiro diretor geral da usina de Itaipu, onde ficou até 1985, época em que foram submersas pelo lago da represa grandes áreas Guarani.

19 – O manifesto "Y-Juca-Pirama O Índio: aquele que deve morrer" dos bispos e missionários do extremo oeste, lançado em 1973/4, também relata esse mesmo caso: "Os índios Galera e Sararé, do grupo Nambiquara, que a Funai está transferindo para uma reserva indígena, encontram-se em estado de saúde tão precário que, há poucos meses, um surto de gripe, decorrente do contato com os brancos, dizimou toda a população tribal na faixa dos 15 anos. A transferência dos índios [...] se prende à necessidade de ceder suas terras a poderosos grupos econômicos" [CPI (01) 77 GT 7/79 cx. 02: v.2.fls. 712-713 p 7-8]. O manifesto foi republicado pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI), em 2012, e pode ser conferido em <http://www.cimi.org.br/pub/cimi40anos/0-%20Livro%20-%20Cimi%2040%20anos%20-%20Final%20%281%29.pdf>.

20 – Os Parakanã hoje se encontram distribuídos em duas terras indígenas: a terra indígena Parakanã, homologada pelo Decreto de 29/10/1991, e a Terra Indígena Apyterewa, que após longo processo de reconhecimento, a partir do contato com o grupo na década de 1980 e alvo de inúmeras invasões por posseiros após sua declaração, em 1992, foi homologada pelo Decreto de 19/4/2007. Em que pese sua homologação, contudo, a terra indígena encontra-se invadida por extensa gama de posseiros, sendo alvo de discussões judiciais que impedem a posse plena do povo Parakanã. Vale lembrar que a desintrusão da referida terra indígena, ou seja, a retirada dos posseiros e sua entrega ao usufruto exclusivo do povo Parakanã, são condicionantes para a emissão da Licença Prévia da UHE Belo Monte, que impacta o povo indígena.

21 – Ver reportagem "Os Caiapós e a luta pela terra", *Jornal Voz Operária*, 18/8/1951. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154512&PagFis=1353 >, acessado em setembro de 2014.

22 – É fundamental notar que o conceito de "aculturação" foi abolido pela Constituição Federal de 1988.

23 – A ideia de que o órgão gestor deveria ser financiado pelos recursos das áreas indígenas ficou explícita nas declarações de Luis Vinhas Neves, diretor do SPI, em 1964: "Com as diretrizes que pretendo imprimir ao SPI, dentro de um ano ele será auto-suficiente" (*Diário de Brasília*, 24/7/1964).

24 – Em 1970, um inquérito da Chefia da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior acusou a Funai de malversação de verbas, desaparecimento de bens públicos, violação de leis, desinteresse pela saúde dos índios (*Jornal do Brasil*, 6/6/1970; *Jornal do Brasil* e *Estado de S. Paulo*, 7/6/1970) *apud* Freitas 2011.

25 – Desde pelo menos o século XVIII, os índios foram usados para garantir as fronteiras do Brasil, estabelecidos em torno de fortes, como "muralhas do sertão". Na Guerra do Paraguai, os Guaicuru ou Caduveo tiveram atuação importante na ofensiva brasileira. No período republicano, de Rondon até o final dos anos 50 (com o brigadeiro Camarão, do SPI), os índios eram entendidos como uma defesa das fronteiras. Em 1963 ainda, o então Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro, recomendava o alistamento de índios em massa no Exército, nas guarnições da Amazônia *(O Globo, 21/8/1964).*

26 – COMBLIM, J. *A Ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980, pp. 47-48 e 144-149.

27 – Estudo nº 007/3ª SC/86 da Secretaria Geral do CSN. "Dos 400 membros da CNBB, um terço composto de estrangeiros, cerca de 120 pertencem à chamada 'corrente progressista' com aproximadamente 30% de ativistas radicais que ocupam quase todos os postos de direção do organismo".

28 – Como nota Carneiro da Cunha ao falar da catástrofe demográfica na América Colonial: "[...] os micro-organismos não incidiram num vácuo social e político, e sim num mundo socialmente ordenado. Particularmente nefasta foi a política de concentração da população praticada por missionários e pelos órgãos oficiais, pois a alta densidade dos aldeamentos favoreceu as epidemias, sem no entanto garantir o aprovisionamento" (1992, p. 13).

29 – O termo "integração" aparece várias vezes no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973). No item 6 do art. 2º a "integração à sociedade nacional" é admitida praticamente como processo inevitável: "respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes." O art. 50 corrobora essa perspectiva: "A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais".

30 – DCN-S1 17/6/1978, p. 368.

31 – "Em sã consciência, eu não posso afirmar que uma certidão negativa fornecida pela Funai corresponde à realidade. A base de apreciação é o mapa cadastral com a plotação da área fornecida pelo interessado. Se essa plotação foi errada, será dada a Certidão Negativa para uma área e na realidade a sua localização é outra, podendo inclusive, não havendo benfeitorias, se localizar dentro de área indígena." (DCN-S1 17/6/1978, p. 332).

32 – Conferir mapas e lista detalhada em CIMI-MS et al., 2001. Ver também o *site* da Funai, em <http://www.funai.gov.br>, e o banco de dados do Instituto Socioambiental, em <http://ti.socioambiental.org>.

33 – A CAND foi criada pelo Decreto nº 5.941, de 28/10/1943. Sua implantação efetiva aconteceu ao longo dos anos seguintes (Ver CAVALCANTE, 2013 pp. 160-189; VIETTA, 2007, p. 101).

34 – Ver Vietta e Cavalcante, op. cit., entre outros.

35 – *Apud* Vietta, 2007, p. 105. Arquivo da Justiça Federal, Campo Grande (MS).

36 – Hoje, existem duas TIs na área: a TI Panambizinho só teve homologados seus 1.272 hectares em 2005. A TI Panambi já tem 12.196 hectares identificados, mas até o momento permanecem ocupados pouco mais de 300 hectares.

37 – Hoje município de Antonio João. Vide carta recebida pelo SPI em 1952 com denúncia sobre expulsões na área da comunidade hoje chamada Nhanderu Marangatu (PEREIRA & OLIVEIRA, 2009, pp. 58-59).

38 – Mais sobre esse período da redemocratização, que correspondeu à emergência do movimento Kaiowá e Guarani Aty Guasu (Grande Assembleia), em Pimentel (no prelo) e Benites, 2014.

39 – Ver "Migrações forçadas causam sérios danos para índios Caiová", *Folha de S.Paulo*, 13/5/1979. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=78651>.

40 – Conforme documentação preparada para a 2ª audiência pública da CNV em Dourados (MS), 24 a 26/4/2014.

41 – Ver material sobre o caso preparado para a 2ª audiência da CNV em Dourados (MS), bem como as notícias recentes, como "Povo Kadiwéu retoma fazenda em área homologada no MS e aguarda mesa de diálogo com governo", CIMI, 27/8/2013. A discussão foi alvo da ACO 368, requerida em 1987 por extensa gama de litisconsortes, posseiros estabelecidos na terra indígena, contra o decreto que homologou a área. Passados 25 anos, o STF, em 2012, declinou a competência de julgamento à Justiça Federal do Mato Grosso do Sul. Os indígenas Kadiweu aguardam o deslinde judicial para que possam exercer a posse plena sobre suas terras reconhecidas.

42 – Cf. relatório preparado pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida para a Funai, em 1984.

43 – Ver "Bispo de Dourados denuncia 'prisões arbitrárias e até mortes' em reserva indígena", *Jornal do Brasil*, 6/5/1976, em que o então bispo de Dourados, Dom Teodardo Leitz, denunciava agressões contra Cláudio de Souza, o Nenito, primo de Marçal. Os conflitos tinham a ver com a imposição de um "capitão" Terena apoiado pela Funai e suas arbitrariedades, como prisões e torturas. Foi o SPI que autorizou a transferência de famílias Terena para a reserva de Dourados, habitada pelos Kaiowá e Guarani. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=78891>.

44 – Ver "Em MS, índios menores estão se suicidando", *Correio Braziliense*, 5/10/1982. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=78984>, acessado em setembro de 2014.

45 – Ver "Policiais agiram a mando do prefeito de Tacuru", *Correio do Estado* (Campo Grande-MS), 10/3/1985. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=77884>.

46 – Ver "Pistoleiros agem contra indígenas", *Jornal do Brasil*, 18/7/1986. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=78161>, acessado em setembro de 2014.

47 – Entre 1986 e 87, foram expulsos do local pela Polícia Militar duas vezes, por decisão judicial. A área só foi homologada em 1993, com 479 hectares.

48 – Ver "Juiz e polícia invadem Jarará. Kayová expulsos", Porantim, junho de 1987. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=78083>.

49 – Ver "Para militares, colônia agrícola já é fato consumado", Porantim, junho de 1987. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=102881>.

50 – Ver "Funai promete a demarcarção", Porantim, dezembro de 1990. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=76679>.

51 – O texto sobre o esbulho, remoção e inundação das terras Guarani no oeste do Paraná foi escrito com base em informações coletadas pela CNV em visita às aldeias Guarani de Guaíra e Foz do Iguaçu (PR) e no relatório "Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios à Comissão Nacional da Verdade (1946-1988)", produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista e entregue à CNV em outubro de 2013. Contou também com importantes informações reunidas pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná contidas em relatório entregue à Comissão Nacional da Verdade em 2014.

52 – Depoimento coletado em Guaíra (PR) em junho de 2013. In: Relatório "Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios à Comissão Nacional da Verdade (1946-1988)", produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista e entregue à CNV em outubro de 2013.

53 – Esse texto foi elaborado com base no "Relatório sobre violações dos direitos humanos: o caso dos Xavante de Marãiwatsédé", ver Índice de Anexos (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14).

54 – Ofício nº 17, de 17 de julho de 1957, enviado por Ismael Leitão ao Diretor do SPI, quando "35 índios pertencentes ao grupo da Aldeia de São Félix, denominada Mará-Uncéde [Marãiwatsédé], os quais nunca tiveram contato com esse serviço, sendo esta a primeira vês [*sic*]", visitam o PIA Pimentel Barbosa. Este mesmo documento traz relatos dos índios sobre "fatos ocorridos em suas terras, sobretudo invasão das mesmas por parte de aventureiros em busca de pedras preciosas, bem como o trucidamento de dois (2) índios [...] sendo o ponto de partida a Vila de São Félix".

55 – Ver ofícios e memorandos no Índice de Anexos (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14).

56 – A Agropecuária Suiá-Missu Limitada, de propriedade do grupo Ometto e de Ariosto da Riva, foi criada em 20/11/1962, através de instrumento particular de contrato [...] registrado na Inspetoria Comercial do Estado de Mato Grosso (*Ibid*., p. 16).

57 – A transferência dos 263 remanescentes de Marãiwatsédé foi realizada a pedido de Orlando Ometto (cf. Davis, 1978, p. 148), por meio de aviões da FAB, com permissão do SPI, segundo Autorização de 11 de julho de 1966, e com apoio de padres salesianos. Ver "Relatório de identificação da Área Indígena Marãiwatsede" (p. 62).

58 – Alguns trechos dos ofícios trocados entre Funai e Incra merecem ser citados. Assim, em 1976, o presidente da Funai, Ismarth de Araújo Oliveira, escreveu ao presidente do Incra: "Dirijo-me a V. Sa. em face dos problemas existentes na área da Colônia Indígena Guarani [...] onde existe grupo tribal. Dos entendimentos realizados junto ao CR/Incra/PR, ficou patente a necessidade de imediata remoção do grupo para outro local, em face da premência na liberação da área, em favor dos civilizados que a habitam e que terão seus lotes titulados por este instituto. Procurando solução para o problema [...] o Incra encaminhou ao IBDF, expediente consultando aquele órgão sobre a viabilidade de instalar o referido grupo no PNI. O IBDF responde negativamente, apoiando-se no princípio de desalojamento total de famílias nos parques nacionais. Por outro lado os remanescentes Guarani, que residem na barra do rio Ocoi, rio Paraná, onde o Incra desenvolve o PIC-OCOI I, estão sendo ameaçados de despejo sumário, por parte de elementos desta entidade, sob a alegação que esta região será inundada por força das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu. [...] Tendo em vista que o IBDF não pode permitir a transferência dos índios para o PNI, consulto-lhes sobre a possibilidade do Incra determinar uma área para a sua localização, onde possam exercer atividades para sobrevivência (caça, pesca e agricultura de subsistência)". Ofício nº X / junho de 1976/PRES/Funai/BSB p/ PRES/Incra.

59 – "Relatório final do Subgrupo de Trabalho VX: Situação atual das áreas A- Colônia Guarani e B- Pico-Ocoí, municípios de São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu". Funai/Incra, 1977.

60 –Ver laudo antropológico sobre a TI Oco'y, assinado por Maria Lúcia Brandt Carvalho, no Índice de Anexos (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14) (MJ/Funai, 2005).

61 – ITAIPU BINACIONAL, Memorando interno I/JD.RJ/0052/87. Rio de Janeiro, abril de 1987. A Comissão Nacional da Verdade encaminhou ofício à UHE Itaipu no dia 2 de outubro de 2013 solicitando documentação referente à relação travada pela instituição com os Guarani do Paraná desde os anos 1970. A Comissão da Verdade nunca recebeu resposta e permanece sem acesso a essa documentação.

62 – ITAIPU BINACIONAL. Síntese dos procedimentos da Itaipu Binacional na questão dos índios Ava-Guarani. Período de 1975 a 1988.

63 – Depoimento coletado em Santa Helena (PR) em junho de 2013. In: Relatório "Violações dos direitos humanos e

territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios à Comissão Nacional da Verdade (1946-1988)", produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista e entregue à CNV em outubro de 2013.

64 – O funcionário apontou os seguintes casos: Kadiweu, Kaiowá, Xavante, Terena, Bororo, Nambikwara, Pareci, Tapayuna, Rikbaktsa, Avá Canoeiro, Arara, Kayabi, Cinta Larga e Pataxó. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=3729>.

65 – Expoente do tenentismo, interventor de Vargas na década de 1930 e depois ligado à UDN, Juracy Magalhaes foi governador da Bahia entre 1959 e 1963 e um dos articuladores do golpe de 1964.

66 – Informações disponíveis em <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=297> acessado em setembro de 2014.

67 – CPI da Funai, p. 322.

68 – FUNAI. Nambikwara (histórico). Brasília: Minter-Funai, 1975, p. 6.

69 – Cerca de 20 empresas agropecuárias instalaram-se no Vale do Guaporé entre 1969 e 1971: Leo Maniero – Funai 5a./2331/70; Agropecuária União S.A. – Funai/5a./185/71; Agropecuária Guaporé-Galera S.A. – Funai/BSB/686/71; Nambikwara Ltda. – Funai/BSB/160/71; Kanaxuê Agropecuária – Funai/5a./2199/70; Agropecuária Tapicuru S.A. - Funai/BSB/319/7; Agrorio – Agropecuária do Rio S.A. - Fuani/5a./2072/70; Cerro Azul – Funai/5a./0719/71; Cia. Guaporé Agropecuária-Bonguapé Funai/BSB/ 3193/71; Bagua S.A. - Agropecuária da Bacia do Guaporé – Funai/5a./2072/70; Agropecuária Cabixi – Funai/5a./2518/70; 12 – Galera S.A. – Agropecuária Com. e. Ind. – Funai/BSB/2556/70; 13 – Edmundo José Rodrigues – Funai/5a./597/71; 14 – Sapé Agropecuária S.A. – Funai/Gab/406/69; 15 – Agropecuária Vale do Guaporé – Funai/Gab/406/69 (CPI DA Funai, 1978, pp. 11-12).

70 – Decreto nº 73.221, de 28 de novembro de 1973.

71 – A crítica historiográfica paranaense, especialmente Lucio Mota (1994) e Nelson Tomazi (1997), tem revelado como a noção de "vazio demográfico", construída sobretudo por geógrafos, historiadores e agentes estatais a partir da década de 1930, se constitui pelo apagamento da presença e dos territórios indígenas, adotando um ponto de vista, o do colonizador, caracterizando-se, portanto, como um "mito". Pelo apagamento, o "mito do vazio demográfico" representa uma falsa versão do processo de conquista dos territórios indígenas, encobrindo as violências cometidas contra esses nas áreas em colonização, como se esse processo fosse harmonioso, ordenado e sem conflitos, no que se perdem de vista também as lutas e resistências dos povos indígenas. E, a antropóloga Alcida Ramos (1993), tratando do caso dos Yanomami, demonstrou como o que chama de "ideologia do vazio demográfico" sempre é acompanhada de ações concretas de criação de um vazio real.

72 – Anhambu Guaká, inclusive, foi batizado na Igreja católica, tendo por padrinho o governador Moysés Lupion, a pedido de Deocleciano de Sousa Nenê. Segundo Dival de Sousa, seu filho e também ex-funcionário do SPI, Sousa Nenê teria feito isso para sensibilizar Lupion, mas "nem isso colocou freio às suas ações naquela região" (DIVAL DE SOUSA, 1996 *apud* Silva, 1998, p. 47). Geraldo Brasil, apesar de ter sido criado pela família Lustosa de Freitas, quando de seu falecimento em 1973, foi enterrado como indigente no Cemitério da Lapa/PR – Tikuein só teria informações acerca do irmão em 1994, por meio de Carolina de Freitas, durante um dos encontros dos sobreviventes (SILVA, 1998, p. 77).

73 – "O último guerreiro dos Xetá", de Bruno Xetá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X3ZXmZBIJlw>.

74 – Em comunicação interna do SPI, Lustosa de Freitas é mencionado como "delegado do SPI".

75 – Discurso do deputado federal Sr. Portugal Tavares. Diário do Congresso Nacional – Seção I – 30/11/1955, pp. 8.807-8.808. Centro de Referência Virtual Indígena. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=16401>, acessado em outubro de 2014.

76 – "O Massacre dos Xetá", julho de 1978, pp. 14-17.

77 – Projeto realizado pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), e publicado em 1989. Todo o material do Projeto encontra-se disponível para consulta no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR.

78 – As informações sobre as violações contra os índios Avá-Canoeiro foram retiradas de relatório entregue pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues à CNV.

79 – Segundo Mendonça Rodrigues (2013), o processo de identificação e delimitação de uma terra indígena para os Avá (a TI Taego Awa), oficializado em 2011 por meio da criação de um grupo de trabalho, constituiu-se no primeiro passo histórico do Estado brasileiro para reparar minimamente as atrocidades de que o grupo foi vítima desde o século XVIII, chegando à beira da extinção física. No ano de 2009, diante desse processo de identificação, os Avá-Canoeiro do Araguaia empreenderam um processo de rememoração desses fatos, realizando "um penoso esforço conjunto para relembrar o seu traumático passado, marcado por uma sucessão interminável de vários tipos de perdas brutais, como a de quase todos os parentes próximos, em situações de violência, ou do local de abrigo estável, da prática da agricultura, que complementava a alimentação, do direito de dormir à noite, do direito de enterrar os mortos e da segurança mínima de uma vida sem a ameaça constante e radical da morte" (RODRIGUES, 2013:87).

80 – Tal fala, emitida em sua carta de demissão, foi repercutida pela reportagem "Sinais de crise", publicada pela revista *Veja* [Edição nº 195, 31/5/1972 (p. 20)] e reiterada por Antonio Cotrim em entrevista à CNV realizada em setembro de 2013.

81 – Vide "Sertanistas vão ver como vão pacificar índios", *Folha da Tarde*, 17/8/1970.

82 – *O Globo*, 18/8/1979.

83 – "Pessoas e Conflitos" – Porantim, Manaus, outubro de 1979. Arquivo Nacional, ASI/FUNAI: BR_DFANBSB_AA3_PSS_48, p. 87. Essa informação é mencionada em um ofício assinado por Antônio Carlos e dirigido ao superintendente administrativo da Funai: "estamos de posse de averiguações efetuadas pelo Sr. Alfredo Cabral Mendes ex-chefe do PIA. Parakanã. Este Senhor, ao coletar dados, no ano de 1976, acerca de transmissão de blenorragia aos índios por funcionários desta Fundação, chegou a demonstrar em suas averiguações o envolvimento de pessoas tidas como especializadas em assuntos indigenistas, tendo uma delas recebido da Funai a medalha de Mérito Indigenista. É o caso do sertanista João de Carvalho, e que ainda há pouco tempo era um dos responsáveis pela atração do grupo indígena Arara". Ofício nº-CE-PP032/79-CONFIDENCIAL, de Antônio Carlos Magalhães (coordenador do Projeto Parakanã) para Pedro Paulo Fatorelli Carneiro (superintendente Administrativo da Funai) 10/8/1979. Arquivo Nacional, ASI/FUNAI: BR_DFANBSB_AA3_PSS_107, p. 9.

84 – Relatório de Viagem à área Parakanã, de Alceu Cotia Mariz (antropólogo do DGO), 21/5/1979. Arquivo Nacional, ASI/FUNAI: BR_DFANBSB_AA3_PSS_48, p. 87.

85 – Ver "A transferência compulsória dos Araweté para a abertura da Transamazônica", elaborado pelo Instituto Socioambiental e entregue à CNV em julho de 2014.

86 – Vide "Arara, um povo em fuga", Porantim, março de 1983.

87 – In: *Memórias sertanistas – Cem anos de indigenismo no Brasil.* São Paulo: Edições Sesc SP, 2014, p. 31 [no prelo].

88 – Ver "Akrãtikatêjê: a remoção forçada dos gavião da montanha de seu território para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará", elaborado pelo Instituto Socioambiental, e entregue à CNV em julho de 2014.

89 – Ver "A lista de Teseya", relação nominal dos 176 Panará mortos no processo.

90 – Ver "Os Panará (Krenakarore) e a rodovia Cuiabá-Santarém", elaborado pelo Instituto Socioambiental e entregue à CNV em julho de 2014.

91 – O Plano Yanoama teve como objetivo orientar e controlar os contatos entre índios Yanomami e brancos na região da Perimetral Norte em Roraima e no Amazonas, um plano de recuperação sociocultural na região do rio Ajarani e o controle da interação entre índios e garimpeiros na Serra das Surucucus.

92 – As informações sobre as violências cometidas contra os Yanomami foram retiradas do relatório de Rogério Duarte de Pateo, *Relatório sobre a violação de direitos humanos na TI Yanomami (1964-1988)*, entregue à CNV em setembro de 2014.

93 – Ver: Taylor, 1979 e Albert, 1989 e 1991.

94 – Ver: Ofício 422/87 de 20 de agosto de 1987 que determina a retirada da Comissão Pró-Yanomami – CCPY (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14) e Telegrama de R. Juca a Getulio Cruz em 9 de setembro de 1987 (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14).

95 – O depoimento prestado pelo missionário Carlo Zacquini à CNV em 23 de agosto de 2013 reitera esta situação: "Na época da criação do Parque Yanomami, investimos muito para melhorar a situação sanitária dos índios, mas fomos expulsos, ameaçados pelo pessoal da Funai. Ora, só havia trabalho sanitário onde havia missões. Nos postos da Funai o atendimento era uma lástima, muitas vezes nem havia remédios. Os lugares mais vulneráveis, para os índios, era ao redor dos postos da Funai. Quando fomos expulsos, os índios ficaram nas mãos dos garimpeiros. Foram alguns desses garimpeiros que se comoveram e levaram índios doentes para Boa Vista. A Casa do Índio, em Boa Vista, ficou lotada de Yanomami doentes. Com frequência faltava comida para eles". Ver a íntegra, em vídeo, no Índice de Anexos (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14).

96 – Este texto foi elaborado com base em visita da CNV às aldeias Waimiri-Atroari, nos documentos do IV Tribunal Russell, do relatório de Marcelo Romão, que trabalhou com base nos documentos reunidos no processo Funai/BSB/2625/81, e no relatório *O genocídio do povo Waimiri-Atroari*, produzido por Egydio Schwade e Wilson C. Braga Reis no âmbito do Comitê de Verdade, Memória e Justiça do Amazonas e entregue à Comissão Nacional da Verdade no dia 17 de outubro de 2012.

97 – PINTO, Gilberto. *Relatório*. 27/10/1973.

98 – Em seu livro de memórias sobre a construção da BR-174, o general Altino Berthier afirma: "em meio àquela confusão, tive o privilégio de perceber, sentir e registrar os efeitos daquela blitzkrieg sobre um território desconhecido, enxotando um povo perplexo, que reagia violentamente ante a desestruturação de sua célula familiar e de seu universo telúrico". In: BRASIL, General Altino Berthier. *O pajé da beira da estrada*. Porto Alegre: 1986, p. 24.

99 – Esse documento foi produzido em reunião realizada no quartel do Exército, km 220 da BR-174, que contou com a presença do delegado regional da Funai, Francisco Mont'Alverne, e do chefe de Divisão da Amazônia da Funai, major Saul carvalho Lopes. In: CARVALHO, José Porfírio F. de. *Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada. 1ª ed.* Brasília: 1982, p. 156.

100 – LIMA, Manoel *(O Estado de S. Paulo)*. "Sugerida a mudança dos Atroaris: Segundo coronel, não podem ficar mais perto da estrada". 21/1/1975.

101 – SCHWADE, Egydio. *Anotações de aula. Escola Yawará, 1985-1986*. Em outros depoimentos coletados pela CNV durante visita aos Waimiri-Atroari, os índios descrevem com detalhe os efeitos desse pó jogado por aviões sobre as aldeias – que, segundo eles, queimava o corpo por dentro e matava a pessoa atingida em poucos minutos.

102 – Depois dessa declaração, Sebastião Amâncio da Costa foi removido para o Pará até que, menos de dois anos depois, reapareceu como autoridade da Funai em Roraima, na escola de Surumu, onde, junto com policiais federais, ordenou o fechamento de uma assembleia de 140 líderes indígenas da área Raposa Serra do Sol. Em 1985, tornou-se delegado regional da Funai no Amazonas, retornando aos Waimiri-Atroari para coordenar a repressão aos indigenistas e professores do CIMI.

103 – "Sertanista vai usar até dinamite para se impor aos Waimiris". *O Globo*. 6/1/1975. BR.AN, BSB AA3.PSS.608, Fundo: ASI-Funai.

104 – SCHWADE, Egydio; SCHWADE, Tiago Maiká Müller (Orgs.). *Entrevista com Raimundo Pereira da Silva sobre a construção da BR-174*. 11/10/2012.

105 – As condenações do Tribunal Russell para o caso dos Waimiri-Atroari foram: "O júri do IV Tribunal Russell decidiu que os direitos dos índios Waimiri e Atroari foram violados pelo governo brasileiro, especificamente pela tomada de suas terras, apropriação dos recursos nativos e o uso de formas extremas de repressão, entre elas assassinatos planejados dos Waimiri". Cf. Ismaelillo; Robin Wright, eds. *Native Peoples in Struggle. Cases from the Fourth Russell Tribunal and Other International Forums.* 1982. E.R.I.N. Bombay, Nova Iorque: 1982, p. 85.

106 – Ofício nº 023/SC/78, de Kazuto Kavamoto (subcoordenador da Coama), para coordenador da Coama, 10 de julho de 1978. 5ª SUER, cx.01, 1977-1983, pasta: AI WAIMIRI/PARANTINS 1977/1983 (Sedoc-Funai).

107 – Estudo de Ângela Maria Baptista (antropóloga do DGPI/DID/Funai), 30/7/1981. Processo: Funai/BSB/2625/81, Assunto: Identificação e delimitação da terra indígena Waimiri/Atroari, localizada no município de Airão, Estado do Amazonas. v. 1 (Sedoc-Funai).

108 – Contrato nº 039/82, que entre si celebram a Funai e a empresa Timbó Indústria de Mineração LTDA, objetivando a construção de uma estrada secundária; assinam: Paulo Moreira Leal (presidente da Funai) e Carlos Otávio Cavalcanti Lacombe (presidente da empresa), em 9/7/1982. 5ª SUER, cx.01, 1977-1983, pasta: AI WAIMIRI/PARANTINS 1977/1983 (Sedoc-Funai).

109 – A empresa era comandada por dois militares da reserva, Tenente Tadeu Abraão Fernandes, coronel Antônio Fernandes e um militar da ativa, coronel João Batista de Toledo Camargo.

110 – "O ataque ao tesouro. Dois coronéis e um tenente limpam área". *Veja*. São Paulo, 6/11/1985.

111 – Estudo de Ângela Maria Baptista (antropóloga do DGPI/DID/Funai), 30/7/1981. Processo: Funai/BSB/2625/81. Assunto: Identificação e delimitação da terra indígena Waimiri/Atroari, localizada no município de Airão, Estado do Amazonas. v.1 (Sedoc-Funai).

112 – O esquema da grilagem paulista era liderado pelos irmãos Fernando e Sérgio Vergueiro, juntamente com o governador biônico do Estado do Amazonas, Danilo de Matos Areosa, e beneficiou famílias tradicionais na política do Estado de São Paulo com propriedades com mais de 12 mil hectares, como as famílias Lot Papa (15 mil ha), Paes de Almeida (com 24 mil ha), Telles (12 mil ha), Vergueiro (12 mil ha) e Costa Lima (30 mil ha), além de famílias como a Piva, que recebeu mais de 30 mil hectares em lotes espalhados pelo território tradicional Waimiri-Atroari.

113 – As informações sobre as violações cometidas contra o Sateré-Mawé foram obtidas por Tiago Maiká junto ao Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé, por colaboradores da Comissão Estadual da Verdade do Amazonas e por Sonia Lorenz, autora do livro *Sateré-Mawé: Os filhos do Guaraná*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1991.

114 – *Povos indígenas no Brasil*. CEDI, 1983.

115 – DAL POZ NETO, João. *No país dos Cinta Larga: uma etnografia do ritual*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1991. *Jornal do Brasil*. 6/11/1972.

116 – Depoimento de Ramis Bucair à CPI de 1967 (Portaria nº 239/67), presente no Relatório Figueiredo, p. 4.003 (v. XVI).

117 – Relatório Figueiredo, 1968, v. XX, p. 4.917.

118 – Relatório Figueiredo, 1968, v. XVI, pp. 3.951-3.978.

119 – *Folha da Tarde*, 21/8/1968.

120 – *Jornal do Brasil*, 10/10/1973.

121 – Denúncia de Carmem Junqueira e Mauro Leonel em artigo da Folha de São Paulo de 23 de março de 1984.

122 – Para maiores detalhes sobre o massacre desses povos, ver o documentário *Corumbiara* (2009), dirigido por Vicent Carelli.

123 – Boletim Interno do SPI, nº 15, p. 6. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=9114>.

124 – Ver: CORREIA, José Gabriel Silveira. *A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak*. Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14 – Listas SPI.

125 – O grupo de trabalho não teve condições de investigar de forma conclusiva as violências praticadas tanto nas cadeias clandestinas de Icatu e Buriti como nas celas ilegais mapeadas, limitando-se a apontar, neste momento, a necessidade de que esses locais de detenção ilegal sejam incluídos em investigações futuras.

126 – Boletim Interno do SPI. <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=10518>.

127 – Após o incêndio criminoso ocorrido no arquivo central do SPI, em 1967, foi reunida no Museu do Índio a documentação regional das Ajudâncias, Inspetorias Regionais e Postos Indígenas da instituição, recompondo parte do acervo documental perdido no incêndio, que retrata as práticas da política indigenista desse período. <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=602>.

128 – Para conseguir a manutenção da ordem, também existiam outras estratégias que combinavam persuasão e sanção. Era o caso das mercadorias do posto, negadas aos índios em desacordo com os funcionários. Ver: CORREIA, José Gabriel Silveira. A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 46.

129 Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14.

130 – <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=3830>.

131 – Ver: CORREIA, José Gabriel Silveira. A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o reformatório agrícola Krenak. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

132 – <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=1736>

133 – Depoimento coletado em Diamante de Oeste (PR), em junho de 2013. In: *Relatório Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios à Comissão Nacional da Verdade (1946-1988)*, produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista e entregue à CNV em outubro de 2013.

134 – <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=1708>.

135 – <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=12560>.

136 – <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=10075>.

137 – <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=7766>.

138 – Ver lista de servidores do Serviço de Proteção ao Índio acusados de prática de tortura, cujos nomes estão contidos no documento divulgado em março de 1968 pelo Ministério do Interior, como resultado das investigações realizadas (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14).

139 – Ver: *A política de genocídio contra os índios do Brasil*, pp. 27-28. <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=17747>.

140 – Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14.

141 – Ver: índice de anexos com lista de nomes dos índios presos no Krenak, cujas fichas foram localizadas no arquivo do Museu do Índio (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14).

142 – CORREA, João Gabriel Silveira. *A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.

143 – Para ver a íntegra do depoimento, acesse em 01:23:00 o registro feito pelo MPF: <https://www.youtube.com/watch?v=Lyd4oixA-IU&index=2&list=PL9n0M0Ixl2jdV9wUHmakajgf1DSS6O-RN>.

144 – Ver Índice de Anexos (Arquivo CNV, Índice de Anexos, 0092.003141/2014-14) para acessar a transcrição dos depoimentos de Oredes Krenak, Douglas, Dejanira de Souza Krenak e seu filho Lírio, Dona Laurita e Euclides. Ver ainda depoimento de Oredes Krenak a CNV (Arquivo CNV, 00092.003063/2014-40, Depoimento de Oredes Krenak).

145 – Arquivo CNV, 00092.003063/2014-40, Depoimento de Oredes Krenak.

146 – As informações sobre o caso Aikewara foram retiradas do relatório *O tempo da guerra – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia,* escrito por Iara Ferraz, Orlando Calheiros, Tiapé Suruí, Ywynuhu Suruí, e entregue à CNV no dia 13/5/2014.

147 – Tal procedimento assemelha-se àquele dispensado aos camponeses da região, que também passaram pelo recrutamento forçado à repressão e pelo confinamento em suas próprias residências, sob um clima amplo de terror, ameaças, assassinatos, sequestros e tortura.

148 – *O tempo da guerra – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia*, pp. 8-9.

149 – *O tempo da guerra – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia*, p. 28.

150 – Ver, por exemplo, a "Informação nº 512" do Ministério do Exército, datada de 22 de maio de 1974, que apresenta uma análise de um panfleto do CIMI e qualifica como comunistas e subversivos Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Xingu, e Dom Tomás Balduíno. <http://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/informa%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-512-do-gabinete-do-ministro-do-ex%C3%A9rcito-de-22-de-maio-de-1974>.

151 – Um informe interno da ASI-Funai, de 1975, classificado como "secreto", mostra a preocupação com o monitoramento de novos funcionários: "As admissões sem a observância desse levantamento [biográfico] têm facilitado infiltrações de adeptos da ideologia comunista e/ou de elementos subversivos nos órgãos públicos. A fim de preservar os interesses da Segurança Nacional, não podemos negligenciar tais observações". <http://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/instru%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA0011973-asi-funai-confidencial>.

152 – "Esta Presidência não pode admitir críticas de servidores às decisões tomadas", dizia o general Ismarth de Araújo Oliveira, em comunicação interna de 1978 que culminou na exoneração do servidor Rafael Menezes Bastos. <http://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/documentos-asi-funai-rafael-menezes-bastos>.

153 – Esse processo culminou na criação, em 1979, da União das Nações Indígenas (UNI), que teve papel destacado durante o período constituinte. <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/organizacoes-indigenas/historia>.

154 – Cf. *Boletim Luta Indígena*, editado pelo CIMI Regional Sul. nº 4, 1977, p. 10, *apud* Brighenti, 2012, p. 369.

155 – Sobre a referida assembleia indígena, ver CIMI SUL. *Boletim Luta Indígena*, jun. 1977.

156 – ALVEZ, Fábio. *Documento final da Assembleia dos chefes indígenas – Boletim do Cimi*. Brasília, ano 9, nº 63, 1980 (*apud* Brighenti, 2012, p. 459).

157 – "Funai admite guerra com o Cimi". *O Estado de S. Paulo*, 12/1/1977. *Apud* Morais, 2012.

158 – O caso de Kretã foi objeto de análise da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, que concluiu que as investigações sobre a forma como se deu seu assassinato devem ser retomadas.

159 – A tese de Girotto (2007, p. 70) retrata com clareza a forma como lideranças indígenas que se opunham ao poder do chefe de posto foram qualificadas de "comunistas" na Reserva Indígena de Dourados: "Todo o processo que transcorreu desde então até abril do ano de 1956, desenvolveu-se sob o pretexto de se combater 'comunistas' dentro da Reserva. O opositor do sr. João Fernandes na disputa pelo capitaneado da Reserva e seus aliados, o sr. Ireno Isnarde, eram levados para audiências em Campo Grande para confirmar as 'inverdades' das denúncias, bem como testemunhar sobre a existência de 'índios comunistas' sob a influência de comunistas de Dourados. O intento previa desqualificar os possíveis denunciantes e criar uma atmosfera de desconfiança sobre eles, uma vez comprovados serem 'comunistas'".

TEXTO
6

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Rosa Maria Cardoso da Cunha. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas pela pesquisadora da Comissão Nacional da Verdade Angélica Muller, com colaboração das comissões da verdade universitárias das seguintes instituições: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, PUC/SP, UnB, Unesp, Unicamp, Unifesp, UFBA, UFC/UECE, UFES, UFPA, UFPR, UFRJ, UFRN e USP.

No quadro de violações de direitos humanos do período investigado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), cabe apresentar o contexto daquelas perpetradas pelo regime militar nas universidades brasileiras e no meio educacional. Esse contexto se caracteriza principalmente por atos normativos que redundaram em afastamentos e demissões, por um lado, de professores e funcionários e, por outro, de estudantes. Também, as inúmeras invasões de faculdades ou de universidades demonstram a cultura política repressiva que conduziu os militares à prática de graves violações. Uma série de projetos, linhas de pesquisas, cursos e grupos foram afetados[1] e, muitas vezes, banidos do sistema. A ditadura passou até mesmo a controlar a produção de livros[1] e estabeleceu a censura para muitos outros (Decreto-lei nº 1.077/1970). Implantou uma política de modernização autoritária das universidades. Também ocorreu colaboracionismo de professores e dirigentes com o novo regime.[2] E, algumas vezes, universidades chegaram a firmar parcerias com a Escola Superior de Guerra para ministrar cursos em seus *campi*, como foi o caso da UFPR, conforme consta de ata do Conselho Universitário da UFPR, de 20 de abril de 1966.[3]

Foi esse o pano de fundo das graves violações de direitos humanos que atingiram o meio universitário: prisões, tortura e mortes de professores, estudantes e funcionários, boa parte deles ligados a alguma organização política. Não existem dados sistematizados sobre o número de estudantes, professores e funcionários presos durante os 21 anos do regime militar. Contudo, dados parciais existentes permitem uma estimativa da abrangência da repressão no meio universitário brasileiro. Pesquisadores do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) estão realizando, no ano de 2014, uma identificação dos cientistas perseguidos durante a ditadura militar (1964-1985). O projeto tem o objetivo de organizar verbetes dos professores e cientistas que, de alguma forma, sofreram algum tipo de perseguição em suas carreiras ou foram expurgados durante a ditadura. Estima-se entre 800 e 1.000 o número de pesquisadores perseguidos de 1964 a 1985.[4] Em 2 de outubro de 2012, a CNV enviou ofício aos reitores de universidades públicas solicitando os seguintes dados: lista com nomes completos de todos os professores, servidores e funcionários cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivação política referente ao período de 1964 a 1985. Das cinquenta respostas apenas oito instituições apresentaram dados, a saber: UFSM, dois funcionários e dois professores; UFPA, quatro professores; Unicamp, dez professores; UFSC, dois professores; UFRGS, 31 professores; UNESP, 23 professores; UFRRJ, três professores e três funcionário; e UFMA, um professor. As demais universidades responderam que não tinham acervo/dados sobre o assunto.[5]

A) O ambiente universitário à época do golpe militar de 1964

O início dos anos 1960 trouxe à tona a discussão sobre a reforma universitária brasileira. A política de desenvolvimento posta em marcha na década de 1950 não atingiu a estrutura universitária, que se encontrava atrasada e incapaz de absorver um número cada vez maior de candidatos aptos a

se profissionalizarem. Nesse sentido, a temática pautou as discussões da academia, principalmente o movimento estudantil capitaneado por sua entidade representativa, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, a UNE realizou três grandes seminários para debater a reforma universitária. Entre os pontos de discussão destacava-se a questão da democratização entendida como a própria democratização de poder na universidade. Contrários à hegemonia dos professores catedráticos, os estudantes passaram a defender sua participação nos órgãos colegiados. Paralela à atividade política, e conjuntamente com ela, foi na UNE que nasceu no início da década de 1960 uma das mais relevantes experiências culturais do país. Trata-se do Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, que ambicionava não só mudar a cultura dentro das universidades como também representava um papel preponderante para a mudança da realidade social do país. A ideia do CPC da UNE prosperou e acabou por reunir uma quantidade expressiva de jovens artistas e intelectuais que, posteriormente, viriam a se tornar nomes de expressão das artes brasileiras. As atividades artísticas produzidas pelos diferentes departamentos do CPC – com destaque para os de música, teatro, cinema e literatura – eram autossuficientes financeiramente, até porque seus membros trabalhavam gratuitamente. O sucesso de suas produções foi potencializado com a UNE-Volante, cujo objetivo era percorrer todos os estados do país, possibilitando, ainda, a abertura de diversos centros em muitos estados da Federação.

O ano de 1961 foi de mudanças na política educacional no país. Depois de mais de dez anos de disputas parlamentares, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), considerada extremamente conservadora, que acabou por consolidar o modelo tradicional das instituições de ensino superior: manutenção da cátedra, das escolas isoladas e da composição das universidades pela justaposição das escolas profissionais sem comprometimento com a pesquisa. Paradoxalmente, em 15 de dezembro de 1961, o então presidente da República João Goulart sancionou a Lei nº 3.998, que autorizou a criação da Universidade de Brasília (UnB). A UnB foi fundada com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país. Seus criadores desejavam criar uma experiência educadora que unisse o que havia de mais moderno em pesquisa tecnológica com produção acadêmica capaz de melhorar a realidade brasileira. Foi também nesse ano que a UNE participou ativamente da campanha pela legalidade e, com prestígio adquirido, mereceu a visita do então empossado presidente João Goulart à sua sede, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Para divulgar os resultados dos seminários sobre reforma universitária, a UNE, com a ajuda do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, lançou o referido projeto UNE-Volante, por meio do qual se realizaram assembleias sobre os resultados dos seminários e se deu a divulgação da produção artística do Centro Popular de Cultura. Foi nesse clima que eclodiu, em julho de 1962, uma grande greve estudantil que ficou conhecida como Greve do 1/3, na qual era reivindicada a representação de pelo menos 1/3 dos estudantes nos colegiados das universidades.

Entendida por setores mais conservadores como o "perigo vermelho", a entidade passou a ser o centro das atenções desses grupos. O grande prestígio político e cultural conquistado pela UNE fez com que a sede da entidade se tornasse alvo de grupos reacionários, que ameaçavam seus dirigentes por meio de telefonemas, cartas e pichações. Além disso, o prédio que abrigava a sede da entidade não era devidamente protegido, uma vez que se encontrava sempre aberto devido ao fluxo quase ininterrupto de pessoas que o frequentavam por conta das atividades culturais que lá aconteciam. Foi dessa forma que, na madrugada de 6 de janeiro de 1962, um grupo paramilitar denominado Movimento Anticomunista (MAC) invadiu a sede da UNE e alvejou com rajadas de metralhadora as paredes da sala da presidência, localizada no primeiro andar do edifício. O fato foi narrado pelo presidente da UNE na época, Aldo Arantes:

> Eles picharam a sede com "Abaixo a canalha comunista!". No Rio de Janeiro e em algumas outras cidades eles lançavam o slogan "Já matou o seu comunista hoje?". E elaboraram uma lista dos que eles consideravam comunistas e que deveriam ser mortos – como Leonel Brizola, o Miguel Arraes e o meu nome também... Houve um fato interessante: a diretoria da UNE morava nos fundos da sede. Convoco uma reunião de madrugada, às cinco da manhã e resolvemos fazer um abaixo-assinado colocando a responsabilidade no então governador da Guanabara, o Carlos Lacerda, um homem de extrema direita e um dos articuladores do golpe militar de 1964. Convocamos uma grande manifestação na Cinelândia, em protesto contra o metralhamento da UNE. Foi um ato grandioso – levando-se em conta as condições da época – e que demonstrou a solidariedade não só dos estudantes, mas da população do Rio de Janeiro para com a UNE.[6]

Em julho de 1963, o 26º Congresso da UNE elegeu como presidente o paulista José Serra, pertencente à Ação Popular, como seu antecessor, Aldo Arantes. E o primeiro grande desafio da gestão foi enfrentar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara dos Deputados meses depois, encarregada de apurar o mau uso do dinheiro público pela entidade para a realização de agitação política, bem como a infiltração comunista que ocorria no seio do movimento estudantil por ela organizado. A CPI continuou os seus trabalhos, mas não foi capaz de apresentar resultados durante o governo de João Goulart. Não por acaso, ela findou seus trabalhos ao nascer do regime militar em abril de 1964.

B) O golpe de 1964 e o primeiro período de expurgo nas universidades

Em fins de março de 1964, o ambiente universitário em todo o país estava bastante agitado e marcado por eventos de caráter político. No dia 30, em Belém, a UNE organizou, em conjunto com a União Internacional de Estudantes (UIE) e a União Acadêmica Paraense (UAP), o Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES),[7] cujo objetivo principal foi debater a reforma universitária. O evento ocorreu no antigo auditório da Faculdade de Odontologia do Pará, localizada no bairro Batista Campos. Participaram estudantes de toda a América Latina e, logo após a abertura, ocorreu uma invasão por policiais militares do estado.[8] No dia 31 de março, a Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi invadida. Segundo dados apurados pela Comissão da Verdade da Universidade Federal da Bahia (CV/UFBA),[9] foram presos aproximadamente 55 estudantes e um professor. A invasão foi realizada pela Polícia Militar da Bahia, sob comando do Secretário de Segurança do Estado, coronel do Exército Francisco Cabral. Todos os presos foram levados para o quartel do 19º Batalhão de Caçadores do Exército, no bairro Cabula, onde foram submetidos a interrogatório. Alguns foram liberados depois de alguns dias, outros depois de uma ou duas semanas e cerca de 12 estudantes ficaram presos por até 50 dias. No Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964, o Diretório Acadêmico (DA) da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) realizou uma Assembleia Geral de alunos para "analisar a conjuntura" e decretar greve geral, de acordo com determinação da UNE. Na mesma noite, os estudantes da Faculdade Nacional de Direito (FND) permaneceram no prédio da rua Moncorvo Filho, ficando em vigília até o dia seguinte, para proteger o patrimônio da universidade contra um esperado ataque do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Em 1º de abril, o prédio foi cercado pelo Exército e os estudantes foram retirados do local. A FND foi

invadida e seu diretório acadêmico foi fechado, assim permanecendo por cerca de um ano. Ainda no Rio de Janeiro, segundo dados fornecidos pela Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CV/UFRJ),[10] o estudante Antônio Carlos Silveira Alves foi ferido à bala e veio a falecer no interior da FNFi. Os militares colocaram a culpa na "presença armada" de estudantes no interior da instituição. No mesmo dia, os membros do Diretório Acadêmico (DA) construíram barricadas na rua lateral à faculdade, com o intuito de resistir ao golpe. Porém, o fato daquele ano de 1964 mais lembrado pelo movimento estudantil, ocorrido em 1º de abril, foi o incêndio na sede da UNE.[11] A primeira mulher diretora da UNE, Maria de Nazaré Pedrosa, recorda: "Aí, quando eu olhei estava começando a entrar em chamas a Praia do Flamengo, 132. O MAC, os grandes cabeças da reação, do que havia de mais reacionário no Brasil, tinham tanto ódio daquela célula ali, o que representava aquele prédio...".[12] Também em 1º de abril, em Belém, por volta das 19 horas, a sede da União Acadêmica Paraense (UAP) foi invadida por tropas do Exército que depredaram o local, inclusive o teatro de arte popular, Parauara, uma versão do CPC da UNE. A invasão da UAP foi articulada pelo coronel Jarbas Passarinho e por fazendeiros da Ilha de Marajó e resultou na prisão de Pedro Galvão, estudante de Direito e presidente da entidade. Galvão ficou preso no quartel-general da 8ª Região Militar por mais de 50 dias e foi indiciado em Inquérito Policial-Militar.[13]

Configurado o golpe e nomeado o "Comando Supremo da Revolução", este tratou de efetuar punições e cassações com a chancela do Ato Institucional (que ficaria conhecido como AI-1) que passou a vigorar em 9 de abril. As instituições universitárias se tornariam, juntamente com sindicatos, alvos da ação repressiva dos governos militares, considerados locais privilegiados para a difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para as organizações de esquerda. Logo após o golpe militar, as primeiras semanas de aula nas universidades foram suspensas e foi colocada em ação a chamada Operação Limpeza, nome utilizado por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros.[14] Dois tipos de motivação estiveram presentes nos afastamentos de dirigentes universitários: alguns, por serem considerados *persona non grata* pelo regime recém-instalado, caso da Universidade de Brasília (UnB); e outros, por começarem a colocar obstáculos às ações repressivas. Nesse caso, o afastamento visou facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes. Estão identificados oito casos de afastamento de reitores pelo regime militar e o de um reitor que pediu afastamento devido às pressões recebidas.[15]

Além das cassações (de reitores e professores), outro instrumento amplamente utilizado pelos militares foram os Inquéritos Policial-Militares (IPM). Vários IPMs foram abertos ainda no mês de abril de 1964, para investigar entidades associativas, como a UNE, instituições de ensino e pesquisa, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e partidos, como o PCB.[16] Na 144ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2 de maio de 1964, os conselheiros discorreram sobre um telegrama originário do Ministério da Educação e Cultura entregue à reitoria em 28 de abril, cujo assunto era uma portaria que determinava a instauração de inquéritos nas universidades para investigação de atividades subversivas. Nas universidades, as comissões de inquérito eram designadas pelos reitores.[17] Também foram instalados diversos IPMs para investigar a Universidade de São Paulo (USP). No entanto, houve diretores, como José de Moura Gonçalves, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), e Álvaro Guimarães Filho, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, que se recusaram a permitir a condução desses inquéritos nas dependências das suas escolas. Segundo as informações levantadas pela Comissão da Verdade da USP (CV/USP),[18] em Ribeirão Preto foram registradas duas prisões de professores na delegacia de polícia municipal: Luiz Carlos Raya e Hona Tahim. Na Faculdade de Filosofia (FFCL-USP), apesar de protestos da direção,

o inquérito foi conduzido na própria faculdade. Nesse IPM, as pressões recaíram sobre professores conhecidos, como Florestan Fernandes, João Cruz Costa, Mario Schenberg e Fernando Henrique Cardoso. Florestan chegou a ser preso, entre 8 e 10 de setembro de 1964, por protestar formalmente contra o IPM.[19] Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser presidente da República de 1995 a 2003, não foi ouvido porque se encontrava no exterior. Nessa época, no entanto, não há notícias de demissões de professores na FFCL-USP. Já o IPM referente à Faculdade de Medicina, instalado com o apoio da Congregação, ficou muito conhecido. Foram indiciados Luis Hildebrando Pereira da Silva, Thomas Maack, Erney Plessman de Camargo, Luiz Rey, Julio Puddles, Michel P. Rabonivitch, Pedro Henrique Saldanha, José Maria Tacques Bittencourt, Nelson Rodrigues dos Santos, Reynaldo Chiaverini e Israel Nussenzveig. Antes mesmo do término do IPM, chegou a ser preso o professor Isaias Raw, e também os professores Luis Hildebrando Pereira da Silva e Thomas Maack, que foram levados para o navio Raul Soares, ancorado em Santos e que fora transformado em prisão. No final do processo, todos os professores indiciados foram absolvidos na Justiça Militar. Isso não impediu que, antes do término do processo, fossem demitidos alguns desses envolvidos. O pior aconteceu na Faculdade de Arquitetura: em 4 de setembro de 1964 foram presos os professores João Villanova Artigas e Abelardo Riedy de Souza em plena sala de aula. Os dois nomes constavam da lista da "comissão secreta" que o reitor Luís Antônio de Gama e Silva produziu. Artigas ficou preso nas dependências do 7º Batalhão do Exército, no Parque D. Pedro II, no centro de São Paulo, e foi liberado depois de 14 dias. Segundo um jornal local,[20] foi recebido com festa pelos alunos.

O caso mais ilustrativo da violência da repressão política no ambiente universitário está relacionado à desestruturação da Universidade Federal de São Paulo (UFSP). Criada no início dos anos 1960, em um projeto semelhante ao da UnB, a UFSP reuniu várias escolas isoladas, sendo a principal delas a Escola Paulista de Medicina (EPM).[21] Poucos dias depois do golpe, em 13 de abril de 1964, o novo governo que se formou determinaria, por meio do Decreto nº 53.885/1964, a revogação dos decretos de dezembro de 1963 que definiam os termos da organização da UFSP, a dissolução de seus conselhos e a exoneração de seu reitor, o professor e também fundador da EPM Marcos Lindenberg. Em setembro, Lindenberg seria aposentado compulsoriamente por meio dos "Atos Normativos da Revolução", além de ter enfrentado um inquérito no âmbito interno da Escola, liderado pelos professores Antônio Bernardes de Oliveira, Rodolfo de Freitas e Otto Bier. No mesmo ato, o professor David Rosemberg também foi aposentado, e o professor Sebastião Baeta Henriques foi exonerado de suas funções, assim como foi demitido do cargo de procurador o advogado Fábio Braz Gianini e colocado em disposição o professor-assistente Jesus Carlos Machado.[22]

Em 9 de abril, em Brasília, a UnB sofreu a primeira de suas invasões. Um corpo de militares vindo do estado de Minas Gerais chegou em 14 ônibus. No *campus*, invadiram salas de aula, revistaram estudantes, procuraram armas e material de propaganda subversiva. Buscavam 13 professores, que deveriam ser presos e interrogados. Os 13 professores presos foram levados da UnB para o Teatro Nacional e, de lá, para o Quartel da Polícia do Exército, no Setor Militar Urbano.[23] A biblioteca e as salas dos professores ficaram interditadas por duas semanas. Na sequência dessa invasão, o reitor Anísio Teixeira e o professor Almir de Castro (um dos coautores do projeto que fundou a UnB) foram demitidos. Em 13 de abril, mais ações atingiram o ensino superior no país e, em particular, a UnB sofreu duro ataque, que recaiu sobre seu quadro de dirigentes, com a publicação de decreto assinado por Ranieri Mazzili, então no exercício da presidência da República, e Luís Antônio Gama e Silva – reitor da USP que ocupou por duas semanas o posto de ministro da Educação e Cultura –, extinguindo o mandato de todos os membros do Conselho Diretor da UnB, composto por Abgar Renault, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, Frei Mateus Rocha O. P., Luiz Zaidman, Hermes Lima, Alcides Rocha Miranda, João Mugen de

Oliveira e Anísio Spínola Teixeira. Na mesma edição do *Diário Oficial* foi publicada a Portaria nº 224 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que suspendeu do exercício de cargo de vice-reitor da UnB Almir Godofredo de Almeida Castro, designando, em seu lugar, como reitor *pro tempore,* Zeferino Vaz.[24] Na mesma data, foi publicado o Decreto nº 53.884/1964, extinguindo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), considerado o "centro intelectual da ação comunista". Uma operação foi montada e a sede do instituto foi invadida e depredada, inclusive sua biblioteca. Alguns professores, como Wanderley Guilherme dos Santos, foram aposentados e outros foram posteriormente afastados do serviço público por "abandono de serviço".[25] Em maio de 1964, de volta à reitoria da USP, Luís Antônio da Gama e Silva nomeou uma "comissão secreta", composta pelos professores Moacyr Amaral Santos (Faculdade de Direito), Jerônimo Geraldo de Campos Freire (Faculdade de Medicina) e Theodureto I. Arruda Souto (Escola Politécnica), com a finalidade de investigar e apontar "focos de subversão" na universidade e recomendar o expurgo de professores, alunos e funcionários. No fim dos trabalhos, a comissão recomendou em documento específico a suspensão dos direitos políticos de 52 membros da USP – entre professores, funcionários e alunos – pertencentes a dez unidades, citados nominalmente.[26]

Depois de oito meses em funcionamento, em 27 de maio de 1964, a Câmara dos Deputados encerrou a Comissão Parlamentar de Inquérito da UNE. Foi publicada a Resolução nº 56 nomeando uma Comissão Especial para elaborar projeto de lei para regular as atividades representativas estudantis, transferindo a sede da UNE para Brasília. Esse ato se constituiu no primeiro passo para a adoção de lei que colocou as entidades estudantis na ilegalidade. Aprovada pelo Congresso Nacional em 9 de novembro de 1964, a Lei nº 4.464 dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes. Extinguindo a UNE e demais entidades estudantis, a lei criou novas entidades tuteladas pelas universidades e, em última instância, pelo governo. Assim dispôs o artigo 2º da lei:

> Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:
>
> a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
>
> b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
>
> c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
>
> d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.

Na prática, a Lei Suplicy de Lacerda, como ficou conhecida, em alusão ao ministro da Educação e Cultura, visava o controle e o esvaziamento do movimento estudantil.[27]

Em setembro de 1965, o reitor da UnB, Laerte Ramos de Carvalho, pressionado pelos militares,[28] decidiu "impedir que o professor Roberto [Décio de] Las Casas [diretor do Instituto de Ciências Humanas] e a funcionária Edna Sóter de Oliveira permaneçam na UnB, por motivos de natureza política e ideológica [...]".[29] O fato gerou protestos diversos nas universidades do Distrito Federal e todos os coordenadores de institutos pediram renúncia coletivamente. Em 8 de outubro, os professores reunidos decidiram realizar no dia seguinte greve de 24 horas. O ato foi seguido pelos estudantes que, em assembleia, declararam-se em greve por prazo indeterminado. No dia 10 de outubro, domingo, o reitor Ramos de Carvalho solicitou ao Departamento da Polícia Federal a ocupação do *campus*. Durante o dia e a noite de domingo, ocorreram algumas prisões de professores, no *campus* e na cidade.[30] Na segunda-feira, 11 de outubro:

> [...] foi reforçado o aparato policial no campus e em suas imediações, tendo-se passado a impedir o acesso de quaisquer pessoas vindas da cidade ao campus, inclusive de parlamentares e representantes diplomáticos estrangeiros, que foram constrangidos pela polícia a deter seus automóveis a grande distância da Universidade. [...] pelas 11 horas da manhã, prendeu a polícia, em pleno campus, dois professores estrangeiros: o físico nuclear francês Michel Paty, o qual, em função de convênio com a Coopération Technique Française, é professor visitante do Instituto Central de Física; e o arquiteto indiano, premiado em seu país, Shyam Janveja, o qual, como instrutor da Escola de Arquitetura, elabora uma tese sobre a arquitetura de Brasília. [...][31]

A crise foi aumentando até que, em 18 de outubro, 223 professores pediram demissão em solidariedade aos colegas demitidos e perseguidos por motivações políticas. A crise da Universidade de Brasília refletiu em outros estados e uma CPI foi instalada na Câmara Federal, sem que alcançasse um resultado efetivo.[32]

C) A reorganização do movimento estudantil e as grandes manifestações públicas (1966-1968)

Apesar da ilegalidade imposta pelo governo às representações estudantis tradicionais, o movimento se reestruturou e, desde 1966, passou a realizar protestos e greves, protagonizando uma série de manifestações que acabavam em choques, muitas vezes violentos, com as forças policiais nos diferentes estados. A pauta dos estudantes incluía desde questões mais específicas como a melhora dos restaurantes universitários e o fim dos acordos MEC-USAID[33] até a luta mais geral para terminar com a ditadura. O mês de setembro daquele ano foi particularmente agitado. As aulas na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, foram suspensas e, durante um congresso clandestino realizado pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e pela UNE em São Bernardo do Campo, foram presos 178 estudantes, sendo 36 enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A UNE decretou greve geral para o dia 18 e os estudantes elegeram o dia 22 como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. Nesse dia, os estudantes realizaram uma grande manifestação no Rio de Janeiro e, posteriormente, cerca de 600 universitários se reuniram na Faculdade de Medicina da UFRJ, no seu *campus* da Praia Vermelha.[34] Os estudantes ficaram cercados pela polícia durante horas e alguns parlamentares tentaram negociar uma saída pacífica para o grupo. Porém, na madrugada do dia 22 para 23 de setembro, a polícia invadiu a Faculdade de Medicina e expulsou os estudantes com violência. O episódio ficou conhecido como o “Massacre da Praia Vermelha”. Segundo o depoimento do decano do Centro de Ciências da Saúde à época, Almir Fraga:

> Quando as Forças Armadas invadiram a Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, transformaram o campus universitário em um verdadeiro campo de guerra. Estudantes foram espancados na ocasião e o prédio e os laboratórios foram depredados. Estima-se que cerca de 600 estudantes tenham sido agredidos pelas forças policiais, quando foram obrigados a passarem por um “corredor polonês” para deixarem o prédio.[35]

Foi no ano de 1966 que a UNE voltou a organizar eleições para sua diretoria, por meio de seu 28º Congresso. Mesmo sendo proibido pela ditadura, os estudantes escolheram a cidade de Belo Horizonte para organização do evento. Como a Polícia Militar passou a vigiar todos os

locais de encontro de universitários, o congresso acabou se realizando, com as ajuda de religiosos franciscanos, nos porões da Igreja de São Francisco de Assis. O congresso seguinte, em 1967, foi planejado para ocorrer em um convento beneditino em Campinas. Desta feita, as forças policiais invadiram e depredaram o local e também o Colégio Notre-Dame. Padres e estudantes foram presos e levados ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em São Paulo. Diante da recusa em fornecer o nome dos 392 estudantes que participaram das atividades, os padres foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.[36]

Outro episódio significativo demonstra o elevado grau de repressão nas universidades por parte dos militares. Em 20 de abril de 1967, os estudantes da UnB fizeram uma manifestação contra a presença do embaixador norte-americano John Tuthill, que participou de solenidade comemorativa de doação de livros na Biblioteca Central daquela universidade. Segundo o reitor Laerte Ramos de Carvalho, "o salão da biblioteca foi ocupado por policiais militares, num momento em que já haveria um confronto entre estudantes e agentes do DOPS logo após a saída do embaixador. E houve, então, a detenção de vários alunos".[37] Uma carta sobre o episódio escrita pelo estudante Honestino Guimarães, até hoje desaparecido, encontrada no acervo da ASI/UnB, foi dirigida ao reitor Laerte Ramos Carvalho. Nela, o universitário chama o evento de "massacre de abril de 1967". A carta exige a demissão do professor Román Blanco (acusado de ser "agente do governo" pelos alunos) por, entre outras coisas, "ter trancado a porta da biblioteca naquele dia, para impedir que os alunos escapassem da polícia".[38] Foram 76 os presos naquela data e os estudantes que lá estiveram foram espancados pela polícia dentro da biblioteca.[39] Esse fato foi confirmado por Paulo Speller, em depoimento prestado em audiência pública da Comissão Anísio Teixeira Memória e Verdade em 5 de julho de 2013, e também por Eustáquio Ferreira, em depoimento gravado em 22 de julho de 2013, que afirmou, ainda, que as prisões duraram três dias.

Entre fins de 1967 e início de 1968, muitas manifestações aconteceram em todo o país. Em 28 de março de 1968, uma estava programada pela Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), restaurante universitário que, à época, abrigava a União Metropolitana de Estudantes, na cidade do Rio de Janeiro. Os estudantes protestavam, entre outras reivindicações, pela melhoria das instalações do restaurante e da qualidade da comida e contra o aumento do preço cobrado. Durante o protesto, a polícia invadiu o restaurante e acabou matando um estudante: Edson Luís Lima Souto. Um longo cortejo formado por mais de 50 mil pessoas acompanhou a saída do corpo de Edson Luís da Assembleia Legislativa, onde foi velado, para o local de seu sepultamento, o cemitério São João Batista. Em todo o país, várias manifestações ocorreram em consequência desse episódio, ampliando o número de mortos e feridos. Na missa de sétimo dia, como forma de conter a pressão, o governo decretou ponto facultativo na cidade e o Exército ocupou a região central, ocasionado um novo choque entre estudantes e militares. As manifestações em Goiás também tiveram final trágico. No dia 1º de abril, os estudantes realizaram uma manifestação em repúdio à morte de Edson Luís e, dessa vez, os militares mataram um estudante à queima roupa. Tratava-se de Ornalino Cândido da Silva, que foi morto por ser parecido com um militante estudantil que estava sendo procurado: Euler Vieira. Na ocasião, o jornal *O Social* publicou reportagem relatando que Ornalino era um transeunte alheio ao movimento estudantil, que estava nas imediações da manifestação quando, deliberadamente, um sargento da Polícia Militar sacou seu revólver e puxou o gatilho. Entretanto, investigações posteriores feitas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2007) apontaram que o estudante, na noite anterior à sua morte, confeccionou cartazes e convidou amigos para participarem da manifestação.[40] Olga D'Arc Pimentel era então presidente do Grêmio do Instituto de Educação de Goiânia e se lembrou do evento:

> O enterro desse menino foi surrealista. Levaram um caixão vazio para a casa da família, na tentativa de evitar uma manifestação, e levaram o corpo direto do Instituto Médico-Legal para o cemitério. Percebemos a grande sacanagem e fomos, assim mesmo, em passeata até o cemitério. No cemitério, algumas lideranças nem puderam entrar tamanho era o cerco policial, e os que entraram nem puderam assistir ao enterro relâmpago porque a Polícia Federal, de arma em punho, saiu correndo e atirando atrás da gente.[41]

Depois da morte de Edson Luís, as manifestações aumentaram em todo o país no ano de 1968. E a violência policial também. Um desses confrontos aconteceu em 24 de junho, em Fortaleza, quando violenta repressão policial se abateu sobre uma manifestação estudantil na praça José de Alencar. A polícia cercou o logradouro e passou a agredir intensamente todos os que estavam presentes. Grande parte dos estudantes se refugiou na Faculdade de Odontologia, que se localizava naquela praça.[42] Cinco estudantes foram hospitalizados, entre eles Antônio Juvenal Nogueira, baleado com dois tiros, Assuero Castro Pinto, baleado na coxa, e Bérgson Gurjão Farias, vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Ceará (UFC) que, posteriormente, veio a ser morto no curso da Guerrilha do Araguaia.[43]

Em fins de junho, decididos a se fazer ouvir pelo ministro da Educação, os estudantes resolveram ocupar o prédio do MEC no Rio de Janeiro. Estava instalado o palco para o episódio que ficou conhecido como a "quarta-feira sangrenta". Nesse dia, foram construídas barricadas na avenida Central da cidade, onde se deu o choque com a polícia. Vladimir Palmeira, presidente da UNE à época, relembra:

> Quando a polícia veio, naquele passo terrível, largos, aqueles passos de ganso, disseram: "O que a gente faz?". Eu disse: "Vamos resistir". Quando chegou, sei lá, a uns 50 metros, a gente disse: "Vamos para cima deles!". E fomos e batemos na polícia pela primeira vez. A polícia saiu correndo e nós atrás por aquelas ruelas do Centro, invertendo as coisas. Nós passamos quatro anos correndo deles. Dessa vez, eles estavam correndo da gente. Aí, pronto, virou uma batalha campal, porque mandaram a cavalaria e a gente jogou chimbra, bola de gude, rolhas. Cavalo caiu, menino andou em cavalo. Eu me lembro que teve um menino que botou um capacete da Polícia do Exército e montou no cavalo e saiu montado no cavalo. Houve de tudo. A massa é criativa. Até que tocaram fogo num caminhão do Exército. Nesse momento, a barra pesou, chegou a PE e eu me mandei. O Jean Marc [von der Weid] foi preso. Essa foi a quarta-feira sangrenta.[44]

Nova passeata foi marcada para a sexta-feira subsequente na praça Tiradentes, em protesto ao ataque realizado na quarta-feira.[45] O episódio da sexta-feira sangrenta redundou nas mortes, reconhecidas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e pela Comissão de familiares, de Fernando da Silva Lembo, Maria Ângela Ribeiro e Manoel Rodrigues Ferreira. A sequência de passeatas e conflitos brutais desembocou na grande Passeata dos Cem Mil, realizada em 26 de junho.

No segundo semestre de 1968 a UnB foi palco de nova invasão. Desde a morte de Edson Luís, os estudantes realizaram assembleias, suspenderam as aulas e declararam o *campus* como "Território Livre".[46] Segundo dados levantados pela Comissão da Verdade da UnB (CV/UnB), em 6 de junho os estudantes, em assembleia geral, decidiram expulsar o professor Róman Blanco e o agrediram com ovos e sob gritos de "dedo-duro fascista". No final da manhã, um grupo de estudantes entrou na sala

do professor e retirou seus livros e material didático. Em seguida, os estudantes se dirigiram ao seu apartamento, determinados a despejá-lo. Os pertences do professor foram retirados e colocados na área externa do prédio.[47] A tensão com as forças da repressão se manteve até 29 de agosto, quando a UnB foi invadida pelas polícias militar, civil e política (DOPS) e por forças do Exército. Estudantes e até políticos, como o então deputado federal Santilli Sobrinho, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB-SP), ficaram detidos na quadra de basquete. O estudante Waldemar Alves foi baleado na cabeça e ficou meses hospitalizado em estado grave.

Na USP, se intensificavam as discussões sobre a reforma universitária. Segundo dados levantados pela Comissão da Verdade da USP (CV/USP),[48] em 12 de junho, protestando contra a suposta presença na universidade de Rudolph Atcon, consultor americano da USAID, cerca de dois mil estudantes se reuniram no prédio dos cursos de História e Geografia e invadiram o prédio da Reitoria, na Cidade Universitária. Nessa época, houve ocupações estudantis na Faculdade de Direito e na Faculdade de Filosofia. O Crusp, Conjunto Residencial da USP, transformou-se em "território livre" dos estudantes. Entre 2 e 3 de outubro ocorreu a "batalha da Maria Antônia", na qual um grupo paramilitar do Comando de Caça aos Comunistas, formado em parte por estudantes da Universidade Mackenzie, com a proteção de forças policiais, invadiu o prédio da Faculdade de Filosofia da USP, depredando instalações e agredindo seus ocupantes. No confronto, foi morto o estudante secundarista José Carlos Guimarães e várias pessoas foram feridas. Essa intervenção foi realizada por ordem do ministro da Justiça e ex-reitor da USP, Gama e Silva, e acabou provocando a demissão do professor Mário Guimarães Ferri, vice-reitor em exercício.[49]

Em um episódio bastante conhecido de 12 de outubro, a polícia cercou e prendeu cerca de 700 estudantes em Ibiúna, durante o 30º Congresso da UNE. Tão logo começou a movimentação pela organização desse congresso, no segundo semestre de 1968, o DOPS São Paulo montou uma operação, em conjunto com as polícias da Guanabara, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, entre outros estados, para acompanhar e desbaratar o evento estudantil. Assim foi lançada a Operação Ibiúna,[50] que ocorreu em três fases, a saber: a primeira, antes do evento, onde agentes infiltrados produziam informações sobre a realização do congresso. A segunda foi a ação da prisão ilegal dos estudantes: 95 investigadores do DOPS/SP participaram da ação coordenada pelos delegados José Paulo Bonchristiano (adjunto da Ordem Política) e Orlando Rozante (adjunto da Ordem Social), e, por fim, o inquérito propriamente dito. Após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 dezembro, um último episódio encerrou o ano universitário de 1968. Em 17 de dezembro, a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo foi invadida e seu conjunto residencial (Crusp) foi ocupado por forças policiais e militares. No Crusp foram presos – e liberados aos poucos – cerca de 800 estudantes. Cerca de 1.400 estudantes que lá residiam foram desalojados. Houve protestos formais do vice-reitor em exercício e do Conselho Universitário. Logo depois foi aberto um IPM específico sobre o Crusp,[51] com o indiciamento de 43 estudantes.

D) Os *anos de chumbo* e a resistência nas universidades: o Decreto-Lei nº 477/1969 e o segundo período de expurgos

Respaldados no Ato Institucional nº 5 (AI-5), dirigentes universitários começaram o período de punições em janeiro de 1969. O alvo principal, em um primeiro momento, foram os estudantes. Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o DCE foi invadido e fechado. Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), dezenas de estudantes foram excluídos, alguns de modo definitivo, outros

com punição de exclusão pelo período de um ou dois anos.[52] Na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sete estudantes e uma funcionária foram acusados de pertencer à organização Colina e outros estudantes ligados à organização Corrente foram expulsos com base no regimento da universidade.[53] Na UnB, os números foram bem maiores: mais de 250 alunos tiveram a matrícula negada. Todas as expulsões foram realizadas mesmo sem a aplicação daquele considerado o mais despótico instrumento empregado pelo regime militar: o Decreto-Lei nº 477, que dispunha sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino. Esse Decreto-Lei, editado em 26 de fevereiro 1969, qualificava em seu artigo 1º como incurso em infração disciplinar aquele que: "Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento"; "atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele"; "pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe"; "conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza"; "sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno"; "use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública".[54] Eram previstas penas de demissão ou dispensa de membro de corpo docente, funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, bem como a proibição por cinco anos de ser nomeado, admitido ou contratado por outro da mesma natureza; e, em se tratando de aluno, a proibição por três anos de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino.

Não se pode precisar o número exato de punidos pelo Decreto-Lei nº 477/1969. Existem algumas listas que foram produzidas e circularam no início dos anos 1970 por diferentes órgãos do regime, visando controlar a movimentação dos alunos punidos. Um desses documentos foi produzido pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação (DSI/MEC) em abril de 1972, contendo o nome de 207 estudantes atingidos. Outro documento foi produzido pelo Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA) em janeiro de 1973,[55] na verdade um álbum fotográfico para o qual o CISA solicitava o empenho da comunidade para a remessa das fotos faltantes. Nele, menciona-se o nome de 782 estudantes dos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. O relatório apresenta o nome de cada estudante, faltando a indicação da universidade à qual pertencia. O álbum registrou dois estudantes que já se encontravam mortos, a saber: Mário de Souza Prata e Chael Charles Schreirer. O documento apresenta números fictícios, como no caso da Bahia, com 323 atingidos. Esse número alto de expurgos contrasta com outras estimativas, como a do *Brasil: nunca mais*, que levantou o número de 245 atingidos pelo Decreto-Lei nº 477.[56] Talvez a apresentação de um número maior de estudantes tivesse a intenção de exibir "inimigos do regime", atrapalhando, dessa maneira, a vida estudantil daquelas pessoas. Talvez, ainda, fosse uma maneira de "completar o álbum" com as fotos dos "subversivos" faltantes, interesse maior da agência da Aeronáutica. A maior parte das expulsões das universidades brasileiras foi realizada por meio do ato administrativo de negativa das matrículas, prerrogativa prevista em diversos regimentos internos das universidades.

O ano de 1969 teve nova onda de aposentadorias compulsórias, no que ficou conhecido como segundo período de expurgo dos professores universitários e pesquisadores. Em final de abril, mais de 40 professores de universidades federais, sendo 23 da UFRJ e 24 da USP, inclusive seu reitor em exercício, foram aposentados com base no AI-5. Entre setembro e outubro do mesmo ano, acorreu nova leva: 18 da UFRGS e 15 professores da UFMG. Nomes importantes da comunidade acadêmica brasileira, como o biomédico Isaías Raw, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Bolivar Lamounier e

o físico José Leite Lopes, entre tantos outros. Estima-se que cerca de 150 professores[57] foram punidos por atos oficiais do governo federal. Esse número torna-se maior quando se verifica que muitos reitores utilizaram outros instrumentos para banimento de professores, casos da UFPB, que em 1969 afastou cerca de 20 professores, e da UnB, que entre fins de 1968 e início de 1969 afastou 80 professores.[58] Em outubro de 1969 o Ato Complementar nº 75 impediu que os "expurgados" exercessem a profissão:

> Art. 1º Todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público, incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sansões com fundamento em Atos Institucionais, ficam proibidos de exercer, a qualquer título, cargo, função, emprêgo ou atividades, em estabelecimentos de ensino e em fundações criadas ou subvencionadas pelos Podêres Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interêsse da segurança nacional.[59]

Vale registrar, para além das consequências materiais em decorrência da perda abrupta de seus empregos e, logo, de seus salários, o impacto simbólico, subjetivo que as aposentadorias e demissões tiveram na vida desses professores.[60]

E) A resistência do movimento estudantil e a repressão nos *anos de chumbo*

Após Ibiúna e com as grandes restrições e a vigilância imposta, o movimento estudantil tentou se reorganizar. A UNE finalizou o 30º Congresso em 1969 elegendo Jean Marc van der Weid, da Ação Popular, para sua presidência. Contudo, as dificuldades para se manter estruturada persistiam. Diante da grande vigilância e repressão que se abateu nas universidades entre 1969 – 1974, os estudantes procuraram novas formas de organização, uma vez que os canais tradicionais, em sua grande maioria, foram proibidos. Realizavam inúmeras atividades culturais como festivais de música, cine clubes, grupos de teatro cujos temas acabavam sempre abordando a situação política pela qual o país passava. Inúmeros jornais estudantis eram apreendidos pelas diferentes agências da repressão haja vista a quantidade de periódicos que se encontram entre a documentação produzida pelos órgãos de repressão, hoje recolhida aos arquivos públicos do país, sendo um sinal do constante monitoramento dos estudantes.

Episódio que se destaca nesse contexto de resistência é a morte do estudante de geologia da USP Alexandre Vannucchi Leme pelo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP) em 17 de março de 1973. Alexandre, que tinha atuação destacada no movimento estudantil, estava sendo procurado pelos órgãos da repressão por sua militância na ALN.[61] A notícia da morte de Alexandre rapidamente se espalhou pela USP e houve manifestações e paralisações na universidade. Foi assim que os estudantes da Geologia tiveram a ideia de celebrar uma missa em homenagem a Alexandre, aprovada pelo Conselho de Centros Acadêmicos. Com a aprovação de D. Paulo Evaristo Arns foi realizada em 30 de março, na Catedral da Sé, missa em memória do estudante. Naquele dia, a USP foi cercada por policiais, bem como o centro da cidade. Na Sé o aparato militar, enorme, contava com uma metralhadora de frente para a Catedral e câmaras da TV Gazeta filmaram rosto a rosto aqueles que se faziam presentes, com o pretexto de transmitir a missa. O ato reuniu cerca de 5 mil pessoas e é considerado a primeira grande manifestação de massa desde 1968. Outro caso emblemático da

USP foi o desaparecimento da professora do Instituto de Química, Ana Rosa Kucinski, em 22 de abril de 1974. Em depoimento à CNV, o chefe da Assessoria Regional de Segurança e Informação do MEC em São Paulo, Arminak Cherkezian, afirmou não lembrar dos casos:

> [...] esse assunto nunca transitava, nós éramos comunicados o que estava acontecendo. O pessoal de campo que eles falavam, que produziam estes documentos, divulgavam também para a gente informar o ministro. A função das Assessorias é de informação ao ministro e recebemos do ministro, da Divisão [de Segurança e Informação] dele para distribuir também. Mas a isso [a mortes e desaparecimentos] nós não tínhamos acesso jamais.[62]

Entretanto, no livro de entrada do DOPS/SP, na data do dia 23 de abril de 1974, um dia depois do desaparecimento de Ana Rosa, consta a entrada do chefe da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da USP, Krikor Tcherkesian, irmão de Arminak. Antes do dia 23, ainda no ano de 1974, o livro do DOPS registra cinco entradas de Krikor, todas elas com rápida duração. No dia 23 de abril Krikor fica 1h30 min naquela delegacia. Posteriormente a essa data, registram-se mais cinco entradas do chefe da AESI/USP, todas rápidas, com exceção da visita de duas horas no dia 22 de maio de 1974.[63]

Poucos meses depois de eleito presidente da UNE, em 1969, Jean Marc foi preso, levado para o DOPS/RJ e depois para a Marinha, na Ilha das Flores, onde foi vítima de tortura.[64] Sua prisão durou um ano e meio: foi libertado por ocasião do sequestro do embaixador suíço e, a seguir, pediu asilo no Chile, em janeiro de 1971. Com Jean Marc na prisão, Honestino Guimarães, um dos vice-presidentes, assumiu a direção da entidade estudantil, até ser eleito presidente em um pequeno congresso realizado em 1971. As referências à realização do 31º Congresso em 1971 são poucas. Em um depoimento no Quartel-General da 3ª Brigada de Infantaria, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1971, o depoente Ademar Alvarenga Prado, codinome "Lúcio" – que respondia a um processo coletivo referente à atuação da Ação Popular[65]–, narra como foi o "caminho" para chegar até o Rio de Janeiro, onde seria realizado o 31º Congresso.[66] Um documento confidencial do Exército sobre a participação de estudantes da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do B) traz o nome de seis participantes do congresso no Rio: Luiz, da Paraíba; Manoel, de Sergipe; Joaquim, da Bahia; Carlos, de São Paulo; Ademar Alvarenga Prado e Gil, de Minas Gerais. Afirma ainda que o congresso foi presidido por Honestino Monteiro Guimarães.[67]

A partir de 1971, as referências às ações da entidade praticamente desaparecem, assim como as menções à UNE. Em um processo movido contra militantes da APML em Brasília, há referências à atuação da "extinta UNE" em 1972, relacionadas à elaboração e distribuição de panfletos "subversivos", e há também a menção a Honestino como presidente da entidade nesse ano.[68] Em outro depoimento, também de 1973, o estudante da USP Luiz Antônio Bongiovani, também chamado de "Bombom", afirma que foi "induzido [por Alexandre Vannucchi Leme] a manter ligações com elemento da UNE de codinome 'Chico', cujos contatos foram feitos através de Marcelo José Chueiri".[69] Também afirmou que:

> Participou da reunião da UNE na UFF em companhia de 'Chico', sendo certo que após conversar com Ronaldo a respeito de 'Chico' descobriu que, pela descrição, esse elemento era o próprio Honestino Guimarães, agitador do meio estudantil, procurado pelos órgãos de segurança.[70]

É importante notar que, no início de outubro de 1973, grande parte da diretoria da UNE foi presa, incluindo seu presidente, Honestino Guimarães, preso em 10 de outubro e, desde então, um "desaparecido político".

F) A reorganização do movimento estudantil e o retorno das manifestações de massa e sua repressão

Durante os anos de 1974 e 1975, os estudantes puderam retomar a organização de uma forma de protesto muito comum no meio: as greves, que tinham como motivo a realidade universitária.[71] A maior delas foi realizada na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Ela foi decretada em 16 de abril de 1975, quando o diretor da Escola, Manuel Nunes Dias, considerado um "agente dos órgãos de repressão" pelos alunos, depois de inúmeros "desmandos", cancelou o contrato do professor Sinval Freitas Medina, por ele ter sido "reprovado" pela banca de qualificação de mestrado. Os estudantes pediam a saída do diretor. A greve durou 73 dias e contou com a participação de estudantes de dez cursos, que pediam ainda a revogação do Decreto-Lei nº 477, do AI-5 e do jubilamento, entre outras demandas. Assim, em outubro de 1975, os estudantes da USP estavam organizados quando começaram a ocorrer prisões de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, portanto, puderam realizar grandes mobilizações, juntamente com outras entidades, quando da morte do ex-professor da ECA Vladmir Herzog, reeditando a missa na Igreja da Sé, realizada dois anos antes pela morte de Alexandre Vannucchi Leme. Nessa mesma onda de prisões do PCB, em 29 de outubro de 1975, o professor do Departamento de História Ademir Gebara e três estudantes da Unicamp – Gustavo Zimmermann, Hélio Rodrigues e Osvaldo Luiz de Oliveira – foram presos, acusados de terem relações com o partido. Foram levados ao DOI-CODI de São Paulo, onde sofreram agressões e foram torturados.[72]

O ano de 1977 foi bastante emblemático. Depois de nove anos os estudantes voltaram a realizar grandes manifestações de rua por todo o país. Depois de dois encontros nacionais de estudantes (ENE) para reorganização da UNE, no ano de 1976, os estudantes tentaram realizar o III Encontro três vezes. A primeira tentativa, em junho de 1977, na cidade de Belo Horizonte, foi abortada antes mesmo de seu início. Forças-tarefa da polícia foram acionadas e começaram a agir nos próprios estados de origem, impedindo estudantes de saírem; muitos daqueles que chegaram às proximidades de Belo Horizonte foram presos. Os cerca de 400 estudantes que conseguiram escapar do esquema de segurança da polícia se reuniram na Faculdade de Medicina, sendo cercados pelas tropas mineiras, a pedido do governador Aureliano Chaves (em consonância com as normativas do ministro da Justiça, Armando Falcão), e rendidos pela polícia para interrogatório.

Foi nesse contexto que a 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 1977, sofreu total restrição por parte do governo. Tendo como presidente o professor da USP Oscar Sala, físico, e como secretária-geral a professora Carolina Martuscelli Bori, do Instituto de Psicologia da USP, esta última responsável pela organização do evento, a SBPC tinha sua reunião prevista para acontecer em Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará. Em data próxima ao evento, o então ministro da Educação Ney Braga comunicou aos dirigentes da instituição que não haveria verba para o financiamento da reunião e as universidades federais ficaram proibidas de sediá-la. Integrantes da SBPC, em reunião com cerca de 900 sócios, indicaram a USP como sede alternativa, mas o aval da reitoria não foi obtido. Os dirigentes então recorreram à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A reitora, professora Nadir Kfouri, com a anuência imediata de D. Paulo Evaristo Arns, acolheu a proposta. Assim, de última hora, a PUC-SP organizou seus espaços e sua infraestrutura para abrigar o evento. Junto ao caráter científico das atividades, a

29ª Reunião da SBPC foi principalmente um período de debates políticos e um gesto de resistência, a respeito do qual Carolina Bori teria ainda dito: "Essa foi a resposta dos cientistas ao governo, que mostrou que toda a tentativa de controle foi em vão".[73]

Em 21 de setembro, o mesmo esquema policial posto em prática em Belo Horizonte para conter os estudantes foi montado pelas tropas comandadas pelo secretário de Segurança Pública, o militar Erasmo Dias, na capital paulistana. A Cidade Universitária, local previsto para realização da segunda tentativa do III ENE, foi cercada. Diante da impossibilidade da realização do encontro no *campus* da Universidade de São Paulo, dezenas de universitários se reuniram na Faculdade de Medicina da USP, onde mais uma vez o encontro foi frustrado pela chegada de tropas. Depois de uma negociação, os cerca de 200 estudantes se renderam e foram ao DOPS prestar depoimento. No dia seguinte, os estudantes fizeram uma série de protestos em diferentes locais da cidade e foi realizada uma grande assembleia na PUC. Ali foi anunciada a realização do III ENE, em uma reunião de pouco mais de uma hora, na qual estiveram presentes 70 delegados de dez estados, que aprovaram a criação de uma comissão pró-UNE. Terminada a reunião, as tendências vitoriosas propuseram realizar uma "comemoração" na própria PUC naquela noite, causando o trágico episódio da invasão,[74] cujo saldo foi a destruição de instalações e equipamentos da universidade, vários estudantes feridos, cerca de 700 presos e 37 enquadramentos na Lei de Segurança Nacional.

O ano de 1977 na UnB foi de dura repressão. Ocorreram quatro invasões militares na universidade. Logo no início do calendário escolar, os estudantes já se encontravam mobilizados pedindo a demissão do reitor, José Carlos de Almeida Azevedo. Esse foi o motivo para a primeira invasão, realizada em 31 de maio, após os estudantes decidirem entrar em greve e o reitor suspender 16 alunos identificados como líderes das manifestações. O campus ocupado pela polícia ensejou o retorno às aulas. Entretanto, em 6 de junho, tropas militares invadiram novamente o campus e prenderam estudantes. Em 17 de junho aconteceu a primeira reunião do Conselho Universitário (Consuni) desde a sua criação. Nela foram discutidas as punições aplicadas pelo reitor José Carlos de Almeida Azevedo. Com exceção dos professores José Carlos Coutinho e Marco Antônio Rodrigues Dias, o conselho legitimou as sanções. Foi instalada, então, uma comissão de inquérito para apurar as responsabilidades da greve. As aulas foram suspensas por 30 dias. Findos os trabalhos da comissão, a decisão do inquérito foi a seguinte: 30 alunos foram expulsos, sete suspensos por 90 dias, 25 suspensos por 30 dias e dois suspensos por cinco dias. No total, 64 estudantes foram punidos.[75] Ainda em fins de outubro e início de novembro, outras duas invasões ocorreram na universidade.

Em 1978, os estudantes realizaram o IV ENE e decidiram reconstruir a UNE em um congresso em maio de 1979, na cidade de Salvador. Apesar de ser proibido, os universitários organizaram um congresso que reuniu aproximadamente 10 mil estudantes. O governo federal se empenhou para que ele não acontecesse. Uma dessas tentativas partiu do Secretário de Ensino Superior que, às vésperas da realização do congresso, enviou um ofício aos reitores pedindo-lhes para evitarem "criar facilidades de qualquer natureza" aos estudantes que desejavam participar do Congresso da UNE, pois a posição daquele ministério era contrária à refundação da entidade.[76] Com a UNE reconstruída, o movimento estudantil se articulou para a retomada de seu prédio, na Praia do Flamengo, número 132, que, desde 1966, era ocupado pelo Centro de Artes da Federação de Escolas Isoladas – FEFIERJ (atual Unirio). Entre março e junho de 1980, os estudantes engajados na UNE travaram uma batalha contra a polícia, a justiça e o poder público para impedir a demolição do prédio. A imprensa cobriu os episódios com inúmeras matérias. Mesmo com uma liminar impetrada pelo juiz da 4ª Vara Federal, Carlos Aarão Reis, que chegou a ir pessoalmente à sede para paralisar as obras, com um projeto de lei da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados determinando o tombamento do prédio da antiga

sede da UNE pelo Serviço do Patrimônio Histórico Artísitico Nacional (SPHAN), com as inúmeras manifestações de estudantes não só em frente ao prédio, como em todo o país, como mostra o monitoramento do SNI,[77] a partir de 5 de junho tiveram início as obras de demolição do prédio. Presidente da UNE na época, Rui César Costa e Silva lembra do episódio:

> Mas foi um episódio bastante frustrante, porque nós assistimos ao prédio cair. Eles implodiram o prédio na nossa frente. Na frente do prédio se travava uma verdadeira batalha, brutal. Policiais e estudantes brigando. O prédio desabou, toda a frente e o miolo, e ficaram aparentes somente o fundo e a abóbada do teatro. Foi um episódio extremamente doloroso. Acho que foi uma agressão à história do Brasil, um atestado de ignorância não só dos militares, mas também dos dirigentes do governo e da prefeitura do Rio de Janeiro. Uma incapacidade da opinião pública de reagir, um bando de estudantes solitários brigando pela preservação de um espaço, de um patrimônio, de uma forma completamente isolada. Acho que é mais um atestado do tipo de ignorância que atingiu o país nesses 20 anos de ditadura militar. Foi um encontro com a ignorância muito forte esse episódio.[78]

Outro episódio marcou o ano de 1980, em Belém. No dia 10 de março, estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) assistiam a uma aula de Estudos de Problemas Brasileiros ministrada pela professora Maria Inês, no Pavilhão Fb, quando o estudante de Matemática César Moraes Leite foi morto após ser atingido por um tiro de revólver disparado pelo agente da Polícia Federal Dalvo Monteiro de Castro Junior.[79] O episódio, que aparentemente foi um acidente, conforme divulgado, serviu de mote para organizar o movimento estudantil local, denunciar a ditadura que se encontrava dentro do *campus* e a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) que ainda funcionava na universidade. Segundo os relatos da Comissão da Verdade da UFPA, depois desse episódio a ASI encerrou seu funcionamento na universidade. As agências de informação acompanharam o episódio produzindo documentos a respeito dele e divulgando-os na comunidade.[80]

Até o final da ditadura ocorreram, com menos frequência, outros episódios de repressão ao meio acadêmico, como, por exemplo, em 19 de outubro de 1981, quando sucedeu uma intervenção na Unicamp. Oito dos doze diretores de unidades foram destituídos de seus cargos pelo Reitor Plínio de Arruda Moraes, que nomeou novos diretores interventores, a mando do governador Paulo Maluf. Foram também demitidos 14 funcionários, diretores eleitos da Associação dos Servidores da Unicamp (ASSUC).[81] Caso parecido ocorreu na Unesp. Segundo dados da Comissão da Verdade local, em 2 de agosto de 1983, no campus de Assis houve eleição para substituição de seu diretor e o reitor Armando Otavio Ramos preteriu o candidato mais votado, indicando o professor Fernando Manuel de Mendonça. Houve protestos generalizados de professores e alunos, uma sindicância[82] aberta pela Reitoria contra alunos e professores envolvidos, e uma invasão da polícia militar no *campus*.[83]

G) O controle e a vigilância nas universidades: a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC)

No que se refere à implantação da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação, vale destacar, inicialmente, que o referido ministério foi criado em 1930 com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. Provavelmente em função de sua recente

criação e das mudanças administrativas que sofreu, somente em 1937 ocorreu a instalação oficial da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde.[84] A organização da Seção reproduziu, em grande parte, as atribuições previstas no Decreto de sua criação, de 1934, com alguns destaques para a temática específica do Ministério. Além disso, sua composição denotava pouca especialização: era uma "comissão de cinco membros, funcionários de elevada categoria do Ministério", não havia remuneração e o trabalho era exercido concomitantemente a outras atividades.[85]

O governo ditatorial de Getúlio Vargas não alterou substancialmente a estrutura implantada anteriormente. Em 1946, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) foi reformulado e as Seções de Segurança Nacional foram enquadradas como órgãos complementares desse conselho, subordinadas aos ministros de Estado, mas estabelecendo "estreita relação" com a Secretaria-Geral do CSN, à qual prestariam todas as informações que lhe fossem solicitadas.[86] As normativas indicadas em 1946 foram colocadas em prática no ano seguinte, na reorganização da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde. Pode-se dizer que esse instrumento legal buscou dar organicidade à estrutura da Seção de Segurança Nacional. O regulamento interno publicado reiterou a subordinação direta da Seção ao ministro e sua vinculação com a Secretaria-Geral do CSN, mas também apontou para a necessária cooperação e entendimentos com a 1ª Seção do Estado Maior Geral. Além disso, a partir desse momento a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde passou a ser constituída por uma Diretoria, uma Secretaria e uma Seção Técnica, dispondo de instalações próprias e privativas na sede do Ministério. No que diz respeito à profissionalização dos funcionários integrantes da Seção, naquele momento não era exigida dedicação exclusiva – exceto para o pessoal lotado na Secretaria – e as funções eram exercidas cumulativamente com outras atividades (apesar de apontar a prioridade das atividades da Seção em relação às demais), inclusive com a previsão para contratação de consultores externos para colaboração nos trabalhos da Seção.

Somente depois do golpe de 1964, e com a instalação do Serviço Nacional de Informações (SNI), foram preconizadas reformas administrativas. Em 25 de fevereiro de 1967, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 200, com o objetivo de fortalecer e aprimorar os instrumentos de controle, coordenação e planejamento na administração pública, culminando na reformulação da estrutura do Ministério da Educação. Com a determinação das áreas de competência do Ministério pelo Decreto-lei nº 200/1967, foram incorporadas instituições de ensino antes vinculadas a outros ministérios. Em outras palavras, o Ministério cresceu em ações e amplitude.

A Divisão de Segurança e Informação (DSI), definida no Decreto-Lei nº 200/1967 como órgão de assistência direta e imediata ao ministro, não foi necessariamente uma inovação da Reforma Administrativa. Em julho daquele ano, as antigas Seções de Segurança Nacional foram transformadas em Divisões de Segurança e Informações, que passaram a cooperar com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI).[87] Merece destaque a criação de um quadro de cargos em comissão disponibilizado para operacionalização da Divisão.[88] Apesar de preconizar a autonomia administrativa, o regulamento apontava indícios de maior controle sobre as atividades de informação no país. As Divisões poderiam receber atribuições diretamente da Secretaria-Geral do CSN e do SNI e, além disso, apesar de estarem submetidas diretamente ao ministro:

> Art. 5º. O Diretor da DSI, após prévia aprovação de seu nome pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado, devendo a escolha recair em cidadão civil diplomado pela Escola Superior de Guerra, ou oficial superior da Reserva das Forças Armadas, de preferência com Curso de Comando e Estado Maior ou equivalente.

Em 1969, a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação foi regulamentada nos moldes definidos anteriormente. Nesse arranjo organizacional destacam-se, dentre suas atribuições, o controle de toda a documentação sigilosa produzida pelo Ministério e a prerrogativa de seu diretor para propor inquérito administrativo ou sindicância em qualquer órgão da administração direta ou indireta, da área de atribuição do ministério.[89] Tendo em vista a efervescência do movimento estudantil, principalmente a partir de 1968, a ampliação da estrutura do Ministério a partir da Reforma Administrativa, bem como a edição do Decreto nº 477 em fevereiro de 1969, e as atividades desenvolvidas pela Divisão de Segurança e Informações foram cruciais para a instalação de inquéritos e para a concretização dos processos de expulsão de professores e estudantes. A Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação, por meio de ações de normatização, vigilância e punição, centralizou o controle sobre o campo do ensino superior. Nesse período, a DSIEC, como era conhecida, contou com um quadro de aproximadamente 40 funcionários, incluindo o pessoal de apoio e as chefias. O controle realizado pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) era organizado por meio da vigilância e do monitoramento constante, que eram, em regra, medidas preventivas para evitar que "indivíduos suspeitos" assumissem cargos públicos em instituições do Ministério da Educação.

As reformas das Divisões de Segurança e Informações que se seguiram nos anos de 1970 e 1971 incorporaram os princípios norteadores da implantação do Sistema Nacional de Informações – SISNI e do Sistema de Segurança Interna do País – SISSEGIN em 1970. As DSI passavam para a condição de órgãos sob a superintendência do Serviço Nacional de Informações, por meio das quais os ministérios civis integravam o Sistema Nacional de Informações. Essas remodelações da estrutura funcional das DSI demonstraram, a princípio, a tentativa de estreitamento das relações com o Serviço Nacional de Informações, por meio do controle e da definição de diretrizes para implantação de planos e procedimentos. Provavelmente, a principal inovação apresentada pelas reformas desse período tenha sido a implantação das Comunidades Setoriais de Informação, que integravam o SISNI. Se, antes, a necessidade das DSI de estabelecerem ligações com elementos de informação destacados em órgãos vinculados ao ministério era apenas mencionada nos regulamentos, essa estrutura ganhou, em 1970 e 1971, um desenho oficial. A Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação e Cultura era composta pela Divisão de Segurança e Informações (DSI), por Elementos de Informações dos órgãos da Administração Direta e Indireta e por Elementos de Informações dos órgãos sob a supervisão do MEC.

A portaria interna do Ministério que criou a Comunidade apontou para a necessidade de reformulação dos regulamentos dos órgãos para incorporação em seus regimentos das estruturas de informação (Assessorias de Informação).[90] Ao longo de 1973, o MEC efetivou a implantação da Comunidade Setorial de Informações, com a criação das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) – conforme o Ofício do Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC ao Assessor Especial da Universidade Federal de Minas Gerais, datado de 25 de junho de 1973[91] –, mesmo que algumas dessas assessorias já mantivessem funcionamento em anos anteriores. Em junho de 1975, o Ministério já contava mais de 40 elementos de informações organizados em assessorias de segurança e informações. O crescimento das Comunidades Setoriais de Informações e a necessidade de controle dos dados coletados impulsionaram a reorganização e a redefinição do papel das Divisões de Segurança e Informações.[92] Em 1975, as DSI foram formalmente definidas como órgãos centrais dos Sistemas Setoriais de Informações e Contrainformações dos Ministérios Civis e suas sedes deveriam, obrigatoriamente, estar localizadas em Brasília.

A regulamentação editada em 1975[93] buscou controlar a implantação dos Sistemas Setoriais de Informações. Houve uma preocupação com a ampliação dessas estruturas, uma vez que a criação das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) dependeria, a partir desse mo-

mento, de disponibilidade financeira e de parecer favorável do SNI.[94] O novo regulamento das DSI, apesar de promover a valorização profissional, buscou também limitar quantitativamente e qualitativamente os profissionais e os órgãos envolvidos. Como dito, foram estabelecidos critérios para a criação de Assessorias de Segurança e Informação, bem como a categorização das DSI e ASI quanto ao seu alcance. Por ser um ministério grande, a DSI do MEC era do tipo 3, conforme apresentado na seguinte tabela:

Categorização das DSI e das ASI

Tipo	Quantidade de funcionários	Pessoal especializado (chefias e analistas)
DSI Tipo 1	35	4 cargos de chefia e 13 analistas
DSI Tipo 2	45	5 cargos de chefia e 17 analistas
DSI Tipo 3	60	6 cargos de chefia e 24 analistas
ASI Tipo 1	02	1 cargo de chefia
ASI Tipo 2	05	1 cargo de chefia e 2 analistas
ASI Tipo 3	08	1 cargo de chefia e 4 analistas

Além disso, a nova legislação exigiu qualificação técnica dos profissionais envolvidos na coleta de dados e produção de informações. Em regulamentos anteriores, apenas ao diretor era exigida formação específica. A partir de 1975, o chefe da Seção de Informações e Contrainformação e os assessores de Informações deveriam possuir curso da Escola Superior de Guerra ou curso "A" da Escola Nacional de Informações. Em depoimento à CNV, em 13 de novembro de 2012, o ex-funcionário da DSI/MEC, Luiz Motta Molisani, confirmou a participação em seis cursos realizados na própria agência central do SNI. De duração variada, de 30 dias a alguns meses, os funcionários chegavam a trocar de nome para realização dos mesmos. Os funcionários das estruturas de segurança e informação, em grande parte, eram civis que foram contratados para exercer nova função. Caso de Arminak Cherkezian, que, no final dos anos 1960, era funcionário do Banco do Mato Grosso do Sul em São Paulo quando foi chamado pelo então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em 1971, para ser o chefe da Assessoria Regional de Segurança e Informação de São Paulo – ARSI/SP. Em depoimento para a CNV, Cherkezian conta como foi o convite e seu trabalho:

> O ministro Jarbas Passarinho me conheceu e vendo meu relacionamento falou: "Eu precisava alguém como você na área de Educação, para ter um relacionamento melhor com os estudantes e com as universidades". [Passarinho] estava querendo alguém fora da área, para manter diálogo, por incrível que pareça. [...] Eu fui colocado à disposição de março de 1971 até abril de 1976 e todos meus atos foram considerados de acordo com a Lei 4.341, atos considerados como serviços relevantes a título de merecimento a ser considerado em todos os atos da vida funcional [...] O Jarbas tinha um desejo enorme de retomar o contato com as faculdades, com os alunos, de frequentar o ambiente estudantil e eu fiz esse trabalho de aproximação. [...] Um outro senhor que pediu que eu fizesse esse mesmo trabalho, e fez questão que eu ajudasse nesse trabalho de aproximação, que pudesse falar com os estudantes foi o general Ednardo D'Avila Mello. [...] Ele foi várias vezes comigo no "bandejão", sem segurança sem nada para ter contato com os estudantes, criar um ambiente.[95]

Cherkezian realizou um estágio na EsNI, chegando a ser orador da sua turma. Em seu depoimento, disse que o estágio era para preparar um quadro de funcionários altamente gabaritados: “que não era o meu caso, para poder participar de negociações em todos os níveis (comerciais, políticos, diplomáticos), inclusive nesses cursos eram convidados diplomatas, altos funcionários. Eram mais idênticos ao da Escola Superior de Guerra.”[96]

Qualificação Técnica dos funcionários

Tipo	Qualificação profissional
Analista de informações A	Curso superior incompleto e curso “B” da EsNI.
Analista de informações B	Curso superior completo e curso “B” da EsNI.
Analista de segurança nacional e mobilização A	Curso superior completo em área de atividade-fim do Ministério, órgão ou entidade, ou curso de Escola de Formação de Oficiais das Forças Armadas.
Analista de segurança nacional e mobilização B	Cumprir os requisitos exigidos para o Analista de Segurança Nacional e Mobilização A e possuir três anos de exercício de atividade-fim em órgão setorial ou seccional do SISNI.

Segue a lista com a relação de todos os diretores da DSI/MEC desde sua criação até a extinção:

DIRETOR DSI/MEC	PERÍODO
General Waldemar Raul Turola	13 de junho de 1967 a novembro de 1969
Brigadeiro Armando Troia	Novembro de 1969 a setembro 1970
Coronel José Roberto Monteiro Wanderley	Setembro 1970 (interino)
Tenente-coronel Aviador Pedro Vercillo	Dezembro de 1970 a março de 1974
Coronel Osny Vasconcelos	10 abril de 1974 a outubro de 1974
Coronel Armando Rozenweig Menezes	18 de novembro de 1974 a novembro de 1979
Carlos Roberto Ferreira Tatit* *Único civil, era Analista de Informação AC SNI/Funcionário AC SNI.	Outubro de 1979 até 15 de fevereiro de1984
Coronel José Olavo de Castro	16 de fevereiro de 1984 a 11 de abril de 1985
Coronel Jorge de Almeida Ribeiro	12 de abril de 1985 a 25 de abril de 1986
Coronel João Manoel Simch Brochado	26 de abril de 1986 a setembro de 1987
Coronel Ary Oliveira	Setembro de 1987 a abril de 1989
Coronel João Tarcísio Cartaxo Arruda	Abril de 1989 até 15 de março de 1990

H) Estrutura e funcionamento da DSI/MEC

A estrutura funcional detalhada na página seguinte perdurou até a extinção da DSI, em março de 1990, por meio da Medida Provisória nº 150. Com a eleição do primeiro civil à presidência, as DSIs foram criticadas quanto à sua finalidade. Projetos de lei – como o projeto 5.213/1985, do deputado José Genoíno, que foi arquivado pela mesa em 1987, bem como o projeto de lei do deputado José Frejat, presidente da UNE no fim dos anos 1940, prevendo a extinção de todas as DSI e ASI[97] – foram apresentados na Câmara para extinção dos órgãos, sem efeito. A imprensa acompanhou os debates e divulgou a questão.[98] Após a extinção do Serviço Nacional de Informações, em 1990, e, consequentemente, das estruturas a ele vinculadas, pouco se sabe da destinação dos funcionários e da documentação dos Sistemas Setoriais de Informações. Em 11 de abril de 1990, o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, publicou uma portaria dispensando desde 15 de março daquele ano José Tarcísio Cartaxo Arruda da função de diretor da DSI/MEC, bem como 25 funcionários da DSI/MEC e ASI, incluindo o servidor Luiz Motta Molisani.[99]

Quadro 1: Estrutura da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação, conforme Portaria MEC nº 384, de 31 de julho de 1975

- SNI — Orientação normativa, supervisão e fiscalização
- MINISTRO
- CSN — Orientação normativa, supervisão e fiscalização
- DSI/MEC
  - DIRETORIA
    - Diretor
    - Assessores
    - Secretária
  - SEÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL E MOBILIZAÇÃO
    - Chefe
    - Analistas de segurança nacional e mobilização
    - Subseção de mobilização
    - Subseção de segurança nacional
  - SEÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONTRAINFORMAÇÕES
    - Chefe (subst. do diretor)
    - Analistas de informações
    - Informações
    - Arquivo geral — Prontuário de pessoal
    - Contrainformação
    - Comunicações — Criptografia
  - SUBSEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
    - Chefe
    - Secretária
    - Controle de pessoal — Manter quadro de pessoal da DSI e ASIs
    - Administração financeira
    - Administração de material
    - Serviços gerais

No caso da documentação da DSI/MEC, Luiz Motta Molisani, em depoimento à CNV em 13 de novembro de 2012, relata que, no mês de abril de 1990, foi o único funcionário da já extinta DSI que acompanhou a saída de toda a documentação produzida pela Divisão. O material, segundo Molisani, estava distribuído em caixas-arquivo de papelão sem nenhuma identificação

e em alguns armários. Todo o material (as caixas e os armários) foi levado pelo elevador de serviço do MEC no final de tarde por pessoal da Marinha (tenentes e/ou sargentos), e foi colocado num caminhão com identificação da Marinha, sendo que o próprio Luiz Molisani afirmou ter acompanhado junto no caminhão até o prédio do Ministério da Marinha em seu anexo, onde a documentação foi depositada.

Desde a criação da DSI/MEC, em 1967, o Ministério recomendava a nomeação de uma pessoa para fazer o "elo" entre a universidade e o MEC. Entretanto, foi a partir de janeiro de 1971 que oficialmente foram criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) nas universidades após o MEC ter aprovado seu Plano Setorial de Informações.[100] Algumas já funcionavam informalmente e outras foram criadas posteriormente – caso da ASI da USP, instalada somente em outubro de 1972.[101] O Plano Setorial objetivou: 1) obter informações sobre antagonismos existentes na área do MEC e sobre grupos de pressão "que exploram e que possam afetar a execução da política ministerial"; 2) desenvolver o serviço de contrainformação no campo do teatro, rádio, cinema, revistas etc.[102]

Ainda em janeiro de 1971, no dia 25, o então diretor da DSI/MEC, Pedro Vercillo, expediu um documento determinando o prazo de dez dias para cada reitor nomear o responsável pela ASI de sua universidade. Nesse mesmo documento, apresentou os objetivos de tal assessoria: a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o documento que estabelece as funções das ASI deve ser encarado com ceticismo dada a situação política da época. As Assessorias são apresentadas como órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos relativos à Segurança Nacional e Informações no âmbito da universidade. No entanto, muitas vezes as Assessorias serviram de canal para o exercício de pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos serviços de informação.[103] Indagado, em depoimento à CNV, sobre a presença da ASI como um elemento do governo federal na USP e sua relação com a reitoria, Arminak Cherkezian afirmou que o relacionamento com o reitor Miguel Reale "era muito bom, uma ótima relação e ele mantinha canal direto com o ministério".[104]

A produção de informação e contrainformação foi o maior objetivo das assessorias. Os documentos disponíveis sobre esses órgãos mostram dois focos principais de ação: a monitoração do movimento estudantil e a triagem de professores e funcionários. Como exemplo, a Informação nº 393/s-105-CIE enviada para, entre outros órgãos, a Agência Central do SNI, DSI/MEC, Cenimar, CISA, DSI/MJ de 30 de abril de 1974. A DSI/MEC, por sua vez, repassou para todas as ASI e essas para suas respectivas reitorias e departamentos. O documento apresentava um "jornal-mural" apreendido na Universidade Federal de Goiás (UFG) sobre o Dia do Índio e as críticas à ditadura. Informava também medidas de contrainformação: "orientação das direções das universidades, faculdades ou colégios atingidos e, se possível, das lideranças estudantis, sob referidas técnicas e possibilidade de envolvimento de inocentes úteis".[105] Interpelado sobre a independência das decisões tomadas por cada reitoria, Arminak Cherkezian, em seu depoimento à CNV, afirmou que a ASI recebia informações do próprio SISNI, que emitia os documentos e os distribuía, e que as decisões vinham de Brasília, já que a própria DSI/MEC deveria consultar outros órgãos.[106] Segundo as pesquisas realizadas pela Comissão da UFRN,[107] o meio mais comum de coleta de informações era a infiltração de agentes em salas de aula e assembleias estudantis. As informações levantadas eram então repassadas ao chefe da ASI, que normalmente dispunha de um fichário com dados pessoais de toda a comunidade, como afirmou o funcionário da ASI da UFRN, Leonel Ribeiro Sobrinho, em depoimento à Comissão da Verdade da UFRN, Natal, em 2 de agosto de 2013:

> Olha, toda a pessoa que acessava a universidade, sendo docente, técnico administrativo ou discente ele tinha um registro, servidores docentes e técnicos através do Departamento Pessoal... Faziam o seu cadastro, e os discentes através do Departamento de Administração Escolar, então quando você entrava na universidade tanto no DAE quanto no Departamento Pessoal, aquele cadastro era encaminhado para a ASI, [...], isso ai eu sei que existia esse arquivo. Porém eu não tinha acesso a ele. Ele era de confiança do chefe da ASI...[e ficava] na sala do chefe da ASI, existia, a gente chama de arquivo mas na realidade era cofre.

Documentos encontrados pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, no acervo designado Gabinete do Reitor, demonstram a ingerência da DSI na produção de informação nas instituições universitárias.[108] Documento intitulado Informação nº 292/74/AESI/UFBA, datado de 25 de novembro de 1974, encaminha ao reitor novas normas para "Pedido de Levantamento de Dados Biográficos (LDB)". As normas tiveram origem na DSI/MEC, e foram encaminhadas à ASI[109] por meio do documento intitulado Informação nº 4.678/SI/DSI/MEC/74, datado de 18 de outubro de 1974, com o carimbo de "Confidencial". As normas estabeleciam que o LDB deveria ser preenchido "obrigatoriamente para todas as pessoas cogitadas para o exercício de cargos, funções, comissões e afastamento do país". Segundo o documento, os formulários do LDB "devem ser preenchidos via obtenção sigilosa, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações – SISNI, de dados sobre pessoas, o mais pormenorizadamente possível, com a finalidade precípua de preservar os interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública".

Ainda, as instruções estabeleciam que o LDB deveria abranger, entre outros, os seguintes aspectos da vida do candidato: 1) posição ideológica; 2) atitude com relação à "Revolução de 31 de Março de 1964"; 3) atividades subversivas. O levantamento deveria ser acompanhado de uma Ficha Sintética de Apreciação. Nela, havia campos com questões que deveriam ser respondidas pelo chefe da ASI sobre o candidato à vaga a ser preenchida. No primeiro campo, intitulado "Posição ideológica", o agente deveria assinalar quadrinhos, à direita dos quais estão escritas as classificações: 1) democrata; 2) comunista; 3) esquerdista; 4) sem posição definida; 5) não há registros; 6) os registros não permitem opinião conclusiva. No segundo campo, intitulado "Atitude com relação à Revolução de 31/Mar/64", a escolha estava entre: 1) integrado; 2) adesista; 3) contrário; 4) contra-revolucionário; 5) sem posição definida; 6) não há registros; 7) os registros não permitem opinião conclusiva. No terceiro campo, intitulado "Atividades subversivas", dever-se-ia escolher entre: 1) atuante; simpatizante; não há registros; os registros não permitem opinião conclusiva. Os outros campos eram: "Probidade administrativa"; "Eficiência funcional ou profissional"; "Conduta civil". No final, o informante deveria assinalar uma das seguintes cinco indicações: 1) não há restrição; 2) os registros existentes não contraindicam o aproveitamento; 3) não existem elementos de convicção que contraindiquem o aproveitamento; 4) Não há registros; 5) não deve ser aproveitado. No caso específico de afastamento do país para cursos, estágios, congressos, conferências etc., as normas recomendavam que fossem levados em conta três aspectos: 1) a necessidade de preservação da imagem do Brasil no exterior; 2) a possibilidade de vinculações com grupos ou organizações contrárias aos interesses democráticos; 3) a possibilidade de o curso ou o estágio habilitar o beneficiado a posterior acesso a cargos de nível elevado. Por fim, no caso das instituições de ensino superior estavam sujeitos a essas normas os cargos e funções de: 1) reitor; 2) vice-reitor; 3) diretor; 4) vice-diretor; 5) chefe de departamento; 6) diretor de campus avançado; 7)professor (correspondência sigilosa do Gabinete do Reitor UFBA, doc. RP724 a 7310).

Segundo levantamento realizado por Motta, havia 43 ASI em funcionamento na área do MEC (36 em instituições de ensino superior e as outras ligadas a órgãos e departamentos do

MEC), e mais cinco Arsi (Assessorias regionais) criadas para fazer a ligação das ASI locais com a DSI, conforme aponta seu regimento interno: compete à Arsi, dentre outras funções, "planejar, coordenar e supervisionar, sob orientação da DSI, as atividades das ASI da região e dos elementos de informações dos órgãos da administração direta, indireta e sob supervisão do MEC; produzir informação para atender às determinações contidas no PSI [Plano Setorial de Informações] e às solicitações da DSI; caracterizar antagonismos atuais e em potencial da região, bem como grupos de pressão que os explorem e que possam afetar a execução da política ministerial".[110] Apesar da estruturação das Arsi – Arsi/NE, Arsi DF/MG/GO, Arsi/GB, Arsi MT/SP e Arsi/RS, na prática, as ASI respondiam diretamente à DSI. Arminak Cherkezian, em depoimento à CNV, confirmou a independência das ASI em relação às Arsi, pois estas respondiam diretamente à DSI. Segundo o depoente "as universidades tinham total poder" e, algumas vezes, a Arsi era copiada nos documentos para estar ciente dos acontecimentos sem interferência.[111] No entanto, o livro do DOPS/SP registra a presença de Arminak Cherkezian algumas vezes ao longo dos anos de 1974 e 1975. Questionado pela CNV sobre suas entradas na delegacia, Cherkezian respondeu que foi algumas vezes ao DOPS, talvez visitar algum delegado titular, como Romeu Tuma, que era seu amigo. Afirmou: "Lembro de ter ido algumas vezes ao DOPS, mas jamais fui ao DOI-CODI. Não tinha nenhuma dependência hierárquica. Nós [a Arsi] não tínhamos toda essa importância, nós não atingíamos isso. [...] Nossa participação era muito limitada, nós não tínhamos poder para isso".[112]

Em 22 de setembro de 1976, o diretor da DSI/MEC, Armando Menezes, informou os reitores sobre os procedimentos para o preenchimento do quadro de pessoal da ASI. De acordo com o documento enviado, a ficha "modelo 14 a ser preenchida deverá ser acompanhada do juízo sintético e conceito de cada um" (correspondência sigilosa do Gabinete do Reitor UFBA, doc. RP2134-2135). Após os funcionários serem liberados pela AC/SNI (Agência Central do SNI), a universidade faria os atos administrativos de nomeação e os enviaria ao DASP para aprovação. Advertia, ainda, que essas correspondências eram confidenciais. Em consequência, os nomes dos servidores lotados na ASI não poderiam ser publicados no Diário Oficial. Dessa forma, fica difícil precisar o número de funcionários e o período de funcionamento de cada ASI. Pela documentação encontrada, pode-se inferir que, em parte dessas assessorias, o chefe permaneceu o mesmo durante toda vigência. O documento expedido pela DSI/MEC em 25 de junho de 1973[113] contém uma lista das universidades onde foram instaladas ASI e seu respectivo diretor naquele momento. Das 31 ASI universitárias listadas, em grande maioria em universidades federais, uma era estadual (USP) e uma privada (o antigo Centro de Ensino Unificado de Brasília –CEUB).[114] O documento apresenta ainda os responsáveis pelas Arsi de cada região e o nome dos chefes de oito ASI que funcionavam em diferentes setores do MEC (como no departamento de ensino fundamental ou no departamento de ensino supletivo). Em depoimento à CNV, Arminak Cherkezian lembra do caso da Unicamp:

> O professor Seferino Vaz tinha tanta autoridade que ele não precisava se submeter ao Ministério de criar AESI. Eu lembro que a Unicamp era a única que não tinha AESI, porque ele tinha ligações diretas, ele tinha muita força e poder. Ele inclusive podia resolver [as coisas] como melhor entendesse. Na USP o professor Reale se comunicava diretamente com Brasília.[115]

Os registros dos chefes não revelam de maneira intensa a presença de oficiais militares nesses postos, e em alguns casos foi possível identificar que eram professores ou funcionários. Quanto à estrutura, normas emanadas do Plano Setorial de Informações do MEC previam organização

padronizada. As ASI deveriam ter um chefe, responsável por coordenar as atividades da Assessoria e representá-la frente ao MEC e à reitoria, além de funcionários na seção de informações e na sessão administrativa. Na maior parte dos casos, essas assessorias funcionavam em salas na própria reitoria. Quanto aos proventos, em depoimento dado à CNV, Arminak Cherkezian declarou que essa questão era um "problema", pois não existia um recurso certo no caso dele [Arsi]. Seu próprio salário teria sido pago por diferentes fontes como a Fundação Anchieta, CETESB (à época denominada Centro Tecnológico de Saneamento) e, inicialmente, o próprio banco do Mato Grosso do Sul. Sobre os funcionários da ASI, Cherkezian foi categórico: "os da Assessoria [ASI], as universidades que pagavam, eram funcionários, no caso da USP, eram contratados pela USP, não pelo ministério".[116] Segundo as informações levantadas pela CV UFBA,[117] em 8 de agosto de 1974, o superintendente de pessoal determinou o levantamento das pessoas que estavam trabalhando na ASI. O resultado apontou que lá estavam lotados, além do chefe, professor Emerson Spínola Marques Ferreira, cinco servidores contratados pela CLT (um assistente especializado, um oficial amanuense, um contínuo e dois amanuenses) e seis do quadro de pessoal (um auxiliar de portaria, um motorista, um servente, um atendente, um oficial administrativo e um assistente social).[118]

O final dos anos 1970 trouxe a volta do movimento estudantil às ruas, a reorganização das suas tradicionais entidades de representação, bem como dos sindicatos dos professores. A luta por democracia na universidade passava, dentre outros pontos, pela denúncia das ASI como braço da repressão dentro dos *campi* universitários. O depoimento do ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Diógenes da Cunha Lima, que iniciou seu mandato em 1979, à Comissão da UFRN, em 31 de maio de 2013, é revelador desse momento:

> [...] quando houve a primeira contratação de pessoal, eu verifiquei que havia um formulário, que dizia que depois de contratado pelo reitor tava assinado, entraria em vigor após a ASI aprovar, isso era um formulário existente aqui. Eu chamei a chefe do departamento de pessoal e disse: pode rasgar que eu não vou assinar nenhum desses, se eu assinar, sou professor de Direito, estou reconhecendo que a autoridade superior da universidade não é o reitor, a autoridade é o chefe da ASI, o senhor Adriel; eu levei o assunto ao ministro, Eduardo Portella, que se tornou meu amigo como os outros, notadamente o general [inaudível], que me apoiou na decisão. A partir daí houve uma mudança, porque em várias universidades do país eu contei a história e rasgaram também. Creio que a universidade foi pioneira em cortar esses contratos absurdos... mas eu sei que tinha, porque até o contrato eles aprovavam, pelo menos durante muito tempo aprovavam o contrato de professor, e até mesmo concursado passado em primeiro lugar, como era o caso do professor Machado, recusado pela universidade. [...], nunca me utilizei da ASI para qualquer serviço, serviço entre aspas, ao contrário, sofria consequências por sua presença, mas como eu tinha [inaudível], como eu tinha amizade pessoal com dois dos ministros, o Eduardo Portella, não trazia muito incômodo [...].[119]

Diante da pressão em maio de 1979, a DSI/MEC enviou aos reitores um ofício extinguindo as ASI universitárias de acordo com determinação superior.[120] A manobra, naquele momento, foi desativar os escritórios das ASI dentro das universidades, transferindo suas estruturas para os escritórios das delegacias regionais, conforme verificou-se na correspondência trocada entre a DSI/MEC e reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR):

[...] solicitar o apoio integral dessa Reitoria para a instalação da ASI/DR-9. O órgão necessita de alguns acessórios indispensáveis ao bom funcionamento e não dispõe, no momento, de disponibilidade financeira para sua compra, carecendo da cooperação dessa Universidade. Solicito, também, que o acervo de informações não atinentes especificamente ao acompanhamento da Política da IES seja transferido para a ASI/DR.[121]

O fato é que algumas ASI continuaram existindo dentro das universidades na primeira metade dos anos 1980. No entanto, nesse momento, a atuação já estava mais esvaziada. As ASI foram extintas definitivamente pela portaria do MEC nº 576, de 5 de agosto de 1986, momento no qual os estudantes cearenses realizaram o episódio da invasão da ASI da UFC. Segundo dados levantados pela Comissão da Verdade das universidades públicas do Ceará, a direção do DCE da UFC, informada pela notícia veiculada pelo *Diário do Nordeste* em 29 de agosto de 1986, decidiu convocar assembleia que acabou por deliberar a invasão da ASI (que para eles ainda estava funcionando no prédio da Reitoria, como nos anos da ditadura). Após realização da assembleia, cerca de 200 estudantes invadiram o local onde funcionou a ASI por cerca de 15 anos. O objetivo da invasão, naquele momento, segundo as lideranças estudantis, era apoderar-se dos documentos antes que os responsáveis pudessem retirá-los da Universidade, uma vez que a ASI havia sido extinta. Em decorrência desse episódio, em 29 de agosto, a PF, sem mandato judicial, invadiu o DCE-UFC e apreendeu grande parte do material levado pelos alunos, assim como prendeu a então diretora do DCE, Liduina Fontenele e os estudantes Inácio Arruda Cavalcante e Francisca Márthir (Martinna). Estes foram levados para a sede da PF em Fortaleza e enquadrados no artigo 155, parágrafo 4º, Inciso I do Código Penal. Antes de os advogados conseguirem *habeas corpus* para soltura dos estudantes, a PF encaminhou Liduina Fontenele e Francisca Márthir para o Presídio Feminino Desembargadora Auri Moura Costa e Inácio Arruda Cavalcante para o Instituto Penal Professor Olavo Oliveira-IPPO.[122]

1 – Como exemplo, há o caso da Fiocruz descrito por LENT, Herman. *O massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. Em 19 de setembro de 1978, a Sociedade Brasileira de Física lançou um manifesto denunciando as "cassações brancas", uma maneira mais sutil de repressão que passou atingir um número grande de pessoas ligadas ao meio universitário. Essas "cassações" vinham sob a forma de restrições que órgãos como o MEC, CNPq e Capes impunham aos pesquisadores dificultando as saídas para o exterior, a distribuição de bolsas, o reconhecimento de títulos do exterior e a não contratação de professores. O manifesto foi publicado em: *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade*. São Paulo: Adusp, 1978, pp. 71-73. O professor Michal Gartenkraut da CNV, da Câmara Municipal de São José dos Campos (SP), registrou dezenas de depoimentos e coletou documentação sobre as restrições da vida acadêmica no ITA durante o período de 1964-1985. Vários dos depoentes foram alunos que nos anos de 1964, 65 e 75 foram desligados da escola antes da conclusão dos respectivos cursos. Arquivo CNV, 00092.002614/2014-58. Relatório da Comissão da Verdade professor Michal Gartenkraut da Câmara Municipal de São José dos Campos.

2 – Por exemplo, durante o período de 1964 a 1985, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) realizou diversos convênios com o governo brasileiro e com o governo dos Estados Unidos. Segundo levantamento da Comissão local, as atas do Conselho Superior da FESPSP indicam que a fundação manteve convênios com a Aliança para o Progresso, programa de auxílio financeiro promovido pelos Estados Unidos na América Latina para impedir o avanço comunista no continente. Arquivo CNV. Relatório de pesquisa da Comissão FESPSP. São Paulo, agosto de 2014. 00092.002567/2014-42. Comissão da Verdade da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (CV-FESPSP).

3 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Comissão da Verdade da UFPR – Síntese das Ações Relevantes do Conselho Universitário da UFPR entre 1964 e 1966.

4 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24.

5 – Arquivo CNV, 00092.000589/2012-14. Ofício nº 220/2012-CNV de 2/10/2012.

6 – Entrevista de Aldo Arantes ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Brasília, em 8/12/2004.

7 – A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Pedro Cruz Galvão de Lima. http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1278; FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davison Hugo Rocha. "A UFPA e os Anos de Chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969)". *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, nº 10, julho/dezembro de 2013, pp. 258-294; GALVÃO, Pedro. 1964. *Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004.

8 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Linha do Tempo de graves violações na UFPA (1964-1985).

9 – Arquivo CNV, Relatório da Comissão UFBA, 00092.001910/2014-31.

10 – Arquivo CNV, Relatório da Comissão da UFRJ, 00092.002312/2014-80.

11 – *Jornal do Brasil,* edição de 2 de abril de 1964. Capa.

12 – Entrevista de Maria de Nazaré ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. São Paulo, 15 de julho de 2005.

13 – GALVÃO, Pedro. 1964. *Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004.

14 – MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 25.

15 – MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 25.

16 UFES, reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho; UnB, reitor Anísio Teixeira; UFPB, reitor Mário Moacyr Porto; UFRGS, reitor Elyseu Paglioli; UFRRJ, reitor Ydérzio Luiz Vianna; UFMG, reitor Aluísio Pimenta, UFSP, reitor Marcos Lindenberg; UFG, reitor Colemar Natal e Silva; e o caso da UFPE, em que o reitor João Alfredo da Costa Lima pediu seu afastamento.

17 – APERJ. Fundo Policias Politicas do Rio de Janeiro. Setor Estudantil. Notação 68.

18 – Ata da 144ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da UFC, em 2 de maio de 1964. Arquivo CNV, 00092.002569/2014-31. Relatório sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do estado do Ceará. Fortaleza, CE, 2014.

19 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Linha do tempo na USP.

20 – A carta de Florestan foi reproduzida no *Livro negro da USP*.

21 – Artigas libertado volta em triunfo. *Diário Popular,* 17 de setembro de 1964.

22 – Dados sistematizados pela Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da UNIFESP. Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Resumo EPM para CNV.

23 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Atos Normativos da Revolução, 30 de Setembro de 1964, Microfilme 50-D-26-2097.

24 – Os professores eram: "Edgar Graeff, Eustáquio Toledo, José Caldas Zanini, Ítalo Campofiorito, Nelson Rossi, José Paulo Pertence, Lincoln Ribeiro, Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Hélio Pontes, Ramiro de Porto Alegre, Glênio Bianchetti e o ex-professor José Guilherme Vilela [...] 2 soltos no mesmo dia; 11 permanecem presos na P.E. durante 17 dias". In: ABRAMO, Perseu (2006) – Depoimento [de Perseu Abramo] sobre as ocorrências na Universidade de Brasília, publ. 15/4/2006 (<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/depoimento-de-perseu-abramo-sobre--ocorrencias-na-universidade-de-br>).

25 – Diário Oficial da União (DOU), 13/4/1964. Seção 1, pp. 2 e 12.

26 – MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 59.

27 – O final do Relatório da Comissão foi publicado pelo jornal *Correio da Manhã* em 9 de outubro de 1964. In: *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade*. Adusp, 1978.

28 – SANFELICE, José Luís. *O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais*. Caderno CEDES, Campinas, 2008, v. 28, n. 76, p. 367.

29 – POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 208.

30 – Ofício de 29 de setembro de 1965 da FEUB ao reitor, assinado pelo presidente em exercício Paulo de Tarso Celestino da Silva. Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR_DFANBSB_AA1_MPL.05, pp. 1-8.

31 – Entre os quais os professores Dr. Antônio Rodrigues Cordeiro, coordenador do Instituto Central de Biologia, membro da Academia de Ciências dos Estados Unidos e do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília; os Drs. Jorge de Paula Guimarães e José Reinaldo Magalhães, ex-pesquisadores do Instituto Manguinhos e professores de patologia e fisiologia; e o mestre em Biologia Fernando Luís Kratz, assistente do Departamento de Genética, [e, em sua residência,] o Mestre em Economia Hênio Luís de Freitas Melo, assistente e secretário-executivo do Setor de Economia do Instituto Central de Ciências Humanas.

32 – Autoria não identificada, *apud* "A crise da Universidade de Brasília – Informações e esclarecimentos". Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR_DFANBSB_AA1_MPL.09."

33 – Para mais informações sobre a crise da UnB, consultar: SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965.* 2. ed. Brasília: UnB, 2007.

34 – Uma série de acordos foi produzida, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira com o objetivo de modernizar a educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. A USAID parou de atuar no Brasil em 1976. Para mais informações consultar o Capítulo 3 da obra de MOTTA, Rodrigo P. S., bem como: ALVES, Márcio Moreira. *O beabá dos MEC-USAID (1968).* Rio de Janeiro: Gernasa, 1968; ARAPIRACA, José Oliveira. *USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano.* São Paulo: Cortez, 1982.

35 – POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula.* 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, pp. 247-250.

36 – Disponível em http://www.medicina.ufrj.br/noticias.php?id_noticia=77, acesso em 14/6/2014.

37 – POERNER, Arthur. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, pp. 243-244; 261-262.

38 – Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR_DFANBSB_AA1_ROS 35: Relatório reservado do reitor Laerte Ramos de Carvalho a Luiz Antônio da Gama e Silva, a 25/4/1967.

39 – Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR_DFANBSB_AA1_MPL_0012.

40 – GURGEL, Antônio de Pádua. *A rebelião dos estudantes.* Brasília 1968. Brasília: EdUnB, 2002, p. 54.

41 – BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade: história de meninos e meninas marcados pela ditadura.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009, p. 55.

42 – In: REIS, Daniel A.; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia.* 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 159-164.

43 – RAMALHO, B. E. P. *Foi assim! O movimento estudantil no Ceará (1928 – 1968).* Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 253.

44 – Informações dos jornais *Tribuna do Ceará* e *Gazeta de Notícias* dos dias 25 e 26 de junho de 1968. Arquivo CNV, 00092.002569/2014-31. Relatório sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do estado do Ceará. Fortaleza, CE, 2014.

45 – Entrevista de Vladimir Palmeira concedida a Angelica Muller e Ana Paula Goulart para o Projeto Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro, 12/9/2005.

46 – Jean Marc von der Weid em 1968 era presidente do C.A. de Química da Universidade do Brasil. Militante da Ação Popular foi eleito presidente da UNE na eleição que deu continuidade ao 30º Congresso de Ibiúna, em 1969. Estava preso no episódio da sexta-feira sangrenta, mas relembra o que os colegas lhe disseram: "Literalmente o Rio de Janeiro passou por uma insurreição, que foi o chamado dia da sexta-feira sangrenta, porque metade do grupo que estava em frente à embaixada [americana] correu para o centro da cidade e começou a montar barricada. [...] E, de repente, a população entrou no jogo. Quer dizer, aquilo foi uma insurreição popular. Os estudantes foram o estopim do início daquela história, que só terminou às 20h da noite. Teve um nível de violência, agressividade, de parte a parte, extremamente intenso". Entrevista de Jean Marc von der Weid concedida a Carla Siqueira e Ana Paula Goulart para o Projeto Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro, 7/10/2004.

47 – Como fizeram os vietcongs ao liberar seus territórios, durante a guerra do Vietnã.

48 – Para mais informações sobre os episódios consultar: SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965.* 2. ed. Brasília: UnB, 2007.

49 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Linha do tempo na USP.

50 – O professor Hélio Lourenço de Oliveira, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que não era visto com bons olhos pelo sistema, acabou sendo designado para a função de vice-reitor pelo governador Abreu Sodré, selando de certa forma uma trégua na USP. Para mais informações sobre a "Batalha da Maria Antônia", consultar: VALLE, Maria R. do. 1*968: o diálogo é a violência.* Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

51 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_ASP_ACE_3019_80_001.

52 – Ver o relatório em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ipmcrusp.html.

53 – CITTADINO, Monique. *A UFPB e o golpe de 1964.* João Pessoa: ADUFPB, 1993.

54 – MOTTA, Rodrigo P.S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 157 e 383.

55 – Decreto-Lei nº 477, 26/2/1969. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html.

56 – Arquivo Nacional, CISA: BR_DFAN BSB_VAZ, 109.5.

57 – Relatório do Projeto *Brasil: nunca mais*. Tomo I – O Regime Militar, p. 49.

58 – Rodrigo Motta aponta um número de 120 professores. Já Marcus Figueiredo aponta 168 professores. Mais informações sobre as demissões ver: MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 164-175.

59 – Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR_DFANBSB_AA1_0_ROS_0096.

60 – Ato Complementar nº 75, 21/10/1969. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-75-21-outubro-1969-364755-publicacaooriginal-1-pe.html.

61 – MORAES FILHO, Evaristo de. *Sem medo da utopia*. São Paulo: LTr, 2007, p. 165.

62 – *Brasil: nunca mais* Digital, BNM_670, STM, Apelação 40.425/197.

63 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º de setembro de 2014.

64 – Arquivo Público do Estado de São Paulo, BR_SP_APESP_DEOPSLIVROES_28021974_19061974.

65 – Entrevista de Jean Marc von der Weid ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, Rio de Janeiro, 7/10/2004.

66 – *Brasil: nunca mais* Digital, BNM_18, STM, Apelação 39.618.

67 – Ele declarou que saiu de Goiânia no dia 1º de novembro daquele ano e deveria chegar ao Rio de Janeiro no dia 2, dia do Congresso. Após cobrir um ponto com Honestino, rodou em um carro de olhos fechados até chegar em uma casa em que havia ao todo sete indivíduos. Ainda confirmou que Honestino foi o dirigente do Congresso, no qual foi discutida uma proposição de carta da UNE referente à situação do país: entidades estudantis em funcionamento e apanhado da situação nacional e internacional. (Arquivo AEL/BNM_18, v. 2, p. 330.) In: MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Tese de Doutorado, História, USP e Université de Paris 1, 2010, p. 42. As informações relatadas por Ademar Alvarenga Prado foram amplamente utilizadas pelos órgãos de informação. Ver: Arquivo Nacional, CISA: BR_DFANBSB_VAZ.063.0153 e Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_5632_81

68 – APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Informação. Notação 181/p.72-H. Rio, GB 24.01.1972; APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Prontuário RJ. Notação 32.460, Honestino Monteiro Guimarães.

69 – *Brasil: nunca mais* Digital, BNM_18, v. 3, p. 656.

70 – Informação SP/SAS n. 1.950 de 28.09.1973. Reunião do CA em Niterói ARSI/GB/DSI/MEC. APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Secreto. Notação 123, pp. 76-77.

71 – MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Paria, 2010, p. 72.

72 – Sobre as greves universitárias desse período consultar: MÜLLER, Angélica. *No caminho ao retorno democrático: greves e manifestações estudantis nos primeiros anos do governo Geisel (1974-1975)*. R. Mest. Hist., Vassouras, v. 13, n. 2, pp. 17-32, julho/dezembro de 2011.

73 – As informações citadas foram consolidadas pela CV/Unicamp. Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Relatório CVM Unicamp para CNV.

74 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Contribuição da Comissão da Verdade Reitora Nadir Gouvêa Kfouri para a Comissão Nacional da Verdade.

75 – Idem.

76 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Cronologia 30 de maio de 2014 UnB.

77 – Of. Cir. Nº 30/79/GAB/SESU em 10 de maio de 1979. Arquivo Nacional, AESI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0020_0023.

78 – Arquivo Nacional, DSI/MJ: BR_RJANRIO_TT_O_MCP_AVU_0195_d001.

79 – Entrevista de Rui César Costa e Silva ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. São Paulo, 12/11/2004.

80 – BRITO, Luciano. *O episódio do pavilhão fb-2: ditadura militar e movimento estudantil na UFPA (1964 – 1980). A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)* – Entrevista com Sandra Hele-

na Morais Leite, disponível em http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284.

81 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_ABE_ACE_765_80; Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_AMA_ACE_699_80_0001; Arquivo Nacional, CISA: BR_DFANBSB_VAZ_013_0043.

82 – Para mais informações, consultar: http://www.rtv.unicamp.br/?video_listing=intervencao e http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/julho2006/ju329pag6-7.html.

83 – Portaria Unesp nº 251 de 8/8/1983. Arquivo CNV, 00092.002566/2014-06. Relatório da Comissão da UNESP.

84 – *Jornal Voz da Terra*, Assis, 3/8/1983. p. 3. Arquivo CNV, 00092.002566/2014-06. Relatório da Comissão da UNESP.

85 – Ver Decreto nº 2.036, 11/10/1937.

86 – *Ibid*.

87 – Ver Decretos-Leis nº 9.775 e 9.775A, 6/9/1946.

88 – Ver Lei nº 348, 4/1/1968, e Decreto nº 62.803, 3/6/1968.

89 – Ver Decreto nº 60.940, 4/7/1967.

90 – Regimento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, publicado no Diário Oficial da União de 15 de abril de 1969, Seção I, Parte I, pp. 3.180-3.182.

91 – Ver Portaria MEC nº 12-BSB, 18/1/1971.

92 – Arquivo Nacional, AESI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0011_0015.

93 – Ver regulamento aprovado pelo Decreto nº 75.640, 22/4/1975.

94 – *Ibid*.

95 – Ver Decreto nº 75.524, 24/3/1975.

96 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014 (Arquivo CNV, 0092.002036/2014-50). A Lei nº 4.341, citada pelo depoente, é a lei que cria o Serviço Nacional de Informações em 13/6/1964.

97 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1/9/2014 (Arquivo CNV, 0092.002036/2014-50).

98 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ AC_ACE_50668_85.

99 – "Ninho de suspeitas". *Jornal do Brasil*, 4/6/1985. "DSI sobrevivem a 'Nova República'". *Folha de S.Paulo*, 28/6/1985, p. 12.

100 – Diário Oficial da União, quinta-feira, 12/4/1990. Seção II, p. 1.766.

101 – Arquivo Nacional, AESI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0008_0025. Nos documentos são encontradas tanto a sigla ASI como AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação). No final, boa parte das assessorias usavam a sigla ASI. Optamos neste texto por usar, dessa maneira, a sigla ASI, entendendo que ela compreende a sigla AESI citada em documentos diversos.

102 – Arquivo Nacional, AESI/MG: BR_DFANBSB_AT4_0010_0018. Ofício nº 004 AESI/USP/DSI/MEC 20/10/1972. Assinado pelo Chefe da AESI Krikor Tcherkezian.

103 – Arquivo CNV, 00092.001910/2014-31. Relatório final Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (UFBA). Salvador, 18/8/2014.

104 – MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi, v. 9, nº 16, janeiro/junho de 2008, pp. 30-67.

105 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.

106 – Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor UFBA, doc. RP1255 a 1259.

107 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.

108 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. BUENO. Almir de Carvalho. A Assessoria de segurança e informações do ministério da Educação e Cultura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ASI/UFRN): o braço da repressão nas universidades (mimeo).

109 – Arquivo CNV, 00092.001910/2014-31. Relatório final Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (UFBA). Salvador, 18/8/2014.

110 – Tratando-se de normativa, provavelmente todos os estabelecimentos de ensino superior públicos receberam as fichas. Documento destinado à UnB é encontrado em: Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR_DFANBSB_AA1_LGS_034.

111 – Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR_DFANBSB_AA1_LGS_013.

112 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.

113 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.

114 – Ofício nº 2519 AEPEC/DSI/MEC, 25/6/1973. Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_AT4_0011_0015.

115 – Sabe-se da existência de outras ASI que não foram citadas. Rodrigo Patto apontou a existência também na Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de Viçosa, Diamantina e Uberaba, em Minas; e Universidade Estadual de Maringá e Londrina, no Paraná.

116 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.

117 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.

118 – Arquivo CNV, 00092.001910/2014-31. Relatório final Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (UFBA). Salvador, 18/8/2014.

119 – Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor UFBA, doc. RP1242-1245.

120 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. BUENO. Almir de Carvalho. A Assessoria de segurança e informações do ministério da Educação e Cultura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ASI/UFRN): o braço da repressão nas universidades (mimeo).

121 – Ofício nº 009/3000/79 SNM/DSI/MEC, de 8/5/1979. Arquivo Nacional, BR_DF_ANBSB_AT4_0023_d.

122 – Ofício nº 002/D/DSI/MEC, em 31/1/1980. Assinado pelo diretor da DSI Carlos Roberto Ferreira Tatit. Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ACT_ACE_6501_86.

123 – Arquivo CNV, 00092.002569/2014-31. Relatório sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do estado do Ceará. Fortaleza, CE, 2014.

TEXTO

7

DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade do conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas pelos pesquisadores James N. Green; Carlos Manuel de Céspedes, professor de História Latino-Americana, Brown University (EUA); e Renan Quinalha, advogado na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva".[1]

A discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) não surgiu durante a ditadura. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família.

Embora esses valores sociais e culturais contrários à homossexualidade tenham se afirmado com nitidez e se condensado em postos oficiais do Estado naquele momento, pode-se dizer que existia também certa tolerância, ainda que bastante relativa, de alguns setores às práticas homossexuais, desde que estas se mantivessem dentro de espaços sociais bem demarcados e circunscritos: Carnaval, lugares fechados e isolados de sociabilidade LGBT, certas profissões consideradas "delicadas" ou "criativas" para homens, ligadas às noções de gênero sobre a feminilidade tradicional, bem como certos lugares reservados para mulheres masculinizadas.

Vale ressaltar, no entanto, que essa tolerância incipiente não foi fruto do processo político de fechamento que levou à ditadura. Foram as mudanças profundas ocorridas dentro e fora do país, ainda nos anos 1950 e 1960, que possibilitaram a criação de novas atitudes diante da homossexualidade e que levaram a uma maior aceitação das diferenças no campo da sexualidade. São símbolos dessas lutas pela ampliação do reconhecimento de outras identidades e orientações sexuais as ações dos novos movimentos sociais nos EUA, Europa e Argentina que, no final dos anos 1960, já reivindicavam outro tratamento social frente à homossexualidade.

Porém, a eliminação de direitos democráticos e de liberdades públicas desencadeada pelo golpe de 1964, com a instauração de um regime autoritário e repressor, adiou as possibilidades da constituição de um movimento dessa natureza no Brasil, adiando-se a emergência de atores políticos que pautavam esses temas na cena pública. Paralelamente, a ditadura reforçou o poder da polícia, a censura sobre diversas esferas da vida e as arbitrariedades da repressão estatal, instituindo uma notória permissividade para a prática de graves violações dos direitos humanos de pessoas LGBT.

Por causa da repressão generalizada do regime pós-1964, que dificultava qualquer possibilidade de organização de gays, lésbicas e travestis nos anos 1960 e no começo dos anos 1970, não surgiu uma rede bem-estruturada de ativistas para monitorar a situação, documentar as violações de direitos humanos quando elas ocorreram e mesmo fazer as denúncias públicas; afinal, a censura não permitia esse nível de liberdade de expressão e de ação política. O processo de acompanhamento das agressões homofóbicas só aconteceu a partir dos anos 1980, quando coletivos como o Grupo Gay da Bahia (GGB) começaram a coletar e divulgar, sistematicamente, dados sobre as mortes violentas de gays, lésbicas e travestis. A falta de informações e registros de uma ditadura que buscou apagar seus

rastros, sobretudo sob o recorte específico LGBT nesse período, torna ainda mais difícil dimensionar o alcance e o sentido das violências praticadas. Somente agora é que historiadores e outros pesquisadores estão recuperando esse passado, a partir da lente peculiar da sexualidade.

Não houve uma política de Estado formalizada e tão coerente no sentido de exterminar os homossexuais, a exemplo de como existia uma campanha anunciada e dirigida para a eliminação da luta armada com repressão de outros setores da oposição ao longo dos anos da ditadura. Porém, também é muito evidente que houve uma ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado e em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional. Essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. Acentuou-se, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos "bons costumes". Essa visão legitimava a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores.

Infelizmente, mesmo os setores progressistas no Brasil demoraram para compreender a relação entre a repressão mais direta da ditadura e os seus efeitos mais gerais na cultura política e nas instituições da sociedade brasileira. Mas não foi somente no Brasil que isso ocorreu. A Anistia Internacional, organização fundamental nas campanhas internacionais para denunciar a repressão e as torturas no Brasil nos anos 1960 e 1970, demorou para entender que a defesa da comunidade LGBT, vitimada pela repressão do Estado, fazia parte da sua missão.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem que aprender com esse passado e ser parte da transformação que ainda hoje se espera da democracia brasileira no sentido de prestigiar a diversidade e o respeito dos direitos humanos.

Usar conceitos como "minorias" para caracterizar genericamente grupos vulneráveis que foram alvos de repressão e de opressão, tais como as mulheres, os negros e os homossexuais, atribuindo-lhes papeis marginais na conquista da democracia, é reproduzir uma leitura da época da ditadura. Pelos critérios mais aceitos, neste país, as mulheres são uma maioria e os negros também. Não sabemos quantas pessoas LGBT há no Brasil, mas são dezenas de milhões. Esses três grupos têm características em comum, sendo marginalizados, oprimidos e estigmatizados a partir de marcadores sociais, mas cada realidade merece um tratamento particular para dar conta das especificidades da opressão, discriminação e violências que vivem, cada um à sua maneira, em uma sociedade que ainda é extremamente machista, racista e homofóbica.

A) Discurso homofóbico da ditadura: homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar[2]

A associação entre homossexualidade e subversão foi um dos conceitos básicos a sustentar a ideologia do regime militar e servir como justificativa para os vários tipos de repressão sobre a sociedade brasileira e, especificamente, a gays, lésbicas e travestis nos anos 1960 e 1970. Essa ideologia, que foi adotada oficialmente pelo Estado durante a ditadura em nome da segurança nacional, tem as suas origens nas ideias integralistas e católicas ultraconservadoras dos anos 1930. Por exemplo, no seu livro *Maquiavel e o Brasil* (1931), Octávio de Faria alegou que a homossexualidade e a feminilidade constituíam grandes ameaças ao país. Ele atacou o "desregramento sexual dos apologistas de Sodoma de nossos dias", insistiu que esse comportamento era responsável pelas desordens na civilização Ocidental

e fez uma ligação entre homossexualidade e bolchevismo.[3] Em 1937, o líder integralista Gustavo Barroso publicou o livro *Judaísmo, maçonaria e comunismo*, também relacionando subversão à homossexualidade, ampliando os seus ataques ao "marxismo judaico" e argumentando que "a sodomia ou homossexualismo era um hábito atribuído aos judeus e nisso se celebrizaram Sodoma e Gomorra".[4]

Existiam outras influências nessa ideologia que condenava a homossexualidade como imoral e como uma perversão – discursos médico-legais, ideias católicas tradicionais e valores conservadores sobre comportamento de gênero –, mas a visão de que a homossexualidade representava uma ameaça subversiva à sociedade brasileira permeava os escritos dos defensores do golpe de 1964 e do regime militar. É importante enfatizar que a homossexualidade não chegou a ser a razão principal para a detenção, repressão e tortura dos opositores à ditadura. Porém, a ideologia defendida pelos militares constantemente associava, de maneira íntima, a homossexualidade com a subversão e com as ameaças da sociedade brasileira, tendo isso se materializado em políticas de perseguição dirigidas contra os segmentos LGBT.

A *Revista Militar Brasileira*, por exemplo, entusiasta do golpe, publicou artigos lamentando o declínio moral e o perigo da homossexualidade para a sociedade defendida por eles. Em 1968, no artigo "Rumos para a educação da juventude brasileira", o general Moacir Araújo Lopes, membro do conselho editorial da revista, culpou a "infiltração comunista" feito por "pedagogos socialistas-radicais" como a causa do "desastre" cultural, religioso e sexual que a juventude vivia: "realmente, como designar a aceitação do homossexualismo, a vulgarização, entre a mocidade, do uso de entorpecentes e de anticoncepcionais, o enaltecimento do adultério, a aceitação pública da troca de esposas por uma noite, etc., etc., etc."[5] Em 1969, o general Márcio Souza e Melo escreveu que "publicações de caráter licencioso (...) poder[ão] despertar variadas formas de erotismo, particularmente na mocidade, (...) contribuindo para a corrupção da moral e dos costumes, (...) sendo uma componente psicológica da Guerra Revolucionária em curso em nosso País e no Mundo".[5] Já em 1970, na revista *Defesa Nacional*, um autor, que usou um pseudônimo, argumentou que a mídia estava sob a influência da "'menina dos olhos' do PC" e que os filmes e a televisão estavam "mais ou menos apologéticos da homossexualidade".[7] O general Lopes também publicou, na *Defesa Nacional*, um artigo contra "a subversiva filosofia do profeta da juventude" Herbert Marcuse, cuja filosofia promovia "homossexualismo" junto com "exibicionismo, *fellatio* e erotismo anal" e era parte de um plano de "ações no campo moral e político que (...) conduzirão seguramente ao caos, se antes não levassem ao *paraíso comunista*".[8]

As ideias que relacionavam a homossexualidade à subversão tanto influenciavam os participantes dos cursos da Escola Superior de Guerra, um centro ideológico fundamental para o regime militar, quanto informavam a linha política das agências de repressão, desde o Sistema Nacional de Informações (SNI), Destacamento Operações Internas (DOI) – Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) e Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), passando também pelas divisões de censura de televisão, teatro, filmes e imprensa. No final dos anos 1960 e começo dos 1970, os ideólogos ampliaram o raciocínio sobre os perigos da homossexualidade e a associaram a um submundo de degenerados – "pederastas", alcoólatras, prostitutas e outros desviantes e não conformistas – que representavam uma ameaça à segurança nacional. Agentes do SNI e da Polícia Federal incluíam nos seus relatórios sobre subversão detalhes sobre pessoas que relacionavam diretamente o comportamento sexual com o perigo que representavam ao Estado. Detalhavam assim as pessoas vistas como ameaçadoras: "consta ser pederasta", "uns afirmam ser o nominado homossexual", "é elemento homossexual" ou "é elemento homossexual passivo".[9]

Um analista da Escola Superior de Guerra comentou que, na "época contemporânea", a sociedade está ameaçada com "a busca do prazer imediato, o hedonismo coletivo (...), a desagregação familiar (...), a permissividade moral quase sem limites (...), a exacerbação da sexualidade e o quase

incentivo ao homossexualismo". A ideia do incentivo à homossexualidade, especialmente na época da distensão, quando do surgimento de novos movimentos sociais no Brasil, ficou consolidada como uma das ameaças principais caso houvesse uma volta à democracia e refletia como a visão oficial sobre a homossexualidade estava completamente associada com comunismo e subversão.[10]

Quando surgiu o movimento de gays e lésbicas no final dos anos 1970, o SNI imediatamente enxergou uma conspiração entre, por um lado, os novos jornais e grupos e, por outro, o "Movimento Comunista Internacional".[11] Em 1978, por exemplo, um agente do Centro de Informações do Exército (CEI) escreveu: "É notado um esquema de apoio à atividade dos homossexuais. Este apoio é baseado, em sua quase totalidade, em órgãos de imprensa sabidamente controlados por esquerdistas. Aliando-se à [*sic*] este fato a intenção dos homossexuais de se organizarem em movimentos e de 'ocupar um lugar certo – inclusive politicamente –' pode-se estimar alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema".[12] O relatório caracterizou que o *Jornal do Gay* formava "um esquema perfeito, consoante as teses marxistas-leninistas, que visam a derrocada das instituições, não só políticas como sociais, do mundo ocidental"[13] sobre o tema. Para o CIE, o movimento e as suas publicações "promoveram a homossexualidade" para estabelecer "uma imagem socialmente aceita e respeitável"[14] e "encorajamentos aos homossexuais que ainda vivem às escondidas para que assumam a sua condição".[15]

Humberto Simões, da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), argumentava que a publicidade sobre a homossexualidade era "um incentivo muito forte à prática do homossexualismo, sempre lastreado em nome de pessoas que conseguiram celebridade, fama e destaque junto à Sociedade, devido suas atividades profissionais, apesar de serem homossexuais".[16] O "movimento gay" e, particularmente, a sua relação com a esquerda preocupavam os agentes de inteligência do Estado. Em um relatório do CIE de 1978 relacionava-se claramente "o esquema de apoio à atividade de homossexuais" "esquerdistas" na imprensa e o "alto interesse" que "comunistas" tinham em promover esse "proselitismo".[17] Em 1980, há registro de um relato de que organizações comunistas tinham recrutado "homossexuais" e "prostitutas" para seus "núcleos de base" e várias "entidades de homossexuais estariam integradas aos movimentos de subversão, portanto ligadas às diversas organizações clandestinas atuantes no País".[18] É importante enfatizar que as forças de repressão viam a homossexualidade como parte relevante de uma conspiração comunista mais geral de subverter o Brasil. A diferença entre os discursos tradicionais contra a homossexualidade e os discursos dos militares foi a tendência de alegar que a crescente visibilidade e afirmação da homossexualidade, dentro da sociedade brasileira, levava os militares a associar esse processo com o "movimento comunista internacional". Isso justificava a infiltração dentro de vários grupos e a perseguição a novos jornais, como o *Lampião da Esquina*. Também servia de pretexto para a censura arbitrária e a repressão aos gays, lésbicas e travestis.

B) Discriminação e direito ao trabalho

Outro tipo de violência bastante grave cometida contra gays, lésbicas e travestis tinha lugar no mercado de trabalho. Muitas pessoas LGBT perderam seus empregos ou cargos públicos pelo simples fato de terem uma orientação ou práticas sexuais contrárias aos padrões hegemônicos de acordo com a moral conservadora da época.

No que se refere à ação específica da ditadura, merece destaque o episódio de expulsão do Itamaraty de membros da carreira diplomática por sua orientação sexual. Em 1969, 15 foram os diplomatas cassados, sendo que sete deles o foram sob a justificativa explícita de "prática de homossexualis-

mo, incontinência pública escandalosa". Conforme matéria publicada pelo jornal *O Globo*, "em vez de perseguir esquerdistas, como fizeram outros ministérios na época, o Itamaraty mirou nos funcionários cujo comportamento na vida privada afrontaria os 'valores do regime'".

Chegou a ser constituída uma Comissão de Investigação Sumária, criada por Magalhães Pinto, que buscou punir pessoas às quais eram atribuídas "prática de homossexualismo", "incontinência pública escandalosa", "embriaguez", "instabilidade emocional", "uso de entorpecentes", além de funcionários considerados perigosos para a segurança nacional. Mantido em segredo há 40 anos, o relatório da comissão confirma que o ódio contra homossexuais foi o fator mais determinante na escolha dos cassados. Dos 15 pedidos de demissão de diplomatas, sete foram justificados com as seguintes palavras: "Pela prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa".[19]

Nessa linha, vale citar alguns casos específicos. O membro da comissão Antônio Cândido de Câmara Canto escreveu: "Ele é um conhecido ponto de contato para os homossexuais que trabalham no [serviço externo do Brasil] na Europa". Em outro caso, um assistente de chancelaria foi descrito como "homossexual, conhecido no círculo de seus pares como 'Anita'". Em mais um relato de Canto, consta que um diplomata declarara "prostituta". À luz dessas observações, o relatório recomendou o desligamento de pelo menos nove diplomatas por homossexualidade, três por embriaguez pública, três por "insanidade mental" e outro por ter "uma vida irregular e escandalosa, e instabilidade emocional." O documento sugere, ainda, o "exame de cuidado médico e psiquiátrico" a todos os indivíduos considerados suspeitos da prática da homossexualidade". Este relatório revela uma vigilância pessoal e detalhada.[20] Mas, indo além, sua importância reside na forma como articula embriaguez, homossexualidade, insanidade e outras categorias médico-patológicas depreciativas para a compreensão dos desvios ligados à degeneração e a ameaças à segurança nacional e às políticas diplomáticas do Brasil.[21]

O expurgo de 1969 também prejudicou várias carreiras em ascensão. O primeiro-secretário Raul José de Sá Barbosa, que servia na Embaixada do Brasil em Jacarta, recebeu um telegrama com a notícia de sua aposentadoria compulsória. Ele declarou, já recentemente, ao jornal *O Globo*: "Fui vítima de preconceito. Cortaram minha carreira, destruíram minha vida. Minha turma de Rio Branco tinha 15 pessoas. Todos viraram embaixadores, menos eu".[22]

C) Censura[23]

Os preconceitos homofóbicos embutidos na ideologia anticomunista e moralista adotada pelo regime militar infiltravam todos os espaços nos quais o estado de exceção operava. Embora houvesse a censura da imprensa e de outros meios de comunicação e expressão antes do golpe de 1964, a preocupação em "moralizar o país" reforçou a intervenção do Estado no controle da cultura sob diversos aspectos.

Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da "moral e dos bons costumes". Com uma produção literária prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro *Eudemônia*. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade. Os danos financeiros para ela e suas editoras eram enormes, pois as forças da repressão e censura retiravam as suas obras das livrarias e apreendiam os seus livros nas gráficas. Infelizmente, artistas e intelectuais que geralmente se mobilizavam contra os atos arbitrários da

ditadura não chegaram a se solidarizar com Cassandra Rios na sua luta interminável contra a censura, provavelmente por causa do conteúdo das suas obras. Pode-se afirmar que Cassandra Rios foi a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar.

Se livros, jornais, peças de teatro, letras de músicas e filmes sofreram censura durante o regime autoritário, sendo que os autores tinham que driblar representantes do governo que exigiam a eliminação de personagens gays e lésbicas ou cenas, diálogos ou frases "imorais", a televisão talvez tenha sido o alvo prioritário dos guardiões da "moral e dos bons costumes". A expansão dramática das redes de televisão a nível nacional e o seu alcance entre todas as camadas sociais criaram um meio de comunicação que dominava o consumo de cultura no país. O Código Brasileiro de Telecomunicações e a Lei de Imprensa, ambos de 1967, bem como a Lei de Segurança Nacional, de 1969, ofereceram instrumentos formais e legais para controlar o acesso à informação e as possibilidades de moldar o conteúdo de programação dentro dos estreitos parâmetros ideológicos do regime.

Nessa linha, a letra da música "Homossexual", do compositor Luiz Ayrão, foi censurada por funcionária de nome Eugênia com os seguintes dizeres: "Não aprovo, pois a propaganda do homossexualismo é proibida pela Lei Censória". Essa observação contou com respaldo de outros dois funcionários que vistaram e concordaram apondo um "de acôrdo *(sic)*" no despacho, que foi proferido em 11 de abril de 1972.[24]

É importante enfatizar que a visão moralista das censuras tinha um apoio de parte significativa da sociedade civil – e não vinha somente das senhoras religiosas que se mobilizaram em marchas a favor do golpe em 1964. Os "defensores da civilização cristã" apelavam para a Divisão de Censura de Diversões Públicas para proibir material por eles considerado imoral, como mostra o historiador Carlos Fico no seu trabalho sobre o tema.[25] Nesse sentido, houve uma dinâmica na qual o ministro da Justiça Armando Falcão exigia "ação mais enérgica" contra tudo e todos "que [a seus olhos] ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira [;] contra os que desejam promover a subversão social, por meio de impactos negativos lançados na mente da juventude".[26] Ao mesmo tempo, os funcionários que trabalhavam na Censura de Diversões Públicas se encarregavam espontânea e diligentemente de zelar para que nada sequer parecesse desrespeitar símbolos da religião e dos valores hegemônicos, internalizando essa dinâmica de controle ideológico e consagrando a lógica repressiva em uma cultura política disseminada nesses espaços.[27]

Talvez o exemplo mais emblemático das campanhas contra a homossexualidade na televisão tenham sido as medidas tomadas em 1972 para retirar várias figuras famosas e efeminadas dos programas de auditório, onde elas participavam como membros dos júris. Os trejeitos femininos e exagerados de Clóvis Bornay, um candidato conhecido nos concursos de fantasias de Carnaval no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e de Denner Pamplona Abreu e Clodovil Hernandez, costureiros de mulheres da elite, serviam para provocar humor e gozações entre o público, sendo parte importante da popularidade desses programas. Os críticos a sua presença na televisão insistiam que "Denner é a negação da masculinidade, sem firmeza de caráter, cuja presença na televisão prejudica a formação da juventude".[28] Para um jornalista da revista *Veja*, que escreveu sobre as expulsões dos programas de televisão pela pressão da censura, "os exageros e o deslumbramento típicos da classe começaram a dar a uma parte do público a impressão de que um lépido e perigoso exército estava tomando conta da TV".[29] Mesmo não sendo opositores públicos do regime militar, eles eram vítimas das campanhas contra a homossexualidade e, especialmente, contra as representações de comportamentos que fugiam das noções tradicionais de gênero.

Se, durante o governo Médici, os meios de comunicação sofreram forte pressão da censura, também na distensão e na abertura dos governos de Geisel e Figueiredo a censura seguia perseguindo as pessoas que ofereciam uma visão mais tolerante da homossexualidade ou que, ao menos, não a

ligavam com opiniões depreciativas. Celso Curi, jornalista do jornal *Última Hora*, de São Paulo, que publicou "A coluna do meio" entre fevereiro 1976 e novembro de 1977, dirigida ao leitores gays, foi processado por "promover a licença de costumes e o homossexualismo especificamente". Na denúncia que a Promotoria Pública ofereceu ao juiz de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo, o Estado alegou que "o homossexualismo é claramente exaltado, defendendo-se abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo, chegando inclusive a promovê-las através da seção Correio Elegante", que funcionava para ajudar jovens a se conhecerem.[30] Infelizmente, como no caso de Cassandra Rios, os setores mais amplos de oposição à ditadura não se mobilizaram na defesa de Curi e ele só foi absolvido em março de 1979.

Enquanto Curi respondia a um processo em São Paulo, inquérito criminal foi instaurado, também em São Paulo, no ano de 1978, contra os 11 jornalistas da revista *IstoÉ* responsáveis pela matéria "O poder homossexual", sob a acusação de "fazer apologia malsã do homossexualismo". No mesmo ano e na mesma cidade, outro inquérito criminal foi instaurado contra os jornalistas da revista *Interview* por matéria de conteúdo homossexual.[31]

As ameaças recorrentes do Estado contra conteúdos jornalísticos que retratavam a homossexualidade positivamente ou de forma não pejorativa não tiveram o condão de impedir a fundação do jornal *Lampião da Esquina*, cujo número 0 (zero) foi lançado em abril de 1978 precisamente com o caso de Celso Curi na capa. Primeiro jornal que defendia abertamente os direitos dos homossexuais, o *Lampião* imediatamente incentivou a formação do primeiro grupo de ativistas no país, que adotou o nome SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual. Os agentes da repressão acompanharam de perto tanto o impacto do jornal Lampião quanto o emergente movimento e, como citamos anteriormente, um agente do CIE escreveu sobre a imprensa que "pode-se estimar alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema [da homossexualidade]".

Dada a repressão contra jornalistas da grande imprensa, não houve grandes surpresas quando os editores do jornal *Lampião* – jornalistas, escritores, professores e artistas – começaram a sofrer pressões e assédios. Em agosto de 1978, o jornal foi alvo de inquérito policial que durou 12 meses, com a ameaça de serem enquadrados na Lei de Imprensa, segundo a qual eles poderiam receber até um ano de prisão por atentar contra a "moral e os bons costumes". No dia 2 de abril de 1979, cinco editores compareceram à sede da Polícia Federal do Rio de Janeiro para serem indiciados criminalmente. No segundo semestre desse mesmo ano, os editores de São Paulo também foram indiciados criminalmente e, na mesma época, várias bancas de jornal em diferentes cidades do país foram vítimas de bombas da grupos direitistas que deixaram panfletos anônimos exigindo que os jornais alternativos ou revistas pornográficas, entre os quais o jornal *Lampião*, parassem de ser vendidos. O processo foi posteriormente arquivado por sentença do juiz da Vara Federal da Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, porém a tentativa de silenciar uma voz nacional importante do incipiente movimento homossexual afetou o funcionamento do jornal e foi um dos fatores que levaram os editores a fecharem o periódico em 1981.

Hoje em dia, com a ausência de censura do Estado sobre a imprensa e a internet, que oferece uma variedade de fontes de informação ao público, é difícil entender o significado e os efeitos da censura nas vidas de jovens gays e lésbicas, que viviam a experiência política de uma ditadura e que, pessoalmente, estavam descobrindo a sua sexualidade. No entanto, a falta de modelos positivos na mídia para contrapor os preconceitos e os estereótipos tradicionais foi um legado da ditadura para a homolesbotransfobia ainda atual em nosso país. Justamente quando na Europa e nos Estados Unidos novos discursos e imagens da homossexualidade circulavam e também quando movimentos surgiram para contestar conceitos conservadores – para não dizer reacionários – sobre gênero e sexualidade, a censura bloqueava o acesso do público brasileiro a essas novas ideias. Os precursores

desse movimento, que tinham a coragem de enfrentar a ideologia homofóbica da ditadura, tinham de encarar o aparelho do Estado consolidado por meio da censura e do sistema de justiça, criminalizando desejos, perspectivas e opiniões sobre a homossexualidade. Quantos jovens se mataram por não ter entendido a sua sexualidade e por não terem tido acesso a informações sobre essa questão? É uma pergunta de difícil resposta, mas resta claro que a censura serviu como instrumento para a prática de violações de direitos humanos durante a ditadura militar.

D) Violências do Estado ditatorial contra os segmentos LGBT

Durante todo o período da ditadura, as políticas de controle social e de repressão política adotaram, em muitos casos, um viés conservador em termos morais. O padrão de policiamento que ocorreu no centro da cidade de São Paulo entre 1976 e 1982 é exemplar do ponto de vista de como operou a repressão a setores LGBT. As polícias civis e militares estruturaram-se para tais operações, com respaldo da Secretaria de Segurança Pública sob comando do coronel Erasmo Dias. Além disso, o delegado Guido Fonseca elaborou estudos criminológicos de centenas de travestis, recomendando a contravenção penal de vadiagem como instrumento para o combate à homossexualidade. Ainda, durante o governo de Paulo Maluf (1979-1982), rondas de policiamento ostensivo intensificaram-se na área central da cidade, região sob o comando do delegado José Wilson Richetti,[32] perseguindo claramente grupos vulneráveis e estigmatizados.

Em 1º de abril de 1980, *O Estado de S. Paulo* publicou matéria intitulada "Polícia já tem plano conjunto contra travestis", no qual registra a proposta das polícias civil e militar de "tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato os travestis, em São Paulo".[33]

A matéria cita uma fala de Paulo Boncristiano, delegado seccional sul de polícia à época, para quem "estão dando excessiva liberdade a estes homossexuais que tomaram conta das ruas importantes da Capital e de bairros estritamente residenciais".

Ele e o coronel da PM Sidney Gimenez Palácios traçaram juntos esse "esquema de prevenção" após ficarem "impressionados com as reportagens publicadas pelo *O Estado* sobre o perigo que representam os travestis nas ruas da cidade".

A cobrança de medidas mais enérgicas da imprensa em relação às polícias gerou resultados e a repressão se intensificou a partir de junho de 1980, diante da visita iminente do Papa João Paulo II à cidade de São Paulo. As polícias paulistas conjugam esforços na formulação e execução da política "Limpeza", posteriormente conhecida como "Rondão".

Essas "rondas" comandadas por José Wilson Richetti, chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro desde maio de 1980, tinham por objetivo "limpar" a área central da presença de prostitutas, travestis e homossexuais.[34] O método utilizado pelas forças de segurança era realizar batidas policiais em locais frequentados pelas pessoas LGBT, especialmente as travestis, que eram levadas "para averiguação" às dependências policiais, tendo por fundamentos legais a contravenção penal de vadiagem e a prisão cautelar prevista no Código de Processo Penal de 1941, então em vigor. Segundo consta de declaração do delegado à imprensa, de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia para delegacias.[35]

Em outra matéria de jornal, Richetti afirma que o "lenocínio é um crime social, é um crime contra os costumes. Precisamos tirar das ruas os pederastas, os maconheiros, as prostitutas". E com-

plementa: "Em 1970, não havia travestis e as prostitutas não roubavam como fazem hoje. Perdemos a cidade para eles. Qual é a família que se atreve a sair no centro da cidade à noite? No Largo do Arouche, os travestis param os carros e sentam no capô. É possível uma coisa dessas".[36]

No dia 31 de maio, dois dias após o diretor do Degran, Rubens Liberatori, anunciar a extensão das rondas para toda a cidade, a Secretaria de Segurança Pública do Estado publicou nota oficial sobre as operações de rondão do delegado Richetti: "O Delegado de Polícia José Wilson Richetti é o comandante e chefe de uma guerra sem quartel em toda a área central da cidade, não esperando a queixa que o cidadão possa apresentar, mas indo nos locais suspeitos ou sabidamente condenáveis, para conduzir, a qualquer um dos oito distritos policiais que integram a Seccional Centro, o explorador de lenocínio, o rufião, o travesti, o traficante de tóxicos, o assaltante, o "trombada" ou a prostituta que acintosamente realiza o seu comércio nas vias públicas".[37] A nota tem o caráter de legitimar a autoridade do delegado de polícia perante a população e informar que os rondões são uma política de segurança oficial do Estado.

Mas essas iniciativas repressivas geraram indignação em diversos setores. A advogada Alice Soares, do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi uma pessoa fundamental na defesa das prostitutas e travestis perseguidas ao oferecer gratuitamente serviços de assistência judiciária. A Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de São Paulo, conforme matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, formou uma comissão de conselheiros para elaborar nota de repúdio "às violências policiais praticadas sob comando do delegado Wilson Richetti, sob pretexto de 'limpar' as áreas centrais da cidade de São Paulo".[38]

Na mesma linha, a capa do jornal *O Lampião da Esquina*, em sua edição 21, publicada em fevereiro de 1980, aborda o tema da prisão cautelar que já vinha sendo largamente utilizada como instrumento para perseguição e encarceramento desses grupos vulneráveis. Na matéria, o jornalista João Carlos Rodrigues afirma que "a prisão por 'suspeita' atinge diretamente os homossexuais e outras minorias, como os negros, por exemplo" (p. 8).

O mesmo jornal *Lampião* traz, em sua edição de julho de 1980, textos com denúncias sobre a repressão de Richetti. Vale ainda destacar dois pronunciamentos de parlamentares em repúdio às violências policiais: o do deputado estadual Fernando Morais, em discurso proferido na 65ª sessão ordinária de 12 de junho de 1980, e o do deputado estadual Eduardo Suplicy, em discurso proferido na 77ª sessão ordinária do dia 30 de junho de 1980.

A capa do jornal *Folha de S.Paulo* do dia 6 de junho noticia a organização de uma manifestação de prostitutas e travestis contra os rondões do delegado Richetti, que aconteceria no dia seguinte, na praça Júlio de Mesquita, às 10 horas da manhã. Segundo a reportagem, estava prevista a queima de um boneco de três metros de altura representando o delegado Richetti. Depois de uma reunião com Rubens Liberatori, o delegado declarou ao jornal: "Vou fazer de conta que não é comigo. Nem vou ficar na cidade. Vou considerar isso uma brincadeira. Estou limpando a cidade com as prisões de prostitutas e travestis e vou continuar fazendo isso. Que protestem e me queimem em praça pública. Não vai adiantar nada."[39]

A repressão de Richetti contribuiu para a unificação dos movimentos sociais que emergiam com mais força nesse momento de abertura política: estudantil, feminista, LGBT e negro. Todos convocaram um ato público contra a violência policial para o dia 13 de junho, na frente do Teatro Municipal. Em carta aberta à população, 13 entidades pediam a destituição de Richetti do comando da Delegacia Seccional. Ele e o secretário de Segurança Pública Octavio Gonzaga Junior foram convidados a prestar esclarecimentos aos deputados na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Mesmo com toda essa reação, deve-se notar que, já em 1989, o deputado estadual Afanásio Jazadji encaminhou o Projeto de Lei nº 368 visando dar a denominação de "Dr. José Wilson Richetti" à Delegacia Seccional de Polícia Centro, do departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo. Essa homenagem ao delegado Richetti foi aprovada e convertida na Lei nº 7.076, de 30 de abril de 1991, que deve ser revogada.

Vale destacar, ainda, outro episódio de violência policial contra as travestis perpetrada pelo delegado Guido Fonseca. É verdade que desde 1976 as travestis já eram alvos privilegiados do policiamento ostensivo na cidade de São Paulo. A Portaria 390/76, da Delegacia Seccional Centro, autorizava a prisão de travestis da região central da cidade para averiguações.

Segundo essa mesma portaria, o cadastro policial das travestis "deverá ser ilustrado com fotos dos pervertidos, para que os juízes possam avaliar seu grau de periculosidade", dando às imagens importância fundamental no inquérito policial.

A partir dos Termos de Declarações colhidos das travestis com informações sobre profissão, ganho mensal, gastos com hormônios e aluguel, além das imagens já referidas, Guido Fonseca fez uma série de estudos criminológicos com esse segmento que ele caracteriza como perversão.[40]

Entre 14 de dezembro de 1976 e 21 de julho de 1977, 460 travestis foram sindicadas para o estudo, sendo lavrados 62 flagrantes. O resultado mostra que 398 travestis foram importunadas com interrogatório sem serem "vadios", tendo sido obrigadas a demonstrar comprovação de trabalho com mais exigências que o restante da população, já que a Portaria 390/1976 da Delegacia Seccional Centro estabelecia que travestis deveriam apresentar RG e carteira de trabalho acompanhada de xerocópia, sendo esta última encaminhada pela autoridade seccional para arquivo destinado somente às travestis. Se não tivessem os documentos referidos, as travestis eram encaminhadas ao distrito policial para lavratura do respectivo inquérito por vadiagem.

As lésbicas também foram alvos das ações repressivas do Estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares. O jornal *Lampião da Esquina* chegou a publicar informações sobre as operações do delegado Richetti nos bares Ferros, Bixiguinha e Cachação. A chamada Operação Sapatão, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento: "você é sapatão". As lésbicas detidas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas.

Merece ainda destaque um episódio peculiar envolvendo o Ferro's Bar, na rua Martinho Prado, que ficou conhecido como o "pequeno Stonewall brasileiro", em referência à histórica rebelião de homossexuais ocorrida nos EUA em 1969.

Esse bar sempre foi muito frequentado pelo público lésbico à noite, sendo que ali também os grupos de militância atuavam: discutiam, vendiam os boletins *ChanacomChana*, divulgavam eventos etc. Apesar da má vontade do dono do bar em receber esse público, era um reduto das lésbicas na noite paulista.

Na noite do sábado 23 de julho de 1983, algumas ativistas estavam vendendo o *ChanacomChana* dentro do Ferro's e, em certo momento, o proprietário, os seguranças e o porteiro quiseram expulsá-las à força. Disseram que elas estavam proibidas de entrar ali e vender os boletins. Graças à resistência das presentes, as militantes puderem permanecer ali. Mas, nos dois meses que se seguiram, enfrentaram resistência e ameaça por parte do porteiro, que tentava retirá-las dali. Assim, as lésbicas decidiram pela retomada do Ferro's Bar e marcaram essa ação política para a noite de 19 de agosto do mesmo ano. Para tanto, articularam-se com a imprensa, ativistas gays e lésbicas, feministas, ativistas dos direitos humanos e com a vereadora Irede Cardoso, os deputados Ruth Escobar e Eduardo Suplicy, sob organização da militante lésbica Rosely Roth.

E) Recomendações

- Criminalização da homolesbotransfobia.

- Aprovação de lei garantindo a livre identidade de gênero.

- Construção de lugares de memória dos segmentos LGBT ligados à repressão e à resistência durante a ditadura (ex. Delegacia Seccional do Centro na rua Aurora, Departamento Jurídico XI de Agosto, Teatro Ruth Escobar, Presídio do Hipódromo; Ferro`s Bar; escadaria do Teatro, Municipal etc.).

- Pedidos de desculpas oficiais do Estado pelas violências, cassações e expurgos cometidos contra homossexuais em ato público construído junto ao movimento LGBT.

- Reparação às pessoas LGBT perseguidas e prejudicadas pelas violências do Estado.

- Convocação dos agentes públicos mencionados para prestarem esclarecimentos sobre os fatos narrados no presente relatório.

- Revogação da denominação de "Dr. José Wilson Richetti" dada à Delegacia Seccional de Polícia Centro, do departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo pela Lei 7.076 de 30 de abril de 1991.

1 – Este texto foi baseado em diversos trabalhos inéditos publicados no livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* organizado por James N. Green e Renan Quinalha. São Paulo: EdUFSCar, 2014, p. 332.

2 – Seção do relatório derivada do capítulo "Um perigo cor-de-rosa: homossexualidade, ideologia e 'subversão' no regime militar", por Benjamin Cowan, que será publicado em 2015 na coletânea *Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade*, organizada por James N. Green e Renan H. Quinalha.

3 – FARIA, Octávio de. *Maquiavel e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. pp. 19, 40, 41 e 105.

4 – BARROSA, Gustavo. *Judaísmo, maçonaria e comunismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

5 – LOPES, Moacir de Araújo. "Rumos para a educação da juventude brasileira", *Revista Militar Brasileira* 89, nº 3, pp. 54-55, 1968.

6 – Humberto Souza Mello para Luiz Antônio da Gama e Silva (7/6/1969), AN/Coreg, Fundo CGI-PM, BR-DFANBS-B-AAJ-IPM-0329.

7 – Ararigboia. "Os Filmes 4R", *Defesa Nacional* nº 632, pp. 75-94, julho-agosto de 1970.

8 – LOPES, Moacir de Araújo. "Liberdade e democracia", *Defesa Nacional* nº 622, pp. 5-6, 1968.

9 – Serviço Nacional de Informações, Agência Niterói, "[Nome do suspeito]" (24/7/1971), AN/Coreg, Fundo SNIG, A0379980-1971; Serviço Nacional de Informações, Agência de Salvador, "Informe nº 0011/116/ASV/79" (22/5/1979), AN/Coreg, Fundo SNIG P0001211-1979; Brigadeiro General Dióscoro Gonçalvez Vaz, "Atividades de [Miguel Santana Xavier] e outros (6/12/1966)", Arquivo Público Mineiro, Arquivos da Polícia Política, Documentos Públicos do DOPS, Pasta 0064, Reel 006, 51; Centro de Informações da Aeronáutica, "[Miguel Santana Xavier]", (8/6/1966), AN/Coreg BR-AN-BSB-VAZ-096-0203.; SNI: "[Antônio Batista Souza]."

10 – Paulo Cavalcanti da Costa Moura, "Características da época contemporânea" (discurso na Escola Superior de Guerra, Urca, 30/8/1979), Escola Superior de Guerra, Biblioteca General Cordeiro de Farias T230-79, 8.

11 – Veja, por exemplo: Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, "MCI, tóxico e subversão" (25/1/1973), AN/Coreg, Fundo PF, Caixa 04-B, DPF 04-B-0168-0176.

12 – Centro de Informações do Exército, "Revista IstoÉ – Apologia ao homossexualismo" (11/1/1978), AN/Coreg, Fundo DSI/MJ, BR-AN-RIO-TT-MCP-PRO-1135, 4.

13 – Ministério da Justiça, Divisão de Segurança e Informações, "Jornalismo a serviço dos homossexuais – 'Imprensa gay'", (9/6/1978), AN/Coreg, Fundo DSI/MJ, BR-AN-RIO-TT-MCP-PRO-1135.

14 – SNI: Agência Salvador, "Promoção de homossexualismo na imprensa e TV" (13/4/1972), AN/Coreg, Fundo SNIG, AC-ACE-4617-72.

15 – Centro de Informações do Exército, "Revista IstoÉ – apologia ao homossexualismo".

16 – Humberto Ruy de Azevedo Simões para Moacyr Coelho (20/5/1978) AN/Coreg, Fundo DSI/MJ, BR-AN-RIO-TT-

-MCP-PRO-1135; Moacyr Coelho para Superintendente Regional do DPF Rio de Janeiro (4/7/1978), AN/Coreg, Fundo DSI/MJ, BR-AN-RIO-TT-MCP-PRO-1135.

17 – Centro de Informações do Exército, "Revista IstoÉ – apologia ao homossexualismo", p. 4.

18 – Departamento de Polícia Federal/São Paulo), "Organizações clandestinas," (30/9/1980), AN/Coreg, Fundo PF, DPF 46-A-0001-0056 (CX 46-A).

19 – FRANCO, Bernardo Mello. "Repressão no Itamaraty: os tempos do AI-5", *O Globo*, 28/6/2009.

20 – Délcio Monteiro de Lima diminui esses expurgos alegando que seriam relativamente mínimos e se aplicariam apenas aos "funcionários de nível menor, sem proteção política". Lima, contudo, reconhece que as ordens para essas perseguições vinham de cima, do presidente Costa e Silva, pessoalmente. LIMA, Délcio Monteiro de. *Os homoeróticos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. pp. 59-61 e pp. 105-106.

21 – SNI: "Memorando N° 821/S1-Gab" (2/5/1973), AN/Coreg, Fundo SNIG, A0659356-1973.

22 – FRANCO, Bernardo Mello. "Repressão no Itamaraty: os tempos do AI-5", *O Globo*, 28/6/2009.

23 – O conteúdo desta seção é baseado em três capítulos do livro *Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade*, organizado por James N. Green e Renan H. Quinalha, a ser publicado em 2015: "Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura", por Jorge Caê Rodrigues; "Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e a invisibilidade", por Marisa Fernandes; e "De Denner a Chrysóstomo: as homossexualidades na ditadura – 1972 a 1983", por Rita de Cassia Colaço Rodrigues.

24 – Arquivo Nacional, Serviço de Censura de Diversões Públicas, TN 2.3.12583.

25 – FICO, Carlos. "Prezada censura: cartas ao regime militar", Topoi – *Revista de História*, Rio de Janeiro, UFRJ. nº 5, pp. 251-286, setembro de 2002.

26 – Ofício nº 493/76 do DCDP-BSB, de 29/6/1976, ao Ministro da Justiça, GEDM, 89. (http://www.gedem,ifcs.ufrj.br/upload/documentos/89.pdf).

27 – Por exemplo, Memo nº 37-SCDP-SE, de 24/9/1976, GEDM 89.

28 – *Jornal de Minas*, 26/4/1972, p. 11.

29 – "Veto ao trejeito", *Veja*, 26/4/1972, p. 80.

30 – TREVISAN, João Silvério. "Demissão, processo, perseguições: mas qual é o crime de Celso Curi?", *Lampião da Esquina*, nº 0, pp. 6-8, abril de 1978.

31 – CONSELHO EDITORIAL. "Sinal de alerta", *Lampião da Esquina*, nº 5, p. 16, outubro de 1978.

32 – Seção do relatório derivada dos capítulos "As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976 – 1982)", por Rafael Freitas; "Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969)", de Luiz Morando; e "Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e a invisibilidade", por Marisa Fernandes, que serão publicados na coletânea *Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade*, organizada por James N. Green e Renan H. Quinalha em 2015.

33 – O *Estado de S. Paulo*, p. 20.

34 – Dois dias depois de sua posse, em 22 de maio, é anunciada a Operação Cidade, a primeira grande operação de rondão com o objetivo de limpar a cidade anunciada por Richetti, composta por 20 delegados e 100 investigadores que atuavam 24 horas por dia. Tal operação durou somente um dia e teve como resultado 172 pessoas presas, segundo o delegado Richetti "homossexuais, prostitutas, travestis e um indivíduo com posse ilegal de arma".

35 – "Sociólogo detido por 'ronda' de Richetti fica preso três dias", *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, p. 14, 10/6/1980.

36 – "Delegado quer 'botar pra quebrar'", *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, p. 11, 27/5/1980.

37 – *Folha de S.Paulo,* p. 12, 31/5/1980.

38 – "Documento da OAB critica Richetti", *Folha de S.Paulo*, p. 12, 13/6/1980.

39 – *Folha de S.Paulo*, p. 8, 6/6/1980.

40 – FONSECA, Guido. *Relatórios da Polícia Civil*. São Paulo: Tomo XXX, 1977.

TEXTO

8

CIVIS QUE COLABORARAM COM A DITADURA

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Rosa Maria Cardoso da Cunha. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas pelos pesquisadores Demian Bezerra de Melo, Renato Lemos, Marcos Arruda, Luiz Mário Behnken, Elaine Bortone, Pedro Campos, João Roberto Lopes, Martina Spohr, Rejane Hoeveler, Marco Pestana e João Braga Arêas, como parte das atividades do Grupo de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade sobre o Estado Ditatorial-Militar.

Em 1964, o Brasil era um país relativamente industrializado e que vivia uma etapa decisiva de sua urbanização. Era, portanto, uma sociedade com notável grau de complexidade e diversificação. Uma ditadura de mais de duas décadas não poderia ter se sustentado sem o apoio de parcelas importantes da sociedade brasileira, além dos próprios militares. A participação de setores civis no golpe de Estado de 1964, na efetivação do regime autoritário e posteriormente na montagem da própria estrutura da repressão é uma dimensão crucial daquele processo histórico. Entendemos, assim, que a ditadura não foi um fenômeno exclusivamente militar, embora as Forças Armadas tenham assumido posição frontal naquele regime.

Em relação ao golpe, sabe-se que governadores de alguns dos mais importantes estados da federação deram suporte à deposição do governo João Goulart, como Carlos Lacerda, na Guanabara; Ademar de Barros, em São Paulo; Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul; e Mauro Borges, em Goiás. Setores expressivos da Igreja católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), bem como outras entidades que notoriamente contribuíram para o restabelecimento das liberdades democráticas, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), chancelaram a deposição do presidente João Goulart.

Ao longo da ditadura militar, civis ocuparam posições relevantes na condição de ministros de Estado e na administração de empresas estatais, obtendo benefícios com o poder militar ou auferindo contrapartidas financeiras. Entre esses civis, destacam-se não só os dos diversificados setores que apoiaram o regime, mas principalmente aqueles que estiveram em posições relevantes e com poder decisório, financiaram a estrutura da repressão e se beneficiaram com a ordem autoritária. Em primeiro lugar, observa-se a participação direta de civis na preparação e execução do golpe.

A) O lado civil do golpe de 1964

O movimento militar que depôs João Goulart iniciou-se com um deslocamento de tropas lideradas pelo general Olympio Mourão Filho, de Juiz de Fora para o então estado da Guanabara, pois, embora a capital da República já tivesse sido transferida para Brasília, em 1960, ainda estava no Rio de Janeiro a maior parte das estruturas administrativas federais, os ministérios, as sedes das representações diplomáticas e, principalmente, uma das residências oficiais da presidência da República, o Palácio das Laranjeiras. O movimento militar desencadeado pelo general Mourão foi apoiado pela iniciativa do governador Magalhães Pinto, da União Democrática Nacional (UDN), e fazia parte de uma articulação de caráter nacional entre elites civis e militares.[1]

Magalhães Pinto havia tomado uma série de iniciativas que pretendiam construir uma espécie de governo alternativo, como a nomeação de três secretários sem pasta, respectivamente, José Maria

de Alckimin, Milton Campos e Afonso Arinos de Melo Franco, além da mobilização da Polícia Militar mineira para a ocupação de áreas estratégicas do estado. Como explicou o próprio Afonso Arinos em suas memórias, publicadas um ano depois:

> [...] em fins de março, Magalhães enviou ao Rio Osvaldo Pierrucetti, em avião especial, para buscar-me. Eu seria nomeado secretário do governo, com o fim especial de obter, no exterior, o reconhecimento do estado de beligerância, caso a revolução se transformasse em guerra civil demorada, como justificadamente receávamos.[2]

O governador mineiro havia garantido ao general Carlos Luís Guedes, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Belo Horizonte, o efetivo de 13 mil homens da Polícia Militar para efetuar o levante armado. Por sua vez, como deixou claro no trecho transcrito acima, por meio do acordo a ser firmado entre ele, Afonso Arinos de Melo Franco, e agentes do governo estadunidense, especialmente o embaixador Lincoln Gordon, o governo mineiro pretendia declarar-se em "estado de beligerância". Isso para que, diante da resistência legalista de João Goulart a partir do Rio Grande do Sul, o movimento sedicioso pudesse receber ajuda de potências estrangeiras. Seria a senha para que os Estados Unidos interviessem no Brasil, colocando em curso o plano de contingência elaborado pela inteligência estadunidense no final do ano de 1963, do qual uma parte recebeu o nome de Operação Brother Sam, hipótese não efetivada em razão da decisão do presidente Goulart de não resistir ao golpe.

O conhecimento sobre a Operação Brother Sam, revelado em muitos detalhes em 1970,[3] evidencia-nos a existência de uma conspiração, em que elites econômicas, políticas e militares brasileiras aceitariam a hipótese de intervenção armada de uma potência estrangeira em território nacional. Sabe-se hoje que ela era só uma parte de esquema mais amplo de ingerência do governo estadunidense no processo político brasileiro, que começou muito antes do contexto de março de 1964.[4] Vejamos alguns de seus detalhes.

Por intermédio do general de brigada José Pinheiro de Ulhôa Cintra, em contato com o adido militar estadunidense coronel Vernon Walters, com destino aos portos de Recife e Santos, no dia 31 de março de 1964, foram enviados para o Brasil os seguintes equipamentos: navios-tanque da Marinha dos EUA levando gasolina e óleo, um porta-aviões, quatro destróieres, duas escoltas de destróieres e navios-tanque de força-tarefa, 110 toneladas de munição, armas leves e outros equipamentos, incluindo gás lacrimogêneo para a contenção e o controle de multidões, dez aviões cargueiros, seis aviões-tanque e seis caças.[5] Os conspiradores brasileiros e seus aliados estrangeiros acreditavam que o golpe desencadearia enorme resistência do governo e de sua base de apoio, que poderia se estender por mais de um mês, configurando uma situação de guerra civil. Por isso, além do mencionado operativo, o plano também previa o desembarque de tropas estadunidenses no solo brasileiro. Embora a intervenção estrangeira não tenha sido desencadeada, em razão da decisão do presidente João Goulart de não resistir, a notícia sobre o deslocamento da Quarta Frota do Caribe para a costa brasileira deu segurança aos que perpetraram o golpe de Estado.

A participação de uma potência estrangeira na crise do governo Goulart, a despeito de não haver acontecido de forma espetacular, com uma intervenção militar, ocorreu efetivamente, pois a presença militar de uma grande potência na costa brasileira fez parte do cálculo político do presidente deposto, em sua decisão de não resistir. O desfecho da crise política que culminou na deposição de um governo constitucional não resultou, entretanto, de uma mera interferência estrangeira. Os vetores mais relevantes desse processo estavam situados no interior da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que o golpe de Estado de 1964 foi chancelado por outras instituições da República, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, a partir de episódios que nos obrigam a retomar o exame daqueles acontecimentos. No dia 31 de março de 1964, enquanto já era pública a notícia do deslocamento das tropas de Minas Gerais para a Guanabara, no Palácio das Laranjeiras, o presidente João Goulart recebeu a visita de seu ex-chanceler e ministro San Tiago Dantas, que o informou sobre o apoio norte-americano ao movimento que visava à sua deposição. Goulart recebeu a mesma informação do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que o visitou também naquele dia. Recebeu, ainda, o telefonema do comandante do II Exército, general Amaury Kruel, que deixou claro seu apoio ao movimento sedicioso e que não estava disposto a comandar o bloqueio das tropas que marchavam para a Guanabara.

Ciente de sua precária segurança, no dia 1º de abril, o presidente João Goulart dirigiu-se para a capital da República, Brasília, e, após um diálogo com membros de seu governo, decidiu rumar para Porto Alegre, onde pretendia estabelecer a resistência com o apoio das tropas do III Exército, comandadas, desde a véspera, pelo general Ladário Telles. Ainda em Brasília, havia orientado seus correligionários, Darcy Ribeiro e Tancredo Neves, a enviar uma carta ao Congresso Nacional esclarecendo sua ida ao Rio Grande do Sul. Desprezando, contudo, a mensagem presidencial, o então presidente do Senado, o pessedista Auro de Moura Andrade, decidiu declarar a vacância da presidência da República, alegando que o presidente Goulart havia abandonado o território nacional, o que, definitivamente, não correspondia à verdade.

Com aquele gesto, o presidente do Senado dava mais um passo na concretização do golpe de Estado, que, por sua vez, seria chancelado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual, em uma sessão burlesca, realizada às 3 horas da manhã do dia 2 de abril, deu posse ao presidente do Congresso Nacional, deputado Ranieri Mazzilli. Desse modo, romperam com a legalidade constitucional não só a parcela da oficialidade militar envolvida no movimento sedicioso, como também outras instituições que deveriam resguardar o Estado democrático de direito. Nenhuma dessas ações pode ser entendida como resultante de uma percepção confusa dos acontecimentos pelos representantes do povo no Congresso ou pelos magistrados do Supremo, mas como resultado de diretrizes planejadas por aqueles atores mediante uma ação orquestrada.

Conforme se apurou, na conspiração que culminou na deposição do presidente João Goulart, o papel do grande setor privado nacional e estrangeiro foi decisivo, por meio da mobilização das associações de classe há muito existentes e das novas entidades da sociedade civil, criadas naquele contexto. Entre as últimas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), de forma articulada, conformaram a iniciativa mais importante de associativismo, visando à subversão da ordem republicana e à elaboração das diretrizes seguidas pelo novo regime implantado no país a partir de abril de 1964. A associação que o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss[6] chamou de "complexo IPES/IBAD" foi muito mais do que um mero dispositivo conspiratório, constituindo-se em um espaço de elaboração de um projeto modernizante conservador realizado pela ditadura que se seguiu.[7]

1. O dispositivo político-empresarial-militar

Fundado em 29 de novembro de 1961, portanto, logo após a posse de João Goulart na presidência da República, o IPES resultou de uma interação entre empresários e tecnoempresários, políticos conservadores e membros da alta hierarquia das Forças Armadas e se destinou a elaborar

uma agenda de mudanças estruturais que pudessem dinamizar o capitalismo brasileiro a partir de uma transformação no regime político. Para isso, em suas primeiras ações, o IPES organizou uma campanha de desestabilização do governo, a partir da produção de uma campanha publicitária que buscava apresentar o cenário político brasileiro como catastrófico, com o próprio presidente da República sendo constantemente acusado de estar interessado em "implantar uma ditadura". Era a tese de que Goulart queria implantar uma "República sindicalista", inspirada no regime argentino do coronel Juan Domingo Perón, acusação que não possui qualquer comprovação empírica.

O IPES apresentava-se como uma "sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuitos educacionais, sociológico e cívico", preocupado com o crescimento demográfico do país, com a sociedade e com a democracia, consistindo sua ação em estudar os problemas brasileiros e apresentar soluções, do ponto de vista liberal.[8] Na verdade, o IPES seria o "ovo da serpente" do golpe de 1964, sendo capaz de produzir uma notável campanha, que integrou importantes órgãos da imprensa e do entretenimento, produziu peças de teatro, programas de rádio e de TV, livros e, principalmente, 14 filmes curta-metragem que foram exaustivamente veiculados nas favelas, em sindicatos, universidades e empresas, durante os horários de almoço, em pracinhas das cidades do interior, clubes e nos cinemas da rede do empresário Severiano Ribeiro, antes da exibição dos filmes principais.[9]

Ao mesmo tempo, o IPES constituiu-se como centro conspiratório, em que se articularam a ala das Forças Armadas – identificada com a experiência de socialização na Escola Superior de Guerra (ESG),[10] centro de difusão da doutrina de segurança nacional – e outros núcleos de civis que, além de empresários, incorporaram executivos, jornalistas, advogados e outros profissionais liberais.[11] Entre as figuras-chave do meio militar no IPES, destacaram-se os generais Golbery do Couto e Silva, Jurandir Bizarria Mamede, Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Ademar de Queiroz, Orlando Geisel e Ernesto Geisel, todos identificados com a ESG.

A origem do IPES partiu do contato entre o empresário Paulo Ayres Filho (do ramo farmacêutico) com o empresário de origem americana Gilbert Huber Jr. (proprietário da Listas Telefônicas Brasileiras), no Rio de Janeiro, que, por sua vez, recrutou João Batista Leopoldo Figueiredo (Itaú e Scania), que acabaria se tornando líder do Instituto em São Paulo. Foram criadas seções regionais, tais como IPESul, IPES Pernambuco, IPES Belo Horizonte, IPES Paraná, IPES Manaus, IPES Santos e IPES Belém. Para que o domínio do IPES fosse ainda maior, foram criadas subunidades em cidades do interior e nas empresas, visando estimular ações simultâneas e articuladas.

No Rio de Janeiro, destacou-se Huber Jr., tanto como os empresários Paulo Assis Ribeiro, Harold Cecil Polland, Antônio Gallotti, Glycon de Paiva, José Garrido Torres, Augusto Trajano Azevedo Antunes, Jorge Oscar de Mello Flores, Américo Jacobina Lacombe, Rui Gomes de Almeida, Israel Klabin, Cândido Guinle de Paula Machado, José Ermírio de Morais Filho, Guilherme da Silveira Filho e Zulfo Malmann, além do general Golbery do Couto e Silva e o então delegado de polícia Rubens Fonseca.[12] Em São Paulo, tiveram maior participação os empresários Paulo Ayres Filho, Paulo Reis de Magalhães, Carlos Eduardo d'Álamo Lousada, Pery Igel, Henning Albert Boilesen, o deputado Herbert Levy, o jornalista Júlio de Mesquita Filho e o general da reserva Sebastião Dalísio Mena Barreto. Por sua vez, o IBAD traria outros empresários para a rede do IPES, como o empresário Paulo Egydio Martins.

O IPESul teve entre seus quadros Cândido José Bezerra Godoy, João Antônio O. Martins, Don Charles Bird, Carlos Gastard Gonçalves, Fábio Araújo Santos, José de Abreu Fraga, Álvaro Coelho Borges, Harry Burger, Emílio O. Kaminski, Carlos Lopes Osório, Amadeu da Rocha Freitas, Itacyr Pinto Schilling, Oudinot Villardino, José Zampregna, Paulo Barbosa Lessa, o coronel Yeddo J. Blauth e Paulo do Couto e Silva.[13] No estado do Paraná, os membros principais da entidade foram os empresários

Asdrúbal Bellegar, Carlos Alberto de Oliveira, Oscar Schrappe Sobrinho, Aguinaldo Bezerra, Ostaja Roguski e Manuel Linhares de Lacerda. No estado-chave de Minas Gerais, nomes como os do industrial Jonas Barcelos Correia, dos banqueiros Ruy Castro Magalhães e José Luís Magalhães Pinto, do ruralista Josafá Macedo e dos empresários Aluísio Aragão Villar, Oscar Nicolai, Laércio Garcia Nogueira compunham o *staff*. Note-se que o governador Magalhães Pinto esteve em conflito permanente com o IPES-MG e só aderiu ao esquema conspiratório pouco antes do golpe de 1964.[14] O IPES também se implantou em Belém, no Pará, e entre líderes de associações de classe do Amazonas.

O IPES integrou, por fim, personalidades como Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões, Delfim Netto e outros destacados civis que ocupariam postos de comando durante o regime ditatorial.

Objetivando colocar o seu projeto em ação, o IPES contou inicialmente com o financiamento da Indústria e Comércio de Minério (Icomi), da Refinaria e Exploração de Petróleo União, das Listas Telefônicas Brasileiras S.A., dos Serviços de Eletricidades S.A. – LIGHT, da Companhia Docas de Santos, da Casa Masson do Rio de Janeiro e da Construtora Rabelo S.A. Posteriormente, participaram do IPES grupos econômicos de grande peso. Alguns de seus nomes mais representativos no mundo empresarial são Celso de Melo Azevedo das Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG, Álvaro Borges do Moinhos Rio Grandenses, Henri Burkes do Grupo Gerdau, Felipe Arno do Grupo Arno Indústria e Comércio, Hélio Beltrão e Henrique de Boton do Grupo Mesbla, Henning Albert Boilesen e Pery Igel do Grupo Ultra, Octávio Gouvéia de Bulhões do Grupo Hannah Co., Salim Schama do Grupo Schama, Jonas Bascelo Correa do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Octávio Marcondes Ferraz da Rodger, Valizer e Carbono Lorena, Paulo Ferraz do Estaleiro Mauá, Octávio Frias do Grupo Folha, Antônio Gallotti da Light e Braskan, Flávio Galvão e Júlio de Mesquita Filho de *O Estado de S. Paulo*, Paulo Galvão do Banco Mercantil de São Paulo, Antonio Mourão Guimarães da Magnesita, Lucas Garcês da Eternit do Brasil Amianto e Cimento, Gilbert Huber Jr. das Listas Telefônicas Brasileiras, Haroldo Junqueira da Açúcar União, Israel Klabin das Indústrias Klabin de Celulose, José Luís de Magalhães Lins do Banco Nacional de Minas Gerais, Mário Ludolph da Cerâmica Brasileira, Cândido Guinle de Paula Machado da Docas de Santos e do Banco Boa Vista, José Ermírio de Moraes do Grupo Votorantin, Mário Henrique Simonsen do Banco Bozano Simonsen, Luís Villares da Aço Villares.

Além disso, o IPES incorporou em seus quadros as principais representações da classe empresarial brasileira, como o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Associação Comercial de São Paulo, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional das Classes Produtoras, do Serviço Social da Indústria, só para referir as mais importantes do país.

Além do complexo IPES/IBAD, outros grupos de civis e militares conspiravam para depor o presidente João Goulart em diversos pontos do país, sem grande articulação, agrupando basicamente o pensamento anticomunista de origem religiosa, em grupos de orientação conservadora como a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada pelo intelectual católico Plínio Correa de Oliveira, em 1960. À TFP aderiram tradicionais famílias de grandes proprietários rurais de São Paulo e Minas Gerais, além de membros da hierarquia eclesiástica, como o bispo dom Antonio Castro Mayer, da diocese de Campos dos Goytacazes, interior do Rio, além de jornalistas e intelectuais como Leonildo Taboso. A TFP teria, também, um papel importante na organização das marchas católicas que pediram o fim do governo João Goulart, conhecidas como Marcha com Deus pela Família e pela Propriedade, as quais ocorreram antes e depois do golpe.[15] Cabe ainda destacar a participação naquele processo de outras vertentes do conservadorismo político, como os remanescentes do movimento integralista de Plínio Salgado, que possuía importantes quadros na área

militar – por exemplo, o general Albuquerque Lima e o próprio general Olympio Mourão Filho – e seu atuante Partido de Representação Popular (PRP), também de perfil tradicionalista.[16]

A própria implantação do IPES pelo país era irregular, tendo, em algumas ocasiões, que compor com grupos tradicionalistas que divergiam de sua plataforma modernizante conservadora e, por outro lado, em alguns lugares, diferentemente das seções do Rio e de São Paulo, revelava ausência de articulação com a área militar, constituindo basicamente uma entidade formada por civis, principalmente empresários e profissionais liberais. Esse era o caso de Minas Gerais, onde, além de não possuir associados nas Forças Armadas, para se articular à área militar, a entidade teve de conformar uma aliança com uma organização que ficou conhecida como Novos Inconfidentes, de perfil mais tradicionalista.[17]

O IPES também estimulou e financiou o surgimento de entidades femininas católicas, de perfil conservador, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), que seria uma das principais entidades envolvidas na organização das marchas religiosas que mencionamos acima. Em tal mobilização, seria decisivo o apoio da CIA (Agência Central de Inteligência norte-americana, na sigla em inglês) no financiamento às ações do padre estadunidense Patrick Peyton, o qual seria deslocado do Chile para o Brasil já em fins de 1961, estimulando uma campanha de orações "contra o comunismo", o Rosário em Família, além de programas de rádio e televisão. Tais ações expressaram a opinião de parte da sociedade brasileira que chancelou a sedição, a deposição do governo Goulart e os primeiros passos da ditadura. Serviram também para a produção da narrativa segundo a qual "a sociedade brasileira clamou pela intervenção militar", conforme ideia que figura no próprio preâmbulo do primeiro Ato Institucional,[18] leitura que borra a compreensão real do apoio social ao governo deposto.

Afinal, levantamentos de opinião pública produzidos em março de 1964 demonstram um significativo apoio ao presidente João Goulart e a suas propostas de reformas de base,[19] embora não se possa negar que parte da sociedade brasileira tenha apoiado sua deposição.

Fundado em 1959, o IBAD foi descrito por um ex-agente da CIA, Philip Agee, como uma organização da agência de inteligência estadunidense no Brasil,[20] que teve em Ivan Hasslocher sua principal liderança. De perfil mais agressivo, o IBAD atuava paralelamente ao IPES, deixando a este a condição de reserva estratégica, enquanto agia de maneira mais ostensiva. No processo eleitoral de 3 de outubro de 1962, por exemplo, quando foram realizados pleitos para renovação do legislativo federal e de alguns executivos estaduais, o IBAD serviu para repassar expressivos recursos que podem ter atingido a soma de US$ 20 milhões,[21] oriundos do governo norte-americano, no financiamento de campanhas eleitorais de candidatos contrários ao presidente Goulart. Por intermédio da criação da Ação Democrática Popular (Adep), o complexo IPES/IBAD promoveu uma ação absolutamente ilegal que mais uma vez denota o grau da ingerência de uma potência estrangeira nos negócios internos de uma nação soberana.

De acordo com Dreifuss, o esquema operou a partir de uma complexa rede de instituições financeiras nacionais e estrangeiras:

> Ivan Hasslocher, o IBAD, a Adep e a Promotion S.A. mantinham contas e sacavam dinheiro das agências brasileiras de três bancos estrangeiros: o Bank of Boston, o First National City Bank of New York e o Royal Bank of Canada, bem como daqueles brasileiros, como o Banco Mineiro de Produção, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco Nacional de Minas Gerais e o Banco Andrade Arnaud. Acreditava-se também que os bancos Novo Mundo, Irmãos Guimarães e Nacional do Norte serviam de canais para a rede IBAD/Adep. O IPES mantinha contas em muitos desses bancos. Diversos deles eram, por sua vez, contribuintes do complexo IPES/IBAD e diretores ou

> proprietários destes bancos eram seus associados e ativistas. Tanto o ex-secretário geral, quanto o ex-tesoureiro da Adep afirmaram que nos cento e cinquenta dias precedentes às eleições de 1962, só a Adep fez uso de mais de um bilhão de cruzeiros. (Segundo os índices de inflação da Fundação Getúlio Vargas, calculados em 1977, tal soma era, nessa época, o equivalente a cerca de 62 milhões de cruzeiros, ou aproximadamente 5 milhões de dólares.)[22]

Foram financiados 250 candidatos a deputado federal, sendo um terço da Câmara Federal formada por parlamentares eleitos com tais recursos. Além desses, o esquema ainda investiu na campanha de 600 deputados estaduais, oito governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores.[23] Denunciado o esquema no ano seguinte, a notícia desencadeou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o IBAD, que, no mesmo ano de 1963, teria suas atividades encerradas por decisão soberana do presidente da República.[24] Todavia, o IPES não seria atingido pelas investigações sobre o IBAD, tomando a frente na atividade conspiratória decisiva para a perpetração do golpe de Estado que deu início a mais de vinte anos de regime ditatorial no Brasil. Para isso, teve fundamental importância sua capacidade de articular os mais importantes órgãos da imprensa nacional.

Posições assumidas publicamente por esses órgãos contribuiriam não só para a deposição do presidente Goulart, como para certos contornos assumidos pelo regime ditatorial. O diretor-proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, por exemplo, logo após o golpe, no dia 12 de abril de 1964, publicou em seu periódico uma correspondência com outro conspirador (que ele manteve anônimo), datada de 20 de janeiro de 1962.[25] Ativo membro da seção paulista do IPES, Júlio de Mesquita apresenta ao seu missivista uma série de diretrizes que deveriam ser adotadas a partir da vitória do movimento conspiratório em preparação. Em primeiro lugar, concordava com seu interlocutor no sentido de que, ao contrário de movimentos sediciosos anteriores, os militares não poderiam devolver o poder imediatamente aos civis, devendo uma junta militar realizar um programa de "saneamento", uma espécie de "operação limpeza" nos quadros do Judiciário e do Legislativo, com a utilização do instrumento do estado de sítio. O regime ditatorial de 1964 não foi capaz de tanto, sendo uma de suas marcas a continuidade no funcionamento de tais instituições que, após expurgo de muitos de seus membros e redução de seus poderes, continuaram a operar até o fim do regime ditatorial.[26]

Foi na criação de certo consenso em torno do movimento pela deposição do presidente João Goulart e, posteriormente, em apoio ao regime ditatorial, que parte da imprensa brasileira contribuiu decisivamente. Em primeiro lugar, na divulgação de uma visão que afirmava estar o próprio presidente Goulart à frente de ações que conduziram à subversão da ordem constituída (justamente o que seus opositores mais extremistas estavam fazendo), ou apoiando sua deposição a partir da propagação da ideia de que, no princípio de abril de 1964, o frágil regime democrático brasileiro tornara-se seguro, como figurou em editorial do jornal carioca *O Globo*.[27] Assim, mesmo órgãos com posições mais moderadas – como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil,* que, ao contrário das folhas citadas, apoiaram a posse constitucional do presidente Goulart na crise de agosto de 1961 – participaram da campanha de desestabilização.

São sempre rememorados os editoriais do *Correio da Manhã* dos dias 31 de março e 1º de abril, intitulados respectivamente "Basta!" e "Fora!", em que se pode ler uma convocação a depor João Goulart.[28] Menos lembrada foi a atuação do jornal *Folha de S.Paulo,* que, nos idos de março de 1964, não escondia o seu apelo explícito à intervenção militar para depor o governo, como aparece em editorial publicado um dia após o Comício da Central, onde se lê:

> O Comício de ontem, se não foi um comício pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança deste tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traindo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir esta burla.[29]

Registre-se a manobra retórica característica da campanha de desestabilização contra o governo Goulart que, sob o argumento de combater um imaginado golpe perpetrado pelo presidente da República, clamava por sua deposição. A verdade é que tanto a folha carioca quanto a paulistana estavam plenamente integradas à campanha liderada pelo IPES e, entre 20 e 26 de janeiro de 1963, promoveram um evento da entidade destinado a apresentar um programa de governo alternativo, sintomaticamente intitulado Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base.[30] No encontro foram debatidas as propostas de diretrizes políticas com orientações em relação às reformas institucionais e estruturais. Os projetos de reformas formulados pelo IPES foram condensados no livro *Reformas de base: posição do IPES*,[31] em que consta um conjunto de 23 anteprojetos,[32] que forneceram as diretrizes e orientações para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração do Estado brasileiro após abril de 1964, denotando a importância estratégica do IPES.

No mesmo processo, deve-se assinalar outra iniciativa coordenada pelo IPES, constituída por uma rede de empresários da imprensa que reuniu Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, a qual, unificando as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi, conformou a "Rede da Democracia".[33] Sendo o rádio o mais importante veículo de comunicação de massas na década de 1960,[34] a iniciativa teve um impacto significativo na construção do apoio social ao movimento sedicioso.

2. O empresariado paulista no golpe

Em São Paulo, os últimos arranjos para o golpe contaram com a participação de empresários do setor industrial, tanto estrangeiro quanto nacional e de portes variados. No dia 31 de março, prestaram algum tipo[35] de colaboração ativa ao movimento as seguintes empresas: A. Queiróz Lugó, Acumuladores Vulcânia, Antônio Maurício Wanderley e Cia. Ltda., Armações de Aço Probel S/A, Atlantic, Auto Asbestos S/A, B.F. Goodrich, Brasital S/A, Cia. Carlos Guedes, Cia. Comercial de Madeiras Kirali, Cia. de Acumuladores Prest-O-Lite, Cia. de Cigarros Souza Cruz, Cia. Fiação e Tecidos Lanifício Plástico, Cia. Madeireira Nacional, Dunlop, Duratex S/A Indústria e Comércio, Duratex S.A., Esso Brasileira de Petróleo, Eucatex S/A Indústria e Comércio, Johnson & Johnson, F. Slaviero, Fábrica de Cigarros Caruso, Fábrica de Cigarros Flórida, Fábrica de Cigarros Sudan S/A, Fábrica de Gases Medicinais Cremer, Firestone S/A, Good Year, Indústria Brasileira de Eletricidade, Indústria de Ataduras Gessadas Cristal, Indústria de Feltros Lua Nova S/A, Irmãos Justa Transportes, Irmãos Nocera, João Batista Antonio Alário, M. Lipper S/A, Madeireira Miguel Forte, Moinhos Santista S/A, Moreira Lima e Cia., Ousei Peceniski (Colchoaria Francisco), P. Barelle Ltda, Pfizer Corporation do Brasil, Pirelli S/A, Pneus General, S/A Brasileira de Tabacos Industrializados, Saturnia Acumuladores Elétricos, Serraria Água Branca, Serraria Americana Salim F. Maluf, Serraria Azevedo Miranda, Serraria Bandeirantes, Serrarias Almeida Porto, Serrarias F. Lameirão, Texaco do Brasil S/A, V. Foreinete, Vicari S/A Indústria e Comércio, Volkswagen do

Brasil.[36] Dessas, pelo menos a Cia. de Cigarros Souza Cruz,[37] a Eucatex S/A Indústria e Comércio,[38] a B.F. Goodrich[39] e a Pirelli S/A[40] mantinham laços diretos com o IPES.

Segundo revelaria, em 1972, o engenheiro Quirino Grassi,[41] cuja família era proprietária de uma fábrica de carrocerias de bondes e ônibus, "empresários paulistas [...] espontaneamente colaboraram para a consecução do movimento revolucionário que eclodiria em março de 1964".[42] A estrutura e os objetivos do grupo foram objeto de elaboração conjunta entre empresários do IPES e oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG).[43] O grupo, segundo Grassi, teria começado a atuar de forma organizada no início de 1963 para "prestar um trabalho visando à defesa de nossos ideais democráticos e cristãos". Esse núcleo "articulou-se junto à presidência da Fiesp, [...] o governador do Estado [Adhemar de Barros], oficiais superiores do II Exército e o comandante da Força Pública" e "iniciou a preparação do que seria o movimento vitorioso de 1964".[44]

Articulados com oficiais do II Exército, sediado na capital paulista, os conspiradores precisaram, segundo depoimento prestado por Paulo Egídio Martins[45] em 2006,[46] recuperar suas condições operacionais, para o que foi fundamental, a participação dos empresários industriais do estado, que abasteceram a unidade militar com veículos, peças de reposição e equipamentos variados. Para isso, foi criado um grupo de trabalho industrial, no âmbito da FIESP: "Nosso grupo de mobilização industrial teve que se desdobrar para tornar o II Exército uma unidade móvel".[47] Em declarações mais recentes, prestadas à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo,[48] Paulo Egídio disse que seria "difícil encontrar alguém que não tenha financiado a conspiração" e que os empresários usavam dinheiro de "caixa dois" para fazer as doações: "Ninguém doava dinheiro de lucro".

Vitoriosa a operação golpista, no dia 30 de abril, formou-se oficialmente, no interior da FIESP, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI).[49] É a própria entidade que explica:

> Da conscientização das dificuldades operacionais das Forças Armadas, aliada à adequação do momento político e ao apoio das organizações militares, sediadas no estado de São Paulo, e com o aval dos ministérios militares, assim como do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), surgiu o GPMI da FIESP. Esse tinha por incumbência servir de intermediário no relacionamento indústria-Forças Armadas, no esforço de alertar a indústria nacional, compreendida como a totalidade do parque industrial instalado no território nacional, de que o preparo permanente da mobilização industrial é a única solução para o país estar adequadamente preparado para situações excepcionais.[50]

Entre 1964 e 1967, o GPMI atuou em estreita cooperação com o governo do general presidente Humberto Castelo Branco, criando-se comissões de trabalho integradas por civis e militares. Foram adotadas várias iniciativas no sentido de incrementar a produção de bens considerados necessários à manutenção da capacidade operacional das Forças Armadas e de suas forças auxiliares, como a Força Pública de São Paulo.[51] Segundo reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, "após o golpe de 1964 e com a ditadura instalada, alguns ajudaram a financiar a Oban (Operação Bandeirantes), organização criada pelos militares para coordenar a repressão aos opositores do regime".[52] Isso constituiria uma linha de continuidade, desde o golpe, na relação de empresários com a estrutura coercitiva do regime e a perpetração de graves violações dos direitos humanos. Finalmente, deve-se observar, na relação entre segmentos empresariais e as estruturas militares do Estado, uma das expressões mais significativas da participação civil no regime ditatorial.

B) Formação de grandes grupos econômicos

No governo de Castelo Branco, após o golpe de Estado de 1964, grande quantidade de associados e parceiros do IPES ocupou cargos importantes em ministérios, autarquias, instituições bancárias e na estrutura administrativa do governo, "uma verdadeira reserva do IPES".[53] Nessas posições, passaram a criar políticas públicas e a delinear a reforma do Estado de acordo com seus interesses, expressos nos anteprojetos de "reformas de base" mencionados. O governo, comprometido e a serviço da classe empresarial nacional e internacional, deu início à reorganização da estrutura e da administração do Estado para atender aos seus interesses imediatos.

As pastas estratégicas do Planejamento e da Fazenda foram ocupadas por membros do IPES (Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, respectivamente), que conduziriam o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG),[54] o qual buscou resolver o problema do descontrole inflacionário a partir da adoção de medidas de restrição ao crédito e de redução nos índices de reajustes da renda dos assalariados. A política de arrocho salarial foi inaugurada com a Circular nº 10 do Ministério da Fazenda, de 19 de junho de 1964, que fixava as condições sob as quais os reajustes dos níveis salariais do setor público deveriam ser calculados: o salário real médio nos dois anos anteriores, a antecipação inflacionária estimada para o ano subsequente e a estimativa do aumento anual da produtividade. No ano seguinte, com a Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, essa política foi estendida aos trabalhadores do setor privado.

Por sua vez, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei nº 5.107/1966, aumentou a rotatividade no mercado de trabalho e funcionou como uma poupança forçada, com o depósito de 8% do salário mensal do empregado em uma conta bancária própria. Sua finalidade era reduzir o gasto com a demissão de empregados, liberando as empresas do ônus com programas assistenciais para os trabalhadores, mas "foi concebido para substituir as normas então existentes de estabilidade do empregado, criando um fundo especial para a acumulação de capital".[55] O anteprojeto de lei que instituiu o FGTS foi preparado por uma equipe do IPES, formada pelos empresários João Baylongue, José Duvivier Goulart e José Marques e pelos militares Heitor de Almeida Herrera e Francisco César Cardoso Mangliano. Um grupo de trabalho composto por Roberto Campos, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva (IPES – presidente do Banco Nacional de Habitação – BNH e depois ministro do Trabalho) e Mário Trindade (IPES – diretor do BNH), auxiliado por João Lyra Madeira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), José Américo Peón de Sá (Instituto de Resseguros do Brasil – IRB) e pelos advogados Hamilton Nogueira Filho e Edgar Porto Ramos, encaminhou o desenho da lei.

A poupança forçada do FGTS foi canalizada para o BNH, dinamizando a construção civil, um motor espetacular da economia, e "apoiou o grande surto da construção civil",[56] beneficiando os empresários do ramo. Ambas as medidas encontram-se nos anteprojetos de reforma da Legislação de Seguridade Social e da Política de Habitação Popular do IPES.

O *ipesiano* Mário Trindade, que fez parte do grupo de trabalho para discutir o FGTS, foi o responsável pela articulação entre os recursos do FGTS e o Programa de Habitação.[57] O BNH foi criado em 1964, pela Lei nº 4.380, de autoria da empresária e parceira do IPES, Sandra Cavalcanti, visando "adquirir e manter o apoio das massas populares, contrabalançando a situação de pressões psicológicas e a política de contenção salarial".[58]

A reforma do sistema financeiro ocorreu com a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, mediante a Lei nº 4.595/1964 que, em conjunto com o BNH e os preexistentes Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Banco do Brasil, proporcionou

o fortalecimento dos instrumentos de financiamento público. Buscou-se, ainda, criar maior atratividade para o investimento estrangeiro, com a adoção de uma nova Lei de Remessa de Lucros, que garantiria aos investidores o retorno dos ganhos às matrizes. Amargas para muitas parcelas da sociedade, essas medidas produziram grande concentração econômica e notável desnacionalização, o que se coadunava com a nova política externa adotada por Castelo Branco, que substituiu a política externa independente pelo alinhamento aos interesses de Washington.[59] Essa política, sob importante pressão dos industriais paulistas, conduziu a alterações na condução da política econômica no governo do general Costa e Silva, com a nomeação do professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), Delfim Netto, para a pasta da Fazenda, e Hélio Beltrão, para o Planejamento.

Se a mudança na condução da área econômica pós-Campos e Bulhões foi importante, não se mudou a perspectiva sob a qual o Estado passou a regular o fator trabalho, sendo seguro afirmar, com segurança, que a classe trabalhadora continuaria a ser a parcela da sociedade brasileira mais penalizada pela política econômica da ditadura. Para atender aos empresários multinacionais, que tinham resistência às leis trabalhistas, as quais impunham ônus à empresa na demissão do empregado, o modelo econômico sofisticou-se mediante um programa abrangente, que transformou as relações de trabalho. Em função desse programa, os ministérios do Trabalho e da Previdência Social mudaram claramente seus papéis. A nova legislação trabalhista do governo serviu a três finalidades principais: 1) aumentou o controle direto sobre os sindicatos, impedindo-os de constituir uma base organizacional para o enfrentamento das políticas governamentais e de seus efeitos; 2) fortaleceu os aspectos corporativos da estrutura sindicalista; e 3) transferiu recursos para a indústria, submetendo a classe trabalhadora a diversos programas de poupança forçada.

Diante desse quadro, foi abolido, na prática, o direito de greve, e reduziu-se a idade mínima de trabalho para 12 anos, "institucionalizando um sistema de trabalho infantil que seria importante na redução dos custos de mão de obra, acarretando consideráveis custos sociais".[60]

Ao lado das medidas citadas, multiplicou-se o número de bancos de investimento, que tinham como principal função "subscrever novas emissões de capital das empresas para posterior lançamento das ações da bolsa",[61] e de conglomerados industrial-financeiros, que garantiam às grandes empresas não só acesso ao crédito em condições muito favoráveis, como também a oportunidade de absorver as empresas menores e, assim, dominar o mercado. Uma das principais articulações envolveu a constituição do Banco Brascan, organizado em torno do Banco Brascan de Investimentos, que controlava companhias de eletricidade (São Paulo Light e Rio Light), uma companhia financeira (Crédito, Financiamento e Investimentos – Crefinan), diversas firmas industriais (Fábrica Peixe – Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S.A., Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. e Fábrica Nacional de Vagões), firmas de serviços (Brasnac Corretora de Seguros, Brink's S. A. Transportes de Valores, Gávea Hotelaria e Turismo S.A.) e firmas de mineração (Itacobe Minério, Itajubá Minérios, Itanembe Minérios etc).[62]

Também houve a fusão do grupo da Refinaria União com os bancos Irmãos Guimarães, Brasul e Investbanco. A Refinaria União, a Light (São Paulo e Rio de Janeiro), o Banco Irmãos Guimarães, a Fábrica Nacional de Vagões (FNV), a Crefinam, o Banco Brascan – que teve o *ipesiano* Antônio Galotti na sua administração – e o Investbanco, no qual Roberto Campos trabalhou, foram associados e contribuintes do IPES.[63]

Imbuído do propósito de reformar o Estado, o governo Castelo Branco formulou o Decreto-Lei nº 200/1967 para consolidar a Reforma Administrativa federal. A Reforma executou mudanças nas estruturas do Estado e rompeu os entraves burocráticos que impediam a expansão do capitalismo. Com o Decreto-Lei nº 200/1967, que "dispõe sobre a organização da administração federal e estabele-

ce diretrizes para a reforma da administração" (BRASIL, 1967), o Estado promoveu a descentralização operacional e se dotou de maior eficiência como empresário.

A Reforma Administrativa começou a ser delineada por integrantes do IPES desde 1963. Passou por várias discussões no governo Castelo Branco e, por fim, o Decreto-Lei nº 200/1967 foi assinado por Castelo Branco e pelos ministros Carlos Medeiros Silva (ministro da Justiça e Negócios Interiores), Zilmar Araripe Macedo (ministro da Marinha), Ademar de Queiroz (ministro da Guerra), Manoel Pio Corrêa Junior (ministro interino das Relações Exteriores), Octávio Gouvêa de Bulhões (IPES – ministro da Fazenda), Juarez do Nascimento Távora (IPES - ministro da Viação e Obras Públicas), Severo Gomes Fagundes (empresário/IPES e ministro da Agricultura), Raimundo Moniz de Aragão (IPES – ministro da Educação), Luiz Gonzaga do Nascimento Silva (IPES – ministro do Trabalho e da Previdência Social), Brigadeiro Eduardo Gomes (IPES – ministro da Aeronáutica), Raimundo de Brito (ministro da Saúde), Mauro Thibau (IPES – ministro das Minas e Energia), Paulo Egydio Martins (IPES – ministro da Indústria e Comércio), Roberto de Oliveira Campos (IPES – ministro do Planejamento e Coordenação Econômica) e João Gonçalves de Souza (ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais).

Os principais preceitos do anteprojeto de Reforma Administrativa, formulado pelo IPES, e do Decreto-Lei nº 200/1967, permitem identificar a existência de diversos pontos em comum entre o ideário *ipesiano* e a Reforma Administrativa federal. Provam uma linha de continuidade na relação de empresários pré-golpe com o desdobramento da estrutura administrativa do Estado pós-1964, quando a elite econômica organizou a administração do Estado em função de um projeto político próprio. Mesmo sob o período do chamado "milagre", a brutal concentração de renda seria uma das marcas mais caracterizadoras da nova ordem social, como àquela época se evidenciou com a divulgação dos dados do senso do IBGE de 1970 e a controvérsia que se seguiu à publicação do artigo de Albert Fishlow,[64] com seu resumo no *Jornal do Brasil*, em abril de 1972.[65]

Tal cenário evidenciou-se mesmo quando o crescimento do PIB bateu recordes, *et pour cause*, como ficou evidente no mesmo ano de 1972, quando o crescimento ficou na casa dos 11,7% e quando, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil tornou-se campeão mundial em acidentes de trabalho. Com o impacto do primeiro "choque do petróleo", em 1973, a classe trabalhadora seria mais uma vez fortemente penalizada, o que ficou evidente no ano de 1974, quando o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960.

Alguns empresários não compactuaram com a conspiração e o golpe, defenderam a Constituição e foram perseguidos e punidos pelo regime ditatorial, o que deve ser assinalado sob pena de incorrermos em uma generalização equivocada. Um caso exemplar foi o de Mario Wallace Simonsen e Celso da Rocha Miranda, que juntos detinham o controle acionário da Panair do Brasil, a segunda maior empresa privada do país. As atividades da Panair do Brasil foram encerradas por um decreto arbitrário do governo Castelo Branco, ainda em 1964. Em 11 de fevereiro de 1965, o juiz da 6ª Vara Cível da Justiça recebeu a visita do ministro de Estado da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, e no dia 15 decretou a falência da Panair do Brasil.

Nas alegações que conduziram ao fechamento da Panair, apresentadas ao presidente Castelo Branco, o empresário Celso da Rocha Miranda fora o mais citado e atacado. Para Celso Miranda, o golpe contra as suas empresas e a sua pessoa não terminaria com a "falência" da Panair e a ocupação *manu militari* da Companhia Eletromecânica – Celma (empresa que fazia revisões e manutenções de turbinas, única da América Latina autorizada pela Federal Aviation Administration – FAA – EUA) pelo Batalhão de Caçadores de Petrópolis. A Aeronáutica, por meio de seu serviço de inteligência, o CISA, torná-lo-ia vítima de uma perseguição implacável.

O estrangulamento econômico sofrido por Mário Wallace Simonsen e Celso da Rocha Miranda, mediante bem-urdidos Atos de Estado, é comprovado pelo(a):

- Fechamento e confisco dos armazéns de café (entrepostos aduaneiros), em Trieste, das empresas Wasim e Comal. Essas empresas figuravam entre as maiores exportadoras de café à época de seu confisco, abalando inclusive o conceito do Brasil como exportador.

- Suspensão, sem prazo determinado, das licenças de voo das linhas aéreas da Panair do Brasil S/A., o que levou à decretação de sua falência.

- Desmantelamento do patrimônio da Panair, coordenado por síndicos militares da falência, com a ativa participação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de procuradores especialmente nomeados com esse objetivo.

- Fechamento da TV Excelsior, pioneira no país na implantação da televisão a cores e que contava com técnicos e elenco de primeira grandeza no mercado nacional. Seu fechamento foi decorrente de pressões políticas por parte do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos patrocinadores do golpe civil-militar, que buscava, sem êxito, o apoio da rede à sua futura candidatura.

- Cancelamento de todos os seguros de órgãos do governo realizados pela AJAX Corretora de Seguros. Na oportunidade, a AJAX era a maior corretora de seguros da América Latina, contando em seus quadros com mais de 600 funcionários altamente qualificados. As mudanças abruptas das regras vigentes emanadas por decretos que visavam perseguir Celso da Rocha Miranda, como a criação de comissões de inquérito na Companhia Siderúrgica Nacional e em outros clientes da AJAX, com o intuito de identificar ligações políticas, eliminaram qualquer possibilidade de readequação da Companhia às novas regras da ditadura, levando-a ao fechamento, dois anos depois.

- Devassa fiscal em todas as companhias dos acusados, coordenadas por fiscais da Receita e por agentes do SNI.[66]

- Instauração da Comissão de Investigação Sumária da Aeronáutica (Cisar) – Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica – PIS nº194/CISAR, cujo parecer secreto afirma:

> Celso da Rocha Miranda pode ser considerado o principal responsável pela maquinação criminosa e irresponsável que conduziu a Panair do Brasil S/A à situação de falência financeira e administrativa, em 1965...
> Assim, Senhor Ministro, Vossa Excelência, atendendo sugestão do Cisar, expediu aviso ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda para que fossem postos à disposição desta Comissão, vários Fiscais do Imposto de Renda, indicados pelo Serviço Nacional de Informações, (SNI), a fim de examinarem os Livros de Contabilidade das diversas empresas pertencentes ao Sr. Celso da Rocha Miranda, sob orientação dessa Comissão.
> Outrossim, uma cópia dessa Parte Conclusiva deve ser remetida ao Cenimar, CIE, SNI, DPS, Contel, e aos Setores de Segurança da Aeronáutica, tudo por intermédio do Centro de Informação da Aeronáutica (Cisa), que por sua vez deverá tomar as necessárias providências junto ao Gabinete de Vossa Excelência para que o Sr. Celso da Rocha Miranda seja processado por Crime de Sonegação Fiscal [...]Presidente do Cisar e Membros...

- Instauração da Comissão Geral de Investigações – Estado da Guanabara – tentativa de enquadramento ao Ato Complementar nº42, que autorizava o confisco de bens de pessoas naturais ou jurídicas, sob a alegação de enriquecimento ilícito dos sócios e diretores. Proc. 218/69, encerrado em 1978, com base no seguinte parecer conclusivo de sua assessoria jurídica:

> Em síntese, de toda documentação carreada ao bojo dos autos, não emerge nenhum fato relevante, caracterizador da prática do locupletamento sem causa.(...)
> De fato a prova acusatória se resumia em cópias de informações do mandado de segurança impetrado pela Panair, veiculando graves acusações, mas só palavras, um laudo pericial, que a Justiça comprovou ser falso do Síndico da falência, o Banco do Brasil, o qual também é autor da duvidosa exposição de fís 62 e segs., l Vol, [...] acolhendo o parecer do Relator, concorda com o Parecer da Consultoria Jurídica e por unanimidade de votos, resolve arquivar o processo sob referência.

Outro empresário perseguido e punido pelo regime ditatorial foi Fernando Gasparian, atuante no ramo têxtil, por meio da América Fabril, e no mercado editorial brasileiro,[67] no qual teve cortado seu crédito junto ao Banco do Brasil logo após o golpe civil-militar. O mesmo ocorreu com outros poucos personagens.

Predominou, entretanto, no período ditatorial, a formação de grandes grupos econômicos no Brasil. A própria liquidação do patrimônio de alguns favoreceu, direta ou indiretamente, grupos que tiveram crescimento significativo no período. No caso da Panair, por exemplo, é importante lembrar que a Varig, do empresário Ruben Berta, assumiu todas as linhas internacionais do país no exato momento em que a concorrente foi fechada pelo governo. De outra parte, a liquidação da Excelsior ocorreria no mesmo contexto em que outro grupo assumia a liderança no ramo das telecomunicações: a Rede Globo de Televisão, do empresário Roberto Marinho, ativo apoiador do regime ditatorial.[68]

Entrando no ar pela primeira vez em 26 de abril de 1965, a TV Globo era resultado de um acordo entre Roberto Marinho e a companhia estrangeira Time-Life,[69] firmado em 1962. Entre 1965 e 1966, o grupo Time-Life investiu cerca de 6 milhões de dólares na empresa e, segundo o contrato firmado originariamente, tinha direito a 30% dos lucros da TV Globo, aumentando essa participação para 45% em acordo firmado em 1965.

A Constituição de 1946, vigente em 1962, proibia a participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação, o que tornou a operação ilegal, gerando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1966, além de uma investigação do Conselho Nacional de Telecomunicações e a constituição de uma Comissão de Investigações do Ministério da Justiça. Em agosto de 1966, a CPI aprovou o parecer do relator Djalma Marinho (Arena-RN), que concluiu que o acordo Globo/Time-Life era inconstitucional. Entretanto, em 1967, em razão das boas relações mantidas entre Roberto Marinho e o então ministro do Planejamento, Roberto Campos, com o patrocínio do advogado Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, responsável pelos contratos entre o grupo brasileiro e a Time-Life, o procurador-geral da República concluiu que este acordo era legal. Posteriormente, em 1969, Marinho comprou a parte da empresa que pertencia ao grupo estadunidense, originando-se, assim, com o apoio do governo militar, o maior conglomerado do ramo das telecomunicações do Brasil. Não é estranho, portanto, que o noticiário jornalístico da Rede Globo tenha sido sempre favorável ao regime ditatorial.

Além do apoio direto a grupos econômicos específicos, ao longo daquele regime a política econômica dos sucessivos governos favoreceria ramos da economia, como os mais internacionalizados, multinacionais e associados, notadamente a indústria automobilística. As condições favoráveis ao capital estrangeiro seriam elogiadas por executivos de alguns dos grandes grupos econômicos que atuavam no Brasil, como aparece na expressiva declaração de Robert Winters, então presidente da Brascan, em 1969: "O governo militar está dedicado aos princípios da empresa privada. Compreendem que necessitam criar um clima amistoso para o capital estrangeiro, e assim o fizeram".[70]

Contudo, é possível observar que em vários ramos da economia grandes grupos econômicos nacionais se formaram sob o protecionismo estatal, como foi o caso da construção civil com os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht; na indústria pesada (siderurgia, metalurgia, cimento etc.), com Gerdau, Votorantim e Villares; no sistema bancário, com Moreira Salles, Bradesco e Itaú, apenas citando os mais conhecidos.

No setor bancário o patamar de concentração é evidenciado por números eloquentes: em 1960, bancos e casas bancárias totalizavam 358 instituições, incluindo oito bancos estrangeiros. Em 1980, esse número havia reduzido para 111, sendo que entre as instituições nacionais a redução havia sido de 350 para 95 bancos privados e governamentais.[71] Nesse processo, a ditadura cumpriu o papel de fomentadora da concentração, seja mediante a criação de um ambiente econômico favorável, seja diretamente, pelo favorecimento de determinados grupos econômicos.

A trajetória do banco Itaú é representativa de como boas relações com o *staff* governamental durante a ditadura possibilitaram o nascimento de impérios econômicos. Originário do final da ditadura do Estado Novo, foi durante a ditadura militar que ele conseguiu incorporar uma série de outras instituições bancárias, em processos envoltos em denúncias. Em 1967, o Itaú ocupava a oitava posição no *ranking* por volume de depósitos, passando, em 1971, para o quarto lugar entre os bancos privados e sétimo lugar no total do setor. Em 1974, tornou-se o segundo maior banco privado nacional. No último salto, o governo, por meio do Banco Central e do Ministério da Fazenda, interveio no Banco União Comercial (BUC), que passava por sérias dificuldades, e, em agosto de 1974, transferiu-o para o controle do Itaú. O BUC possuía 250 agências, que se somaram às 468 do Itaú.[72]

Se antes do golpe civil-militar de 1964 havia no Brasil empresas importantes no setor de construção civil, ao final do regime tínhamos um quadro de grandes grupos de diversificada atividade econômica e atuação internacional, formados a partir de firmas da construção. Esses conglomerados econômicos, como Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, permanecem poderosos até hoje.[73] As empreiteiras brasileiras, logo depois de formadas, organizaram-se em aparelhos da sociedade civil, desenvolvendo atuação coletiva para pressionar e influenciar a produção de políticas públicas favoráveis. Além de possuírem contatos diretos com agentes do aparelho de Estado, empresas como Mendes Júnior, Rabello e Setal contrataram militares para suas diretorias, tentando facilitar sua atuação junto a agências estatais. Empresários como Marco Paulo Rabello, da empreiteira Rabello, e Amynthias Jacques de Moraes, da Servienge, financiaram as atividades do IPES. Uma figura central nesse período foi Haroldo Cecil Poland, dono da empreiteira Metropolitana, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), ativo colaborar do IPES e próximo do general Golbery do Couto e Silva.

Por fim, e não menos importante, consolidando o endividamento externo como principal fonte de financiamento do processo de desenvolvimento econômico, o governo ditatorial estimulou os grandes grupos privados nacionais a contraírem empréstimos no mercado internacional, criando as dificuldades com as quais se debateu a economia brasileira ao longo da década de 1980. Entre 1969 e 1985 a dívida externa – principal parcela da dívida pública – cresceu de US$ 4.379 milhões para US$ 105.125 milhões, o que significou um aumento da relação dívida externa/PIB da ordem de 10,96% para 46,32%.[74] Havendo o Estado atuado na condição de avalista de tais transações, principalmente por meio das estatais, o governo ditatorial, com a mudança no ambiente da economia internacional a partir de meados de 1970, que se manifestou no fim da liquidez no sistema financeiro internacional, acabaria por estatizar as dívidas dos grupos privados, em meio a uma cínica *grita* do empresariado paulista contra a "estatização excessiva da economia brasileira".

C) O empresariado e a repressão: Oban

Nada é mais impactante na investigação sobre o papel dos civis ao longo do regime ditatorial do que a colaboração de grandes empresários no financiamento da estrutura da repressão. Sabe-se que propriedades particulares serviram de campo de extermínio de opositores do regime, como no estado do Rio de Janeiro, na Usina Cambahyba, pertencente à família de Heli Ribeiro Gomes, de Campos dos Goytacazes, e na Casa da Morte, em Petrópolis, do empresário alemão Mario Lodders.

O caso mais simbólico foi o da Operação Bandeirantes (Oban), criada em São Paulo após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Após certa liberalização do regime quando Costa e Silva tomou posse em 1967, tornaram-se possíveis manifestações públicas de insatisfação com a ditadura, mediante grandes passeatas nas principais capitais do país, além de ações de oposicionistas no Parlamento federal. O governo resolveu, então, aumentar a repressão contra os opositores, baixando o AI-5, que suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos, fechou o Congresso Nacional por mais de dez meses,[75] instituiu a censura prévia à imprensa e criou o Sistema de Segurança Interna (Sissegin), que se somou ao SNI.[76] Em contraposição, grupos de resistência armada empreenderam algumas ações espetaculares, como assaltos a bancos,[77] a captura do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969,[78] além da impactante deserção do capitão Carlos Lamarca, que abandonou o Exército para se juntar a uma organização de resistência armada.[79]

Um pouco antes desse último episódio, por determinação do governo, a partir de uma Diretriz para a Política de Segurança Interna expedida em 2 de julho de 1969, o comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, chefiada por Hely Lopes Meirelles, resolveu unificar "os esforços" do Exército, da Polícia Federal e das polícias estaduais, civil e militar do estado de São Paulo para o combate aos opositores do regime, criando a Oban. O governador Abreu Sodré transformaria as dependências do 36º Distrito Policial, localizado na esquina das ruas Tomás Carvalhal e Tutoia, em um centro de torturas e assassinatos. Na Polícia Civil havia um grupo de policiais chefiados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Delegacia de Roubos, que se notabilizou pela prática do extermínio ("Esquadrão da Morte"), transplantando seus métodos para a Oban, com o apoio do governo estadual.[80] Por sua vez, a prefeitura de São Paulo, governada por Paulo Salim Maluf, providenciou o asfaltamento da área da Oban, reformou a rede elétrica e iluminou a região com lâmpadas de mercúrio.[81]

Contudo, o apoio mais significativo à Oban veio do grande setor privado nacional, estrangeiro e associado, que forneceu recursos para a montagem daquele aparelho de repressão. De acordo com o general Arthur Moura, em depoimento prestado no documentário *Cidadão Boilesen*, de Chaim Litewski (Brasil, 2009):

> A chefia do Exército, principalmente, chegou à conclusão de que era o momento de apelar para o setor privado, principalmente para o setor privado estrangeiro, para fazer esse setor ver que também haveria um impacto nesses setores se as forças terroristas vencessem. [...] A tese era, "hoje somos nós, amanhã poderão ser vocês, então nós precisamos de apoio, a fim de poder realizar as nossas missões eficazmente". E esse apoio seria apoio financeiro, né?

Por sua vez, a historiadora Mariana Joffily encontrou documento do próprio Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista, onde se reconheciam os recursos oriundos de civis na montagem do órgão, onde é possível ler que:

> O êxito da repressão à subverão e ao terrorismo em São Paulo reside, em síntese, no apoio das elites civis e autoridades civis e militares, no trabalho integrado que soma esforços e multiplica resultados e na motivação dos órgãos de Segurança.[82]

Ficou conhecido o banquete organizado pelo ministro Delfim Netto no Clube São Paulo, antiga residência da senhora Viridiana Prado, durante o qual cada banqueiro, como Amador Aguiar (Bradesco) e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), entre outros, doou o montante de 110 mil dólares para reforçar o caixa da Oban.

Ao lado dos banqueiros, diversas multinacionais financiaram a formação da Oban, como os grupos Ultra, Ford, General Motors,[83] Camargo Corrêa, Objetivo e Folha. Também colaboraram multinacionais como a Nestlé, General Eletric, Mercedes Benz, Siemens e Light.[84] Um número incerto de empresários paulistas também contribuiu, já que a arrecadação de recursos contava com o apoio ativo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por meio de seu presidente, Theobaldo De Nigris. Nos salões da FIESP, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, era sempre visto fazendo palestras aos empresários, em reuniões onde se solicitavam recursos para financiar a Oban.

Contudo, em depoimento prestado à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, em junho de 2013, o ex-ministro declarou que não tinha conhecimento da existência de torturas e mesmo da colaboração de empresários com a Oban, embora menções e evidências sobre sua participação no esquema sejam notórias.[85] Mesmo o insuspeito general Sylvio Frota, que foi ministro do Exército do governo Geisel, assinalou que a Oban refletia o pavor que os empresários paulistas tinham da ação das organizações da esquerda armada.[86] Conforme escreveu Elio Gaspari,

> Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen fornecia carros, a Ultragás emprestava caminhões e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutoia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, "àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban".[87]

Por sua vez, a pesquisadora Beatriz Kushnir constatou a presença ativa do Grupo Folha no apoio à Oban, seja no apoio editorial explícito no noticiário do jornal *Folha da Tarde*, seja no uso de caminhonetes da Folha para o cerco e a captura de opositores do regime.[88] De acordo com o jornalista Hélio Contreiras, pelo menos dois empresários se recusaram a colaborar na produção dessa estrutura repressiva, constituindo exceções: José Mindlin e Antônio Ermírio de Moraes.[89]

A colaboração do grande empresariado com essa dimensão do regime ditatorial não passou despercebida à sociedade brasileira, pois, embora a censura à imprensa tolhesse a possibilidade de os cidadãos tomarem conhecimento dos fatos, o próprio governo gostava de exibir o apoio dos setores mais abastados da sociedade ao seu regime.

Entre os entusiastas dessa colaboração estava o empresário dinamarquês radicado no Brasil Henning Albert Boilesen, presidente do Grupo Ultra, que foi um dos elementos civis mais identificados com a repressão naquele período, embora não tenha sido o único. Boilesen ficou conhecido como o personagem que cuidava da arrecadação de recursos para a Oban, frequentava a sede da entidade, observava os presos políticos ali mantidos, assistia a sessões de tortura. Existem evidências de que tenha participado de algumas sevícias de prisioneiros políticos. Sua participação em atos de

tamanha crueldade, crimes contra a humanidade, envolveram inclusive a importação de um equipamento para produzir choques nos prisioneiros políticos torturados. Acionado por um teclado, com a estrutura de um piano, o equipamento aumentava a frequência das descargas à medida que notas mais agudas eram tocadas. A fama de Boilesen acabaria despertando a ira dos opositores do regime, e uma ação conjunta de duas organizações da esquerda armada – o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e a Ação Libertadora Nacional (ALN) – executou o empresário em São Paulo, no dia 15 de abril de 1971.[90]

De acordo com o empresário José Papa Junior, em depoimento prestado no já mencionado documentário *Cidadão Boilesen*,

> [...] é inegável que a participação do Boilesen era mais municipal, enquanto um Amador Aguiar [então dono do Bradesco], sem que ninguém percebesse – sem que haja demérito nisso (*sic*) –, tinha uma participação nacional e reservada.

A Oban articulava-se com um vasto sistema de informações, criado desde o início da ditadura, com a formação do SNI, em julho de 1964, bem como aos serviços de informação das três forças armadas: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e o CISA. A Oban foi um projeto piloto que resultou na criação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em todas as regiões do Brasil.

No início dos anos 1980, o cineasta Roberto Farias produziu o filme *Pra frente Brasil!* (1982), inspirado na história da colaboração empresarial com as graves violações de direitos humanos perpetradas pelo regime ditatorial, em meio à euforia popular com a conquista do tricampeonato de futebol, em 1970. O filme, exibido em 26 de março de 1983, foi proibido no dia seguinte pela censura. Partindo de um viés crítico, *Pra frente Brasil!* produziu um impacto importante na construção da memória de parte dos brasileiros sobre aquele período.

Novas revelações do envolvimento do empresariado com o aparelho de repressão e consequentes graves violações de direitos humanos continuariam a aparecer ao longo das últimas décadas. Em depoimentos prestados por militares a cientistas sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), no início dos anos 1990, os generais da reserva Cyro Guedes Etchegoyen e Gustavo Moraes Rego Reis admitiram a colaboração do empresariado na criação da Oban.[91]

Em reportagem à revista *IstoÉ*, de 20 de fevereiro de 2001, o jornalista Helio Contreiras revelou a existência de dossiê produzido pelo Exército brasileiro sobre a Oban, que abaixo reproduzimos:

> "Temos de fazer essa gente falar nem que seja na base da porrada." A frase, uma ordem para o uso de torturas como instrumento para a obtenção de confissões, está registrada em um documento que carrega o timbre do Exército brasileiro. Trata-se de considerações redigidas à mão por um oficial, recomendando aos seus "companheiros" mais rapidez nas ações contra os opositores da ditadura. O manuscrito está guardado em um dossiê que os militares ainda hoje insistem em manter sob segredo. É o arquivo da Operação Bandeirantes (Oban), a mais truculenta ação empreendida na ditadura, realizada entre 1968 e 1970 sob a coordenação do II Exército, em São Paulo. Alguns desses documentos foram mostrados a ISTOÉ por um coronel da Aeronáutica, no centro de Niterói (RJ). Um relatório, em papel timbrado da própria Aeronáutica, informa que a Oban submeteu 1.200 pessoas a longos interrogatórios especiais, com

choques elétricos, espancamentos e afogamentos. Algumas vítimas desse tratamento não resistiram e morreram. É o caso de Joaquim de Alencar Seixas. Seu filho, o jornalista Ivan Seixas, também preso pelos militares, pôde acompanhar a sessão de tortura que terminou com a vida de seu pai. "A Oban foi a mais violenta operação após a decretação do AI-5, em 1968", admite Octávio Costa, general da reserva. É a primeira vez que um militar faz comentários e revelações a respeito da operação.

Caixinha do terror – Além da tortura, a Oban também se caracterizou pelo alto custo de suas ações. Os militares chegavam a manter carros do Exército circulando pela cidade por dias e dias seguidos apenas com o objetivo de se tornar alvos dos militantes de esquerda. Uma armadilha que resultou na prisão e até na morte de opositores, como a militante comunista Ana Maria Cianowitz. "O apoio financeiro dos empresários de São Paulo à Oban foi decisivo para a estrutura adotada na repressão paulista", lembra o general Costa. A arrecadação do dinheiro era coordenada pelo empresário Hening Boilensen, ligado ao grupo Ultra, e executado pelo Movimento Revolucionário Tiradentes e pela Ação Libertadora Nacional, em 1971.

Boilensen, o tesoureiro da Oban, era conhecido entre os militares como um homem extremamente cruel e intolerante. Em 1969, em uma reunião no II Exército, ele afirmou, referindo-se aos militantes de esquerda: "Temos de eliminar todos estes porcos". Para juntar recursos, Boilensen promovia palestras entre empresários. "Vocês são beneficiados pela revolução e devem colaborar", disse em um desses encontros na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Theobaldo Di Nigris, o presidente da Fiesp na época, era um homem de direita e abria a entidade para os encontros de Boilensen", recorda o coronel Tarcísio Nunes Ferreira, um dos críticos da Oban.

O general Octávio Costa lembra que assistiu a uma dessas reuniões de Boilesen com empresários, durante um jantar em São Paulo. "Fui fazer uma palestra sobre comunicação social, e depois, como convidado, compareci àquele jantar. Estava lá o publicitário Said Farhat, que, mais tarde, veio a ser o porta-voz do presidente Figueiredo", recorda-se. Em suas reuniões, o empresário-tesoureiro da Oban também costumava tecer críticas ferozes aos colegas que se recusavam a contribuir financeiramente para a manutenção do terror. "Se você é liberal, está próximo dos comunistas", radicalizava. Os documentos mostrados a ISTOÉ revelam que entre aqueles que se negavam a contribuir estava José Mindlin, do grupo Metal Leve. Rotulado por Boilensen como "um homem de esquerda", Mindlin não se dobrou à pressão de radicais para demitir o jornalista Wladimir Herzog da TV Cultura, quando era secretário de Cultura de São Paulo.[92]

Como é do conhecimento da sociedade brasileira, até hoje as Forças Armadas brasileiras negam a existência de qualquer informação e/ou documentação que esclareça a atuação da Oban, inclusive o destino do dossiê que Contreras consultou nas mãos do coronel da Aeronáutica.

D) Estruturando a repressão: DOI-CODI

Em setembro de 1970, um decreto do general Médici integrou a estrutura da Oban ao organograma oficial, assumindo então a denominação de Destacamento de Operações de Informação/

Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, sendo, a partir de então, comandado pelo major Carlos Alberto Brilhante Ustra. No mesmo ato, além de São Paulo, os DOI--CODI implantaram-se como instituições oficiais no Rio de Janeiro, Recife, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza e Belém. Embora houvesse deixado de lado a estrutura extralegal e passasse a contar com dotação orçamentária própria, são notáveis os indícios de que o grande setor privado continuaria a prover o aparelho de repressão com fartos recursos.

Como mencionado no depoimento de José Papa Júnior, enquanto a atuação de alguns empresários era feita no plano local, outros empreenderam uma discreta ação nacional. De acordo com a própria Diretriz para a Política de Segurança Interna, de julho de 1969, estruturas semelhantes à Oban seriam criadas em outros estados.[93] Empresários do Rio também visitavam o DOPS paulista, como revelou em entrevista o ex-delegado do DOPS José Paulo Bonchristiano, referindo-se a Roberto Marinho.[94] Será que se inspiraram nas práticas dos paulistas para operações semelhantes no Rio de Janeiro e em outros estados da federação?

Revelações de outro ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra, em depoimento a Rogério Medeiros e Marcelo Netto, publicada em forma de livro,[95] reproduzidas e ampliadas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV), expõem o financiamento em nível nacional do aparelho de repressão, tortura e assassinato do regime ditatorial. Segundo ele, o Banco Mercantil de São Paulo e o Sudameris destacaram-se como os maiores provedores de recursos para os agentes da repressão, pois viabilizaram o pagamento de uma espécie de bolsa mensal a eles, em contas em nome de laranjas (ou mesmo em nomes falsos), além do pagamento de "prêmios" (em dinheiro), em decorrência da captura e do assassinato de opositores do regime ditatorial.[96] Como foi possível aferir, tais recursos não eram provenientes apenas dos cofres desses bancos, tendo estes centralizado recursos captados entre vários civis, que pretendiam contar com as benesses oriundas das boas relações com o poder. Sebastião Camargo, por exemplo, da empreiteira Camargo Corrêa, um dos maiores mantenedores da "caixinha da Oban", conseguiu contratos para a construção grandes obras públicas, como a Ponte Rio-Niterói.

Camilo Cola, dono da Viação Itapemirim e deputado capixaba pela Arena, foi também um grande contribuinte, cumprindo a tarefa de arrecadar recursos em outras empresas, como a Gasbrás e a White Martins. Favores estatais para a viabilização de negócios foram concedidos aos mais ativos financiadores da estrutura da repressão. Além do mencionado Henning Albert Boilesen, existem evidências de que outros civis compareciam às dependências de edifícios públicos, onde se perpetraram graves violações aos direitos humanos, comprazendo-se com o sofrimento de seus opositores. [97]

A estrutura da repressão política no estado do Rio de Janeiro contava com o apoio de setores privados, que a proveram, entre outros benefícios, de espaços a serem usados para a tortura, assassinato e ocultação de cadáveres, como a Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, e a Casa da Morte, em Petrópolis. No caso da Usina de Campos, seu proprietário, Heli Ribeiro, era membro da TFP, organização que contribuiu com a deposição do governo João Goulart, em 1964, e que apoiou de forma ativa o regime ditatorial militar. Também membro da TFP, o filho de Heli Ribeiro, João Lysandro, conhecido pelo epíteto "João Bala", teria sido ativo colaborador de outros agentes da repressão, em uma das ações mais brutais denunciadas sobre aquele período: a incineração de corpos mutilados de opositores políticos, nos fornos da Usina. O próprio Guerra revelou ter incinerado 12 corpos de militantes políticos naquele local, entre os quais o do líder comunista pernambucano David Capistrano, cujo corpo, já mutilado, Guerra recebeu na Casa da Morte, em Petrópolis.[98]

Além da ocultação dos restos mortais de prisioneiros políticos, enterrados em cemitérios clandestinos (muitos dos quais ainda desconhecidos dos brasileiros), uma parte do setor privado envolveu-se em ações que eliminaram qualquer possibilidade de as famílias dos perseguidos políticos

enterrarem seus mortos. Também no período de transição para o atual regime democrático, quando participantes da chamada "comunidade de informações" perpetraram ataques terroristas para sabotar o processo de abertura, segundo o mesmo Guerra, eles tiveram o apoio financeiro de grupos empresariais, como o do já mencionado Banco Mercantil de São Paulo e o Sudameris. Em suma, mesmo quando parte significativa do empresariado estava apoiando o processo de abertura, grandes homens de negócio apoiaram ações que marcariam tragicamente a vida pública do país, como o atentado à sede da OAB no Rio de Janeiro, uma carta-bomba que resultou na morte da secretária da entidade, dona Lida Monteiro da Silva, e o (por sorte) fracassado atentado no Rio-Centro, em 1981.

1 – STARLING, Heloísa. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

2 – FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 244.

3 – Foi revelado a partir do trabalho da pesquisadora Phyllis R. Parker, divulgado no Brasil pelo jornalista Marcos Sá Corrêa. Cf. PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. CORRÊA, Marcos Sá. *1964, visto e comentado da Casa Branca*. Porto Alegre: LP&M, 1977.

4 – FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

5 – Telegrama enviado do Departamento de Estado à Embaixada Americana no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964. *apud* TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014, pp. 300-303.

6 – DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

7 – A importância do IPES como centro formulador das reformas efetivadas pelo governo Castelo Branco é admitida por Roberto Campos em suas memórias. Cf. CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Memórias. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. v. 1, pp. 635-738.

8 – *Estatuto do IPES*, 1963. Fundo "Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais", Arquivo Nacional.

9 – ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

10 – Diferentemente de instituições congêneres sob as quais se inspirou em sua fundação, como o National War College, dos Estados Unidos, que só formava militares, a ESG foi também um espaço de formação para elites civis, e não por acaso houve uma congruência de valores e de pessoas entre os membros da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e o IPES.

11 – DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 369.

12 – Rubens Fonseca posteriormente tornar-se-ia um grande romancista brasileiro.

13 – RAMIRO, Hernán Ramiréz. *Os Institutos de Estudos Econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1966*. Tese de doutorado em história apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 191.

14 – STARLING, Heloísa, *Os senhores das Gerais. Petrópolis*: Vozes, 1986, p. 136.

15 – SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985. PRESOT, Aline. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

16 – TRINDADE, Hélgio. *O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista*. In: SOARES, Gláucio Ary D.; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, pp.123-141. CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel (PR): Edunioeste, 2010, pp. 307-345.

17 – Para mais informações ver STARLING, Heloísa. *Os senhores das Gerais. Petrópolis*: Vozes, 1986.

18 – "O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil." ATO INSTITUCIONAL [Nº 1], 9/4/1964.

19 – Resultados comparados da pesquisa de opinião realizada nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, 9 a 26 de março de 1964. Fundo Ibope, MR/0277, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas (SP).

20 – AGEE, Philip. *Inside the Company: CIA Diary*. Londres: Penguin Books, 1975, p. 603.

21 – De acordo com Moniz Bandeira: "Em 1962, com a criação da Ação Democrática Popular (ADEP), o Ibad interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos direitistas, que assumiam o compromisso ideológico de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária bem como a política externa independente do governo brasileiro, que teria gasto cerca de CR$ 5 milhões, pelo menos, ou, segundo o ex-agente norte-americano Philip Agee, uma quantia equivalente a US$ 12 milhões, talvez atingindo US$ 20 milhões [...]".BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 177.

22 – DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado.* Petrópolis: Vozes, 1986, p. 330.

23 – *Ibid.*, p. 331.

24 – *Ibid.*, pp. 336-337.

25 – "Roteiro da Revolução." *O Estado de S. Paulo*, 12/4/1964, republicado em FILHO, Júlio de Mesquita. *Política e cultura*. São Paulo: Martins, 1969, pp. 120-127.

26 – O que se constituiu em uma das peculiaridades daquele regime militar brasileiro face a outros similares, que emergiram no Cone Sul naquela quadra histórica. Sobre o funcionamento do Judiciário, cf. PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Sobre a manutenção do Legislativo, que só ficaria fechado entre a decretação do AI-5 (13 de dezembro de 1968) e a posse do general Médici (30 de outubro de 1969), e bem como nos quatro meses que se seguiram ao Pacote de Abril (15 de abril de 1977), cf. VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo*. Vária História, Belo Horizonte, v. 29, pp. 333-358, jan.-abr. 2013.

27 – "Ressurge a Democracia" (editorial). O Globo, 2/4/1964, capa. No dia 31 de agosto de 2013, o mesmo periódico publicou editorial que se apresentou como uma autocrítica de sua postura editorial entre os anos 1960 até o fim do regime ditatorial. <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>.

28 – "Se o sr. João Goulart não tem capacidade de exercer a Presidência da República e resolver os problemas da nação dentro da legalidade constitucional, não lhe resta outra saída senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual, agora basta!" *Correio da Manhã*, 31/3/1964. "A nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do governo." *Ibid.*, 1º/4/1964.

29 – "Para quê?" *Folha de S.Paulo*, 14/3/1964.

30 – DREIFUSS, René Armand, *1964 - A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 244.

31 – IPES. *Reformas de base: a posição do IPES*. Rio de Janeiro, 1963. Fundo "Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais", Arquivo Nacional.

32 – São elas: Reforma Eleitoral, Reforma do Legislativo, Reforma da Estrutura Política, Reforma Administrativa, Reforma dos Serviços de Utilidade Pública, Reforma do Judiciário, Reforma da Política Externa, Reforma da Política de Comércio Exterior, Reforma do Capital Estrangeiro, Reforma Monetária e Bancária, Reforma Tributária, Reforma Orçamentária, Reforma Antitruste, Reforma do Mercado de Capitais, Reforma da Empresa Privada, Reforma da Participação nos Lucros, Reforma da Legislação Trabalhista, Reforma da Seguridade Social, Reforma dos Recursos Naturais, Reforma Agrária, Reforma Educacional, Reforma Habitacional e Reforma Sanitária.

33 – Cf. SILVA, Eduardo Gomes. *A rede da democracia e o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008; CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia. O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64).* Niterói: UFF, 2010.

34 – A TV era um bem restrito às classes mais abastadas da população.

35 – "Veículos, pneumáticos, baterias, remédios, caminhões e uma infinidade de materiais e equipamentos, cujo montante ultrapassou a NCr$ 1.000.000 (hum milhão de cruzeiros novos)", segundo informações prestadas, poucos anos depois, por um membro da FIESP em palestra proferida na Escola Superior de Guerra (ESG). Corrigido pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, o valor corresponderia a R$ 5 milhões. *Folha de S.Paulo*, 1º/6/2014.

36 – FIESP/CIESP. *GPMI da FIESP: definições e diretrizes*. São Paulo, 1970, citado em SILBERFELD, J. C. E. *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP: 1964-1967*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984, Anexo nº 14.

37 – DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 207.

38 – *Ibid.*, pp. 194, 198, 364, 426 e 433.

39 – *Ibid.*, pp. 95, 182.

40 – *Ibid.*, p. 72.

41 – Cf. GRASSI, Quirino. *A empresa e a mobilização nacional*. Escola Superior de Guerra, 1972. <http://media.folha.uol.com.br/poder/2014/05/31/image2014-05-31-113104.pdf>.

42 – Citado em *Folha de S.Paulo*, 1º/6/2014.

43 – DREIFUSS, René Armand, *1964 – A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 453.

44 – *Folha de S.Paulo*, 1º/6/2014.

45 – Ministro da Indústria e Comércio de 1966-1967 e governador de São Paulo de 1975-1979. Sobre a sua trajetória política, ver DEZOUZART, Elizabeth. "Paulo Egídio". In: PAULA, Christiane Jales de; LATTMAN-Weltman (Coord). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 3. ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2010. <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

46 – MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio: depoimento ao CPDOC / FGV*. Organização Verena Alberti, Ignez Cordeiro de Farias, Dora Rocha. São Paulo: Imp. Oficial do Estado de São Paulo, 2007, pp. 172-173.

47 – *Ibid.*, pp. 170, 173.

48 – "Paulo Egydio: Mortes de Herzog e Manuel Fiel Filho aconteceram para desestabilizar Geisel". *O Globo*, 26/11/2013. <http://oglobo.globo.com/brasil/paulo-egydio-mortes-de-herzog-manuel-fiel-filho-aconteceram-para-desestabilizar-geisel-10887565>.

49 – SILBERFELD, *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Fiesp*. São Paulo: PUC-SP, 1984, p. 1.

50 – FIESP/CIESP. *GPMI da FIESP: definições e diretrizes*. São Paulo, 1970, *apud* SILBERFELD, *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Fiesp*. São Paulo: PUC-SP, 1984, p. 1.

51 – *Ibid.*, p. 88.

52 – MENDONÇA, Ricardo. "Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 1962". *Folha de S.Paulo*, 1/6/2014.

53 – DREIFUSS, René Armand, *1964 – A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 485.

54 – Enquanto o general Golbery, com base em um levantamento previamente preparado no âmbito de suas atividades no IPES, criou o SNI, espinha dorsal do sistema repressivo implantado a partir de então. O peso do IPES no governo ditatorial permitiu a Dreifuss concluir que este havia "conquistado o Estado".

55 – ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005, p. 117.

56 – GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 103.

57 – CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: UFF, 2014.

58 – MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz. *BNH: outras perspectivas*. Tese de doutorado em Administração, UFRN, 2008.

59 – Alinhamento cujos emblemas foram a participação brasileira na invasão da República Dominicana em 1965, e a declaração do então embaixador Juracy Magalhães: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil!"

60 – ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005, p. 132.

61 – SINGER, Paul. *A crise do "milagre". Interpretação crítica da economia brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.68.

62 – Idem.

63 – Lista dos Contribuintes do IPES, 1963 e 1964, Ata do IPES Comitê Diretor/Comitê Executivo de 27 de novembro de 1962.

64 – FISHLOW, Albert. "Brazilian Size Distribution of Income". *American Economic Review*, v. 62, nº 2, maio de 1972. Cf. LEITE LOPES, José Sérgio. "Sobre o debate da distribuição de renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 1, 1973. HOFFMANN, Rodolfo. "Distribuição de renda e crescimento econômico". *Estudos Avançados*, São Paulo, 15 (41), pp. 67-76, 2001.

65 – "Distribuição de renda, uma área polêmica." *Jornal do Brasil*, 23 e 24 de abril de 1972, p. 34.

66 – Cf. Seminário e depoimentos colhidos pela CNV em 23 de março de 2013.

67 – Gasparian teve uma importante atuação junto à intelectualidade oposicionista, empreendendo um significativo trabalho de publicação de leituras críticas da realidade brasileira através da editora Paz e Terra.

68 – Ver BOLAÑO, C.; BRITTOS, V. C. (Org.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005. DE LIMA, V. "The State, Television and Political Power in Brazil". *Critical Studies in Mass Communication*, nº 5, pp. 108–28, 1988. HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê!, 1989.

69 – Empresa editora de revistas e que possuía alguns canais de televisão nos Estados Unidos, além de investimentos em outros países latino-americanos como Cuba, Venezuela e Argentina.

70 – Citado em ARRUDA, Marcos; AFONSO, Carlos. "Estudio de caso número 1: Brascan". In: *Las empresas transnacionales y el Brasil*. México: UNAM, 1978, p. 103.

71 – MINELLA, Ary César. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Anpocs, 1988.

72 – COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos bancos*. São Paulo: USP, 2012, p. 241.

73 – Cf. CAMPOS, *Estranhas catedrais*. Niterói: UFF, 2014.

74 – Fonte: Relatórios anuais do Banco Centra do Brasil e revista *Conjuntura Econômica/FGV*.

75 – O pretexto para o AI-5 foi um discurso do deputado Márcio Moreira Alves do MDB, considerado ofensivo pelas Forças Armadas, seguido pela recusa do Congresso Nacional em cassar o mandato do parlamentar. O Congresso ficou fechado entre 13 de dezembro de 1938 e 30 de outubro de 1969, quando da posse do general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República.

76 – FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

77 – Tais grupos justificavam a prática como necessária para angariar recursos para o combate armado à ditadura.

78 – Mencionado comumente como sequestro do embaixador americano, a captura do embaixador Charles Burke Elbrick foi uma ação empreendida por duas organizações da resistência armada, a ALN e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), e ocorreu em 4 de setembro de 1969. Pretendia denunciar o apoio e os compromissos do governo dos EUA à ditadura militar brasileira. Os grupos insurgentes exigiram a troca do embaixador por 15 prisioneiros políticos, o que ocorreria no dia 7 de setembro de 1969.

79 – Tendo realizado uma fuga espetacular do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna (SP), na qual levou consigo um arsenal de 63 fuzis FAL, Lamarca aderiu à organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e em 1970 liderou o grupo que capturou o embaixador suíço Giovanni Bucher, em troca do qual a ditadura teve de libertar 70 presos políticos. Em 1971, trocou a VPR pelo MR8, sendo assassinado em 17 de setembro de 1971, no sertão baiano, pelo major Nilton Cerqueira.

80 – SOUZA, Percival de. Autópsia do medo. Porto Alegre: Globo, 2000. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

81 – GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 61.

82 – A subversão e o terrorismo em São Paulo. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 5, *apud* JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 34.

83 – LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 108.

84 – MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Cartéis e desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pp. 197-207.

85 – "À Comissão da Verdade, Delfim afirma que desconhecia práticas de tortura no País: em depoimento ao colegiado da Câmara dos Vereadores de São Paulo, ex-ministro negou saber sobre o financiamento de órgãos da repressão por empresários." *O Estado de S. Paulo*, 25/6/2013.

86 – FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

87 – GASPARI, *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 62.

88 – KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

89 – Ver o mencionado documentário de Chaim Litewski.

90 – No panfleto deixado no local pelos elementos da resistência armada que o executaram, foi atribuído a Boilesen o epíteto de "agente da CIA". Contudo, de acordo com uma correspondência entre o Departamento de Estado e o Embai-

xador dos EUA no Rio, ele não seria agente do serviço de inteligência americana. Cf. MONTHLY TRENDS REPORT. 16/4/1971, p. 2. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:374668/>. Contudo, sabe-se que nem sempre os agentes do serviço diplomático americano estão cientes da estrutura real do serviço de inteligência de seu país.

91 – CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 117 e 154.

92 – CONTREIRAS, Helio. "Segredos do porão. Documentos secretos da Oban mostram como a tortura foi consentida e financiada durante o regime militar". *IstoÉ*, 20/2/2001.< http://www.istoe.com.br/reportagens/39970_SEGREDOS+-DO+PORAO>.

93 – GASPARI, *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 60.

94 – Conversas com Mr. DOPS. Entrevista de José Paulo Bonchristiano a Marina Amaral. Pública, 9/2/2012. <http://apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>.

95 – GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Cláudio Guerra em depoimento à Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

96 – *Ibid*., pp. 141-144.

97 – Cf. SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*. Porto Alegre: Globo, 2000.

98 – Cf. depoimentos prestados pelo delegado Guerra à CNV.

TEXTO

9

A RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ÀS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Maria Rita Kehl. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas pela assessora da Comissão Nacional da Verdade e professora da UFMG Heloisa Maria Murgel Starling e pelos pesquisadores do Projeto República (UFMG) Ana Emília de Carvalho, Ana Marília Carneiro, Bruno Viveiros Martins, Davi Aroeira Kacowicz, José Antônio Souza Queiroz, Juliana Ventura de Souza Fernandes, Pedro de Castro Luscher e Wilkie Buzatti Antunes.

Este texto trata das formas de resistência política utilizadas por diversos setores da sociedade brasileira contra o regime civil-militar entre 1964 e 1985.

O conceito de resistência aponta para a adoção de formas de defesa e de ação orientada por uma ideia central: um governo ditatorial, para funcionar, depende da colaboração ou pelo menos do consentimento – e da obediência – de boa parte da sociedade. Uma atuação no campo da resistência política tem como objetivo mobilizar a sociedade (ou mobilizar grupos dentro dela), de maneira concertada, em torno de três pontos principais: a defesa e o exercício dos direitos; o enfrentamento da violência e do poder arbitrário; a retirada do consentimento ao governo ditatorial.

É importante anotar dois elementos importantes na composição desse conceito. O primeiro: o campo da resistência sempre se definiu em torno da convicção de uma correlação de forças adversas – a ditadura é o inimigo mais forte e que se impõe. Resistem os que sobraram ou optaram por lutar; por isso, essa é uma prática política que se sustenta num exercício de esperança – assume uma derrota e, simultaneamente, declara uma esperança de vitória. Sua prática incluiu um conjunto significativo de compartilhamento de valores do mundo público como esperança e prudência. E, sobretudo, coragem política, isto é, o gesto de deixar a proteção do anonimato do mundo privado e protagonizar uma ação na cena pública. Quem faz isso sabe que corre riscos: o inimigo é superior em forças; não existem garantias; e, caso seja preso, estará sem recurso e sem defesa.

O segundo elemento definidor do conceito: a luta de resistência (sob qualquer forma) que ocorre quando se quebra o Estado de Direito e se rompem os princípios e valores que o organizam. Essa é uma luta que se forma em torno dos direitos, da legalidade, da justiça. Quem participa dela não o faz exclusiva ou prioritariamente em nome de uma bandeira ideológica ou de um projeto político partidário. Sua essência é a defesa da liberdade.

A) O movimento estudantil

Embora a memória da resistência ao regime militar tenha elegido os estudantes e suas entidades como agentes perenes da luta pelo retorno da democracia, a historiografia disponível fornece um quadro ligeiramente distinto, marcado por uma atuação política intermitente, ainda que muito intensa, entre os anos de 1964 e 1985. De um lado, encontram-se as transformações orgânicas dos próprios estudantes e as mutações de princípios que orientavam a ação estudantil, como, por exemplo, aquelas que conduziram grande número de jovens para o enfrentamento armado ao regime autoritário. Na outra face, as tentativas de cerceamento da atividade política por parte do aparato repressivo: a promoção de reformas conservadoras na estrutura universitária, o fechamento e proibição de entidades, a prisão de estudantes e a difusão do medo e da insegurança nas universidades brasileiras.

Na tentativa de compreender esses eventos, podemos observar que a atuação política dos estudantes brasileiros contra o regime militar se compõe de etapas, como camadas sobrepostas, nem sempre facilmente divididas, tendo apenas em conta o fator cronológico.

A primeira dessas etapas compreende o momento imediatamente anterior ao golpe militar de março de 1964 e parte do engajamento estudantil no projeto nacional-desenvolvimentista, a partir dos Centros Populares de Cultura, do retorno à orientação esquerdista na direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), e, por fim, o apoio massivo estudantil às reformas de base, de João Goulart. A interrupção desse grande projeto nacional, pelo golpe militar, talvez sirva para explicar a apatia na militância estudantil dos primeiros anos do novo regime, em um período que se estende até meados de 1966. De certa maneira recolhidos, politicamente desorientados, os estudantes brasileiros passaram por um período de quase dois anos tentando recompor suas forças e sua unidade política, que ainda tinha como referência central uma UNE já colocada na ilegalidade.

A segunda etapa se inaugura nesse mesmo ano, com as primeiras manifestações claramente contrárias ao regime militar tomando as ruas, em torno de questões como as políticas dos militares para a universidade e para o país: a carência de vagas e de estrutura no ensino superior, cujos maiores representantes eram os estudantes excedentes e o concurso vestibular; e, por outro lado, o aumento do custo de vida e a carência de liberdades políticas. O crescendo desse enfrentamento, um "diálogo pela violência", culmina nos grandes confrontos que marcaram o ano de 1968, em vários campos. As escaramuças entre estudantes e policiais, que não raro envolviam outros setores da população, eram cotidianas em todo o país. No campo político, o fechamento se tornava cada vez mais sufocante, e se consumaria em dezembro, a sexta-feira 13 que deu ao país o Ato Institucional de número 5.

Esses dois movimentos conduziam os estudantes a um beco cuja saída não era clara, em absoluto. A prisão de grande parte das lideranças nacionais estudantis no XXX Congresso da UNE, realizado em outubro de 1968, na cidade de Ibiúna, contribuiu para acentuar o problema: como atuar politicamente nesse cenário?

A resposta envolveu uma dura escolha, que colocou em caminhos distintos aqueles que resolveram voltar para a universidade e dali buscar novas formas de engajamento político e aqueles convencidos de que "quem sabe faz a hora" e aderiram às organizações clandestinas de luta armada. Esse momento de escolha, uma aposta tão incerta como o vestibular, embora infinitamente mais grave, contribuiu de forma significativa para que as organizações que gestavam o movimento de resistência armada pudessem romper a superfície, em muitos dos casos compostas por mais da metade de seus quadros de estudantes.

A etapa seguinte, que se inicia no período pós-AI-5, marca a terceira etapa da atuação estudantil durante o regime militar, caracterizada como um período de reflexão, de reorganização política e, sobretudo, pelo retorno da universidade como centro irradiador da atividade de um movimento que passara os últimos três anos essencialmente nas ruas. Talvez seja esse o período mais árido nos estudos já realizados sobre o tema, considerado, até pouco tempo, como um tempo de terra arrasada e de inatividade política. No entanto, hoje já é possível afirmar que esse é um momento crucial, de uma reformulação política marcada pela derrota da luta armada nas cidades e pelo exílio ou morte de grande parte de seus militantes.

Partindo desses pressupostos, o movimento estudantil brasileiro entra naquela que chamaremos de quarta etapa, iniciada nos primeiros anos da década de 1970, profundamente marcada por uma crítica da atuação da oposição ao regime até ali, que passava pela luta armada e pelo distanciamento daqueles que deveriam ser, no seu entendimento, os seus verdadeiros agentes: o povo.

Um intenso esforço de reorganização, de fortalecimento pela base, é empreendido no movimento estudantil com a reconstrução ou, em alguns casos, refundação, das entidades estudantis e o resgate de sua força entre os estudantes engajados. Importante lembrar o papel fundamental que as atividades culturais vão desenvolver no resgate do princípio associativo do movimento estudantil, fortalecido no cotidiano das festas, cineclubes, shows e calouradas. Esse esforço, que se estende ao menos até metade da década de 1970, vai se tornar aparente no retorno das manifestações de rua, inicialmente ainda tímidas, como que tateando no escuro em busca de limites. Combinado ao fortalecimento e à pluralização da oposição ao regime militar, que colocava em cena uma vigorosa demanda de participação na luta por direitos, esse movimento estudantil "renovado" inseriu na pauta do dia a abertura política, ainda que controlada, lenta e gradual.

Com o país caminhando vagarosamente para a redemocratização, embora muito distante de uma fantasiosa "ditabranda", o movimento estudantil abre aquela que é a última etapa de sua história no período: a transição da lógica participativa, de reconstrução de suas entidades, para uma lógica organizativa, que envolvia seu fortalecimento e controle. Se de certa forma haviam contornado, por caminhos tortuosos, os numerosos entraves burocráticos e legais que o regime militar havia imposto, encontravam-se agora diante de um futuro aberto, que lhes cobrava imediatamente a definição de seu rumo.

A partir de 1977, começam os encontros para refundação da UNE, primeiro ilegal, depois clandestina e, por fim, inativa; no ano de 1979, o mesmo da anistia política, instalou-se o Congresso que finalmente marcaria seu retorno, simbolicamente aberto por seu último presidente legalmente eleito, em 1963. Instada a participar da condução do país novamente à democracia, a instituição mostrava padecer de problemas antigos, marcada pelas disputas internas pelo seu controle e liderança. No entanto, a forte oposição àquele que talvez tenha sido o último golpe da ditadura contra a entidade, a demolição em 1982 de sua sede histórica, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, mostram que a UNE, e os estudantes brasileiros, saíam desse longo período da forma como haviam entrado: um símbolo de rebeldia e resistência contra o autoritarismo.

B) A cultura, os artistas e as formas de resistência nas diversas áreas: canção, teatro, artes plásticas, literatura

De todas as tradições que participam da construção das interpretações sobre o país, a imaginação cultural brasileira compõe um dos seus mais fortes campos reflexivos. Durante todo o período de vigência da ditadura civil-militar, as várias linguagens estéticas geradas no interior desse campo foram capazes de fundir diferentes horizontes de interpretação e criar narrativas e alegorias destinadas a opinar sobre o Brasil. A história recente do país atravessa todas essas obras que apresentam, em comum, além de uma singular relação entre arte, política e história, uma inquietude estética e experimental, um impulso criativo e crítico, uma nova visada artística. Trata-se de um período de extraordinário florescimento cultural gerado por uma imaginação cujas linguagens estéticas encontravam-se em estado de disponibilidade, maleabilidade e trânsito permanente entre arte e realidade. Uma imaginação destemida, mobilizadora, com artistas dispostos a forjar outras noções de arte em suas obras (e, por vezes, em suas vidas) e, por meio da sua arte, expressar concepções de liberdade, de democracia, de vida pública, dos direitos, das minorias, do corpo, da natureza, da tecnologia, do profano e do absoluto. Uma imaginação democrática e refinada, jocosa, irônica, muitas vezes melancólica, capaz de misturar livremente tradições, estilos, suportes de comunicação e disposta a confrontar sistematicamente a ditadura por estar imbuída de genuíno apreço pela liberdade e crescente senso de direitos.

1. Canção popular

Durante o regime militar a censura perseguiu, vetou e puniu os compositores populares sem distinção de estilos, rótulos ou preferências musicais. Para os militares, a censura tinha o papel de coibir todo aquele que, por meio do poder oblíquo da narrativa musical, colocasse em risco a "segurança nacional", prejudicasse a suposta governabilidade do Estado ou denegrisse a moral e os bons costumes da sociedade. Para os compositores, a censura foi sinônimo do cerceamento da imaginação e da negação à livre expressão do pensamento.

Os limites impostos à criação artística se fizeram presentes sob diversas formas: letras como a de "Pra não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré, foram proibidas integralmente enquanto inúmeras outras tiveram seus versos "retocados" para que pudessem ser veiculadas. Canções instrumentais como "Caixa forte", de Edu Lobo, também não passaram ilesas pelos censores. A proibição da capa dos discos *Calabar,* (1973) de Chico Buarque, e *Joia,* (1975) de Caetano Veloso, ao gesto de erguer o punho direito, usado por Erasmo Carlos para cumprimentar a plateia, deixa claro todo o rigor da censura, realizada principalmente a partir do AI-5. O veto integral ao disco *Banquete dos mendigos,* gravado por Jards Macalé, em 1974, por conter vários artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi um dos golpes mais duros já realizados contra um artista brasileiro. Em 1971, a censura não permitiu que a canção "Bolsa de amores", composta por Chico de Buarque e gravada por Mário Reis, viesse ao conhecimento do público. Somente em 1991 a gravação foi apresentada aos fãs.

Já em 1982, em pleno processo de reabertura política, a banda Blitz teve danificadas duas faixas de seu disco *As aventuras da Blitz*. O referido LP já havia sido prensado, mas a censura não abria mão dos cortes. Seja nos grandes espetáculos ou em pequenas apresentações, a polícia efetuava batidas, prisões e apreensões, intimidando artistas e espectadores. Esse foi o caso de Erlon Chaves, preso em 1970, durante o V Festival Internacional da Canção. O cantor negro foi beijado e acariciado por dançarinas loiras em pleno horário nobre, fato inadmissível para uma sociedade conservadora e preconceituosa. Um dos compositores mais perseguidos durante o regime militar foi Odair José. Cantor de sucessos incontestáveis, como "Pare de tomar a pílula", ele se tornou alvo da repressão por denunciar o autoritarismo e a segregação social vividos por uma ampla camada da população brasileira. A preocupação da censura em relação à canção popular demonstrou o poder subversivo e a capacidade dos compositores de fazer com que liberdade e esperança sobrevivessem mesmo em tempos sombrios.

Nesse contexto, as composições que invocavam o direito à resistência recortaram seu próprio discurso do interior do grande conjunto poético musical produzido pelas canções de viés crítico – a vertente do cancioneiro popular politicamente engajada na oposição à ditadura militar. O empenho em estabelecer uma relação direta entre arte e contexto social e a crença na eficácia revolucionária da palavra cantada sistematizaram os grandes temas do debate político que marcaram as formas de engajamento da canção popular. Independentemente de gênero e estilo, essas composições providenciaram um novo e inesperado estoque de referências para a vida pública brasileira, passível de reconhecimento por uma audiência ampla, de nível social ou cultural muito diversificado, e em cujo centro estava a afirmativa eloquente de que era direito dos brasileiros não se deixarem oprimir pelos governantes.

No conjunto, essas são composições criadas para mobilizar e defender, cada uma a seu modo, os argumentos que, na análise do compositor, definiam a justeza do combate político travado contra a ditadura: todas elas invocaram o direito à resistência e procuraram fundamentar a possibilidade prática da utilização desse direito como método de luta pública oposicionista a ser sustentada pelo campo da imaginação cultural brasileira.

Estudos de caso:

1.1. Caetano Veloso e Gilberto Gil

Logo após ser decretado o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, Caetano Veloso é informado por Jô Soares que corria uma lista de artistas que, possivelmente, seriam intimados a depor. O fato de seu nome e o de Gilberto Gil constarem dessa lista não casou maiores temores a Caetano Veloso. Ele imaginava que, caso recebessem realmente uma intimação, seria para responder por que haviam participado da Passeata dos Cem Mil, a que a grande maioria dos artistas também compareceu.

Contrariando suas expectativas, Caetano Veloso foi preso junto de Gilberto Gil, no dia 27 de dezembro. O empresário do grupo tropicalista, Guilherme Araújo, que havia viajado para Cannes, na França, onde Gilberto Gil tinha uma apresentação já marcada, realizou um protesto na porta do espetáculo. O ato de repúdio em defesa dos artistas custou ao empresário o autoexílio forçado pela certeza de retaliação dos militares.

Caetano Veloso e Gilberto Gil foram presos por agentes da Polícia Federal em casa, logo nas primeiras horas do dia. Os dois moravam em São Paulo, nas proximidades da praça da República. Eles foram conduzidos para o Rio de Janeiro em uma caminhonete. Temendo tratar-se de um sequestro, Dedé, esposa de Caetano Veloso à época, seguiu o veículo dos policiais que efetuaram a prisão à paisana, sem apresentar mandado de busca ou ordem de prisão. A única informação era que eles deveriam passar por um interrogatório perante autoridades militares.

Os compositores foram levados para a sede do I Exército, na avenida Presidente Vargas, ao lado da Estação Central do Brasil, no centro da cidade. Depois de aguardarem por várias horas, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram transferidos, numa viatura do Exército, para o 1º Batalhão de Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, bairro da Tijuca. Nesse quartel funcionava a sede do DOI-CODI.

Ainda sem receber nenhum tipo de explicação, se quer o motivo pelo qual fora preso, Caetano Veloso foi atirado em uma cela solitária de tamanho exíguo, onde cabiam apenas um cobertor velho e uma latrina que ficava quase exatamente debaixo de um chuveiro. As refeições eram entregues pelos carcereiros através de uma portinhola ao pé da porta de metal maciço. Os compositores permaneceram incomunicáveis nas dependências do DOI-CODI. Apesar do pouco contato que tinha com os demais presos, Caetano recebeu a informação de que Ênio Silveira, diretor da Editora Civilização Brasileira, estava preso no mesmo quartel. Os dois se encontraram rapidamente uma única vez durante um banho de sol. Depois de uma semana na carceragem do DOI-CODI e ainda sem responder a nenhum interrogatório, Caetano Veloso e Gilberto Gil receberam ordens para vestir suas roupas. Eles foram conduzidos com rispidez a um camburão que os levou para o Quartel da Vila Militar em Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro. Segundo Caetano Veloso, esse não era um veículo do Exército e nem da Polícia Federal – talvez fosse da Polícia Civil, uma vez que os agentes encarregados do transcurso estavam à paisana.

> Nesse segundo quartel, Caetano Veloso e Gilberto Gil permaneceram em celas coletivas por cerca de uma semana. Segundo Caetano Veloso, o único companheiro de cela com o qual fez amizade foi o ator e agitador cultural Perfeito Fortuna. Já Gilberto Gil foi companheiro de cela do poeta Ferreira Gullar, do jornalista Paulo Francis e, mais tarde, do escritor Antonio Callado. Foi Ferreira Gullar quem, segundo um dos presos, criou um sistema de comunicação entre as celas. Ele informou sobre um mecanismo,

> idealizado e construído por Gullar, que tornava possível a comunicação escrita entre os dois xadrezes, através de um sistema de cordões que passava bilhetes de um lado para o outro por cima do tanque de água que servia aos dois banheiros. A caneta (conseguida com uma astúcia cujos detalhes eu não conheci) e os papéis (subtraídos à ração de papel pardo que substituía o papel higiênico) ficavam escondidos em cima de um muro rente ao tanque, junto aos cordões, e, toda vez que se fazia necessária uma comunicação, um preso entrava no banheiro enquanto outros guardavam a grade para avisar no caso de um oficial ou soldado se aproximar. Havia um sinal de batidas na parede para anunciar o envio de um bilhete, havia um outro sinal para alertar sobre a chegada de um militar.[1]

Existia, ainda, uma terceira cela destinada aos presos comuns. Segundo o compositor, esses não eram beneficiados por uma suposta ordem de não agressão física aos perseguidos políticos. Ainda assim, é possível supor que nem sempre as sessões de tortura eram destinadas apenas a simples contraventores:

> Às vezes era acordado no meio da noite por gritos horrendos vindos do corredor. Eram surras intermináveis e, mais de uma vez, ouvi as vozes dos verdugos pedirem com urgência a "padiola". Essas vozes por vezes pareciam surpresas com o resultado dos maus-tratos. De uma feita, pelo menos, tive a quase certeza de que a vítima tinha morrido [...]. Mas seriam sempre realmente de presos comuns os gemidos infernais que ouvimos nas noites da vila militar? A longa duração de algumas dessas sessões de tortura de que éramos testemunhas auditivas me leva a supor que talvez, durante a noite, fossem trazidos alguns militantes de quem se queria arrancar confissões importantíssimas.[2]

A tortura psicológica também era uma constante. Caetano Veloso foi conduzido por um oficial, um sargento e um soldado que portava uma metralhadora para fora do edifício onde se localizavam as celas. O compositor foi levado a uma estrada isolada, ainda dentro do quartel, com várias pequenas edificações em seus arredores. O tom solene e ao mesmo tempo, ameaçador dos militares causava em Caetano Veloso a certeza de que passaria por uma sessão de tortura ou até mesmo ser executado. A certa altura do percurso, foi ordenado a parar e não olhar para trás. O risco da morte iminente foi assim relatado pelo artista:

> Parei em obediência à ordem, e senti como um soco gelado dentro da minha barriga, no centro do meu corpo, e de repente minha pernas não existiam. Não caí, contudo. Esperei um tiro. Mantinha-me de pé com uma firmeza digna que não correspondia ao desfalecimento que só eu sabia estar sentindo. O oficial mandou que eu virasse à direita e entrasse na sinhá cuja porta estava aberta. Era a barbearia do quartel.[3]

Caetano Veloso teve seus longos cabelos, famosos na época, raspados. O fato de um homem possuir cabelo grande em 1969, à moda dos Beatles, de Roberto Carlos e dos tropicalistas, em uma sociedade marcadamente machista e conservadora como a brasileira, era algo imperdoável. O corte da cabeleira, mantida por Caetano Veloso desde 1967, era um ato extremante simbólico.

Em outra oportunidade, Caetano foi interrogado por um sargento. Demonstrando ar de ira e desprezo, o militar fez perguntas sobre a participação do artista em eventos organizados pelo Movimento Estudantil e declarou que ele havia sido preso pelas mesmas razões pelas quais os atores da peça *Roda Viva* haviam sido espancados: o desrespeito aos valores da "boa sociedade" – moral, religião, família e ordem.

Depois de uma semana na Vila Militar, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram transferidos para o Quartel dos Paraquedistas do Exército. No PQD, Caetano Veloso ficou em uma cela individual, com cama, travesseiro, lençol e banheiro em cômodo dividido. Direitos como banho de sol eram respeitados. Pela primeira vez desde que foram presos, eles puderam receber a visita de Dedé, que lhes levava livros e revistas, como a *Manchete*, com as primeiras fotografias da Terra vista do espaço.

Caetano Veloso prestou o segundo depoimento a um oficial denominado major Hilton. Além de perguntas sobre a vida pessoal, ele foi questionado sobre sua atuação artística e seu envolvimento político com a oposição ao regime. Nessa oportunidade, foi informado da justificativa formal de sua prisão: a apresentação na Boate Sucata, em que fora exposta a obra *Seja marginal, seja herói*, com a qual Hélio Oiticica homenageava o bandido Cara de Cavalo. O episódio ganhou ainda uma versão fantasiosa em que Caetano Veloso e Gilberto Gil, enrolados com a bandeira nacional, cantaram o Hino Nacional enxertado com palavras de baixo calão. Segundo o major Hilton, o fato teria sido denunciado pelo jornalista Randal Juliano, apresentador de televisão famoso em São Paulo por sua adesão aos militares.

No dia 19 de fevereiro, quarta-feira de cinzas, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram, finalmente, libertados após dois meses de prisão. Entre fevereiro e julho de 1969, foram mantidos em regime de confinamento em Salvador. Após um *show* de despedida no Teatro Castro Alves, nos dias 20 e 21 de julho, os compositores partiram para o exílio em Londres, onde permaneceram até 1972.

1.2. Paulo Coelho

Em maio de 1972, o cantor e compositor Raul Seixas entra em contato com o jornalista Paulo Coelho, após a leitura de um artigo de sua autoria em uma revista intitulada A pomba, especializada em ufologia. Esse foi o início de uma parceria musical que renderia fama, sucesso e várias canções que influenciariam várias gerações de jovens brasileiros.[4] Pouco mais de um ano depois, seria lançado o disco Krig-Há, Bandolo!, contendo as primeiras composições da dupla, como “Al Capone”, “As minas do Rei Salomão” e “Cachorro Urubu”. Em seu primeiro LP solo, Raul Seixas apresentava ao público futuros clássicos de sua carreira, como “Metamorfose ambulante”, “Mosca na sopa” e “Ouro de tolo”.

No dia 27 de maio de 1974, em meio aos trabalhos de finalização do segundo disco, Raul Seixas e Paulo Coelho compareceram ao DOPS, no Rio de Janeiro, às 15 horas, para prestar esclarecimentos sobre o álbum *Krig-Há, Bandolo!*. Os dois se apresentaram sem advogado, pois acreditavam que essa seria mais uma intimação para discutir a liberação de canções censuradas, fato já ocorrido anteriormente.

Raul Seixas foi liberado após aproximadamente 30 minutos de depoimento. Paulo Coelho foi conduzido a uma cela onde aguardou em torno de três horas. O policial encarregado do interrogatório questionou o conteúdo do gibi encartado no LP, de autoria do compositor, com desenhos de sua então namorada, Adalgisa Eliana Rios de Magalhães, 28 anos, estudante de Arquitetura. Tratava-se de uma história em quadrinhos com quatro páginas inspirada nas aventuras de Tarzan, personagem criado pelo escritor Edgar Rice Burroughs. Ao saber da coautoria, o interrogatório foi interrompido. Segundo o agente, Adalgisa Rios também deveria prestar depoimento no DOPS. Um camburão da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, com quatro policiais armados, foi acionado para prender a estudante. Ela foi detida na porta do prédio onde morava. Seu apartamento foi revistado. Uma pilha com cerca de 100 gibis foi apreendida.

Segundo Fernando Morais, biógrafo de Paulo Coelho, um pote de maconha também foi encontrado – porém, curiosamente, não foi apreendido. Não consta do inquérito a posse de substâncias ilegais.

Na madrugada do dia 28 de agosto, o casal foi fichado. No documento, o item "Motivo da prisão" permaneceu em branco. Sem nenhum documento, mandado de prisão ou mesmo uma acusação formal, os dois tiveram seus pertences recolhidos e foram obrigados a vestir o uniforme da detenção. No interrogatório foram questionados sobre o conteúdo do gibi e a criação da Sociedade Alternativa, marcadamente influenciada pela contracultura. No início da década de 1970, depois de desmantelar as organizações de luta armada, um dos alvos da repressão passou a ser os adeptos do movimento hippie, que ganhava espaço no Brasil por meio da criação de diversas comunidades que pregavam os ideais da contracultura. Essa parecia ser a principal motivação para a prisão.

Os interrogatórios realizados individualmente demoraram várias horas. Os acusados não foram vítimas de torturas físicas nas dependências do DOPS. Paulo Coelho detalhou suas atividades como estudante de teatro, jornalista e compositor. Após mencionar uma viagem a Santiago, em 1970, os policiais o pressionaram com o objetivo de obter informações sobre brasileiros exilados no Chile. O compositor, no entanto, não tinha nenhuma relação com perseguidos políticos. O advogado Antonio Cláudio Vieira, 55 anos, contratado pela família Coelho, compareceu ao prédio do DOPS, na rua da Relação, no dia 28 de maio, por volta das 17 horas, cobrando notícias do delegado de plantão. Depois de conversar por alguns minutos com Paulo Coelho, o advogado recebeu garantias de que o preso seria liberado ainda naquela data. Paulo Coelho e Adalgisa Rios assinaram o alvará de soltura por volta das 22 horas.

Após pegar um táxi na porta do DOPS, o casal seguiu para o bairro da Gávea, onde os pais de Paulo Coelho moravam. Durante o percurso, no aterro do Flamengo em frente ao Hotel Glória, o taxista foi fechado bruscamente. Quatro automóveis civis, entre eles uma Brasília e duas peruas Chevrolet Veraneio (veículo muito utilizado pela repressão), forçaram o automóvel ocupado pelo casal a parar. Os dois foram algemados, encapuzados e forçados a entrar separadamente nos carros. A partir desse momento, eles não eram mais considerados oficialmente presos sob a responsabilidade do Estado. Eles eram "desaparecidos" políticos. Às 8 horas do dia 29 de maio, o pai de Paulo Coelho esteve no DOPS para cobrar notícias sobre o filho e recebeu a seguinte informação: "Solto ele foi. Se seu filho não chegou em casa, vai ver que entrou na clandestinidade."

Paulo Coelho e Adalgisa Rios foram sequestrados por um comando do DOI-CODI. Documentos do órgão de segurança comprovam que o casal foi conduzido ao 1º Batalhão de Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita. O documento de identificação expedido pelo I Exército informa que Paulo Coelho foi preso para "averiguações". Consta no mesmo documento que o compositor foi interrogado entre 23 horas do dia 14 de junho e 4 horas do dia seguinte. Ao contrário da ficha do DOPS, quando fotografado com bigode e cavanhaque, Paulo Coelho é identificado como tendo barba e bigode "aparados". Ou seja, a data do inquérito do compositor e de sua namorada no DOI-CODI (14 e 15 de junho) não corresponde ao dia em que foram presos e sequestrados (27 e 28 de maio). Os papéis do I Exército não mencionam quanto tempo os dois permaneceram presos no quartel. Porém, o diário de Paulo Coelho encontrado por seu biógrafo atesta que ele já se encontrava em casa no dia 31 de maio. O próprio Paulo Coelho garante não ter sido preso uma segunda vez.

Durante as cinco horas de interrogatório, Paulo Coelho foi questionado sobre quais eram suas ligações com pessoas ligadas a organizações de oposição ao regime. Também detalhou suas atividades profissionais e artísticas: escolas, teatro, universidade, viagens, jornalismo. O depoimento contém sete páginas. Sobre a parceria com Raul Seixas e a Sociedade Alternativa, declarou:

> Que ainda em 1973 o depoente e Raul Seixas concluíram "que o mundo vive um intenso período de tédio" (*sic*); que por outro lado verificaram que a carreira de um cantor, quando não vem acompanhada de um movimento forte, tende a se encerrar rapidamente. Que o declarante e Raul Seixas então resolveram "capitalizar o fim do hippismo e o súbito interesse despertado pela magia no mundo" (*sic*); que o depoente passou a estudar os livros de uma sociedade esotérica chamada "OTO". Que o depoente e Raul Seixas resolveram fundar a "Sociedade Alternativa", "A qual foi registrada em cartório pra evitar falsas interpretações" (*sic*); que o depoente e Raul Seixas estiveram em Brasília e expuseram os preceitos da Sociedade Alternativa aos chefes da Polícia Federal e da Censura, que colocaram "que a intenção não era ir contra o governo, mas inclusive interessar a juventude num outro tipo de atividade" (*sic*).[5]

Adalgisa Rios foi submetida a dois interrogatórios. O primeiro foi colhido no dia 29 de maio entre 8 e 16 horas. O segundo foi realizado no dia seguinte, de 8 às 11 horas. Nos documentos, foi identificada como militante da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), embora em seu depoimento não conste que tenha ocupado nenhuma posição de liderança ou atuação efetiva nas referidas organizações. Quando perguntada sobre sua participação em "movimentos políticos", declarou que esteve presente em reuniões, grupos de estudo sobre marxismo, assembleias, congressos e eventos como a Passeata dos Cem Mil, a passeata em protesto pela morte do estudante Edson Luís, a invasão da Faculdade de Medicina na Urca e a invasão do restaurante da Faculdade de Arquitetura.

Questionada sobre o conteúdo do gibi anexado ao álbum *Krig-Há, Bandolo!* e a fundação da Sociedade Alternativa, motivo pelo qual foi detida para prestar esclarecimentos, declarou que:

> Que a origem do folheto "Krig-Há, Bandolo!" prende-se ao fato de uma necessidade de divulgação do disco de Raul Seixas, e sua ideia surgiu numa reunião na gravadora Phillips, aprovada por produtores e pelos artistas citados [...] Que foi criada a "Sociedade Alternativa", onde a ideia era não ser contra ou a favor de nada, e sim propor uma outra solução, alternativa, neutra, que chamasse a atenção; que o nome do folheto (o mesmo da capa do disco) surgiu num momento de euforia de Paulo Coelho da Silva (*sic*) que, lendo a revista "Tarzan", subiu numa mesa imitando-o e proferiu "Krig-Há, Bandolo!", nome imediatamente aceito pelos demais presentes.[6]

Paulo Coelho foi liberado, provavelmente, na tarde do dia 31 de maio em uma pracinha no bairro da Tijuca, a 10 quilômetros do quartel do I Exército. Somente após duas semanas ele entrou em contato com Adalgisa Rios para saber se ela também havia sido libertada. Os dois encontraram-se apenas uma vez durante o tempo em que permaneceram presos. Paulo Coelho foi torturado na "Geladeira", cela mantida em baixa temperatura em que o preso permanecia nu. O medo de sofrer novas torturas físicas fez com que o compositor não respondesse ao pedido de ajuda da namorada. O ato de covardia na carceragem foi o motivo pelo qual Adalgisa Rios rompeu o relacionamento com Paulo Coelho.

No dia 14 de julho de 1974, um mês e meio depois do sequestro e da tortura, ainda apresentando um grave quadro de abalo psicológico, Paulo Coelho, acompanhado por Raul Seixas, embarca para Nova Iorque para passar uma temporada de férias sem previsão de retorno ao Brasil.

1.3. Tenório Júnior

O compositor, arranjador e instrumentista Francisco Tenório Cerqueira Júnior, 36 anos, não era um músico conhecido do grande público. Contudo, era respeitado no meio artístico como um exímio pianista. Além de atuar ao lado de grandes nomes da canção popular, lançou o LP solo *Embalo* em 1964, pela gravadora RGE.

No dia 19 de março de 1976, o pianista Tenório Júnior, que acompanhava a dupla Toquinho & Vinicius em uma série de espetáculos realizados em Montevidéu, Punta del Este e Buenos Aires, desapareceu ao sair do Hotel Normandie, onde estava hospedado, no centro da capital argentina. Segundo os outros músicos da banda, ele havia deixado o quarto do hotel por volta das 3 horas da madrugada para comprar cigarros e medicamentos. Antes de sair, deixou um bilhete na portaria endereçado a Vinicius de Moraes: "Vou sair para comer um sanduíche e comprar um remédio. Volto logo."

Toquinho, Vinicius e o poeta Ferreira Gullar, exilado político que morava na Argentina à época, percorreram hospitais e delegacias da cidade em busca de notícias sobre o colega. Sem nenhuma informação sobre o seu paradeiro, solicitaram a colaboração da Embaixada brasileira. Vinicius de Moraes, diplomata exonerado em 1968 com o Ato Institucional nº 5, impetrou um *habeas corpus* junto à Justiça argentina. As autoridades locais responderam negativamente ao pedido, alegando que Tenório Júnior não se encontrava preso em nenhuma dependência policial. O poeta também acionou o cônsul brasileiro em Bueno Aires, Rodolfo Souza Dantas.

A notícia do desaparecimento do instrumentista foi veiculada primeiramente no país por meio de uma pequena nota publicada pelo *Jornal do Brasil*, no dia 22 de março. Nos dias seguintes, o fato foi noticiado pelos jornais *Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Última Hora* e *O Estado de Minas*. Já no dia 24 de março, a Sociedade Musical Brasileira (Sombras) enviou ofício ao Ministério das Relações Exteriores solicitando ao Estado que interviesse no caso. O documento assinado pelo corpo diretor da entidade (Hemínio Bello de Carvalho, Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, Sérgio Ricardo, Jards Macalé, Aldir Blanc e Ronaldo Bastos) foi transcrito pelo jornal *O Globo,* no dia 26 de março:

> Vimos manifestar a preocupação de nossa classe diante das notícias, divulgadas em jornais brasileiros, de que o pianista Tenório Junior, competente instrumentista e pessoa estimada por toda a nossa classe, encontra-se desaparecido na Argentina. Certo de providências urgentes, respeitosamente, subscreve, o corpo diretor da Sombras.[7]

No dia 29 de março, uma cópia do documento foi entregue ao ministro-conselheiro para assuntos culturais da embaixada argentina. Em resposta, o embaixador Jorge Casal garantiu que o ofício seria remetido para Buenos Aires para as providências cabíveis. O governo brasileiro informou que não tinha conhecimento do desaparecimento e prometeu esforços na tentativa de encontrar o músico. A única pista sobre o paradeiro de Tenório Junior era uma *blitz* ocorrida entre as avenidas Callao e Corrientes na madrugada do seu desaparecimento, com a prisão de vários suspeitos. Na verdade, o país inteiro vivia sob um clima de tensão política. A organização de extrema-direita Aliança Anticomunista Argentina (AAA) cometia atentados políticos, como sequestros, torturas e assassinatos, com a condescendência das autoridades policiais. No dia 24 de março, a presidente Evita Perón foi deposta por um golpe militar.

> No dia 3 de maio, vários artistas realizaram o show "Ação entre amigos", no Teatro João Caetano, Rio de Janeiro, com o objetivo de arrecadar fundos para a família de Tenório Júnior e, também, chamar a atenção da opinião pública. O espetáculo contou

com a participação de Milton Nascimento, Edu Lobo, Nana Caymmi, Paulinho da Viola, João Bosco, Fagner, Joyce, Egberto Gismont, Clementina de Jesus, entre outros. Nessa ocasião, o vice-presidente da Sombras, Hermínio Bello de Carvalho, protestou contra a inércia do governo brasileiro: "Surpreendentemente, até agora, o Itamaraty não nos respondeu nem deu qualquer mostra de preocupação maior com o caso".[8]

Três anos depois, em 3 de junho de 1979, Elis Regina declarou à *Folha de S.Paulo* que iria a Buenos Aires para tentar localizar o amigo, supostamente preso em La Plata:

> Vou fazer um giro pela Argentina que tem não só, pra mim, a finalidade de ir até a Argentina pra fazer um negócio que estão me pedindo já há algum tempo, mas, principalmente, ver se eu agito o negócio do Tenório Júnior com o pessoal de lá que sabe onde ele está. O Tenório, até dois anos atrás, estava vivo em uma prisão em La Plata. A informação mais recente que eu tenho, que passei pro pessoal, porque quem me passou essa informação foi o pessoal de lá, que foi visitar alguém detido por algum motivo em La Plata, e viu o Tenório.[9]

Na verdade, na madrugada de 18 de março de 1976, Tenório Júnior foi preso na avenida Corrientes, perto da rua Rodrigues Peña, por volta das 4 horas. Ele foi considerado suspeito por estar vestido com roupas "diferentes", além de possuir barba e cabelo grande e apresentar semelhanças físicas com um líder dos Montoneros. Depois de ser conduzido à delegacia Comissaria 5ª, na rua Lavalle, foi transferido para a Escola de Mecânica da Armada (Esma).[10] Para esse quartel foram levados aproximadamente 5.000 presos políticos, entre 1976 e 1979. Quase todos foram assassinados sob tortura. Os corpos das vítimas nunca foram entregues às suas famílias.

Na manhã do dia 19 de março, a polícia argentina entrou em contato com a embaixada brasileira. Não foram encontrados nenhuma suspeita, inquérito ou ligação do pianista com atividades de oposição à ditadura no Brasil. Apesar disso, o Sistema Nacional de Informação (SNI) solicitou o interrogatório do preso em busca de informações sobre artistas considerados subversivos. No dia 20 de março, Jorge Eduardo Acosta,[11] capitão de corveta e chefe do Serviço de Inteligência, endereça ofício ao diretor da Esma, contra-almirante Jacinto Ruben Chamorro, solicitando autorização para manter contato com o SNI do Brasil, a fim de que seu grupo de trabalho pudesse colaborar "para a identificação e informações sobre pessoa do detido brasileiro Francisco Tenório Jr.". O mesmo documento reitera que o músico não possuía mandado de prisão em seu nome por parte das autoridades brasileiras. Já no dia 25 de março, o mesmo capitão de corveta Jorge Eduardo Acosta encaminhou ofício, em nome do chefe da Armada Argentina, à embaixada brasileira, comunicando oficialmente:

> 1. Lamentamos informar a essa representação diplomática o falecimento do cidadão brasileiro Francisco Tenório Júnior, Passaporte nº 197.803, de 35 anos, músico de profissão, residente na cidade do Rio de Janeiro;
>
> 2. O mesmo encontrava-se detido à disposição do Poder Executivo Nacional, o que foi oportunamente informado a esta Embaixada;
>
> 3. O cadáver encontra-se à disposição da embaixada na morgue judicial da cidade de Buenos Aires, para onde foi remetido para a devida autópsia.

Segundo declarações do militar argentino Claudio Vallejos, ex-integrante do Serviço de Inteligência da Marinha argentina, dadas à *Revista Senhor* (nº 270), publicada em 1986, Tenório Júnior foi executado com autorização de agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI) do Brasil, enviados em 1976, para realizar operações em Buenos Aires, conforme comprova documento da Armada Argentina. Esses agentes eram: major Batista Vieira, major Sousa Batista, capitão Mário Lagos, capitão Luis Visconti, agente Carlos Barreto, agente Marcelo Castro e agente Henrique Guimarães.[12]

Em entrevista, Vallejos admite ter participado da prisão e da tortura do pianista, realizada em ação conjunta por agentes brasileiros e argentinos:

> Bem, para nós o Tenório não interessava. Mas o SNI se interessou por ele. Eu mesmo atendi ao major Souza Batista e ao capitão Visconti. Eles se reuniram na Escola Mecânica da Armada com o Capitão Eduardo Acosta, com o contra-almirante Chamorro e mais dois oficiais, além do tenente Astiz. Eu levei o Tenório à sala de interrogatório. O major Souza Batista fez algumas perguntas. Nessa altura já havia chegado o informe do SNI aqui do Brasil, dizendo que Tenório não tinha nenhum antecedente político. Mas eles queriam algumas respostas [...] Tenório se recusou a falar e, quando falou, negou tudo. Foi então que começaram a goleá-lo. Ele foi, então, levado a la parrila. Parrila era onde aplicávamos a tortura elétrica.[13]

Ainda segundo Claudio Vallejos, Tenório Júnior foi torturado por dois dias. Outro tipo de tortura utilizado foi o "submarino", técnica em que o preso tem seus pés amarrados no alto da cela e sua cabeça é introduzida em um tonel de água. No dia 21 de março, ele foi visitado pelo ministro-conselheiro da embaixada brasileira, o diplomata Marcos Henrique Camilo Cortes, na cela onde se encontrava preso na Esma. Tenório Júnior foi torturado até o dia 22 de março, quando o oficial Alfredo Astiz efetuou o disparo na cabeça do pianista. Claudio Vellejos, com a ajuda de dois outros agentes, foi encarregado da retirada do corpo. Os restos mortais do pianista foram enterrados no cemitério de La Chacarita, com o registro falso de nº 3.881, com o nome de Marcelo Fernandes.

Apesar de estar ciente do assassinato de Tenório Júnior em março de 1976, por meio de sua embaixada em Buenos Aires, a ditadura brasileira nunca comunicou o fato aos seus familiares. Os restos mortais do artista nunca foram sequer reclamados pelo Estado.

2. Teatro

Censura e repressão. Com o uso simultâneo desses dois instrumentos de coerção, a ditadura militar manteve a presença no primeiro plano do cotidiano do teatro brasileiro. Sua ação punitiva sobre a vida teatral foi particularmente feroz e sem precedentes na história do país. Centenas de peças foram impedidas de chegar ao palco ou chegaram profundamente mutiladas. Outras tantas obras simplesmente deixaram de ser escritas – a autocensura calou seus autores. Vários artistas sofreram prisões; alguns não escaparam da tortura ou mesmo da morte. Muitos optaram pelo exílio – convencidos de que essa era a última possibilidade quando a resistência interna se tornou impossível.

O regime militar avançou sobre o teatro por diversas razões. A relação direta e imediata entre arte e política e a constante busca por uma dramaturgia capaz de colocar em cena os problemas da sociedade brasileira transformaram a cena teatral em um espaço de notável vitalidade artística, ousadia cênica e renovação de toda a estrutura dramatúrgica. Como consequência quase inevitável de sua pró-

pria efervescência criadora, o meio teatral ocupou um espaço público real – e inédito – de resistência democrática: abriu os palcos para convocar a plateia a participar de manifestações públicas de oposição; realizou assembleias e reuniões; chamou à greve contra a censura; defendeu a livre manifestação das ideias e das artes; protagonizou passeatas e vigílias cívicas; compareceu a atos públicos; solidarizou-se com os perseguidos do regime; e auxiliou militantes e organizações clandestinas de esquerda.

O processo coercitivo desencadeado pelos militares transbordou sobre o teatro, sobretudo a partir da edição do AI-5. Entre 1964 e 1968, a censura ainda não era absoluta – o que permitia à produção teatral ocupar todas as brechas deixadas livres pelo arbítrio. As experiências do teatro de Arena, do grupo Oficina ou do grupo Opinião, transformaram-se em marcos de resistência ao regime. A partir de 1969, tudo era censurado – especialmente um teatro combativo, insatisfeito com suas condições de existência e polarizado em torno de propostas para superar os impasses provocados pelo terror cultural. Entre avanços e recuos, a década de 1970 valorizou o espetáculo puro, a teatralidade absoluta, a metalinguagem, a transformação das companhias teatrais em grupos e, logo a seguir, em comunidades. Marca registrada da vitalidade teatral que prosseguia apesar das quase intransponíveis dificuldades políticas, o teatro Ipanema, no Rio de Janeiro, apresentou, ainda em 1970, a deslumbrante montagem de *O arquiteto e o imperador da Assíria*, de Arrabal, dotado de uma linguagem visual de irresistível poesia. Já nos anos de 1980, último período da ditadura, o teatro acusou certa retração em comparação com a efervescência política e criativa das décadas anteriores. Mas o espírito inquieto, contestador e experimental permaneceu nos grupos jovens – como, por exemplo, Jaz-O-Coração, Tapa, Tá-na-Rua, Pessoal do Cabaré ou Pessoal do Despertar. O regime militar aproximava-se do fim. O teatro continua vivo.

ESTUDOS DE CASO:

2.1. RODA VIVA

Fundado no final da década de 1950, o Teatro Oficina se tornou referência no cenário cultural brasileiro nos anos 1960. Após a montagem do texto de Oswald de Andrade, *O Rei da Vela*, a companhia teatral se mostrou inserida nas propostas artísticas da Tropicália, marcadas pela experimentação, por proposições e por questionamentos estéticos, culturais, sociais e políticos. José Celso Martinez Corrêa, um dos fundadores do Teatro Oficina, foi responsável por articular ideias e conceitos – formulados por Oswald de Andrade nas décadas de 1920 e 1930 –, com o contexto brasileiro da época, criando sínteses culturais tipicamente brasileiras.

No fim de 1967, o Teatro Oficina preparava a montagem de seu próximo espetáculo, *Roda Viva*, texto escrito no fim do mesmo ano pelo cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda – que era significativamente reconhecido como um dos grandes nomes da música popular brasileira já em meados da década de 1960 e identificado principalmente com um público jovem, sendo muitas vezes taxado pela imprensa como "bom moço." De acordo com o próprio autor da peça, em declaração ao *Estado de S. Paulo* em 17 de dezembro de 1967, o espetáculo tinha como tema a desmistificação dos ídolos populares. Concebida como uma obra do gênero "comédia musical" que, de maneira crítica, narra a ascensão e o declínio de um cantor popular, a montagem de *Roda Viva* dirigida por José Celso era agressiva e chocante, integrando a plateia para dentro da encenação através de interações provocadoras por parte do elenco, como em determinado momento em que parte do elenco se dirige a algum espectador, aleatoriamente, questionando-o:

“Você já matou seu comunista hoje?”. Além disso, a utilização de um coro teatral como recurso dramático intensificava a ambientação carregada do espetáculo, condizente à situação política experimentada pelo Brasil naquele momento.

A estreia aconteceu no Teatro Princesa Isabel, no Rio de Janeiro, no dia 17 de janeiro de 1968. Sobre a encenação, o crítico Yan Michalski escreveu:

> Nunca vi um público mais desorientado e perdido do que o fã-clube adolescente de Chico Buarque de Hollanda que lotava completamente o Teatro Princesa Izabel na estreia de Roda Viva. [...] Será difícil, aliás, encontrar uma plateia que possua reais afinidades com este happening, este ritual pagão que José Celso criou, com uma ousadia suicida, com um talento admirável, mas também com uma selvageria que desta vez me pareceu decididamente exagerada.[14]

Na edição do dia 12 de abril de 1968 do *Jornal do Brasil* foi publicada uma carta de um leitor dizendo: “Acabo de assistir à apresentação de *Roda Viva*, de Chico Buarque de Hollanda, totalmente imoral e pornográfica. [...] Chegou a hora de sanear nossas peças teatrais”.[15] No entanto, a temporada no Rio de Janeiro foi bastante cultuada, com boa frequência do público a assistir ao espetáculo. Após sua última apresentação, José Celso começou os preparativos para a próxima temporada de *Roda Viva*, que estrearia em São Paulo, no Teatro Galpão, no dia 17 de maio. Apesar de algumas alterações terem sido feitas na cenografia e no elenco da peça para a montagem da temporada paulistana, *Roda Viva* ainda mantinha seu caráter transgressor, anárquico e crítico. Com boa média de público, o espetáculo causava as mais diversas reações: estranhamento, admiração, fascínio, asco. Porém, a reação de setores conservadores da sociedade diante de uma obra que se propunha quebrar com padrões morais e estéticos chegou à extrema violência.

No dia 18 de julho, após o encerramento de mais uma apresentação da peça, um grupo de militantes de direita invadiu as dependências internas do teatro, destruindo o cenário e os instrumentos da peça, além de depredar todo o espaço físico do Teatro Galpão. Mas, para além disso, o grupo espancou, a golpes de socos-ingleses, cassetetes e chutes, o elenco de *Roda Viva*. Ao menos 19 artistas, além de três funcionários do teatro, foram espancados. Segundo relatos dos artistas, a agressão, coordenada e executada de forma pontual, durou poucos minutos, com grupos de três a cinco indivíduos, divididos de maneira a causar o maior estrago no atentado. Os agressores teriam entrado no teatro gritando que eram do Comando de Caça aos Comunistas – CCC, (grupo paramilitar de extrema direita formado por civis e militares e envolvido em outros episódios de violência). Assim o jornal *Folha de S.Paulo*, em sua edição da tarde do dia 19 de julho de 1968, noticiou o atentado:

> No final da encenação da peça Roda Viva, o teatro Galpão – rua dos Ingleses, 209, foi invadido por cerca de vinte elementos armados de cassetetes, soco-inglês sob as luvas, que espancaram os artistas, sobretudo as atrizes, depredaram todo o teatro, desde bancos, refletores, instrumentos e equipamentos elétricos até os camarins, onde as atrizes foram violentamente agredidas e seviciadas. Com a agressão, sofreu fratura na bacia o contrarregra José Luís, que foi levado ao Pronto-Socorro Iguatemi, além das atrizes Marilia Pera (principal da peça), Jura Otero, assistente de coreografia, Margot Baird Eudosia Acunã, Walkiria Mamberti e outros atores com escoriações generalizadas, que foram levadas ao Pateo do Colégio para exame do corpo de delito.[16]

Jura Otero teve grave lesão nos pulmões, e José Luís quebrou a bacia por ter sido atirado de cima do palco. Segundo testemunhos, havia radiopatrulhas próximas ao Teatro Galpão, mas os agentes pouco fizeram para deter os agressores. Segundo o *Jornal da Tarde* de 19 de julho de 1968, apenas Modesto Ramone Junior, agente do DOPS que fazia patrulha no local no momento do ataque, deteve dois dos agressores. Um deles se identificou como Flávio Ettore, afirmando ser segundo-tenente do Exército, com carteira de identidade do Ministério do Exército de número 56.203. De acordo com notícia publicada na *Folha de S.Paulo* do dia 20 de julho:

> A empresária Ruth Escobar explicou aos presentes o que aconteceu na noite de anteontem, afirmando que "é importante que se saiba o que aconteceu depois que os dois criminosos foram levados ao DOPS na RP-29. Quando soube da ocorrência, fui aos DOPS e o delegado não me recebeu. Eu e meus advogados procuramos, por todas as maneiras, lavrar o flagrante, sem sucesso. Telefonei para o secretário da segurança, professor Helyl Lopes Meireles, e fui atendida por um auxiliar. Depois de 20 minutos de espera, o auxiliar avisou que o secretário mandava dizer que o caso não era da alçada dele, e sim da Polícia Federal, pois era questão de teatro e censura. Respondi que não éramos papel e sim gente. Fomos em comissão à casa do sr. governador. Quem nos recebeu foi o cap. Abate, que nos garantiu que os presos ficariam à disposição do governador, na 4ª Delegacia. O capitão disse que telefonaria para o delegado da 4ª DP e daria essa ordem. Isso não aconteceu, o delegado Serra não quis lavrar o flagrante e disse que os presos estavam no DOPS e já também faziam o jogo de empurra. Isso foi ontem. Hoje, fomos bem recebidos pelo secretário de segurança. No entanto, quando tocamos no assunto de fazer o flagrante, ele nos disse que talvez não fosse conveniente citar nomes. O secretário garantiu também que os presos estavam no DOPS, telefonou para lá e não estavam. Disseram que estavam na 4ª delegacia, outro telefonema. Nada feito, os homens não se encontravam mais ali. Portanto, se as pessoas desaparecem na Polícia, é porque estamos sendo agredidos pela Polícia".[17]

O que se seguiu foi uma investigação sem muitos resultados. Marília Pera chegou a reconhecer, categoricamente, Claudiney Braz, uma das pessoas presas durante o ataque, como um de seus agressores; mas o delegado Emygdio Alvares de Brito atestou insuficiência de provas para sua condenação. A classe artística se uniu em assembleias por todo o país, não apenas em solidariedade ao elenco de *Roda Viva*, como também para discutir medidas de segurança que deveriam tomar a partir de então, uma vez que novas ameaças de agressões eram feitas a atores e atrizes. Reuniões com o governador do estado de São Paulo, Abreu Sodré, foram realizadas com a presença de nomes como Cacilda Becker, Augusto Boal e Ruth Escobar, nas quais ouviram do governador a promessa de apuração e punição de extremos cometidos, tanto pela esquerda, como pela direita. O deputado federal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Mário Covas, proferiu, no dia 23 de julho, um discurso denunciando as práticas cometidas por grupos extremistas, como o CCC e o Movimento Anticomunista (MAC), e fazendo também um levantamento dos fatos sucedidos desde o dia 18 de julho, contando com relato do ator Rodrigo Santiago sobre o episódio:

> Eu estava no meu camarim com um amigo meu, o Pablito, mais um outro rapaz e a atriz Maria José Mota. De repente, ouvimos gritos, e o rapaz abriu a porta do camarim. Viu que alguns rapazes avançaram e fechou rapidamente. Então, eles co-

> meçaram a dar pauladas e bater com os ombros, tentando arrombá-la. Nós quatro ficamos encostados na porta, impedindo a entrada deles. Por uma fresta da porta, eles nos batiam com cassetetes. A uma certa altura, jogaram o líquido extintor de incêndio em cima da gente. Aí conseguiram entrar. Foram me batendo na cabeça e nas costas. E fui obrigado a correr nu para a rua.[18]

No entanto, as investigações se mostraram morosas e insuficientes para impedir que um novo atentado fosse praticado contra o elenco de *Roda Viva*, desta vez em Porto Alegre (RS), na noite do dia 5 de outubro, também pelos grupos paramilitares de direita. *Roda Viva,* que estreara no dia anterior com o Teatro Leopoldina absolutamente lotado, teve sua execução proibida. Ao saber da suspensão do espetáculo, o elenco se dirigiu ao hotel para recolher seus pertences e retornar a São Paulo. Foi nesse momento que acabou surpreendido por um grupo de agressores, supostamente ligados ao CCC e ao MAC. Além das violências físicas aos artistas – que levaram alguns a ser hospitalizados –, a atriz Elizabeth Gasper e seu esposo, o musicista conhecido como "Zelão", foram sequestrados pelos agressores, sendo encaminhados a uma região erma e mantidos reféns por aproximadamente quatro horas, passando por torturas psicológicas e tratamentos degradantes e humilhantes. Vinte e cinco anos após a agressão sofrida pelo elenco de *Roda Viva* e por funcionários do Teatro Ruth Escobar, uma reportagem da *Folha de S.Paulo* de 17 de julho de 1993 divulgou um relato de um dos supostos articuladores do ataque, João Marcos Flaquer. Entre os detalhes fornecidos, estava o número de participantes do atentado. Diz a reportagem:

> Na noite marcada, 110 homens – 70 civis e 40 militares – estavam preparados. Desses, 20 se postaram fora do teatro, dez na rua dos Ingleses e o restante na rua 13 de Maio, para facilitar a fuga. Todos armados com cassetetes, revólveres e metralhadoras.[19]

A presença de grande número de militares no grupo que realizou o ataque ao *Roda Viva* ajuda a explicar a complacência dos serviços de investigação, que nunca lograram êxito em apontar e punir os praticantes dessa grave violação de direitos humanos, cometida por civis, mas também por membros das Forças Armadas, como sugerem os depoimentos e parte do armamento – de uso exclusivo de militares – utilizada pelos agressores.

2.2. Living Theatre

Após a sede do grupo em Nova Iorque ser fechada pela Receita Federal dos Estados Unidos da América (EUA), o Living Theatre se mudou para a Europa em um exílio autoimposto. Em 1969, o diretor do Teatro Oficina, José Celso Martinez Corrêa, fez um convite ao grupo, em Paris, para que passasse uma temporada no Brasil. Julian Beck e Judith Malina desembarcaram em São Paulo em agosto de 1970, com mais sete integrantes do grupo, dispostos, de fato, a desenvolver um projeto com o Oficina. O convite de José Celso foi aceito, mas a possibilidade de criação de um trabalho em parceria, aventada por ele aos Beck, em Paris, nunca deu certo. O encontro entre os dois grupos foi vazado por divergências estéticas e políticas e por conflitos pessoais. Sem diálogo, sem acerto e sem consenso, o desentendimento foi generalizado e, em janeiro de 1971, cada um foi cuidar da própria vida: o Oficina mergulhou no projeto de viver sua particular experiência de comportamento grupal – na qual os integrantes se relacionavam de uma maneira rigorosamente comunitária, eliminando

salários, abolindo relações de empresa e integrando fraternalmente todos os membros da equipe; e o Living Theatre instalou-se em Ouro Preto (MG) e deu início aos preparativos para a montagem de um trabalho inédito – *O Legado de Caim* –, contando, para isso, com novos integrantes do grupo, inclusive brasileiros. O ano de 1971 faz parte do período mais violento e repressivo do regime ditatorial. Apesar disso, a conjuntura brasileira da época parecia fazer todo o sentido para os integrantes do Living Theatre, a ponto de levá-los a um intenso nível de engajamento com ela. A fé do grupo no espírito de comunidade tinha tudo a ver com o projeto de construção de um modelo de vida adequado à firme convicção de que a energia libertária produzida pelo ambiente contracultural iria prevalecer de modo ofuscantemente positivo.

A cidade de Ouro Preto, desde 1967, recebia no mês de julho o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1971, ele já era um sucesso, dividindo-se em quatro grandes áreas – teatro, dança, música e artes plásticas. Enquanto o festival ocorria, a população de Ouro Preto se deparava com elementos bastante díspares da cultura barroca local: vida alternativa; liberdade sexual; e uso de entorpecentes como parte de uma ideologia. A presença de camburões da Delegacia de Ordem Política e Social na praça Tiradentes era constante durante todo o festival. Era nesse cenário de experimentações libertárias e repressão policial que o Living Theatre pretendia se apresentar. Mas seu espetáculo, *O Legado de Caim*, não chegou a ser encenado naquele 5º Festival de Inverno. No dia 1º de julho, data que marcava o início das atividades, agentes do DOPS invadiram a casa na qual o grupo vivia coletivamente, na rua Pandiá Calogenas, número 23, sob o pretexto de apreensão de drogas. Judith conta, em seu diário, que ao ser informada da invasão se dirigiu à sua casa, sendo presa no caminho:

> Íamos andando pelas ruas aladeiradas e empedradas. Um carro da polícia deteve-se ao pé de uma das ladeiras e três policiais se aproximaram de nós. [...] Um dos policiais agarrou-me pelo braço; um outro agarrou o braço de Julian: “estão presos”. Levaram-me até a porta de uma pequena cela. Mary, Birgit, Sheila e Pamela estavam lá dentro. [...] Disseram-nos que iríamos para Belo Horizonte naquela noite.[20]

José Carlos Temple Troya, um dos integrantes brasileiros do Living Theatre, assim pontua sua noção do episódio:

> Certamente, o DOPS tinha seus próprios motivos para revistar a casa, em busca de armas ou outras evidências de subversão ou drogas, sobretudo no primeiro dia dia do Festival de Inverno. [...] A prisão do Living serviria de advertência contra quaisquer excessos. [...] Na confusão da batida policial, as únicas “evidências” coletadas foram os remédios dos membros da companhia.

No total, foram presos 21 membros do Living Theatre. Os homens foram levados para o DOPS e as mulheres para a prisão feminina Estevão Pinto, ambos em Belo Horizonte. Judith ouviu de suas companheiras de cela o que havia ocorrido em sua casa:

> Jimmy Anderson estava fazendo o jantar [...]. Inesperadamente, vinte policiais com cães penetraram na casa e deram início a uma busca frenética, virando tudo de cabeça para cima, atropelando, às avessas. Ninguém teve oportunidade de falar, de pensar, de fazer uma pergunta sobre o que estava acontecendo. Todo mundo foi posto

> em carros da polícia e levado para longe [...] Perguntei se a polícia tinha encontrado, na casa, alguma coisa que nos incriminasse; as moças explicaram que não; contudo, o policial de serviço na porta da cela dizia "maconha" repetidamente, embora lhe assegurássemos que nenhum de nós a fumava.[21]

Foram levados para o DOPS de Belo Horizonte naquela noite. No dia seguinte, oito integrantes da companhia teatral foram soltos: Julian Beck, Judith Malina, Mary Kraft, Andrew Michel Nadelson, Steven Bem Israel e os brasileiros Edson Arão Madaleno, Luis Henrique Rocha e Miguel Couto. Os outros 13 membros do grupo, autuados em flagrante com uma pequena quantidade de maconha, permaneceram presos. Eram eles: Vicente Segura (peruano), Sérgio Godinho (português), Sheyla Mary Charlesworth (canadense), Pamella Badyk (australiana), Birgit Knabe (alemã), José Carlos Templet Tróya e Ivanildo Silvino de Araújo (brasileiros), Hans Sebane (austríaco) e os norte-americanos Luck Theodore, James Anderson, Roy Harris Leone, Thomas S. Walker e William Lawrence Howes. Julian e Judith regressaram a Ouro Preto, na expectativa de que os outros integrantes do Living Theatre, ainda encarcerados, fossem soltos. Porém, no dia 3 de julho o casal foi novamente detido, dessa vez em uma galeria de arte, e levado à delegacia do DOPS em Belo Horizonte, dessa vez também sob a suspeita de ter cometido crimes "subversivos". Nos interrogatórios, conduzidos pelo Dr. Renato de Silveira Aragão, foram feitas muitas perguntas sobre a proveniência de livros e revistas encontrados na casa onde vivia a Companhia, considerados "perigosos" pelo DOPS, como obras de Karl Marx e Mao Tsé Tung. Uma sacola com grande quantidade de maconha, que supostamente teria sido desenterrada pelos policiais no fundo da casa, fora exibida a Judith. Sobre essa acusação, ela relata:

> Disseram-nos que ela [a maconha] havia sido desenterrada de bem debaixo de nossa casa. Mostraram-nos fotografias de policiais e cães com os pacotes descobertos, mas não parecia com nossa casa. Em certo lugar estava escrito em inglês: "OLHE". O que era aquilo? Julian diz que isso prova que não fomos nós, mas sim nossos inimigos que colocaram a maconha lá. Enterraríamos uma coisa e logo depois indicaríamos onde ela estava? O que é isso, o que quer dizer? [...] No dia 6 de julho foi decretada nossa prisão preventiva, até sermos julgados pelo juiz de Ouro Preto.[22]

O juiz era Moacir Silva Andrade e o julgamento se iniciou no dia 26 de julho. Foi concedido *habeas corpus* para dez membros do Living, exceto Judith Malina, Julien Beck, James Anderson, Pamela Badik e Sérgio Godinho. Nesse momento, o caso já ganhava expressiva repercussão internacional. No dia 29 de julho, o *Jornal do Brasil* publicava a notícia de que o cineasta Pier Paolo Pasolini, juntamente com o escritor Alberto Moravia e o literato Umberto Eco, fazia um apelo pela libertação do grupo. Datado do dia 16 de agosto, um manifesto com 120 assinaturas de jornalistas, pintores, atores, críticos, músicos, cineastas, entre outros, foi enviado de Nova Iorque ao presidente-general Garrastazu Médici pedindo a "libertação dos atores do Living Theatre". Datado de 16 de agosto, o manifesto era endossado por Jane Fonda, Marlon Brando, Betty Friedam, Mick Jaggfer, Jonh Lennon, Yoko Ono, Tennessee Willians e pelo prefeito de Nova Iorque, John Lindsay, entre outros.

O julgamento se desenrolava em expectativas variantes, com Malina, Beck e os outros membros sem saberem ao certo quando e se seriam postos em liberdade. No dia 28 de agosto, porém,

jornais do Brasil inteiro estampavam nas manchetes a decisão do presidente da República que, por decreto, expulsava os integrantes estrangeiros do Living Theatre do país. O jornal *Folha de S.Paulo* fez a seguinte chamada para a matéria, no dia 28 de agosto de 1971:

> Acolhendo exposição de motivos do ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, o presidente Médici decidiu expulsar do País todos os integrantes do grupo Living Theatre – entre eles os atores Julian Beck e Judith Malina Beck – que estavam presos em Minas Gerais desde julho, acusados de usar tóxicos e perturbar a ordem. A expulsão [...] fundamenta-se também no fato de que a prisão do grupo vem sendo explorada no exterior por inimigos da Pátria.[23]

O processo continuou se desenvolvendo com todos os réus em liberdade. No dia 1º de outubro de 1972, o *Jornal do Brasil* noticiou que a Justiça havia absolvido todos os integrantes do Living Theatre, uma vez que "nada havia sido provado".

Libertado no dia 2 de julho de 1971, Ben Israel afirmou, no mesmo mês, quando já estava nos Estados Unidos, que membros do Living Theatre haviam sido torturados. No dia 23 de julho, o *Jornal do Brasil* noticiou uma declaração em que Julien Beck afirmava que ele e sua esposa não estavam sendo torturados. No entanto, em relato escrito posteriormente, José Carlos Troya explicou que o casal não endossou a denúncia de tortura pelo efeito da autocensura, uma vez que, naquele momento, tal declaração certamente agravaria sua situação. Troya afirma, em seu diário, publicado no *Estado de Minas* em pleno governo Médici, que Judith teria experimentado grande conflito interno:

> Entristecia-a, porém, o fato de não ter podido [...] revelar o clima da casa de torturas em que viveu; e tampouco pôde mencionar os gritos lancinantes no meio da noite durante as rotineiras e repetidas sessões de tortura, com a intenção de extorquir delações, ou os tristes relatos de cada um que retornava, se é que retornava, depois de ter sido torturado tantas vezes. [...] Na situação dubiamente privilegiada de serem constantemente alvo de entrevistas, Julian e Judith gozavam de uma mobilidade incomum dentro do DOPS, o que os levou a estar fisicamente muito próximos às torturas em ato e, consequentemente, à agonia de ouvir e deverem se calar.

Troya confirma a tortura sofrida por Ivan Silvino e Vicente Segura:

> Muita controvérsia suscitou o caso dos choques elétricos ministrados pelos algozes de Thacyr [Omar Menezes Sia, delegado do DOPS] no potiguar Ivan Silvino e em Vicente Segura, o peruano, durante os interrogatórios da madrugada de 2 de julho. [...] Depois de envolver eletrodos no dedo indicador da mão direita e no pênis de Ivan, que permaneceu de pé, um dos torturadores acionou a manivela da chamada "maquininha marrom", dando-lhe um choque elétrico. [...] Como Ivan permanecesse inerte, ameaçou queimá-lo vivo. Também a Vicente envolveram-lhe um eletrodo no dedo, deram-lhe um choque e, por recusar-se a revelar nomes, o jogaram brutalmente contra a parede.[24]

Diante das denúncias, ainda que tornadas públicas décadas após o ocorrido, da acusação de uma prisão arbitrária dos membros do Living Theatre, somam-se também a tortura e tratamento desumano nesse episódio de repressão por parte dos militares, ocorrido durante o regime ditatorial brasileiro.

2.3. Augusto Boal

No dia 10 de fevereiro de 1971, Augusto Boal foi sequestrado ao sair do ensaio no Teatro de Arena, em São Paulo, por três homens armados sem nenhuma identificação. Foi fichado no DOPS com um nome falso. Esse procedimento dificultava a busca de parentes e amigos por presos políticos. Também significava um risco ao sequestrado, pois o Estado não era responsável por sua integridade física.

Durante o interrogatório, Boal respondeu perguntas sobre suas atividades profissionais e sua militância política. Foi questionado sobre sua presença em passeatas, manifestações e protestos, suas ligações com o movimento estudantil e com organizações da luta armada. Em princípio, o dramaturgo seria liberado naquele mesmo dia. Porém, mesmo sem conseguir nenhuma informação mais contundente ou comprometedora que revelasse o paradeiro de opositores ao regime, os agentes decidiram que Boal deveria permanecer nas dependências do DOPS.

Augusto Boal foi conduzido a uma cela solitária reservada a presos que requisitavam segurança máxima, onde permaneceu por dez dias. Durante esse período, na cela ao lado, ele reconheceu Heleny Guaryba, presa meses antes. Ela havia sido levada ao DOPS para participar de uma acareação com prisioneiros recentes. Em uma conversa rápida, a atriz fez recomendações veementes: não confessar nada, nunca, em hipótese alguma. Não entrar em nenhum tipo de detalhe, por mais despretensioso que possa parecer. Era preciso negar sempre. O conselho foi enfático, porque qualquer citação de nomes corresponderia a uma suposta delação de envolvimento com opositores ao regime. O próprio Augusto Boal encontrava-se preso devido à menção de seu nome por um dos interrogados.

No dia seguinte, Boal foi chamado para um novo interrogatório somente depois do jantar, já a altas horas da noite. Em seu relato, o artista revela o contraste entre a carceragem com celas coletivas completamente lotadas, as péssimas condições em que os presos se encontravam e a aparência típica de uma repartição pública do escritório onde foi interrogado, com datilógrafos, *office-boys* e funcionários. Boal, por sua vez, era tratado como um mero artista subversivo que publicara textos contra o governo, manchando a imagem do Brasil perante a comunidade internacional.

Augusto Boal seria então liberado quando foi levantada a informação de que existia contra ele a denúncia, registrada em depoimento de um dos presos, de que o artista, durante viagem à Europa em 1969, era portador de supostas informações de Carlos Marighella a aliados da Ação Libertadora Nacional (ALN) que se encontravam fora do país. Conforme consta em documento encontrado no arquivo do DOPS:

> Em 1969 esteve na Europa, onde se encontrou com Albertina e Cláudio Volga, sendo que sua viagem se pretendia a assuntos de teatro e contatos com editoras para publicação de artigos seus sobre pesquisas de interpretação de autores. Disse ser possível ter lhe sido apresentado a Aluisio Nunes Ferreira, na ocasião, não lhe recordando quem lhe deu o endereço do mesmo e que se encontrava frequentemente com Davi José, ator de teatro. Negou ter dito a Cláudio Voga que esteve na Francça com a incumbência de transmitir recado de Carlos Marighela a Aluisio Nunes Ferreira ou qualquer outro recado. Negou ter transmitido a Sergio Ferro Pereira recado de norte-coreanos para Marighela sobre fornecimento de armas. Disse ter conhecido Carlos Henrique Heck neste DOPS, que conhece Jacob Gorender de nome e Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira conheceu em 1960 no Rio de Janeiro.[25]

Ao negar o fato, Boal foi torturado com choques elétricos e também no pau-de-arara. Passados dois dias da primeira sessão de tortura, o artista voltou a ser interrogado. Nesse intervalo de tempo, a casa de Augusto Boal foi invadida, o que ele descobriu ao ver que os agentes estavam utilizando seus pertences pessoais, como um suéter, calças e camisas, além de seu anel de formatura. Além da ameaça à sua integridade física, Boal era vítima também de tortura psicológica. Sua família também estava sob ameaças. O artista, porém, manteve sua posição: não confessaria nada.

Submetido a novas torturas, Boal travou um diálogo com o agente. Acusado de difamar o Brasil no exterior, ele perguntou ao torturador que tipo de difamação havia proferido contra a sua pátria. Segundo o agente, Boal teria afirmado que no Brasil existia tortura contra presos políticos. Mesmo pendurado no pau-de-arara, o dramaturgo não conseguiu segurar o riso diante de tal reposta. Afinal, a prova concreta de sua afirmação era ele próprio. Após surpresa por parte do agente (provavelmente ninguém conseguiria rir de seu próprio torturador na situação em que se encontrava o torturado), o procedimento contra Boal foi ainda mais truculento, chegando ao limite de suas condições físicas.

Enquanto o dramaturgo era torturado nas dependências do DOPS, sua família procurava por ele em hospitais, ambulatórios, enfermarias, delegacias e necrotérios. Depois de sete dias, o irmão de Boal, oficial do Exército na reserva, descobre sua localização. A notícia do sequestro e da prisão subsequente ganha os noticiários internacionais. Instituições internacionais como a New York University, o Theatre of Latin America, nos Estados Unidos, e a organização do Festival de Nancy, na França, além de diversas personalidades do mundo artístico e intelectual, assinam abaixo-assinados, redigem cartas, telegramas e notas de repúdio à ditadura brasileira, como Arthur Miller, Joanne Pottlitzer, Harold Prince, Richard Schechner, Joseph Papp, Alan Schneider Robert Anderson, Joe Chaikin, Émile Copfermann, Bernard Dort, Peter Brook, Jean Louis Barrault, John Arden e Arianne Mnouskine.

A pressão da solidariedade internacional surtiu o efeito desejado. Enquanto a maioria dos presos políticos chegava a aguardar vários anos pela acusação formal, devido a morosidade, a omissão e ao descaso das autoridades também complacentes com a arbitrariedade imposta pelo regime militar, Augusto Boal foi chamado a depor, na presença de testemunhas, no prazo de um mês. Ele permaneceu mais dois meses no Presídio Tiradentes, em São Paulo, à espera do julgamento. A ditadura precisava provar que o artista era culpado. O processo movido contra Boal pecou pela completa falta de isenção, como todos nos quais o réu era acusado de crime político. O artista foi condenado pelo crime de portar carta que comprovava a sua participação junto às organizações de luta armada.

Em 28 de abril de 1971, antes da sentença final, o juiz da 2ª Comissão Militar de Audiências concedeu "liberdade condicional" para que Augusto Boal pudesse se encontrar com o elenco do Teatro de Arena, que se apresentaria na França. Essa era mais uma estratégia utilizada pelos militares para manter a fachada democrática perante a opinião pública internacional. Boal assinou um documento se comprometendo a voltar imediatamente ao Brasil ao fim do Festival de Nancy. Contudo, o funcionário que recolheu a assinatura de Boal foi taxativo: "Não prendemos ninguém pela segunda vez: matamos! Não volte nunca. Nesta linha: assine! Prometa voltar".[26]

Augusto Boal voltou ao Brasil apenas em dezembro de 1979, meses depois de assinada a Lei de Anistia aos presos políticos.

3. Artes plásticas

O conceito de obra explodiu. Essa foi a palavra de ordem que norteou a produção brasileira no campo das artes plásticas a partir do início da década de 1960, ampliando seu espectro da criação.

O artista não realizava, então, apenas obras destinadas à contemplação, mas propunha também situações que deviam ser vividas e experimentadas por meio da participação daquele que, antes estático espectador, agora era agente ativo, criador e parte essencial daquela manifestação artística.

Ultrapassada a retração inicial provocada pelo golpe de 1964, esse processo de redimensionamento estético articulou a assimilação das correntes internacionais – em especial a *pop art* norte-americana e o *nouveau réalisme* francês – e a imersão nas vivências e nas manifestações populares com o contexto político imediato de resistência ao regime militar. A "nova figuração brasileira", uma das principais tendências da década de 1960 no Brasil, procurou situar o sujeito no contexto de uma sociedade massificante e repressiva, utilizando uma iconografia alusiva a essa cultura de massas, muitas vezes elegendo o povo como figura principal dessa sociedade, que não era apenas opressora por suas questões econômicas exclusivas, oriundas do sistema capitalista, mas também por seu regime ditatorial vigente desde início de 1964.

O engajamento político de artistas plásticos no Brasil, que expressavam resistência ao regime por meio de suas criação, provocou a diluição de barreiras éticas e concretas: a arte não mais se restringia aos limites físico e moral do museu, reivindicando as ruas e expondo, no espaço comum, sua oposição a um poder que procurou formalizar a produção artística, a fim de esterilizar elementos considerados subversivos, imorais ou, simplesmente, extravagantes. A oposição dos artistas ao regime acelerou uma articulação que já havia progredido antes do regime militar se instaurar, em 1964. Logo, em 1965, um grupo de 29 artistas plásticos realizava, no Rio de Janeiro, a mostra *Opinião 65*, uma experiência de vanguarda, provocando os artistas e o público a se posicionar e formar opiniões ante o contexto político repressivo. Repetida no ano seguinte, *Opinião 66* foi a responsável por questionar ainda mais radicalmente os padrões éticos e estéticos da sociedade, ao lançar o conceito de *antiarte*.

Em 1967, a proposta foi expandida na exposição coletiva *Nova objetividade brasileira*, realizada no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, uma espécie de balanço das correntes de vanguarda e de suas intenções políticas. Essa exposição, ao mesmo tempo que era um balanço de tendências múltiplas, unia-as em um mesmo pacote sortido. Hélio Oiticica apresentou *Tropicália*, um "Penetrável" – construção em madeira com porta deslizante onde o visitante se fechava –, cuja influência conceitual transbordou para a canção popular, para o cinema e o teatro com o movimento tropicalista. No ano anterior, as esculturas móveis *Bichos*, de Lygia Clark, desenvolviam a ideia de uma arte multissensorial e ambiental. Lygia Pape experimentou fazer arte com baratas e formigas. Rubens Gerchman escrevia, criando um universo plástico e semântico em estruturas de madeira de metros de altura e comprimento – uma delas, sua obra *Lute*. Ao mesmo tempo que a emergência de novas proposições aflorava, havia, por parte da repressão, condições objetivas e subjetivas que freavam o livre exercício da produção criativa no campo das artes visuais.

O AI-5 combinou retomadas e experimentações de forma radical no campo das artes plásticas. A resistência teve de se impor diante de uma força que passou a atuar direta e violentamente, por meio de condições objetivas e subjetivas, com a censura das obras, autocensura dos próprios criadores, o fechamento de exposições e a ausência de estímulos à arte experimental por parte dos museus e galerias de arte. Em dezembro de 1968, a II Bienal da Bahia foi fechada após sua abertura, com os organizadores presos e as obras recolhidas pelo governo do Estado, sendo reaberta algumas semanas depois sem ter seu conteúdo taxado como subversivo. Diversos artistas saíram do país: Hélio Oiticica, Lygia Clark, Rubens Gerchman, Antônio Dias, Franz Krajcberg e Sérgio Camargo.

Para quem permaneceu, a arte passou a ser uma aventura radical, dramática e cheia de riscos. Em 1969, Artur Barrio expôs no MAM carioca sua obra intitulada *ORHHHHHH*, composta por lixo, papel higiênico e trouxas de pano ensanguentadas. No ano seguinte, Cildo Meireles propôs realizar uma arte de guerrilha com *Inserções*, uma obra que convocava o espectador à resistência política

– ensinando-o a burlar o sistema por meio da fabricação doméstica de fichas telefônicas ou a driblar a censura pela impressão de informações e opiniões críticas em garrafas de Coca-Cola (ou notas de dinheiro), ato contínuo devolvidas à circulação. No mesmo ano, Antônio Manuel concebeu *Meu corpo é a obra* e apresentou-se nu diante do júri de seleção do Salão de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Em 1970, o evento *Do corpo à terra*, que inaugurou o Palácio das Artes, em Belo Horizonte, estabeleceu um marco criativo de extrema violência e radicalidade para a produção experimental brasileira: Cildo Meireles queimou galinhas vivas no trabalho *Tiradentes Totem-Monumento ao Preso Político* – apresentado no dia 21 de abril, um monumento efêmero que pulverizava suas vítimas, em uma denúncia aos brasileiros desaparecidos por ação do Estado ditatorial; Artur Barrio jogou trouxas ensanguentadas com ossos e carnes de animais no ribeirão Arrudas que atravessa o centro da cidade, aludindo publicamente à violência praticada no Brasil pelas polícias e seus esquadrões da morte, pelo governo e suas torturas, semeando possíveis questionamentos no interior de cada transeunte que por ali passava; Luiz Alphonsus, por sua vez, incinerou plásticos com uso de napalm, em uma alusão escancarada à destruição das aldeias e plantações do Vietnã pelas tropas americanas. O evento, uma demonstração da capacidade guerrilheira que a arte poderia manifestar, mobilizou cerca de 5 mil pessoas e terminou com a chegada do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. Como o crítico Frederico Morais afirmou: "Uma resposta radical a uma época radical".

Uma arte intensa, diversa, corajosa, escandalosa, desesperada, transgressiva, comprometida, vanguardista. Não foram poucos os artistas plásticos que se envolveram diretamente na proposta de luta armada difundida pela nova esquerda brasileira. Na ALN, havia um grupo de arquitetos artistas: Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre, Carlos Heck, Júlio Barone e Sérgio de Souza Lima; na Ala Vermelha, Alípio Freire e Carlos Takaoka; no Movimento de Libertação Popular (Molipo), Antonio Benetazzo; no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Sérgio Sister; no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Carlos Zílio e Renato da Silveira. Presos, continuavam a pintar e a desenhar: em 1970, os arquitetos artistas ajudariam a criar um ateliê no Presídio Tiradentes; muitos, como Carlos Zílio ou Rodrigo Lefèvre, utilizavam lascas de madeira, lençol, pedaços de papel, papelão e até pratos de comida. O resultado transformou-se em documento de época – o registro estético de uma experiência política. Resistência e oposição caminharam juntas – muitas vezes, de mãos dadas – na produção das artes visuais no Brasil durante o regime militar. Seus autores não esperavam derrubar os militares do poder com seus quadros; mas suas expressões são denúncias e gritos de afirmações de toda uma sociedade que se via comprimida, agredida. Uma resistência múltipla através de uma linguagem que toca o sensível, o poético e o político.

Estudo de caso:

3.1. Rogério Duarte

Em abril de 1968, o baiano Rogério Duarte Guimarães era um nome bastante respeitado no cenário cultural brasileiro, principalmente por seus trabalhos nas artes gráficas, em cartazes de filmes como *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, e pelas capas de discos como o de Caetano Veloso, de 1967, além de ser um dos principais pensadores tropicalistas. No dia 4 de abril, Rogério e seu irmão Ronaldo Duarte foram, com suas respectivas namoradas Ruth Queirós e Sílvia Escorel de Moraes Saldanha, à manifestação popular em homenagem a Edson Luís de Lima Souto, estudante secundarista assassinado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro no dia 28 de março. A comoção gerada pela morte do estudante transformou a missa de sétimo dia de Edson

Luís em uma manifestação de repúdio e denúncia da violência praticada pelas Forças Armadas do Estado brasileiro. No entanto, terminou em violentos confrontos e prisões arbitrárias e ilegais dos manifestantes; entre elas, a irmãos Duarte.

A missa realizou-se na Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. O clima tenso já era percebido nas proximidades do local, pois em seu epicentro a cavalaria da polícia atacava os manifestantes com golpes de cassetete e sabres. Rogério descreve da seguinte maneira o episódio:

> Já no caminho de ida, depois que escondemos o carro perto do aeroporto, encontramos amigos que voltavam dizendo que a barra estava pesada demais e não dava mais para entrar na Igreja. O Exército sitiara a Igreja e os que ficaram do lado de fora foram expostos à ação de cavalos e das bombas de gás lacrimogêneo. Procuravam sair da avenida Getúlio Vargas, mas estava tudo cercado. Ainda assim decidimos prosseguir em direção à Igreja, apesar do medo que já nessa hora eu começava a sentir.[27]

Após se dirigirem para a manifestação e experimentarem o confronto contra os policiais, Rogério e seu grupo resolveram ir embora do tumulto. No retorno ao carro, foram abordados por dois agentes à paisana do SNI, na rua da Quitanda, em local próximo à esquina com a rua Sete de Setembro, por volta das 18 horas. Eles alertaram Rogério e os outros para que os acompanhassem discretamente, dizendo: "Senão vai chover bala". Fizeram, então, sinal para que uma viatura que ali passava parasse. Na radiopatrulha 8-149 estavam os patrulheiros Álvaro de Oliveira Souza, Antônio Macedo Portela e José Xavier Tôrres. Os agentes se identificaram como membros do SNI e deram a ordem: as meninas deveriam ser deixadas no DOPS e os homens seriam levados para o Departamento de Correios e Telégrafos, a poucos quarteirões do local onde foram abordados. As moças foram liberadas por volta das 23 horas do mesmo dia, graças à intervenção do pai de Sílvia, o embaixador Lauro Escorel.

Rogério e Ronaldo Duarte ficaram pouco mais de dez minutos em uma cela do Serviço de Vigilância do Departamento de Contra-Terrorismo (DCT), para então serem transferidos em uma Kombi de cor creme, que os irmãos identificaram como um veículo do Estado. Foram forçados a ficar deitados para não saber para onde iriam. Foram levados para a Vila Militar, na região oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde ficaram vendados a maior parte do tempo, recebidos com socos e pontapés e despidos. "Para o primeiro interrogatório tiraram as vendas, chamaram-nos de Fidel Castro, comunistas, e avisaram que 'por causa disso, vão apanhar a noite inteira'."[28] Rogério Duarte relata o episódio da seguinte forma:

> Durante oito dias fomos submetidos a torturas, espancamento, interrogatório, lavagem cerebral, todo o pacote sistemático de técnicas para desestruturar completamente uma personalidade. [...] Estive em uma cela onde havia dezenas de placas de papelão presas num suporte de pau com o clássico desenho da caveira e as iniciais E.M., de Esquadrão da Morte. Essas placas eram sempre encontradas nos "presuntos desovados" na baixada fluminense. Aquela foi uma típica "cela da morte". [...] Podia ser tudo encenação ou eu ia mesmo morrer. Como sabê-lo? (DUARTE, 2003)

Rogério e Ronaldo Duarte ficaram privados de contato com amigos e familiares durante todo esse tempo. No dia 10 de abril, Rogério completava 29 anos de vida sofrendo torturas físicas e psicológicas, entre elas choques elétricos nas axilas, além de interrogatórios cujas perguntas pareciam não lhes dizer respeito. Na edição do jornal *Correio da Manhã* da quarta-feira, 10 de abril, lia-se a notícia de que Rogério Duarte e seu irmão estavam desaparecidos:

> O cineasta Ronaldo Duarte e seu irmão, o artista plástico Rogério Duarte, continuam desaparecidos desde a tarde da última quinta-feira, quando foram levados pela viatura da Radiopatrulha 8-149. […] Uma comissão de intelectuais e artistas estabeleceu contatos com as diversas áreas de segurança, federais e estaduais, tendo obtido uma única resposta: 'estes dois nomes não constam na lista'. Assim, fontes do I Exército informaram à Comissão que Ronaldo e Rogério não se encontravam em nenhuma dependência da área militar – do Exército, da Marinha, ou Aeronáutica – tendo a mesma resposta partido da Secretaria de Segurança de Niterói, do Departamento Federal de Segurança Pública e do Departamento de Ordem Político e Social.[29]

O *Correio da Manhã* do dia 12 de abril publicou uma carta aberta, assinada por 86 artistas e intelectuais, como Antônio Carlos Jobim, Chico Buarque de Hollanda, Oscar Niemeyer, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Vinicius de Morais, entre vários outros. Nela, pedem esclarecimentos acerca dos irmãos Duarte, cujos nomes não constavam oficialmente em nenhuma instalação das Polícias ou Forças Armadas. Porém, horas antes de o jornal começar a circular pelo país, Ronaldo e Rogério Duarte foram soltos, por volta das 3 horas e meia do dia 12 de abril, nas proximidades do bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro.

Após terem sido libertados, Rogério e Ronaldo delataram, publicamente, as torturas sofridas durante os dez dias em que foram mantidos presos. Na edição do *Correio da Manhã* do dia 14 de abril, os irmãos deram detalhes das torturas sofridas e da maneira ilegal como foram detidos e mantidos em cárcere. Assim está escrito no periódico:

> No interrogatório, perguntas que não sabiam responder, como se conheciam padres ou pessoas que eles nunca viram. Dormiam nus e estavam em dependências em que outras pessoas também eram torturadas. Enfermeiros tentavam retirar as marcas das pancadas com compressas. Foram transferidos para três prisões dentro da Vila Militar. […] Foram levados em uma Kombi, camuflados embaixo dos cobertores, escondidos inclusive da Polícia Rodoviária.[30]

A denúncia pública das torturas sofridas pelos irmãos Duarte ganhou dimensão, e o episódio e seu desenrolar figuraram em várias edições dos jornais durante o mês de abril. No dia 16 de abril, o comandante interino do I Exército, general José Horácio da Cunha Garcia, soltou uma nota oficial da instituição, afirmando:

> O Comando do I Exército, consciente das normas em vigor, da mentalidade e da tradição de seus subordinados, estava, de antemão, certo de que as denúncias apresentadas pelo Sr. Ronaldo Duarte e seu irmão o Sr. Rogério Duarte [...] não correspondiam com a verdade dos fatos. Apesar disso, determinou, imediatamente, a realização de meticulosas investigações, as quais, por vezes, dirigiu pessoalmente, e, por isso, pode declarar, para esclarecimento da opinião pública, de forma absolutamente categórica, que os referidos cidadãos não estiveram presos em nenhuma unidade do Exército e em nenhuma delas passaram por qualquer motivo.[31]

Os nomes dos envolvidos nas torturas de Rogério e Ronaldo Duarte foram sendo identificados à medida que as investigações iam se desenvolvendo, conduzidas pela 3ª Delegacia Distrital do

Rio de Janeiro. De acordo com o *Correio da Manhã* de 4 de maio, foram indicados como envolvidos nas torturas dos irmãos Duarte os seguintes nomes: os militares (todos do Batalhão de Comunicações Divisionárias) coronel José Goulart Câmara (apontado como o chefe dos torturadores), o primeiro-sargento Eurico, o segundo-sargento Marcelino, o segundo-sargento Ford, o terceiro-sargento Joevalner, além do civil Valter (ou Walter) Rodrigues, um dos agentes do SNI que efetuaram a detenção dos irmãos Duarte e de suas companheiras.

Em ficha produzida pelo SNI, expedida no dia 17 de abril em atendimento a um requerimento interno do dia 15, na qual havia o levantamento do histórico político dos irmãos Duarte, Ronaldo possuía elementos e registros que despertaram interesse do SNI sobre suas atividades passadas. Rogério, por sua vez, recebeu menção apenas por ser considerado um elemento de esquerda ligado a atividades de artes plásticas, por ser primo do deputado Marcelo Duarte, do MDB, e por ser indiciado no Inquérito Policial Militar (IPM), sem, porém, ter sido denunciado pelo procurador da Auditoria de Guerra da 6ª Região Militar.

4. Censura a publicações

Esta seção se propõe a traçar um panorama geral da produção literária durante o período ditatorial brasileiro, destacando aspectos fundamentais para a compreensão do contexto, como as especificidades da literatura produzida no período do regime militar, a expansão do mercado editorial e do público consumidor, o controle exercido pela censura sobre as publicações e a repressão a intelectuais e escritores.

Assim como em outras áreas do campo das artes, a produção de livros foi marcada pela ascensão da indústria cultural e pelo consequente domínio do mercado no campo da literatura, um processo que ocasionou mudanças no sentido da profissionalização dos escritores e na consolidação da produção de livros em larga escala no país. Para além do aumento da produção nacional, a importação de um grande número de *best-sellers*, sobretudo norte-americanos, também foi um aspecto importante nesta conjuntura histórica específica.[32]

É possível compreender a expansão e o lucro do mercado editorial, o interesse do público pela produção nacional, a divulgação de novos escritores e o fortalecimento do romance político como aspectos que compõem o chamado *boom* literário da década de 1970. Ligado ao relato testemunhal, o romance político foi marcado pelo teor crítico, com temas que exploravam os impasses e dilemas típicos dessa conjuntura, a exemplo das possibilidades de transformação revolucionária da sociedade, as denúncias de violência e tortura e o fracasso dos projetos da esquerda.

Ao mesmo tempo, percebe-se também um aumento do controle censório sobre essas produções. Apesar desse enrijecimento, ao analisarmos os dados sobre publicações censuradas por motivos políticos nesse período é importante assinalar que muitos livros não foram vetados porque as autoridades censórias reconheciam que a prática poderia causar mais repercussão do que a própria obra. Além disso, a censura não ignorava o fato de que o impacto da literatura na sociedade era consideravelmente menor se comparado ao de outras áreas mais atrativas e de maior acesso entre a população, como o cinema e os programas de televisão.

O fato da censura de publicações não ter tido a mesma intensidade que outros campos da cultura não impediu, como mencionado, que diversos livros fossem proibidos. Nesse sentido, podemos citar três interdições que ganharam grande repercussão no período: *Em câmara lenta*, de Renato Carvalho Tapajós, *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca, e *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão.

No que diz respeito à dinâmica censória, a censura de publicações – livros e revistas – obedeceu a uma lógica própria ao longo da ditadura militar, tendo sido realizada a partir de diversas instâncias e amparada em normas legislativas específicas. Dessa forma, a censura prévia, ou seja, a faculdade de aprovar ou proibir determinado material ou expressão artística antes de tornar-se público, consistia em uma prática já anteriormente regulamentada para teatro, cinema, televisão, música, rádio e espetáculos públicos, tendo sido estendida para o campo da literatura a partir de 1970, com a sua regulamentação por meio do Decreto-Lei nº 1.077/70.[33]

Naturalmente, a censura a livros e periódicos era exercida desde a instauração do golpe civil-militar em 1964; no entanto, ela começa a ser estruturada e exercida de maneira mais consistente a partir do governo do general Ernesto Garrastazu Médici (1969-1974). Um dos principais articuladores dessa política foi o então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, responsável pela promulgação do Decreto-Lei nº 1.077/1970, primeiro dispositivo legal depois de 1964 que permitiu a censura prévia a livros e revistas que apresentassem conteúdo ofensivo à "moral e aos bons costumes".

A maior parte dos dispositivos do Decreto nº 1.077/70 encontra justificativa no intuito de proteger a instituição da família, preservar seus valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade em face da generalização de publicações obscenas que estimulam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da "sociedade brasileira".

A instauração do regime de censura prévia, determinando o encaminhamento de publicações para apreciação do ministro da Justiça, motivou uma forte reação por parte de artistas, intelectuais, editores, escritores e associações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Na linha de frente do movimento de oposição à censura prévia a livros, estavam os escritores Érico Vérissimo e Jorge Amado, que redigiram um protesto amplamente divulgado pela imprensa à época, no qual declaravam que em nenhuma hipótese submeteriam os originais dos seus livros à censura, mesmo que deixassem de publicar no Brasil. Esse protesto atingiu grande repercussão, mobilizando em peso o campo artístico-intelectual contra a medida do governo militar, que, em resposta, decidiu publicar uma nova instrução, determinando que "estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade púbica e bons costumes".[34] Apesar dessa nova instrução – que permitia um grande grau de discricionariedade no julgamento das obras –, diversos livros teóricos e didáticos foram vetados pelo governo.

Se a prática da censura cultural durante a ditadura militar esteve marcada pela presença da comunidade de informações, pode-se dizer que, no âmbito da censura de publicações, o envolvimento com os órgãos de informações foi particularmente intenso, especialmente no que diz respeito à censura política de livros e revistas considerados atentatórios à segurança nacional.

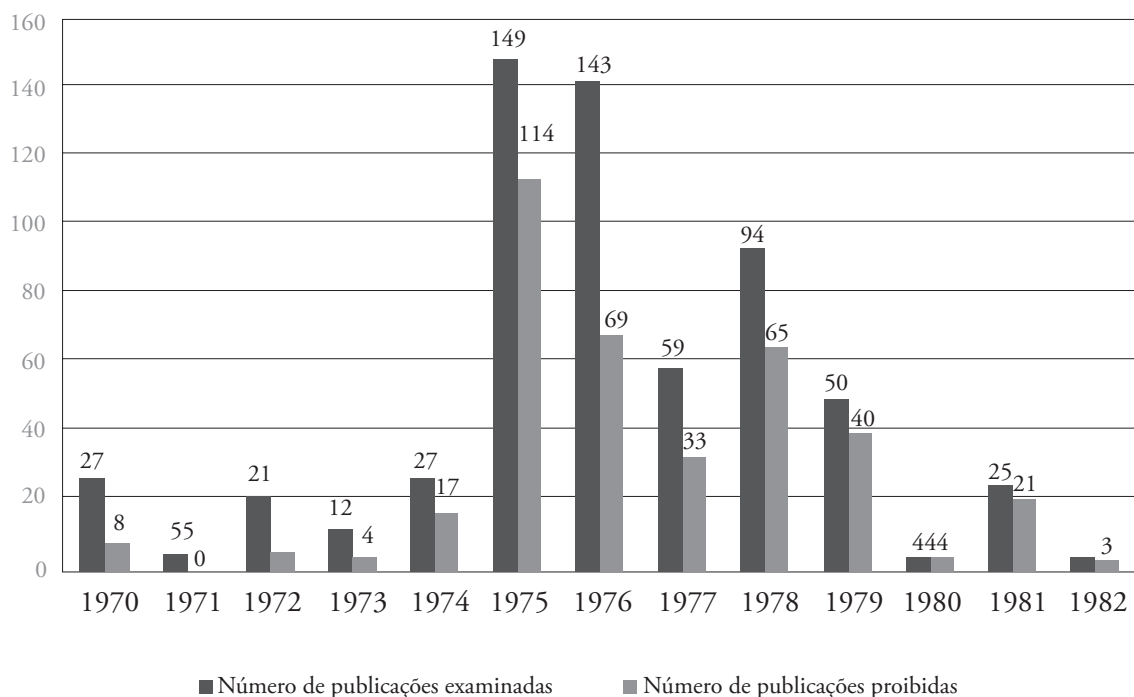
Nesse sentido, uma das especificidades importantes da censura de livros é que, diferentemente do que acontecia no campo do teatro, televisão, música ou cinema, o controle de publicações foi exercido a partir de instâncias distintas. O exame de livros e revistas executado pela Divisão de Censura de Diversões Públicas estava direcionado a questões no plano dos costumes, relacionado com a "defesa da moral e dos bons costumes", enquanto o controle voltado para questões políticas nas publicações foi realizado por outras instâncias, como o Setor de Imprensa do Gabinete do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (Sigab).[35]

Conclui-se, assim, que a censura estritamente política das publicações era realizada de maneira assistemática e por distintas instâncias que faziam parte do arcabouço repressivo do governo militar, como os órgãos de informação. Assim, o processo censório de um livro suspeito de

atentar contra o regime poderia ser movido por diversos grupos, por meio de um ofício dos setores de informações do governo, por meio de denúncias por cartas enviadas à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) ou por decisão do Ministério da Justiça. De modo geral, a censura moral de publicações (estruturada em regime de censura prévia pelo Decreto-Lei de 1970) contava com a denúncia de indivíduos que escreviam à DCDP acusando obras consideradas "imorais ou pornográficas"; já a censura voltada para questões políticas era geralmente realizada *a posteriori*, justificada em normas legislativas como a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa e contava com o envolvimento dos órgãos de informações do governo militar.[36] Essa esquematização se torna mais complexa na medida em que, em determinados momentos específicos (como o período entre 1968 e 1972), a Divisão de Censura de Diversões Públicas praticou mais intensamente um controle voltado às questões político-ideológicas.

Apesar do esforço de centralizar e intensificar a censura às publicações, o elevado volume de livros e periódicos e o reduzido efetivo de censores tornavam o exame de toda a produção literária nacional quase impossível.[37] Em vista dessa situação, grande parte da atividade de censura de livros era provocada por denúncias enviadas à DCDP.

Apesar do discurso de abertura política promovido no governo do presidente Ernesto Geisel, a gestão do ministro Armando Falcão (1974-1979) na pasta da Justiça foi marcada por um aumento substancial de obras censuradas, tanto no campo de livros considerados subversivos e atentatórios à segurança nacional quanto daqueles considerados imorais. Essa intensificação de censura de livros no período mencionado pode ser visualizada por meio da estimativa do número de livros submetidos à análise da censura entre os anos de 1970 e 1982:[38]

Tabela 1: Estimativa de publicações (livros e revistas) examinadas / vetadas entre 1970 e 1982

Como é possível perceber, os primeiros quatro anos depois de instaurada a censura prévia de publicações são marcados por um índice relativamente baixo de publicações examinadas (65 livros e revistas), tendo sido 17 delas proibidas. Este padrão começa a mudar justamente a partir de 1974, período que coincide com o início da administração do ministro Armando Falcão

na pasta da Justiça, mantendo-se expressivamente alto até o ano da sua saída do ministério, em 1979. O intervalo entre os anos de 1975 e 1979 revela uma intensa atuação censória, tendo sido vetadas 321 publicações (dessas, 266 eram livros). A partir de 1980, os números expressam um declínio, tendência que permaneceu nos anos posteriores, quanto esta atividade se apresentou praticamente extinta. Em grande medida, a extinção desse tipo de censura na década de 1980 se deu devido ao surgimento de contestações na esfera do Judiciário das normas legislativas que amparavam a censura moral de publicações, assim como o seguimento do processo de "distensão política" e a organização de movimentos na sociedade civil – sobretudo da classe artística e intelectual – contra esse tipo de prática.

Além do exame de publicações, outra prática eventualmente executada pela Divisão de Censura era a apreensão, sob determinação do ministro da Justiça, de todos os exemplares de uma obra interditada, tendo essa prática implicado na incineração de inúmeros exemplares de livros e revistas.

Embora os dados relativos ao efetivo de livros apreendidos durante a década de 1970 sejam escassos e incompletos, é possível visualizar a sua extensão a partir de alguns dos relatórios anuais de atividades da DCDP. De acordo com os relatórios, durante o ano de 1975 foram apreendidos 52.962 exemplares de livros; em 1977, este número diminui para 16.842 exemplares e, no ano de 1978, há um aumento excessivo e 226.641 exemplares são confiscados.[39] Apesar da inexistência de dados referentes a outros anos, pode-se perceber que o montante de livros apreendidos durante a década de 1970 foi bastante significativo, atingindo milhares de obras.

É importante ressaltar que a censura praticada durante o regime militar não apenas afetou o processo criativo da classe artística e intelectual, mas também significou a criação de novos recursos estéticos e influenciou o comportamento dos escritores, cineastas, dramaturgos e compositores. Assim como em outras áreas, as ações censórias no campo da literatura atingiram, de maneira impactante, a esfera econômica de produção dessas obras, implicando em prejuízo econômico tanto para os artistas quanto para as editoras. Além desses aspectos da complexa relação estabelecida entre a cultura e a repressão durante a ditadura militar, é fundamental assinalar a dimensão de violência física e do trauma vivido por alguns artistas e intelectuais neste período. Para ilustrar essa dimensão, serão tratados dois episódios que marcam o embate entre os braços repressivos do governo militar e o campo cultural.

Esta seção se debruçou em dois eixos principais de análise. Por um lado, buscou explorar a dinâmica do controle estatal sobre as publicações durante a ditadura militar brasileira, constituindo-se a censura como uma das linhas de força da repressão e um dos meios de manutenção do regime vigente. De outro, pretendeu ilustrar como se deu a repressão quando a literatura criava um espaço de contestação ao regime, fosse denunciando a tortura, a perseguição, a violência, ou mesmo mobilizando valores, crenças e comportamentos que divergiam daqueles difundidos pelo regime. A repressão não incidiu apenas sobre os livros que foram proibidos, mas também sobre escritores, jornalistas e intelectuais que foram perseguidos pela comunidade de segurança e informações do governo militar, alguns submetidos a graves violações de direitos humanos, como se procurou evidenciar.

Estudos de caso:

4.1. Renato Tapajós

O primeiro caso a ser tratado refere-se à prisão arbitrária do escritor e cineasta Renato Tapajós, motivada pela publicação, em 1977, do livro *Em câmera lenta*.

Em câmara lenta é um representante do que poderíamos chamar, seguindo Antonio Candido, de romance da "geração da repressão", uma linha de narrativas produzida, sobretudo, por ex-militantes revolucionários que relatam os vários aspectos da tortura, da guerrilha e da luta armada, da brutalidade do cárcere, da violência da repressão, enfim, que versam sobre o trauma da experiência ditatorial.[40] Além de *Em câmara lenta*, que "inaugura o campo", por assim dizer, compõem essa linhagem de *literatura do testemunho* que marcou o ambiente literário da década de 1970 obras como *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis, e *A fuga*, de Reinaldo Guarany.

Em câmara lenta está estruturado em diversos blocos narrativos não lineares, com uma multiplicidade de tempos e histórias de certo modo interdependentes; unidos, revelam a resistência de militantes e guerrilheiros ao poder militar. No livro, a dimensão de denúncia ou resistência contra a repressão vai sendo construída à medida que acompanhamos um narrador anônimo, que procura descobrir o que teria acontecido com *Ela.*[41] A cena principal do romance é alimentada por esse mistério, desvendado a partir de pedaços que vão compor o desfecho final, o relato de uma sessão de tortura e morte em quatro páginas. Embora o aspecto da tortura e da violência física não tenha sido mobilizado no processo movido contra Renato Tapajós, nem nos fundamentos do ofício que determinava a proibição da publicação e circulação da obra, esboça-se aqui então uma das principais justificativas para a efetiva censura ao livro: a menção explícita à existência da tortura institucionalizada, prática veementemente negada pelas autoridades do regime militar. Oficialmente, Renato Tapajós foi indiciado por compor uma obra literária de cunho subversivo, que incitaria à guerra revolucionária e promoveria apologia ao terrorismo.[42]

Para compreender melhor o processo que resultou na prisão arbitrária do autor e na proibição da sua obra, é necessário remetermos a circunstâncias vividas pelo escritor a partir de meados da década de 1960.

No ano de 1966, Renato Tapajós filia-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, pouco tempo depois, devido a uma série de divergências dentro das organizações de esquerda que marcaram a época, Tapajós vincula-se a uma das dissidências que defendiam a luta armada como eixo estratégico da luta contra a ditadura – a Ala Vermelha.

A partir da instauração do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, Renato Tapajós passa a participar de ações armadas na clandestinidade e, em 8 de agosto de 1969, o "aparelho" onde vivia com companheiros na cidade de São Paulo é invadido por policiais da Operação Bandeirante (Oban).[43] Tapajós é conduzido a um quartel do Exército localizado na "esquina da rua Tutoia com a Abílio Soares",[44] onde permaneceu durante oito dias e passou pelo período de torturas mais violento. Segundo informe do Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo (Deops/SP), Tapajós foi indiciado no inquérito 20769 de 10 de dezembro de 1969 "por participação no bando de terroristas denominado 'Organização' da 'Ala Vermelha', os quais praticaram roubos a casas de crédito, casas comerciais, motoristas, bem como pichação com slogans subversivos, panfletagem, aliciamento de estudantes, corrupção de menores".[45]

Renato Tapajós foi condenado a dez anos de prisão com base no artigo 21 do Decreto-Lei nº 510/69.[46] Esteve preso de 1969 a 1974, tendo passado nesse intervalo pelo Presídio Tiradentes, Casa de Detenção do Carandiru e pelo Presídio do Hipódromo, até ganhar liberdade condicional em 27 de setembro de 1974.[47] Foi justamente na sua passagem pelo Carandiru que Tapajós conseguiu escrever os originais do que seria o livro *Em câmara lenta*. Segundo o autor, ele escrevia partes do texto em pequenas folhas de papel seda, dobrava até ficar bem pequeno, embrulhava no celofane das embalagens de cigarro e selava com fita adesiva, transformando-as em uma espécie de "pílulas" ou "cápsulas". Essas cápsulas eram entregues ao seu pai durante as visitas na penitenciária, que datilografava o que

estava escrito ao chegar em casa. Assim, quando Tapajós deixou a prisão em liberdade condicional em 1974, o livro estava pronto e o autor conseguiu publicá-lo pela editora Alfa-Ômega em maio de 1977, atingindo uma considerável repercussão em todo o País.

Ao fim do seu expediente de trabalho como redator na editora Abril, na tarde do dia 27 de julho de 1977, Renato Tapajós foi surpreendido por agentes do Deops de São Paulo, tendo sido detido, conduzido para interrogatório e dado entrada na carceragem do Deops/SP às 19 horas do mesmo dia, permanecendo incomunicável.[48] O regime de incomunicabilidade foi suspenso no dia 6 de agosto, uma vez que "Aldo Lins e Silva, advogado que defende alguns dos subversivos/presos durante as últimas prisões de militantes do PCdoB, ocorridas em fins de 1976, requereu, em 1 de agosto do corrente mês, à 3ª. Aud/2ª. CJM a cessação da incomunicabilidade imposta a Renato Carvalho Tapajós, sendo certo que o causídico em apreço é contumaz defensor de subversivos".[49]

O motivo da prisão havia sido justamente a publicação de *Em câmara lenta*, lançada três meses antes e considerada por alguns setores – sobretudo pela comunidade de segurança e informações do governo militar e parcelas mais conservadoras da sociedade civil – uma obra de teor altamente subversivo e atentatório à segurança nacional, já que era tomada como uma espécie de cartilha para a guerrilha urbana. Segundo a informação nº 0713/77 do Centro Integrado de Operações Policiais, o livro é "uma apologia ao terrorismo, da subversão e da guerrilha em todos os seus aspectos. Resumindo a informação, é uma obra feita essencialmente dentro da dialética marxista, tendo como doutrina e moral a ética comunista".[50] A prisão do autor foi justificada com base no artigo 47 da Lei de Segurança Nacional e a publicação de *Em câmara lenta*, considerada uma prática de incitamento à subversão da ordem político-social.[51]

De um lado, o caso Tapajós configurou o primeiro caso de prisão de um escritor em virtude de uma publicação durante a vigência do regime militar. Por outro, a censura do livro e a proibição da sua publicação e circulação em território nacional se deram somente depois de 15 dias da prisão do autor. Vale dizer que, durante esse intervalo entre a prisão de Renato Tapajós e a efetiva proibição do romance, verificou-se uma grande repercussão da obra, impacto que atingiu a primeira edição de cerca de três mil exemplares, esgotada nesse período. A prisão também causou grande reação no meio artístico-intelectual, originando manifestações e a divulgação de cartas, abaixo-assinados e reportagens na mídia, a exemplo de uma nota no jornal *O Globo*, em agosto de 1977, sob o título "Protestos contra prisão de Tapajós", que anunciava um abaixo-assinado de cerca de 800 escritores, cineastas, jornalistas e atores, classificando a prisão de Tapajós como "arbitrária" e "uma ameaça intolerável a todos".[52]

Assim como muitos processos de censura política de livros, o processo de *Em câmara lenta* teve início a partir da denúncia da comunidade de segurança e informações.

Em 18 de julho de 1977, o delegado Sérgio Paranhos Fleury encaminhava um ofício à Secretaria dos Estados dos Negócios da Segurança Pública afirmando que *Em câmara lenta* atentava contra a Lei de Segurança Nacional.

Em 27 de julho, o secretário de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias emite a ordem de prisão do autor, justificando que a obra foi considerada um instrumento de guerra revolucionária. Em 12 de agosto do mesmo ano, o ministro da Justiça determina a proibição da publicação e circulação de *Em câmara centa* em todo o território nacional. Segundo informação da Divisão de Informações do Deops/SP,

> o Ministro da Justiça, Armando Falcão, propôs hoje o enquadramento do escritor na lei de Segurança Nacional por causa da publicação de seu livro Em câmara lenta, Renato Tapajós está preso em S. Paulo, por determinação do Secretário da Segurança, Cel. Antonio Erasmo Dias.[53]

Em 23 de agosto de 1977, Tapajós recebe alvará de soltura da 3ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar e deixa a prisão. Segundo notícia do *Jornal da Tarde* de 20 de novembro de 1978,

> o Superior Tribunal Militar absolveu, em sessão secreta na última segunda-feira, o jornalista Renato Tapajós, autor do livro Em câmara lenta, acusado como incitador da subversão pelo coronel Erasmo Dias. O STM chegou à conclusão oposta: que a tônica do livro é o desestímulo a tais ações.[54]

Para encerrar a análise desse primeiro caso e trazer uma melhor compreensão das condições que permitiram a absolvição do autor no processo, é importante destacar que, ao longo de *Em câmara lenta*, há uma significativa mudança no modo como o personagem principal entende o compromisso com a luta política. Se, no início, percebe-se sublinhada a gravidade e a importância de assumir imediatamente uma postura combativa contra os golpistas, traduzida na luta armada, à medida que a repressão consegue desarticular a maioria das organizações de esquerda, a partir do início da década de 1970, o personagem acentua que se deve continuar a lutar não mais por um compromisso político subjetivo, e sim por uma causa mais objetiva, em respeito àqueles companheiros que tombaram na luta, para que sua morte não tenha sido em vão.

Nesse movimento de mudança de percepção, o fim do livro nos apresenta uma extensa e profunda autocrítica sobre as estratégias adotadas pela esquerda, assumindo como erro fundamental a opção pela luta armada contra o regime militar.

É justamente a partir de um longo movimento descrito no livro que faz emergirem dúvidas, questionamentos e equívocos sobre a escolha da luta armada que seria possível interpretar *Em câmara lenta* não como uma obra subversiva, de incitamento à guerra revolucionária e uma apologia ao terrorismo – como se valeram os órgãos de informações e segurança do regime –, mas, sim, ao contrário, como um instrumento que serve como desestímulo à militância. Essa linha de argumentação foi um recurso perspicaz utilizado no parecer elaborado por Antonio Candido para compor a defesa no processo de Renato Tapajós, um documento dedicado a justificar por que o livro não poderia ser considerado subversivo e por que sua leitura não induziria a uma atitude subversiva ou à prática de atos subversivos:

> Com efeito, note-se que a partir da página 186 o livro vai tecendo uma série de dúvidas, de proposições alternativas, de críticas ao tipo de atividade descrita. Ressalvando as ambiguidades do texto literário, o que pessoalmente infiro, se me situo neste plano, é uma sugestão, indireta, não formulada, mas poderosa, contra a subversão. Sugestão contra a eventual inutilidade de tudo que se descreveu. Parece haver no fim do livro, com efeito, uma atmosfera que faz sentir como são inúteis os tipos de ação que nutrem a narrativa; como é vazia a ação humana que não se enquadra nos desígnios, na vontade dos outros homens, de uma coletividade.[55]

4.2. Caio Prado Júnior

O segundo caso a ser tratado nesta seção diz respeito à prisão arbitrária do escritor e editor Caio Prado Júnior, responsável pela editora Brasiliense, condenado por se manifestar contrariamente ao regime vigente.

Caio Prado Júnior nasceu na cidade de São Paulo em 11 de fevereiro de 1907 e era o terceiro filho de Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado Silva Prado, representantes de duas famílias tradi-

cionais da burguesia paulistana. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), tendo iniciado sua atuação política nos quadros do Partido Democrático, fundado em 1926.

Filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde a década de 1930, Caio Prado Júnior teve uma longa trajetória de atuação na arena política, atuando principalmente na Aliança Nacional Libertadora (ANL) em oposição ao governo Vargas a partir de 1935. Em virtude das suas atividades à frente da ANL, Caio Prado Júnior foi mantido sob rigorosa vigilância por parte da polícia política paulista e, após a Insurreição Comunista de 1935, foi preso no Rio Grande do Sul e trazido para São Paulo, tendo permanecido encarcerado até 1937. Para além das atividades como militante, entre fins da década de 1930 até o golpe civil-militar de 1964, Caio Prado Júnior foi se firmando como um dos mais importantes pensadores sobre a realidade brasileira, tendo uma vasta obra de títulos célebres, como *A evolução política do Brasil* (1933), *U.R.S.S., um novo mundo* (1934), *História Econômica no Brasil* (1945), *O mundo do socialismo* (1962) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), considerado sua obra mais importante e um dos livros mais influentes na historiografia brasileira. Seus trabalhos refletem a preocupação fundamental de analisar os processos e as estruturas sociais, econômicas e políticas relacionadas às transformações e contradições sociais da sociedade brasileira.

Em 1943, Caio Prado Júnior fundou a editora Brasiliense, interessado em publicar livros que versassem sobre os vários aspectos da realidade do país. Primeiramente, explorou a publicação de tratados médicos e sanitaristas; depois, relatos de viagem de exploradores e cientistas europeus às terras nacionais. A Brasiliense também investiu na publicação de literatura brasileira, como as obras de Monteiro Lobato e Lima Barreto. Entre os anos de 1955 e 1964, fundou a *Revista Brasiliense*, na qual desempenhou um papel de destaque na divulgação e renovação do marxismo no Brasil.

A ficha do escritor no Deops/SP é extensa, com registro de sua atuação política e eventos da vida pessoal que datam desde a década de 1930 até fins dos anos 1970. Consta em sua ficha que, em 22 de março de 1965, Caio Prado foi indiciado em inquérito policial instaurado pelo Deops/SP por crime de divulgação e exposição de livros de natureza subversiva.[56]

O evento que ocasionou a sua prisão arbitrária no início dos anos 1970 está intimamente relacionado à posição de intelectual ocupada por Caio Prado Júnior e ilustra a preocupação dos órgãos de segurança e informações do governo militar com a atuação de representantes dos campos artístico e intelectual nos meios de comunicação da época. Em agosto de 1967, Caio Prado Júnior foi convidado a conceder uma entrevista ao Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, foi publicada pouco tempo depois na revista *Revisão,*[57] que circulava na Faculdade de Filosofia. Em decorrência da referida entrevista, Caio Prado Júnior foi condenado a quatro anos e seis meses de detenção, tendo a acusação, a cargo do promotor Airton Moura de Araújo, entendido que a entrevista incitara publicamente a guerra e a subversão da ordem política e social.

A entrevista teria girado em torno do livro *A Revolução Brasileira*, lançado em 1966. Nas palavras do historiador José Carlos Reis, *A Revolução Brasileira* configura uma obra que marcou profundamente o pensamento revolucionário brasileiro pós-1964, sendo "uma retomada do que ele já tinha escrito e uma tomada de consciência do que foi o pensamento brasileiro marxista dominante e o que ele poderia se tornar".[58] O eixo de *A Revolução Brasileira* sustenta-se em uma interpretação sobre como o Brasil esteve historicamente inserido em uma lógica de produção capitalista e a discussão sobre as condições revolucionárias para o país – passadas e futuras. Caio Prado inicia o livro com uma discussão sobre o conceito de revolução, afirmando que o seu significado está, sobretudo, nas mudanças que esse movimento realiza depois de conquistado o poder, e não na maneira como se processa, não estando necessariamente vinculado a um caráter violento da tomada de poder por um grupo. Um argu-

mento caro a essa discussão foi justamente o significado da "revolução" de 1964, como a denominaram os militares que chegaram ao poder. Como é possível perceber, o livro traz à tona outros temas que, certamente, chamaram atenção das forças repressivas do governo militar, sendo a entrevista concedida por Caio Prado Júnior a um público de jovens universitários considerada um ato de subversão.

Pouco tempo depois da entrevista, o escritor refugiou-se no Chile, onde já se encontravam muitos exilados brasileiros. Em março de 1970, decidiu retornar ao Brasil, apresentando-se no 16º Batalhão Militar, ficando à disposição da Justiça.[59] Segundo informe do Departamento de Polícia Federal (DPF), em 10 de outubro de 1968, Caio Prado Júnior foi "indicado em inquérito policial como incurso na lei de segurança nacional, em virtude de entrevista concedida a *Revista Visão*, fazendo apologia da guerra revolucionária".[60]

O Conselho Permanente de Justiça, após examinar os autos do processo, considerou que Caio Prado praticara o crime de incitamento à subversão da ordem pelos seguintes fundamentos:

> Ao final de uma entrevista concedida a universitários, na qual o entrevistado de fato exprime ideias e convicções pessoais, todas no sentido de afirmar as teses marxistas sobre a realidade brasileira – e isto, como bem afirmou a defesa, não seria crime –, o entrevistado é indagado sobre como poderão os trabalhadores chegar ao poder, se pela violência ou não. A tradução desta pergunta em linguagem mais simples o que se pode fazer sem qualquer dúvida pela análise do texto integral e das próprias convicções pessoais do entrevistado – é a seguinte: de que modo se poderá instalar no Brasil o regime dito "socialista" pelo próprio interrogado? A resposta dada é a seguinte: "Não devemos discutir a forma de luta, e sim começar a lutar."
>
> É evidente que esta luta que o entrevistado sugere, aconselha e à qual portanto incita os estudantes leitores da revista, pode bem não ser a luta armada. Como deve ser, como afirmou a própria defesa, o mero empenho – até que apenas intelectual – para realização de determinado fim. Esse fim é a subversão da ordem política e social vigente. De fato, como salientou a defesa, a partir de 1968 se instalou no país uma criminalidade política de extrema violência. Não se pode admitir que o acusado e outros intelectuais de grande prestígio tenham sido provocadores diretos dessa criminalidade, embora todos eles como o acusado, a admitam desde que os elementos conjunturais a aconselhem, como ficou claro na sua entrevista.
>
> Mas o que se deve admitir é que os universitários, principalmente em S. Paulo, são os instrumentos prediletos dessa criminalidade política extremada. Quer dizer, a sua generosidade juvenil estimulada por um incessante trabalho propagandístico e da apologia do marxismo e das soluções marxistas ditadas por um incessante trabalho de incitamento em vários graus tem levado vários desses jovens a deixar de discutir a forma de luta e a começar a lutar engajando-se por exemplo na luta armada.
>
> Estes fatos não foram de modo algum desmentidos pelo acusado. A revistinha de estudantes era distribuída segundo depoimento de um dos próprios réus em cerca de 14 grêmios estudantis da Faculdade de Filosofia da USP; Por tais fundamentos decide o Conselho julgar procedente a denúncia para condenar Caio da Silva Prado Jr. à pena de 4 anos e 6 meses de detenção.[61]

O escritor foi condenado a quatro anos e seis meses de prisão com base no artigo 33, inciso I, da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967), que define como crime contra a segurança nacional incitar publicamente à guerra ou à subversão da ordem político-social. Também foram condenados por terem publicado a entrevista os estudantes Antonio de Pádua Prado Júnior (diretor da revista) e Antonio Mendes de Almeida Júnior (redator-chefe) a quatro anos e seis meses e três anos de detenção, respectivamente.

Durante esse episódio, Caio Prado Júnior esteve preso na Casa de Detenção Tiradentes, como atesta o despacho do Juiz da 2ª Auditoria Militar da 2ª Região Militar dirigido ao diretor do Recolhimento Tiradentes, solicitando que o escritor fosse entregue ao delegado Alcides Cintra Bueno a fim de ser removido ao Quartel do 16º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo.[62] Posteriormente, foi transferido ao Quartel de Quitaúna e permaneceu preso até agosto de 1971, quando, depois de um ano e cinco meses em reclusão, foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal.

C) A política de censura como um dos grandes blocos de sustentação do Estado ditatorial

O controle da produção cultural e artística exercido durante a ditadura militar brasileira (1964-1988) estava inserido em uma longa tradição de censura de costumes, cujo discurso e atuação se amparavam na defesa dos valores morais e familiares da sociedade brasileira.

A censura de *diversões públicas* – termo empregado pelo Estado brasileiro e que abrangia as peças teatrais, a produção musical, a cinematografia, a programação de rádio e televisão, livros e a publicidade relacionada aos espetáculos –, apesar de estar ancorada nessa tradição de censura de costumes, adquiriu contornos específicos durante a ditadura militar, passando a lidar também com as implicações provenientes de uma censura de natureza político-ideológica.

Para uma compreensão mais consistente da dinâmica censória, é fundamental destacar que a prática da censura no Brasil não foi um exercício inaugurado pelo governo militar. Nesse sentido, é possível remetermos à década de 1940 como ponto de partida relevante, quando é estabelecido um sistema censório nos moldes daquele que permaneceu vigente até 1988, quando a promulgação da nova Constituição Federal determina o fim da prática da censura cultural.

No Brasil, a censura de espetáculos e produtos culturais praticada entre as décadas de 1960 e 1980 esteve articulada em torno de um órgão censório que realizava o controle de diversões públicas desde meados da década de 1940. Criado com o objetivo fundamental de lidar com questões de natureza moral, o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), surgiu para substituir o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo, órgão que conjugava a censura de diversões públicas com a censura da imprensa.

A criação do SCDP no fim do Estado Novo, em 1945, significou o marco de separação da censura da imprensa e da censura de diversões públicas, uma vez que o SCDP consistia em um órgão específico voltado para a censura prévia de peças teatrais, filmes, programas de rádio e letras de música, a apresentação de espetáculos teatrais, *shows* de variedades, pantomimas, bailados, peças declamatórias, escolas de samba, marchas-rancho, cordões carnavalescos, a reprodução de discos (cantados ou falados), anúncios publicitários, além de aprovar excursões de artistas ao exterior.[63] A censura às diversões públicas era, na maioria das vezes, exercida por meio da *censura prévia*, sistema que, como sugere o próprio nome, significava que a execução, veiculação ou distribuição de uma obra estaria condicionada à avaliação e autorização dos censores, podendo ser praticada nos órgãos de censura

(na análise dos *scripts* de programas e peças teatrais, sinopses dos capítulos de telenovelas ou letras de música) ou por um censor presente nos ensaios de peças teatrais, gravações de programas de auditório e, posteriormente, de telenovelas.

Pode-se concluir, portanto, que havia previsão de um número expressivo de manifestações artísticas sujeitas à autorização da censura; no entanto, de 1945 até meados da década de 1960 (quando a União assume o controle das diversões públicas e dá início a um processo de centralização), pode-se dizer que a censura de diversões públicas foi praticada de modo mais assistemático, realizada na maioria das vezes de forma descentralizada, ou seja, por intermédio de setores estaduais ou superintendências regionais, que se mostravam mais aparelhadas e mais bem-providas de funcionários em São Paulo e na Guanabara. Além disso, durante esse período, a censura de diversões públicas funcionava em um ambiente que ainda não se tinha deparado com a larga escala de produção da indústria cultural e foi caracterizada por um número restrito de interdições.

Foi com a instauração do regime militar no golpe de 1964 e o seu recrudescimento no fim da década de 1960 que pudemos assinalar mudanças importantes na esfera censória, pois foi então que o serviço passou por uma série de medidas que visaram à sua reestruturação, tornando-o mais atuante. As mudanças se deram, principalmente, no plano da organização e da execução, uma vez que grande parte da legislação produzida no Estado Novo referente à censura de diversões públicas serviu de base para a censura praticada durante o governo militar, sofrendo alterações mínimas.[64] A reestruturação do aparato censório – sobretudo a partir da instauração do AI-5 – foi marcada pelo esforço de centralização da censura em nível nacional, de modernização da sua estrutura (a fim de acompanhar, sobretudo, a produção em massa da nascente indústria cultural e o desenvolvimento da televisão), no aumento do número de censores e no aperfeiçoamento das técnicas censória por meio de cursos e treinamentos. A reestruturação durante a vigência do regime militar foi marcada, também, pela politização da prática censória, incorporando cada vez mais justificativas vinculadas à manutenção da ordem política e social e à segurança nacional.

O processo de centralização da censura em Brasília foi relativamente longo e bastante complexo. O caminho percorrido desde o início da década de 1960, com as primeiras iniciativas no sentido de concentrar a censura das diversões públicas na nova capital federal, até a efetiva criação da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) em 1972, foi repleto de empecilhos e entraves.

É a partir de 1967, com a mudança da designação do DFSP para DPF, que se inicia o processo de centralização da censura às diversões públicas na esfera federal, que culminará com a criação oficial da DCDP em 1972, o principal órgão a exercer a censura às diversões públicas ao longo da ditadura militar brasileira. As atribuições da DCDP durante esse período permaneceram as mesmas quando da criação do serviço de censura no fim do Estado Novo.[65] Devido à centralização do serviço de censura na capital federal, apenas alguns serviços, como o exame de letras de música, ensaios de peças teatrais e material publicitário, ficaram sob a responsabilidade dos órgãos de atuação em nível estadual, as chamadas *descentralizadas*, constituídas por superintendências regionais e divisões da Polícia Federal. Durante o seu longo período de funcionamento, a DCDP passou por mudanças para se adequar a algumas demandas específicas do governo militar e apresentou uma rotatividade expressiva no cargo de diretores, totalizando 13 diretores entre os anos de 1964 e 1988.

A necessidade de centralização e modernização de um órgão estatal com atribuição de exercer a censura certamente visava atender aos anseios do governo militar de maior controle sobre a produção e circulação de bens culturais no país, que, junto a outros mecanismos de controle, tinha como propósito contribuir para o desenvolvimento e efetivação do projeto repressivo da ditadura militar. Nesse sentido, a censura no campo artístico-cultural pode ser compreendida como um dos braços

repressivos do governo militar, que, ao lado dos órgãos de segurança e a comunidade de informações, articulava-se com o objetivo de combater qualquer tipo de contestação ao regime vigente. Ao lado da repressão física, representada pela tortura, mortes e desaparecimentos forçados, houve o desenvolvimento de medidas e mecanismos de repressão e controle da produção cultural de alcance nacional que, para além de controlar o que era produzido e as condições materiais da sua produção, implicaram perseguição e exílio de artistas e mesmo graves violações de direitos humanos, como prisões e detenções arbitrárias e ilegais e a prática de tratamentos desumanos e degradantes.

Contudo, para compreender a dinâmica censória durante a vigência do regime militar, é indispensável assinalar a sua inserção dentro de uma tradição policial. Nesse sentido, a vinculação da censura de diversões públicas a um órgão policial vai permanecer com a reestruturação dos mecanismos censórios após o golpe de 1964, subordinada ao DPF e ao Ministério da Justiça.[66]

A preocupação com a qualificação dos censores deu-se em grande medida à função da imagem comumente atribuída ao censor, percebido como um burocrata incompetente, dotado de poucos recursos intelectuais. A formação deficiente do censor dava ensejo aos muitos deslizes cometidos em busca das mensagens subliminares, evidenciadas nos pareceres censórios. Sem dúvida, essa pecha do censor pouco sofisticado e o descrédito da categoria perante a população não passava despercebida pelos ocupantes dos cargos mais elevados no DPF. Dentro do projeto de modernização da estrutura censória promovido pelo regime militar, uma solução encontrada para sanar essa deficiência foi justamente a realização de cursos de treinamento e de atualização e a exigência de curso superior para o ingresso na carreira de censor. Um dos meios de aperfeiçoamento do exercício censório foi estabelecido a partir de 1968, por meio de dispositivos trazidos na chamada Nova Lei de Censura, a Lei nº 5.536/1968. A partir dessa lei, passou-se a exigir, além de concurso público de provas e títulos, curso superior em Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia como condição para assumir o cargo de técnico de censura, além de aprovação no curso de treinamento na Academia Nacional de Polícia e no exame psicotécnico.

Para além das medidas que visavam à qualificação dos censores, outra preocupação foi com o aumento do número de funcionários, tendo havido concursos para técnico de censura realizados nos anos de 1974, 1975, 1977, 1979, 1980 e 1985.

Outra importante consideração a ser feita em relação à censura exercida durante a ditadura militar é a compreensão da existência de dois âmbitos censórios, duas práticas censórias de naturezas distintas: uma voltada para a censura de diversões públicas e outra para a de imprensa. A DCDP era responsável pelo controle prévio dos espetáculos e diversões públicas, e o Setor de Imprensa do Gabinete do Diretor-Geral do DPF (Sigab) tinha por objetivo o exercício da censura política no campo da imprensa, valendo-se de práticas como telefonemas, mensagens e bilhetinhos enviados às redações. Além da responsabilidade pela censura política da imprensa, o Sigab exercia também a censura de publicações.

A compreensão da existência desses dois braços executórios é importante para assinalar as diferenças de funcionamento entre a censura de diversões públicas e a censura da imprensa. A censura de costumes realizada pela DCDP não apenas era pública, amparada em um amplo arcabouço legislativo, como também era legitimada socialmente, contando com o apoio significativo de diversos segmentos da sociedade. Justamente por se tratar de uma prática entendida como legítima e mesmo benéfica, a censura de diversões públicas sempre foi realizada abertamente e, na grande maioria das vezes, não havia restrições à sua divulgação e discussão nos meios de comunicação. Já a censura prévia realizada no campo da imprensa escrita não contava com base legal ordinária, consistindo em uma atividade praticada, na maioria das vezes, no anonimato.

Em grande medida, essa legitimação social conferida à censura de diversões públicas ocorria porque ela esteve historicamente pautada por uma atuação no campo comportamental, cuja ênfase recaía na proteção de uma suposta moral e dos bons costumes. Nesse sentido, a censura de diversões públicas esteve inserida dentro de uma tradição censória que pretendia expurgar as manifestações artísticas de influências perturbadoras para a formação moral ou intelectual da juventude. Essa tradição era claramente influenciada por valores cristãos, uma vez que buscava salvaguardar a instituição da família, preservar valores éticos e condenar temas que envolviam insinuações sobre amor livre, divórcio, infidelidade conjugal, homossexualidade, uso de entorpecentes, pílulas anticoncepcionais etc. A esses temas caros à moralidade cristã foi adicionada uma série de novas preocupações a partir de mudanças que passaram a ocorrer na sociedade brasileira a partir dos anos de 1960 e se exacerbaram na década de 1970. Algumas dessas mudanças se deram quando se acentuaram os efeitos da urbanização e da industrialização no país com o deslocamento da maior parte da população do campo para a cidade, com o surgimento da revolução sexual, da emergência da juventude como sujeito político e do movimento feminista. Essas mudanças profundas nos costumes estão diretamente relacionadas às produções no campo cultural, que se acabam tornando, em certa medida, alvos da censura. Na década de 1970, pode-se também perceber um expressivo número de cartas enviadas à censura às diversões públicas demandando um maior rigor censório em vista da "imoralidade" que acometia os programas de televisão, as novelas e o cinema nacional.

De um lado, em função dos movimentos em curso mencionados acima, relacionados à chamada "revolução de costumes", a perspectiva de "defesa da moral e dos bons costumes" ganha densidade e volume nesse período. Do outro lado, o número de obras vetadas também aumenta, porque é o momento de desenvolvimento da indústria cultural brasileira, desencadeando uma produção de bens culturais em massa com a qual a censura às diversões públicas nunca havia lidado.

Certamente, cada configuração sócio-histórica vale-se da censura à sua maneira e segundo certos critérios e objetivos, tendo a censura de diversões públicas assumido contornos específicos no contexto de recrudescimento da ditadura militar. Às suas preocupações de natureza comportamental somaram-se questões de cunho político-ideológico, e sua atuação passou a se pautar, também, em função de conceitos e orientações provenientes da Doutrina de Segurança Nacional.

Paralelamente ao fato de a maior intensificação do exercício censório de cunho político voltado para a imprensa ter correspondido justamente aos governos da Junta Militar e do presidente Médici, pode-se perceber que a censura de diversões públicas exercida após o AI-5 passou a assumir mais claramente contornos político-ideológicos, embora não tenha abandonado a sua perspectiva moralista.

Ainda que seja possível identificar, por meio dos pareceres censórios, argumentos de ordem moral e política como justificativa para o veto de determinadas obras, em muitos momentos essa separação não pôde ser determinada de maneira tão objetiva e absoluta. Os anos transcorridos sob a vigência do regime militar certamente traduzem uma configuração histórica em que é possível se perceber o entrelaçamento dessas dimensões, revelando momentos em que a suposta defesa da moral e dos bons costumes serviu a fins políticos. Como se verifica pela leitura de inúmeros pareceres censórios, a disseminação da "imoralidade" nos meios de comunicação é, muitas vezes, percebida pela censura e pelos órgãos de informação como uma estratégia do movimento comunista para enfraquecer os valores tradicionais e preparar a revolução socialista no país. Argumentos dessa natureza são correntes nas justificativas de vetos e cortes em diversos pareceres censórios disponíveis no Fundo DCDP, sob a guarda do Arquivo Nacional.

A compreensão da natureza "política" da prática censória pode ser ampliada para o âmbito da censura de costumes quando supomos que, mesmo quando acionados os argumentos de defesa

da moral e dos bons costumes para vetar uma obra, existe uma prescrição política nessa prática. A natureza moral da censura de costumes, nesse sentido, constrói e dissemina certa normatividade, um modelo de intervenção no mundo, onde não há espaço para transgressões, adultério, erotismo.

É fundamental assinalar que os vetos e interdições a menções políticas, críticas e oposição ao regime vigente eram fundamentados nos pareceres censórios com base na extensa legislação de censura e outros instrumentos, como a Lei de Segurança Nacional ou a Lei de Imprensa. A princípio, portanto, não poderia haver a determinação de vetos ou cortes sem que fosse elencado o dispositivo legal que justificasse tal ato, mas convém ressaltar que a aplicação da norma estava relacionada à ampla margem de liberdade de interpretação do censor.

Os contornos políticos assumidos pela censura de diversões públicas, sobretudo até fins da década de 1970, revelam a existência de um conjunto de representações políticas partilhado pelos censores, comunidade de informações e por grupos da sociedade civil, que certamente serviram de instrumento para a consecução de fins políticos no campo das artes. Essas representações, vinculadas a valores anticomunistas, patrióticos, moralistas, autoritários e religiosos, foram úteis não apenas como estratégias retóricas, mas também constituíam parte efetiva da realidade social desses agentes.

Quando nos debruçamos sobre esse conjunto de representações, é essencial nos remetermos à "comunidade de informações", um dos setores que se manteve operando intensamente durante praticamente todo o regime militar e um dos principais grupos a mobilizar um amplo conjunto de representações para lidar com o inimigo revolucionário. As relações tecidas entre a comunidade de informações e o serviço de censura se desvelaram em uma intrigante urdidura. A chamada "comunidade de informações" do governo militar tinha como eixo principal o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão centralizador que coordenava as Divisões de Segurança e Informações (DSI), instaladas nos Ministérios Civis; as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), instaladas em autarquias e empresas públicas; e os serviços secretos das Forças Armadas, composto pelo Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informação da Marinha (Cenimar).[67] Essa estrutura voltada para a produção de informações e contrainformações, vinculada a órgãos de natureza civil ou militar, tornou-se um dos principais vetores de difusão de um discurso conservador e autoritário por meio do qual se tentava exercer influência nas tomadas de decisão de outros órgãos do governo militar, a exemplo do serviço de censura de diversões públicas.

Esse movimento de pressão exercido pela comunidade de informações sobre a atuação censória, sobretudo entre fins dos anos 1960 até o final da década de 1970, estava justamente inserido em um processo de instrumentalização política da censura de costumes em curso ao longo da ditadura militar. Nesse sentido, diversos documentos enviados pela comunidade de informações à censura de diversões públicas evidenciaram assuntos com ênfase na questão política. Em grande medida influenciados por essas orientações superiores, oriundas da comunidade de informações e transmitidas pelo DPF, os censores exerceram o controle político da produção cultural no país.

A participação da comunidade de informações pode ser verificada por meio de diversos ofícios, informes, correspondências e pedidos de fiscalização enviados à censura de diversões públicas, requisitando, por exemplo, vigilância sobre as obras e espetáculos produzidos por artistas como Elis Regina, Caetano Veloso, Chico Buarque, Sérgio Ricardo, Gilberto Gil, Norma Benguel, Glauber Rocha, entre tantos outros considerados ameaças ao regime vigente.

A lógica nesse clima de incerteza parece ser, de fato, a da produção da suspeita, na qual a comunidade de informações passa a reprimir não apenas os ataques políticos desferidos abertamente contra o governo, mas também a vigiar todos os espaços e indivíduos, principalmente aqueles pertencentes à esfera cultural, lugar propício para "infiltração dos agentes comunistas".[68]

É possível perceber um movimento de crescimento da atuação política da DCDP a partir da sua estruturação no final dos anos 1960, uma presença mais firme ao longo da década de 1970 e, já no fim dessa década, o seu progressivo esgarçamento, o enfraquecimento do policiamento dos valores políticos e o retorno à censura de costumes, tal como praticada antes do golpe: a velha "defesa da moral e dos bons costumes da família brasileira", que não é uma atividade menos conservadora, nem menos violenta que a censura política, mas opera em um registro diferente.

Em geral, o exercício censório voltado às diversões públicas, expresso no maior número de obras vetadas, deu-se em meados da década de 1970, simultaneamente ao discurso de transição promovido pelo governo do general Ernesto Geisel.[69] É possível apontar algumas circunstâncias que podem explicar o fenômeno de uma maior intensidade da censura na área das diversões públicas. Como mencionado, por um lado, o maior peso conferido à censura exercida pela DCDP durante esse momento pode ser entendido como resposta ao surgimento de novas preocupações de ordem moral da classe média urbana brasileira, além do maior número de produtos postos em circulação pela crescente indústria cultural. Por outro lado, pode-se perceber que a saída da atmosfera de repressão mais intensa do governo do general Emílio Garrastazu Médici em direção a uma liberdade relativa, juntamente com o processo de anistia, permitiu o retorno de um considerável número de artistas aos circuitos de produção e divulgação de suas obras.

A bibliografia sobre o tema e os dados aqui levantados indicam uma maior atividade censória nas décadas de 1960 e 1970, mas é fundamental destacar que a censura de diversões públicas permaneceu atuante até o fim da década de 1980. A Divisão de Censura não interrompeu suas atividades em 1985, quando José Sarney, o primeiro civil a assumir a presidência desde 1964, tomou posse. Somente com a Constituição de 1988 a prática censória é extinta e a responsabilidade de estabelecer os níveis de classificação etária é assumida pelo Ministério da Educação. Nesse processo, é possível perceber que alguns sinais do desmonte do aparato censório aparecem já no fim da década de 1970, quando parecia haver o pressentimento de que algo começava a ruir e de que muito em breve novos personagens e tramas passariam a figurar no proscênio político nacional. Esse período estava prenhe de mudanças decisivas no processo de redemocratização brasileiro; o fim do AI-5 e da censura da imprensa escrita cedia lugar à Lei de Anistia e às grandes greves dos metalúrgicos do ABC.

No âmbito artístico e cultural, era possível entrever episódios que sinalizavam o início do esfacelamento da censura de diversões públicas. Os livros *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca, e *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, e tantas obras que estavam proibidas de circular em território nacional havia anos, finalmente foram liberadas ao público.[70] Assim como no campo literário, filmes que permaneceram interditados durante anos pela DCDP, como *O último tango em Paris*, do cineasta Bernardo Bertolucci, começavam a conseguir certificados de liberação.[71] A partir do momento em que a prática da censura política baseada no risco que a obra apresentava à segurança nacional ia deixando de ser acionada, aos censores só restava exercer a censura em defesa da moral e dos bons costumes, a única razão que ainda justificava a necessidade da existência de uma censura de diversões públicas.

No entanto, o ímpeto moralizador presente na postura conservadora e autoritária da censura de diversões públicas no campo dos costumes tendia, em geral, a abrandar, perante os ditames da gigantesca indústria cultural de massa e as transformações no âmbito comportamental que já se mostravam irreversíveis.

Além disso, é a partir do final dos anos de 1970 que a legislação censória que amparava a censura moral nas diversões públicas começa a ser intensamente contestada nos tribunais, e o Judiciário, por sua vez, passa a mostrar uma atitude mais independente, começando a deferir a grande maioria dos mandados de segurança impetrados contra as decisões da DCDP.

Os valores autoritários difundidos pelo regime militar, que, em outra época, assumiram um lugar importante no âmbito da censura, em fins dos anos 1970 e início da década de 1980 já se revelam com contornos indefinidos, até se extinguirem por completo nos anos seguintes.

No entanto, vale destacar que esse caminho rumo ao desmonte do aparato censório certamente não foi linear, e sim permeado por tensões, impasses, avanços e recuos. Se, por um lado, a frente de oposição à continuidade da censura às diversões públicas, mobilizada por uma parcela expressiva dos meios de comunicação, movimentos sociais, artistas e segmentos mais progressistas da sociedade, disparava suas críticas à censura, por outro esta ainda recorria às suas práticas autoritárias.

Nesse sentido, o sucessor de Armando Falcão no Ministério da Justiça, em fins de 1980, Ibrahim Abi-Ackel, teve o seu mandato marcado por uma forte campanha de moralização dos costumes e uma significativa preocupação com o controle dos meios de comunicação. No final do ano de 1981, Abi-Ackel designou uma ex-assessora do Sigab de São Paulo para ocupar a diretoria da DCDP, Solange Teixeira Hernandes, que, após assumir o cargo, assinalou que problemas de ordem político-ideológica dificultavam a liberação de peças teatrais, filmes, letras musicais, telenovelas e até mesmo programas humorísticos.[72]

Esse cenário sofreu transformações em 1985, com as expectativas alimentadas pela posse de Fernando Lyra no Ministério da Justiça e a direção de Coriolano Loyola Fagundes na DCDP, um técnico de censura de carreira considerado da linha "liberal". No ano de 1985, a existência da censura de diversões públicas já parecia ter os seus dias contados, e os próprios censores estavam cientes disso. Muitos deles, sentindo-se constrangidos, até desejavam que a censura acabasse de uma vez, pois a pressão exercida pela opinião pública sobre a figura do censor e a presença de um órgão censório no país se mostrava cada vez mais incisiva e intimidadora.

A partir de meados da década de 1980, a censura às diversões públicas resiste a duras penas. Nesses últimos anos, poucas obras ainda eram submetidas ao exame censório, a DCDP parecia ser um órgão antiquado e incômodo; o próprio DPF se mostrava pouco confortável com a permanência do órgão e dos censores vinculados aos seus quadros funcionais e burocráticos, e fez muito esforço no sentido de desassociar a imagem da Polícia Federal à da censura.

A prática censória, concebida como um mecanismo destinado a coibir menções, valores e pensamentos contrários ao regime vigente, pode ser compreendida não apenas como um dos braços repressivos do governo militar, mas também como uma das condições que permitem a sua própria manutenção ao longo do tempo, servindo como um instrumento que legitima e fortalece a classe que está no poder.

Nesse sentido, para além das implicações geradas pelas limitações da sua recepção, a censura exercida sob cada regime pode se comportar como propulsora de um conjunto de práticas, valores e crenças compartilhado por um determinado grupo que ajuda a construir determinado consenso em relação ao projeto de desenvolvimento proposto para o país em uma conjuntura histórica específica, como a ditadura militar.

Se, por um lado, as autoridades militares não desconheciam as possibilidades existentes na esfera dos meios de comunicação e da produção da cultura como vetores de propagação da ideologia do regime, investindo em setores estratégicos como a propaganda,[73] por outro o controle da veiculação na sociedade de produtos culturais considerados subversivos ou contrários ao governo era uma peça de fundamental importância para conferir legitimidade e sustentação à ditadura militar.

D) A imprensa alternativa e clandestina – resistência e divulgação de casos de graves violações de direitos humanos

Ao longo da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, surgiram e desapareceram cerca de 150 periódicos, conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. Todos tinham como eixo central a oposição ao estado de exceção instaurado pelo golpe civil-militar de 1964 e opunham-se por princípio ao discurso oficial. No começo, a reação ao golpe civil-militar deu-se pelo humor, a sátira e o deboche. Dessa fase, destaca-se principalmente o *Pif-Paf*, lançado em 1964. A reorganização dos grupos de resistência e a retomada das lutas estudantis e operárias entre 1966 e 1968 provocou o acirramento das tensões. A resposta foi imediata e truculenta, com a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968. A partir desse momento, o país entrou em um período de repressão violenta, tortura e assassinatos operados pelo Estado. Os anos que se seguiram ao AI-5 representaram a oportunidade de reavaliar as premissas e estratégias, retomar o debate e rever a ação política. Essa história está contada em cada página de cada um dos jornais da imprensa alternativa.

O termo *alternativa* possui quatro significados fundamentais para a compreensão desse tipo de jornalismo. A imprensa alternativa não estaria atrelada às políticas dominantes, mas se colocaria como uma opção entre dois polos excludentes, representando, assim, uma válvula de escape para uma situação difícil e, principalmente, fornecendo espaço para as gerações dos anos de 1960 e 1970 implementarem as transformações sociais que almejavam. O golpe civil-militar de 1964 paralisou as crescentes lutas pelas reformas de base, que ampliariam os direitos políticos, sociais e econômicos do povo brasileiro. Em oposição à conivência e ao silêncio da grande imprensa em relação à ditadura militar, os jornais alternativos se tornaram polos aglutinadores das demandas populares e das insatisfações com o governo.

A imprensa alternativa tornou-se veículo para expor os problemas e cobrar a restauração da democracia, o respeito pelos direitos humanos e fazer críticas ao modelo econômico. Os jornais alternativos dividiam-se, basicamente, em duas classes distintas. Alguns, com características essencialmente políticas, valorizavam os ideais do nacional e do popular dos anos 1950, fundamentados pelo marxismo difundido entre os estudantes dos anos 1960. Outros periódicos tinham suas bases estabelecidas nos movimentos de contracultura norte-americanos e, por meio deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Os jornais com essa vertente cultural rejeitavam discursos ideológicos, propunham a ruptura cultural e promoviam a crítica dos costumes, do autoritarismo e do moralismo na sociedade. Para o autor, a imprensa alternativa nasceu da junção de duas forças igualmente imperativas. Por um lado, a intenção das esquerdas de promover transformações na sociedade brasileira e, por outro, a procura de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade por jornalistas e intelectuais. A articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos em torno da imprensa alternativa se configura nesta dupla oposição ao sistema representado pelo governo militar e pelo autoritarismo, que cerceava a produção intelectual-jornalística. Em sua maioria, os participantes compartilhavam um mesmo imaginário social, expresso por meio de um mesmo conjunto de opiniões, valores e anseios, que poderiam estar explícitos nas linhas editorias ou difundidos por meio de um inconsciente coletivo. À frente dessas articulações, os partidos de esquerda e as organizações revolucionárias incentivavam e participavam de várias publicações.

A ditadura militar tratava de forma diferenciada os jornais alternativos e os da grande imprensa. Apesar de praticamente toda a imprensa da época viver sob o crivo da censura, os jornais alternativos ou "nanicos" sofriam muito mais com a arbitrariedade do Estado, sendo constantemente perseguidos e submetidos a regimes especiais de censura prévia. Esse rigor atingia principalmente os que eram julgados

mais influentes, e, por isso mesmo, mais perigosos. Em função da rigidez dos censores, muitos jornais seguiram o caminho da clandestinidade e outros deixaram de circular por receio das represálias. Novas modalidades de jornais alternativos e clandestinos passaram a surgir a partir da articulação entre jornais, intelectuais e ativistas políticos. Esse movimento dava-se paralelamente às novas concepções da realidade brasileira. As lutas sociais e políticas desse período foram noticiadas e analisadas nas publicações produzidas pelas organizações clandestinas e servem atualmente como testemunhos do passado.

Dessa forma, mesmo com sua essência nitidamente jornalística, as imprensas alternativa e clandestina tornaram-se palco para a reorganização política e ideológica das esquerdas durante a ditadura. Por isso, o surgimento de diversos jornais alternativos e clandestinos no período extrapola os limites de um mero conjunto de jornais ou de uma produção cultural. A nova safra de jornais passa a debater os caminhos da resistência e a convocar para o combate. Apesar de complexo, o fenômeno alternativo teve contornos nítidos no tempo, assim como ocorreu com outras manifestações na história do nosso jornalismo. A imprensa alternativa dos anos 1970 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista. Apesar da natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa dos anos 1960 e 1970 acabou se tornando instrumento de resistência e, para alguns, veículo de uma revolução supostamente em curso, respondendo aos anseios revolucionários da geração.

Assim como existiam jornais que nasceram com um viés jornalístico, havia uma grande parte da imprensa alternativa com raízes partidárias desde o surgimento e por isso mesmo, tornaram-se sucessoras de organizações políticas clássicas. Durante as campanhas de venda de assinaturas, os partidos aproveitavam também para divulgar e ampliar suas bases. A imprensa alternativa, e sobretudo a clandestina, tornou-se espaço de realizações e disputas político-partidárias. A imprensa alternativa brasileira dos anos 1960 e 1970 se diferenciou dos surtos alternativos que ocorreram em outras partes do mundo na mesma época, principalmente devido a essa dimensão política, que confere a ela característica de espaço propício para o rearranjo de partidos clandestinos.

Os principais periódicos procuravam organizar um conselho editorial formado por jornalistas e intelectuais de prestígio. Essa medida poderia garantir tanto a legitimação da linha editorial, quanto protegê-los das ações de repressão do Estado, ao ampliar as bases de sustentação. Muitos jornalistas que continuavam trabalhando na imprensa convencional apoiavam financeiramente os jornais alternativos e clandestinos, assim como enviavam matérias para serem publicadas sem assinatura. Os conselhos editoriais dos jornais normalmente eram estabelecidos segundo princípios jornalísticos, reunindo diversas vertentes em torno de uma plataforma comum.

Nesse mesmo período, surge no exterior uma nova leva de jornais e revistas como *Brasil Hoy*, *Frente Brasileira de Informações*, *Resistência*, *O Debate*, *Brasil Socialista* e vários outros. Após o AI-5 e a fragmentação das organizações de militância armada, os sobreviventes foram obrigados a partir para o exílio e lá lançaram essas publicações. Em outubro de 1975, o assassinato do jornalista Vladmir Herzog nas instalações do DOI-CODI em São Paulo pôs fim ao frágil equilíbrio que se mantinha nas redações dos jornais da grande imprensa, principalmente devido ao modo complacente como os jornais se relacionavam com a ditadura. A partir desse momento, surge uma nova geração de jornais alternativos. Entre os anos de 1974 e 1977, com a entrada em cena do operário do ABC, a história das esquerdas brasileiras praticamente se confunde com a trajetória da imprensa alternativa.

Os projetos editoriais da imprensa alternativa demonstravam, quase sempre, a intenção de criar estruturas democráticas e participativas para a gestão dos jornais. Porém, no final, a maioria cedeu às investidas dos partidos clandestinos que buscavam o controle editorial dos periódicos para difundir suas concepções políticas. O apogeu da imprensa alternativa ocorreu durante o triênio 1975-1977, quando o padrão alternativo tornou-se dominante, com a circulação simultânea dos principais periódicos. Seguiram-

se os “rachas” e a reestruturação das linhas editoriais em busca de novas configurações mais resistentes às divergências internas. O grande “racha” de *Movimento*, em abril de 1977, que deu origem ao *Em Tempo*, foi também um marco da reorganização das esquerdas brasileiras. Posteriormente, a imprensa alternativa e clandestina cede lugar para a política realizada no espaço público durante o período da abertura.

Entre os cerca de 150 jornais levantados, nem a metade chegou a completar um ano de existência e muitos ficaram apenas nos primeiros números. Poucos jornais chegaram a exercer uma influência decisiva nos campos da política ou do jornalismo, sobretudo aqueles que tiveram apenas algumas edições. Somente 25 jornais, com origem mais articulada, tiveram vida mais longa e chegaram a completar cinco anos.

Estudos de caso:

1. Opinião

Foi um semanário brasileiro que circulou entre 23 de outubro de 1972 e 8 de abril de 1977. O mais influente jornal de toda a imprensa alternativa dos anos 1970, o *Opinião* surgiu no apogeu do regime militar brasileiro. Um de seus idealizadores, o empresário Fernando Gasparian, convidou o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira para integrar a equipe de redação e, posteriormente, atuar como editor-chefe. A intenção de Fernando Gasparian era montar um jornal que permitisse discussões e debates intelectuais. Por sua vez, Raimundo Pereira pretendia criar um veículo que fosse uma seleção semanal de artigos de outras publicações, sobretudo internacionais.

Entre todos os jornais alternativos do período, o *Opinião* era o que tinha o perfil mais intelectual. Fernando Gasparian reuniu intelectuais do Brasil e do exterior em torno da ideia da nova publicação. *Opinião* acabou com o preconceito do jornalista convencional em relação à imprensa alternativa.

Ao longo de sua trajetória, *Opinião* tratou da repressão política de forma sucinta, mal se diferenciando de alguns veículos da imprensa complacente. Este silêncio pode ser observado, principalmente, no curto período inicial, que vai do número zero até a edição de número nove, em janeiro de 1973, quando a censura prévia ainda não estava imposta. Foram poucas as referências, por exemplo, aos casos de tortura a militantes políticos que se opunham ao governo ditatorial. O tipo de abordagem adotada pelo periódico pode ser observada na matéria “Um verdadeiro céu”, na qual o jornal investigou a penitenciária de Juiz de Fora/MG, um dos principais centros de tortura do país. Em outra matéria, “A oposição retoma a sua cruzada”, o jornal tratou sobre os debates políticos acerca dos direitos humanos no Brasil.

À medida que crescia o prestígio do jornal, aumentavam as pressões, tanto internas quanto externas. Após o “racha”, *Opinião* continuou por mais dois anos e dois meses. O fim do jornal se deu por conta das restrições impostas pela censura. Além dos problemas da censura, a sede do jornal sofreu um atentado a bomba promovido pela autointitulada Aliança Anticomunista Brasileira, na madrugada de 15 de novembro de 1976. Assim chegou ao fim, em abril de 1977, após 231 edições, um dos principais jornais alternativos do período.

2. Movimento

O jornal surgiu da cisão interna do *Opinião*. Trazendo a resistência como princípio norteador, o semanário fundamentou suas bases nos movimentos populares. *Movimento* teve uma importância imensa e influenciou decisivamente o país ao trazer para o debate temas valiosos, tal como pode ser observado no

livro *Jornal Movimento: uma reportagem* (2001). Seu diretor editorial era o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira. O objetivo era criar um jornal cujos donos fossem os próprios jornalistas. *Movimento* era frequentemente censurado e estava, desde a sua origem, sob a imposição da censura prévia. Mesmo assim, ele circulou durante seis anos e meio e teve 334 edições, entre 7 de julho de 1975 e 23 de novembro de 1981.

O jornal tratou de forma ampla o tema da tortura de presos políticos no país. A princípio, *Movimento* abordou o assunto de forma tangencial privilegiando, por exemplo, entrevistas com líderes do regime ditatorial, nas quais eles eram questionados sobre a existência de tortura nos presídios brasileiros. Essa abordagem garantia que o tema aparecesse nas páginas do jornal. Posteriormente, ele passa a tratar sobre o assunto de forma mais explícita, como na nota "Tortura", ou na matéria "Na sala ao lado, os gritos de Herzog". Destaca-se também a reportagem de capa sobre o torturador "Capitão Ubirajara" e as matérias sobre a luta pelos direitos humanos.

3. Versus

Ao lado de outros jornais e revistas da imprensa alternativa dos anos 1970, *Versus* marcou época. Criado por Marcos Faerman, que trabalhava no *Jornal da Tarde,* o primeiro número saiu em outubro de 1975. Inicialmente, *Versus* foi um jornal representante da contracultura, que tinha como referência a América Latina. Foi a partir dessa perspectiva que o jornal buscou uma nova linguagem para compreender a política, relacionando em suas páginas a contracultura e o discurso político. *Versus* tornou-se um dos principais espaços defensores das lutas pelas liberdades democráticas. O debate de ideias, que associava contracultura e vida política, transformou o jornal em um dos polos da nova esquerda.

Versus surgiu sob o signo da tristeza provocada pela morte do jornalista Vladimir Herzog. O assassinato de Herzog na prisão do DOI-CODI coincidiu com a impressão da primeira edição do jornal. Aos poucos, o grupo inicial de colaboradores ampliou-se, com a adesão voluntária de jornalistas, escritores, poetas, professores.

A partir da ampliação da distribuição em âmbito nacional, crescimento nas vendas em bancas e multiplicação das tiragens, que chegou a atingir 30 mil exemplares, a influência cultural e política de *Versus* passou a ser muito maior do que a pretendida a princípio. Por isso mesmo, a redação do jornal passou por transformações decorrentes, sobretudo a troca do discurso original por uma visão mais crua, sociológica e imediata da realidade. *Versus* também tratou de forma direta o tema da tortura. Dedicou, inclusive, várias páginas de sua edição de número 23 ao texto de Amadeu de Almeida Rocha, intitulado "Carta aberta de um torturado ao presidente Geisel", no qual o autor discorria sobre as sessões de tortura. O jornal circulou entre novembro de 1975 e outubro de 1979.

4. Em tempo

Em Tempo surgiu da fusão de forças heterogêneas, unidas pela oposição ao que denominavam "reboquismo" do *Movimento* e tendo como idealizador Chico de Oliveira. O jornal não tinha editor formal e prevaleceram, na organização interna, os princípios da descentralização e autonomia total das editorias. O projeto editorial de *Em Tempo*, proposto por Bernardo Kucinski, visava o rompimento com o padrão tabloide da imprensa alternativa. O jornal foi criado a partir do "racha" de *Movimento*, em abril de 1977, e tinha participações de antigos colaboradores de *Opinião* e *Movimento*, além de novos grupos políticos, a maioria com inclinação trotskista. O grupo trotskista Centelha, que

controlava a sucursal de *Movimento* em Belo Horizonte, aderiu completamente ao "racha". *Em Tempo* valeu-se de pelo menos três momentos importantes do período de redemocratização. O jornal noticiou as primeiras greves do ABC, o retorno dos exilados e o "racha" entre os militares que detinham o poder.

Após três meses de periodicidade quinzenal, em março de 1978 o jornal tornou-se semanal. Foram em vão os esforços para criar mecanismos de deliberação coletiva que pretendiam evitar os "rachas". Em menos de três meses de jornal, em março de 1978, o editor Bernardo Kucinski foi substituído por Jorge Batista. A intervenção na editoria de cultura marcou o fim da fase inicial do projeto, com o reconhecimento da gestão coletiva e por editoria. *Em Tempo* foi vítima de forças partidárias internas, que se dividiam entre MDB, MR-8, AP e o surgimento do PT. O jornal era essencialmente partidário, porém, até outubro de 1979, permaneceram em seu interior correntes independentes. Após essa data o jornal se converteu completamente em publicação partidária.

Em Tempo foi um dos jornais alternativos mais politizados do período. Beneficiou-se por ser publicado em um momento da ditadura em que não havia mais censura prévia. As páginas do jornal foram tomadas por denúncias e críticas ao governo militar. Devem-se ressaltar, principalmente, os dois "listões" de torturadores, o primeiro com 233 nomes e o segundo com outros 442. O jornal dedicou também suas páginas para as denúncias feitas pelos familiares das vítimas da repressão. Destacam-se, igualmente, a matéria sobre os sítios clandestinos de tortura e a reportagem que revelou a Fazenda 31 de Março, um importante centro clandestino de tortura, localizado no estado de São Paulo.

5. *Amanhã*

Amanhã foi produzido entre 1967 e 1968 por estudantes do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, porém o jornal era destinado a uma classe operária que tinha sido desarticulada pela repressão. Ao longo de suas edições era possível acompanhar o processo de radicalização que levou boa parte da esquerda à luta armada contra a ditadura. O periódico tinha existência legal, sendo impresso na gráfica de *O Dia*, jornal de propriedade do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros. *Amanhã* tinha clara influência do estilo do *Jornal da Tarde,* surgido um ano antes. Pela primeira vez, entre aqueles estudantes politizados, estava reunido o grupo de jornalistas liderado por Raimundo Pereira. O jornal privilegiava uma linguagem de fácil acesso, destinada a seu público-alvo, os operários. Adotando frases curtas e fluentes, o veículo distanciou-se das características predominantes do jornalismo alternativo da época. O jornal era distribuído semanalmente em bancas selecionadas de São Paulo e Rio de Janeiro. Tanto pela forma de escrita quanto pela de distribuição, já estavam presentes no *Amanhã* os principais elementos dos jornais da imprensa alternativa que viriam a seguir, produzidos não somente por Raimundo Pereira.

Mesmo circulando legalmente, o jornal mantinha um clima de clandestinidade. Por receio da repressão, tanto os dirigentes quanto os redatores adotavam medidas típicas de atividade política clandestina. Foram poucas as reportagens com um cunho de denúncia e crítica ao governo militar em relação às ações de repressão aos opositores da ditadura. Destaca-se, sobretudo, a matéria sobre o suicídio, sob condições suspeitas, do guerrilheiro Milton Soares de Castro, na penitenciária de Juiz de Fora. A primeira versão de *Amanhã* durou apenas seis edições, a impressão do último número foi interrompida por agentes do Deops.

Em 1977, Ricardo Maranhão retoma o nome do antigo *Amanhã*, após o "racha" no *Em Tempo.* Em torno do novo periódico se reorganizaram antigos simpatizantes do PCB e militantes de esquerda que atuavam no interior do MDB. Apesar da adesão de um grande número de intelectuais, políticos e alguns jornalistas, o projeto de *Amanhã* não refletia um enraizamento no ativismo político da base, o que frustrou seu desenvolvimento. Foram editados somente os números zero e um.

6. Voz Operária

A primeira publicação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) após o golpe militar é o jornal *Voz Operária*. O periódico clandestino tinha o objetivo de ocupar o lugar de *Novos Rumos*, extinto em 19 de abril de 1964, em consequência do golpe que deflagrou a ditadura militar no Brasil.

O jornal retomava o nome de uma antiga publicação do Partido que havia sido extinta em 1958. As primeiras edições foram produzidas de modo precário em São Paulo pelo jornalista Marco Antônio Coelho. Com a reorganização do partido, passa a ser editado por Orlando Bonfim no Rio de Janeiro.

O periódico exerce a importante função de espaço de debate interno do Partido, principalmente após o golpe de 1964. *Voz Operária* serve inclusive como palco para as diversas tendências que rompem com o PCB em 1967 e partem para a luta armada. Ao longo de seus quase dezesseis anos de publicação, o jornal tornou-se também um importante veículo para a divulgação das ações de repressão do Estado. Nas páginas do periódico clandestino era possível noticiar livremente as denúncias de tortura contra presos políticos. Isso fica claro, por exemplo, com o editorial da edição de número 59, "A luta contra as torturas" e com a matéria publicada na mesma edição, "Ditadura continua a assassinar e a torturar presos políticos". O jornal abordou várias vezes as denúncias de tortura em matérias como "Imprensa estrangeira denuncia a escalada de terror no Brasil" e "Torturas de mulheres em Minas Gerais". O periódico clandestino também abriu espaço para setores da Igreja Católica que estavam alinhados com os movimentos de contestação ao regime ditatorial, como mostram, por exemplo, as matérias "A tortura de Frei Tito" e "Arcebispo de São Paulo denuncia prisões e torturas". O tema da tortura também apareceu em matérias que tratavam sobre as cartas e os relatórios dos padres e bispos.

Com a queda da gráfica do partido, em 1975, a publicação é interrompida por um ano. A produção do jornal é retomada na Europa e circula regularmente até agosto de 1979.

E) A oposição político-partidária

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nasceu com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), promulgado em outubro de 1965. Ao mesmo tempo que o MDB foi criada a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e, a partir de então, esses dois partidos foram se definindo como oposição e base de apoio ao regime militar, respectivamente. Os objetivos principais do AI-2 eram fechar os partidos que poderiam oferecer resistência à ditadura e criar uma base de apoio dentro do Legislativo. Além disso, podemos inferir que a atuação institucionalizada do MDB conferia uma "fachada democrática" ao regime.

Criado "de cima para baixo", o MDB congregou políticos oriundos de diversos partidos. Como nos mostra a tabela a seguir, podemos observar a vinculação partidária anterior dos deputados emedebistas:[74]

Partido	Número de Deputados ingressantes no MDB
PTB	75
PSD	44
UDN	10
PSP	04
PDC	05
PTN	05
PST	01
PSB	02
PRT	02
Total	148

Esses dois novos partidos criados pela força de um ato autoritário representavam, dessa maneira, uma série de aspirações e posições ideológicas. Como vimos na tabela anterior, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ofereceu maior quadro de deputados oposicionistas. Esse grande coeficiente numérico foi paulatinamente reduzido. Todavia, os rumos e posicionamentos do partido foram marcados pelo ideário trabalhista do PTB. Esses políticos tiveram importante atuação nos anos 1950 e 1960, marcada pelas mobilizações populares em torno das reformas sociais.

A coesão interna do partido foi objeto de acirradas disputas. Questionou-se o papel do MDB e qual sua verdadeira função. Poderia um partido criado arbitrariamente ser, de fato, uma oposição? Poderia esse congregado de ideologias agir com coerência política? Esses questionamentos perpassaram os primeiros anos de existência do partido. Para muitos, o MDB era o partido do "sim" e o Arena o partido do "sim, senhor". Isso pode ser observado, por exemplo, no grande número de votos brancos e nulos nas eleições de 1966 e 1970, que sinalizavam a falta de confiança em relação ao MDB dos eleitores contrários ao governo. Era preciso criar raiz, tornar-se oposição, ganhar apoio popular. Era preciso criar um projeto com o objetivo de dar autenticidade ao partido estigmatizado pelo pecado original de ter sido criado pelo regime que pretendia combater.

Logo após o golpe civil-militar, a ditadura promoveu uma onda de cassações, fazendo com que diversos políticos com capacidade de mobilização perdessem seus mandatos. Os políticos ainda dispostos a se manter na oposição encontravam dois caminhos principais: alinhar-se ao MDB ou atuar clandestinamente. Denunciar as arbitrariedades da ditadura e incitar as manifestações populares foi esforço de vários deputados emedebistas. O partido foi um canal que possibilitava elencar críticas diretas e, até certo ponto, enfáticas ao regime militar. Mas, além dessa atuação, alguns deputados incentivavam e participavam *in loco* de diversas mobilizações populares[75]. Esse esforço de colocar em consonância o partido e a sociedade enfrentou consideráveis obstáculos.

Dentro do MDB, podemos identificar políticos liberais, nacionalistas, comunistas, socialistas e trabalhistas, por exemplo. Essas diferenças deveriam ser superadas – pelo menos em parte – para que o partido pudesse atuar com uma expressão própria. Após intensos debates, foram acordados os pontos básicos que viriam a ser o programa do partido: restauração plena da democracia representativa; política de desenvolvimento nacional; política de justiça social e política externa independente. A composição desse programa foi tarefa delicada. O que dava coesão aos emedebistas era a reivindicação democrática. Era o mote do partido, a ideia central que conferia sentido à sua existência.

A vigilância sobre o partido foi constante, de modo que se manifestar abertamente contra as medidas autoritárias dos militares era, indubitavelmente, pôr-se em risco. Ao mesmo tempo, órgãos como os sindicatos e as organizações estudantis também estavam sendo vigiados. Essa era a principal via de contato com a sociedade usada pelos políticos emedebistas. Além disso, o MDB foi visto com olhares suspeitos por parte de um público mais politizado, como estudantes e intelectuais. Compactuar com o MDB, para muitos, significava aceitar a imposição bipartidária governamental. Diante de todas essas dificuldades, cabe destacar a existência de alas mais conservadoras dentro do próprio partido, que estavam pouco dispostas a superar essa distância entre o MDB e a sociedade civil.

O ano de 1968 foi marcado pelas grandes mobilizações civis que ocorreram no país e essa dinâmica das ruas influiu diretamente nas ações do MDB. Podemos perceber em vários discursos os ecos desse clamor das ruas. Destacou-se, por exemplo, o então jovem deputado Márcio Moreira Alves, que ganhou grande destaque na mídia por incentivar o boicote às paradas militares. Ele é lembrado como o "provocador do AI-5". Segundo Motta:

> A decretação do AI-5, no entanto, abortou esse trabalho desenvolvido por setores mais ativos dentro do MDB. A onda repressiva atingiu a todos os envolvidos no processo de mobilização oposicionista, tanto as lideranças populares, quanto as parlamentares. Foram necessários alguns anos para que a oposição se rearticulasse novamente.[76]

Dos 139 deputados emedebistas, 60 foram cassados após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O clima de medo silenciou o partido. De fins de 1968 até 1971, a própria existência do partido foi colocada em xeque, tendo em vista sua restrita atuação após o recrudescimento do regime. O MDB sentiu profundamente o AI-5 e apenas começou a sair de sua letargia com a atuação destacada do Grupo dos Autênticos.

Nos anos de 1973 e 1974, a guerrilha do Araguaia foi sistematicamente combatida e, provavelmente, foi a última aspiração armada de grande porte. Além disso, cabe destacar os primeiros efeitos negativos do "milagre econômico". Pode-se pensar que a "desilusão armada" interferiu nas eleições, pois provavelmente muitos militantes fizeram uma autocrítica e decidiram manifestar sua insatisfação votando no MDB. O entusiasmo por parte do empresariado nacional havia diminuído e os militares, provavelmente, perderam parte de seu prestígio nesse setor. Por fim, é preciso destacar a atuação de diferentes grupos sociais. Era uma nova conjuntura, cada vez mais arejada – mesmo que lentamente – por valores democráticos e pela reaproximação entre MDB e sociedade.

Depois da vitória nas urnas, o MDB esteve mais próximo e foi mais bem recebido pelas diversas entidades sociais oposicionistas ao governo militar. Eram relações um tanto quanto superficiais, pela perspectiva cada vez mais próxima do fim do bipartidarismo e a reorganização dos velhos partidos. Extinto em 1979, o partido conviveu constantemente com contradições, embates entre as heranças partidárias anteriores e o desejo de tornar o partido algo novo. Ter sido criado pelos militares, em ocasião de um ato autoritário, estigmatizou a imagem do partido diante da sociedade civil, comprometendo essa relação. Esforços foram empreendidos por políticos mais afinados com os clamores das ruas, mas o AI-5 abortou esse processo de aproximação. Sonolento por alguns anos, logo o partido deu a volta por cima e foi porta-voz dos setores da sociedade que ansiavam por mudança. O MDB teve vida curta; todavia, foi um dos principais mecanismos institucionais de contestação e ajudou a expressar a insatisfação popular contra os governos militares.

Estudos de caso:

1. Os Autênticos

Criado no início dos anos 1970, o Grupo dos Autênticos contava com 23 deputados federais.[77] Posicionaram-se, acima de tudo, contra a ditadura militar e suas arbitrariedades. Suas principais causas políticas eram a convocação de uma Assembleia Constituinte, a defesa dos direitos humanos e do Estado de Direito. Um dos Autênticos, o deputado Alencar Furtado, assim definiu o grupo:

> Nosso Grupo Autêntico considerava que deveria mudar a história do país [...]. A grande maioria dos componentes da Câmara dos Deputados sequer exercia mandato, apenas homologava o que vinha do ditador, enquanto os demais se omitiam... A concepção que tinha, e ainda tenho, do Grupo Autêntico é que ele con-

> substanciava a única possibilidade de oposição existente no Congresso Nacional durante o tempo da ditadura. Constituíamos uma oposição que lutava em várias fontes, havendo contra nós o chamado "sisteminha" do MDB e o "sistemão" da própria ditadura. A maioria do partido, internamente, não concordava com nosso comportamento, e, ao contrário, insurgia-se lutando contra nós, combatendo-nos... A ditadura, então, nos repudiava.[78]

A partir do trecho dessa entrevista, podemos perceber os riscos que os Autênticos correram ao tentar se articular como resistência em um dos momentos mais delicados da existência do partido. Grande parte dos parlamentares emedebistas tinha atuação moderada e às vezes conciliatória. Os Autênticos vieram com uma proposta diferente e enfrentaram grande resistência dentro e fora do partido.

Uma das ações mais importantes do Grupo foi lançar a "anticandidatura" de Ulysses Guimarães em 1973, nas eleições que tornaram Ernesto Geisel presidente. A proposta era não submeter o nome de Ulysses ao Colégio Eleitoral, ou seja, abandonar as "eleições" após a campanha. Seria uma forma de protesto, uma vez que pouco adiantaria concorrer contra o candidato escolhido pelos militares. Sobre o episódio, o deputado Alencar Furtado nos diz:

> Quanto à anticandidatura de Ulysses Guimarães, a princípio ele não queria aceitá-la. No entanto, quando Barbosa Lima prontificou-se a assumir esse papel, Ulysses resolveu ser candidato. O dr. Barbosa concordou em ser candidato a vice de Ulysses, que assumiu o firme compromisso com os autênticos de não participar do Colégio Eleitoral como candidato, porque seria uma renegação.
>
> Começou-se a campanha do anticandidato, uma campanha muito bonita despertando multidões por todo o Brasil, ocupando espaço nos jornais, rádio, televisão, coisas de que estávamos necessitados. Foi um processo sobretudo de esclarecimento, em um movimento recheado de instantes preciosos.
>
> Tudo caminhava muito bem, até que, por volta de dez dias antes da eleição do Geisel, veio a data fatal como já definido [...] Ulysses nos chamou e comunicou que não poderia mais honrar o compromisso anterior, porque seria um desafio ao sistema e, nesse sentido, ele estava pensando em submeter seu nome ao Colégio Eleitoral [...] O anticandidato tornou-se candidato, renegando-se, prestando um serviço à ditadura, em um pleito já definido por antecipação, uma farsa.[79]

A candidatura de Ulysses é tida pelo grupo como uma atitude moderada e conciliatória. Cabe destacar, porém, que, na ocasião em que submete seu nome ao Colégio Eleitoral, Ulysses profere um de seus discursos mais expressivos: *"Navegar é preciso, viver não é preciso"*. Nele, o candidato emedebista elenca pesadas críticas ao regime militar, destacando diversos aspectos que o tornam ilegítimo e imoral. O próprio Grupo dos Autênticos se surpreendeu com a intensidade do discurso. No dia da eleição, os deputados Autênticos assinaram um documento se recusando a votar, correndo o risco de serem cassados: "Recuso-me a votar em uma eleição sem povo!".[80]

Para o Autêntico Amaury Müller, estar alinhado ao partido de oposição e atuar como parlamentar era importante, sobretudo, para denunciar as violações de direitos humanos. Ele nos diz:

> Em outras palavras, achávamos que o mandato parlamentar, mesmo sujeito a violências de toda ordem, tinha certa importância, no mínimo para denunciar as violações dos direitos humanos, o empobrecimento da população e a entrega despudorada de nossas riquezas ao capital estrangeiro.[81]

Denunciar as violações de direitos humanos foi, talvez, a maior virtude do Grupo. Nesse sentido, há dois discursos dos deputados Marcos Freire e Lysâneas Maciel proferidos na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, respectivamente. Muitas abjeções foram feitas e os arenistas – preocupados em defender a Ditadura – tentavam amenizar as críticas dizendo que a tortura era uma atitude isolada e não sistemática. O compromisso do grupo em denunciar os abusos da ditadura é evidente no desaparecimento do deputado Rubens Paiva:

> Uma das maiores virtudes dos Autênticos foi a ousadia, o enfrentamento. Eu diria quase o afrontar, porque, se não tivesse essa luta travada, não sei onde estaríamos ainda... A primeira cobrança ousada que fizemos contra os militares foi quando da prisão do ex-deputado Rubens Paiva. Pedroso Horta chamou seus vice-líderes e disse que iríamos cobrar do Primeiro Exército a apresentação do Rubens Paiva, isso em pleno 1971. Não brinca, não, foi em 1971! Chico Pinto, Marcos Freire e eu fizemos os pronunciamentos com as denúncias. O Exército mandou uma comunicação confessando que tinha prendido Rubens, mas, ao deslocarem-no para a prisão, no Alto da Boa Vista, os terroristas teriam retirado o preso da viatura do Exército e desaparecido com ele... Em outras palavras, aquela comunicação era uma espécie de atestado de óbito.[82]

Dos 23 deputados Autênticos, Amaury Müller, Alencar Furtado, Nadyr Rossetti e Lysâneas Maciel tiveram seus mandatos cassados. Os discursos inflamados do Grupo e sua atuação influenciaram diretamente na grande vitória de 1974. Naquele ano o MDB conseguiu resultados expressivos nas urnas. O partido elegeu a maioria no senado nacional (50% contra apenas 34,7% da Arena). Na Câmara dos deputados, conseguiu 37,8% dos votos contra 40,9% da Arena, o que não representa maioria, mas significou uma grande vitória para o partido. Esses resultados foram possíveis principalmente porque os votos nulos diminuíram e o partido ganhou a confiança de um público eleitorado muito maior. É preciso analisar alguns aspectos que mostram como essa confiança foi conquistada, a partir de questões internas e externas do partido.

Além da atuação destacada dos Autênticos é preciso ressaltar a distensão iniciada no governo Ernesto Geisel, abertura que se iniciara lentamente. Como já dissemos, após o AI-5 o partido teve sua atuação muito restrita e discutiu-se a possibilidade de dissolvê-lo. Nas eleições de 1974, era preciso abrir espaços e valorizar os mecanismos representativos para que a oposição legal não deixasse de existir e atuasse com certo vigor. As eleições de 1974 foram relativamente mais livres do que as de 1970 e os emedebistas se aproveitaram de espaços midiáticos para levar uma imagem diferente ao eleitorado. Pela primeira vez, a televisão foi usada para fins eleitorais. Para o MDB, ela foi um mecanismo importante – assim como o rádio – para mostrar um partido diferente, claramente oposicionista.

Pode-se pensar que a "desilusão armada" interferiu nas eleições, pois provavelmente muitos militantes fizeram uma autocrítica e decidiram manifestar sua insatisfação votando no MDB.

2. A Frente Ampla

Paralelamente ao MDB e ao Grupo dos Autênticos, a ditadura militar precisou lidar com a oposição de um grupo político formado por grandes nomes do cenário nacional: a Frente Ampla. A ideia partiu de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, governadores da Guanabara e de Minas Gerais, respectivamente. Ambos apoiaram o Golpe de 1964, mas logo em seguida se desiludiram com as ações da Ditadura. Lacerda teve seus interesses políticos frustrados quando promulgado o bipartidarismo em 1965, dissolvendo seu antigo partido, a União Democrática Nacional (UDN). Com o intuito de alcançar a maior parte da população civil, a criação da Frente Ampla tinha vasta agenda política.

Logo no início, Lacerda buscou a adesão de políticos com grande expressão nacional: João Goulart e Juscelino Kubitschek. As negociações, claro, foram difíceis. São políticos oriundos de distintas tradições, com diferentes referenciais políticos e econômicos. A Frente Ampla é marcada justamente pelo entendimento impessoal desses políticos, preocupados, sobretudo, com o restabelecimento da democracia no Brasil. Juscelino Kubitschek havia sido cassado em junho de 1964 e estava exilado em Lisboa. As negociações foram intermediadas pelo deputado emedebista Renato Archer, com relativa tranquilidade.

No dia 28 de Outubro de 1966, um longo manifesto assinado por Carlos Lacerda é publicado em vários jornais, defendendo, sobretudo, eleições livres e diretas, reforma partidária, adoção de uma política externa independente e desenvolvimentismo econômico. As negociações com João Goulart foram mais demoradas e difíceis. Exilado no Uruguai, Jango foi abordado pelo deputado Armindo Doutel de Andrade – também membro do MDB –, cassado pouco tempo depois do início dos contatos. Onze meses depois do lançamento do Manifesto, foi assinado por Jango e Lacerda o documento conhecido como Pacto de Montevidéu, que reafirmava os principais pontos anteriores e viria a ser a base do programa da Frente Ampla. Segundo Moreira Alves:

> O programa pedia a redemocratização do país, a revogação de toda legislação de controle, o fim das diretrizes salariais e afirmava os direitos dos trabalhadores, inclusive o direito de greve. Finalmente pedia a imediata realização de eleições livres e diretas em todos os níveis da representação política.[83]

Finalizada a aliança com Jango foram estabelecidos contatos com líderes sindicais e estudantis para planejar comícios e manifestações de rua em que essas propostas do programa deveriam ser expressas. A Frente Ampla realizou diversos comícios públicos em algumas cidades paulistas, como Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, em fins de 1967. Em abril de 1968 os comícios se espalharam para Londrina e Maringá. Segundo informações dos jornais da época, os últimos eventos conseguiram mobilizar aproximadamente 15 mil pessoas. No dia 5 de abril de 1968, por intermédio da Portaria nº 117 do Ministério da Justiça, todas as atividades da Frente Ampla foram proibidas. O movimento foi proscrito e proibido de realizar mobilizações – e até de ser mencionado publicamente.

F) Os movimentos sociais e políticos

Em 1974, a luta armada já havia chegado ao fim. Começa a abertura política no governo Ernesto Geisel. Lenta, gradual e segura. Todavia, o novo governo precisou lidar com muitas crises. Os

efeitos do "milagre econômico" decaíram, dando lugar ao aumento desenfreado no preço do petróleo com a crise que se iniciara em 1973. Durante a década de 1970, o projeto de modernização implementado pela ditadura militar não conseguiu solucionar a difícil equação que reúne crescimento econômico e desenvolvimento social. Nesse período tem início o desenvolvimento de entidades ligadas às comunidades de base da igreja, organizações comunitárias, movimento feminino, movimento negro, o novo sindicalismo, tanto no campo quanto nos grandes centros. A atividade dessas associações foi decisiva para a mobilização popular que passou a pressionar os governos militares em busca de soluções para reivindicações de toda ordem, como habitação, emprego, educação, alimentação, saúde, saneamento. Nesse contexto, a população lutava pela abertura política e também por melhores condições de vida.

Estava em marcha o processo de democratização do regime. O discurso em prol dos direitos humanos ganhava cada vez mais força, as autoridades são pressionadas a prestar contas pelas torturas, prisões arbitrárias e os "desaparecimentos". A mobilização social sobre esse tema aumenta após a morte do estudante Alexandre Vannucchi em 1973 e do jornalista Vladmir Herzog em 1975, ambos sob tortura. Nesse bojo de liberalização e discussões políticas, ressurgem distintos movimentos de resistência democrática, mais difusos, embora não menos politizados.

Em todo o Brasil foram criados diversos tipos de organizações de moradores de amigos de bairro e associações comunitárias. No Rio de Janeiro, a Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (Faferj) era composta por aproximadamente 110 entidades. Somente na Baixada Fluminense 350 associações atuavam na defesa dos direitos dos moradores. Em São Paulo, o Conselho de Coordenação das Sociedades de Amigos de Bairro da Cidade de São Paulo congregou 1.300 organizações. Elas mobilizavam a população na luta por conquistas locais. A pressão política exercida contra as estruturas governamentais nos níveis municipal, estadual e regional foi fundamental para a obtenção de melhorias na qualidade de vida da imensa massa da população carente: habitação, segurança, postos de saúde, esgoto, água, escola, coleta de lixo, eletricidade, pavimentação, creche, centros comunitários e limpeza urbana.

Em 1976, por exemplo, 5 mil pessoas foram às ruas de São Paulo exigir a plena garantia desses direitos elementares. Dois anos depois, o Movimento Custo de Vida recolheu um milhão e meio de assinaturas, sobretudo dos moradores da periferia paulista que se indignavam com a excludente política econômica dos militares. Esses movimentos de periferia pressionavam as autoridades por melhorias específicas, através de reuniões, petições, comícios, assembleias, marchas em direção à prefeitura e ocupação de sedes administrativas. É uma politização do cotidiano dessas pessoas, a partir de uma conscientização da necessidade imanente de se organizar. Várias tarefas eram realizadas coletivamente – os "mutirões" – para melhorar aspectos da comunidade como um todo.

Ao longo dos anos 1970, também ganham força, no Brasil, movimentos sociais de caráter feminino. Isso foi possível graças ao conjunto de fatores que redimensionaram amplamente o papel da mulher na sociedade. Novos modos de comportamento floresceram, modificando a maneira como a mulher compreendia a si mesma e a seu corpo – a difusão do uso de anticoncepcionais, por exemplo. Concomitantemente a isso, o mercado de trabalho gradualmente abre novos espaços de atuação das mulheres. Em São Paulo surgem grupos políticos que passam a atuar abertamente, como o Brasil Mulher, Nós Mulheres e o Movimento Feminino pela Anistia. Cabe destacar a existência de organizações femininas de bairros. Timidamente, assuntos outrora silenciados vão sendo debatidos, como a questão do aborto, sexualidade e planejamento familiar. Em um panorama geral, os movimentos femininos buscavam repensar a atuação política das mulheres, tal como a luta por direitos de equidade no mercado de trabalho e reivindicações sociais.

Em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) é criado na Bahia, dando maior ênfase e profundidade às discussões sobre o preconceito racial no Brasil. Periodicamente eram realizados

congressos pelo país inteiro, onde se discutia um novo *modus operandi* na luta contra o racismo. Entre as propostas do movimento, tínhamos a reavaliação da História da África e suas interlocuções com o Brasil. A população negra convivia cotidianamente com as violações de direitos humanos institucionalizadas pelo regime militar. A agenda do MNU era composta por atividades políticas, sociais e culturais, incentivando sistematicamente a inserção do negro na vida política das cidades. Em busca da identidade negra, eram pautas que entravam em conflito com a ideia de "democracia racial" pregada pelas propagandas ufanistas da ditadura militar.

Esses movimentos sociais urbanos organizam-se, sobretudo, em bases locais, expressando o fazer político no cotidiano e não mais em projetos de maior abrangência. O Estado é encarado por esses movimentos como promotor de bem-estar social e sobre ele recaem as demandas elementares que afligem grande parte da população, principalmente questões de infraestrutura urbana. Assim, nesse quadro geral de modificações estruturais, as particularidades se acomodam em relativa consonância. A luta oposicionista aglutinou esses diversos movimentos espalhados por todo o território nacional.

1. Novo movimento sindical

Os operários ligados ao setor metalúrgico desempenharam um papel fundamental ao longo da história da organização política dos trabalhadores do país, notadamente durante o período militar, quando protagonizaram, em 1968 e 1978, dois importantes episódios na luta por melhorias econômicas e pela construção de formas de associação sindical mais autônomas em relação ao Estado. Em 1968, trabalhadores metalúrgicos de Contagem e Osasco realizam, respectivamente em abril e julho daquele ano, greves que mobilizaram um amplo número de operários e que, embora não tenham atingido seus objetivos centrais e tenham sido reprimidas pelo Estado, foram importantes demonstrações da capacidade organizativa dos trabalhadores.

Tanto em Osasco quanto em Contagem, as greves representaram, de um lado, uma reivindicação de caráter econômico por melhorias salariais; e, de outro, expressaram a luta por uma organização autônoma em relação às amarras oficiais, na medida em que ambos os movimentos surgiram e se desenvolveram à margem de seus respectivos sindicatos, que atuaram muito mais como mediadores entre os trabalhadores e o Estado. Uma ruptura definitiva em relação ao chamado "sindicalismo populista", característico do período pré-1964, contudo, apenas se deu em 1978, quando novamente os operários metalúrgicos desencadearam um movimento de repercussão nacional que ficaria conhecido como "novo sindicalismo". Em maio daquele ano, assim, os trabalhadores de São Bernardo do Campo, cruzando os braços diante das máquinas, deram início a um movimento sindical de novo tipo e fôlego, desencadeado contra o arrocho salarial dos anos anteriores, que buscava também liberdade e autonomia em relação às diretrizes oficiais e se voltava para a mobilização de suas bases. Essa questão já havia sido preconizada em 1968, na medida em que os movimentos de Contagem e Osasco se ancoraram mais em suas bases – e nas "comissões de fábrica", no segundo caso – do que na hierarquia sindical, como era característico do sindicalismo populista.

Esse era o momento de radicalização do movimento grevista.

Desde o início, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema assumiu a liderança do movimento como um todo. Depois de centenas de reuniões das comissões de fábrica, os líderes sindicais tinham uma meta ambiciosa: levar as greves para as ruas das cidades. Com a opinião pública a seu lado, os grevistas poderiam fazer ainda mais barulho. Na rua, porém, a polícia utilizaria o aparato repressor para conter as manifestações. Outra ação utilizada pelos trabalhadores era organizar piquetes nas portas das fábricas. Já nas grandes assembleias ocorridas no Estádio da Vila

Euclides os trabalhadores discutiam as estratégias da greve, bem como a votação das decisões a serem tomadas. Quando o governo interveio nos sindicatos de São Bernardo, São Caetano e Santo André, a Igreja Católica abriu as portas da Catedral de São Bernardo para as reuniões. Ao mesmo tempo que a greve ganhava força, também aumentava a violência da repressão.

Em setembro de 1979, o sindicalista Santo Dias da Silva foi assassinado em um confronto entre grevistas e policiais militares. Contudo, o Brasil assistiu a uma das maiores ondas de greve da sua história: mais de três milhões de trabalhadores em 15 dos 23 Estados da federação. Praticamente todas as categorias tinham algum tipo de reivindicação. Não apenas melhores salários e condições de trabalho, mas também leis mais justas, maiores benefícios sociais, estabilidade e representação sindical. Em 1980, os metalúrgicos de São Bernardo sustentaram a greve durante 41 dias em franco desafio à ditadura. A diretoria do sindicato foi cassada. A greve provocou um amplo movimento de solidariedade – o fundo de greve dos metalúrgicos do ABC e o Comitê de Solidariedade mobilizaram, no país inteiro, o repúdio à ditadura.

As greves do ABC paulista foram, também, fundamentais para a discussão e formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, que deu novo fôlego ao sindicalismo e rompeu definitivamente com a hierarquia burocrática e com a tutela estatal mantidas sob o governo militar, o que deu aos trabalhadores possibilidades maiores de mobilização política e de luta por melhorias em suas condições de trabalho.

2. Igreja católica

O golpe militar de 1964 correspondeu aos desejos de um grupo numeroso da hierarquia e do clero católicos. Liderados pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, os setores conservadores apoiaram a deposição do presidente João Goulart certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a ordem moral no país. Também temiam o avanço das ideias progressistas, emanadas do concílio Vaticano II e orientadas, no Brasil, pelo arcebispo de São Paulo, Carlos Carmello Motta, pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Hélder Câmara e pelo arcebispo de Aracaju, dom José Távora. Ideias que exprimiam a crença em uma vivência evangélica que só se completaria pela luta por uma ordem social mais justa, contra a degradação da condição humana.

O equilíbrio de forças na Igreja em benefício do regime militar começou a mudar diante da evidência dos expurgos coercitivos da ditadura. Em 1967, a prisão dos monges beneditinos do Mosteiro do Vinhedo, em Campinas, onde se havia realizado o encontro clandestino da União Nacional dos Estudantes e a invasão policial do Convento das Perdizes, em São Paulo, marcou o início da espiral de tensões entre parte da Igreja e militares, o que conduziu ao progressivo envolvimento do clero católico na proteção dos perseguidos políticos. A resposta dos religiosos foi clara: não aceitavam jurisdição dos militares sobre o apostolado; a prisão de padres, por qualquer razão, tornaria muito difícil o diálogo entre Igreja e Estado.

Mas foi a constatação da tortura como política de Estado que levou parte da hierarquia católica a evoluir de uma posição neutra ou conservadora para a denúncia sistemática da violência da ditadura e a firme defesa dos direitos humanos. Padres informaram a seus paroquianos sobre a violência e o arbítrio. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil redigiu inúmeras denúncias formais ou oficiais sobre as prisões políticas no país. Bispos interferiram frequentemente junto às autoridades em favor das vítimas da ditadura. A Igreja utilizou seus próprios canais de comunicação para driblar a

censura e fazer chegarem à opinião pública internacional relatos sobre a onda de torturas no Brasil – em 1970, a igreja de Saint Germain de Prés, em Paris, expôs, em seu altar-mor, um Cristo algemado, com um tubo na boca e um magneto no topo da cruz. No alto, a esfera cortada pela inscrição "Ordem e Progresso". Com sua ação, parcela significativa da Igreja católica rompeu o silêncio imposto pelos militares e contribuiu decisivamente na mobilização da sociedade para o exercício da resistência política.

Organizações de base ligadas à Igreja católica:

2.1. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

As Comunidades Eclesiais de Base foram criadas no início dos anos 1960, momento em que a Igreja dava sinais de mudança, graças ao Concílio Ecumênico Vaticano II, que tinha como ideal "fazer com que a Igreja retornasse às suas origens na fidelidade ao projeto de Jesus, assumindo sua missão de evangelizar o mundo, no compromisso de construir o Reino de Deus com os pobres e excluídos". As CEBs foram ganhando força nas áreas rurais e urbanas: pessoas simples do povo, reunidas, para pensar a sua realidade à luz da Palavra de Deus e encontrar caminhos de superação da fome e da exclusão, por melhores condições de vida e dignidade para todos. Portanto, as CEBs exerceram um importante papel, pois serviram de celeiro para o surgimento de vocações libertárias, políticas e sindicalistas, de movimentos populares e de pastorais sociais (como a CPT, o CIMI, a Pastoral Operária, a Pastoral da Mulher Marginalizada, da Criança, do Negro, do Índio, do Povo de Rua, entre outras).

A aproximação entre a Igreja católica e os movimentos dos trabalhadores do campo no Brasil foi marcada, também, pela força que teve a Teologia da Libertação, corrente teológica desenvolvida a partir das décadas de 1960 e 1970 – período mais opressor dos regimes ditatoriais na América Latina –, por ela propor um repensar da atuação da Igreja Católica nos países pobres. Para a Teologia da Libertação, o pobre deve ser visto não como objeto de caridade, mas como sujeito de sua própria libertação. Com essa visão, os teólogos dessa linha defendem uma pastoral que estimule os excluídos a se organizar, articulando fé e vida, para serem sujeitos de transformação da realidade em que vivem.

2.2. Comissão Justiça e Paz (CJP)

Em novembro de 1970, Dom Paulo Evaristo Arns assume o cargo de Arcebispo Metropolitano do Estado de São Paulo. Sua atuação humanitária fez da cúria paulista um verdadeiro centro de resistência. Em 1972, é criada a Comissão Justiça e Paz (CJP), com o objetivo principal de anotar pormenorizadamente todas as informações relativas a prisões dos opositores do regime. A explicação oficial quase sempre era de que os presos haviam sido mortos em tiroteio, colocando-os como carrascos de seu próprio destino. Dom Evaristo fez inúmeras incursões no DOI-CODI e ao presídio Tiradentes para constatar as violações e denunciá-las às autoridades responsáveis. A exposição desses fatos foi importante, tendo em vista a autoridade máxima da cúria paulista exercida por Dom Evaristo, que ficava relativamente blindado.

A CPJ se reunia periodicamente na casa de Dom Evaristo, por questão de segurança. Lá, o trabalho era feito. As informações das pessoas que sofreram essas violações eram organizadas em uma base de dados. Milhares de famílias procuravam a Comissão em busca de ajuda e encontraram apoio em Dom Evaristo. Além da CPJ, a comunidade eclesiástica (principalmente em São Paulo) também passou a oferecer amparo aos resistentes. As igrejas e pastorais se tornam espaços privilegiados de

reuniões populares de reivindicação social. Eram espaços utilizados, sobretudo, pelos moradores de periferia. As discussões eram voltadas para questões cotidianas que afetavam parcelas da população não agraciadas pelo "milagre econômico". A vida era difícil. Transporte, educação, saúde, creches, saneamento básico e alimentação de qualidade eram suas principais pautas políticas.

2.3. Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A CPT foi fundada em 1975, exercendo uma força contrária à tentativa de desmobilização dos movimentos sociais empreendida pelo governo brasileiro. A Pastoral buscava apoiar politicamente os camponeses em suas lutas. Atuava estimulando as organizações de trabalhadores rurais, para que eles pudessem ser os sujeitos da conquista de seus direitos e alcançassem aquilo que seria a condição básica desses direitos – a terra – por meio da reforma agrária. O trabalho da CPT se estendeu por diferentes regiões brasileiras e em cada uma adquiriu forma diferente, de acordo com aquilo que os trabalhadores indicavam como necessário transformar na realidade em que viviam. Assim, a CPT assessorou trabalhadores na fundação de sindicatos, organizou os posseiros em sua luta pela terra, defendeu-os na justiça quando esse era o caso e até mesmo auxiliou no processo de alfabetização dos trabalhadores rurais, quando assim esses trabalhadores desejaram. Atualmente, a Pastoral continua o trabalho, atuando em 16 regiões brasileiras.

3. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O Movimento dos Atingidos por Barragens teve sua semente plantada na década de 1970, quando se intensificou no Brasil o modelo energético com base em usinas hidrelétricas, de grandes barragens, para impulsionar o crescimento econômico no País. Nesse período, chamado de "Brasil Grande", o governo militar implementou grandes projetos em áreas que iam da pecuária à pesca, da extração de minérios à implantação de indústrias.

Tal opção pela construção de hidrelétricas para obter energia trouxe graves e irreversíveis danos às populações ribeirinhas e à natureza (flora e fauna), pois com as barragens, o represamento dos rios e a formação de grandes lagos enormes áreas rurais e urbanas foram inundadas pelas águas. Isso provocou o desalojamento de milhares de pessoas, que perderam suas terras, casas e trabalho, atingindo pequenos proprietários de terra, posseiros e arrendatários, sem falar na perda de identidade, no rompimento dos laços mantidos com e entre as comunidades ribeirinhas e na dificuldade dessa gente de recomeçar a vida em outros lugares, muitas vezes em condições piores que as anteriores.

Diante dessa dramática realidade, gerou-se um clima de insatisfação entre as famílias atingidas e protestos e confrontos foram surgindo onde essas barragens estavam sendo construídas, já que a decisão sobre a instalação das usinas era inevitável e imposta pelo Governo à população e aos municípios afetados, que não eram consultados a respeito. Para o MAB, três foram os principais focos de resistência e organização que deram origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil: em Tucuruí (usina hidrelétrica construída de 1976 a 1984), no rio Tocantins, no Estado do Pará, na região Norte; em Sobradinho (1973-1979), na Bahia; e Itaparica (1979-1988), em Pernambuco, com a instalação de usinas no Rio São Francisco, no Nordeste; e em Itaipu (1975-1982), no Rio Paraná, na Região Sul. Logo depois, foram anunciadas a construção das Usinas de Itá e Machadinho, no Rio Uruguai, também no Sul.

G) As grandes manifestações públicas

Entre 1964 e 1984, o Brasil foi palco de uma série de movimentos de manifestações públicas de protesto. Foram muitas faixas empunhadas e gritos de palavras de ordem em grandes passeatas; mas houve momentos em que o protesto silencioso, em cultos religiosos, missas e cortejos fúnebres dos mortos pela ditadura também foram as armas da sociedade contra a repressão do governo.

Antes do golpe, porém, uma grande manifestação pública, mas de apoio ao governo, aconteceu no Rio de Janeiro. No dia 13 de março de 1964, o presidente da república João Goulart realizou o Comício da Central do Brasil, também conhecido como Comício das Reformas. Organizado em parceria com grupos sindicalistas com inclinações políticas trabalhistas e comunistas, foi um dos episódios mais icônicos para se compreender a deflagração do golpe de estado que ocorreria pouco mais de duas semanas depois. Em sua edição do dia 13 de março, o jornal *Última Hora* publicou uma convocação para o evento: "POR VOCÊ E PELO BRASIL, Compareça dia 13, às 17h30, GRANDE COMÍCIO DAS REFORMAS, COM JANGO, FALANDO AO POVO!".[84]

No dia seguinte, a primeira página de praticamente todos os jornais estampava, em tons que oscilavam entre apoio e repúdio, aquele importante momento cívico da história brasileira, apesar das tentativas do governador do Rio de Janeiro (e notório oposicionista de Jango), Carlos Lacerda, de esvaziar o Comício da Central do Brasil.[85] O evento, realizado no centro do Rio de Janeiro, contou com uma multidão mais de 100 mil pessoas, que, concentradas nas largas vias da avenida Presidente Vargas, ouviram falas de políticos como os governadores do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, Leonel Brizola e Miguel Arraes, respectivamente, líderes sindicais, além do aguardado discurso do presidente Jango.

O comício foi considerado uma guinada radical do governo de Jango para esquerda, o que teria sido decisivo para o golpe de 1964. A maciça participação popular no Comício da Central do Brasil, no entanto, também ficou marcada na história e memória brasileira como um importante momento republicano, em que aspirações políticas e sociais foram expostas não apenas pelos oradores daquele ato, mas pela própria população que ali compareceu em massa.

O golpe de 31 de março, apesar do maciço apoio midiático no Brasil, que enfatizava certo apoio popular aos golpistas, também veio acompanhado de protestos. Em Recife, a polícia atirou contra os manifestantes, assassinando os estudantes Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar. Essa seria a conduta com a qual a ditadura trataria as manifestações populares: violenta repressão, ocasionando em presos, feridos e mortos.

O ano de 1968 também foi marcado pelo grande número de manifestações públicas de protesto contra a ditadura. No dia 28 de março daquele ano, uma manifestação que reivindicava melhorias no restaurante estudantil conhecido como "Calabouço" terminou com a morte de um secundarista de 18 anos chamado Edson Luís de Lima Souto, assassinado por um policial militar com um tiro no peito. Os manifestantes levaram o corpo até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para evitar fraude nos laudos médicos e expor em público o crime cometido pela PM. No dia seguinte, o sepultamento de Edson Luís se transformou em um ato público de protesto e denúncia da violência cometida pelo Estado ditatorial.

Milhares de pessoas, a maioria estudantes, saíram em protesto em quase todas as capitais do Brasil, com um saldo de dezenas de presos e feridos nas manifestações. A semana seguinte foi permeada de constantes movimentações cívicas, com diversos setores se unindo aos atos. No Rio de Janeiro, foi formada a Associação de Mães Brasileiras "para protestar contra o assassinato e reivindicar com eles [seus filhos] o direito de estudar".[86] Além disso, uma Comissão Popular – formada por estudantes, intelectuais e parlamentares – organizava os preparativos para a missa de 7º dia do estudante. Durante

a semana que se seguiu ao assassinato de Edson Luís, foram registradas outras mortes em decorrência dos confrontos com a polícia, como a de um estudante em Goiânia[87] e um no Rio de Janeiro, além de dezenas de feridos, muitos deles baleados. No dia 4 de abril, centenas de missas por Edson Luís foram celebradas em todo país se tornaram verdadeiras manifestações públicas de oposição à ditadura. Apesar do folhetim carioca *Correio da Manhã* ter amanhecido com a manchete "Estado de Sítio será decretado se houver manifestações hoje", no Rio de Janeiro, a Igreja da Candelária foi palco de um grande ato público, reprimido com grande violência pela polícia.[88]

Aos poucos, a ação repressiva ficou ainda mais truculenta. O mês de junho foi palco de grandes manifestações estudantis. No dia 21 daquele mês, uma passeata estudantil acabou com dezenas de feridos.[89] Diante das violentas e sucessivas ações policiais, os estudantes começaram a organizar uma grande marcha para a semana seguinte. Artistas e intelectuais se reuniram com o governador do Rio de Janeiro, Negrão de Lima, pedindo que a manifestação que ocorreria fosse autorizada. Apesar do clima de tensão, Negrão concordou e, na quarta-feira, dia 26 de junho de 1968, uma das maiores manifestações da história do Rio de Janeiro foi promovida pela sociedade, com centenas de pessoas, de acordo com jornais do dia seguinte. A Passeata dos Cem Mil, como ficou conhecida, se concentrou na Cinelândia e caminhou até a Candelária, palco das intensas repressões policiais na capital carioca. A marcha ocorreu sem graves incidentes, e foi uma importante vitória da sociedade civil frente à violência policial da ditadura.

Artistas, estudantes, intelectuais, pais, setores religiosos e políticos integraram a massa que protestou nas ruas cariocas. No dia 4 de julho, 50 mil pessoas voltaram a se manifestar no Rio de Janeiro. Porém, o acirramento das tensões, vivenciadas no Brasil, naquele ano de 1968, culminou, em 17 de julho, na proibição de manifestações públicas. Seu ápice ocorreu no dia 13 de dezembro, com a promulgação do Ato Institucional nº 5. Após esse decreto, as mobilizações públicas, frente à repressão indiscriminada e acentuada dos chamados "anos de chumbo", deram lugar a outras formas de resistência e oposição ao regime – como os grupos armados de esquerda.

As mobilizações populares voltaram a ganhar força somente em 1975, com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, 38 anos, em uma sessão de tortura nas dependências do II Exército – SP (DOI–CODI), no dia 25 de outubro. A explicação das autoridades oficiais acerca sua morte era de que o jornalista teria cometido suicídio. Porém, tal versão foi contestada. Em clara objeção a essa versão divulgada pela ditadura e apesar do clima carregado de tensão e incertezas quanto à sua segurança, milhares de pessoas participaram de um culto ecumênico em memória de Herzog, realizado na Catedral da Sé em São Paulo.[90] O evento, que marcou o início da abertura política, foi o maior ato público desde 1968, quando, a partir do AI-5, criou-se uma situação política do país que não permitia que tais manifestações de protesto ocorressem. Porém, o culto teve um caráter político sem necessariamente levantar faixas e ecoar palavras de ordem, unindo setores heterogêneos da sociedade, assim como lideranças religiosas cristãs e judaicas – essa última, a religião que Herzog praticava.

Em 30 de março de 1977, os estudantes paulistas saíram às ruas para a, até então, maior manifestação estudantil da década. Milhares de jovens saíram às ruas reivindicando maiores verbas para a educação. Em maio, foram mais de dez mil manifestantes. O ato de protestar, com cartazes e palavras de ordem, começava a voltar a se tornar um movimento nacional, liderado principalmente pelos estudantes, que começavam a reestruturar a UNE – União Nacional dos Estudantes (que atuava na clandestinidade desde 1964, quando foi considerada ilegal). No dia 22 setembro, o ato que marcou a realização do Encontro Nacional de Estudantes (que não ocorria desde 1968) na PUC de São Paulo constituiu outro marco nas mobilizações públicas no período ditatorial. Durante o ano de 1977, estudantes articularam a volta da entidade. O 3º Encontro Nacional dos Estudantes aconteceu em

São Paulo, após tentativas de realizá-lo no início do ano, na Universidade de São Paulo (USP) e, em junho, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em todas as oportunidades, a repressão foi violenta, com dezenas de feridos e centenas de prisões. Porém, no encontro na PUC-SP, houve um saldo simbólico positivo: o fortalecimento da organização popular e das manifestações públicas, mesmo sendo ilegais, como atos de repúdio e resistência à ditadura.

Em 31 de dezembro de 1978, o AI-5 era finalmente revogado. Nesse mesmo ano, a partir do mês de outubro, começam a se articular os Congressos pró-Anistia no Brasil. Em 1979, a abertura política começava a se solidificar, e dezenas de manifestações, ao longo do ano, foram articuladas, em um amplo movimento nacional pela "Anistia: ampla, geral e irrestrita". Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas, empunhando faixas, cartazes e gritos que exigiam a volta dos exilados políticos e o fim do governo militar. Naquele mesmo ano, houve outra manifestação de protesto marcante contra a ditadura: o enterro do operário Santo Dias da Silva, em 31 de outubro de 1979, em que cerca de 30 mil pessoas acompanharam o cortejo. Santo Dias foi morto por um policial militar com um tiro nas costas, durante um piquete em frente a uma fábrica no dia anterior. Ele estava em greve, junto aos demais trabalhadores, que realizaram um amplo movimento grevista no ABC paulista no fim da década de 1970.

A década de 1980 se iniciou com a ansiedade gerada pela perspectiva próxima do fim da ditadura. A partir de 1983, o movimento das Diretas-Já, que lutava pelo direito do voto direto para presidente da República, começou a ganhar corpo. No dia 31 março, no estado de Pernambuco, um dos primeiros comícios foi realizado com algumas centenas de pessoas, no município de Abreu Lima. No dia 15 de junho, em Goiânia, mais de 5 mil clamavam pelo direito de escolher seu chefe de estado. Em 27 de novembro, no 1º Comício pró-Diretas, mais de 15 mil pessoas se reuniram em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo. A partir do dia 25 de janeiro de 1984, onde 300 mil pessoas se reuniram na praça da Sé, sucessivas passeatas, de Norte a Sul do o Brasil, levaram milhões de participantes às ruas das capitais e de cidades do interior dos estados no maior movimento de atos públicos de protesto da história do Brasil até então.

H) A campanha pela anistia

"Abaixo a ditadura!" As palavras de ordem evocadas pelas ruas de muitas cidades brasileiras, sobretudo, a partir de meados dos anos 1970, deixavam manifesto o desejo genuíno por parte de alguns grupos sociais pela derrocada definitiva da ordem ditatorial estabelecida em 1964. Contudo, a demanda por uma ruptura mais imediata, que se expressava na campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e, posteriormente, na mobilização por "Diretas Já", demonstrou-se algo equívoca. Evidentemente, não faltaram os que verdadeiramente se articularam pelo fim da sucessão de governos militares e das instituições e dispositivos por eles criados. Entretanto, em lugar de um rompimento abrupto, a transição democrática brasileira ocorreu de maneira mais lenta e processual do que se poderia desejar.

Geisel ascendeu ao poder em 1974, assumindo uma proposta de abertura. Para isso, ao lado de Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, formulou um projeto que se tornaria notório por propor uma abertura "lenta, segura e gradual" do regime. Analisando o processo de redemocratização, Francisco Teixeira da Silva esclarece que esse projeto objetivava afiançar algumas garantias básicas ao regime, evitando que a abertura significasse um simples regresso ao cenário político de 1964. Na verdade, no que se refere aos militares, não se desejava permitir condições efetivas para que a oposição pudesse chegar ao poder e, por isso, buscou-se a articulação de estratégias que pudessem

evitar o retorno de instituições e partidos anteriores ao golpe. Para tanto, idealizou-se uma transição de longa duração, que implicasse a escolha segura de um sucessor para o próprio Geisel. O projeto Geisel-Golbery definia, ainda, um último ponto fundamental: a proposta de elaboração de uma nova constituição que não deveria ser fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte.[91]

Assim, o general Ernesto Geisel, em um primeiro momento, assumiu a iniciativa de executar medidas que atenuariam a opressão política: o abrandamento da censura à imprensa, a revogação de parte da legislação repressiva (o AI-5 e o Decreto-Lei nº 477), o restabelecimento do *habeas corpus* e a abolição das penas de morte, prisão perpétua e banimento,[92] em um percurso projetado para se iniciar em seu governo (1974-1978) e perdurar pelo mandato de João Figueiredo (1979-1985).[93] Entretanto, a tarefa do presidente não estava desprovida de maiores atribulações. Evidentemente, responsabilizar-se pela condução de medidas liberalizantes não representava nenhum ato político de maior benevolência ou ímpeto democrático. Essas medidas significavam, antes de tudo, uma estratégia de saída dos militares do governo, salvaguardados em sua posição política no novo regime.

Por esse motivo, as etapas da abertura foram planejadas para atender a um ritmo cuidadoso. O senador Jarbas Passarinho, por exemplo, afirma que o gradualismo teria sido "planejado como se fosse uma operação de estado-maior", que deveria "prosseguir com a anistia e a reformulação partidária".[94] Ele ressalta que, nesse contexto, julgou-se indispensável prover o Estado de instrumentos eficientes contra a ação subversiva, que se mantinha "onipresente e apta a se manifestar". Para tanto, Passarinho recorda que o presidente Geisel, provavelmente por orientação de Petrônio Portela, baseou-se nas salvaguardas concernentes à constituição espanhola de 1968, que garantiu uma transição de longa duração e sem punições aos agentes ligados ao franquismo. Por isso, no Brasil, a mesma proposta de emenda constitucional que estabelecia as ações liberalizantes ampliou, igualmente, o leque de medidas de segurança, antes restritas, constitucionalmente, ao estado de sítio.[95] José Sarney, relator da emenda, também sugeriu que havia a preocupação de que a "alternância fosse feita sem traumas para o regime militar, guarnecendo-o". Nesse sentido, em sua interpretação, tanto a aprovação da Emenda Constitucional que previa o fim dos Atos Institucionais como a da *Lei de Anistia* teriam sido cuidadosamente articuladas para atender a esse objetivo.[96]

Com relação a esses aspectos, o historiador Carlos Fico é da opinião de que a opção por uma abertura cautelosa estava relacionada a inúmeras circunstâncias. Entretanto, considera que provavelmente a mais decisiva tenha sido a dificuldade de desmonte das comunidades de segurança e informações. As comunidades, que estiveram geralmente a cargo da chamada "linha dura" dos militares, seriam as responsáveis por uma série de atos de tortura, utilizados como forma de repressão aos presos políticos. Desse modo, esses militares se tornariam os mais temerosos de que possíveis investigações pudessem puni-los – demanda que a "linha dura" passaria a chamar de ameaças de "revanchismo". Evitar essas punições configuraria um item especialmente relevante para a consecução da abertura política.[97]

Contudo, há que se matizar a polaridade "linha dura – moderados", conforme muitos especialistas têm sugerido.[98] Sustentando a fragilidade dessa dicotomia, Antônio Torres Montenegro destaca as contradições em torno da figura de Geisel: o mesmo personagem que contribuíra em 1964 para a institucionalização da tortura exoneraria o general Ednardo d'Ávila Melo em 1976, responsabilizando-o pela tortura seguida de morte do operário Manoel Fiel Filho. Além disso, como visto, a despeito de sua proposta de abertura, seu governo também conteve medidas de endurecimento do regime, que chegaram a prevalecer sobre as que preconizavam a democratização.

O próprio discurso do presidente a respeito do tema portava um conjunto de contrassensos. Em entrevista, Geisel afirmou: "A tortura, em certos casos, torna-se necessária para obter confissões. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar o mal maior". Seu discurso, assim, contraditoriamente

justificaria a tortura, asseverando que não haveria justificativa para ela. Por isso, o "paradoxo" se apresenta, de acordo com Montenegro, como um conceito importante para uma releitura do governo Ernesto Geisel – período em que, de um lado, recuperavam-se e mantinham práticas repressivas e, ao mesmo tempo, refletia-se acerca das estratégias a serem adotadas para a retirada dos militares do governo no Brasil.[99]

Entre uma política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política, seu governo seria marcado por profunda incerteza.[100] Entre junho de 1972 e abril de 1973, o SNI recebeu cerca de 2.800 cartas da Anistia Internacional, vindas de cidadãos europeus sensibilizados pelas denúncias de tortura no Brasil.[101] As tensões políticas entre o governo brasileiro e os organismos internacionais tornar-se-iam recorrentes a partir de 1970, abrangendo não só o período Médici, mas igualmente o governo Geisel. O estremecimento das relações entre a Anistia Internacional e o governo se daria desde que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, organismo da OEA, solicitou o envio de uma comitiva para investigar as denúncias que a entidade havia feito sobre o Brasil. Por isso, Geisel considerava a Anistia Internacional um organismo tendencioso, de esquerda.[102]

Em 1972, a Anistia Internacional publicou o relatório *Report on Allegations of Torture in Brazil*. Elaborado a partir de entrevistas, testemunhos e documentos levantados por presos e perseguidos políticos da ditadura civil-militar e de um levantamento documental realizado pela seção francesa da Anistia Internacional em arquivos de diversas entidades europeias, o relatório abrangeu denúncias de tortura no período de dezembro de 1968 a julho de 1972, apontando que sua prática vinha sendo desenvolvida sistematicamente pela polícia e pelos órgãos de segurança brasileiros como forma de investigação e intimidação. O *Report* procurou demonstrar que a tortura foi utilizada institucionalmente desde o início dos governos militares, rechaçando a perspectiva de que se tenha tratado de excesso isolado cometido por alguns funcionários estatais.

A publicação foi a primeira compilação de denúncias de torturas, vítimas e torturadores no Brasil. Antes dela, a Anistia Internacional só havia publicado algo semelhante em 1968, como referência à prática de tortura na Grécia, quando o país também vivia sob uma ditadura militar. O impacto da publicação levou o governo ditatorial a proibir a divulgação por parte da imprensa de quaisquer declarações ou publicações da organização. Funcionários ligados ao aparato repressivo também foram impedidos de responder a qualquer demanda de informação por parte da entidade.

A medida não impediu, no entanto, que se tornasse internacionalmente conhecida uma listagem contendo nomes de 1.076 presos políticos que sofreram torturas, especialmente na fase de Inquérito Policial Militar (IPM). Notorizaram-se, também, informações acerca de algumas instituições que se utilizavam da tortura como prática sistemática de interrogatório, como a Operação Bandeirantes (Oban), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Sua publicação foi um marco da articulação da luta contra a ditadura, articulando ativistas de direitos humanos, presos políticos, exilados, jornalistas, religiosos e parlamentares de vários países das Américas e Europa. A repercussão internacional fortaleceu e estimulou a organização dos movimentos pró-anistia no Brasil.

Considerando-se que a Anistia Internacional tinha origem inglesa, com sede em Londres, a entidade desenvolveu também uma segunda modalidade de ativismo. Ela identificou as visitas oficiais de representantes do governo brasileiro ao Reino Unido como oportunidades para a publicidade dessas denúncias de tortura. Na visita do ministro do Comércio do Governo Médici, Pratini de Moraes, ao Reino Unido em abril de 1972, integrantes da seção britânica da Anistia Internacional enviaram um total de 12 cartas para denunciar as violações de direitos humanos. Uma delas, por exemplo, escrita por um integrante da Seção Britânica da Anistia Internacional, chamado Withfiled, enfatizava a participação de profissionais da medicina na prática da tortura.

Também no momento em que membros do governo britânico visitavam o Brasil buscou-se a utilização dessa estratégia. Quando o ministro das Relações Exteriores do governo britânico, Joseph Godber, teve visita agendada para o Brasil, a entidade escreveu-lhe para denunciar as violações de direitos humanos que atingiam os movimentos de oposição ao regime militar brasileiro. As cartas enviadas ao ministro criticavam o fato de o governo britânico aprofundar laços comerciais com um país como o Brasil, cujo governo era acusado de recorrer às práticas de tortura e de prisões arbitrárias para conter opositores. Uma delas, às vésperas da visita de Godber ao Brasil, solicitava que o ministro intercedesse em favor do caso de Ênio Silveira, chefe da editora Civilização Brasileira. Ênio Silveira havia sido indiciado pelo Superior Tribunal Militar (STM) em três inquéritos policiais militares e a editora havia sofrido dois atentados a bomba, um dos quais a fez perder sua sede e sua livraria na rua Sete de Setembro, no Rio de Janeiro.

A mobilização internacional também contribuiu para que o apoio norte-americano às ditaduras do Cone Sul sucumbisse ante a doutrina Carter e a defesa das garantias dos direitos humanos, fragilizando ainda mais os regimes ditatoriais.[103] Diante disso, o governo Geisel seria marcado pela prática sistemática do "desaparecimento" como estratégia repressiva. Vale lembrar que a prática do desaparecimento vinha sendo sistematicamente utilizada, provavelmente, desde a morte do estudante universitário Chael Charles Schreier, pertencente à VAR-Palmares. Chael foi preso em casa, no dia 21 de novembro de 1969, e levado ao Quartel de Polícia do Exército, na Vila Militar. Três dias depois, foi morto em decorrência de torturas. Até então, os procedimentos adotados pelas Forças Armadas em caso de óbito iniciavam-se pela retirada do corpo do local do crime, seguindo-se pelo encaminhamento a hospital, que deveria gerar um atestado de óbito. Esse procedimento estava a cargo do Cenimar.

Ocorre que, no caso de Chael, houve uma recusa por parte do corpo clínico em elaborar o laudo. A partir daí, instituiu-se a prática do "desaparecimento", que fazia prescindir desse tipo de conduta. Em 16 de janeiro de 1970, o jornalista Mário Alves foi preso no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Após sessões sucessivas de torturas, não mais se divulgaram notícias oficiais a seu respeito. Ele será considerado o primeiro caso de desaparecimento político no Brasil.[104] Em 1974, primeiro ano do governo Geisel, não houve denúncias de assassinatos. Em compensação, 53 militantes de diversas organizações desapareceram sem deixar vestígios. O "desaparecimento" foi a forma encontrada para garantir ao governo a representação de moderado, lidando mais razoavelmente com os problemas de legitimidade enfrentados em função da repercussão daquelas denúncias.[105]

Entretanto, ainda que matizemos as distinções entre os grupos militares, fato é que Geisel e seu projeto não eram acolhidos com simpatia por todos os setores da corporação. Desse modo, a primeira linha de combate do presidente estruturou-se no interior das próprias Forças Armadas. O governo vivia um importante dilema: "Ou aceitava a pressão dos 'duros' e paralisava o processo de abertura ou acatava a pressão da oposição mais aguerrida e entrava em risco de ser derrubado pelos primeiros". Diante desse panorama, nenhuma saída parecia viável ao sucesso do projeto de Geisel se não promovesse a conciliação dessas duas tendências, mantendo a repressão aos "duros" e à oposição.[106] Nesse particular, a anistia configurou-se como tópico particularmente polêmico, pois envolveria posicionamentos bastante divergentes entre ambas as tendências.

A delicadeza do tema era evidente. Sabia-se, no governo, que a anistia era uma medida bastante simpática à opinião pública, exigindo um posicionamento mais incisivo do Executivo. A larga escala da mobilização que ganhava as ruas em torno do lema "Anistia ampla, geral e irrestrita" ajudou a conferir à questão um estatuto de profunda relevância também para o Executivo, uma vez que se temia que o controle do processo político de abertura pudesse estar ameaçado pelo risco de ultrapassagem do movimento popular".[107] Jarbas Passarinho chegou a reconhecer a ins-

trumentalização que se faria da causa. De acordo com sua perspectiva, o Executivo, argutamente, passou a considerar a serventia que ela lhe teria. Fundamentalmente, a anistia serviria para dividir o partido de oposição, o MDB.

> [...] o governo tinha o maior interesse em anistiar esses líderes (Arraes, Prestes e Brizola), para que cada um, segundo suas ideologias e doutrinas, atuasse separadamente, o que impediria o MDB de transformar-se no escoadouro único de todas as correntes oposicionistas, uma vez que à anistia seguir-se-ia a reformulação partidária, acabando com o bipartidarismo.[108]

Assim, tem-se considerado que a Lei da Anistia, aprovada em 1979, compunha uma estratégia delineada por um grupo restrito de integrantes do regime (especialmente Geisel, Golbery e Petrônio Portela) e se inseria na lógica de enfraquecimento do partido de oposição, o MDB, a fim de se garantir o controle da abertura política – planejada para transcorrer sem maiores percalços e sem que os responsáveis pelas violações de Direitos humanos fossem punidos. Com a anistia e o fim do bipartidarismo, esperava-se que líderes políticos exilados retornassem ao Brasil e criassem novos partidos, pulverizando a oposição.[109]

Apesar de todas as garantias que a proposta de anistia do governo almejava, a corporação militar seguia em divergência. José Luiz Coelho Neto, que em 1964 ocupava o posto de major, afirmou que a abertura realizada por Geisel não foi propriamente aceita pela "linha dura" dos militares por ser uma abertura "mal feita". Em suas palavras, o presidente "não abriu" – ele "escancarou" o regime – e, por isso, não houve "progressividade" ou gradualidade, o que possibilitou que logo em seguida os "elementos que haviam sido cassados começassem a ser nomeados para posições estaduais e federais". O general de divisão posicionou-se de forma favorável à anistia, discordando, entretanto, da maneira como foi conduzida. Segundo ele, a anistia não poderia suspender processos e anular seus efeitos, pois, se eles existiam, "é porque teria havido um inquérito, que fora transformado em processo em face de acusações com provas".[110]

O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier proferiu, também, críticas contundentes ao papel de Figueiredo no contexto de aprovação da Lei de Anistia. Burnier considerou que o maior equívoco do governo Figueiredo tenha sido a promulgação da uma lei de anistia "que ignorou os crimes de sangue, permitindo que terroristas e assassinos voltassem a tomar parte da vida política do país". Com essa conduta, "antecipada e fora de época", Figueiredo teria permitido que nas eleições seguintes esses anistiados voltassem à "direção do governo", fazendo com que a Câmara dos Deputados, o Senado e a própria Presidência da República tivessem suas vagas pleiteadas por pessoas "absolutamente despreparadas e alheias às influências da Revolução". Em sua análise, essa seria a maior "injustiça" de Figueiredo: uma afronta aos "revolucionários de 1964", "àqueles homens que impediram que esse país se tornasse uma república sindicalista ou mesmo um satélite direto da União Soviética".

De acordo com o brigadeiro, a atitude de Figueiredo havia sido responsável "por tudo que se passou a partir de então" no Brasil, responsabilizando o ex-presidente pela força da campanha das Diretas, incrementada por "essa gente toda voltando". Ele também não teria preparado o país para a democracia: "não preparou o corpo docente das faculdades e dos colégios" e, por isso, "a formação dos professores continuou eivada de elementos completamente contrários à política democrática"; não combateu acusações contra os governos militares; não defendeu a necessidade "de que houvera no país a introdução dos atos institucionais" e deixou o Brasil com uma "democracia fraca", dirigida por deputados e senadores comprometidos com as ideias socialistas, que culminou na Assembleia Nacional Constituinte.[111] Burnier, em sua análise, concluiu que o mais apropriado seria a redemocratização durante o governo Médici – sem anistia alguma. A oportunidade era outra, afirmou.[112]

Ênio dos Santos Pinheiro, também, posicionou-se contrário à recuperação de direitos políticos. Ele defendeu que a forma ideal de anistia seria a seguinte: anistiar de um lado e de outro, mas com restrições quanto à recuperação dos direitos políticos e ao exercício de cargos públicos. Também fez críticas importantes a Geisel.

> A maior parte dos que hoje estão no poder não teriam voltado e as coisas que estão acontecendo, como consequência desse processo teriam sido evitadas. Tudo foi feito de maneira errada. Foi uma falha muito grave, sobre a qual ninguém fala. Ao contrário, até se elogia o general Geisel porque fez a abertura. Mas foi um erro grave, um dos mais graves que se cometeu para com a nação. A pessoa que tivesse cometido crime que não foi político, não podia ter de volta a plenitude dos seus direitos. Aliás, não há nenhum país no mundo que tenha permitido uma coisa dessas. Quem tivesse cometido crimes como corrupção, assassinato pessoal, não poderia voltar para a vida política. Ladrão que tivesse recebido dinheiro do estrangeiro também não poderia. Agora, quem foi preso porque tinha ideologia comunista, está certo, podia recuperar todos os seus direitos. O governo Geisel aceitou várias emendas ao projeto de anistia e acabou deixando o abacaxi para o Figueiredo. Não quis assumir a responsabilidade do ato embora tenha sido o pai da criança. Não quis ficar com o nome associado na história a esse ato, mas assim mesmo ficou com um nome bonito... De vez em quando, ouço falarem bem dele. Desde o início encaramos a abertura de forma negativa e preocupante porque conhecíamos o general Ernesto. Como todo alemão, ele é um liberal apenas no que diz. Segue o mesmo exemplo de outros alemães como Marx e Lutero, liberais nas ideias que pregam, mas, na prática, autoritários e autocratas. Na realidade, quem concebeu e começou a abertura não foi o general Figueiredo nem o Golbery. Foi o general Ernesto Geisel. Quem tem todo o direito de considerar-se responsável por esse ato é apenas ele.[113]

Estamos, no entanto, advertidos de que análises sustentadas sobre as falas de agentes do regime podem conduzir a uma suposição equivocada de que a abertura foi um projeto do poder levado a termo tão somente por seus agentes. Ainda que compreendamos que a abertura tampouco pode ser entendida como mero reflexo das reivindicações populares, considerando-se que também houve participação da sociedade civil e manifestações de massa contra o regime militar durante o governo Costa e Silva, sem que a distensão tenha ocorrido,[114] é valido lembrar que a distensão, contando com a participação de variados atores, de perspectivas políticas distintas, precisou passar de "projeto" a "processo". A transição exigiu alguma disposição de Geisel para negociar, já que, de fato, o presidente não pôde furtar-se a algum diálogo com os atores interessados. Esse aspecto interferiu nos ritmos da transição, ora bloqueando-a, ora acelerando-a ou conferindo a ela uma dinâmica não antecipável por seus mentores.[115]

O ex-ministro Delfim Neto, talvez, seja o exemplo extremo da tentativa de se ignorar a atuação de outros atores políticos na distensão: "(a oposição) nem ajudou nem atrapalhou (a abertura). A abertura foi uma decisão interna (dos militares). É irrelevante (a oposição). Quando ouço nosso Franco Motoro dizer: "nós conquistamos a democracia" eu morro de dar risadas. Porque não conquistaram coisa nenhuma".

Podemos sugerir que a recusa em se considerar qualquer papel por parte dos grupos oposicionistas na abertura política ou a crença de que ela pudesse desenvolver-se em um cenário vazio revela uma postura conservadora a partir da qual se depreende uma tentativa de controle de todas as falas.[116]

Com o fortalecimento maciço da luta pela anistia, que vinha, desde meados da década de 1970, tornando-se um movimento de massas, a anistia passou a ser um ponto decisivo da agenda do sucessor de Geisel, o general João Figueiredo. Assumir a anistia tornava-se fundamental. A anistia poderia devolver ao governo a iniciativa do processo de abertura política, retirando da oposição sua bandeira de mobilização popular.

O Brasil, que havia ficado protegido da crise mundial, pelas suas altas taxas de crescimento, passava a dar sinais de esgotamento econômico.[117] Os abalos do "milagre brasileiro", a exponencial desigualdade na distribuição de renda e a desarticulação entre medidas econômicas e uma política social vinham sendo denunciados por economistas da oposição.[118] O declínio do "milagre", que foi largamente baseado na repressão sindical, no arrocho salarial e na repressão política, arrastava consigo a credibilidade dos militares, com consequências cada vez mais negativas à manutenção da base social de sustentação do governo.

Contudo, a luta pela anistia não começaria já como um movimento de massas.

Podem-se identificar manifestações favoráveis a uma anistia já nos momentos imediatamente posteriores ao golpe de 1964, quando o jornalista Márcio Moreira Alves denunciava as torturas cometidas pelo regime ditatorial como um atentado aos Direitos humanos.

A partir de 1967, formara-se no Congresso Nacional a "Frente Ampla", que exigia a redemocratização, a revogação da legislação de controle e a realização de eleições livres e diretas. Em seu manifesto de lançamento (publicado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*), a Frente reclamava "Anistia Geral, para que se dissipe a atmosfera de guerra civil que existe no país". Em agosto de 1968, o deputado Paulo Macarini (MDB-SC) apresentou o primeiro projeto de anistia, derrotado no Congresso, que anistiaria todos os punidos em decorrência do envolvimento nas manifestações em razão da morte do estudante Edson Luís.[119]

A partir de meados da década de 1970, alguns atores da cena política começam a se destacar, particularmente o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Igreja Católica e o Movimento Estudantil. O Movimento Estudantil foi um dos responsáveis pela retomada das mobilizações políticas, inclusive recuperando o espaço das ruas. Em 1977, estudantes do Rio e de São Paulo conseguiram realizar as primeiras passeatas. No Rio de Janeiro, o movimento pela anistia foi deslanchando a partir da prisão de estudantes militantes do Movimento Estudantil. Com demandas de "Libertem nossos presos! Agora, já", estudantes realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, com outros setores da oposição, aproveitaram o ensejo e criaram o Comitê Primeiro de Maio pela Anistia: "O primeiro passo para uma campanha pública, de rua e ofensiva pela anistia no país".[120]

Mas o marco da virada na oposição ao regime militar, sobretudo no que diz respeito às lutas pelos Direitos humanos, ocorreria com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog no DOI-CODI São Paulo, em 24 de outubro de 1975. Esse acontecimento evidenciou o fato de que a repressão não discriminava classes sociais e foi importante a adesão de setores da classe média e da elite às forças de oposição ao regime militar. Ainda por ocasião da morte do jornalista, mais de 8 mil pessoas lotaram a catedral paulistana para participar do culto ecumênico. Não obstante, pouco tempo depois, em janeiro de 1976, o operário Manoel Fiel Filho foi preso, torturado e morto no mesmo local e nas mesmas condições que Vladimir Herzog. Esse fato teve um impacto sem precedentes tanto sobre o regime como nos rumos de sua política de distensão. Como vimos, ele conduziu a uma crise institucional que levou Geisel a despedir responsáveis pelo DOI-CODI, como também mobilizou novas articulações no movimento oposicionista.[121]

Entre as forças que se organizavam contra a ditadura, surgiria, em 1975, em São Paulo, o "Movimento Feminino pela Anistia" (MFPA) sob a liderança da advogada Therezinha Zerbine. O

movimento era pioneiro não apenas na luta sistemática pela anistia, mas também foi o "primeiro movimento legalmente constituído para o enfrentamento direto do regime militar".[122] Esse movimento se organizou como entidade civil atendendo a dois objetivos básicos: "a) lutar por todo Homem atingido na sua dignidade de homem e de cidadania; b) promover a mulher cultural, social e civicamente, mostrando-lhe seus deveres e direitos para com a comunidade".[123]

Aos poucos, os núcleos do MFPA se expandiram pelo Brasil e, já no primeiro ano de atuação, suas militantes reuniriam 16 mil assinaturas para o "Manifesto da Mulher Brasileira", que reivindicava anistia política. A partir desse momento, o tema da anistia política crescia na cena pública como palavra de ordem agregadora da luta de diferentes setores de oposição ao regime militar.

Em 14 de fevereiro de 1978, no Rio de Janeiro, seria fundado o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). Além de muitas militantes do MFPA, o CBA reunia também estudantes, advogados, artistas e membros da Igreja Católica e pretendia estabelecer uma articulação com as oposições sindicais e representantes de movimentos de bairros. O movimento pela anistia ganhou muito destaque com o lançamento do Comitê, realizado por um grupo de advogados de presos políticos que se associava em um manifesto por anistia ampla, geral e irrestrita à Ordem dos Advogados do Brasil e ao general Peri Beviláqua.[124]

O CBA-SP deu início a suas atividades em 12 de maio de 1978, três meses após o CBA-RJ. Sua organização foi resultado de vários esforços isolados e dispersos nos anos anteriores, em defesa dos perseguidos políticos pelo regime militar. Ele foi estruturado a partir de representantes de entidades e não exclusivamente por meio de filiações individuais.

Durante os dois primeiros anos, o Comitê contou com uma Comissão Executiva. Criou-se um núcleo de profissionais de saúde, para lidar com as sequelas da tortura. Dona Jovina Pessoa, que participara da campanha da anistia na década de 1940, foi contatada para que pudesse oferecer subsídios para a organização de instrumentos de luta. Com a formação do CBA, a reivindicação de anistia fortalecia-se ainda mais. Em 18 de abril do mesmo ano, estudantes e o setor jovem do MDB realizaram evento rememorando a anistia decretada em 1945 com a derrubada do Estado Novo e lançaram um manifesto pela anistia.

Desse momento em diante, por todo o ano, foram organizadas passeatas que exigiam retorno dos exilados políticos, bem como os "Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia". Essas manifestações reuniam trabalhadores, sindicalistas, advogados, jornalistas, membros de igrejas e outros ativistas políticos, além de familiares de mortos e dos "desaparecidos", estudantes e demais atingidos pelo regime. A partir dessas manifestações, formaram-se também os "Comitês Primeiro de Maio pela Anistia". Também em maio, juntamente com essa luta, o movimento sindical em ascensão iniciou, a partir dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, uma importante greve que, em quatro meses, atingiu 235 mil trabalhadores do Estado de São Paulo.

Em novembro de 1978, realizou-se em São Paulo o I Congresso de Anistia. O *Manifesto à Nação*, documento de encerramento desse Congresso, recuperava o cenário político de crescimento das oposições ao regime militar. Em dezembro de 1978, a revogação do decreto de banimento deu a mais de 120 exilados algo que foi interpretado como uma conquista da luta pela anistia. No entanto, foram excluídas daquela revogação figuras indesejáveis politicamente, como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes e Francisco Julião. O movimento organizado em prol da anistia reconhecia que todas essas medidas representavam um avanço no processo político, mas eram ainda insuficientes.[125]

Partidários da ditadura também passaram a falar em anistia e, em 23 de janeiro, o senador Dinarte Mariz (Arena) apresentava na Câmara um projeto de anistia restrita. O debate passaria a girar em torno de sua amplitude: embora o regime passasse a declarar que a anistia poderia ser decretada,

afirmava também que ela não atingiria a todos os punidos. Com a revogação do banimento e os novos resultados favoráveis nas eleições de 1978, houve uma mudança qualitativa no grupo da oposição consentida (o MDB), tendo sido eleitos principalmente ativistas políticos diretamente ligados a movimentos populares, partidos e outros grupos de esquerda. Esses parlamentares defenderiam institucionalmente a anistia, enquanto apoios mais incisivos à causa eram também dados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na figura de Dom Paulo Evaristo Arns, pela Associação Brasileira de Imprensa, em nome de Barbosa Lima Sobrinho, e pelo Conselho Federal da OAB, primeiro com Raimundo Faoro e, posteriormente, com Seabra Fagundes. Em junho de 1979, realizou-se no Rio de Janeiro o III Encontro de Entidades de Anistia e, um mês depois, o IV Encontro dos Movimentos de Anistia – Reafirmação do Compromisso Nacional.

Os CBAs tinham como estratégia aproveitar aqueles sinais de enfraquecimento apresentados pelo regime, tentando desgastar definitivamente sua imagem. Os Comitês assumiram as reivindicações dos familiares, que já se organizavam de variadas maneiras ao longo da ditadura, visando a esclarecimentos sobre torturas, mortes e desaparecimentos forçados, restituição dos restos mortais de seus parentes, atribuição de responsabilidades e punição dos torturadores.[126] A exigência de uma anistia "ampla, geral e irrestrita" tornou-se o *slogan* da campanha. Por isso, não se pode reduzir a campanha da Anistia à lei que seria posteriormente aprovada.

1 – VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997. p. 374.

2 – VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997. p. 379.

3 – VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997. p. 381.

4 – Entre as principais parcerias de Raul Seixas e Paulo Coelho, figuram canções como: "Guita", "Sociedade alternativa", "Eu nasci há dez mil anos atrás", entre outras. Além do roqueiro baiano, Paulo Coelho foi parceiro de Rita Lee em "Arrombou o cofre", "Esse tal de rock en row" e "O toque". Outro grande sucesso da carreira de Paulo Coelho, como compositor, é "Sandra Rosa Madalena", interpretada por Sidney Magal.

5 – Inquérito nº 83/74, folha 5, 14/6/1974. (Documento do DOI-CODI, I Exército).

6 – Inquérito nº 82/74, folha 2, 30/5/1974. (Documento do DOI-CODI, I Exército).

7 – *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/3/1976.

8 – *Folha de S.Paulo*, 3/5/1976, p. 19.

9 – *Folha de S.Paulo*. Folhetim, 3/6/1979, p. 3. Nesse mesmo ano, a cantora dedicou o LP *Elis, essa mulher*, no qual é lançada a canção "O bêbado e a equilibrista", a Tenório Júnior.

10 – O ex-militar Claudio Vallejo declarou à *Revista Senhor* (nº 270, 20/5/1986) que possui um dossiê com a ficha da prisão de Tenório Júnior, além de outros presos políticos estrangeiros. Os documentos foram retirados depois que a Junta Militar Argentina deu a ordem para destruir os arquivos do Serviço de Informação da Marinha.

11 – Conhecido como Jorge "El tigre" Acosta, por ser um dos mais temidos agentes da ditadura argentina. Ele foi um dos responsáveis, ao lado do oficial Alfredo Astiz, pela criação dos "voos da morte", em que os corpos dos presos políticos assassinados eram atirados no rio da Prata ou no mar com a finalidade de ocultar vestígios dos crimes cometidos nas dependências da Esma.

12 – Segundo a jornalista Stella Calloni, a prisão de Tenório Júnior estaria ligada às atividades da Operação Condor. CALLONI, Stella. Operación Condor: Pacto Criminal. México: La jornada, 2001.

13 – Segundo a reportagem da Revista Senhor, as informações prestadas pelo torturador argentino constam nos três depoimentos registrados por ele na Comissão sobre Desaparecimentos de Pessoas, instaurada pelo governo Alfonsin, em 1984.

14 – *Jornal do Brasil*, 18/1/1968, p.10.

15 – *Jornal do Brasil*, 12/4/1968, p.6.

16 – *Folha de S.Paulo*, Edição da Tarde, 19/7/1968, p. 12.

17 – *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, 20/7/1968, p. 1.

18 – <http://www.fundacaomariocovas.org.br/mariocovas/pronunciamentos/1967-1968_dep-federal-2o-mand/23-07-1968/>.

19 – *Folha de S.Paulo*, caderno Ilustrada, 17/7/1993, p. 1.

20 – *Diário de Judith Malina – O Living Theatre em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2008, p. 45.

21 – *Ibid*., p. 46

22 – *Ibid*., p. 78.

23 – *Folha de S.Paulo*, 28/8/1971, p. 1.

24 – TROYA, Ilion. *Sobre o Living no Brasil*. In: Malina, 2008, p. 253.

25 – Documento do DOPS/SP. São Paulo, 1º/3/1971.

26 – BOAL, Augusto. *Hamlet e o filho do padeiro. Memórias imaginadas*. São Paulo: Record, 2000, p. 282.

27 – DUARTE, Rogério. *Tropicaos*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2003.

28 – *Correio da Manhã*, 14/4/1968, p. 16.

29 – *Correio da Manhã*, 12/4/1968, p.12.

30 – *Correio da Manhã*, 14/4/1968, p. 16.

31 – *Correio da Manhã*, 16/4/1968, p. 10.

32 – Os dados levantados por Laurence Hallewell ajudam a perceber o espaço ocupado pela importação brasileira de livros produzidos nos Estados Unidos na década de 1970: no ano de 1960, a importação atingiu 423,67 toneladas de livros; no ano de 1965, a marca chegou a 446,27 toneladas; no ano de 1970, esse número aumentou para 915,72 toneladas e apresentou um grande salto em 1975, quando chegou a 1.744,28 toneladas. Na década de 1970, o ano de 1978 representa o ápice da quantidade de livros importados dos Estados Unidos, com 1.870,82 toneladas. Cf. HALLEWELL, Laurence. O *livro no Brasil: sua história*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005, pp. 486-490.

33 – Decreto-Lei nº 1.077/1970, de 26/1/1970.

34 – Novas instruções para a Portaria 11-B, de 6/2/1970, instituída para operacionalizar o Decreto nº 1.077/1970.

35 – O Sigab foi responsável, durante a ditadura militar, por praticar a censura política da imprensa, realizando a censura prévia na redação de muitos jornais.

36 – A censura política de livros na década de 1970 foi fundamentada, sobretudo, na Lei de Imprensa de 1967 (Lei nº 5.250, de 9/2/1967) e na Lei de Segurança Nacional de 1969 (Decreto-Lei nº 898, de 29/9/1969).

37 – Em 1967, havia cerca de 16 funcionários atuando como censores. Em 1981, ano em que a censura de diversões públicas contou com o maior número de funcionários no período de 1972 a 1987, ela contava com apenas 279 funcionários em todo o país. Desses, 87 (59 técnicos de censura e 28 agentes administrativos) estavam lotados na Divisão de Censura, em Brasília, e o restante, 192, distribuídos pelas superintendências estaduais.

38 – Os dados da tabela foram levantados a partir do instrumento de pesquisa do Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Superintendência Regional do Arquivo Nacional, em Brasília. A tabela expressa uma estimativa, uma vez que os dados do Fundo DCDP não são exatos. Os relatórios anuais produzidos pela DCDP indicam a existência de um número maior de obras censuradas. Não se deve descartar a possibilidade de que, quando o órgão foi desativado, processos tenham sido extraviados ou perdidos.

39 – Em relação às revistas confiscadas, os relatórios indicam os seguintes números: 3.196 exemplares, em 1973; 4.341, em 1975; 22.293, em 1977; e 9.494, em 1978. Cf. Relatório da DCDP referente ao ano de 1973, assinado pelo diretor da DCDP, Hugo Póvoa da Silva, 15/3/1974; Relatório da DCDP referente ao ano de 1975, assinado pelo diretor Rogério Nunes, 15/1/1976; Relatório da DCDP referente ao ano de 1977, assinado pelo diretor Rogério Nunes, 16/1/1978; Relatório da DCDP referente ao ano de 1978, assinado pelo diretor Rogério Nunes, 23/1/1979. Fundo DCDP, Arquivo Nacional/DF.

40 – CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 209.

41 – Embora seja intitulada apenas Ela no romance, Tapajós construiu a personagem inspirando-se na prisão, tortura e assassinato da sua cunhada Aurora Maria Nascimento Furtado, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Aurora Maria foi detida em uma batida policial da qual tentou fugir; no entanto, foi atingida na perna após um tiroteio. Sofreu torturas na prisão a partir de métodos diversos, entre eles a "coroa de cristo", um torniquete de aço que vai sendo gradativamente apertado, esmagando aos poucos o crânio. No Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1972, Aurora Maria morreu em decorrência das torturas. Cf. Acervo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

42 – ARAGÃO, Eloísa. *Em câmara lenta: A produção da culpa e os procedimentos da defesa*. In: PERSEU: História, Memória e Política. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, Dossiê Verdade e Memória na história da esquerda, nº 8, ano 6, junho de 2012, p. 67.

43 – O nome de Renato Tapajós encontra-se incluso na lista de presos do Deops/SP de 12 de setembro de 1969. Cf. Ofício da Divisão de Informações CPI/Deops/SP, Pasta 52-Z-0-16487, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

44 – O escritor se refere à sede do Destacamento de Operações de Informações do II Exército em São Paulo, localizado na rua Tutoia, bairro do Paraíso, onde funcionava um dos maiores centros de tortura do país. Cf. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

45 – De acordo com o ofício do Deops/SP, "consta do mandado de prisão expedido pelo Juiz Auditor da 2ª Auditoria da 2ª. RM, de 15-12-69, devendo ser recolhido ao presídio Tiradentes". Cf. Ofício da Divisão de Informações CPI/Deops/SP, Pasta 52-Z-0-16487, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

46 – Remete-se ao artigo 21 do Decreto-Lei nº 314, de 13/3/1967: Art. 21. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo: pena – reclusão, de 4 a 12 anos.

47 – Consta no Deops/SP "cópia do mandado de prisão de 31/8/1972, referente ao processo nº 215/69, contra o marginado, da 2ª Auditoria, 2ª CJM, que foi condenado com base no artigo 21 do Decreto-Lei nº 510/69, ao cumprimento da pena de 10 anos de reclusão". O documento informa ainda sobre o alvará de soltura nº 43/74, expedido em 27/9/1974 pela 2ª. Auditoria da 2ª CJM. Cf. Ofício da Divisão de Informações CPI/Deops/SP, Pasta 52-Z-0-16487, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

48 – Cf. Ofício da Divisão de Informações CPI/Deops/SP, Pasta 52-Z-0-16487, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

49 – Cf. Segundo relatório de análise nº 201, de 17/8/1977, Pasta 50-Z-41891, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

50 – Cf. Ofício da Divisão de Informações CPI/Deops/SP, Pasta 52-Z-0-16487, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

51 – Art. 47 do Decreto-Lei nº 898, de 29/9/1969, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

52 – Cf. Ofício da Divisão de Informações CPI/Deops/SP, Pasta 52-Z-0-16487, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

53 – O escritor foi preso baseado no artigo 47 da Lei de Segurança Nacional pela publicação do livro *Em câmara lenta* (art. 47 do Decreto-Lei nº 898, de 29/9/1969). Cf. Ofício da Divisão de Informações CPI/Deops/SP, Pasta 52-Z-0-16487, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

54 – Cf. Ofício da Divisão de Informações CPI/Deops/SP, Pasta 52-Z-0-16487, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

55 – CANDIDO, Antonio. Parecer. In: MAUÉS, Eloísa Aragão. "Defesa notável". *Teoria e debate*, nº 74, novembro/dezembro de 2007, p. 38. Além do artigo de Eloísa Aragão, na revista *Perseu*, anteriormente mencionado, que também aborda o processo judicial movido pela ditadura contra a publicação de *Em câmara lenta*, outra referência para este tema é a sua dissertação de mestrado. Cf. MAUÉS, Eloísa Aragão. *Em câmara lenta*, *de Renato Tapajós: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

56 – Ficha nº 1 de atividades políticas e sociais de Caio Prado Júnior. Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

57 – O nome da revista aparece grafado de modo distinto na documentação consultada, constando referências a "Visão e Revisão".

58 – REIS, José Carlos. "Anos 1960: Caio Prado Jr. e 'A Revolução Brasileira'". *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, 1999, v.19, nº 37.

59 – Informação nº 683 assinada por Argemiro Laurindo Carbonelli, chefe do Arquivo Geral do DOPS, São Paulo, 6/11/1973. Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

60 – Ficha nº 1 de atividades políticas e sociais de Caio Prado Júnior. Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

61 – 2ª Auditoria: condenado Caio Prado Júnior. *Folha de S.Paulo*, 26/3/1970. Acervo Folha de S.Paulo.

62 – Ofício nº 868 do Juiz Auditor da 2ª Auditoria Militar Nelson da Silva Machado Guimarães ao Diretor do Recolhimento Tiradentes. São Paulo, 5/5/1970. Ofício 157/70 – DEOP, de Alcides Cintra Bueno Filho, Delegado titular da

especializada de Ordem Política a Nelson da Silva Machado Guimarães, Juiz da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, São Paulo, 11/5/1970. Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

63 – O Decreto-Lei nº 8.462 cria o Serviço de Censura de Diversões Públicas no DFSP e dá outras providências. Rio de Janeiro, 26/12/1945.

64 – A exemplo do instrumento legal considerado a "coluna vertebral" que sustentava a atividade de censura de diversões públicas no período da ditadura militar, o Decreto nº 20.493, que aprova o regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 24/1/1946.

65 – A DCDP era responsável pelo exame prévio de filmes, peças teatrais, letras musicais, programação de rádio e televisão, atividades circenses, assim como o material publicitário referente à divulgação dos espetáculos e a fiscalização a eventos, festivais e espetáculos. Embora a DCDP tenha realizado censura a livros, na maioria das vezes essa prática era feita quando havia provocação do Ministério da Justiça ou do DPF. O Sigab vinculado à direção geral do Departamento de Polícia Federal, era responsável pela censura política de livros e da imprensa. Cf. KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 118.

66 – Uma representação da estrutura do órgão central de censura, a Divisão de Censura de Diversões Públicas e das descentralizadas pode ser encontrada em um organograma montado pelo técnico de censura Coriolano de Loyola Fagundes Cf. FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. *Censura & liberdade de expressão*. São Paulo: Editau, 1975, p. 89.

67 – As DSI e as ASI eram órgãos que atuavam nos campos de segurança nacional e informações; tinham como uma das principais funções a investigação de funcionários, entidades e demais pessoas que mantinham relações profissionais com o órgão público em que estavam instaladas, no intuito de eliminar da administração pública os simpatizantes ou militantes comunistas.

68 – NAPOLITANO, Marcos. "A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)". *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, 2004, v. 24, nº 47, pp. 103-126.

69 – A maior porcentagem de peças teatrais censuradas submetidas à análise da DCDP foi verificada no ano de 1978 e a maior porcentagem de filmes censurados se deu em 1980, por exemplo. Apesar de a censura prévia de livros e revistas ter sido estabelecida no começo de 1970, foi a partir de 1974 que essa prática se tornou mais eficiente e mais bem-estruturada. Isso se deu, também, pelo movimento de reestruturação censória e devido ao crescimento da indústria cultural.

70 – *Feliz ano novo* foi lançado no ano de 1975 e teve sua circulação proibida em todo território nacional em 1976. A obra de Rubem Fonseca só foi liberada em 1989, depois de um longo processo judicial. *Em câmara lenta* foi lançado em maio de 1977 e teve sua publicação e circulação proibidas em todo o território nacional em agosto do mesmo ano. Em 17 de março de 1979, o ministro da Justiça, Armando Falcão, libera a publicação e a circulação do livro em todo o território nacional.

71 – *O último tango em Paris* (1972) não foi oficialmente proibido pela censura; no entanto, não foi importado pelos distribuidores, que evitavam comprar filmes que tivessem grande chance de ser proibidos pela censura federal. O filme foi exibido no Brasil somente em 1979. Cf. SIMÕES, Inimá. *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Senac São Paulo, 1999, p. 209.

72 – Relatório anual da DCDP de 1981, redigido por Solange Maria Teixeira Hernandes. Brasília, 2/2/1982. Fundo DCDP. Seção Administração Geral. Série Relatório de Atividade.

73 – Do reconhecimento da importância dos meios de comunicação de massa pelos militares, no momento de consolidação da economia capitalista a partir da década de 1960, emerge uma relação estreita, atravessada por interesses comuns, entre o regime militar e os setores empresariais, aspecto já bem delineado por René Dreifuss no início da década de 1980. Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

74 – MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Partido e sociedade: a trajetória do MDB". Ouro Preto/MG: UFOP, 1997, p. 27.

75 – Uma dessas mobilizações foi em agosto de 1966, divulgada pela imprensa como "Comício pela Liberdade" e convocada por estudantes, trabalhadores e intelectuais ligados ao MDB da Guanabara. Esse comício aconteceu no bairro Cinelândia, onde estava localizada a sede do ex-PTB. A polícia impediu que o comício acontecesse na rua, de modo que foi realizado com portas fechadas e congregou aproximadamente 500 pessoas (*Jornal do Brasil*, 20/8/1966, p. 4).

76 – MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Partido e sociedade: a trajetória do MDB". Ouro Preto/MG: UFOP, 1997, p. 126.

77 – Alencar Furtado, Álvaro Lins, Amaury Müller, Eloy Lenzi, Fernando Cunha, Fernando Lyra, Francisco Amaral, Francisco Pinto, Freitas Diniz, Freitas Nobre, Getúlio Dias, Jaison Barreto, Jerônimo Santana, JG de Araújo Jorge, João Borges, Lysâneas Maciel, Macondes Gadelha, Marcos Freire, Nadyr Rossetti, Paes de Andrade, Severo Eulálio, Santili Sobrinho e Walter Silva.

78 – NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB – semeadores da democracia. História oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 47.

79 – NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB – semeadores da democracia. História oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 51 e 52.

80 – *Ibid.*, p. 53.

81 – NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB – semeadores da democracia. História oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 71.

82 – *Ibid.*, pp. 48-49.

83 – ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005, p. 155.

84 – *Última Hora*. Rio de Janeiro, 13/3/1964, p. 4.

85 – Lacerda decretou aquele 13 de março como ponto facultativo, na esperança de deixar o trabalhador em seu ambiente domiciliar. Além disso, negou o uso das Polícias Civil e Militar da Guanabara para garantia da segurança dos presentes e do próprio presidente. Coube ao comandante do I Exército, general Moraes Âncora, com seus tanques e soldados, a missão de garantir a integridade física dos espectadores e participantes do Comício da Central do Brasil.

86 – *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2/4/1968, p. 12.

87 – "Estudante morto em Goiânia". *Diário do Paraná*. Curitiba, 2/4/1968, p. 3.

88 – Registraram-se dezenas de prisões nesta manifestação, inclusive do artista plástico Rogério Duarte e seu irmão Ronaldo, que passaram por torturas durante 10 dias na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Após soltos, os irmãos denunciaram as graves violações de ddireitos humanos nos jornais. O caso é detalhado neste relatório da CNV em sessão anexa.

89 – *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22/6/1968, p. 1. Três dias antes, outra grande manifestação estudantil foi duramente reprimida no pátio do MEC, no Rio de Janeiro.

90 – "8 mil assistiram ao culto ecumênico". *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 1º/11/1975, p. 3.

91 – Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 243-282.

92 – Em 13 de setembro de 1978, Geisel restaurou o habeas corpus. Posteriormente, em 17 de outubro, suspendeu a pena de morte e a prisão perpétua e, por fim, acabou com a lei do banimento e extinguiu o AI-5, em 29 de dezembro do mesmo ano.

93 – Cf. FICO. Carlos. "A negociação parlamentar da anistia e o chamado 'perdão aos torturadores'". *Revista Anistia*. Política e Justiça de Transição, Brasília, v. 4, pp. 318-333, 2011.

94 – Cf. PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997, p. 482.

95 – *Ibid.*, pp. 460-461. Trata-se da Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. Sua redação incluía a possibilidade de decretação de medidas de emergência, de Estado de Emergência e de Sítio.

Cf. BRASIL. Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. Altera dispositivos da Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm#art4.
96 – Cf. COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura política. Brasil: 1964-1979*. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

97 – Cf. FICO. Carlos. "A negociação parlamentar da anistia e o chamado 'perdão aos torturadores'". *Revista Anistia*. Política e Justiça de Transição, Brasília, v. 4, pp. 318-333, 2011.

98 – O próprio historiador Carlos Fico e também: BRANDÃO, Priscila Carlos. *Argentina, Chile e Brasil e o desafio da reconstrução das agências nacionais civis de inteligência no contexto da redemocratização*. Campinas, 2005, p. 356. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005; e MONTENEGRO, Antônio T. "História e memória de lutas políticas". In: MONTENEGRO, Antônio T.; RODEGUERO, Carla; ARAÚJO, Maria Paula. *Marcas da memória. História oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, pp. 15-51.

99 – Cf. MONTENEGRO, Antônio T. "História e memória de lutas políticas". In: MONTENEGRO, Antônio T.; RODEGUERO, Carla; ARAÚJO, Maria Paulo. *Marcas da memória. História oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, pp.15-51, pp. 25-26.

100 – Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.

101 – Cf. FICO, Carlos. "Brasil: A transição inconclusa". In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica. *Violência na história. Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, pp. 25-37.

102 – FICO, Carlos. "Brasil: A transição inconclusa". In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica. *Violência na história. Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 26.

103 – Cf. CARVALHO, José Murilo. *A cidadania no Brasil. O longo caminho.* 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

104 – Conforme pesquisa em desenvolvimento no "Projeto República – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória", sob coordenação da professora dra. Heloísa Maria Murgel Starling.

105 – Cf. TELES, Janaína. "Os testemunhos e a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil". *Colóquio Recordando a Walter Benjamin*, p. 3. <http://www.derhuman.jus.gov.ar/conti/2010/10/mesa-12/teles_mesa_12.pdf>.

106 – Cf. SOARES, Gláucio; ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp. 38-39.

107 – Cf. SILVA, Sandro Héverton Câmara. *O Congresso Nacional Brasileiro e a luta pela anistia (1964-1979).* Rio de Janeiro: Luminária, 2011, p. 119.

108 – Cf. FICO. Carlos. "A negociação parlamentar da anistia e o chamado 'perdão aos torturadores'". *Revista Anistia*. Política e Justiça de Transição, Brasília, v. 4, 2011, pp. 318-333.

109 – FICO. Carlos. "A negociação parlamentar da anistia e o chamado 'perdão aos torturadores'". *Revista Anistia*. Política e Justiça de Transição, Brasília, v. 4, 2011.

110 – Cf. SOARES, Gláucio; ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp. 201-202.

111 – *Ibid*., pp. 216-217.

112 – SOARES, Gláucio; ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 221.

113 – *Ibid*., pp. 225-226.

114 – Ao contrário, o que se observou foi o recrudescimento da repressão, com o AI-5 e o fechamento do Congresso.

115 – Cf. SOARES, Gláucio; ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

116 – Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX,* v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 243-282.

117 – *Ibid*. De acordo com Francisco Silva, contrariando a tese de que a crise econômica poderia ter abalado o regime, foi o otimismo proveniente do sucesso econômico do governo Médici que sustentou a sucessão de Geisel e até auxiliou na manutenção de sua legitimidade política para assumir medidas de transição. Os abalos econômicos só impactariam decisivamente a política brasileira bem mais tarde, já com no governo Figueiredo.

118 – Cf. PRADO, Luiz Carlos Delorme, EARP, Fábio Sá. "O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX,* v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 207-241.

119 – Cf. SILVA, Sandro Héverton Câmara. *O Congresso Nacional Brasileiro e a luta pela anistia (1964-1979).* Rio de Janeiro: Luminária, 2011.

120 – Cf. ARAÚJO, Maria Paula. "Memória, testemunho, superação: a história oral da anistia no Brasil". *História oral,* v.15, nº 2, pp. 11-31, 2012.

121 – Cf. DELPORTO, Fabíola Brigante. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

122 – Cf. GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

123 – Cf. AEL (Arquivo Edgard Leuenroth). *Movimento feminino pela anistia*. Fundo: Comitês Brasileiros pela Anistia, 1978.

124 – Cf. BACHA, Hélio. "Cultura: anistia ampla, geral e irrestrita". *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 27, dezembro/fevereiro 1994-1995. http://www.teoriaedebate.org.br/materias/cultura/anistia-ampla-geral-e-irrestrita.

125 – Cf. DELPORTO, Fabíola Brigante. "A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania". In: SILVA, Haike (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial e Arquivo Público do Estado, 2009, pp. 111-123.

126 – Cf. TELES, Janaína de Almeida. "As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979". *Ideias (um balanço crítico da redemocratização no Brasil)*, Campinas, nº 1, pp. 71-93, 2010.